José Arnaldo Fonseca de Melo

Parte 1

**URBANISMO REPARADOR E SANEAMENTO
DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE**

Parte 2

**O PROJETO NOVA LUZ DE SÃO PAULO (2005-2013)
ENTRE A INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL GENTRIFICADORA
E A OPOSIÇÃO POPULAR PARTICIPATIVA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsányi

São Paulo, 2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DO AUTOR: arnaldodemelo2812@hotmail.com

Melo, José Arnaldo Fonseca de
M528c Cidade&saúde / José Arnaldo Fonseca de Melo. -- São Paulo,
2014.
360 p. + 1 CD

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e
Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP.
Orientadora: Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsányi

1. Planejamento territorial urbano 2. Saneamento urbano
3. Participação comunitária 4. Intervenção urbana 5. Gentrificação
6. Projeto Nova Luz - São Paulo (SP) I.Título

CDU 711.4

RESUMO

A tese apresenta e analisa os conteúdos programáticos e a trajetória administrativa, entre 2005 e 2013, do projeto urbanístico Nova Luz, elaborado pela Prefeitura Municipal de São Paulo para o antigo bairro de Santa Ifigênia, localizado no centro da cidade. Duas hipóteses principais e complementares são aqui verificadas. A primeira insere o projeto na tradição das intervenções saneadoras e embelezadoras do urbanismo moderno, tipificadas pelas intervenções de Haussmann na Paris da segunda metade do século XIX ou no Rio de Janeiro e em São Paulo no início do XX, supondo que, tal como nesses paradigmas, o aprimoramento físico do local combinar-se-ia com a expulsão dos antigos moradores pobres em favor da valorização imobiliária e de usos elitistas do patrimônio arquitetônico da região. O saneamento físico, neste caso, implicaria doença social e degradação em outras partes da cidade. A segunda hipótese leva em conta diferenças significativas nos contextos histórico e social dos dois períodos tratados, exigindo o exame de alternativas que considerem o momento atual, ou seja, as relações entre sociedade civil e Estado no Brasil, a situação da gestão pública urbana após a Constituinte de 1988 e, particularmente, as formas de participação popular em projetos públicos constatadas na cidade de São Paulo nos últimos anos. Assim, as condições atuais da legislação sobre planejamento urbano, suas relações com políticas neoliberais aplicadas às cidades e a fiscalização pela população no encaminhamento do Nova Luz estariam impedindo o desfecho do projeto e as consequências esperadas pela primeira hipótese. A tese defende que o conceito de salubridade aplicado sob a rubrica de modernização já não encontra o mesmo apoio e terreno limpo do passado. Vitórias palpáveis de organização popular contra o Nova Luz fazem crer que o direito à cidade não mais constitui um ideal inalcançável para as classes populares no Brasil, ou pelo menos em sua maior metrópole. Nesse sentido, o conceito de saúde é ampliado para saúde política, pela maior participação e conquista de direitos às condições urbanas de vida digna pelo conjunto da população.

Palavras-chave: 1. Planejamento territorial urbano 2. Saneamento urbano 3. Participação comunitária 4. Intervenção urbana 5. Gentrificação 6. Projeto Nova Luz - São Paulo (SP)

ABSTRACT

The thesis presents and analyzes the planning and administrative trajectory of the Nova Luz (New Light) city planning project in the period between 2005 and 2013, undertaken by the Municipality of São Paulo for the old Santa Ifigênia neighborhood, located in the city center. Two main and complementary hypotheses are verified here. The first inserts the project in the tradition of beautifying and sanitizing interventions of modern urbanism, typified by Haussmann's interventions in the Paris of the second half of the nineteenth century or in the Rio de Janeiro and São Paulo of the early twentieth, assuming that such as in these paradigms, the physical improvement of the place would combine with the expulsion of the former poor residents favoring real estate valuation and elitist uses of the architectural heritage of the region. The physical sanitation in this case would imply social illness and degradation in other parts of the city. The second hypothesis takes into account significant differences in the historical and social contexts of the two periods discussed, requiring an examination of alternatives that take into account the present moment, that is, the relationship between civil society and the state in Brazil, the situation of urban public management after Constituent Assembly of 1988, and particularly the forms of popular participation in public projects found in the City of São Paulo in recent years. Therefore, the current conditions of the legislation on urban planning, its relations with neoliberal policies applied to cities and monitoring by the population of the execution of the Nova Luz project would be preventing the conclusion of the project and the expected consequences of the first hypothesis. The thesis argues that the concept of wholesomeness applied under the rubric of modernization no longer meets the same support and free range it had in the past. Tangible victories of grassroots organizing against the Nova Luz project lead do believe that the right to the city is no longer an unattainable ideal for the popular classes in Brazil, or at least in its largest metropolis. In this sense, the concept of health is extended to political health, for greater participation and achievement of rights to decent urban living conditions for the whole population.

Keywords: 1. Urban land planning 2. Urban sanitation 3. Community participation 4. Urban intervention 5. Gentrification 6. Nova Luz project- São Paulo (SP)

Para minha filha, Amélia

AGRADECIMENTOS

Devo a motivação maior deste trabalho aos parceiros dos movimentos de moradia, com os quais aprendi a participar nas políticas públicas e enfrentar políticos avessos à res-pública. Dentre esses parceiros destaco Nelson Cruz (MMRC) e Ivanete Araújo (MSTC) da Ocupação Mauá e todos os que lutaram unidos no Conselho Gestor da ZEIS de Santa Ifigênia contra o projeto Nova Luz. Edinalva Franco, Welita Ribeiro e Manuel Moruzzi (MMPT) surgiram na minha trajetória de forma a expandir e intensificar a militância ante a vergonha de nossos governantes. A eles devo o rico período de trabalho participativo na Ocupação Marconi, em 2013, junto ao coletivo chão formado com colegas graduandas e recém formadas na FAU USP. A Benedito Barbosa e Luiz Kohara, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Anaí Arantes e Sabrina de Carvalho, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo agradeço pelo respaldo jurídico relacionado às ações nas quais me envolvi contra o Nova Luz e contra a PPP da Casa Paulista. Quanto às incursões nessa seara jurídica, agradeço também a Ana Navarrete e Rafaela Peixoto, sem as quais não teríamos "a mais completa tradução" dos entraves enfrentados no Conselho Gestor.

Às parceiras de luta e colegas da pós na FAU Simone Gatti e Márcia Hirata sou grato especialmente por terem me introduzido nos grupos de batalha organizados de mais longa data na cidade. E ao parceiro da Faculdade de Direito da USP, Marcelo Pacheco, com quem mantive ótima interlocução sobre o mesmo objeto de pesquisa.

Àqueles com quem convivi no programa de pós na FAU sou grato especialmente a minha orientadora Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsányi e aos colegas do grupo de estudos CNPq/FAU USP dirigido por ela. Agradeço muito às valiosas colaborações dos professores que participaram das bancas de meus exames de qualificação e passagem para o doutorado-direto Carlos Roberto Monteiro de Andrade, Eduardo Nobre, Raquel Rolnik, Fernando Lefèvre e Heitor Frúgoli Jr.

A FAPESP, agradeço pelo apoiou na longa trajetória deste pós-graduado.

Aos amigos Roland Leo Mencke, pela leitura e disponibilidade para discutir o texto aqui apresentado e Cláudio Fernandes pela escuta.

A minha mãe Maria Amélia, Leo e Chico, Dora e Fernando, Tiago, Joaquim, Cláudio, Paula e os parceiros do UEINZZ, sou muito grato por terem me ajudado nos momentos mais difíceis desde 2008.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE 1	
URBANISMO REPARADOR E SANEAMENTO DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE	17
I - APORTES TEÓRICOS: UMA CARTOGRAFIA CONCEITUAL	17
Paradigmas da saúde-doença e a teoria dos miasmas	22
O bem-viver nas cidades	25
Medicina Social de Estado, Urbana e dos Pobres (Alemanha, França e Inglaterra)	28
Saneamento e embelezamento urbano em contraponto ao urbanismo socializante	36
Perspectivas sociais e reconhecimento intersubjetivo para a saúde das cidades	39
II - SANEAMENTO E REFORMAS URBANAS ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA	65
Origens do modelo sanitарista estetizante: Haussmann em Paris	74
Urbanismo socializante: dos socialistas utópicos à Carta de Atenas	93
III - URBANISMO SANITARISTA NO BRASIL MODERNO: RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO	103
Medicina social e urbanismo sanitарista na Primeira República: as posturas sanitарistas e o controle das epidemias	104
A construção da Avenida Central no Rio de Janeiro	108
EXCURSO: A representação da elite e o povo no Brasil	137
Viva a República! Viva a nação! O imaginário republicano brasileiro	143
Final do EXCURSO: Luta por direitos, modos de representação e cidadania no Brasil	154
A expulsão da doença para a periferia na São Paulo moderna e a proletarização do Centro	161
IV - SANEAMENTO NO URBANISMO ESTRATÉGICO: RETALHOS URBANOS E HUMANOS EM CONCORRÊNCIA GLOBAL	221
O despertar do indivíduo na cura de si mesmo: medicina preventiva e privatização do bem-estar	225
Revitalização de centros urbanos degradados: o mal-estar ante o projeto moderno	240
A cidade em retalhos: os Grandes Projetos Urbanos da atualidade	246

PARTE 2

O PROJETO NOVA LUZ DE SÃO PAULO (2005-2013)

ENTRE A INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL GENTRIFICADORA E A OPOSIÇÃO POPULAR PARTICIPATIVA

Breve apresentação do projeto Nova Luz da Prefeitura de São Paulo 261

V - HISTÓRICO E RENOVAÇÃO DA REGIÃO DA LUZ: 1850-2004 266

Formação e dinâmica de Santa Ifigênia e arredores:
população, comércio e moradia 266

Primeiros projetos estatais para a reestruturação e a salvaguarda
do patrimônio histórico da Região da Luz 276

O planejamento urbano estratégico como porta de entrada para o Nova Luz 280

VI - O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO NOVA LUZ DA PREFEITURA DE SÃO PAULO 288

O Projeto desenhado pela EMURB (2005-2009) 288

A Concessão Urbanística (Lei Municipal nº 14.917/09) e o novo Plano
Urbanístico Nova Luz (Consórcio Nova Luz e SMDU, 2010-2012) 293

Difusão do conceito de Cracolândia. O crack e a pobreza como doença 302

VII - REAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL AO NOVA LUZ 307

Repercussão do projeto na imprensa (hemeroteca cidade&saúde) 307

Apresentações públicas do Plano Urbanístico Estratégico – PUE 315

O Conselho Gestor da ZEIS 3 – 016 da Nova Luz (Stª Ifigênia)
e a participação popular 324

O Nova Luz revisto pela administração de Fernando Haddad: o impasse
atual do Nova Luz 335

VIII - CONCLUSÃO 349

Nova Luz: de um caso de polícia à busca da saúde política pela participação

IX - BIBLIOGRAFIA 352

ANEXO

- CD**
1. Hemeroteca cidade&saúde: Banco de Dados Excel com 3 mil recortes
  2. Imagens de Santa Ifigênia e arredores em 300 fotografias (2007-2010)
-

O planejamento urbano de perfil higienista
se vale da edificação de cordões sanitários
entre classes sociais e encontra
no emprego do aparato militar um elemento estratégico
ao patrulhamento de fronteiras e a segurança da
circulação seletiva de bens, serviços, informações e pessoas.

Laurindo Dias Minhoto
O Estado de S. Paulo 14 de outubro de 2012, p. J3

INTRODUÇÃO

Esta tese apresenta e analisa os conteúdos programáticos e a trajetória administrativa, entre 2005 e 2013, do projeto urbanístico Nova Luz, elaborado pela Prefeitura Municipal de São Paulo para o antigo bairro de Santa Ifigênia, incorporado à subprefeitura Sé, que responde pelos distritos Sé e República, localizados no centro da cidade.

Duas hipóteses principais e complementares são aqui verificadas. A primeira insere o projeto na tradição das intervenções saneadoras e embelezadoras do urbanismo moderno, tipificadas pelas intervenções de Haussmann na Paris da segunda metade do século XIX ou no Rio de Janeiro e em São Paulo no início do XX, supondo que, tal como nesses paradigmas, o aprimoramento físico do local combinar-se-ia com a expulsão dos antigos moradores pobres em favor da valorização imobiliária e de usos elitistas do patrimônio arquitetônico da região. O saneamento físico, neste caso, implicaria doença social e degradação em outras partes da cidade.

A segunda hipótese leva em conta diferenças significativas nos contextos histórico e social dos dois períodos tratados, exigindo o exame de alternativas que considerem o momento atual, ou seja, as relações entre sociedade civil e Estado no Brasil, a situação da gestão pública urbana após a constituinte de 1988 e, particularmente, as formas de participação popular em projetos públicos constatadas na cidade de São Paulo nos últimos anos. Assim, as condições atuais da legislação sobre planejamento urbano, suas relações com políticas neoliberais aplicadas às cidades e a fiscalização pela população no encaminhamento do Nova Luz estariam impedindo o desfecho do projeto e as consequências esperadas pela primeira hipótese.

Essas hipóteses foram verificadas em um período de cinco anos em que se avolumaram as contradições no próprio Nova Luz e nas tentativas de sua execução, manifestando-se mais decididamente na oposição popular a diferentes aspectos da intervenção proposta pela municipalidade.

O pensamento de diversos teóricos respaldou as hipóteses, dentre os quais destacamos Michel Foucault, que toma o urbanismo como um caso de polícia, e David Harvey, que analisa o neoliberalismo atual e as intervenções urbanísticas desde os anos de 1980. Por outro lado, essas hipóteses conduziram ao exame detido dos aspectos democratizantes ou excludentes tanto do urbanismo utópico como das práticas políticas no Brasil, assunto que pode ser tratado do ponto de vista da relação entre patrimonialismo e democracia, como Murilo de Carvalho (2013) em seu trabalho sobre a formação de nossa sociedade civil. Já do trabalho de Axel Honneth (2009) se extraiu a noção de um valor positivo para a autonomia e a autorrealização dos indivíduos, que dependem do reconhecimento em diferentes dimensões da vida, como no âmbito privado do amor e da amizade, na esfera da solidariedade social e no campo das relações jurídicas.

Empiricamente, valemo-nos de diferentes formas de coleta de dados. Quase sempre procuramos ser observadores participantes, percorrendo a pé o bairro, conversando com passantes e moradores de rua, adentrando cortiços, acompanhando demolições, fotografando tudo, inserindo-nos em movimentos por moradia ou nos movimentos de

controle da aplicação das leis, no caso do projeto Nova Luz. Ao mesmo tempo, valemo-nos de fotografias e de recortes de jornais e revistas, dos quais recolhemos notícias e comentários sobre o tema, resultando em um portfólio de imagens e uma hemeroteca com 3 mil recortes, como detalha o Anexo.

A tese estrutura-se em duas partes. A primeira conta com quatro capítulos abordando o quadro das tradições sanitário-embelezadoras do urbanismo europeu dos séculos XIX e XX e em suas aplicações no Brasil, no urbanismo da Carta de Atenas e no urbanismo neoliberal da virada para o presente século. A segunda, em três capítulos, insere o Nova Luz no contexto para o qual foi pensado pela municipalidade, retrocedendo em mais de um século o histórico da região.

A retomada das origens do urbanismo sanitaria incide no entendimento dos conceitos de saúde e doença que orientaram as intervenções citadas. Procuramos trazer para o presente a crítica foucaultiana do controle dos indivíduos pela crescente invasão da sua privacidade por parte do poder das instituições burguesas, tanto em suas manifestações perversas mais sutis como nas mais concretas. Contracenando com o método genealógico de Foucault e a noção de Poder de Gerard Lebrun, a primeira parte da tese contempla ainda a passagem para o conceito de iatrogênese médica, social e cultural de Ivan Illich. Inclusas na Cartografia Conceitual apresentada no primeiro capítulo estão as questões relacionadas a um projeto emancipatório ante às formas de reconhecimento intersubjetivo, no caso a partir da *Luta por Reconhecimento* de Axel Honneth. No EXCURSO apresentado no terceiro capítulo comparecem as questões relativas aos direitos civis, políticos e sociais a partir das conceituações de José Murilo de Carvalho, Marilena Chauí e Jessé Souza.

Ao tratar do projeto Nova Luz, procuramos explorar a hipótese de que, na situação brasileira atual, a expulsão dos mais pobres ainda se disfarça e se justifica como busca da saúde urbana, mesmo que isso chegue a se expressar como brutalidade física e terrorismo psicológico estatais e leve à insanidade da população atingida. Ou ainda que os extremos de insalubridade venham a reinstalar-se logo mais adiante no espaço urbano.

Em contrapartida, esta tese defende também que hoje, mais do que nunca entre nós, o conceito de salubridade aplicado sob a rubrica de modernização já não encontra o mesmo apoio e terreno limpo do passado. Vitórias palpáveis de organização popular contra o Nova Luz fazem crer que o direito à cidade não mais constitui um ideal inalcançável para as classes populares no Brasil, ou pelo menos em sua maior metrópole. Nesse sentido, o conceito de saúde é ampliado para a saúde política, pela maior participação e conquista de direitos às condições urbanas de vida digna pelo conjunto da população.

Cidade e Saúde foram palavras alçadas para o título de nossa pesquisa, justapostas pelo caractere “&”, utilizado para fazer a ligação desses substantivos que são independentes, mas imbricados na nossa tese¹. Ao utilizar o “&”, o intuito foi ressaltar a interdependência caracterizada na temática, esta que se quer sobre a análise das cidades quanto às ordenações de saneamento e políticas públicas sanitárias, tanto quanto suas implicações na urbanística moderna e desta para com as descobertas científicas da medicina. Quando

---

¹ A origem deste sinal, já utilizado pelos copistas medievais, substitui o “e” do português, o “and” do inglês, o “et” do francês ou o “und” do alemão. Entende-se como companhia na linguagem comercial e publicitária.

Gilberto Freyre denominou seu *Casa-Grande & Senzala* com este caractere, no lugar da letra “e” convencional, quis o autor nos direcionar para a inter-relação entre o senhor de terras e seus escravos, entre a escrava que amamenta o bebê da mãe branca, também entre a mulher negra que fazia sexo com seu proprietário, situações chave para o imbricamento entre a casa-grande e a senzala e que resultou na mestiçagem característica de nossa sociedade patriarcal². Torna-se claro, assim, que o caractere “&” se diferencia do “e” também pelo fato de não representar uma mera adição de duas palavras ou dois conceitos distintos.

O título cidade&saúde carrega ainda uma cruz à sua direita, compondo uma marca visual que utilizamos em todos os nossos cadernos, relatórios e capas de trabalhos que surgiram durante a trajetória acadêmica. Não se trata de uma alusão à cruz vermelha utilizada na medicina profilática, mas uma referência à manifestação da doença e da terapêutica, parafraseando o testemunho de Joseph Beuys, para quem é importante manifestar a doença, um modo imperativo do terapeuta que ele apresenta (mostra e torna presente) com este remédio: *zeige deine Wunde!* (mostre a sua chaga!), uma relação traumática com o mundo (Borer, 2001: 26). Essa cruz beuysiana nos interessa pela emergência do que vemos e vivemos na cidade enquanto percepção de uma chaga ou um “estado de enfermidade” para a qual se requer uma “cura”. Como termo de medicina, a mudança pela cura está no fato de que esta, no sentido de tratamento, na maioria das vezes, modifica o curso da doença e restabelece a saúde do enfermo. Deu-se então a metonímia, modalidade em que a mesma palavra passa a expressar tanto a ação (no caso os cuidados médicos) como o resultado da ação (a recuperação da saúde). Assim, cura passou a significar também o restabelecimento da saúde. Em razão dessa evolução semântica, curar pode ser empregado tanto no sentido de tratar, cuidar de, como no sentido de debelar uma enfermidade, de restituir a saúde, de sarar.· Problematicamos, portanto, desde o início deste trabalho, a temática do saneamento, tanto como o sentido de modernização nos processos de reurbanização - que vimos atrelados ao projeto Nova Luz - dentre possíveis ordenações semânticas e antes mesmo de lançar mão do termo sanitarismo como que a definir ou torná-lo sinônimo de cura.

---

² Esta interpretação do mestre de Apipucos foi confirmada por telefone com Edson Nery da Fonseca, amigo de Gilberto Freyre e com quem trabalhou por quarenta anos.

PARTE 1

URBANISMO REPARADOR E SANEAMENTO DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE

I - APORTES TEÓRICOS: UMA CARTOGRAFIA CONCEITUAL

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível.
Michel Foucault³

Compreendo que uns queiram conquistar o poder ou combatê-lo, ou que se resignem a ele, ou o tenham, ou o detestem. O que não compreendo é que se possa subestimar o poder.
Gérard Lebrun⁴

A contribuição do período moderno se associa, historicamente, com o modo de ordenar e sanear o ambiente construído de acordo com as descobertas da medicina na corrida para estancar as grandes pestilências nas cidades. Nisso está incluída a controversa história do urbanismo de meados do século XIX aos nossos dias, com suas posturas e normatizações para o viver nas cidades, com vistas à manutenção do patrimônio construído e ao controle de seus habitantes.

No espelhamento desse urbanismo sanitarista, o mote da Higiene carrega a ideia de “cura” das cidades através de projetos de reformas urbanas e seus respectivos desígnios⁵, muitas vezes minorados como ideal democratizante, descaracterizados ou descontinuados por intenções políticas e ideológicas. A saúde no pulsar das cidades carrega aqui o sentido de uma adequação necessária ao pleno sentido da cidadania e à maior adesão participativa dos atores sociais nas políticas urbanas. Entretanto, a nossa abordagem impõe o estudo da medicina preventiva ou da racionalidade científica moderna, como mostra o processo de medicalização da sociedade desde o final do século XVIII até o final do XIX (Foucault, 1979; Machado, 1980).

Esta imbricação política das práticas da saúde não é, na verdade, recente... Desde a formação das clínicas e das reformas dos hospitais, a Medicina já nasceu como uma

---

³ Foucault, Michel. *Vérité, pouvoir et soi*. (Entrevista concedida a R. Martain, Université Du Vermont, 25 de outubro, outubro de 1982). Traduzido a partir de Foucault, Michel. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, vol. IV: 777-783, por Wanderson Flor do Nascimento. <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/verite.html>>.

⁴ Lebrun, Gerard. *O que é Poder*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984: 9.

⁵ A análise e a interpretação se referem tanto à comparação com exemplos célebres de intervenções demolidoras que precederam esta de mais de um século, contando com inúmeros autores que as examinaram — a exemplo das reformas de Haussmann em Paris na segunda metade do século XIX, a de Pereira Passos, no Rio de Janeiro e a primeira intervenção no Anhangabaú do início do século XX — como a inserir essas questões no contexto das políticas de requalificação urbana ditas pós-modernas.

disciplina política e social, definindo políticas de controle e organização. Desde o século XVIII a Medicina, aos poucos, se instaurou como guardião da saúde das populações dos novos países que se formavam. Isto é notável no seu afã de participar de decisões de Estado, nos seus conselhos e admoestações aos governantes (Sayd, 1998).

O viés reparador-higienista é objeto central nesta tese, em face da sua perpetuação nas experiências urbanísticas do século XIX e início do XX, como mostram as diferenças formais verificadas nos casos de renovações de áreas centrais das grandes cidades como fruto de particularismos políticos e de determinantes sociais datados. “As diversas definições de determinantes sociais de saúde, por sua vez, expressam com maior ou menor nível de detalhe, o conceito atualmente bastante disseminado de que as condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos da população estão relacionadas com sua situação de saúde: fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (Buss e Pellegrini Filho, 1991: 78)⁶.

Consideramos que as reformas urbanas procuraram formulações para combater a insalubridade do ambiente, mas se efetivaram quando ainda se vivia sob os fantasmas dos miasmas, creditando-se à propagação das doenças a causa exclusiva do ar pútrido resultante das descargas aleatórias nas cidades, sobretudo onde se alojavam os mais pobres, desprovidos de condições sanitárias adequadas. Essas reformas, efetivadas primeiramente em Londres e Paris, disseminadas de imediato em cidades da Alemanha e da Itália, foram tomadas como modelo em muitas cidades, também em território americano.

Na época de Engels, as cidades industriais da Inglaterra se expandiram sob o ímpeto dos capitalistas, visando a adequar máquinas e ambientes de trabalho à produção e acumulação do capital, o que não se passou sem que mobilizações do proletariado denunciassem as condições de trabalho e moradia cada vez mais escorchantes. O movimento cartista, por exemplo, formado por cidadãos que se mobilizaram para a reivindicação por direitos representativos, teve ampla repercussão. Apesar de politicamente derrotado, com o passar do tempo teve muitas de suas reivindicações incorporadas à legislação inglesa⁷. O espaço urbano não era saneado e a população aumentava num ritmo crescente e bastante conflituoso. Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, escrito entre 1842 e 1844 e publicado pela primeira vez em 1845, Engels (2008) afirma que o rendimento do proletariado, em face de sua saúde comprometida, impacta negativamente na produção e no ambiente como um todo, dado aquele horizonte fabril insalubre.

---

⁶ Conceito adotado pela Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), de 2006. Segundo Buss e Pellegrini Filho (1991), a comissão homônima da Organização Mundial da Saúde (OMS) adota uma definição mais sucinta, segundo a qual os Determinantes Sociais de Saúde (DSS) são as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham. Os autores ressaltam outras definições para os DSS, como a de Nancy Krieger, que introduz um elemento de intervenção, ao defini-los como os fatores e mecanismos que afetam a saúde e que potencialmente podem ser alterados através de ações baseadas em informação (Buss e Pellegrini Filho, 1991: 78). A CNDSS mantém uma página institucional no portal sobre DSS com informações, atividades e publicações que vem desenvolvendo. Disponível em: <www.determinantes.fiocruz.br>.

⁷ O cartismo surgiu na década de 1830, em Londres, através da luta pela inclusão política do operariado, representada pela *London Working Men's Association*. Com a Carta do Povo, exigia-se o sufrágio universal masculino, o voto secreto, eleições anuais, a igualdade entre os direitos eleitorais, a participação de representantes da classe operária no parlamento e a remuneração dos parlamentares. Mudanças efetivas na legislação ocorreram na década de 1860, como a lei de proteção ao trabalho infantil, a lei da imprensa, a reforma do Código Penal e a lei da jornada de trabalho de 10 horas.

Não é fácil construir uma racionalidade sobre o espaço urbano em meio a tais contradições. As grandes invenções, tanto quanto as instalações de máquinas nas cidades industriais, partiram de iniciativas privadas, e a acomodação dos proletários, invariavelmente, não era pensada nem considerada. A revolução industrial na Inglaterra se deu em contexto liberalizante – provocando sofrimentos como os descritos por Engels – e se constituiu como inegável ponte para todo e qualquer construto mecânico e tecnológico legado à modernidade⁸. Entretanto, o ambiente onde vivia o operariado não passava por saneamento, ou seja, algo muito distante dos espaços fabris que muitas vezes retratam interiores de produção assépticos e organizados.

Henry Lefebvre, no artigo *Engels et la utopie* (1971) ressalta as contradições do espaço territorial com o poder da burguesia já evidenciadas por Engels. Ele defende a tese de que a crise da realidade urbana é mais importante que outras crises, refutando a acentuação corrente sobre a produção material em detrimento das relações sociais de produção no espaço. O filósofo afirma que o espaço é político, mas também é um produto social. Com isso, entendem-se as razões na esfera das políticas sociais relacionadas à saúde e ao meio em que se vive e trabalha, uma vez que os temas correlatos à salubridade fazem parte das necessidades básicas dos indivíduos.

Hobsbawm, referindo-se às cidades superpovoadas de meados do século XIX, usa o termo “cortiço” para registrar que os pobres eram abandonados pelas classes mais elevadas, sendo obrigados a ocupar as frestas das cidades; “quando contemplados por empresários especuladores ou por construtores que erguiam blocos de aluguel, estes não passavam de barracões, como os chamados *Mietkasernen* na Alemanha; em Glasgow, das casas populares construídas entre 1866 e 1874, 75% eram de um ou dois cômodos, e mesmo assim rapidamente ocupadas; em Nova York, no momento em que os negócios de Manhattan começavam a atingir somas extraordinárias, o setor leste da cidade era provavelmente o mais populoso cortiço do mundo ocidental, com 520 pessoas por acre (cerca de 4 mil metros quadrados)” (Hobsbawm, 1982: 224).

A racionalidade particular inscrita nessa situação não escapa à definição do “racionalismo cultural” weberiano, pelo “modo específico e variável como cada civilização particular constitui sua matriz cultural – que definirá, por sua vez, como cada um de seus membros irá perceber e agir no mundo”. Em poucas palavras, essa matriz específica encontrada na origem do modo de produção fabril é o que Weber define como o “racionalismo da dominação do mundo”, que passa pela “atitude instrumental”, isto é, aquela que “tende a perceber o mundo exterior em sua dimensão natural; o mundo social, que compartilha com os outros; e seu próprio mundo subjetivo interno, ao qual tem acesso privilegiado, como condições coisificadas, como meros meios para a consecução de fins heterônomos como poder e dinheiro”. Essa cultura particular do capitalismo, marcada pela lógica instrumental da relação meio-fim (em que os fins já estão dados – a busca do lucro no âmbito do

---

⁸ Engels descreve inúmeras invenções e práticas consolidadas a partir da mecanização dos teares na indústria do algodão propriamente dita, na indústria do linho, na preparação da seda proveniente da Europa meridional e da Ásia; e logo depois, com as máquinas a vapor e a utilização das jazidas de carvão e de ferro, a fabricação de máquinas para tudo, de pontes a ferrovias, canais, embarcações, etc.

mercado), substanciam, em suma, o modo em que a “ação racional” e a “racionalidade” são dependentes do tipo de “racionalismo” dominante (Souza, 2006: 8-9)⁹.

Max Weber, em *A Gênese do Capitalismo Moderno*, perfaz os desdobramentos do modo industrial de empreendimento econômico relacionando inúmeros casos dentre as conquistas dos Estados europeus para a acumulação de riquezas e a monopolização dos produtos coloniais, e afirma que tal acumulação foi assegurada, sem exceção em todos os países, pelo impositivo do poder, assumindo diversas formas de governo sobre a acumulação, seja com o Estado retirando lucro imediato das colônias, seja emprestando-o às sociedades em forma de pagamentos, através de títulos de participação das empresas, títulos de dívidas públicas, títulos hipotecários etc. Os estudos de Weber na *Gênese do Capitalismo*, que remonta das organizações medievais aos empreendimentos modernos, delineiam aspectos culturais e econômicos atinentes às cidades, “que se dirigem ao público e o deixa participar de empreendimentos em proporções consideráveis”, já nos séculos XV e XVI: “Quando a cidade apelava à iniciativa privada, exercia-se uma pressão sobre a sociedade em formação para admitir qualquer cidadão; portanto, o volume de capital em ações era ilimitado”. No exercício do poder, vinculado à acumulação de riquezas, a política colonial do século XVI até o XVIII assegurava relações mercantis baseadas em uma “economia predatória”. Entretanto, a escravatura “predatória” desse período, segundo Weber, teve menos importância para a organização econômica europeia que a acumulação de riquezas dentro da própria Europa, isto é, na forma industrial de operação econômica e na organização capitalista, baseada na fábrica moderna, cujo conceito extravasa os instrumentos usados e o tipo de processo de trabalho, pois recai sobre a apropriação da oficina, dos instrumentos, da fonte de energia e da matéria-prima na mão de uma única pessoa, o empresário. O processo de mecanização, para Weber, sempre e em toda parte, foi introduzido com a finalidade de liberar mão-de-obra: “qualquer invenção nova significava a substituição de massas de trabalhadores manuais por uma equipe pouco numerosa para a operação da máquina” (Weber, 2006).

Weber assegura que somente a partir do século XVIII a produção de bens vinculou-se ao “modo científico” de forma a conduzir o capitalismo ao seu desdobramento pleno, o que levou a indústria a tornar-se o que conhecemos hoje. Registra que a mão de obra, “assim como se desenvolve na Inglaterra, baseada na concentração de todos os meios de produção na mão do empresário, efetuava-se mediante meios coercivos rigorosos”, originando as leis voltadas ao controle de um grande número de indivíduos “despossuídos” originários do campo e que afluíram para as cidades, muitas vezes diretamente para as “casas de correção” e, desse modo, sendo recrutados como trabalhadores para as fábricas. Tais aportes foram aprofundados na genealogia traçada por Foucault das instituições sociais, que influenciou uma corrente de pensadores no revés do poder constituído por Estados centralizadores e burguesia ascendentes, revelando uma rede de “micropoderes” nesse então “mundo desencantado” que subsiste no capitalismo.

---

⁹ Jessé Souza, em sua apresentação para *A gênese do capitalismo moderno de Max Weber* (Weber, 2006), intitulada “O Mundo desencantado”, utiliza a tripartição kantiana das dimensões da experiência humana para definir o que significa “racionalismo cultural” para Weber: o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo. A partir de Kant, portanto, explica por que não existe uma definição universal possível acerca do que é “racional” ou do que seria “racionalidade”, daí o conceito de Weber para a “matriz cultural” específica.

Foucault não descarta as “teorias envolventes e globais” tendo em conta as contribuições do marxismo, da psicanálise etc., que formam uma “espécie de produção teórica autônoma, não centralizada (...) que não necessita da chancela de um regime comum”.

Não que essas teorias envolventes e globais não tenham fornecido e não forneçam ainda, de maneira bastante constante, instrumentos localmente utilizáveis: o marxismo, a psicanálise estão precisamente aí para prová-lo. Mas elas só forneceram, acho eu, esses instrumentos localmente utilizáveis com a condição, justamente, de que a unidade teórica do discurso fique como que suspensa, em todo caso recortada, cindida, picada, remexida, deslocada, caricaturada, representada, teatralizada, etc. Em todo caso, inteiramente retomada nos próprios termos da totalidade levou de fato a um efeito de fredda. Portanto, se quiserem, primeiro ponto, primeira característica do que aconteceu durante estes quinze anos: caráter local da crítica, o que não quer dizer, creio eu, empirismo obtuso, ingênuo ou simplório, o que também não quer dizer ecletismo frouxo, oportunismo, permeabilidade a um empreendimento teórico qualquer, nem tampouco ascetismo um pouco voluntário, que se reduziria ele próprio à maior magreza teórica possível. Creio que esse caráter essencialmente local da crítica indica, de fato, algo que seria uma espécie de produção teórica autônoma, não centralizada, ou seja, que, para estabelecer sua validade, não necessita da chancela de um regime comum (Foucault, 1999: 10).

A genealogia de Foucault¹⁰ revira os “saberes sujeitados” que os conteúdos históricos, isoladamente, não permitem descobrir ou não oferecem uma visão da clivagem dos enfrentamentos e das lutas que as ordenações funcionais ou as organizações sistemáticas tiveram como objetivo. Nos “saberes sujeitados”, Foucault envolve a crítica da década e meia anterior ao momento em escrevia (1976), com o movimento da antipsiquiatria¹¹, ou seja, de “uma série de saberes que estavam desqualificados como não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos”, enfim, os “saberes das pessoas”, que ele entende ser “de modo algum um saber comum, um bom senso, mas, ao contrário, um saber particular, local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que deve sua força apenas à contundência que opõe a todos aqueles que o rodeiam”. Entretanto, o filósofo fala em “acoplamento” desses saberes com a produção histórica erudita, o que precisamente perfaz a sua genealogia como um projeto de insurreição dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, “uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal, científico”.

O sociólogo Richard Sennet, tributário do pensamento foucaultiano, narra de forma exemplar as subseqüentes descobertas da ciência médica moderna e o simultâneo pensamento sobre o desenho e a circulação nas cidades, evidenciando aspectos que demonstraram a eficácia dos corpos com o paralelo de inúmeros engenhos criados para o conforto e o saneamento urbanos. Em seu *Carne e Pedra* (Sennet, 2008), o autor destaca a

---

¹⁰ “Chamemos, se quiserem, de “genealogia” o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais... não é um empirismo que perpassa o projeto genealógico; não é tampouco um positivismo, no sentido comum do termo.... trata-se, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretende filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns”. Foucault, 1999: 13.

¹¹ Foucault remete ao movimento psiquiátrico (antipsiquiatria) que havia procurado novos conceituais na filosofia de Husserl e de Heidegger, cf. nota do editor à p. 8. Foucault, 1999.

relação entre corpo e cidade desde a Atenas de Péricles, passando pela Roma de Adriano até chegar ao paralelo entre as descobertas dos médicos William Harvey (1628) e Ernst Platner (1700), que demonstraram as funções de circulação e respiração no corpo humano, logo inseridas no pensamento urbanístico e que, posteriormente, capacitaram as reformas de Londres e Paris. O texto de Sennet enfatiza a construção de um corpo cívico, plausível na trajetória da experiência humana e que não se desconecta do sofrimento. Na conclusão do livro, Sennet descreve a Nova York multicultural que se formou desde o estilçamento de seu tecido urbano sob as ordenações do administrador Robert Moses, iniciadas na década de 1920, e que lhe serviram para argumentar sobre o escamoteamento dos problemas reais, e morais, sofridos pelos cidadãos e seus sentimentos perante o Outro.

Muitos outros autores nos oferecem análises contundentes que desvelam o corpo dos indivíduos que saltam do tecido das metrópoles; também artistas, poetas e romancistas iluminaram esse “espetáculo das massas” associado ao fenômeno da multidão (Arantes, 1998). Devemos a eles a inspiração maior de nossas inquietações, pois nos apresentam, quase sempre por antecipação, a imensa sorte de insanidade entre aqueles que foram, em prol da modernização e do saneamento ao longo da modernidade, responsáveis pelos excluídos e vilipendiados em face dos mecanismos de apoio ao progresso científico e à manutenção do poder hegemônico na ordenação de insanidades múltiplas: delinquentes, pobres, vagabundos, loucos, deficientes, enfim, todos os que poderiam “atrapalhar” os modos de produção capitalista.

Em suma, espera-se que nesta tese, ao problematizar e discutir os impositivos que se propagam no “urbanismo em fim de linha” (Arantes, 1998) da pós-modernidade, substanciando-nos com os modelos de outrora e de casos mais recentes, possamos demonstrar o que mudou e o que permaneceu na cidade, ou ainda o que aconteceu para que tudo ficasse “assim tão diferente”¹², a partir das transformações de nossa sociedade no corpo expandido de nossos territórios. O propósito não é outro senão apontar que um dado planejamento ou projeto urbano não se aplica quando contraposto ao interesse social, à *Luta por Reconhecimento* (Hegel – Honneth) e tudo o que recai sobre os *dispositivos disciplinares* autoritários (Foucault), como a “faxina” sobre os pobres na cidade, denunciando práticas espúrias que emanam do poder público, não raro como caso de polícia.

Paradigmas da saúde-doença e a teoria dos miasmas

Entre os diversos paradigmas explicativos para os problemas de saúde, em meados do século XIX predominava a teoria miasmática, que respondeu às importantes mudanças sociais e de práticas de saúde observadas no âmbito dos novos processos de urbanização e industrialização ocorridos naquele momento histórico.

---

¹² Cf. trecho da canção *Por enquanto*, do grupo Legião Urbana.

Estudos sobre a contaminação da água e dos alimentos, assim como sobre riscos ocupacionais, trouxeram importante reforço para o conceito de miasma e para as ações de saúde pública. (...) Virchow¹³, um dos mais destacados cientistas vinculados a essa teoria, entendia que “a ciência médica é intrínseca e essencialmente uma ciência social”, que as condições econômicas e sociais exercem um efeito importante sobre a saúde e a doença e que tais relações devem ser submetidas à pesquisa científica. Entendia também que o próprio termo “saúde pública” expressa seu caráter político e que sua prática implica necessariamente a intervenção na vida política e social para identificar e eliminar os fatores que prejudicam a saúde da população (Rosen, 1980, apud Buss e Pellegrini Filho, 1991: 78).

Segundo Buss e Pellegrini, outros autores que merecem destaque nessa corrente de pensamento são Chadwick, com o seu *Report on the sanitary condition of the labouring population of Great Britain*, de 1842, Villermé, com *Tableau de l'état physique et moral des ouvriers de Paris*, de 1840, e Engels, com *A situação das classes trabalhadoras na Inglaterra*, de 1845.

Nas últimas décadas do século XIX, com o trabalho de bacteriologistas como Koch e Pasteur, afirma-se um novo paradigma para explicação do processo saúde-doença. A história da criação da primeira escola de saúde pública nos Estados Unidos, na Universidade John Hopkins, é um exemplo do processo de afirmação hegemônico nesse “paradigma bacteriológico”. Desde 1913, quando a Fundação Rockefeller decide propor o estabelecimento de uma escola para treinar os profissionais de saúde pública, até a decisão, em 1916, de financiar sua implantação em John Hopkins, há um importante debate entre diversas correntes e concepções sobre a estruturação do campo da saúde pública. No centro do debate estiveram questões como: deve a saúde pública tratar do estudo de doenças específicas, como um ramo especializado da medicina, baseando-se fundamentalmente na microbiologia e nos sucessos da teoria dos germes ou deve centrar-se no estudo da influência das condições sociais, econômicas e ambientais na saúde dos indivíduos? Outras questões relacionadas: a saúde e a doença devem ser pesquisadas no laboratório, com o estudo biológico dos organismos infecciosos, ou nas casas, nas fábricas e nos campos, buscando conhecer as condições de vida e os hábitos de seus hospedeiros? (Buss e Pellegrini Filho, 1991: 79).

Para além das questões apontadas por Paulo Buss e Alberto Pellegrini Filho, importa lembrar que as descobertas e realizações científicas estão continuamente a romper paradigmas e suscitar novos, que em seguida serão postos ao reconhecimento e à legitimação para atrair grupos de praticantes. É nesse sentido que Lina Faria busca apoio nos conceitos de comunidade científica e de paradigma no trabalho *A Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas S. Kuhn, para frisar que o funcionamento de uma determinada comunidade científica depende do modo como ela é capaz de solucionar os problemas cotidianos. Na perspectiva kuhniana, a autora acrescenta que “identificar uma paradigma é, também, e ao mesmo tempo, identificar o grupo ou comunidade de praticantes e, ainda, o campo de estudos no qual essa comunidade está inserida”.

---

¹³ Rudolf Ludwig Karl Virchow (1821-1902), médico e político alemão, considerado o pai da patologia moderna e da medicina social, foi também antropólogo e político liberal, ferrenho opositor do chanceler Otto von Bismarck. Edwin Chadwick (1800-1890) seguiu carreira de direito em Londres, onde influenciou reformas sanitárias; redigiu a Lei dos Pobres em 1834, contribuindo para a aprovação da Lei de Saúde Pública, em 1848. Robert Koch (1843-1910), médico, patologista e bacteriologista alemão, foi um dos principais responsáveis pela atual compreensão da epidemiologia das doenças transmissíveis. Louis Pasteur (1822-1895) é lembrado pelas descobertas das causas e prevenções de doenças e pela criação da vacina contra a raiva, além de experimentos e metodologia que deram fundamento para a teoria microbiológica da doença para impedir que leite e vinho causassem doenças – processo conhecido como pasteurização.

Lina Faria estudou pormenorizadamente as ações da Fundação Rockefeller no Brasil, que revelam os modos pelos quais essa fundação procurou adaptar suas atividades às condições históricas, culturais e sanitárias do país: “fundamentalmente, os modelos campanhistas e a formação de novos profissionais foram conduzidos em parceria com a elite médica e sanitária já existente no Brasil na época (...), em sintonia com os aparelhos de Estado tanto federais como estaduais, em fase de expansão” (Faria, 2007: 37).

Quanto às ações dessa instituição no Brasil como ato “instaurador” na formação de pesquisadores médicos, Lina Faria registra que alguns intérpretes da historiografia médica brasileira se referem às práticas anteriores: Flávio Edler e Jaime Benchimol, por exemplo, consideram o saber médico europeu e o brasileiro durante o Segundo Reinado, sem colocar isso como obstáculo ao ingresso das novidades em termos de experimentação (Edler), muito pelo contrário, pois a “ciência dos micróbios” teria se assentado como um polo dinâmico no último quarto do século XIX, antes de Manguinhos e seu fundador Oswaldo Cruz.

Fosse ou não experiência precedente ao século XX, o certo é que quando a Fundação Rockefeller chegou ao Brasil, em 1916, cientistas como Oswaldo Cruz, Artur Neiva, Carlos Chagas, Adolfo Lutz e Vital Brasil já desenvolviam, no Rio de Janeiro e em São Paulo, pesquisas nas áreas de bacteriologia e microbiologia. Como se sabe, foram Oswaldo Cruz e seus companheiros em Manguinhos, no então denominado Instituto Soroterápico Federal, que responderam às exigências, em 1903, de fornecer soros e vacinas para combater os surtos epidêmicos de peste bubônica e varíola na capital do país. Em São Paulo, as mesmas necessidades foram supridas pela criação, pelo governo do estado, dos Institutos Bacteriológicos, em 1892, e Butantan, em 1901. A criação deste último foi determinada, em grande parte, pela chegada ao Brasil – ao porto de Santos, em 1898 – da peste bubônica (Benchimol & Teixeira, 1993, *apud* Faria, 2007: 40).

Em termos sanitários, o sentido de cura¹⁴ das cidades concorda com os cuidados às populações enfermas. Porém, esse fazer pela cura, nas sociedades superindustrializadas, como estudado por Ivan Illich na década de 1970, emprega “curar” como verbo transitivo, ou seja, “curar não é mais compreendido como atividade do doente e se torna cada vez mais o ato daquele que se encarrega do paciente”. O autor austríaco-americano lançou a crítica mais contundente empreendida contra a medicina moderna e revolucionou o pensamento sobre os métodos da educação (*Une société sans école*, 1971). Discutiu também as grandes instituições e as grandes “máquinas” sociais (a Igreja, a Escola, o Hospital, os Transportes).

Como Michel Foucault, Illich desenvolveu um conjunto de apreciações sobre o caráter perverso das instituições criadas na modernidade para adestrar os indivíduos na sociedade.

---

¹⁴ “A palavra cura já existia em latim com o sentido primitivo de “cuidado”, “atenção”, “diligência”, “zêlo”. Havia também o verbo curo, curare, de largo emprego como o significado de “cuidar de”, “olhar por”, “dar atenção a”, “tratar”. Como termo médico, cura foi primeiramente usado na acepção de tratamento (...) A evolução semântica da palavra cura, tanto em latim como nas línguas românicas, operou-se em várias direções, sempre em torno da ideia de “cuidar de”, “exercer ação sobre”, “tratar”. (...) Deu-se, então, a metonímia, na modalidade em que a mesma palavra passa a expressar tanto a ação (no caso os cuidados médicos) como o resultado da ação (a recuperação da saúde). Assim, cura passou a significar também o restabelecimento da saúde, a volta ao estado hígido, e esta nova acepção sobrepôs à primitiva no entendimento geral e no próprio vocabulário médico. Em razão dessa evolução semântica, curar pode ser empregado tanto no sentido de tratar, cuidar de, como no sentido de debelar uma enfermidade, de restituir a saúde, de sarar. Sarar deriva do verbo latino sanare, que se conservou intacto em italiano, e evoluiu para sanar em espanhol e sarar em português. A substituição de n por r que se operou na língua portuguesa é explicada pela seguinte sequência na passagem do latim vulgar para o português arcaico: sanare>saar>sar>sarar. Sarar é “ficar são”, “recuperar a saúde”. Tanto pode ser empregado como verbo intransitivo (o doente sarou), como transitivo direto (o médico sarou-a daquela doença) ou ainda na forma pronominal (sarou-se do resfriado).” Rezende, 2004.

Em *Nêmesis da Medicina*¹⁵, Illich trouxe o conceito de iatrogênese (doença da empresa médica em sua perniciosa medicalização da saúde) para uma aguçada crítica ao que hoje se diz da “condição” pós-moderna. As questões apresentadas têm o sentido de enfocar a saúde como fórum manifesto nas cidades através de seus habitantes, ou seja, dos cidadãos em sua saga pela vida, entre interesses e disputas territoriais ou entre os poucos que detêm o poder e a maioria dos atores que vislumbra suas condições de sujeitos e, agora, sob as novas formas da sociedade pós-industrial (Bell, 1978).

O bem-viver nas cidades

Sabemos ter caído por terra uma série de aspirações setorizadas em prol da concretização de “cidades saudáveis”¹⁶, mas vale dizer que muitos desses descaminhos não conduzem ao descrédito das cidades. Ao contrário – e tal como se comprova pelo crescimento vertiginoso das aglomerações urbanas –, as cidades significam justamente o lugar onde se celebra a saúde e se contempla o “bem-viver”. Não há, portanto, nada que venhamos a condenar nas grandes cidades senão o “estado das coisas” de que fala Foucault na frase colocada em epígrafe, em que o filósofo distingue o termo salubridade como meio a permitir a melhor saúde possível.

A saúde das cidades não será possível sem a saúde nas cidades. Este foi um princípio básico que norteou a urbanística moderna em suas primeiras formulações, quando o redesenho dos principais centros urbanos europeus destinou-se a acudi-los das pestilências no apinhamento da massa de trabalhadores, já no período em que a sociedade do século XVIII despedia-se de seus arranjos mercantilistas. As grandes cidades tiveram boa parcela de suas populações dizimada pelas epidemias, o que não era congruente com os interesses da produção fabril dos primeiros capitalistas. Nesse contexto, de grande significado em face dos ideais desenvolvimentistas e liberalizantes, nascia a medicina social e o imbricamento desta com a engenharia sanitária. Os desdobramentos científicos e políticos, especialmente quando analisados a partir das posturas dirigidas aos indivíduos, delinearam o “adestramento” para o “bem-viver” nas cidades, sob o controle dos interesses econômicos, e destes pelos Estados, o que se aplica às intervenções e ao controle da população nas cidades, tanto quanto na comunicação entre territórios urbanizados e de terras produtivas. Foucault examina esse “bem-viver” nas cidades por meio de uma genealogia, buscando no mercantilismo as razões de controle e manutenção do comércio, onde encontra o papel da

---

¹⁵ *Nêmesis da Medicina* teve uma versão inicial escrita em 1973, por ocasião de um período de estudos de Illich em Cuernavaca, no México, e dela apareceram três diferentes edições: Londres (1974), Paris (1975) e Nova York (1976). Na tradução brasileira de 1975, feita com base na edição francesa, lê-se na introdução: “A empresa médica ameaça a saúde, a colonização médica da vida aliena os meios de tratamento, e o seu monopólio profissional impede que o conhecimento científico seja partilhado”. Nogueira, 2003.

¹⁶ Registra-se a expressão “cidades saudáveis” no sentido de políticas públicas convergentes ao saneamento urbano e à qualidade de vida das populações. A proposta de construção de cidades saudáveis surgiu em Toronto, no Canadá, em 1978, quando um comitê de planejamento publicou o informe A Saúde pública nos anos 80, onde foram estabelecidas linhas de ação política, social e de desenvolvimento comunitário no nível local/.... Em 1996, a OMS passa a orientar trabalhos de cooperação técnica... Adriano et al, 2000.

polícia no século XII e seus desdobramentos até nossos dias. Em breve apanhado de seu curso *Segurança, Território, População*¹⁷, seguem as seguintes afirmações:

Há um ciclo, por assim dizer, razão de Estado e privilégio urbano, um vínculo fundamental entre a polícia e o primado da mercadoria (...) na medida em que houve essa relação entre razão de Estado e privilégio urbano, entre polícia e primado da mercadoria, que o viver e o melhor viver, que o ser e o bem-estar dos indivíduos tornaram-se efetivamente pertinentes – e pela primeira vez, creio eu, na história das sociedades ocidentais – para a intervenção do governo. Se a governamentalidade do Estado se interessa pela materialidade fina da troca e da circulação, esse ser e esse melhor-estar é levado em conta pela primeira vez (...) e isso, através da cidade e através dos problemas como a saúde, das ruas, dos mercados, dos cereais, das estradas, é porque o comércio é pensado nesse momento como instrumento principal da força do Estado e, portanto, como objeto privilegiado de uma polícia que tem por objetivo o crescimento das forças do Estado (Foucault, 2008: 456).

Nota Foucault que nesse momento a polícia não é instrumento de justiça – “é o rei agindo diretamente sobre os seus súditos” –, é a “governamentalidade” direta do soberano em razão de sua racionalidade própria, com suas instruções prescritas não como coisas definitivas e permanentes, mas “coisas de cada instante”, ou seja, um golpe de Estado permanente sobre questões que envolvem o mercado, na compra e na venda de produtos, e também o campo, a produção. Mas, Foucault introduz aí o problema da acumulação dessa produção, agora a envolver não só as cidades, mas o campo, a escassez ou a abundância; os preços, “por conseguinte, não apenas as coisas não são flexíveis, como são de certo recalcitrantes (pois) elas se voltam contra os que desejam modificar seu curso”. Com isso, trata de avançar para a tese dos fisiocratas e do pensamento dos economistas do século XIII, que objetivaram uma intervenção política na agricultura, “o lucro agrícola, as possibilidades do investimento agrícola, o bem-estar do camponês, o mais que viver dessa população constituída pelo campesinato”.

Em outras palavras, o esquema que era inteiramente ordenado em torno do privilégio da cidade sofre com isso forte abalo. Os limites implícitos do sistema da polícia, limites que haviam sido estabelecidos pelo privilégio urbano, estouram e desembocam no problema do campo, da agricultura. Problemática dos economistas que reintroduz a agricultura como elemento fundamental numa governamentalidade racional. A terra aparece agora, ao lado da cidade, como objeto privilegiado da intervenção governamental, (...) que leva em conta a produção (...) de como o valor do produto pode ser reembolsado àquele que foi seu produtor (o camponês ou o agricultor). Logo, já não é a cidade, e sim a terra, já não é a circulação, e sim a produção, já não é a venda ou o ganho com a venda, e sim o problema do retorno (...) Uma desurbanização em benefício de um agrocentrismo (Foucault, 2008: 465).

A população, que antes era concebida como um grupo de indivíduos “súditos de direito ou súditos de polícia (...) súditos que têm de aplicar regulamentos” passa a ser requerida na justa medida de um “número ótimo desejável de gente num território dado (...) em função tanto dos recursos como do trabalho possível e do consumo necessário e suficiente para sustentar os preços e, de modo geral, a economia.”¹⁸. Trata-se, agora, de um Estado que

---

¹⁷ Foucault, 2008. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão.

¹⁸ “Com os economistas vamos ter uma maneira totalmente diferente de conceber a população. A população como objeto de governo não vai ser uma certa quantidade ou o maior número de indivíduos trabalhando e aplicando regulamentos... primeiro porque, para os economistas, o número mesmo não é, em si, um valor (...) justamente para que os salários não sejam baixos demais, isto é, para que as pessoas tenham interesse em trabalhar e também para que possam, pelo consumo de que são capazes, sustentar os preços. Logo, não há valor absoluto da população, mas simplesmente um valor relativo... (dai que) esse número não deve ser estabelecido

intervém como regulador de interesses, e não mais de modo transcendente pela felicidade de cada um, mas de todos, o que para Foucault é a mudança capital na história dos séculos XVIII, XIX e também do XX, um elemento essencial a partir do qual o jogo e a função do Estado se adaptam aos interesses particulares e, por conseguinte, “no âmbito do problema do que se chama ou do que se chamará de economia”. Registra-se que a economia não substitui a razão de Estado, mas introduz novos conteúdos ante a racionalidade política, o que em linhas fundamentais implica a “governamentalidade” moderna e contemporânea.

Seguindo essa ordenação, a economia introduz uma naturalidade¹⁹ oposta à artificialidade da política, até então atribuída como razão de Estado e de polícia. Porém, essa naturalidade não se refere aos processos da própria natureza ou àqueles atribuídos ao soberano, mas à naturalização dos homens entre si, em sua coabitação, quando trabalham, estão juntos, ou seja, em sociedade: sociedade civil, como correlato necessário ao Estado. Mutações fundamentais: “O Estado tem a seu encargo uma sociedade, uma sociedade civil, e é a gestão dessa sociedade civil que o Estado deve assegurar”, uma mutação “em relação a uma razão de Estado, a uma racionalidade de polícia que continuava a lidar apenas com uma coleção de súditos” (Foucault, 2008: 471).

Novos processos são introduzidos para além desses: o conhecimento se organiza através de uma racionalidade científica, que não era colocada pelos mercantilistas, mas agora pelos economistas do século XVIII. Esse conhecimento científico, nas palavras de Foucault, coloca-se “cara a cara com a arte de governar”, ou seja, é “aquele que pode fundar, estabelecer, provar, de fio a pavio” e do qual o governo não pode prescindir. Essa cientificidade passa a se constituir como saber e poder, a reivindicar sua “pureza teórica”, a ser levada em consideração por um governo “que terá de modelar por ela suas decisões”. A própria população é considerada como uma realidade, “com suas leis de transformação, de deslocamento, e é submetida a processos naturais tanto quanto sua própria riqueza. A riqueza se desloca, a riqueza se transforma, a riqueza aumenta ou diminui (...) existe, pois, uma naturalidade intrínseca à população (...)” (Foucault, 2008: 473), o que demanda o desenvolvimento de ciências, de práticas e intervenções, a exemplo da medicina social, à época chamada de higiene pública. Outra nova ciência que aparece na forma de governar, segundo Foucault: “um domínio de intervenções, por assim dizer, possíveis, necessárias, manipuláveis, no sentido de suscitar e facilitar o deixar fazer”, o que torna possível uma “gestão”, que terá o objetivo não de impedir as coisas, mas de “fazer com que as regulações

---

autoritariamente. Não é para fazer como aqueles utopistas do século XVI, que diziam: vejam qual é, grosso modo, o número de pessoas suficiente e necessário para constituir as cidades felizes. Na verdade, o número de pessoas vai se ajustar por si próprio. Uma outra tese que Foucault toma dos economistas é a de que deve-se ‘deixar agir a liberdade de comércio entre países’, o que também marca uma diferença para com relação à polícia, ante a concorrência entre países, ou melhor, entre particulares (...)”. Foucault, 2008: 465.

¹⁹ “Foucault considera sua opção de chamar de “liberalismo” aquilo que, no século XVIII, se apresenta muito mais como um naturalismo. A palavra liberalismo se justifica pelo papel que a liberdade desempenha na arte liberal de governar: liberdade garantida, sem dúvida, mas também produzida por essa arte, que para alcançar seus fins necessita suscitar, mantê-la e enquadrá-la permanentemente. Assim o liberalismo pode ser definido como cálculo de risco – o livre jogo dos interesses individuais – compatível com o interesse de cada um e de todos. É por isso que a incitação a “viver perigosamente” implica o estabelecimento de múltiplos mecanismos de segurança. Liberdade e segurança: os procedimentos de controle e as formas de intervenção estatal requeridas por essa dupla exigência é que constituem o paradoxo do liberalismo e que estão na origem das “crises de governamentalidade” que ele vem conhecendo há dois séculos”. Apontamentos de Michel Senellart, editor. In: Foucault, 2008: 525-526 (Situação do Curso).

necessárias e naturais atuem”, ou seja, “enquadrar os fenômenos naturais de tal modo que eles não se desviem ou que uma intervenção desastrada, cega, arbitrária, não os faça desviar”. Será preciso “instituir mecanismos de segurança” para que o Estado tenha condições de garantir esses fenômenos naturais que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos à população.

Daí, enfim, a inscrição da liberdade não apenas como direito dos indivíduos legitimamente opostos ao poder, às usurpações, aos abusos do soberano ou do governo, mas [da] liberdade que se tornou um elemento indispensável à própria governamentalidade. Agora só se pode governar bem se, efetivamente, a liberdade ou certo número de formas de liberdade forem respeitados. Não respeitar a liberdade é não apenas exercer abusos de direito em relação à lei, mas principalmente não saber governar como se deve. A integração das liberdades e dos limites próprios a essa liberdade no interior do campo da prática governamental tornou-se agora um imperativo. (Foucault, 2008: 475).

Desarticula-se a “polícia super-regulamentar” que caracterizava a polícia do século XVII, com a criação de uma série de mecanismos no domínio da economia, da gestão da população e que terá o sentido de fortalecer e fazer crescer as forças do Estado, isto é, “certo aparelho ou certo número de instrumentos que vão garantir que a desordem, as irregularidades, as ilegalidades, as delinquências sejam impedidas ou reprimidas”. Em suma, nasce a polícia no sentido moderno do termo: “crescimento dentro da ordem” com “a polícia que se marginaliza e adquire o sentido puramente negativo que conhecemos”. Para tanto,

Terá também de organizar um sistema jurídico de respeito às liberdades (...) Prática econômica, gestão da população, um direito público articulado no respeito à liberdade e às liberdades, uma polícia com função repressiva (...) quatro elementos que vêm se somar ao grande dispositivo diplomático-militar (Foucault, 2008: 476).

Assim, Foucault estabelece uma genealogia do Estado moderno a partir da história da razão governamental, cujas formas conhecemos em modificações contemporâneas. Perpassado este edifício de “coisas” entre indivíduos, é possível perceber que o poder está no cerne das questões atinentes à população, ao território, ao governo e à “governamentalidade” então requerida em momentos históricos, como nessa passagem do mercantilismo europeu que se coaduna com os modos liberalizantes de governar e com os processos de acumulação.

Medicina Social de Estado, Urbana e dos Pobres (Alemanha, França e Inglaterra) sintetizadas por Michel Foucault

No início de *O Nascimento da Medicina Social*²⁰, Foucault questiona o nascimento da medicina moderna, científica (de fins do século XVIII, com o aparecimento da anatomia patológica), indagando se esta é ou não individual, isto é, individualista, conhecendo unicamente a relação do médico com o doente, ignorando sua dimensão global, simplesmente porque penetrou nas relações de mercado. Afirma ele que “a medicina moderna é uma medicina social que tem por *background* uma certa tecnologia do corpo

---

²⁰ Trata-se de uma conferência. O texto se insere na publicação *Microfísica do Poder*, com organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Foucault, 1979.

social; que a medicina é uma prática social que somente em um dos seus aspectos é individualista e valoriza as relações médico-doente”. Baseado na medicina medieval²¹, Foucault aponta que essa era do tipo individualista, sendo as dimensões coletivas das atividades médicas “discretas e limitadas”.

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política (Foucault, 1979: 80).

Entretanto, em *O Nascimento da Medicina Social*, Foucault ressalva que o corpo, como força de produção, de trabalho (proletário), só foi atingido ou assumido pela medicina na segunda metade do século XIX, quando passou a se preocupar com a questão da saúde dos indivíduos. Em seguida, o autor reconstitui três etapas na formação da medicina: primeiro, a medicina do Estado, desenvolvida sobretudo na Alemanha, no início do século XVIII, com a noção de *Staatswissenschaft* (ciência do Estado); segundo, com a direção tomada na França, com um fenômeno diferente, a urbanização; terceiro, a medicina dos pobres, na Inglaterra²². Sobre estas três etapas (o Estado, em seguida a cidade e depois os pobres e trabalhadores) como objetos de medicalização, prosseguiremos à procura dos deslocamentos no interior dessas especificidades, agora no campo médico-sanitário, retomando em seguida o que se resumiu acima, a partir do curso *Segurança, Território, População*.

Medicina de Estado na Alemanha

Foucault afirma que o Estado, “como objeto de conhecimento e como instrumento e lugar de formação de conhecimentos específicos”, se desenvolveu de forma mais rápida e concentrada na Alemanha do que na França e na Inglaterra. Isso se deve, primeiro, ao fato de que a Alemanha só se formou como Estado unitário no século XIX, sendo antes “uma justaposição de quase-estados, pseudo-estados, de pequenas unidades muito pouco estatais”, enquanto França e Inglaterra se distinguiam por grandes aparelhos, como o exército e a polícia, arrastando suas velhas estruturas. Por isso, a pequena dimensão desses “quase-estados” germânicos exigiu uma consciência e aportes discursivos para o funcionamento estatal da sociedade; segundo, pelo não desenvolvimento ou pela estagnação econômica no século XVII, que por sua vez obrigaram os soberanos a resgatar na burguesia pós-Renascimento um corpo de funcionários disponíveis para os aparelhos de

---

²¹ Foucault cita o livro de Victor Bullough *The development of medicine as a profession*, de 1965, sobre a história da medicina na Idade Média.

²² Sobre a medicina de Estado, especificamente, Foucault afirma que “não é válido dizer, como Marx, que a economia era inglesa, a política, francesa e a filosofia, alemã. Pois foi na Alemanha que se formou, no século XVII, bem antes da França e da Inglaterra, o que se pode chamar de ciência do Estado...” Foucault, 1979: 80.

Estado, que trabalharam para modificar, em seu proveito, nas relações de força com os vizinhos²³.

Com essa brevíssima introdução histórica sobre a formação tardia do Estado na Alemanha, Foucault quer explicar o nascimento da ciência e da reflexão sobre o Estado, no século XVIII e, por conseguinte, como e porque a medicina de Estado apareceu antes na Alemanha. No entanto, retrocede ao mercantilismo, conforme já abordado, apontando que todas as nações europeias se preocuparam com a saúde de sua população em meio aos fluxos comerciais. Registra que na França e na Inglaterra, “a única preocupação sanitária do Estado foi o estabelecimento de tabelas de natalidade e mortalidade, índice da saúde da população e da preocupação em aumentar a população”, mas “sem nenhuma intervenção efetiva ou organizada para elevar o seu nível de saúde”, ou seja, meramente dados estatísticos e demográficos. “Na Alemanha, ao contrário, ocorrerá uma prática para melhorar o nível de saúde da população, o que se chamou, pela primeira vez, política médica de um Estado”²⁴.

Segundo Foucault, a *Medizinischepolizei* (polícia médica), programada na Alemanha em meados do XVIII e colocada em aplicação do final do mesmo século e começo do XIX, consiste, de forma aqui resumida, no seguinte:

1. Um sistema completo de observação da morbidade do que o simples quadro de nascimentos e mortes, observação da morbidade pela contabilidade pedida nos hospitais e aos médicos e registro ao nível do Estado dos diferentes fenômenos epidêmicos ou endêmicos observados.
2. Procura-se delegar às universidades e à corporação dos médicos o encargo de decidir pela formação médica e como serão atribuídos os diplomas, normalizando o ensino médico e o controle do Estado sobre os programas de ensino. A medicina e o médico são o primeiro objeto da normalização; antes de aplicar a noção de normal ao doente, se começa a aplicá-la ao médico: o médico foi o primeiro indivíduo normalizado na Alemanha²⁵.
3. Uma organização administrativa para controlar a atividade dos médicos (um Ministério, uma administração central ou um departamento especializado, tanto na Prússia quanto nos outros Estados alemães) é encarregada de acumular as informações que os médicos transmitem; ver como é realizado o esquadrinhamento médico da população, verificar tratamentos dispensados, como se reage ao aparecimento de uma doença epidêmica etc. e, finalmente, emitir ordens em função dessas informações centralizadas. A prática médica é, portanto, subordinada a um poder administrativo superior.

---

²³ O Estado moderno nasceu onde não havia potência política ou desenvolvimento econômico e precisamente por essas razões negativas. A Prússia, o primeiro Estado moderno, nasceu no coração da Europa mais pobre, menos desenvolvida economicamente e mais conflituosa politicamente. E enquanto a França e a Inglaterra arrastavam suas velhas estruturas, a Prússia foi o primeiro modelo de Estado moderno. Foucault, 1979: 82.

²⁴ Rau, Frank e Daniel, por exemplo, propuseram entre 170 e 1770, programas efetivos de melhoria da saúde da população, o que se chamou de política médica. A noção de *Medizinischepolizei* (polícia médica), foi criada em 1764 por W. T. Rau e trata de algo diferente de uma contabilidade de mortalidade ou natalidade. Foucault, 1979: 83.

²⁵ Houve a normalização dos médicos na Alemanha, mas na França, por exemplo, a normalização das atividades, ao nível do Estado, dirigiu-se, a princípio, à indústria militar (produção de canhões, fuzis) (...) Depois de normalizados os canhões, a França normalizou seus professores. Foucault, 1979: 83.

4. A criação de funcionários médicos nomeados pelo governo com responsabilidade regional, seu domínio de poder ou de exercício da autoridade de seu saber. Aparece nesse momento o médico como administrador de saúde.

Importante aspecto da *Medizinischepolizei* levada à prática na Alemanha é levantado por Foucault como um paradoxo: “onde se encontra o início da medicina moderna, há um máximo de estatização”, mas que não se passou por uma medicina individual, episódio, segundo ele, negligenciado pelos historiadores da medicina em geral²⁶. Segue ainda o seguinte:

Essa medicina de Estado que aparece de maneira bastante precoce, antes mesmo da formação da grande medicina científica de Morgani e Bichat, não tem, de modo algum, por objeto a formação de uma força de trabalho adaptada às necessidades das indústrias que se desenvolviam neste momento. Não é o corpo que trabalha, o corpo do proletariado que é assumido por essa administração estatal da saúde, mas o próprio corpo dos indivíduos enquanto constituem globalmente o Estado; é força, não do trabalho, mas estatal, a força do Estado em seus conflitos, econômicos, certamente, mas igualmente políticos, com seus vizinhos. É essa força estatal que a medicina deve aperfeiçoar. *Há uma espécie de solidariedade econômico-política nesta preocupação da medicina do Estado. Seria, portanto, falso ligar isto ao cuidado imediato de obter uma força de trabalho disponível e válida* (Foucault, 1979: 84, grifos nossos).

França: medicina urbana; higiene pública

As estruturas urbanas na França viriam a fomentar a medicina social. Segundo Foucault, as grandes cidades francesas no final do século XVIII se constituem não como unidades territoriais bem distintas, mas como um emaranhado de territórios heterogêneos e poderes rivais.

Paris, por exemplo, não formava uma unidade territorial, uma região em que se exercia um único poder. Mas um conjunto de poderes senhoriais detidos por leigos, pela Igreja, por comunidades religiosas e corporações, poderes estes com autonomia e jurisdição próprias. E, além disso, ainda existiam os representantes do poder estatal: o representante do rei, o intendente de polícia, os representantes dos poderes parlamentares. O rio Sena, por exemplo, e suas margens, estava sob a soberania do prévôt dès marchands. Mas bastava ultrapassar essas margens para se estar sob outra jurisdição, a do lugar-tenente de polícia ou do parlamento (Foucault, 1979: 86).

Somente na segunda metade do século XVIII é que se colocou o problema da unificação do poder urbano na França, ao menos nas grandes cidades, com o objetivo de organizar um “corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado (...) e certamente por razões econômicas”, pois as cidades tornam-se importantes nas relações de mercado não somente no nível regional, mas também internacional, sendo a multiplicidade de jurisdição e de poder intolerável”. Além disso, a indústria nascente faz com que as cidades não sejam somente lugar de mercado, mas de produção, contando agora com uma população operária pobre (que no século XIX passará a

---

²⁶ Foucault faz uma ressalva a George Rosen, em artigo intitulado “Cameratism and the Concept of Medical Police”, publicado no *Bulletin of History of Medicine*, em 1953, posteriormente incluso em seu livro *A History of Public Health*, de 1958. Uma *História da Saúde Pública*, de Rosen, foi publicado pela HUCITEC, em 1994, mas há muito esgotado. *Da Polícia Médica à Medicina Social* foi editado pela Graal (Rio de Janeiro, 1979).

ser denominada proletariado). Com isso, a unidade torna-se uma razão política em face das relações entre diferentes grupos, como as corporações que se opunham umas às outras. Tensões políticas marcam o afrontamento entre rico e pobre, plebe e burguês, que se manifestam através de agitações e saques. As chamadas “revoltas de subsistência” tornaram-se cada vez mais numerosas a partir do XVIII e ganharam intensidade com as grandes revoltas da Revolução Francesa²⁷. Explica-se a necessidade de um poder político capaz de esquadrihar essa população urbana, que agora vive amontoada, numerosa em demasia. Surge então o que Foucault chama de “medo urbano, medo da cidade, angústia diante da cidade”, caracterizado por elementos como as casas que desmoronam, os esgotos e os cemitérios transbordantes” aproximando a população das epidemias, enfim, “certo número de pânico” que aparece como uma “inquietude político-sanitária” e que se forma à medida em que se amplia o tecido urbano.

As intervenções médico-políticas foram, segundo Foucault, incitadas particularmente pela burguesia, através do modelo de quarentena, que existia não só na França, mas em todos os países da Europa desde a Idade Média: este modelo foi um “sonho político-médico da boa organização sanitária das cidades”, no século XVIII, sendo dividido pelo modelo suscitado pela lepra e o suscitado pela peste: “medicar alguém era mandá-lo para fora e, por conseguinte, purificar os outros”. Esses dois modelos foram introduzidos pelo poder político da medicina e consistem em

distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrihado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos (...) Tem-se, portanto, o velho esquema médico de reação à lepra que é de exclusão, de exílio, de forma religiosa, de purificação da cidade, de bode expiatório. E o esquema suscitado pela peste; não mais de exclusão, mas o internamento; não mais o agrupamento no exterior da cidade, mas, ao contrário, análise minuciosa da cidade, a análise individualizante, o registro permanente... (Foucault, 1979: 89).

Essa medicina urbana se conforma pela higiene pública, que é uma “variação sofisticada do tema da quarentena e que aparece sobretudo na França”. Segundo Foucault, a medicina urbana se constitui em três grandes objetivos:

1. Analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação de fenômenos epidêmicos ou endêmicos, essencialmente cemitérios, que devem ser removidos para as periferias da cidade²⁸ e matadouros.

---

²⁷ Foucault registra que não mais um modelo religioso, mas militar século XVII na Europa é caracterizado pelo grande “perigo social” estabelecido no campo e que, no XVIII, dado o encarecimento do nível de vida dos camponeses e o afluxo destes para as cidades, em vias de se proletarizar, entram em regressão as chamadas revoltas camponesas.

²⁸ Foucault diz que se acredita, frequentemente, que foi o cristianismo quem ensinou à sociedade moderna o culto aos mortos, mas ele pensa diferente: “Nada na teologia cristã levava a crer ser preciso respeitar o cadáver enquanto tal. O Deus cristão é bastante Todo-Poderoso para poder ressuscitar os mortos mesmo quando misturados em um ossuário. A individualização do cadáver, do caixão e do túmulo aparece no final do século XVIII por razões não teológico-religiosas de respeito ao cadáver, mas político-sanitaristas de respeito aos vivos (...) É o químico que pede a transferência do cemitério (...) enquanto estuda as relações entre o organismo vivo e o ar que se respira”. Foucault, 1979: 90.

2. Controlar a circulação, não dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos, essencialmente o ar e a água, dada a velha crença sobre os miasmas²⁹.

3. Organizar “distribuição e sequências”, isto é, onde colocar os diferentes elementos comuns e necessários à vida na cidade: fontes, esgotos, barcos bombeadores, barcos-lavanderia etc.³⁰

Um ponto importante destacado por Foucault e que, segundo ele, não foi tocado até o final do século XVIII diz respeito ao conflito entre a medicina e o outro tipo de poder: a propriedade privada. As *caves*, isto é, o subsolo das casas, que pertenciam aos proprietários, passaram como uma exceção ao caráter sagrado da propriedade privada, sendo discutidas com o avanço da tecnologia mineira e logo apropriadas por uma legislação autoritária do Estado, somadas ao controle do que estava na superfície como os espaços comuns (cemitérios, ossuários, matadouros, lugares de circulação).

Em suma, Foucault enumera três razões principais para a medicalização da cidade:

1. A inserção da prática médica em um *corpus* de ciência físico-química, com Fourcroy e Lavoisier interagindo no problema do organismo por intermédio do controle do ar urbano. Com isso, *a passagem para uma medicina científica no funcionamento geral do discurso e do saber científico se fez através da socialização da medicina, devido ao estabelecimento de uma medicina urbana*.

2. A medicina urbana não é verdadeiramente uma medicina dos homens, corpos e organismos, mas uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; uma medicina das condições de vida e do meio de existência (ainda que sem empregar a noção de meio tal como os naturalistas do final do XVIII, como Cuvier). *Não se passou da análise do organismo à análise do meio ambiente. A medicina passou da análise dos meios à dos efeitos do meio sobre o organismo, e finalmente à análise do próprio organismo*.

3. A organização da medicina foi importante para a constituição da medicina científica. Com ela, aparece, pouco antes da Revolução Francesa, a noção de *salubridade*. (grifos nossos sobre resumo do texto de Foucault).

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. *Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no século XIX, a noção essencial da medicina francesa – é o controle político-científico deste meio* (Foucault, 1979: 93, grifos nossos).

²⁹ O ar era considerado um dos grandes fatores patógenos: “Ora, como manter as qualidades do ar em uma cidade, fazer com que o ar seja sadio, se ele existe como que bloqueado, impedido de circular? Daí a necessidade de abrir longas avenidas no espaço urbano, para manter o bom estado de saúde da população. Vai-se, portanto, pedir a comissões da Academia de Ciências, de médicos, de químicos, etc., para opinar sobre os melhores métodos de arejamento das cidades”, daí a destruição das casas sobre as pontes, que se dava por força dos preços dos terrenos. “Organizam-se, então, corredores de ar e água”. Foucault, 1979: 91.

³⁰ Daí a elaboração do primeiro plano hidrográfico de Paris, em 1742, intitulado *Exposé d'un plan hydrographique de La ville de Paris*, primeira pesquisa sobre os lugares em que se pode dragar água que não tenha sido suja pelos esgotos e sobre polícia da vida fluvial (...) “Quando começa a Revolução Francesa, a cidade de Paris já tinha sido esquadrihada por uma polícia médica urbana que tinha estabelecido o fio diretor do que uma verdadeira organização de saúde da cidade deveria realizar”. Foucault, 1979: 91.

A medicina urbana francesa, tal como analisada por Michel Foucault, se distancia da *Staatsmedizin* alemã principalmente por se aproximar das comunidades, dos bairros e das cidades aonde veio intervir. Ao poder da propriedade privada (princípio sagrado) se deve o impedimento para que esta medicina se estabeleça com maior autoridade, o que Foucault toma como “fineza de observação, na cientificidade das observações feitas e das práticas estabelecidas”. Acresce o filósofo que, na medicina urbana da França, não só a propriedade privada não foi tocada, mas também os pobres, a plebe, o povo, estes últimos por ainda não serem claramente considerados elementos perigosos para a saúde da população, ou seja, não foram analisados como as coisas (os cemitérios, os matadouros etc.).

Inglaterra: a medicina dos pobres

Foucault indaga: por que os pobres não foram problematizados como fonte de perigo médico no século XVIII? Em resposta, aponta para várias razões sobre isso, sendo a primeira delas de ordem quantitativa, dado que o apinhamento de gente nas cidades ainda não era tão grande para que a pobreza aparecesse como perigo. Ademais, os pobres eram pessoas que realizavam incumbências, entregavam cartas, eliminavam os dejetos, limpavam as ruas apanhando lixo e móveis velhos para retirá-los da cidade, redistribuí-los ou vendê-los etc. Nesse sentido, faziam parte da instrumentalização da vida urbana. Eram, enfim, úteis. Foi somente no segundo terço do século XIX que o pobre aparece como perigo, e as razões eram as seguintes:

1. Razão política: a população pobre tornou-se uma força política capaz de se revoltar ou participar das revoltas (durante a Revolução Francesa ou, na Inglaterra, durante as grandes agitações sociais do começo do século XIX).
2. O sistema postal e o de carregadores passaram a ser estabelecidos, dispensando, em parte, os serviços dos pobres.
3. O cólera-morbo, em 1832, começou em Paris e se propagou por toda a Europa, se disseminou entre a população pobre e proletária, desencadeando medo político e sanitário, o que resultou na segregação urbana, dividindo espaços de pobres e de ricos. A coabitação passou a ser restringida. O poder político começou, então, a atingir o direito de propriedade e da habitação privadas. Na França, foi esse o momento da redistribuição do espaço urbano, no Segundo Império.

Na Inglaterra, onde o desenvolvimento industrial foi anterior, mais rápido e mais forte do que em qualquer outro país, ocorreu o maior crescimento da população proletária. Intervenções médico-sanitárias sobre a população se inspiraram nos estilos tanto da *Staatsmedizin* alemã como da medicina urbana francesa. Mas foi essencialmente na Lei dos Pobres que a medicina inglesa começou a tornar-se social, com os pobres passando a beneficiar-se de um sistema de assistência, mas também de controle médico. Foucault aponta o modelo inglês de assistência-controle e assistência-proteção como ambíguo, pois ao mesmo tempo em que intervém na ajuda e na satisfação aos mais pobres, protege os mais ricos, estendendo um cordão sanitário autoritário no interior das cidades, para evitar que os mais ricos não sejam vítimas das epidemias. Mas a Lei dos Pobres, como é apontada,

“foi somente um primeiro elemento de um complexo sistema cujos outros elementos aparecem mais tarde, em torno de 1870, com os grandes fundadores da medicina social inglesa”. Os chamados *health service* e *health officers* tiveram início em 1875. Estes últimos eram “mais ou menos mil, no final do século XIX”. Tinham por função: 1) obrigação e controle da vacinação; 2) organização e registro das epidemias e doenças capazes de se tornarem epidêmicas, obrigando as pessoas à declaração quando portadoras de doenças perigosas; 3) localização de lugares insalubres e eventual destruição de focos de insalubridade.

O *health service* foi complementar à Lei dos Pobres, no sentido de disponibilizar serviço médico ao pobre enquanto tal, mas com a característica de atingir toda a população. Nesse sentido, dispensava medidas preventivas como na medicina urbana francesa, ou seja, tratando de coisas, de lugares, do espaço social como um todo. Porém, quando da intervenção em lugares insalubres, do registro das doenças, da vacinação, deixava claro que tinham como objetivo o controle das classes mais pobres. Esse controle, segundo Foucault, cabia às instâncias dos *health officers*, e suscitou, “desde sua criação, reações violentas da população, de resistência popular, de pequenas insurreições antimédicas na Inglaterra da segunda metade do século XIX”³¹.

De maneira geral, pode-se dizer que, diferentemente da medicina urbana francesa e da medicina de Estado da Alemanha do século XVIII, aparece no século XIX e sobretudo na Inglaterra, uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas (Foucault, 1979: 96).

No final da conferência *O Nascimento da Medicina Social*, Foucault considera que a fórmula da medicina social inglesa foi a que teve futuro, ao permitir a assistência médica aos pobres, o controle de saúde da força de trabalho e o esquadramento geral da saúde pública, dando proteção às classes mais ricas: “essa é a sua originalidade, (pois) permitiu a realização de três sistemas médicos superpostos e coexistentes”: a medicina assistencial destinada aos mais pobres, uma medicina administrativa encarregada de problemas gerais como a vacinação, as epidemias etc. e uma medicina privada que beneficiava quem tinha meios para pagá-la. Foucault conclui que os ingleses, dessa forma, escaparam da pouco flexível medicina de Estado alemã e do projeto geral de controle urbano sem instrumento preciso de poder dos franceses.

O que se quer ou se pode extrair desse nascimento da medicina social em países europeus, quando da passagem do mercantilismo para o capitalismo, sobre terras distantes como o Brasil? A questão da higiene, como se vê através da genealogia de Foucault, se reveste de uma estrutura de poder e tem a sua centralização estatal ou no domínio mais localizado, ou em ambos simultaneamente. A questão pode pender-se mais para o domínio das políticas médico-sanitárias sobre os indivíduos ou sobre o meio em que vive e trabalha uma

---

³¹ Foucault comenta que essas resistências à medicina foram indicadas por Mckeown em uma série de artigos na revista *Public Law*, em 1967. Considera interessante analisar, não somente na Inglaterra, mas em diversos países do mundo, “como essa medicina, organizada em forma de controle da população pobres, suscitou resistência... que têm agora por objetivo lutar contra a medicalização, reivindicar o direito das pessoas não passarem pela medicina oficial, o direito sobre seu corpo, o direito de viver, de estar doente, de se curar e morrer como quiserem”. Aponta ainda diferenças dessa resistência nos países católicos, exemplificando com as peregrinações de Lourdes, desde o final do XIX até os dias de hoje, marcadamente “uma espécie de resistência difusa à medicalização autoritária sobre corpos e doenças”. Foucault, 1979: 96-97.

população. É oportuno lembrar a frase lapidar de Gérard Lebrun na epígrafe. E uma certeza se extrai para nós, brasileiros, com maior dramaticidade, posto que até quase o roçar do século XX, quando as descobertas científicas e suas aplicações estavam no seu auge, ainda mal nos despedíamos de uma sociedade escravocrata. Dura herança da higiene sobre nós, ao considerar os processos de urbanização que aqui também se firmaram através desses modelos. Essa higiene, como elemento primordial da medicina, poderíamos chamar de tudo, mas jamais de social.

A contribuição brasileira à cientificidade médico-sanitarista, no entanto, não pode ser desprezada. Ela não se deu sem embates políticos no domínio do poder e, igualmente, sem discussões calorosas entre nossos médicos e os primeiros sanitaristas que se empenharam no intercâmbio com seus pares na Europa. As “coisas” de nossas cidades, para o bem da saúde dos indivíduos, foram também postas em seus devidos lugares, como os cemitérios, os matadouros, os hospitais de isolamento. Regulamentos e códigos de higiene não faltaram, assim como serviços sanitários e polícia médica. O conjunto de práticas sanitárias espelhadas em diversos modelos do nosso além-mar, como o campanhista-policia do período inaugural republicano, ou anteriores, do governo colonial, ainda mais frágil em termos políticos, subjaz no terreno fértil da insalubridade. E nada disso escapou da sombra dos miasmas, tampouco ficou longe dos verdadeiros fantasmas que, para muitas doenças, seriam então os mosquitos, estes mais populosos em terras tropicais.

Saneamento e embelezamento urbano em contraponto ao urbanismo socializante

O modelo estetizante de Paris é resultado das reformas empreendidas pelo barão Georges-Eugène Haussmann, no Reinado de Napoleão III, na segunda metade do século XIX. No projeto de saneamento, a cidade antiga foi parcialmente destruída para dar lugar a grandes eixos rodoviários que destacavam, em seus extremos, monumentos significativos da memória triunfante dos franceses. Com isso, os chamados *sans-culottes* foram expulsos das áreas centrais, somente habitadas pela burguesia, que detinha condições de pagar pelas novas tipologias arquitetônicas articuladas ao belo arranjo urbanístico dos grandes bulevares. O modelo de Haussmann foi copiado mundo afora, a ponto de podermos falar de uma haussmannização generalizada, como aconteceu em muitas cidades brasileiras. Em 1906 foi inaugurada no Rio de Janeiro a famosa Avenida Central, hoje Rio Branco, parte de um conjunto de melhoramentos para compor a cidade com um cenário representativo da modernidade naqueles primeiros anos da República, em que subjazem os discursos de cientificidade higiênica e saneamento sobre o que restou da capital do Império. No *frenesi* da modernização pretendida – em momento de extrema recessão econômica, somada ao flagelo da epidemia que culminou na Revolta da Vacina – o prefeito Pereira Passos foi tomado como “um Haussmann Tropical”, como descrito pelo historiador Jaime Larry Benchimol (Benchimol, 1990). Ao caso do Rio de Janeiro, se associa o plano de urbanização para o centro de São Paulo, igualmente sob influências haussmannianas. Na capital paulista do início de século, quando se sobressai a economia cafeeira no mesmo *frenesi* para com

seus arranjos urbanísticos de extração europeizante, uma “Avenida Central” retilínea foi projetada, mas não construída, para sediar-se no eixo do Vale do Anhangabaú. No comparativo entre projetos monumentais, especulação imobiliária e segregação da pobreza, os mesmos aspectos republicanos marcaram a transformação de São Paulo de capital provinciana para grande metrópole. (Segawa, 2000; Campos, 2002; Simões Jr., 2004)

O urbanismo sanitarista no Brasil se reporta aos chamados “planos de embelezamento”, a vigorar entre 1875 e 1930. Originários de países do ocidente europeu, esses planos consistiam basicamente no alargamento de vias, na erradicação de ocupações de baixa renda nas áreas mais centrais (destruição de áreas consideradas insalubres, compostas por cortiços), na implementação de infraestrutura (especialmente de saneamento) e no ajardinamento de parques e praças (Villaça, 1999; Leme, 1999). O engenheiro Saturnino de Brito realizou planos para várias cidades brasileiras, algumas delas com diretrizes para a expansão urbana (Vitória, em 1896; Santos e Recife, entre 1909 e 1915). Leme (1999) esboça outras três fases nesse processo: “planos de conjunto” (1930-1965), em que se articulam sistemas de vias e de transportes, embora com forte caráter monumental (cf. o “Plano de Avenidas” de Prestes Maia para São Paulo e o “Plano Agache” para o Rio de Janeiro, ambos elaborados em 1930); “planos de desenvolvimento integrado” ou “superplanos” (1965-1971), em que dados físico-territoriais integram aspectos econômicos e sociais, mas com limitações por parte das estruturas administrativas, cada vez mais setorializadas e especializadas, e, por último, os “planos sem mapas” (1971-1992) criados por técnicos municipais, com diagnósticos reduzidos e confrontados com os de décadas passadas, ocultando conflitos inerentes à diversidade de interesses relativos ao espaço urbano. Villaça pondera sobre o zoneamento nesses planos, pois esse, como instrumento de política urbana, responde aos interesses das classes dominantes e à proteção do valor de propriedades fundiárias e a possibilidade de extração de lucros através da produção imobiliária.

Bastante diverso desse referencial haussmanniano firmado em Paris, o urbanismo socializante viria a “resolver um problema” do planejamento da cidade maquinista, sem fugir às questões atinentes à estrutura e ao saneamento das cidades. Aos técnicos arquitetos-urbanistas é reservada a tarefa da “urbanificação”³² em face das ordenações para o pensamento e o desenho das cidades, que são classificadas por Françoise Choay em dois tipos de projeções espaciais, que ela chama de modelos, pretendendo sublinhar o valor exemplar das construções e o seu caráter reproduzível.

Entre o modelo “progressista” e o modelo “culturalista”, a autora não deixa de apontar cruzamentos: atribui-lhes certo grau de utopia, mas em simultâneo à concretização de uma nova estrutura nas cidades que se faça em termos da racionalização das vias de comunicação e dos novos equipamentos por elas conectados (estações), somando-se a outros que aparecem “como um fenômeno exterior aos indivíduos”: lojas, hotéis, prédios para alugar, além de quarteirões onde se concentram o comércio, os serviços e a Bolsa de Valores, chamada por Choay de “nova igreja”. Uma nova ordem urbana se conecta a uma

---

³² Choay atribui o termo a G. Bardet, para designar o fenômeno espontâneo do desenvolvimento urbano, em oposição à expressão organizada pretendida pelo urbanismo.

nova ordem social: a classe operária tende aos subúrbios, as indústrias são levadas para os arrabaldes e as cidades deixam de se configurar como entidades espaciais bem delimitadas.

Tanto o referencial de Haussmann quanto os modelos do urbanismo socializante destacados por Choay serão apresentados em tópicos distintos no segundo capítulo desta tese para confrontar o saneamento, através da ciência urbano-sanitarista, com o aspecto representativo da modernidade, por meio do embelezamento dos espaços públicos. Com isso, pretende-se confrontar, também, as utopias mais ou menos aderidas ao sistema capitalista ou debruçadas sobre horizontes socialistas, o que chega até nossos dias como conceituações teóricas e realizações que não dispensam o respaldo do Movimento Moderno, em especial como frutos dos subsequentes CIAM, desde 1928, e da Carta de Atenas³³.

Retrocedendo a períodos históricos relevantes, como é possível de se constatar de extensa literatura e historiografia, vê-se que o urbanismo socializante, nos seus primórdios, teve restrições severas no confronto com realidades liberais das mais distintas ou difusas em terras tropicais. Ao apresentar e discutir os espaços públicos nas capitais históricas da nação, Maria Irene Szmrecsányi mostra “o quanto as tradições do Brasil se afastam desse ideal, adquirindo sentido patrimonialista”:

(...) o liberalismo entendido como império da livre iniciativa não deixa de estar presente na produção do espaço urbano brasileiro, lado a lado com a regulamentação da atividade privada e do ordenamento do território público como representação e afirmação do Estado. Parte do território, desde a Colônia e mesmo no presente, criou-se, sobreviveu e expandiu-se sob o descaso inoperante do Estado ou à revelia das leis, enquanto que a intervenção estatal sobre a cidade esteve ligada a interesses de negócios de poucos, numa forma patrimonial de gestão (Szmrecsányi, 2006: 125).

As experiências do Rio de Janeiro e São Paulo de há mais de século subsidiam esse aspecto subjacente na tese, ao conectar a saúde das populações com os processos de reformas urbanas e os direitos civis, políticos e sociais na formação de cidadãos em tempos em que isto era difícil ou, segundo José Murilo de Carvalho, impossível, lembrando ele da famosa frase: “O Brasil não tem povo”³⁴.

Um século e meio de ciência urbanística fortaleceu o caráter representativo da modernidade e da prosperidade econômica, em que as cidades atestam, com o saneamento e as obras de infraestrutura básica, também o capricho dos arranjos arquitetônicos de suas áreas centrais.

---

³³ Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, encerrados no pós-guerra, se dividiram em fases distintas, sendo a primeira delas (1928-1932) sob o modelo progressista, em que se tratou de problemas habitacionais, com propostas de habitação de baixo custo através da racionalização da construção; uma segunda fase (1932-1947), fortemente influenciada por Le Corbusier, abordou questões relativas ao planejamento urbano sob a ótica funcionalista, período em que se formulou a Carta de Atenas (1933 – IV Congresso); uma terceira e última fase (1947-1959) é caracterizada pela tentativa de ultrapassar a concepção considerada abstrata da cidade funcional, ao apontar a demanda de um ambiente físico para a satisfação das necessidades emocionais e materiais dos cidadãos. A Carta de Atenas, que se tornou pública a partir de 1941, por iniciativa de Le Corbusier, que redigiu o texto final, prega uma morfologia que influencia a produção técnica até o final dos anos 1970: o chamado *International Style* unifica a convergência criada pelos CIAM, tradução literal de uma postura “única e coesa” a facilitar sua divulgação e reprodução pelo mundo. Destacam-se neste contexto, em países europeus, as obras de Gropius, Mies van der Hohe e Le Corbusier, este último com forte influência no Brasil, sendo a vertente norte-americana ligada ao modelo naturalista de Frank Lloyd Wright.

³⁴ A frase é atribuída a Louis Couty, biólogo francês que ensinava no Rio de Janeiro em 1881, e que publicou um livro intitulado *A escravidão no Brasil*, apud Carvalho, 2013: 64. A frase também é citada por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*.

No caso brasileiro, entretanto, as práticas sanitárias da sociedade modernizante ficaram escamoteadas entre as subsequentes alianças políticas de governabilidade, tal como se comprova nos territórios urbanos submetidos ao “cheiro de ralo” de nossas cidades. Vale dizer que tal realidade não ser totalmente atribuída às proposições e realizações de nossos sanitários – concatenados que foram com os encontros científicos realizados em solo europeu e americano – mas sim às ações destes em conjunto com as insipientes políticas públicas, salientando o que Otávio Ianni coloca sobre o crescimento econômico como “fábrica de progresso”. Em suma, o “progresso” e seu mito desenvolvimentista, disseminado entre nós pelo avesso de uma necessária equidade social: “em outros termos, a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social” (Ianni, 2004: 121).

Perspectivas sociais e reconhecimento intersubjetivo para a saúde das cidades

São muitos os autores que, ante o mito desenvolvimentista, a “fábrica” de desigualdades encoberta pela noção de “prosperidade econômica”, respaldam projetos políticos emancipatórios para o bem-viver nas cidades. David Harvey, por exemplo, propôs o seu “utopismo dialético” em *Space of Hope* (2000), ao contrapor o *status* degradado do ser social como “marionetes do mundo institucional” e “os corpos e as pessoas políticas” no espaço global como uma “sementeira de potencialidades humanas”. Harvey entrevê a possibilidade de mudar o mundo e a nós mesmos. Em *Space of Hope* o geógrafo não se distancia de seu viés crítico marxista, e não permite render-se ao utopismo de um projeto político emancipatório: sua referência a Lefebvre e a Foucault ajuda a contestar a visão mecanicista e absolutista por meio da qual o corpo é contido e disciplinado, esboçando uma crítica à produção do espaço e do tempo cartesianos, inibidora das estratégias de emancipação humana.

Não descartando essa dialética proposta pelo geógrafo Harvey, que está no escopo do que viremos a tratar, seguiremos com o enfoque de um projeto político emancipatório ligado ao reconhecimento intersubjetivo e observado nas práticas sociais contemporâneas, a partir da *Luta por Reconhecimento* de Axel Honneth (2009), que vê nas lutas sociais a possibilidade de uma teorização acerca de padrões de justiça, discutidos originalmente nos escritos de Hegel, contracenados com o direito natural hobbesiano³⁵. Em seguida, faremos um paralelo entre o “reconhecimento” e a “redistribuição” através das contribuições de Nancy Fraser, ou mais precisamente de seu artigo *Reconhecimento sem ética?* (2007), no qual a filósofa americana discute essas duas ordens de normatividade, respectivamente ligadas à eticidade (*Sittlichkeit*)

---

³⁵ Honneth, 2003. *Luta por Reconhecimento* é a versão em livro (1992), fruto da tese de livre-docência defendida por Axel Honneth em 1990, no Instituto de Filosofia da Universidade de Frankfurt, onde foi assistente de Jürgen Habermas entre 1984 e 1990. Em 1996, Honneth sucedeu Habermas em seu posto naquela universidade e, em 2001, assumiu também a direção do *Institut für Sozialforschung* (Instituto de Pesquisa Social), conhecido por “Escola de Frankfurt” (fundado em 1924 por Max Horkheimer, Felix Weil e Friedrich Pollock, tendo como referência teórica a obra de Marx e o marxismo, inaugurando uma vertente intelectual que ficou conhecida por “Teoria Crítica”).

e à moralidade (*Moralität*), que ela vê dissociadas no conjunto das questões filosóficas, mas podendo ser integradas como forças políticas, com vistas a um projeto emancipatório definido como “modelo de *status*”, isto é, um modelo de igualdade de *status* objetivando uma “paridade participatória”³⁶.

Para complementar o reconhecimento hegeliano reinterpretado por Honneth e discutido por Fraser, vemos a necessidade de buscar as noções de direitos civis, políticos e sociais como as oferecidas por Marilena Chauí e José Murilo de Carvalho, que serão vistas no terceiro capítulo, no “Excurso”, então colocado como plataforma para nossa análise sobre a trajetória de oblações e conquistas desses direitos entre as representações da elite e do povo no Brasil republicano. Com isso, o que se pretende é justapor as práticas sociais com as experiências urbanas e a urbanística em momentos-chave de liberalismos exacerbados, contrapostos ao papel do Estado como mediador pela saúde, pela liberdade e pela segurança dos cidadãos, em suma, pelo ideal democrático como sinônimo de saúde política.

Em nosso entendimento, tais abordagens enriquecem e atualizam as questões já vistas através de Foucault, que nos ofereceu a possibilidade de encontrar a multiplicidade de arenas na esfera cultural e política e perceber as tensões sociais aí presentes em suas formas paradigmáticas e historicamente definidas. Considera-se, assim, relevante avançar na questão do reconhecimento, de seu lugar no contexto político e de sua relação com a esfera econômica, sobretudo em termos de representatividade através do Estado, pois,

à medida que o papel econômico se torna mais invasor, e mais complexo o seu funcionamento, a tarefa do Estado passa a ser cada vez menos proteger a liberdade de alguns, e cada vez mais garantir a segurança do maior número (Lebrun, 1984: 89-90).

Com essa afirmativa, Gerard Lebrun pergunta ainda “como evitar que surja o despotismo administrativo numa democracia”, ao recuperar a mesma indagação de Alexis de Tocqueville, enunciada da seguinte maneira:

sob que condições a palavra democracia pode não ser um engodo? Como combinar as suas duas componentes – *demos* (povo) e *kratein* (exercer o poder) – de modo que nem uma nem outra (nem o povo soberano nem o poder) seja esvaziada do seu sentido? (Lebrun, 1984: 93-94)³⁷

Essa questão, da forma como foi colocada acima, traz à reflexão o significado latente do termo democracia, correspondente ao esforço para superar o autoritarismo por meio das lutas sociais e políticas pela conquista da cidadania. Para clarear tal significado, recorreremos às palavras de Marilena Chauí sobre os três níveis simultâneos e diferentes nos quais se

---

³⁶ Fraser, 2007. Partes deste artigo foram adaptadas e extraídas do ensaio *Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition and Participation*, publicado por *The Tanner Lectures on Human Values*, Stanford University, 30 abr.–2 maio, 1996.

³⁷ Segundo Gerard Lebrun, Tocqueville recusa-se a chamar “democrático” um governo absoluto em que o povo não tem nenhum papel nos negócios, ainda que as leis sejam feitas de modo a favorecer, na medida do possível, o seu bem-estar (p. 95). Lebrun se reporta ao “perigo” do individualismo que se desenvolve nas sociedades democráticas: “O único remédio possível é a liberdade política, entendida como a participação efetiva dos cidadãos nos negócios públicos. Só ela pode impedir a atomização do tecido social que favorece o despotismo”. Lebrun, 1984: 96.

realizaram as lutas para a conquista da cidadania, analisados por ela à luz da experiência brasileira³⁸. Segundo Chauí, o conjunto de obstáculos enfrentados pela população se deu,

em primeiro lugar, como exigência do estabelecimento de uma ordem legal de tipo democrático na qual os cidadãos participam da vida política por meio de partidos políticos, da voz e do voto, implicando uma diminuição do raio de ação do Poder Executivo em benefício do Poder Legislativo ou dos parlamentares. Neste nível, a cidadania está referida ao direito de representação política, tanto como direito a ser representado quanto como direito a ser representante (...) Em segundo lugar, como exigência do estabelecimento de garantias individuais, sociais, econômicas, políticas e culturais cujas linhas gerais definem o estado de direito em que vigorem pactos a serem conservados e respeitados e o direito à oposição. Neste nível, a ênfase recai sobretudo na defesa da independência e da liberdade do Poder Judiciário, a cidadania estando referida aos direitos e liberdades civis (...) Em terceiro lugar, como exigência do estabelecimento de um novo modelo econômico, destinado à redistribuição mais justa da renda nacional, não só de tal modo que se desfaça a excessiva concentração da riqueza e seja modificada a política social do Estado, mas sobretudo na exigência de que as classes trabalhadoras possam defender seus interesses e direitos tanto através dos movimentos sociais, sindicais e de opinião pública quanto pela participação direta nas decisões concernentes às condições de vida e de trabalho. Neste nível, a cidadania surge como emergência sociopolítica dos trabalhadores (desde sempre excluídos de todas as práticas decisórias no Brasil) e como questão de justiça social e econômica (Chauí, 2013: 268).

Os movimentos populares, protagonistas dessa luta por direitos no Brasil afirmam, segundo Chauí, que “representação, liberdade e participação têm sido a tônica das reivindicações democráticas que ampliaram a questão da cidadania, fazendo-a passar do plano político institucional ao da sociedade como um todo”. Longe de considerar que a população tenha alcançado a cidadania plena através dessas lutas, no entanto, registram-se especificidades que valem aqui destacar:

Quando se examina o largo espectro das lutas populares nos últimos anos, pode-se observar que a novidade dessas lutas se localiza em dois registros principais. Por um lado, no registro político, a luta não é pela tomada do poder identificado com o poder do Estado, mas é luta pelo direito de se organizar politicamente e de participar das decisões, rompendo a verticalidade hierárquica do poder autoritário. Por outro lado, no registro social, observa-se que as lutas não se concentram apenas na defesa de certos direitos ou na sua conservação, mas são lutas para conquistar o próprio direito à cidadania e constituir-se como sujeito social, o que é particularmente visível nos movimentos populares (Chauí, 2013: 268-269).

A “novidade”, portanto, é esse sujeito social que aparece como sujeito participante nos quadros institucionais, reivindicando o direito de representação política, direito a ser representado e de ser representante, reunindo exigências por direitos políticos e civis, mas também sociais, uma vez colocada a exigência de um novo modelo econômico, destinado à redistribuição de renda, buscando uma forma mais justa, lembrando que neste nível a ordem legal no Brasil tem marcas profundas, pois “desde sempre (os trabalhadores foram) excluídos de todas as práticas decisórias no Brasil”. Com esse exemplo de luta por participação e equidade social, admitimos ter alcançado uma resposta à indagação de Tocqueville exposta por Lebrun, enumerando condições para que a ordem política democrática não seja um “engodo” ou não seja “esvaziada do seu sentido”.

---

³⁸ A partir de *Cultura Popular e autoritarismo*. Texto de Marilena Chauí originalmente uma conferência proferida no simpósio *Popular Culture and Democracy*. Smithsonian Institut, Washington DC, 1987. In: Chauí, 2013.

Buscamos agora aproximar essa questão relacionando democracia com saúde. Sabemos que o sentido de saúde ou o sentimento de estar sadio implica uma dimensão individual de difícil definição, e mais ainda quando se toma a saúde dos indivíduos ajustada à sociedade. Esse “ajustamento” requer uma “maturidade” dos indivíduos, como observa Donald Winnicott em *Sobre o Significado da Palavra Democracia* (1950)³⁹, ao formular que o indivíduo normal, sadio e maduro é aquele em que, “de acordo com sua idade cronológica e seu ambiente social há um grau de desenvolvimento emocional apropriado” (Winnicott, 2011: 230). Entretanto, afirma Winnicott o seguinte:

Se democracia é maturidade, a maturidade é saúde e a saúde é algo desejável, é natural que procuremos saber se podemos fazer algo para promovê-la. Tomemos como certo que a simples imposição da estrutura democrática seria perfeitamente inútil (Winnicott, 2011: 230).

A saúde é “algo desejável”, como fala Winnicott. A salubridade, que “não é o mesmo que saúde”, como diz Foucault, mas “sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível”, por sua vez, também é algo desejável, posto que a insalubridade pode provocar doenças, como um sem número delas, disseminadas justamente pelo inadequado “estado das coisas”. Nesse conjunto de ordenações entre “desejos” e “coisas”, já encontramos uma dialética que se desdobra para o entendimento da democracia como saúde política, sendo seu “único remédio” a liberdade política, entendida como a participação efetiva dos cidadãos nos negócios públicos. Só ela pode impedir a atomização do tecido social que favorece o despotismo.

A saúde deve ser internalizada, amadurecida e desejada, tal como a democracia: se não for internalizada, torna-se uma inutilidade, uma simples imposição, como fala Winnicott.

É preciso que (...) o mundo interno de cada votante (na estrutura democrática) seja transformado numa arena política (...) *De uma democracia verdadeira, pode se afirmar: Nesta sociedade e nesta época, há uma proporção suficiente de indivíduos que atingiu um grau suficiente de maturidade emocional para que exista uma tendência inata à criação, à recreação e à conservação da estrutura democrática* (Winnicott, 2011: 230-231, grifos do autor).

Em face da construção de uma estrutura democrática, podemos agora partir para a indagação sobre como operar com vistas a essa “saúde emocional”. Como, afinal, abranger esse “mundo interno de cada votante” na “proporção suficiente” de sua “maturidade emocional”? A resposta não é tão simples como se pode imaginar, em primeiro lugar porque, como nos lembra Gerard Lebrun, o poder está em todo lugar, e não se pode ignorá-lo, ou imaginá-lo ausente de um regime representativo ou “incompleto”, ou seja, aquele em que o “poder do povo” ainda não considera os preceitos de uma cidadania plena. Em segundo lugar porque, tal como vimos através de Foucault e sua genealogia, nos meandros da “alma moderna” o saber e o poder remetem um ao outro continuamente com o objetivo de dominar o corpo, docilizá-lo, assim como produzir uma sociedade “ajustada” em termos de racionalização. Em suma, porque essa “razão iluminista”, por assim dizer, perpetua os

---

³⁹ Winnicott, 2011. Também publicado em: *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. O texto foi escrito para a editora Human Relations sob o título *Some thoughts on the meaning of the word democracy*, em junho de 1950.

processos de sujeição dos indivíduos: “o homem na pós-modernidade é aquele que desconfia da modernidade”⁴⁰.

Entretanto, como sempre repetiu Foucault, “só há poder quando há resistência” (Corrêa, 2007). Daí que nossos próximos passos procurem identificar manifestações de resistência às diversas formas de dominação, tanto no sentido libertário quanto reativo aos modelos de racionalização. Se há “resistência” e mal-estar no presente, é porque passamos por experiências negativas que nos acercam de desconfiança sobre o passado.

Há desrespeito no que vivemos e onde vivemos. No quadro da estrutura das relações sociais de reconhecimento de Axel Honneth, a cada uma das três formas de reconhecimento corresponde uma forma de desrespeito: a exemplo das relações primárias de amor e amizade, cuja forma de desrespeito se dá pelos maus-tratos; das relações jurídicas, às quais correspondem a privação de direitos e exclusão; e da comunidade de valores (solidariedade), à qual corresponde a degradação moral e a ofensa. Há, portanto, uma patologia social em evidência, para a compreensão da qual Axel Honneth encontra ferramentas nos conceitos psicanalíticos. Daí sua formulação teórica do reconhecimento como um diagnóstico do estado patológico de desrespeito que os atores sociais deixam transparecer como sintomas de mal-estar. Daí sua atenção à análise terapêutica dos relacionamentos patológicos e à teoria psicanalítica das relações de objeto, que infere as condições que podem conduzir a uma forma bem-sucedida de ligação afetiva com outras pessoas.

Contudo, não foi pela concepção freudiana do desenvolvimento psíquico ou “na sequência de formas de organização da relação ‘monológica’ entre pulsões libidinosas e capacidade do ego” que Honneth foi buscar um quadro conceitual para abranger as relações emotivas do sujeito autônomo com outras pessoas, mas sim no interior da psicanálise mais precisamente aberta à pesquisa e à terapêutica da Inglaterra e dos Estados Unidos do pós-guerra⁴¹. Vejamos rapidamente essa questão relacionada à “maturidade emocional” dos sujeitos sociais, como observa Honneth a partir de Winnicott e que, por seu turno, ele vê arraigada às intuições de Hegel na *Luta por Reconhecimento*.

---

⁴⁰ Esta frase foi pronunciada pelo professor Dr. Carlos Alberto Bianca Bittar na disciplina “O Direito na Pós-Modernidade”, ministrada no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP, que cursamos no segundo semestre de 2008, concluindo-a com o trabalho sobre o texto *Luta por Reconhecimento*, de Axel Honneth.

⁴¹ “(...) se o processo de socialização dependia determinantemente das experiências que a criança pequena faz no relacionamento afetivo com seus primeiros parceiros da relação, então não podia mais ser mantida em pé a concepção ortodoxa...; pelo contrário, o quadro conceitual da psicanálise carecia de uma ampliação fundamental, abrangendo a dimensão independente de interações sociais no interior da qual a criança aprende a se conceber como um sujeito autônomo por meio da relação emotiva com outras pessoas. Finalmente, pelo lado terapêutico, veio ao encontro dessa conclusão teórica a descoberta de que um número crescente de pacientes sofria de enfermidades psíquicas que já não podiam mais ser atribuídas a conflitos intrapsíquicos entre os componentes do Ego e do Id, mas somente a distúrbios interpessoais no processo de desligamento da criança; tais formas de patologia,... como as existentes no caso dos sintomas de *borderline* e de narcisismo, forçaram os terapeutas a recorrer em forte medida a abordagens incompatíveis com as concepções ortodoxas, visto que buscavam conferir um significado independente às ligações recíprocas entre as crianças e as pessoas de referência.” Honneth, 2003: 162-163.

“Voltando às crianças pequenas”, como fala Winnicott, “quando proporcionamos (a elas) um certo tipo de ambiente saudável, temos em vista determinado objetivo – a saber, o de tornar possível o crescimento de cada criança até o estado adulto, o qual, no coletivo, chama-se democracia”⁴². Honneth afirma que Winnicott “escreveu seus trabalhos da perspectiva de um pediatra com postura psicanalítica que procura obter, no quadro do tratamento dos distúrbios comportamentais psíquicos, esclarecimentos acerca das condições ‘suficientemente boas’ da socialização de crianças pequenas”.

A primeira questão formulada por Honneth a partir de Winnicott se reporta ao processo de interação entre mãe e filho, essa “unidade originária do comportamento, reciprocamente vivenciada” e como se constitui, afinal, a separação desse “ser-um”, de forma que eles aprendam a se aceitar e amar como pessoas independentes.

A formulação da questão já indica que desde o início Winnicott concebeu o processo de amadurecimento infantil como uma tarefa que só através da cooperação intersubjetiva de mãe e filho pode ser solucionada em comum: visto que ambos os sujeitos estão incluídos inicialmente, por meio de operações ativas, no estado do ser-um simbiótico, eles de certo modo precisam aprender do respectivo outro como eles têm de diferenciar-se em seres autônomos (...) Para caracterizar (essa) primeira fase..., Winnicott aduz a categoria de “dependência absoluta” (...) (Quando o) empuxo de emancipação (da mãe) principia no momento em que ela pode voltar a ampliar seu campo de atenção social (...) sua identificação primária e corporal com o bebê começa a fluidificar (...) A essa “des-adaptação” graduada da mãe corresponde, pelo lado do bebê, um desenvolvimento intelectual que provoca, juntamente com a ampliação dos reflexos condicionados, a capacidade de diferenciar cognitivamente o próprio ego e o ambiente... (e) isso significa para a criança, ao mesmo tempo, uma percepção germinal de sua dependência: ela sai da fase da “absoluta dependência”... (e passa a) um novo estágio de interação, ao qual Winnicott anexa o conceito de “dependência relativa”, (quando) ocorrem todos os passos decisivos no desenvolvimento da capacidade infantil (Honneth, 2003: 167-168).

Sobre a fase da “dependência relativa”, a relação entre mãe e filho constitui o “ser-si-mesmo em um outro”, como um padrão elementar de todas as formas maduras de amor: “processo de desilusão”, inicialmente, em virtude do aumento da autonomia de ação da criança; um desafio a ser vencido, pois o mundo subjetivo da criança agora escapa gradativamente de seu controle onipotente, e ela precisa começar a chegar a um “reconhecimento do objeto como um ser com direito próprio” (Winnicott, apud Honneth, 2009: 168).

Nos enfoques interpretativos convencionais, (as) erupções de agressividade infantil são colocadas na maioria das vezes num nexos causal com frustrações que ocorrem devido à experiência da perda do controle onipresente; para Winnicott, ao contrário, elas representam em si ações oportunas, através das quais o bebê testa de maneira inconsciente se o objeto, afetivamente investido em alta medida, pertence de fato a uma realidade ininfluenciável e, nesse sentido, “objetiva”; se a mãe sobrevive a seus ataques destrutivos sem revidar, ele se desloca praticamente, de certo modo, para um mundo no qual existem ao lado dele outros sujeitos. Nesse sentido, os atos destrutivos e lesivos não são a expressão de

---

⁴² De Winnicott, sobre suas posições em relação a escola psicanalítica freudiana e as questões abordadas por Honneth, ver especialmente o capítulo “Crescimento e Desenvolvimento na fase imatura”, onde se encontra também a frase citada. Winnicott, 2011: 30.

uma elaboração negativa de experiências frustrantes; eles formam os meios construtivos com base nos quais a criança pode chegar a um reconhecimento da mãe, isento de ambivalência, como “um ser com direito próprio”: se ela suporta seus atos destrutivos como pessoa capaz de resistência, chegando até mesmo a lhe dar, com negativas, ensejo a erupções de fúria, então ele se torna capaz, através da integração de seus impulsos agressivos, de amá-la sem fantasias narcisísticas de onipotência. Na ligação que surgiu agora, a criança pode reconciliar sua afeição pela mãe, ainda alimentada de forma simbiótica, com a experiência da autonomia desta: Durante esse tempo, a mãe é necessária, e ela é necessária por causa de seu valor de sobrevivência. Ela é uma *mãe-ambiente* e, ao mesmo tempo, uma mãe-objeto, o objeto do amor excitado. No último papel, ela é repetidamente destruída ou danificada. A criança integra gradualmente esses dois aspectos da mãe e gradualmente se torna capaz, ao mesmo tempo, de amar a mãe sobrevivente com ternura (Honneth, 2003: 168-169, grifos nossos).

Na fase da “dependência relativa” de Winnicott, Honneth introduz as interpretações dadas por Jessica Benjamin⁴³ que a desdobra em dois mecanismos que ela chama de “destruição” e de “transição”. É com a “destruição”, ou seja, com a expressão agressiva da criança para reconhecer a mãe como um ser independente e com reivindicações próprias que se evidencia “uma espécie de luta”, e que será possibilitada a “transição”, isto é, a passagem para a experiência do amor recíproco, sem que se retorne ao estado “simbiótico”⁴⁴.

Se concebermos dessa maneira o primeiro processo de desligamento da criança como o resultado de manifestações de comportamentos agressivo, então se revela justificada a proposta de Jessica Benjamin de aduzir aqui a “luta por reconhecimento” descrita por Hegel, considerando-a um modelo instrutivo: com efeito, só na tentativa de destruição de sua mãe, ou seja, na forma de uma luta, a criança vivencia o fato de que ela depende da atenção amorosa de uma pessoa existindo independentemente dela, como um ser com pretensões próprias. Para a mãe, inversamente, isto significa que também ela tem que aprender primeiro aceitar a independência de seu confrontante, se quer “sobreviver” a seus ataques destrutivos no quadro do seu espaço de ação novamente alargado: a carga agressiva da situação requer dela que compreenda as fantasias e desejos destrutivos de seu filho como algo que vai contra os seus próprios interesses e que, por isso, só compete a ele, como uma pessoa já autonomizada. Se, pelo caminho assim traçado, um primeiro passo de delimitação recíproca é bem-sucedido, a mãe e a criança podem saber-se dependentes do amor do respectivo outro, sem terem de fundir-se simbioticamente uma na outra (Honneth, 2003: 169-170).

Winnicott fala em “estados de excitação” da criança, referenciando os processos destrutivos como “espécie de ideias e de organizações de excitação”, como estágios que apresentam conflitos próprios, e “nem o maior cuidado seria capaz de alterar esse fato”. Daí a natureza do “bom cuidado” consistir em “oferecer a cada criança um conjunto de condições consistentes para que ela possa elaborar o que lhe é específico”, lembrando que esses “estados de excitação” correspondem à base das brincadeiras e dos sonhos, mesmo as necessidades instintivas que recaem em “degringoladas” e exigem predominância de atenção. “Por sorte”, diz Winnicott,

---

⁴³ Ver: J. Benjamin, *Recognition and destruction: An outline of intersubjectivity*. In: *Like Subjects, Love Objects: Essays on Recognition and Sexual Difference*. New Haven: Yale University Press, 1995. Disponível em: < www.psychematters.com/papers/benjamin.htm >

⁴⁴ Quanto aos mecanismos de “destruição” e de “transição” interpretados por Honneth a partir dos estudos de Jessica Benjamin, ver também: Saavedra, 2007: 103-104. Entre os textos de Winnicott referenciados por Honneth em *Luta por Reconhecimento*, destacam-se *Reifungsprozesse und fördernde* (Frankfurt, 1994), traduzido por *O Ambiente e os processos de Maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983 e *Vom Spiel zur Kreativität* (Stuttgart, 1989), em português, *O brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

enquanto as crianças vão descobrindo esta difícil realidade, podem alcançar picos de satisfação de uma série de maneiras características da infância. A comida, por exemplo, pode ter muita importância. O sono resolve muita coisa. O defecar e o urinar podem ser experiências extremamente satisfatórias, assim como uma boa briga, ou uma surra. Não obstante, toda infância apresenta uma série de sintomas que refletem claramente a condição de *"estar todo arrumado sem ter para onde ir"*: excitado, mas sem condições de atingir um clímax (ataques coléricos, etc.). Essas coisas não são necessariamente anormais (Winnicott, 2011: 37, grifos nossos).

Já o conceito de "objeto transicional" consiste na "inclinação das crianças" para contrair uma relação afetiva com objetos de seu ambiente material (brinquedos ou partes deles, o próprio dedo polegar, pontas de travesseiros), que são tratados como uma "posse exclusiva, amados temporariamente com ternura, mas também destruídos com paixão".

Winnicott enxerga a chave para a explicação da função desses objetos transicionais no fato de os parceiros de interação da criança também os classificarem num domínio da realidade perante o qual a questão da ficção ou realidade se torna irrelevante; como que por acordo tácito, eles são situados num domínio "intermediário", do qual os implicados não precisam mais discernir se pertence a um mundo interno de meras alucinações ou ao mundo empírico das circunstâncias objetivas: "Em relação ao objeto transicional, há por assim dizer uma espécie de acordo entre nós e o bebê de que nós nunca colocaremos a questão: 'Você imaginou isso ou foi-lhe apresentado de fora?'. É importante que uma decisão nesse ponto não seja esperada. A questão não é para ser formulada" (Honneth, 2003: 170-171; cf. Winnicott, 1975).

Como observa Honneth, os "objetos transicionais" formam uma "dupla natureza" para as crianças, que os utilizam aos olhos dos pais para continuar a viver suas fantasias originárias de onipotência depois da separação da mãe, ao mesmo tempo em que esses objetos lhes servem para "testar" a realidade de maneira criativa, ora para referir à fase de simbiose, ora para expor as tentativas de destruição⁴⁵.

Winnicott crê poder concluir daí que os objetos transicionais seriam de certo modo elos de mediação ontológica entre a vivência primária do estar fundido e a experiência do estar separado: no relacionamento lúdico com os objetos afetivamente investidos, a criança tenta amiúde lançar pontes simbólicas sobre o abismo dolorosamente vivenciado da realidade interna e externa. A circunstância de que está associado a isso, ao mesmo tempo, o começo de uma ilusão intersubjetivamente aceita faz com que Winnicott dê um passo a mais, chegando a uma tese com consequências profundas e dificilmente sintetizáveis: porque *aquela esfera de mediação ontológica deve sua constituição à solução de uma tarefa que continua a subsistir para os homens ao longo de sua vida, ela é o lugar psíquico da gênese de todos os interesses que o adulto demonstrará pelas objetivações culturais*. Não sem senso para agudezas especulativas, Winnicott diz: "Afirmamos aqui que *a tarefa de aceitação da realidade nunca é totalmente completada*, que nenhum ser humano está livre da pressão de relacionar realidade interna e externa, e que a libertação dessa pressão é oferecida por um domínio de experiência intermediária [...] não colocada em questão (arte, religião, etc.). Esse domínio intermediário está em continuidade direta com o domínio lúdico das crianças pequenas, que estão 'perdidas' no seu jogo" (Honneth, 2003: 171-172, grifos nossos).

Essas afirmações sobre os "objetos intermediários" são para nós relevantes como evidências de um processo de socialização, tema trabalhado por Winnicott e por muitos teóricos da comunicação e dos processos de aprendizagem, como Lev Vygotsky e Jean Piaget. A "ludicidade", por seu turno, muitas vezes se perde numa "armadilha" quando "isolada dos demais aspectos culturais do universo em que estão inseridas as crianças": sendo um

---

⁴⁵ Ver primeiro capítulo de *O brincar e realidade*, de Winnicott (1975).

construto cultural, modifica-se de acordo com a sociedade em que se insere⁴⁶.

Tendo como invólucro a cultura geral e como fim a socialização, a ludicidade é rica em significados, ela permite à criança que a vivencia, a experiência de ser criança, fazer parte da cultura adulta e preparar-se para assumir um papel, uma função social na comunidade de que participa. Por essa razão, a cultura lúdica de um povo revela muito sobre ele, sobre o lugar das crianças em sua sociedade, sobre o modo como elas são ensinadas, socializadas e sobre em que circunstâncias o mundo adulto e infantil se encontram (Oliveira e Souza, 2008: 2).

O brincar está associado à infância porque é com a criança que se dá o momento inaugural dessa atividade lúdica, porém, a brincadeira não é exclusiva da criança na perspectiva da relação que o indivíduo estabelece com os objetos do mundo externo. Os “objetos transicionais”, nesse sentido, constituem a “possibilidade de uma abertura de um campo onde os aspectos da subjetividade se encontram com os elementos da realidade externa para possibilitar uma experiência criativa com o conhecimento”: trata-se de um “brincar” com a realidade, da construção de um universo particular de forma a dar outro significado ao cotidiano, incorporando “vivências místicas” que enfatizam uma sensibilidade em face do mundo real, conforme falam Oliveira e Souza em seu trabalho *Brincar para Comunicar* (2008)⁴⁷.

A cultura lúdica como um “entre-lugar”: subjetividade e objetividade no espaço e no tempo

Os “objetos transicionais” estão relacionados a essa experiência criativa do conhecimento, mas são vistos por Winnicott na esfera de um “entre-lugar” pelo “brincar compartilhado”, assumindo formas de subjetividade e objetividade com implicações mais fecundas no processo de socialização dos indivíduos: o brincar compartilhado, como veremos a seguir, acaba sendo o instrumental do próprio ser e do fazer, sendo a brincadeira uma atividade que caracteriza “uma forma básica de viver”.

De acordo com Winnicott, o brincar teria um espaço e um tempo (...) O brincar é a grande experiência cultural dos indivíduos. A esta área ocupada pelo brincar, Winnicott dá o nome de “área intermediária” ou “espaço potencial”. Este espaço estaria, na primeira infância, entre a mãe e o bebê e foi chamado por Winnicott de “playground” por ser o lugar onde a brincadeira começa na vida do indivíduo. Logo, a criança que brinca habita uma área específica, mas tarde ela trará para essa área objetos (brinquedos) ou fenômenos oriundos da realidade externa. Na verdade, esta área intermediária está presente na constituição do ser de modo geral, *o que a diferencia é o uso que o indivíduo fará dela a cada ciclo de sua vida*. Na primeira infância o bebê faz uso deste espaço para criar ilusões; a criança durante a infância utiliza-se dele para brincar; e é nele que o adulto vai desenvolver a sua criatividade. Este espaço é pois, um espaço de tráfego entre o interior e o exterior. É nele que o brincar se situa, jamais somente na esfera do objetivo ou do subjetivo; o brincar resulta da liminaridade, *do entre-lugar entre objetividade e subjetividade*. O brincar, de acordo com Winnicott, estaria dividido em dois grandes importantes estágios. No primeiro o bebê cria o objeto; este objeto é repudiado como “não-eu”, reaceito e objetivamente percebido; então,

⁴⁶ Cf. Leide Oliveira e Emilene Souza, *Brincar para Comunicar: A ludicidade como forma de Socialização das Crianças*. Trabalho apresentado no X Congresso de Ciências da Comunicação, promovido pela Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Luís, MA, junho de 2008. Disponível em: <www.intercom.org.br>.

⁴⁷ Leide Oliveira e Emilene Souza, *op. cit.*, a partir de *O brincar e a realidade*, de Winnicott.

a criança se põe a brincar no espaço intermediário entre ela (o eu) e o objeto (o não-eu), é a isto que Winnicott deu o nome de “fenômenos transicionais”. Para ele, o brincar é antecedido por estes tipos de fenômenos e sucedido pelo “brincar compartilhado” até, finalmente, alcançar as experiências culturais. No segundo estágio, a criança brinca na presença da mãe que lhe parece disponível sempre que desejar; num segundo momento, aceita que outras pessoas brinquem com ela, desde que se sujeitem às suas regras; e finalmente aceita o brincar do outro enquanto o “brincar compartilhado”. É neste brincar compartilhado que emerge na vida da criança o processo de socialização. Este que tem como primeiro instrumental o brincar. Assim, já podemos distinguir o verbo substantivado “brincar” do substantivo “brincadeira”. O brincar é o ser, o fazer. A brincadeira é uma atividade em si, separada e independente da criança que brinca. O ato de brincar define-se como “uma experiência, e uma experiência sempre criativa, uma experiência num continuum espaço-tempo, uma forma básica de viver” (Oliveira e Souza, 2008: 4-5, grifos nossos).

Agora, como perguntam as educadoras citadas acima, “será o brincar, de todo espontâneo? Pertencerá a ação do brincar a um mundo desregrado?” Recorrendo ao trabalho do psicólogo russo Lev Vygotsky (*A formação social da mente*, 1984), elas vêm confirmar que existem regras nas brincadeiras, pois “qualquer situação imaginária requer uma compreensão de regras em diferentes níveis”, incluindo a criatividade “na escolha das palavras, nas inflexões de voz e no senso de humor”. Completando a formulação de Vygotsky, Oliveira e Souza lembram ainda que o regramento das brincadeiras só se faz possível porque a comunidade como um todo as legitima, e que “sem essa aprovação social (o) brincar específico das crianças não seria possível”. Contudo, quando essas autoras passam a considerar o “aspecto cultural do lúdico”, a partir dos escritos de Walter Benjamin (*Brinquedo e Brincadeira, História Cultural dos Brinquedos, Reflexões sobre a Criança, o brinquedo e a educação e Infância em Berlim por volta de 1900*)⁴⁸ elas veem que a “legitimação” das regras tomam outro rumo, acordado entre as crianças no seu imaginário próprio. Como o brinquedo é um objeto geralmente criado pelo adulto para a criança, Benjamin acentua que o conteúdo imaginário do brinquedo determinava as brincadeiras infantis, quando na verdade quem o faz é a criança, imprimindo-lhes seus próprios significados.

Aliás, uma das funções sociais do brinquedo é exatamente a de ser um presente destinado às crianças de forma praticamente independente do que elas farão dele. Ele é um objeto portador de significados que são identificáveis, pois remete a elementos do real ou mesmo do imaginário das crianças. Isto é o que ocorre também com os velhos brinquedos. O conserto de brinquedos velhos em demasia ou quebrados não cabe somente aos adultos, mas tem sua importância descoberta pelo próprio mundo infantil. De acordo com Benjamin (*Reflexões sobre as crianças*, 2002): “Jamais são os adultos que executam a correção mais eficaz dos brinquedos, mas as crianças mesmas, no próprio ato de brincar. Uma vez extraviada, quebrada e consertada, mesmo a boneca mais principesca transforma-se numa eficiente camarada proletária na comunidade lúdica das crianças. Logo, o brinquedo é rico em significados que possibilitam a compreensão de sociedades e culturas, visto que ele é um meio de diversão, cujo significado depende da cultura na qual a criança está inserida” (Oliveira e Souza, 2008: 6).

A ressignificação dada aos brinquedos pelas crianças é, portanto, elemento de novas

---

⁴⁸ De Walter Benjamin, as obras citadas pelas autoras constam da coleção Obras Escolhidas publicadas pela Editora Brasiliense entre 1986 e 1987, sendo os textos *Brinquedo e Brincadeira: observações sobre uma obra monumental* e *História cultural do brinquedo* encontrados no volume intitulado *Magia e Técnica, Arte e Política. Infância em Berlim por volta de 1900* consta no volume *Rua de Mão Única*. Além destes, *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação* é parte da Coleção Espírito Crítico. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2002.

apropriações simbólicas, de domínio do valor simbólico sobre a função, daí sua manipulação apresentar-se numa dinâmica não condicionada às regras, mas às situações definidas pela cultura na qual a criança está inserida. É o que se desprende da análise do filósofo francês Gilles Brougère (*Brinquedo e Cultura*, 1995), que afirma ser o valor simbólico do brinquedo sua própria função, estando as duas dimensões imbricadas entre si⁴⁹.

A associação entre o “brincar compartilhado” de que fala Winnicott sobre o processo de socialização com o brincar com o ser e o fazer, entendemos agora, na relação com os brinquedos, que não são eles que fabricam a brincadeira, mas o inverso: “o brinquedo é um suporte, um dos meios para desencadear a brincadeira”. Segundo Oliveira e Souza (2008), “a brincadeira, em parte, escapa ao brinquedo”, pois “há uma série de brincadeiras nas quais o uso do brinquedo é dispensável”, como nos casos em que as crianças fazem uso do próprio corpo como brinquedo (a mão que se transforma em revólver, os giros em torno de si que causam tontura etc.), ou mesmo quando se considera a série de brinquedos que permanecem intocados ou “fora de uso”. Importa-nos ressaltar que todos esses processos são formas de representações por imagens e objetos que carregam significados próprios à cultura na qual todos estão inseridos, crianças e adultos, sendo a brincadeira uma “ação metafórica” de comunicação social.

Relevante na origem da brincadeira é a imitação, a exemplo do que faz a criança imitando o pai ou a mãe, brincando de trabalhar, exercendo, assim, o papel do adulto, sugerindo também funções específicas encontradas na sociedade (brincar de médico ou médica). Essa atividade inclui valores morais e culturais e demonstra, também, o seu direito de encontrar no mundo sua identidade e sua participação. Além da imitação, como observa Jean Piaget, há ainda o jogo, compreendido entre as atividades das crianças tanto como objeto (brinquedo) quanto como brincadeira, embora de forma mais elaborada, considerando o sistema de regras que direcionam as ações. Em *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação* (1971), Piaget adota uma classificação genérica dos jogos em três categorias, correspondentes às três fases dos desenvolvimento infantil⁵⁰, embora aponte para muitas dessas atividades independentemente de idade, classe social ou cultura, como andar de bicicleta: aliás, um exemplo de brincadeira que pode invocar sérios compromissos enfrentados nas grandes cidades de nossos dias.

Abordamos até aqui uma série de conceitos entrecruzados sobre a questão da cultura lúdica, tal como estabelecida no “entre-lugar” onde se encontram os “objetos transicionais”. Embora sumário, o atalho ocupa por si mesmo um “entre-lugar”, considerando os

---

⁴⁹ Gilles Brougère (1995), *Brinquedo e cultura*. São Paulo: Cortez.

⁵⁰ 1) Jogo de exercício sensório-motor: atividade lúdica que surge como uma série de exercícios motores simples. Sua finalidade é o próprio prazer do funcionamento, a repetição de gestos e movimentos simples (agitar os braços, sacudir objetos, emitir sons, caminhar, pular, correr etc.). Embora comecem na fase maternal e durem predominantemente até os 2 anos, se mantêm durante toda a infância e na fase adulta, como andar de bicicleta, moto ou carro. 2) Jogo simbólico ou faz-de-conta: aparece predominantemente entre os 2 e 6 anos; tem a função de uma atividade lúdica e consiste em satisfazer o “eu” por meio de uma transformação do real em função dos desejos, ou seja, tem como função assimilar a realidade. Nesse tipo de jogo, a criança vive de brincadeira, inspirando-se na sua realidade, com o brinquedo se propõe a realizar coisas, resolver problemas como se estivesse vivenciando a realidade. 3) Jogo de regras: manifesta-se por volta dos cinco anos e se desenvolve principalmente na fase dos 7 aos 12 anos. Este tipo de jogo continua durante toda a vida do indivíduo (esportes, trabalho, jogos de xadrez, baralho etc.), e desenvolve questões importantes, como a adequação a limites, a cooperação e a competição. Cf. Jean Piaget (1971). *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. Rio de Janeiro: Zahar.

desdobramentos que estarão presentes nos capítulos desta tese, em particular quando nos acercarmos dos mitos e das formulações alegóricas que compõem os artefatos urbanos representativos da sociedade moderna. Ademais, quanto a este desvio, pressupõe-se, como fala Winnicott, que o mundo objetivamente percebido nunca é idêntico ao mundo subjetivamente concebido, daí o breve caminho por entre subjetividades que recuperam uma ontologia do ser social, e o brincar como “a grande experiência cultural dos indivíduos” (Winnicott, 2011: 39).

Falamos há pouco de identidade, de inclusão de valores morais e culturais e do direito de encontrar uma participação no mundo através das brincadeiras, relacionando as atividades lúdicas das crianças com os adultos que as cercam e consigo mesmas. Antes de chegarmos às brincadeiras, que constituem o aprendizado de todos de maneira contextualizada à experiência de vida, falávamos da “mãe-ambiente” que Winnicott associa à figura repetidamente destruída ou danificada, isto é, referindo-se à “mãe necessária”, e “necessária por causa de seu valor de sobrevivência” (Winnicott *apud* Honneth, 2003).

Essas abordagens são caras a Axel Honneth, na medida em que exacerbam o reconhecimento na esfera das relações intersubjetivas e dão a ele o sentido político de reconhecimento. Em Winnicott essa questão nos pareceu ampliada. Por isso, resgatamos suas palavras sobre a democracia, sobre a democracia como saúde política, e também da saúde e da democracia como instâncias que devem ser internalizadas, amadurecidas e desejadas. Procuramos até aqui, portanto, subsidiar teoricamente um projeto emancipatório com perspectivas sociais e de saúde (física e emocional) nas cidades e, no interior desse projeto, responder à necessidade de assegurar um espaço compartilhado para o exercício pleno da cidadania, como compreendemos a democracia de forma que não seja “esvaziada do seu sentido”.

A escala desse projeto como até aqui esboçado pode parecer reduzida em face das discussões escatológicas de nossos dias que, no mais das vezes, apelam para a “consciência ecológica” como se o “meio ambiente”, necessário por seu valor de sobrevivência, escapasse da esfera da “mãe ambiente”. Ademais, podemos falar de “nosso ambiente”, parafraseando Winnicott com o que ele afirma em sua conferência *Sobre o significado da palavra democracia*, ao suspeitar de expressões tais como “democracia mundial”: “impossível que as pessoas realizem na sociedade o que não são capazes de realizar em seu próprio desenvolvimento pessoal”.

Para finalizar este capítulo introdutório, retornamos à *Luta por Reconhecimento*, relacionando-a com as formulações de Axel Honneth, contracenadas por Nancy Fraser. Honneth interpreta a luta por reconhecimento em termos de uma ampliação dos aspectos simbólicos e culturais articulada com elementos econômicos, mas, para Nancy Fraser, ao colocar a redistribuição como que derivada do reconhecimento, esta articulação não se adequa ao quadro das demandas atuais. Fraser considera as duas categorias fundamentais e irreduzíveis, sendo entrelaçadas a má-distribuição de renda com o não-reconhecimento. Vejamos a seguir um breve apanhado dessa discussão.

Os interlocutores de Axel Honneth encontram em sua obra um suporte teórico para os temas que envolvem a participação da sociedade civil nas políticas públicas, instâncias que colocam de forma paradigmática a justiça entre a esfera da moral e da ética. Esse debate tomou maior repercussão quando foi publicado, em 1998, *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange (Redistribuição ou Reconhecimento? Uma controvérsia político-filosófica)*, livro que reúne textos de Nancy Fraser e Honneth, até hoje uma referência para a discussão do texto *Luta por Reconhecimento* de Honneth, publicado em 1992. Também faz parte dessa discussão o artigo de Nancy Fraser *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista*, publicado em 1995⁵¹. Neste último, Fraser aborda os temas sociais e econômicos após a queda do muro de Berlim e constrói tipos-ideais de conflitos sociais com o intuito de apresentar, na inter-relação entre as demandas do reconhecimento e da redistribuição de renda, possíveis "remédios" para vencer as injustiças sociais. Entretanto, segundo Patrícia Mattos (2006), os "remédios" prescritos por Fraser para solucionar tais problemas parecem, em alguns casos, contraditórios.

O remédio para a injustiça econômica diz respeito a algum tipo de mudança na estrutura político-econômica. Como medidas para isso, pode-se pensar na redistribuição de renda, numa reorganização do trabalho, na sujeição de investimentos à tomada de decisões democráticas etc. O remédio para a injustiça cultural, por sua vez, implica algum tipo de mudança cultural como, por exemplo, reavaliação positiva de identidades discriminadas e estereotipadas, bem como dos produtos culturais de grupos marginalizados; valorização da diversidade cultural, ou ainda, a desconstrução e transformação dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação para permitir uma maior possibilidade de auto-interpretação para os membros da comunidade política. A análise das lutas de gênero e raça pode ilustrar bem como esses remédios podem ser contraditórios, já que esses grupos sofrem tanto de injustiça econômica quanto de injustiça cultural (Mattos, 2006: 144).

Esses "remédios" nos explicitam uma tentativa de recuperação de danos, dada a ênfase nos dilemas como a igualdade e a diferença, ao que Fraser, para efeito de vencê-los, sugere como "remédios" a adoção de medidas tais como a de afirmação, objetivando a correção de resultados indesejados sem mexer na estrutura que os forma, e de transformação, medida corretiva através da reestruturação da estrutura que produz tanto a desigualdade como a indiferença. Vejamos como Nancy Fraser diagnostica o quadro das "enfermidades" a serem sanadas, considerando, primeiramente, sua visão mais abrangente do contexto atual. Em *Reconhecimento sem ética?* (2007)⁵², texto da filósofa que temos ao alcance, extraído e reformulado a partir daquele publicado em 1995, Fraser afirma que, nas últimas décadas, as forças da política progressista se dividem entre os proponentes da redistribuição e do

---

⁵¹ *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista* foi publicado no Brasil na coletânea *Democracia hoje*, organizada por Jessé Souza. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. De autores brasileiros com publicações acerca dos temas da redistribuição e do reconhecimento destacamos: Pallamin, 2005. Bressiani, 2011. Saavedra, 2007, Silva, 2008; Mattos, 2006; Em. Souza e Mattos, 2007, encontram-se, entre outros, os textos *Reconhecimento sem Ética?*, de Nancy Fraser, e *Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade*, de Axel Honneth.

⁵² Partes deste artigo foram adaptadas e extraídas do ensaio *Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition and Participation*. The Tanner Lectures on Human Values, Stanford University, April 30–May 2, 1996.

reconhecimento, valendo-se os primeiros de antigas tradições e organizações igualitárias socialistas e trabalhistas (esperando redistribuir a riqueza do rico para o pobre, do Norte para o Sul e dos proprietários para os trabalhadores) e os últimos, “simpatizantes da diferença” (das perspectivas particulares das minorias sexuais, raciais, étnicas e de gênero), valendo-se de ideais de “uma nova sociedade em que a assimilação das normas culturais majoritárias ou dominantes não é mais o preço pago pelo respeito à igualdade”.

Segundo Fraser, a relação divergente entre os dois grupos revela prejuízos a ambos e exemplifica um fenômeno mais amplo, ao qual ela se refere como o “desacoplamento bem-difundido entre a política cultural e a política social, e entre a política da diferença e a da igualdade”. Tal “desacoplamento”, para Fraser, parece significar uma escolha a ser feita entre a redistribuição e o reconhecimento, apresentados como opções entre política de classes ou política de identidade, multiculturalismo ou igualdade social. Mas ela afirma que são antíteses falsas, pois “a justiça hoje exige tanto a redistribuição quanto o reconhecimento; nenhum dos dois por si só é suficiente... (e) a questão de combiná-los torna-se urgente”. Para tanto, Fraser vem dizer que “a tarefa, em parte, é de inventar uma concepção expandida de justiça que possa acomodar as reivindicações consideradas defensáveis”, seja para a igualdade social, seja para o reconhecimento da diferença (Fraser, 2007: 113-114). Todavia, integrar a redistribuição e o reconhecimento, como fala Fraser, não é tarefa fácil...

Ao contrário, contemplar esse projeto é se tomar imediatamente envolvido em um conjunto questões filosóficas difíceis. Alguns dos piores aspectos dessas questões dizem respeito à relação entre a moralidade e a ética, o correto e o bem, a justiça e a boa vida. Uma questão fundamental é se os paradigmas da justiça, geralmente associados à “moralidade”, podem lidar com as reivindicações pelo reconhecimento da diferença – ou se é necessário, ao contrário, voltar-se para a “ética” (Fraser, 2007: 114-11).

Na verdade, o conjunto dessas questões filosóficas é o que mais interessou no tema do reconhecimento social como tratado por Axel Honneth e pelo filósofo canadense Charles Taylor⁵³, autores que segundo Fraser interpretam o não reconhecimento em termos da subjetividade prejudicada e da identidade avariada: “ambos entendem o dano, em termos éticos, como de retardar o crescimento da capacidade do sujeito para alcançar uma boa vida. Para Taylor e Honneth, portanto, o reconhecimento é uma questão de ética” (Fraser, 2007: 120). Não vamos acompanhar o assunto com a profundidade empreendida por Honneth e Taylor no resgate do texto original de Hegel e seu enfoque na teoria da

---

⁵³ O filósofo canadense Charles Taylor é autor de *As Fontes do Self* (1997) e *A Ética da Autenticidade* (2009), entre outros. Importante em sua obra é a afirmação de que “a comparação entre culturas deve ser lida a partir do reconhecimento do conflito entre bens que nos são caros, (pois) vemos constantemente que valores de liberdade e igualdade são vistos por certas doutrinas de pensamento como antagônicos e incompatíveis. Comparar nossa cultura com outra sem distorções, implica em reconhecer os bens valorizados por ela, mesmo que eles se conflitem com os nossos. O conflito não invalida nem relativiza bens que se chocam, mas, sim, pressupõe a sua validade (...) Além do tema da linguagem e da crítica ao etnocentrismo, um outro aspecto fundamental da atitude filosófica tayloriana é sua concepção de prática social e de situação. Nesse complexo conjunto de temas, os autores centrais da tradição filosófica para Taylor são Wittgenstein, Merleau-Ponty e Heidegger. Em todos eles, o ponto decisivo que irá ser apropriado por Taylor é a ideia tema de que o sujeito só pode ser compreendido em situação, ou seja, fugindo-se do hábito intelectualista de imaginá-lo possuidor de representações abstratas e descolado de suas necessidades corporais e práticas, como na tradição dominante de Descartes até Kant.”. Mattos, 2006: 39.

intersubjetividade⁵⁴, mesmo porque, como fala a filósofa Nancy Fraser, são temas que tratam de “questões filosóficas difíceis” e de “alguns dos piores aspectos dessa questão”, sendo justamente os relacionados à moralidade e a ética. Contudo, vejamos a seguir, com a ajuda de Honneth um mínimo de considerações que contextualizam a obra de Hegel para, enfim, ao menos compreender de forma sumária a questão da justiça entre essas duas ordens de normatividade, ou como essas normativas chegam aos nossos dias pelos escritos do “jovem Hegel” de duzentos anos atrás.

A formulação hegeliana de eticidade (*Sittlichkeit*) abandonou o direito natural que subsidiou os princípios atomísticos de Maquiavel e Hobbes, a saber, o poder do príncipe e a luta de todos contra todos. Segundo Honneth, Hegel foi quem partiu para superar os equívocos aos quais estava presa a tradição do direito natural moderno, em que os modos de comportamento admitidos como “naturais” são sempre e somente atos de indivíduos isolados, aos quais acrescem depois, como que do exterior, as formas de constituição de uma comunidade. Hegel designa como “formal” (o direito natural) tomado por Kant e Fichte, em que as premissas atomísticas dão-se a conhecer no fato de as ações éticas em geral só poderem ser pensadas na qualidade de resultados de operações racionais (...) (sendo) a natureza do homem representada como uma coleção de disposições egocêntricas ou “aéticas”, que o sujeito primeiro tem de reprimir em si antes de poder tomar atitudes éticas, isto é, atitudes que fomentam a comunidade (Honneth, 2009: 28-39)⁵⁵.

Para Hegel, será o ideal encontrado na constituição da *pólis* grega o traço de uma coletividade a ser perseguido para uma “unidade viva” da “liberdade universal e individual”. Para o filósofo, nas leis prescritas pelo Estado somente os comportamentos praticados intersubjetivamente serão capazes de fornecer uma base sólida para o exercício de uma liberdade ampliada, o que consequentemente implicará num “sistema de legislação” pública como expressão dos “usos e costumes” (*Sitten*) existentes de fato (Honneth, 2009: 41). Segundo Honneth, Hegel está, inicialmente, recorrendo à ontologia aristotélica, da qual extrai um processo teleológico que se desdobra passo a passo. Ao mesmo tempo, porém, ele sublinha o caráter negativo, conflituoso, desse processo que lhe permitirá, nos anos subsequentes, trabalhar em projetos renovados, com base do conceito de reconhecimento e na “existência da diferença” e que permitirá à eticidade passar de seu estágio natural primeiro para um “vir-a-ser-eticidade”. Ainda segundo Honneth, isso só foi possível a Hegel com a sua retomada do *Fundamento do direito natural* de Fichte, em que o reconhecimento é concebido como uma ação recíproca entre indivíduos, subjacente à relação jurídica: no apelo recíproco à ação livre e na limitação simultânea da própria esfera de ação a favor do outro, constituindo entre os sujeitos a consciência comum, que depois alcança a validade objetiva na relação jurídica (Honneth, 2009: 46).

Importante ressaltar um passo decisivo no reconhecimento intersubjetivo hegeliano, que Honneth observa como coordenadas de seu pensamento filosófico-político no deslocamento do conceito teleológico de natureza para um conceito social no qual uma tensão interna está constitutivamente incluída:

---

⁵⁴ Ver especialmente o capítulo 2 - “Crime e Eticidade: Hegel e o enfoque novo da teoria da intersubjetividade” e 3 - “Luta por Reconhecimento: A teoria social da Realphilosophie de Jena”. In: Honneth, *op. cit.*

⁵⁵ De Hegel, *Über die wissenschaftlichen Behandlungsarten des Naturrechts*, in: *Jaener Schriften 1801-07*. Honneth, 2009: 38-39.

Nessa lógica do reconhecimento, porém, Hegel vê inscrita ao mesmo tempo uma dinâmica interna que lhe permite ainda dar um passo além do modelo inicial de Fichte: visto que os sujeitos, no quadro de uma relação já estabelecida eticamente, vêm sempre a saber algo mais acerca de sua identidade particular, pois trata-se em cada caso até mesmo de uma nova dimensão do Eu que vem confirmada, (...) nesse sentido, o movimento de reconhecimento que subjaz a uma relação ética (*Sittlichkeit*) entre sujeitos consiste num processo de etapas de reconciliação e de conflito ao mesmo tempo, as quais substituem umas às outras (Honneth, 2009: 47).

Essa operação hegeliana ajusta-se ao que descrevemos anteriormente sobre as relações intersubjetivas explicadas por Winnicott, pois se na “lógica do reconhecimento” encontramos esse sujeito que vê “sempre algo mais acerca de sua identidade particular” vemos também o movimento que perfaz “uma relação entre sujeitos e que consiste num processo por etapas de reconciliação e de conflito ao mesmo tempo”.

De Winnicott, lembramos a afirmação de que “a tarefa de aceitação da realidade nunca é totalmente completada, que nenhum ser humano está livre da pressão de relacionar realidade interna e externa, e que a libertação dessa pressão é oferecida por um domínio de experiência intermediária” (Winnicott, *apud* Honneth, 2003: 172). Se nesse domínio da experiência intermediária se engendra uma eticidade (*Sittlichkeit*) ou um vir-a-ser-eticidade, como entendemos, estamos tratando, por conseguinte, de uma atualização dos conceitos hegelianos no que concerne à atitude ética requerida pela democracia, que necessariamente deve acolher etapas de amadurecimento na formação de sujeitos participantes da esfera social, o espaço compartilhado winnicottiano. Ademais, “um contrato entre homens não finda o estado precário de uma luta por sobrevivência de todos contra todos, mas, inversamente, a luta como um *médium* moral leva a uma etapa mais madura de relação ética” (Honneth, 2009: 48).

Sintetizando as palavras de Honneth, em grande parte foi justamente contra a tendência da filosofia social moderna de reduzir a ação política à imposição de poder, racional, com respeito a fins, que Hegel tentou se voltar com sua obra de filosofia política. O que importa a Hegel é a possibilidade de desenvolver na teoria um estado de totalidade ética: eticidade absoluta, ou seja, é a ideia segundo a qual uma sociedade reconciliada só pode ser entendida de forma adequada como uma comunidade eticamente integrada de cidadãos livres (*Sittlichkeit*). A vida pública deve ser considerada não como o resultado de uma restrição recíproca dos espaços privados da liberdade, mas, inversamente, a possibilidade de uma realização da liberdade de todos os indivíduos em particular. Ainda nessa sociedade ideal, Hegel vê os “usos e costumes” (*Sitten*) comunicativamente exercidos no interior de uma coletividade como o modo social no qual se deve efetuar a integração da liberdade geral e individual.

Tendo cogitado esse estado de eticidade absoluta, surge para Hegel a necessidade de desenvolver os meios categoriais para elucidar filosoficamente a formação de uma organização social, que encontraria sua coesão ética no reconhecimento solidário da liberdade individual de todos os cidadãos. Da pressuposição de um estado de eticidade natural entre os homens é que provém a “existência da diferença”. Entretanto, a natureza ética alcança seu verdadeiro direito como um processo de negações a se repetirem, daí que uma série de meios de reconhecimento tornam-se cada vez mais exigentes. As críticas de Honneth a Hegel, por sua vez, alimentaram-no a atualizar a luta por reconhecimento através

de outros autores, como George Herbert Mead, Marx, Sorel, Sartre, Jessica Benjamin e Donald Winnicott. De Marx, Sorel e Sartre outras apropriações, senão contradições, ocorrem a Honneth no sentido de interpretar o conflito entre o senhor e o escravo como uma luta pelo reconhecimento de pretensões de identidade que, segundo ele, Hegel pôde iniciar através do movimento conceitual no qual a cisão social entre os homens podia ser atribuída, em contraposição a Maquiavel e a Hobbes, à experiência de uma violação de pretensões morais.

Em suma, nesse pequeno intervalo, importa-nos destacar a distinção entre ética e moral, sendo o ponto de vista da moralidade vinculado a uma concepção universalista (como se depreende de Kant), enquanto o ponto de vista ético carrega concepções particulares (como em Hegel) e insere o reconhecimento, tanto de identidade de um indivíduo como de identidade ao grupo ao qual pertence, respondendo às relações intersubjetivas⁵⁶.

O que é importante é marcarmos a diferenciação entre eles. Para Kant, a fonte da moralidade é o monólogo do sujeito consigo mesmo, as ações baseadas nos imperativos da razão. Já para Hegel, a fonte da moralidade são os acordos intersubjetivos baseados no reconhecimento mútuo, que estão em constante transformação, uma vez que a sociedade e os indivíduos evoluem a cada nova etapa de reconhecimento (Mattos, 2006: 148).

No entendimento de Nancy Fraser, a questão se localiza no primado dado por Honneth ao reconhecimento de raiz hegeliana em detrimento da redistribuição. Segundo Patrícia Mattos, essas distinções vistas acima marcam as diferenças entre Fraser, Honneth e Charles Taylor. Estes últimos, “os principais teóricos do reconhecimento que recuperam Hegel (...)”, admitem que o reconhecimento intersubjetivo é condição para o desenvolvimento de uma identidade positiva necessária para a participação na esfera pública”: para Honneth e Taylor, “existe sempre uma concepção de boa vida baseada em critérios normativos que está por trás das lutas por reconhecimento”. Já Fraser enxerga o reconhecimento “não como uma categoria central da sociologia e psicologia moral baseada na ideia de que o reconhecimento está ligado à autorrealização individual, mas, sim, como uma questão essencialmente de justiça”:

Seguindo a tradição kantiana, ela quer mostrar que a categoria do reconhecimento pode ser melhor explicada de acordo com um padrão universal de justiça, aceito por todos, a partir do pressuposto de igual valor do ser humano. Logo, o não-reconhecimento para ela é analisado menos em relação às atitudes depreciatórias sofridas pelos indivíduos, mas mais pela análise de práticas discriminatórias institucionalizadas (...). Para Fraser, é possível fundar um padrão de justiça com base na ideia de participação paritária. As vantagens da análise do reconhecimento como sendo um critério de justiça ao invés de autorrealização permitiria

---

⁵⁶ “A discussão filosófica do tema do reconhecimento é balizada, essencialmente, pelo debate entre duas tradições de pensamento, a kantiana e a hegeliana. A questão... diz respeito ao entendimento desses autores em relação as fontes da moralidade. Kant constrói os pressupostos da razão fundamentados na ideia de que a característica central dos seres humanos é possuírem um potencial comum de racionalidade. A partir disso, ele criou os pressupostos da razão prática, na qual as ações são justificadas e validadas pelo seu caráter universalista (...) Assim, exercer a minha liberdade até o limite da liberdade alheia - na realidade um rephraseamento da conhecida máxima cristã - seria algo que qualquer pessoa de posse da razão elementar poderia fazer (...) Hegel, ao contrário, defende que a circunstância primordial do sujeito moral é a de que ele está, desde sempre, situado dentro de um contexto ético maior que o define, em grande medida, também como ator moral. A teoria do reconhecimento desenvolvida por ele... tem por objetivo exatamente mostrar que todo processo de interação é constituído pelo reconhecimento mútuo e que todos os conflitos estão baseados na violação desse consenso que fundamenta acordos intersubjetivos. A evolução dos indivíduos e da sociedade se dá na medida em que esse reconhecimento se amplia e permite novas formas de individuação e inclusão social que serão discutidas pela teoria de Honneth”. Mattos, 2006: 147-148.

justificar as lutas como moralmente obrigatórias em condições modernas de pluralismo, deixando os componentes de autorrealização e do valor ético de práticas num segundo plano, sendo, portanto, de fácil justificação. O método adotado aqui é o deontológico. A participação paritária pode ser reconhecida como sendo o principal objetivo da teoria da justiça, podendo ser facilmente de acordo com os critérios universalistas da razão (Mattos, 2006: 148-149).

Vejamos, com as palavras de Fraser, algumas colocações a respeito das duas diferentes ordens de normatividade que ela afirma fazer parte da filosofia moral nos debates mais recentes.

Atualmente, é prática-padrão na filosofia moral distinguir as questões de justiça das questões da boa vida. Ao interpretar o primeiro como uma questão do "correto" e o segundo como uma questão do "bem", a maioria dos filósofos associam justiça distributiva à *Moralität* (moralidade) kantiana e o reconhecimento à *Sittlichkeit* (ética) hegeliana. Em parte, esse contraste é uma questão de escopo. Acredita-se que as normas da justiça sejam universalmente vinculantes; e que se mantêm independentemente do envolvimento dos agentes com valores específicos. Reivindicações para o reconhecimento da diferença, ao contrário, são mais restritas. Ao agregar taxações de valores relativos às várias práticas, características e identidades culturais, elas dependem dos horizontes historicamente específicos do valor, o que não pode ser universalizado (Fraser, 2007: 115).

Essas distinções, segundo Fraser, colocam teóricos políticos liberais e filósofos deontológicos em confronto com comunitários e teleologistas. Os primeiros, liberais e deontólogos, admitem que o "correto" deve ter prioridade e, portanto, assumem para si as demandas da justiça:

Partidários do correto, além disso, geralmente concordam com os modelos distributivos de justiça. Ao considerar a justiça como uma questão de integridade, eles buscam eliminar disparidades indevidas entre as chances de vida dos agentes sociais. Para identificar essas disparidades, eles recorrem a padrões de integridade que não prejudiquem as próprias visões (diversas) sobre o bem por parte daqueles agentes (Fraser, 2007: 115).

Já os segundos, isto é, os comunitários e teleologistas, segundo Fraser, replicam que uma moralidade universalmente é conceitualmente incoerente:

Ao preferir valores "densos" da experiência moral àqueles "tênuos", eles classificam as reivindicações reais de valores da comunidade culturalmente específicos como acima dos apelos abstratos à Razão ou à Humanidade. Partidários do bem (...) rejeitam o "formalismo vazio" das abordagens distributivas. Ao verem a ética como uma questão de boa vida, eles buscam promover as condições qualitativas do florescimento humano (conforme as entendem), em vez da fidelidade às exigências abstratas do tratamento igual (Fraser, 2007: 115).

Com essa exposição, Fraser considera que tais alinhamentos complicam o problema de integrar a redistribuição e o reconhecimento. Acrescenta ainda que "não é de se surpreender, portanto, que muitos teóricos deontológicos simplesmente rejeitem as reivindicações para o reconhecimento da diferença como sendo violações da neutralidade liberal, enquanto concluem que a justiça distributiva esgota o todo da moralidade política". Por seu turno, "não é esperado, de forma contrária, que muitos teóricos do reconhecimento se associem à ética contra a moralidade; seguindo o mesmo raciocínio de seus correspondentes liberais, eles concluem que o reconhecimento requer julgamentos de valor qualitativo que excedem as capacidades dos modelos distributivos" (*Idem, ibidem*). Se cada um assume seu paradigma como que excluindo o do outro, Fraser conclui que ambos acabam por provocar uma "esquizofrenia filosófica". Pressupondo essa incompatibilidade,

Fraser parte para a uma estratégia de colocar tanto a redistribuição como o reconhecimento como *reivindicações de justiça, dentro de uma compreensão expandida de justiça*” (Fraser, 2007: 116, grifos da autora). Em suma, em sua estratégia Fraser adota uma proposta que ela denomina “modelo de status”, o qual ressalta a paridade na participação da sociedade civil contra a subordinação social. “Não é uma política da identidade”, enfatiza Fraser, mas uma estratégia para superar a subordinação, favorecendo o estabelecimento dos indivíduos como parceiros plenos na vida social: “Isto é, eles têm como objetivo desinstitucionalizar padrões de valor cultural que impedem a paridade da participação e substituí-los por padrões que a favoreçam”.

Esse modelo de status evita muitas dificuldades do modelo de identidade. Primeiro, ao rejeitar a visão do reconhecimento como valorização da identidade do grupo, ele evita tornar essas identidades essenciais. Segundo, ao focar os efeitos das normas institucionalizadas sobre as capacidades de interação, ele resiste à tentação de substituir a reconstrução da consciência por mudança social. Terceiro, ao impor a igualdade de status no sentido da paridade da participação, ele valoriza a interação transgrupal, em oposição ao separatismo e ao isolamento do grupo. Quarto, o modelo de status evita materializar a cultura - sem negar-lhe a importância política. Consciente de que os padrões institucionalizados do valor cultural podem ser veículos de subordinação, ele busca desinstitucionalizar os padrões que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a favoreçam. Finalmente, o modelo de status possui outra vantagem. Diferente do modelo de identidade, ele interpreta o reconhecimento de tal maneira que não atribui esta categoria à ética. Ao conceber o reconhecimento como uma questão de igualdade de status, definido consequentemente como paridade participatória, fornece-se um relato deontológico de reconhecimento. Assim, livra-se a força normativa das reivindicações do reconhecimento da dependência direta em um horizonte real específico de valor. Diferente do modelo de identidade, então, o modelo de status é compatível com a prioridade do correto sobre o bem. Ao recusar a tradicional associação entre reconhecimento e ética, ele, então, o associa à moralidade. Assim, o modelo de status permite que se una o reconhecimento à redistribuição - sem se sucumbir à esquizofrenia filosófica (Fraser, 2007: 118-119).

O modelo de *status* não recorre a uma concepção de boa vida. Ele recorre sim, a uma concepção de justiça que pode – e deve – ser aceita por aqueles com concepções divergentes sobre a boa vida. Fraser afirma que a norma da paridade participativa é não sectária no sentido justo: “Ela pode justificar as reivindicações por reconhecimento como normativamente vinculantes entre os que concordam em aceitar os termos justos da interação sob as condições do pluralismo de valor”. São duas as vantagens que Fraser reconhece ao tratar o reconhecimento como uma questão de justiça: a primeira delas, ao recorrer a um padrão deontológico, permite justificar as reivindicações por reconhecimento como moralmente vinculantes sob condições modernas de pluralismo de valor; a segunda, ao conceber o não reconhecimento como subordinação de *status*, coloca o injusto nas relações sociais, e não na psicologia individual ou interpessoal.

Não ser reconhecido, nessa visão, não é ser considerado impróprio, ser menosprezado, ou desvalorizado nas atitudes conscientes ou crenças mentais dos outros. É, sim, ter negado a si o status de ser um parceiro pleno na interação social, a ser impedido de participar como um par na vida social como consequência dos padrões institucionalizados de valor cultural que constituem alguém de não merecedor de respeito ou estima. Quando esses padrões de desrespeito e desestima são institucionalizados, eles impedem a paridade de participação, assim como, certamente, ocorre com as injustiças distributivas (Fraser, 2007: 121).

O modelo de *status* concebido por Fraser propõe o “desvencilhar-se da psicologização” na medida em que, como ela esclarece, “é possível mostrar que a sociedade cujas normas

institucionalizadas impedem a paridade da participação é injusta mesmo se ela não infligir danos psíquicos naqueles que ela subordina”.

Quando o não reconhecimento é associado às distorções internas da estrutura da autoconsciência do oprimido, é apenas um pequeno passo para culpar a vítima, já que atribuir dano psíquico àqueles submetidos ao racismo, por exemplo, parece que aumenta a injúria. De forma contrária, quando o não-reconhecimento é comparado ao preconceito nas mentes dos opressores, superá-lo parece demandar o policiamento de suas crenças, uma abordagem que é autoritária. Para o modelo de status, em contraposição, o não-reconhecimento é uma questão de obstáculos externamente manifestos e publicamente verificáveis para a posição de algumas pessoas como membros efetivos da sociedade. E esses acordos são moralmente indefensáveis *quer eles corrompam ou não a subjetividade dos oprimidos*. (Fraser, 2007: 122, grifos da autora).

Em suma, vemos que para Nancy Fraser uma teoria de justiça deve ir além dos padrões de valor cultural. Examinadas na estrutura do capitalismo, essa teoria, segundo ela, deve considerar se “os mecanismos econômicos que estão relativamente desacoplados das estruturas de prestígio e que operam de uma forma relativamente impessoal impedem a paridade da participação social”. Quanto a isso, Patrícia Mattos vem dizer que, para Honneth, a afirmação de que os conflitos contemporâneos são lutas por reconhecimento cultural depende de “averiguar quais são as formas morais relevantes de privação e sofrimento”. E para fundamentar essa necessidade, Honneth relembra o que disse Bourdieu em *A Miséria do Mundo*⁵⁷:

Alguns problemas de miséria não são conhecidos publicamente como formas relevantes de conflito social. Portanto, para se obter uma perspectiva geral de formas típicas de sofrimento fundadas socialmente numa sociedade capitalista é fundamental ir além das problematizações feitas na esfera pública, incorporando as difusas expectativas e esperanças dos cidadãos (Mattos, 2006: 154).

Segundo Patrícia Mattos, baseado em estudos sobre as lutas de classe na Inglaterra do século XIX, Honneth conclui que o conteúdo dessa lutas não era essencialmente por redistribuição, mas sim pelo reconhecimento, relacionado às expectativas intersubjetivas que não foram consideradas ou cumpridas⁵⁸: “É o não reconhecimento que está na base dos sentimentos de sofrimento, humilhação e privação” (Honneth *apud* Mattos, 2006: 154). Conforme explica Mattos,

---

⁵⁷ Bourdieu, 2001. *A Miséria do Mundo* apresenta uma visão sociopsicológica da miséria, resultado de pesquisa realizada no início dos anos 1990 por uma equipe de sociólogos coordenada por Bourdieu. Partindo da análise de depoimentos reunidos numa escala de misérias de cada depoente, família ou grupo social (em escolas, conjuntos habitacionais, entre o proletariado, camponeses, artesãos, etc.), os resultados da pesquisa se contrapõe a um tipo de generalização da miséria que Bourdieu atribui aos políticos, que de forma cômoda lidam com as mazelas dos pobres e se eximem de responsabilidades, impedindo que se perceba e se compreenda “toda uma parte de sofrimentos característicos de uma ordem social”. O livro mostra o “recuo” da “grande miséria”, como divulgada em estatísticas oficiais e pela imprensa, denunciando a multiplicação de espaços sociais que propiciam as condições favoráveis a um desenvolvimento sem precedentes de todas as formas da pequena miséria. Estudos de casos e depoimentos da população francesa e de imigrantes radicados na França abordam o desemprego, o preconceito contra estrangeiros, os conflitos raciais, o sentimento de inferioridade pela baixa escolaridade, a solidão e outros aspectos em que o ambiente social é responsável pela perpetuação de certos conflitos, como a violência urbana.

⁵⁸ Segundo Patrícia Mattos (2006: 155), Honneth toma os estudos de Thompson e Barrington sobre as lutas de classes na Inglaterra. De E. P. Thompson, ver: *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. De Barrington Moore Jr., ver: *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia, Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

o ponto central de discordância entre Fraser e Honneth (é que) este não concorda com a separação entre as demandas por reconhecimento e distribuição para que se possa entender a conexão entre cultura e economia no capitalismo. Essa dicotomia entre as lutas suprime ou negligencia as lutas por reconhecimento presentes em todos os conflitos por igualdade legal. Para que possamos entender a especificidade do capitalismo contemporâneo, bem como a inter-relação entre as injustiças culturais e econômicas, é fundamental uma análise da gramática moral que está por trás de todos os conflitos sociais (Mattos, 2006: 155).

Patrícia Mattos enfatiza que para Honneth, portanto, o tema do reconhecimento legal marca “uma espécie de divisão interna ocorrida dentro da categoria de honra, na passagem à sociedade moderna”, o que acaba por constituir uma dualidade, duas fontes paralelas e concorrentes de reconhecimento: “a legal, baseada na igualdade legal-formal, e a de *status* ou apreciação social”.

No primeiro sentido, a noção hierárquica de honra é democratizada; no segundo ela é meritocrata, na medida em que depende da contribuição individual enquanto cidadão trabalhador. (...) Seria precisamente essa dimensão de princípios embutidos na realidade social que permitiria o caráter de racionalidade e de necessidade de justificação pública às formas de reconhecimento mútuo. Fraser desconhecera este pressuposto ao imaginar uma esfera *material* como núcleo do tema da distribuição. Um complicador para a percepção adequada da especificidade de cada uma das pressuposições em jogo na luta por reconhecimento é um certo *imperialismo expansivo* da dimensão legal. A regulação tende a se implantar desde as relações intrafamiliares, a esfera por excelência da autoconfiança, até a dimensão do princípio do desempenho, a qual passa a ser cuidadosamente separada de garantias legais tornadas direitos sociais (Mattos, 2006: 155-156).

Em suma, para Honneth, uma mobilização política é possível somente quando ocorre o desrespeito expresso na visão de uma comunidade, obedecendo a lógica dos movimentos coletivos. Seguindo a eticidade de Hegel, isto é, o conjunto de condições intersubjetivas que “funcionam” como condições normativas necessárias à autodeterminação e a autorrealização, segue a percepção do desrespeito a luta por reconhecimento com vistas a uma mudança social. Essa dinâmica, portanto, parte da relação entre o não reconhecimento e o posterior reconhecimento legal: a luta por reconhecimento, como fala Patrícia Mattos, “dá-se por uma dialética do geral e do particular”.

Afinal, é sempre uma particularidade relativa, uma diferença que não gozava de proteção legal anteriormente, que passa a pretender tal status. Esses conflitos, no entanto, são percebidos num sentido completamente pré-político. É nesse sentido que Honneth, contra Fraser, imagina uma experiência de desrespeito como estando na base de todo conflito social. Também nesse sentido, Honneth recusa a pecha de monismo culturalista e assume um monismo moral, desde que as instituições centrais do capitalismo são dependentes de legitimação racionalmente motivada permanecendo, portanto, dependente de consenso moral. Contra Fraser, Honneth critica a ausência de qualquer explicação adequada que possa legitimar o perspectivismo dualista (...), (pois) Onde estaria esse dualismo relacionado com a reprodução social das sociedades capitalistas modernas? Faltaria a Fraser qualquer indício de uma teoria social alternativa que pudesse apoiar sua teoria dos conflitos políticos (Mattos, 2006: 156).

A teoria de Honneth busca esclarecer a gramática dos conflitos e a lógica das mudanças sociais, com a finalidade de entender a evolução moral da sociedade. É, portanto, uma teoria explicativa e crítico-normativa: parte da eticidade (*Sittlichkeit*) hegeliana para estabelecer um padrão de identificação das patologias sociais e, com isso, avaliar os movimentos sociais. Essa eticidade é o conjunto de práticas e valores, de vínculos éticos e instituições, que formam uma estrutura intersubjetiva de reconhecimento e obrigações

recíprocas, a então “vida boa”, da qual decorre a conciliação entre liberdade pessoal e valores comunitários. Através do conceito de eticidade, Honneth vê a ampliação da moralidade integrada tanto à universalização do reconhecimento jurídico-moral da autonomia individual como aos aspectos particulares do reconhecimento ético da autorrealização. É essa sua gramática moral dos conflitos sociais, em que o indivíduo tem de se ver com o reconhecimento autônomo, livre, e como membro de formas de vida culturais próprias, garantindo, assim, sua inserção no contexto histórico concreto, sem recair em uma utopia etnocêntrica. Concluindo sua *Sociologia Política do Reconhecimento*, Patrícia Mattos afirma que “o debate entre Fraser e Honneth comprova que a teoria do reconhecimento está ainda começando, apesar de sua crescente influência nas discussões filosóficas, sociológicas e políticas de nosso tempo”:

Minha posição pessoal em relação a este debate se inclina a assumir uma posição mais próxima de (Charles) Taylor e Honneth do que de Fraser. Fraser parece, efetivamente, separar, de forma indevida, economia e cultura, como se fosse possível alguma forma econômica que não estivesse, em toda a sua extensão, perpassada por valores. Apesar da autora assumir que existe uma eficácia valorativa também nos fatos econômicos de redistribuição, ela jamais chega a reconstruir teoricamente, o modo e o como essa mesma eficácia se realizaria (Mattos, 2006: 157).

Esse debate, como se vê, abrange temas candentes de nossa atualidade e reflete controvérsias de uma mais longa reflexão filosófica, estas nem sempre apreendidas no escopo das políticas públicas, que não raro se veem avessas às formulações teóricas dos intelectuais. Estes, por sua vez, têm várias responsabilidades, como afirmou em entrevista recente o sociólogo Michael Löwy: “uma delas é transmitir a herança do pensamento crítico revolucionário, autores do século passado, mas extremamente atuais” (citando Marx, Benjamin, Gramsci, Lukács e a Escola de Frankfurt). Löwy enfatiza que “não dá para formular novas propostas sem lembrar dessas teorias”. Por outro lado, afirma que “o intelectual não pode se limitar a comentar os textos clássicos. Estes textos nos dão ideias e pistas, mas não respostas. Há situações novas e, para enfrentá-las, é preciso analisar essas questões” (atinentes às formas do marxismo dialético). Entretanto, completa Löwy: “é preciso aprender com os movimentos sociais – os estudantis, os feministas, os indígenas, os negros, o MPL. Afinal, intelectual que não aprende não está cumprindo seu papel emancipador”⁵⁹.

Nesse último aspecto comentado por Löwy, vemos a importância das teorizações efetuadas por Honneth, movidas pelo interesse sobre o *Zeitgeist*, que não dispensam a análise das práticas reivindicatórias, aprendendo com os movimentos sociais o que se depreende do conflito entre o espírito objetivo e o espírito subjetivo de nossa época. Importante na contribuição de Fraser, como vemos, é sua remessa às instituições que expressam as contradições entre ideias e coisas. Nesse sentido, exigem uma dialética entre reconhecimento e distribuição de forma que ambas as esferas possam ser acompanhadas de uma justiça ampliada, favorável à paridade de participação, o que se coaduna com a ampliação dos direitos humanos fundamentais.

---

⁵⁹ MPL é a sigla do Movimento Passe livre, comentado por Löwy em entrevista sobre as manifestações iniciadas em junho passado e outros temas, no quadro das reivindicações sociais no Brasil comparadas a outras de outros países. Entrevista concedida a Juliana Sayuri: “Quer apostar?”, Caderno Aliás, *O Estado de S. Paulo*, 29.12.2013: E4-E5.

Esse debate não se finda, pois as circunstâncias históricas haverão sempre de criar novas tensões, sendo o próprio *Zeitgeist* a expressão de um mundo em movimento, encarnando novas feições, desejos e contradições. Podemos evocar aqui o conceito de Espírito Absoluto de Hegel, que traduz o movimento contínuo de autorrealização na marcha da história, pleno de tensões que lhe são internas, de aspiração por liberdade, e de liberdade que exige se ampliar e se efetivar como um direito. Vemos nisso o direito à justiça social, uma vez que o Espírito Absoluto hegeliano se coloca como uma tomada de consciência pela liberdade, liberdade objetiva, isto é, com vistas a alcançar a ordem jurídica do Direito e do Estado.

Se as abordagens hegelianas não interessaram a Nancy Fraser, talvez seja pela sua inclinação kantiana, dada a padronizar universalmente a justiça, “de acordo com os critérios universalistas da razão”, tendo em vista as “condições modernas de pluralismo (e) deixando os componentes de autorrealização e do valor ético de práticas num segundo plano, de fácil justificação” (cf. Mattos, 2006, como já citado). A tomada de consciência em nosso contexto pluralista parece, sim, muitas vezes, acompanhar “critérios universalistas”. Quanto às ordenações jurídicas, sabemos depender de leis constitucionais particulares a cada Estado. Há, por assim dizer, momentos de nossa marcha histórica em que as “condições modernas de pluralismo” parecem, de fato, universalizadas, a exemplo de manifestações que ocorrem quase simultaneamente em diferentes cidades do mundo. Entretanto, perguntamos se isso não representa somente um fenômeno televisivo, pois nem sempre as reivindicações são as mesmas, e nem sempre são diretamente relacionadas à distribuição, sendo em grande parte uma luta por reconhecimento.

O sentido da autorrealização, por sua vez, evidencia ainda um processo em descompasso, e o longo caminho para que uma paridade possa ser vislumbrada. O sociólogo Michael Löwy, na entrevista à qual nos referimos, ao comentar as manifestações mais recentes nas cidades brasileiras, afirma que as pessoas foram às ruas para manifestar raiva e indignação, contra o capitalismo que gera desespero⁶⁰. A reivindicação inicial nessas manifestações, como sabemos, girava em torno da redução de 20 centavos de real no preço da passagem de ônibus, trem e metrô, mas logo se desdobrou em uma miríade de outras pautas, revelando carências várias, como um transporte público adequado, o que não se reporta diretamente à redistribuição de renda, mas antes ao reconhecimento, ao direito de participação em políticas públicas e, principalmente, ao direito de se manifestar nas ruas, que logo foram tomadas pela polícia e pela tropa de choque a mando dos governantes. De modo que a

---

⁶⁰ "O Capitalismo como Religião (de Walter Benjamin) é um fragmento escrito em 1921, com três ou quatro páginas. Foi encontrado na Escola de Frankfurt anos mais tarde. Era, na realidade, um rascunho, destinado a um só leitor: o próprio Benjamin. Apesar de hermético, é um texto incrivelmente instigante e atual. Walter Benjamin parte de Max Weber, que dizia que o capitalismo tem suas origens numa religião, com a ética protestante do trabalho. Mas Benjamin diz que o próprio capitalismo é uma religião, sem dogmas nem teologia, mas com cultos. As práticas capitalistas seriam uma espécie de ritual religioso ininterrupto de adoração ao dinheiro, ao ouro e ao invisível capital nos movimentos especulativos, nos investimentos, nos jogos nas bolsas. É capitalismo total, sem trégua e sem piedade - na expressão francesa *sans trêve et sans merci* -. impermeável a interferências da ética e valores outros. Não é 'maldade', o sistema simplesmente é assim. Há nessa religião capitalista a ideia de *schuld*, uma palavra alemã que significa ao mesmo tempo 'culpa' e 'dívida'. Essa coincidência é diabólica: somos culpados se estamos endividados (...).

Assim, Benjamin diz, a religião capitalista nos leva 'à casa do desespero'. Não é isso que vemos agora? Uma onda de suicídios, principalmente na Grécia e na Espanha. Mas o desespero também pode nos levar à raiva. Ou ao que que os zapatistas chamavam de 'digna raiva', isto é, a indignação. Aí as pessoas vão às ruas para extravasar esse sentimento, manifestar sua indignação". Entrevista com Michael Löwy, *op. cit.*

indignação, como vemos, passava antes pelo não-reconhecimento: o direito de se manifestar pacificamente nas ruas foi violentamente atacado pela polícia, daí a revolta, daí o desdobramento para as diversas reivindicações, incluindo de algum modo as distributivas. Lembramos, entretanto, que a violência que se deu contra os “ícones” do capitalismo (agências bancárias, lojas) e prédios públicos foram logo evidenciadas como manifestações dos chamados “*black blocs*”, grupos de anarquistas “sem pauta”, passando longe de demonstrar interesse no reforço das instituições políticas, de demonstrar vontade política no processo de construção de uma cidadania plena de direitos.

Agora, essa mais que bem vinda explosão reivindicatória que vimos se propagar pelo país tratava primeiramente de temas quase que exclusivos às grandes cidades, a exemplo de São Paulo, onde a mobilidade urbana já chegou ao colapso. Não seria possível imaginar na mesma grandeza reivindicações por transporte público em uma miríade de cidades brasileiras onde o percurso a pé de casa ao trabalho se faz em dez minutos e, portanto, o transporte público não se coloca no rol da precarização da vida como um todo. Daí que as reivindicações locais guardem distância de uma universalização em tempo real, sendo as arenas públicas distintas umas das outras. É preciso, pois, pensar a paridade de participação em relação a cada tema e às suas circunstâncias. A distribuição de riquezas, por exemplo, não pode interessar a uma comunidade indígena tal como para os habitantes de uma grande cidade, pois ao índio não interessa o capital, o progresso, o pluralismo social, os modernos meios de produção e sobretudo as enfermidades; interessa sim o reconhecimento e o respeito às suas formas básicas de sobrevivência, de justiça e de não Estado⁶¹.

A universalização pretendida pela medicina social e pela urbanística modernas, como destacaremos nos capítulos desta tese, acompanharam a disseminação do capitalismo e do exponencial poder das instituições. É muito difícil afirmar que tais ordenações, nos últimos 150 anos, quando e onde se deram, tenham apresentado mudanças qualitativas de redistribuição, mas é muito fácil dizer que, no escopo do capitalismo, perpetua-se o não reconhecimento. As reivindicações e as conquistas revelaram, quase sempre, uma luta de classes e, no interior desta, um projeto emancipatório que passava por interações de reconhecimento intersubjetivo. Há que se considerar, portanto, projetos emancipatórios distintos, e se correspondem ou não à visão dualista proposta por Fraser.

Os capítulos seguintes desta primeira parte da tese foram propostos para demonstrar, no conjunto com estas formulações teóricas, o que na segunda parte se coaduna com o objeto empírico colocado em destaque. Esse objeto particular se emoldura com a análise das políticas urbanas previstas para fins expropriatórios, mas que foram revertidas pelas formulações reivindicatórias de uma comunidade que se fez representar em um conselho gestor paritário, com representantes da sociedade civil e do governo municipal para, então, se decidir sobre o encaminhamento do projeto. Os resultados foram exitosos contra o

---

⁶¹ De acordo com a antropóloga Lúcia Szmrecsányi, seu trabalho de mais de uma década com diversos grupos indígenas no norte do Brasil comprova que “índios velhos”, de fato, pregam a preservação dos usos e costumes próprios herdados por gerações. Entretanto, “índios jovens” se veem atrelados a valores assimilados da cultura dos “brancos”, interessados que são por “produtos de marca”, de “qualidade”. Quanto ao aspecto do modo de sobrevivência nas aldeias, os índios mantêm a tradição de se alimentarem com produtos elaborados a partir do plantio em roças, somados com o que pescam e caçam em caminhadas diárias no mato, não acumulando quantidade de animais capturados para um dia seguinte, ocorrendo, sim, a “defumação” do que eventualmente sobra do consumo nas refeições.

projeto municipal, de forte caráter gentrificador, mas isso só foi possível com a judicialização do processo, por meio de uma ação civil pública. Foi essa a linguagem necessária, após longo período de tentativa de diálogo no conselho paritário. Sempre esteve claro, no âmbito gentrificador desse projeto urbanístico, de revitalização da uma parte da região central da cidade de São Paulo, o apelo à salvaguarda de instituições culturais então renovadas nessa região, instituições essas que, no entanto, se veem encasteladas em seu entorno imediato, que abriga, há décadas, moradores pobres e comerciantes “emergentes” com suas próprias demandas de reconhecimento.

Acompanhando nos últimos anos o desenvolvimento da tentativa de efetivação do projeto que carregava a alcunha de “Nova Luz”, sempre intuímos que a frase “Quem não Luta, tá Morto”, disposta em letras gigantes nas manifestações das comunidades locais, aproximava-se das teorizações de Axel Honneth sobre a *Luta por Reconhecimento* hegeliana. Nesse acompanhamento, nossa inicial observação participante deu lugar a uma efetiva militância em inúmeras reuniões do Conselho Gestor, junto aos representantes da sociedade civil contra o projeto “Nova Luz”. De forma que as linhas traçadas neste primeiro capítulo estabelecem uma relação dialética com nosso aprendizado junto aos movimentos sociais. O sentimento de indignação com as esferas do poder público pautou a pesquisa. Devemos a isso nossas conquistas, especialmente porque foram realizadas no sentido de mudar as relações de poder há mais de século enraizadas em nossas instituições.

II – SANEAMENTO E REFORMAS URBANAS ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

Se existe um marco para o nascimento da urbanística moderna, este se encontra, de acordo com Leonardo Benevolo, no período entre 1820 e 1850, compreendendo uma série de acontecimentos políticos importantes em território europeu⁶². Esse marco está associado à convivência dos homens na cidade industrial, face aos problemas de organização física, técnica e higiênica que, como visto no capítulo anterior, revela um quadro inadequado ou prejudicial à saúde e, conseqüentemente, aciona elaborações novas no ambiente urbano e adaptações a condições modificadas. O urbanismo reparador, em conformidade à denominação dada à primeira parte da tese, parte desse marco caracterizado por paradigmas relacionados ao período de mudanças econômicas que nos últimos anos motivaram a criação de regulamentos urbanos no sentido de privar as autoridades públicas de suas propriedades fundiárias⁶³. Hobsbawm insere esse marco no que ele denomina de *Era das Revoluções*, isto é, o período entre a Revolução Francesa, em 1789, e a revolução industrial inglesa, em 1789, referenciando o contexto franco-britânico.

Benevolo chama de *Era da Reorganização* as décadas de 1820 a 1850, referindo-se mais especificamente às origens da urbanística moderna e, de forma abrangente, contemplando as demais nações europeias. O historiador inglês está preocupado em reforçar o período em face das transformações que trouxeram “resultados de longo alcance”: à *Era das Revoluções* está “o triunfo não da indústria como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade burguesa liberal; não da economia moderna ou do Estado moderno, mas da economia e Estados com uma determinada região geográfica do mundo”. Ao arquiteto e historiador italiano não escapam tais abordagens, mas é determinante em seu trabalho o registro das realizações materiais concernentes a esse quadro. Entrementes, no período da *Reorganização* urbanística encontra-se uma dificuldade maior que justifica as ações dos Estados, qual seja, a ocorrência das grandes epidemias que assolaram a Europa (1831-32, 1848-49 e 1853-54), seguidas de *reports* estatísticos, estudos por parte de comissões oficiais, estabelecidas por conselhos de saúde e academias de medicina que, no entanto, encontravam-se em “estado de incerteza” quanto à natureza das doenças mais comuns, como o cólera-morbo⁶⁴.

Para compreender a urbanística moderna neste marco periodizado por Benevolo, não se pode menosprezar o crescimento sem precedentes da população nas cidades, tanto quanto o seu controle, através de “dispositivos” de segurança (cf. Foucault). Assim, do fenômeno

---

⁶² A Revolução de Julho na França, a independência da Bélgica (1830), os movimentos poloneses e italianos de 1831, a reforma da constituição inglesa de 1832. No breve intervalo de dois anos, o sistema político constituído pelo Congresso de Viena é abalado de uma ponta a outra da Europa... a ordem do Ancien Régime concede o poder político à burguesia liberal... A solidariedade dos soberanos e dos governantes europeus para a manutenção do *status quo* desfalece, e o primitivo sistema rígido, baseado no princípio da legitimidade, é substituído por um equilíbrio dinâmico baseado na competição de interesses contrastantes. Benevolo, 1994: 69.

⁶³ Já em 1776, Adam Smith aconselhava aos governos que vendessem seus terrenos dominiais para saldarem seus débitos. Assim, em muitas cidades, as áreas construíveis caem sob o controle exclusivo da especulação privada, e as exigências especulativas impõem sua lei à cidade: forte densidade de construção, crescimento em anéis concêntricos em torno dos velhos centros ou dos lugares de trabalho, falta de espaços livres. Benevolo se refere ao texto de V. H. Bernoulli *La città e il suolo urbano* (1946). Benevolo, 1994: 71.

⁶⁴ Da introdução de Wade Hampton Frost (1880-1938, médico, epidemiologista, professor de Higiene e Saúde Pública na Universidade John Hopkins) para *Sobre a Maneira de Transmissão do Cólera*, de John Snow (1854).

urbano propriamente dito se configuram novos determinantes econômicos e políticos; consequentemente, novos confrontos para a organização e distribuição da produção e reprodução social. Tais configurações dependem agora das técnicas de saneamento e da engenharia sanitária como meios para dotar as cidades de salubridade, mas para além de determinantes simbólicos, como o embelezamento urbano, e da mera arquitetura isolada ou reduzida aos ciclos seculares do classicismo europeu.

Ocorre uma mudança de rumo quanto aos métodos construtivos, distanciando a arquitetura de seu sentido tradicional como “arte de edificar”, agora associada à divisão de tarefas e à especialização já indispensável: a instituição de escolas técnicas especializadas fornece profissionais treinados, e a imprensa permite a difusão dos métodos construtivos. As mudanças na técnica das construções passam pela utilização de novos materiais (ferro gusa, vidro) e deixam como complementares os tradicionais (pedra, tijolos, telhas, madeira). Em termos quantitativos, tudo passa a requerer mais (casas, edifícios públicos mais amplos, estradas, fábricas, lojas, portos, depósitos, armazéns), e as novas técnicas permitem fazê-lo em menor tempo de construção. Observa-se que à arquitetura dos novos edifícios são incorporados os materiais utilizados em obras urbanas. Finalmente, como assinala Benevolo, “os edifícios e os implementos, atraídos para o giro da economia capitalista, adquirem um significado diverso daquele que possuíam no passado: não são mais vistos como arranjos feitos de uma vez mediante o desembolso de um capital perdido, mas como investimentos amortizáveis regularmente, justamente com outros meios de produção... que, por sua vez, passam a incorporar ao valor de um edifício a consideração limitada e independente do mercado dos terrenos” (Benevolo, 1994: 36).

Porque a industrialização se fixou nas grandes cidades já existentes ou em seus arredores, como Londres e Paris, prevalece a ideia de que a sociedade industrial acarreta a urbanização. Essa constatação, segundo Lefebvre, ainda carece de análise: ele defende a ideia contrária, ou seja, de que o conceito novo, o urbano, deve ser distinguido da cidade industrial, pois ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade, ou como uma “anticidade”, que permite compreender certos aspectos como o da centralidade, o espaço como lugar de encontro e da monumentalidade.

A centralidade tem seu movimento dialético específico. Ela se impõe. Não existe realidade urbana sem centro, quer se trate do centro comercial (que reúne produtos e coisas), do centro simbólico (que reúne significações e as torna simultâneas), do centro de informação e de decisão etc. Mas todo centro destrói-se a si próprio. Ele se destrói por saturação; ele se destrói na medida em que suscita a ação daqueles que ele exclui e expulsa para as periferias (Lefebvre, 2008: 99).

Nesse sentido, são decepcionantes as caracterizações que definem o urbanismo moderno quando se confundem, com as realizações de Haussmann, outras iniciativas que as antecederam ou que se deram *a posteriori*, ofuscadas com a gigantesca empreitada estetizante sobre a velha Paris. O saneamento e a condução de medidas técnicas destinadas à higiene e à salubridade urbana, que mais interessavam em meados de século XIX, deu lugar, na França, ao deslocamento da atenção para as obras monumentais. Privilegia-se a centralidade, como diz Lefebvre. Com isso, os saberes médicos e as práticas atribuídas aos engenheiros sanitaristas foram, em grande parte, divorciados de suas finalidades mais urgentes. Devido a esse ofuscamento, o embelezamento urbano “banalizou” o que poderia

ter se configurado em operações que atendessem a toda a população local. François Beguin, quando se refere às pesquisas efetuadas na Inglaterra pela administração pública (*As maquinarias inglesas do conforto*, 1991) não descarta a ideia de que as iniciativas técnicas e administrativas, decorrentes dos chamados “*reports*” sobre as condições sanitárias dos pobres⁶⁵, já constituíam novo domínio de intervenção política. Em seu texto supracitado, encontram-se fortes referências a Foucault (do qual tomamos aportes no primeiro capítulo), sendo sua ótica quanto ao papel coercitivo dos métodos de aplicação da higiene determinante sobre a tradução de um *habitat* relacionado às injunções morais sobre os indivíduos⁶⁶. Beguin reforça o sentido da “confusão” operada em Paris, onde “se entrecruzam os órgãos da maquinaria urbana e os componentes físicos de um (dado) terreno” a ser saneado:

Uma primeira confusão liga-se à imagem espetacular que Napoleão III e Haussmann deram a obras sanitárias que, em outros lugares, e na Inglaterra notadamente, foram realizadas independentemente de qualquer procura por efeitos visuais e mesmo sem apelar para nenhum dado sensível. Portanto, o que faz a originalidade e a modernidade das concepções urbanas inglesas – esta ruptura completa com o sensível, tanto ao nível dos motivos que decidiram estas obras sanitárias, quanto ao nível dos meios empregados para atingi-las – é mascarada na França, por uma procura de visibilidade mais da ordem arcaica que moderna. A outra confusão provocada pelas obras haussmannianas é que, pelo próprio fato de suas dimensões espetaculares, frequentemente tendeu-se a somente registrar seus efeitos negativos: demolições, destruição da velha Paris, etc... (Beguin, 1991: 43).

François Beguin afirma que os trabalhos de Haussmann não foram percebidos como um “aspecto menor e quase marginal do urbanismo moderno”. O privilégio ao monumental, nesse sentido, avançou em demasia sobre técnicas que permitiriam melhor compreender e quantificar fenômenos urbanos, como a captação e a distribuição de água, a organização da drenagem, a iluminação das ruas, o controle dos sistemas públicos etc. O que o autor quer enfatizar (concordando com Lefebvre) é também que a história das cidades (Paris, Londres, Berlim), uma vez confundida com a história do urbanismo, abre a possibilidade de uma leitura negativa da história urbana. A história urbana merece ser entendida a partir das cidades com suas formas historicamente definidas unindo as vantagens da planificação racional: subúrbios e novos bairros, sistemas de comunicação, componentes do solo e regime das construções, saneamento em volta das casas, circulação dos ventos e da captação dos raios benéficos do Sol, sistemas de drenagem, de abastecimento de água, de esgoto, de lixo etc. Enfim, todas essas prerrogativas a serem efetivadas e que estariam agora não mais atreladas somente aos médicos (que puderam distinguir doenças relacionando-as ao meio em que se vive), mas em conformidade às questões de uma “ciência urbana”, atinente à formação dos engenheiros sanitaristas, dos arquitetos urbanistas e desses profissionais em trabalho conjunto.

---

⁶⁵ O autor se refere aos relatórios estatísticos oficiais das autoridades sanitárias na Inglaterra. Mais especificamente, o texto de François Beguin destaca o *Report to her Majesty's principal secretary of state for the home department from the poor Law commissioners on an inquiry into the sanitary condition of laboring population of G. B., London*, de 1842, e o Primeiro e o Segundo *Report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts, London* (1844 e 1845). Beguin, 1991.

⁶⁶ O artigo de Beguin foi publicado na revista *Recherches*, n. 29, dez. 1977; é uma versão reduzida de estudo realizado para o Comitê pela Pesquisa e o Desenvolvimento em Arquitetura (DGRST-CORDA, 1975-1977) sob a direção de Michel Foucault.

Françoise Choay admite que o termo urbanismo é carregado de ambiguidades na linguagem corrente, tanto pelos trabalhos do “gênio civil” quanto pelos planos de cidades ou das formas características de cada época. Em sua antologia dedicada ao urbanismo (*L’Urbanisme: utopies et réalités*, 1965), Choay privilegia o termo quando relacionado à expansão da sociedade industrial (por ela definida em fins do século XIX) tratando-se de “uma disciplina que se diferencia das artes urbanas anteriores por seu caráter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica” (1979: 2). A autora destaca as escolas francesas estabelecidas já no século XIX⁶⁷. Em *L’Urbanisme*, seu método interpretativo não privilegia uma história linear sobre o tema; Choay reforça o urbanismo como um pensamento para a resolução dos problemas da cidade maquinista. A autora eleva o tema do urbanismo para uma questão propriamente dita: enumera formas de pensamento (utópicos, socialistas), modelos (progressistas, culturalistas) e ainda considera autores que jamais propuseram planos ou projetos, mas que se debruçaram sobre o tema através de uma crítica para a transformação da sociedade (Marx e Engels, por exemplo, expressam uma *ordem* criadora de cidade e sociedade que deve ser destruída e ultrapassada).

Voltaremos a Choay e suas conceituações sobre o urbanismo, aos profissionais destacados em sua antologia e às polêmicas acerca de discursos e intervenções urbanas que esta autora registra. Entrementes, vale destacar que um personagem como Haussmann, assim como suas realizações em Paris, que não raro figuram na historiografia do urbanismo, sequer é mencionado dentre as dezenas de pensadores, engenheiros, arquitetos e urbanistas destacados por Choay em sua antologia. Sobre essa Paris de Haussmann, Choay se limita a dizer que se trata de “uma realização prejudicial à classe operária, que choca os estetas passadistas, incomoda os pequenos burgueses expropriados, contraria os hábitos”, mas, em compensação, torna-se “solução” para os “capitães da indústria e aos financistas que constituem então um dos elementos mais ativos da sociedade” francesa naquela época.

A historiografia sobre o urbanismo, em geral, é marcada por características disciplinares de outras áreas do conhecimento: incorpora a medicina, a arquitetura, a geografia e a economia, a sociologia urbana, a antropologia social etc., as quais são invariavelmente tomadas por seus próprios instrumentos, por suas motivações e ideologias.

Nas representações da cidade tornou-se frequente as analogias com corpos vivos, com partes de corpos, com doenças e anomalias. Assim, quando se trata de consequências julgadas positivas – como o aumento do número de indústrias, escolas, cinemas, telefones, televisores – fala-se em expansão, crescimento e progresso. Quando, ao contrário, aborda-se aspectos julgados negativos – como o aumento do desemprego, de doenças e criminalidade – o fenômeno é geralmente definido em termos de “inchamento” da cidade (Gunn e Correia, 2001: 228).

Com essas afirmativas, Philip Gunn e Telma Correia iniciam *O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade*, no qual é direta a referência ao termo

---

⁶⁷ Choay cita Gaston Bardet (1907-1989), arquiteto formado na Escola Nacional de Belas Artes de Paris, autor de *L’Urbanisme* (1957), no qual se encontra o termo urbanismo como supostamente “aparecido pela primeira vez em 1910”, por P. Clerget. Em nota de seu *O Urbanismo*, a autora cita ainda a Sociedade francesa dos arquitetos-urbanistas (fundada em 1814 com Eugène Hénard) e o Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris, criado em 1924. Afirmo ainda que o urbanismo só é ensinado na Escola de Belas Artes de Paris a partir de 1953, por A. Gutton, e só no plano da teoria da arquitetura (CHOAY, 1979: 2). Sobre as histórias do urbanismo, que considera pouco numerosa, a autora nos remete à de Pierre Lavedan (*Histoire de l’urbanisme*), segundo ela “autoridade no assunto”.

“inchamento”, atribuído ao conceito que Gilberto Freyre aplicou à cidade do Recife nos anos 1950 (Gunn e Correia, 2011). Nesse texto, os autores se referem também a Richard Sennet que, em *Carne e Pedra*, recupera as analogias entre corpo e arquitetura e entre corpo e cidade do classicismo (com Vitruvius), do Renascimento (com Alberti), do XVIII (com Boulée)⁶⁸, entre outros, que chegam aos nossos dias passando, evidentemente, pela “Era da Higiene” conjugada com as origens do urbanismo. A circulação sanguínea explicada pelo médico inglês William Harvey, a partir de seu *De Motu Cordis* (ou *Sobre o Movimento do Coração e do Sangue*), de 1628, talvez seja a maior referência aos urbanistas modernos que se ligaram ao discurso organicista das cidades, incluindo uma série de preceitos que aparecem nas teorias atinentes ao funcionamento das cidades, independentemente dos desdobramentos formais. Já vimos que tais referências se encontram também nos esquemas de Haussmann, com seus bulevares (artérias) e grandes parques (pulmões).

Ao fazer referência a uma metáfora biológica, alguns autores pensam a cidade do futuro como um gigantesco organismo mecânico que “respira” através dos grandes parques, comparáveis a pulmões verdes, e que sobrevive à circulação sanguínea das artérias principais e das vias de tráfego mais capilares, que conectam o coração direcional aos circuitos periféricos (Calabi, 2012: 64).

Além dos artefatos produzidos pela indústria para atender ao mecanismo higiênico-sanitário e ao conforto no interior das edificações, as representações de cidades, através de cortes esquemáticos produzidos por arquitetos e engenheiros, dão prova dessas referências. Tais esquemas são significativos como representações de uma verdadeira máquina. Quando realisticamente ilustrados e levados à observação de um público mais amplo, através de revistas e exposições, esses esquemas extrapolam a linguagem dada à circulação entre profissionais da arquitetura, da engenharia, atestando a existência de um mecanicismo conformado à razão cartesiana. A formação de um corpo cultural e legislativo em torno da melhoria das condições higiênicas da casa, do bairro e da cidade propicia, no século XIX, a partir dos países centrais europeus, o surgimento de uma série de leis e instituições destinadas a regular o funcionamento e a qualidade dos espaços. Manuais de higiene são produzidos para indicar procedimentos operativos dos departamentos públicos nos setores de águas e esgotos; códigos de obras criam normas para construções novas e para a adequação de edifícios a serem reformados, quando não prescrevem a “*causa mortis*” de uma construção tornando-a alvo de demolição. Neste último caso, encontra-se a justificativa, pela higiene, para a demolição de conjuntos urbanos inteiros, não raro sendo “ordem médica” ou causa de “saúde pública” no anteparo de intenções políticas em prol de projetos de “renovação urbana”. E não é por menos que há muito a higiene é um caso de polícia.

Mas, o fenômeno da urbanização em si distingue os diversos modos de pensamento e ação sobre as cidades: dados demográficos, males decorrentes das enfermidades, segurança, economia (no sentido da escassez ou da abundância de alimentos) e é o que será, através da higiene, o mote para a “cidade salubre”. Assim, o urbanismo se instaura como um verdadeiro quebra-cabeça, pois como afirma Donatella Calabi (2012),

---

⁶⁸ Étienne-Louis Boulée (1728-1799) foi um teórico e professor na *École Nationale des Ponts et Chaussées* que formou engenheiros colaboradores de Haussmann, a eles inculcando seu estilo geométrico e abstrato em escala monumental, como se comprova em seu projeto de cenotáfio para Isaac Newton, não construído.

não se assiste somente a uma redistribuição dos centros urbanos e a uma tendência geral de concentração dos núcleos produtivos (...), mas o sistema de comunicações também é renovado. Algumas cidades assumem o caráter de metrópoles; são construídos grandes parques, redes viárias, sistemas de transportes, instalações técnicas em rede, isto é, o suporte para a futura expansão das construções. A administração das cidades assume precisas funções políticas e econômicas que redefinem as relações entre a esfera pública e a privada.

Em sua *História do Urbanismo Europeu* (Calabi, 2012), a historiadora italiana afirma:

Por muito tempo, setores de estudos diferentes entre si, como “história da cidade”, “história dos projetos urbanos” e “história do urbanismo” se confundiam. Mais tarde, principalmente a partir dos anos 1960, houve diversas tentativas de distinção. Por um lado, evidenciava-se que não é possível falar de “urbanismo” na Idade Média ou na Idade Moderna sem incorrer em anacronismo e, por outro lado, havia o esforço em dar uma definição à palavra “urbanismo” utilizando os termos, muitas vezes os mesmos binômios (como por exemplo, “arte e ciência” ou “planejamento físico e programação econômica”).

Na tentativa de “solucionar” esse anacronismo, Calabi recorre, inicialmente, a três protagonistas da cultura urbanística italiana que distinguiram o urbanismo como objeto do *saber* e do *saber fazer* desse campo de estudos: Gustavo Giovannoni, que em 1935 definiu o plano diretor na “organização das edificações de uma cidade e a previsão de seu desenvolvimento futuro”, ou seja, “a obra concreta e coordenada da técnica e da arte urbanística”; Luigi Piccinato, que em 1937 (segundo Calabi, “quase vitruvianamente”) definiu a prática do urbanismo objetivada à “organização e funcionamento de uma vida urbana, ao mesmo tempo bonita, saudável, tranquila e econômica”; e Giovanni Astengo, que, em 1966, declara “o urbanismo (como) a ciência que estuda os fenômenos urbanos em todos os seus aspectos, tendo como finalidade o planejamento de seu desenvolvimento histórico”, procurando solucionar problemas específicos como bairros residenciais, centros históricos, renovação urbana, trânsito, zonas industriais, equipamentos de lazer e todos os territórios onde há edificações.

Calabi afirma, em *O Urbanismo Europeu*, que há um antigo conflito entre duas vias diametralmente opostas entre si no que concerne ao urbanismo: em primeiro lugar, a via dos reformadores utópicos, buscando modelos ideais e generalizáveis para solucionar ou dar alternativas às sociedades existentes e historicamente definidas, como Choay apresenta através dos autores do “pré-urbanismo” nas vertentes “progressista”, “culturalista” ou “sem modelo”; em segundo lugar, a via dos técnicos, que para Choay são os representantes do “urbanismo” posto em prática: “progressistas”, “culturalistas” ou “naturalistas”, ao alargar cada vez mais seu campo de ação, com projetos de estradas, de pontes, de habitações, de instalações higiênico-sanitaristas, de modelos de transportes etc. Estes últimos “redescobrem a ideias de um plano conjunto e depois uma série de planos setoriais”. Nessa segunda via é que Calabi insere seu título supracitado e, de certa forma, polemiza menos com as definições e controvérsias do urbanismo do que com seu próprio envolvimento com o tema de estudo, ou seja, deixa para os protagonistas desse campo de ação a maior parte das ambiguidades e das dificuldades ante o pensamento e às intervenções urbanísticas.

A historiadora italiana também reforça o papel do ensino do urbanismo nas escolas (universidades, faculdades de engenharia e de arquitetura) que, na Itália, se dá a partir de 1921, incluindo neste mesmo ano, em Roma, um curso de especialização em urbanismo para engenheiros e arquitetos. Todavia, admite que “falta clareza na definição” desse novo

campo de atividade, que reflete uma “ambiguidade de fundo” percebida através de dicionários e enciclopédias e até mesmo na atuação de profissionais pertencentes aos quadros municipais competentes. Para Calabi, a ambiguidade da história do urbanismo se evidencia a cada tentativa de encontrar sua origem. Em particular, a autora se distancia do que se expressa em manuais, enciclopédias e atlas geográficos, pois estes situam um ponto de partida com as narrativas sobre as manifestações das cidades por seus princípios normativos e regras a serem aplicadas para aumentar o bem-estar dos indivíduos e da coletividade nas diversas e sucessivas fases da civilização urbana.

A “história da cidade” torna-se sinônimo de “história da civilização”, e “civilização” seria então “civilização urbana”: uma leitura evolutiva de acontecimentos, estabelecida por etapas ou por capítulos (o Antigo Oriente, o Mundo Clássico, a Idade Média, o Renascimento, o Barroco, o Neoclassicismo, a época industrial). Essa postura evolutiva, segundo Calabi, acentua o fenômeno urbano em termos de continuidade, prestando-se a utilizar, por exemplo, os mesmos cânones tanto para a cidade antiga quanto para a moderna. Nesse sentido, se descarta a hipótese da descontinuidade, cara às ambições da instituição do urbanismo como um *corpus* reconhecível, atinente às rupturas com bases epistemológicas mais precisas. Por outro lado, como alerta a historiadora, ao urbanismo não escapa a relação, no âmbito da história da civilização urbana, com os componentes inovadores que afirmam sua “cientificidade” ou sua pretensão como “ciência aplicada à transformação do quadro de vida” e dos projetos políticos que o sustentam. Continuidades, por um lado, descontinuidades, por outro. Rupturas, inovações: Calabi chega a falar de “curto-circuito” para enfatizar, na constituição da “ciência do urbanismo” e sua introdução nas escolas uma necessária integração entre os saberes cognitivo e prático – o *saber* e o *saber fazer* – no âmbito de disciplinas já consolidadas e na tentativa de uma interdisciplinaridade.

Donatella Calabi se propõe a desenvolver o tema do urbanismo menos por suas definições que acompanhar as etapas da sua institucionalização; alerta que na passagem das últimas décadas do XIX para os meados do século XX, da “arte urbana” (entendida como composição arquitetônica em grande escala) às técnicas de projeto e implantações urbanas, a linguagem também foi se modificando, enriquecida por uma série de novas expressões. Na introdução de seu texto, entretanto, o significado dos vocábulos “urbanismo” e “urbanização”, conforme atribuído em diferentes países europeus, carregam dificuldades interpretativas: o “urbanismo”, sendo “arte” ou “técnica” de projeto, parece não se distinguir do substantivo “urbanização”. Em nosso entendimento, este último não poderia se relacionar senão ao processo de desenvolvimento urbano que, por sua vez, nem sempre passa por um pensamento ou uma sistemática de organização segundo princípios do urbanismo.

Apesar das ressalvas, Calabi também recorre aos enciclopedistas, como o fazem Choay e outros autores, em busca de definições outras para o urbanismo. Para uma “ciência nova” de século e meio ou pouco mais, fato é que o fenômeno urbano em si já determina o léxico “urbano” e suas expressões derivadas: arte urbana, urbanismo, urbanização e até mesmo o adjetivo “urbanística”, tal como se emprega, segundo ela, tanto na Itália como na Alemanha nas últimas décadas do século XX. Interessante, para todos os efeitos, é que o adjetivo “urbano” (do latim *urbanu*) representa, no sentido figurado, “cortês”, “afável”, “civilizado”,

conforme o *Dicionário Aurélio*⁶⁹, sendo o verbo “urbanizar” também relacionado à ideia de “civilizar” e “polir”. São inflexões dessa natureza que nos fazem confundir, senão mesmo desconfiar de certos arranjos ditos “urbanísticos”, pois nos lembramos do “homem cordial” descrito por Sérgio Buarque de Holanda. Em *Raízes do Brasil*, Holanda afirma que

na civilidade há qualquer coisa de coercitivo (...) Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência (...) do “homem cordial”: é a forma natural e viva que se tornou fórmula. Além disso, a polidez é, de algum modo, a organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intactas sua sensibilidade e suas emoções (Holanda, 1973: 107).

Com isso, pode-se entrever que determinados pensamentos de cunho “urbanístico”, quando transplantados de um modelo de sociedade a outra, ou de uma classe social a outra, segundo fórmulas prefiguradas de uma urbanidade (onde reside o “urbanita” – “homem cordial” ou “cortês”), os resultados não raro assumem formas de resistência que não dispensam a completa rejeição. No Brasil, guardadas as raízes remotas de “tipo primitivo de família patriarcal” e o desenvolvimento da urbanização decorrente deste e cujos efeitos permanecem vivos até hoje, não se pode menosprezar uma dificuldade ímpar ante a máxima do urbanismo. Pois este, conforme o *Dicionário Aurélio*, é a tradução de um “conjunto de medidas técnicas, administrativas, econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento racional e humano”, e depende de um tempo em que tudo o mais, incluindo o sentido de “civilidade cortês”, se torne “alguma coisa” menos coercitiva. Civilidade e urbanismo atestam, nessa acepção, por um lado, o sentido do “homem cordial” para o viver nas cidades; por outro lado, isso equivale a um “disfarce que permitirá a cada qual preservar intactas sua sensibilidade e suas emoções”.

O apetite por esses caminhos, por assim dizer, simbólicos, não deixa de ser consequente, pois é no entrever de máximas como a de que ao “urbano” se associa o “civilizado” que se podem encontrar raízes ideológicas também ligadas à “confusão” que subjaz ao urbanismo. Embora o mais notável desígnio a que vem o urbanismo não seja outro senão o homem em sua condição, ou em sua necessidade adaptável ao meio, não se deve subestimar ordenações de poder imbricadas no seu *saber fazer*. Como se sabe, não raro essas ordenações de poder (leia-se *ordens*) acompanham as chamadas “intervenções urbanísticas”, como veremos adiante. Ressalta-se, entretanto, que muitas das intervenções, quando destituídas de “pensamento”, por isso mesmo não passam de “banalidades”. Decerto isso não acontece de forma neutra no urbanismo.

Para a leitura do urbanismo nascente no século XIX, ligado ou não a aproximações antropológicas, interessam-nos as descobertas, mas também as incertezas concernentes à medicina e o modo de lidar com as doenças. Interessam-nos, igualmente, as controvérsias que recaem sobre as instituições envolvidas com a tarefa de reorganizar os espaços urbanos, incluindo as escolas e a congregação de engenheiros e arquitetos por todos os seus saberes. Interessa-nos sobremaneira agregar valores como o *saber fazer*, dispersos na multiplicidade do urbano. Para firmar o propósito maior dessa incursão no urbanismo, interessa não

---

⁶⁹ *Novo Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira*, 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

prescindir do vasto campo das inovações sanitárias, verdadeiro palco onde impera a “maquinaria do conforto” reunindo empresas, homens de negócios atrelados às construções, agentes financeiros, criação de órgãos administrativos novos. Em suma, interessa aqui percorrer os rumos do urbanismo em suas formas de racionalidade para marcar, por assim dizer, o que poderíamos chamar de *Era da Higiene*, da higiene pública, para além do conforto privado e das benesses que vieram, como sempre, primeiro a atender às classes privilegiadas.

O primado da higiene não escapa ao olhar de nenhum autor que se debruça sobre o urbanismo. O saneamento urbano está, com o sentido de saúde pública, de forma unânime, atrelado aos primórdios do urbanismo como um saber cognitivo e ao sanitarismo propriamente dito. No campo da medicina, não faltam autores que dedicam atenção desdobrada à higiene como “ordem social”, o que não raro nos leva às incursões que justificam aportes antropológicos: a cultura da higiene sempre existiu, mas agora sua eficácia torna-se preponderante: “não (mais) Higeia, a (deusa da) saúde, mas higiene, a prevenção” (contra os males das e nas cidades, ou nos novos contornos urbanos) (Sayd, 1998: 128).

Já vimos no capítulo introdutório desta tese o quanto as descobertas da medicina sobre o corpo humano influenciaram os urbanistas, na busca de sustentar uma relação (funcionalista) com a cidade. Assim como a higiene se torna (com a microbiologia), independente da medicina, será possível dizer que o urbanismo se torna independente da “arte de construir” que atravessou séculos até meados do XVII. O urbanismo, nesta sua “etapa” inicial, no século XIX, torna-se, por assim dizer, um “hábito higiênico”, se quisermos facear mais a acepção com a teoria e a prática da higiene e do sanitarismo. O presente capítulo, denominado “Saneamento e Reformas Urbanas entre o Discurso e a Prática”, é composto de dois tópicos: “Origens do modelo sanitarista estetizante: Haussmann em Paris”, que apresenta e procura uma análise crítica sobre essa intervenção, através de autores já citados e outros, e “Urbanismo socializante: dos socialistas utópicos à Carta de Atenas”, no qual se pretende contrapor à experiência de Haussmann outras iniciativas, levadas ou não à concretização, sendo muitas as que se inscrevem no Movimento Moderno, em que se espelham, muito provavelmente, as melhores práticas da atualidade, ainda que por sobressaltos ou descontinuidades.

Com uma palavra a mais de Benevolo, para efeito de um ingresso à Paris de Haussmann, lembramos a seguinte afirmação desse historiador: ele diz que a urbanística passa a desempenhar, a partir de 1848, portanto ao final daquele marco descrito como *Era da Reorganização*, um papel importante em “novo ciclo de reformas” e “transforma-se em um dos mais eficazes instrumentos de poder”, especialmente na França. Benevolo admite que uma direita conservadora faz nascer uma urbanística que se pode chamar de neoconservadora. Vejamos o quanto nesse “urbanismo” que se tornou fórmula para um sem número de cidades mundo afora, quem interage, quem participa, e de que trata, em suas especificidades, o saneamento urbano inscrito em seus desígnios. Vejamos também, por outro lado, se essa experiência que, como afirma François Beguin, não foi percebida (e por isso mesmo não se prestou) como um “aspecto menor e quase marginal do urbanismo moderno”, sendo mais uma confusão generalizada do *saber* e o *saber fazer* conjugados. Ou ainda, emprestando aqui as palavras de Calabi, se essa experiência na história, longe de

estar finalizada, não se trata de mais um curto-circuito. Passa-se a ela, conforme a denominação de *grands travaux* de Paris.

Origens do modelo sanitaria esteticizante: Haussmann em Paris

Para descrever o modelo de intervenção sanitaria que chamamos de esteticizante na Paris da segunda metade do século XIX, período de marcantes transformações urbanas em uma cidade que remonta à antiguidade, faremos, inicialmente, uma menção aparentemente banal, mas significativa como gesto de poder reinante. Luís Bonaparte (1808-1873), sobrinho de Napoleão I, quando eleito presidente da República, já planejava a revitalização da capital da nação. Segundo o historiador inglês Colin Jones (*Paris: biography of a city*, 2004), reza a lenda que, ao chegar à Gare du Nord, em 1848, ele trazia enrolado embaixo do braço um mapa com os futuros bulevares desenhados a lápis de cor. Naquele ano, a volta de um Bonaparte suscitou uma reprise dos temas imperiais em escala grandiosa, dando sequência às operações que Napoleão I projetara para a capital de seu império europeu.

Quatro anos de mandato republicano não seriam suficientes para que Luís Bonaparte pudesse dar cabo de operações de vulto ou de tamanho vulto ou grandeza, à altura de um herdeiro de trono imperial. Com o desejo de ampliar seus poderes, e cõscio de que ganharia o apoio de uma sociedade de amigos, Luís Napoleão articulou um golpe de Estado e o fez com a tomada do poder executivo, que não tardaria a levá-lo à criação do Segundo Império e sua titulação como Napoleão III. Assim, com seu mapa já traçado, inaugurou um período caracterizado pelo talvez mais ambicioso programa de renovação urbana da história ocidental. E disso resultou a Paris com seus novos limites, nova configuração, “repaginada” com seus famosos bulevares e, sob certos aspectos, com nova identidade ou, por assim dizer, carregando o símbolo de capital da modernidade. Um mapa como esse que o então presidente trazia debaixo do braço, afinal, se comparado a um atlas ou um mapa-múndi, como explica Marilena Chauí sobre documentos dessa natureza, “tem sua propriedade e seu uso definidos pelos detentores do poder, uma vez que os mapas estão a serviço da guerra, do mercado e da geopolítica”⁷⁰.

O Segundo Império inovou não por construir ao lado e fora do velho centro, deixando a cidade antiga intacta, mas sim por situar, segundo Colin Jones, quase pela primeira vez, a inovação no próprio cerne da cidade. E isso se deve ao fato de que o centro de Paris era o “coração da radical *sans-culotterie* que se opusera à ascensão de Luís Bonaparte ao poder e

---

⁷⁰ Discutiu-se se Haussmann foi o verdadeiro idealizador da transformação de Paris e se sua ação foi guiada por um plano unitário. Haussmann relata que logo após ser nomeado administrador do Sena, depois de um convite para jantar, o Imperador (Napoleão III) mostrou-lhe uma planta de Paris “sobre a qual viam-se traçadas por ele mesmo, em azul, em vermelho, em amarelo e verde, de acordo com o grau de urgência, as novas ruas que ele se propunha fazer executar” e não deixa proclamar, em todas as ocasiões, que o próprio Imperador é o autor das várias propostas, sendo ele um simples colaborador. Benevolo, 1994: 102. Tais fatos, extraídos por Benevolo das *Mémoires* de Haussmann (Paris, 1890), não compromete o papel decisivo que realmente interessa àquele que se ocupará da ação administrativa e que é o aspecto mais importante dessa experiência.

de fato se manifestara contra seu *coup d'état* de 1851". Segue um trecho da biografia da cidade escrita por Jones:

Talvez o aspecto mais surpreendente da transformação fosse o novo e mais plenamente integrado sistema de vias amplas e retas que trespassou o antigo tecido daquele então já chamado de *Le Vieux Paris*. Outras incluíam a priorização da circulação, a harmonização entre os monumentos e os meios de transporte, a provisão de espaço verde e a articulação de uma infraestrutura capaz de comportar uma região mais ampla e densamente ocupada. A área da capital subiu de menos de 3.500 hectares para em torno de 8.000 hectares na década de 1860; a população aumentou de aproximadamente um milhão na queda da Segunda República em 1851 para 1,9 milhões em 1872. (...) A influência pessoal de Napoleão III sobre sua proclamada missão de renovação não deve ser subestimada (Jones, 2009: 326).

Não se pode desconectar a escalada populacional, quase que duplicada em Paris no período imperial (1851-1872), do necessário contingente de operários postos a trabalhar na renovação, tampouco do numeroso corpo de profissionais requeridos para executar um efetivo plano urbanístico baseado naquele mapa. Entrementes, a operação prevista demandava um forte administrador para traduzir o plano em termos operativos, a partir de técnicas construtivas que, naquela época, já contavam com recursos dos mais avançados. O plano, tanto quanto seu desdobramento nas instâncias operativas de ordem técnica, administrativa, burocrática e financeira coube ao Barão Georges-Eugène Haussmann, nomeado chefe do departamento do Sena em 1853. E Haussmann permaneceu no cargo até poucos dias antes da queda do próprio Napoleão.

Na época, os contemporâneos creditaram mais méritos a Haussmann, em parte porque achavam difícil imaginar que um homem como Napoleão pudesse ter influência profunda numa cidade que ele parecia conhecer tão pouco⁷¹. (...) Talvez o fator que mais distinguisse a já chamada pelos contemporâneos de haussmannização dos processos precedentes de desenvolvimento urbano fosse a visão unitária e holística que a sustentava – mesmo que essa visão unitária fosse obra de dois homens. Poucos elementos dessa visão eram novos. Afinal de contas, a cidade fora usada como local de poder dinástico desde os romanos. A rua urbana em linha reta havia sido altamente valorizada durante o Renascimento. Os bulevares existiam desde a época de Luís XIV. No governo de Luís VI, houve movimentos para ampliar os perímetros da cidade por édito real. Napoleão I preocupara-se com a infraestrutura da cidade e procurara realçar monumentos prestigiosos na paisagem urbana. Além disso, muitos detalhes da renovação urbana associados à noção de Haussmannianismo já haviam sido colocados em prática por dois chefes do departamento do Sena: Chabrol e Rambuteau. Este último, em especial, divisara o método de renovar bairros decadentes por meio da criação de novas ruas. (...) Porém, foi durante o Segundo Império que essas características existentes de transformação urbana foram amalgamadas num programa de renovação urbana que cobria todas as funções executadas pela cidade. Enquanto Rambuteau e Chabrol abstiveram-se da ideia de qualquer *plan d'ensemble*, Haussmann e Napoleão III glorificaram-se com ele (Jones, 2009: 326).

O historiador Leonardo Benevolo relata a performance de Haussmann antes e logo após ele se instalar no *Hôtel de Ville*, sede da administração, reordenando os serviços técnicos segundo critérios modernos, chamando para dirigi-los alguns engenheiros de primeira linha, já experimentados em seus encargos precedentes.

---

⁷¹ “Antes de 1848, ele nunca residira em Paris, exceto quando bebê ou na condição de turista passageiro; já imperador, em certas ocasiões se perdia mesmo numa simples caminhada. Haussmann, ao contrário, passara uma infância feliz na capital antes de sua família mudar-se para o leste da França. Além disso, o nome Haussmann persistiu. O nome Bonaparte foi execrado durante a Terceira República, de modo que não o Napoleonismo, mas sim o Haussmannianismo, ganhou reconhecimento como a influência sobre o remodelamento da capital”. Jones, 2009: 326.

Estando assim assegurado um instrumento executivo capaz e rendoso, ele enfrenta pessoalmente os órgãos e os funcionários administrativos, apoiado pela confiança do Imperador, e faz com que estes sintam o peso, sem qualquer reserva, da força de sua posição, sujeitando-se completamente a seus desígnios. O Barão Georges Eugène Haussmann (1809-1891), funcionário por profissão, ocupa desde 1851 o cargo de administrador da Gironde. Em suas memórias ele conta que até o advento de Luís Napoleão havia pensado na possibilidade de ser eleito administrador do Sena. Ao seu redor, Luís Napoleão constrói seus poderes sobre temores suscitados pela Revolução socialista de fevereiro de 1848 e apoia-se na força do exército e no prestígio popular, contra a burguesia intelectual e a minoria operária. O Imperador tem um interesse direto na execução de grandes obras públicas em Paris, descuradas pelos governos precedentes, a fim de reforçar sua popularidade por meio de testemunhos tangíveis e a fim de tornar mais difíceis as futuras revoluções, demolindo as antigas ruas medievais e substituindo-as por artérias espaçosas e retilíneas propícias aos movimentos das tropas (Benevolo, 1994: 96-98).

Dessa maneira, Haussmann garante os dezessete anos de poder administrativo em que se dividem seus trabalhos. Resumidamente, conforme Benevolo, as obras viárias da velha Paris, que compreendiam 384 quilômetros de ruas no centro e 355 nos subúrbios, passam a contar, no centro, com 95 quilômetros, e na periferia, com 70 quilômetros de ruas novas. E de edificações novas, além das realizadas diretamente pela Administração (escolas, hospitais, prisões, escritórios administrativos, bibliotecas, colégios, mercados), o Estado, por outro lado, constrói edifícios militares e pontes. Às novas instalações hidráulicas somam-se aquedutos e estações de elevação de águas do Sena. De redes de esgoto, passa-se dos 146 quilômetros para 560, com depósitos coletores para muito mais abaixo do Sena. A iluminação, que é triplicada, passa de 12.400 para 32.320 bicos de gás. Em 1859, onze Comunas em torno de Paris são anexadas à cidade: os doze *arrondissements* (bairros) tradicionais são levados a vinte e uma parte das funções administrativas é descentralizada e levada a elas. Os parques públicos, que no *Ancien Régime* se limitavam ao Jardim *Tuileries* e os *Champs-Élysées* (na margem direita do Sena) e o Campo de Marte e o Luxemburgo (na margem esquerda), passam, com Haussmann, a contar com o *Bois de Boulogne* (antiga floresta situada entre o Sena e as fortificações ocidentais, logo ocupado pela classe mais elegante da população) e, do lado oposto da cidade, com o *Bois de Vincennes* (para demonstrar a solicitude do Imperador em relação às classes populares).

Segundo Colin Jones, o exame da cidade como um “organismo” estritamente utilitário das funções urbanas marca as exigências de Napoleão III e Haussmann, que se autorreconhecem como “clínicos urbanistas” lançando-se à tarefa de fortalecer os “pulmões” de Paris (parques e praças) de modo a deixá-la “respirar”; regular a circulação nas “artérias” (ruas) e assegurar a “nutrição” da cidade (feiras e mercados, com novos pavilhões a serem construídos no mercado principal, *Les Halles*). A preocupação com a higiene esteve ligada às formas eficientes para o tratamento dos resíduos, incluindo as obras de saneamento citadas acima (instalações hidráulicas, redes de esgoto). Por essas realizações, não resta dúvida de que a metáfora do “organismo” para o bom funcionamento da cidade corresponde ao exposto na introdução deste capítulo, ou seja, uma noção adaptada pelo urbanismo a partir das pesquisas médicas.

Espaços verdes e abastecimento alimentar integravam um interesse abrangente em saúde pública. Associadas às obras de infraestrutura, que em grande parte estavam sob o solo, também atinentes ao repertório orgânico-funcionalista, as redes de abastecimento de água foram expandidas: partindo dos rios Sena e Ourcq para o consumo público e de outros rios

da região para o consumo privado, através de um conjunto de aquedutos. Colin Jones fala dessas obras “impressionantes”, realizadas a “custos enormes”, que possibilitaram multiplicar o consumo de água: “Por volta do começo da década de 1870, os parisienses consumiam dez vezes mais água do que na década de 1850; cerca de dois terços de todas as residências particulares tinham água corrente. Nessa época, em torno de 20% das residências também usufruíam de fornecimento de gás” (Jones, 2009: 340). Com os esgotos, também interconectados ao traçado das ruas, obra igualmente “gigantesca” que veio a quintuplicar a rede já existente, garantia-se a remoção segura, eficiente e higiênica dos dejetos, respondendo à necessidade que ganhou destaque com as epidemias de cólera-morbo antes e durante os trabalhos de Haussmann. A essas obras não faltou o aproveitamento turístico: quando a cidade abrigou as exposições internacionais, excursões aos esgotos (inaugurados em 1855) reuniram personalidades como o rei de Portugal e até mulheres, cujas presenças traziam “charme” ao subterrâneo.

Benevolo afirma que os trabalhos viários de Haussmann são possibilitados pela lei de 13 de abril de 1850, a qual permite expropriar não somente as áreas necessárias para as ruas, mas também todos os imóveis compreendidos dentro do perímetro das obras. Entretanto, uma resolução mais imperativa, de 1852, renova o quadro das normatizações urbanísticas que não podem ser entendidas sem que se leve em consideração razões econômicas e políticas atuantes em conjunto, marcadas de ambiguidades, dado o caráter restritivo em que se opera tal resolução: “Em 23 de maio de 1852, um decreto do Senado modifica o procedimento estabelecido em 1841, permitindo a expropriação não somente por meio de lei, mas também por meio de uma simples deliberação do poder executivo” (Benevolo, 1994: 100).

A primeira lei (de 1850) nasce do clima revolucionário da Segunda República, enquanto a segunda (de 1852) diz respeito à nova posição autoritária, que é a ocorrência final da Revolução de fevereiro. Aparentemente, a decisão do Senado facilita a ação planificadora da administração, porém, na realidade, ela estabelece uma interdependência entre atos administrativos e diretrizes políticas, isto é, entre aqueles e os interesses dos estratos sociais que controlam o poder. Estes interesses tendem a limitar a interferência das autoridades nas questões econômicas; por essa razão, as leis são interpretadas em um sentido cada vez mais restrito, perturbando a execução dos planos, e os fatos urbanísticos respeitam fielmente as contradições e as ambiguidades do sistema político do Segundo Império.

No que toca à questão fundiária atinente a esse quadro de renovação urbana, tal operação, que se caracteriza primeiramente sob uma lógica financeira, parece viva até hoje, através de instrumentos urbanísticos como as chamadas parcerias público-privadas, que trazem a lume a mesma sorte de favorecimento às classes detentoras de poder e de dinheiro. Uma lei denominada “concessão urbanística”, por exemplo, intencionada e aprovada para dar respaldo jurídico a um projeto de renovação urbana em São Paulo (que discutiremos na segunda parte desta tese) não passa de um dispositivo igualmente favorável à expropriação de terras a quem pode pagar pelos terrenos ou já é proprietário. Salvo o diferencial (para pior) de que na “concessão urbanística” os próprios proprietários fiquem livres para as demolições, embora tenham que construir sob os novos parâmetros urbanísticos, o saldo de lucros, a partir do valor elevado às alturas pela renovação efetuada pelo poder público, fica para os agentes privados.

Conforme relata Benevolo, discussões sobre a legalidade ou não dessa lógica levaram o próprio Haussmann a se posicionar contra a lei de 1852, embora tenha sido vencido pelos argumentos jurídicos de seu tempo.

Depois de discussões, o Conselho de Estado decide, em 1858, que as áreas construíveis, uma vez expropriadas e arrumadas segundo os planos, devem ser restituídas aos antigos proprietários, isto é, que o aumento do valor determinado pelos trabalhos da comunidade deve ser confiscado pelos próprios proprietários, em vez de pela Comuna. (...) Haussmann lamenta essa decisão como sendo injusta, porém a jurisprudência da época é concorde contra ele. A cidade de Paris como consequência dessa sentença, deve suportar sozinha todas as despesas dos trabalhos de Haussmann, sem que se possa ressarcir dos proprietários que foram beneficiados (Benevolo, 1994: 102).

Mesmo considerando “injusta” essa resolução, Haussmann percebe que as obras públicas elevam os preços dos terrenos não somente nas áreas mais próximas dos novos bulevares, mas em toda a cidade. Assim, com o aumento das rendas globais, cujos efeitos lhe garantem o aumento contínuo das entradas em caixa, consegue empréstimos mais vultosos junto aos estabelecimentos bancários. Dessa forma, a cidade passa a se comportar tal qual uma empresa particular.

Contudo, a natureza produtiva dos trabalhos manifesta-se igualmente, e Haussmann pode recolher os fundos necessários sem depender das contribuições do Estado, se não em pequena parte, apelando ao livre crédito. (...) As obras públicas não fazem somente subir os preços dos terrenos circundantes, mas influem em toda a cidade, favorecendo seu crescimento e aumentando as redes globais. Esses efeitos garantem por si só ao administrador um aumento contínuo das entradas ordinárias, e permitem tomar de empréstimo somas vultosas dos estabelecimentos bancários, como o faz qualquer empresa particular.

Resumidamente, a desapropriação de particulares é possibilitada pelos cofres públicos, sendo que os donos das terras urbanas desapropriadas tiveram privilégios assegurados para a reocupação das mesmas terras agora edificadas em padrões novos e mais valorizados. Ou seja, o poder público é pautado pela mesma lógica do capital especulativo. A cidade paga pela sua renovação, ou seja, interage com toda a operação, mas quem de fato participa (e lucra) são as instâncias privadas⁷².

Se a operação pode ser considerada satisfatória no balanço global, não se pode dizer o mesmo em relação à distribuição de riquezas. O mecanismo fixado para as expropriações permite que os proprietários confisquem toda a mais valia e produz... a transferência de dinheiro dos contribuintes para os proprietários de áreas. E mais, o montante da indenização pela expropriação é estabelecido por uma comissão de proprietários, e frequentemente é desproporcionalmente alto, tanto assim que a expropriação é desejada e solicitada como fonte de enriquecimento (Benevolo, 1994: 102).

Pelo resgate da polêmica gerada em torno da obra de Haussmann, no tempo em que ele assumia seu papel de administrador enérgico e eficiente, Benevolo (1994) afirma que os liberais o censuravam pelos métodos financeiros de funcionamento da *Caisse des Travaux*

---

⁷² “De 1853 a 1870, Haussmann gasta cerca de dois bilhões e meio de francos em obras públicas, recebe do Estado somente 100 milhões e não impõe novas taxas, nem aumenta as existentes. No mesmo período, os habitantes de Paris passam de um milhão e duzentos mil a quase dois milhões; enquanto são demolidas cerca de 27.500 casas, constroem-se cerca de 100.000 novas (e 4,46% da despesa retorna à Comuna sob a forma de taxas); a renda *per capita* do cidadão francês passa de 2.500 a 5.000 francos aproximadamente e as rendas da Comuna de Paris, de acordo com Persigny, passam de 20 a 200 milhões de francos. Pode-se, portanto, afirmar que a própria cidade paga por sua ordenação”. Benevolo, 1994: 102.

de Paris para efeito do pagamento das obras públicas. Haussmann, que já havia se mostrado contra a lei de 1851, sustenta agora o confisco da mais-valia nos terrenos construíveis às margens das novas ruas e bulevares, o que faz a polêmica se elevar. Benevolo ajuíza essa questão dizendo que Haussmann, ao fim e ao cabo, “entrevê uma exigência fundamental da urbanística moderna e encontra-se em posição mais avançada do que a de seus críticos”. Segundo Benevolo, os intelectuais e os artistas censuravam Haussmann “pela destruição dos ambientes da velha Paris e a vulgaridade das novas construções sem, contudo, ir mais além do que os costumeiros lamentos estilizantes, fundados no tédio e na condenação de toda a civilização industrial”. Nessa questão, Benevolo afirma que Haussmann “leva a melhor contrapondo às perdas de alguns espetáculos pitorescos os melhoramentos técnicos e higiênicos”.

Hausmann parece ser menos culto, mas mais livre de preconceitos e mais moderno do que a maior parte de seus críticos. Ele possui uma capacidade instintiva de compreender e de aderir à realidade de seu tempo e, por essa razão, está apto a modificá-la com tanto êxito: a sociedade do Segundo Império encontra em suas modificações uma fachada perfeitamente aderente, e o eco dessa concordância entre programas e realidade (...) ainda é perceptível em nossos dias, no fascínio e na vitalidade que emanam das ruas centrais de Paris (Benevolo, 1994: 106).

Das afirmativas de Benevolo aqui reproduzidas podem nos levar a desdobramentos: a primeira delas se reporta àquela “exigência fundamental da urbanística moderna” entrevista por Haussmann ante seus críticos, posto que em face da “exigência” se revela o papel do planejador urbano como homem público. Voltaremos a essa questão mais adiante, mas também sobre a outra afirmativa: a de que a “fachada perfeitamente aderente” da sociedade ante a realidade de Paris é concatenada à percepção ou ao fascínio sobre a intervenção urbana. Tais afirmativas demandam uma discussão sobre a cultura urbanística em específico e sobre a cultura moderna por extensão, além de invocar as normatizações urbanísticas, ou seja, aquelas baseadas em leis, que permitem as ações prescritas em normas, e uma necessária relação com as normalizações, isto é, com modelos e seus resultados.

Sobre o propósito de construir largos bulevares com vistas a garantir um melhor desempenho militar e repressivo, Colin Jones afirma que não há provas evidentes na forma de uma ordem expressa por Napoleão III, tampouco partindo de Haussmann. E isso se deve ao fato de que inúmeros motivos não repressivos contribuíram para o conjunto das intervenções. Entretanto,

parece haver pouca dúvida de que o desejo de minar a militância popular parisiense por meio de uma combinação de melhoramento social e embelezamento estratégico realmente influenciou as ideias de Haussmann e colaboradores. O radicalismo popular era visto largamente como uma espécie de epidemia antissocial, como o cólera ou a disenteria. Napoleão III temia um replay dos Dias de Julho de 1848 ou da resistência popular que Paris ensaiara contra seu golpe de dezembro de 1851, quando a multidão no Faubourg du Temple só fora dispersa depois de repetidas cargas de cavalaria. A visão de Haussmann sobre a vida urbana moderna baseava-se na erradicação da resistência popular. Ele trabalhou simultaneamente, observou Fornal, contra pestes e contra revoluções (Jones, 2009: 342).

Jones considera que as realizações “impressionantes” tornavam-se evidentes nas áreas onde os ricos moravam: um terço de casas sem água corrente e quatro quintos sem fornecimento

de gás eram desproporcionalmente situados em bairros pobres, caracterizados por moradias precárias, trechos secundários de ferrovias, fábricas e depósitos.

Das 24 praças projetadas por Napoleão III, apenas duas situavam-se nos subúrbios operários, a leste do Canal de Saint-Martin. Além da tradicional divisão leste-oeste entre pobreza e riqueza, uma nova configuração de necessidades emergia, que confrontava arrondissements centrais renovados e os mais despojados do anel externo... Em 1870, Louis Lazare descreveu esses arrondissements pobres (no nordeste da cidade, onde 40% das casas tinham condições tão precárias que não se cobravam impostos) como uma genuína Sibéria. A capital (observou outro comentarista) virou duas cidades, uma rica e outra pobre, com a pobre circundando a rica. Nessas áreas externas, era mais provável a ocorrência de disenteria, febre tifoide, difteria, coqueluche, varíola e tuberculose. Claro, essa não era a intenção declarada do programa sanitário de Haussmann – mas tornava inconsistentes as alegações do chefe do departamento de estar motivado por uma preocupação geral com a saúde pública (Jones, 2009: 341).

Com esses resultados, da “função orgânica” estabelecida por Haussmann para contemplar o desejo de Napoleão III se entrevê que, assim como as fábricas, os depósitos e o destino dos esgotos, os pobres também devem tomar o seu lugar nas áreas mais distantes do centro, ou da centralidade representada pela maior parte dos melhoramentos. Melhorias urbanas, enfim, depois de efetivadas através de mais-valia, servem a quem pode pagar por elas. Segundo Benevolo,

o problema das moradias para as classes menos abastadas e a exigência de intervenção do Estado para a garantia de certos requisitos mínimos de distribuição e higiene, independentemente da capacidade econômica dos destinatários, penetra na prática política e administrativa, ainda em medida insuficiente em relação às necessidades. Em 1952, logo após ser eleito Imperador, Luís Napoleão faz fixar verba para outros dois complexos residenciais em Batignolles e em Neuilly (quando Presidente da República, havia executado um primeiro complexo de casas populares na *Rue Rochechouart*, a *Cité Napoléon*). Essas demonstrações isoladas de mecenatismo não alteram a situação das moradias operárias, dominada por uma especulação particular que é favorecida, por outras vias, em todos os sentidos, pelo próprio poder imperial (Benevolo, 1994: 100).

Quanto ao aspecto das tipologias arquitetônicas atreladas à nova ordem urbanística, veja-se que a questão fundiária é intrinsecamente conectada ao parcelamento dos lotes e não foge à vigência de uma tradição secular. Nas reformas da Paris de Haussmann, bem como na expansão projetada por Cerdá (1859)⁷³ para a cidade de Barcelona, os tipos residenciais são o resultado da implantação urbana, baseada nos traçados viários e nos regulamentos que definiam o gabarito dos conjuntos edilícios a partir da largura das vias: verifica-se que o tipo passa a ser estabelecido primeiro em função do projeto urbano para só depois passar por estudos distributivos e compositivos, a partir do exame das necessidades que deveriam atender.

---

⁷³ A ideia de uniformidade era essencial para Cerdá. Todas as partes da cidade são projetadas de acordo com os mesmos princípios, teriam o mesmo valor e seria possível estender a retícula ortogonal, que define a área urbana *ad infinitum* usando sempre o mesmo sistema. O tipo urbano de Cerdá, o quarteirão, aceita arranjos variáveis, dentro de uma taxa de densidade máxima, e constitui o elemento básico do tecido urbano (...) (Cerdá) prescreveu exigências mínimas (...) sem prefigurar nenhuma solução arquitetônica específica. As tipologias tradicionais da cidade foram rechaçadas por serem consideradas insalubres. In: Renata Baesso Pereira, *Tipologia arquitetônica e morfologia urbana: uma abordagem histórica de conceitos e métodos*, jul. 2012. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arquitextos>.

A partir de um estudo sobre tipologias arquitetônicas e morfologia urbana⁷⁴ publicado em 2012, veja-se a seguir alguns pormenores relacionados ao caso parisiense, restituindo as configurações também anteriores à renovação de Haussmann.

No caso de Paris, a tipologia arquitetônica estava antes relacionada com a modalidade de parcelamento, consequência das formas de apropriação do solo então vigentes no século XVIII fundadas pela nobreza (sobre a propriedade familiar), que começaria a tender para a criação de loteamentos nos grandes terrenos ainda vazios da capital. A nobreza, grande proprietária de terras, promoveu a abertura dos primeiros loteamentos nos quais seriam construídos imóveis de renda. No século XIX, tanto as grandes residências, como as mais modestas, aproximavam-se, no que diz respeito à distribuição dos espaços, do *hôtel particulier*, tipo de residência aristocrática, consolidado no século XVII. Esse tipo de edifício articulado em meio a generosas parcelas fundiárias era dotado de extensa fachada, voltada para um jardim, e formada pela linha de aposentos para recepção. A área do convívio social, no térreo, ficava bem separada dos cômodos íntimos, no pavimento superior, e das áreas de serviços domésticos e empregados, nos fundos. Várias escadas, localizadas de forma estratégica, separavam por completo os diferentes fluxos. (...) Mais do que a difusão de um tipo arquitetônico, a adaptação de algumas características do *hôtel particulier* ao imóvel de renda parisiense, apresenta a difusão de um modo de vida luxuoso entre a pequena burguesia. Do ponto de vista fundiário, os terrenos e quarteirões rasgados pelos *boulevards* de Haussmann aumentam de valor. O tipo denominado hoje de *imóvel haussmanniano* era flexível e adaptável às irregularidades dos lotes. Apenas a linha de fachada voltada para a rua, onde estavam dispostos os cômodos de recepção, deveria obedecer a uma geometria rígida. O pátio interno, espaço menos nobre, para onde estavam voltadas as áreas íntima e de serviço, aceitava irregularidades em sua forma. É importante verificar que o *imóvel haussmanniano* não é tratado como um objeto isolado (como *hôtel particulier*), mas como parte de um conjunto, pois em todos os imóveis dos quarteirões é mantida a regularidade das fachadas e o alinhamento da rua. O uso do mesmo gabarito gerou uma ampla unidade urbana: a regularização se aplicava à altura dos andares, às saliências dos balcões ou das cornijas, ao ritmo das aberturas, enquanto as diferenças se restringiam aos ornamentos (Pereira, 2012).

Os regulamentos de Haussmann visavam à harmonia do conjunto arquitetônico e à proporção entre a escala dos quarteirões e a escala urbana. Nesse sentido, da escala do lote para a escala do quarteirão, as reformas haussmannianas devem ser entendidas dentro do plano geral de dar à capital uma escala monumental, sendo os bulevares o modelo de espaço urbano, com a circulação de pedestres separada da circulação de veículos, a permitir animação comercial nas calçadas. Quando relacionados os aspectos fundiários entre o traçado dos novos bulevares e as tipologias arquitetônicas deles decorrentes, assim como os regulamentos edilícios e o zoneamento da cidade, que vimos também estarem de acordo com o incremento da infraestrutura, a patente destruição dos antigos distritos onde se acomodava a classe trabalhadora denota uma disposição estratégica para a disciplina social: zonas de aglomeração de militância das áreas mais centrais foram manejadas para as periferias. A percepção da outra face da modernidade em Paris parece não escapar à classe trabalhadora, que, não sendo atendida pelo resultado de seu trabalho, fomenta reações que estão prestes a serem reveladas em tons nada glamorosos. Ao demolir e desarticular com a mudança de lugar aqueles considerados radicais ou revoltosos, a “bulevarização” teve, para além da função “orgânica”, também uma função coercitiva. Porém, segundo Colin Jones, as circunstâncias da queda do Segundo Império e o estabelecimento da Terceira República mostrariam que a lógica do haussmannismo não extinguiria totalmente o radicalismo da

---

⁷⁴ Pereira, op. cit.

classe operária: “Em janeiro de 1858, a caminho da ópera, Napoleão III escapou por um triz de um atentado a bomba de autoria do radical italiano Orsini”⁷⁵ (Jones, 2009: 344-345).

Jones afirma que, em decorrência desse atentado, em vez de tornar-se mais repressor, Napoleão iniciou um período mais liberal em seu governo. Consequentemente, sobre Haussmann é que se passou a canalizar muito da “raiva” que envolvia os gastos financeiros e o aumento das taxas de juros dos empréstimos para efetivar os planos, sobretudo os de infraestrutura: “cada vez mais, uma nuvem de favorecimento a amigos e de corrupção pairava sobre a cabeça do chefe do departamento” (Jones, 2009: 355). Mas a popularidade de Napoleão sempre fora mais alta nas províncias do que na capital e, segundo Jones, setores da elite financeira, da Igreja Católica e da burguesia que vivia de renda e o apoiavam nunca tiveram muita aceitação em Paris, especialmente ante sua veia autoritária, evidenciada no modo como esmagou a oposição trabalhista com seu golpe de Estado em 10 de dezembro de 1851.

Apesar de ter legalizado as greves em 1864 pela primeira vez desde 1791, os trabalhadores urbanos hostilizavam seus agrados. A exemplo do tio, Napoleão III patrocinou políticas de emprego público que criaram cargos parisienses – mas diferente do que aconteceu no Primeiro Império, às custas da perda de muitos lares dos trabalhadores. As exposições de 1855 e 1867 realçaram uma política de grandeza, mais eficiente para os turistas do que para muitos parisienses, que se consideravam os únicos a pagar a conta. Além disso, perto do fim dos anos 1860, até mesmo os cidadãos de finanças mais sólidas estavam apreensivos: a varinha de condão de Haussmann parecia não estar mais funcionando: *boom* imobiliário prestes a entrar em colapso, aluguéis estratosféricos e crise habitacional no horizonte (Jones, 2009: 348).

A culminar esse quadro de descrédito social e financeiro, uma malsucedida investida de Napoleão III foi a declaração de guerra contra a Prússia de Bismarck. E o Segundo Império desabou quando da chegada dos prussianos para investir cidade adentro, com a rendição do imperador. Um “Abaixo o império” manifestado por multidões percorreu os bulevares. Chegou-se ao fim do regime monárquico e o início de uma conturbada Terceira República. Colin Jones fala dessa Paris condenada ao tratar do rei Guilherme II da Prússia, que sagrou-se imperador da Alemanha no Salão dos Espelhos de Versalhes de Luís XIV e de episódios que não se deram ao revés de uma já longa tradição miticamente renomada por barricadas, rebeliões, ações militantes e violência política em Paris:

Em março de 1871 tropas germânicas desfilaram em marcha triunfal na Champs-Élysées – importante gesto simbólico (...) As condições traumáticas nas quais o regime terminara desencadearam ressentimentos inesperados. Um batalhão da Guarda Nacional em Montmartre recusou-se a entregar as armas, desferindo um ataque contra o governo provisório liderado por Thiers (...) (Adolph) Thiers, (velho político francês), altamente impopular devido aos termos do tratado de paz que cedera à Alemanha as províncias da Alsácia e da Lorena (que ficou sob o domínio do Império Alemão até o fim da Primeira Guerra Mundial), recuou a Versalhes, deixando a cidade nas mãos de um governo ainda mais

---

⁷⁵ “Felipe Orsini, membro dos Carbonari, grupo nacionalista radical italiano que considerava Napoleão III um empecilho para a unificação da Itália, jogou três bombas contra o imperador quando ele saía do antigo prédio da Ópera, na estreita e movimentada Rue Le Peletier (...) Orsini acabou executado. De forma incomum para um assassino, porém, parece que a tentativa frustrada teve impacto positivo sobre o alvo. Napoleão adequou sua política externa e em 1858 passou a defender a causa da unificação italiana. O ato de Orsini acelerou também os planos de Haussmann de transferir o teatro da ópera para um local novo, com menos gente e movimento. Quando da construção da atual Ópera-Garnier, cuidou-se para que ela tivesse uma bem-guardada entrada particular para o imperador, de modo a evitar uma repetição do atentado de Orsini”. Jones, 2009: 345.

provisório e improvisado, a Comuna de Paris (primeiro governo operário da história), que desencadeou um episódio de radicalismo urbano, pleno de coragem e gestos simbólicos... A coluna Vendôme, erigida por Napoleão I, foi demolida (...) Na Semana Sangrenta (21 a 28 de maio de 1871), tropas (de Versalhes) entraram na cidade, encetando uma orgia de violência extrema... No final, os rebeldes retrocederam até Montmartre, Belleville e Ménilmontant, realçando que a nata do radicalismo trabalhista deslocada do centro pela haussmannização agora estava nos arrondissements externos. Nesse sentido, a Comuna tinha sido a vingança dos expelidos” (Jones, 2009: 349).

Mas a Comuna, reagindo às baixas da Semana Sangrenta, desencadeou uma série de episódios que representam o dismantelamento dos pilares do Estado, isto é, os órgãos do exército permanente, a polícia, a administração pública, a magistratura, a Igreja etc. Ao fazer isso, os trabalhadores parisienses pretenderam retomar para si as forças sociais, iniciando um processo de eliminação da divisão social do trabalho: um primeiro ato para a apropriação de sua própria existência.

À medida que as tropas republicanas entravam na cidade, uma onda de incêndios iluminava os céus. Pelo menos parte dos incêndios era acidental, mas também ocorreu bom número de incêndios criminosos, cujos alvos variados incluíram o Palácio das Tulherias, em que Napoleão residira, e o Hôtel de Ville, o centro do governo municipal (de Haussmann). O fogo consumiu por completo os dois prédios (...) a violência incendiária atingia também outras instituições simbólicas do regime, como a Préfecture de Police, os ministérios das Finanças e das Relações Exteriores e os arquivos municipais. Tentativas de atear fogo à catedral de Notre-Dame e ao Louvre fracassaram por detalhe. Mulheres – as *pétrouless* – receberam boa parte da culpa; supostamente por lançarem bombas de gasolina a esmo na cidade perdida. O regime que vivera por e para novas construções encontrou castigo numa orgia de demolição incendiária. Em vez de bola de demolição utilizada por Haussmann, os incêndios dos communards e das communardes. Desde os vikings Paris não via tanta destruição (Jones, 2009: 349).

Na experiência de setenta e dois dias da Comuna, como analisada por Marx em *A guerra civil na França*, a classe trabalhadora tinha em mente um regime comunal totalmente contrário ao que se desprende do poder monárquico e do que foram as duas últimas décadas sob o império de Napoleão III, ou seja, essa classe almejava uma forma política capaz de uma emancipação econômica do trabalho, em que este deixa de ser um atributo de classe. Uma reconstituição, ainda que breve, sobre a Comuna pode e deve ser lembrada em consideração ao que se carrega, com seu significado histórico, uma discussão do político aí presente e da questão do Estado atinente à marcha dos empreendimentos em Paris.

A Comuna aparece como um “curto-circuito” prenhe de significados para o entendimento do urbanismo haussmanniano, um significado histórico, antes de tudo, conforme atesta o relato de Marx redigido “no calor da hora” e apresentado por Engels como um esboço “em traços breves e energéticos, mas tão penetrantes e sobretudo tão exatos que não foram jamais igualados em meio à abundante literatura publicada sobre o assunto”⁷⁶. Não se pode ignorar, entretanto, que a destruição de monumentos históricos representativos do poder do Estado não aparece apenas nesses episódios, sendo antes uma recorrência na grande maioria das revoluções sociais travadas contra as formas de governo autoritárias, em que invariavelmente se encontra uma perversa ordem de poder simbólico. No imbricamento entre aspectos da vida urbana, o desígnio político ocorre, por assim dizer, no que Calabi

---

⁷⁶ Introdução de Engels para *A guerra civil na França*, de Karl Marx. Edição de Ridendo Castigat Mores. Versão para e-Book disponível em: <www.jahr.org>.

chama de “descontinuidade” na esfera do urbanismo. A experiência da Comuna, nesse sentido, tratou de evidenciar figuras que já compunham um quadro de “descontinuidade” na construção de Paris como *locus* da representatividade autoritária bonapartista e da sociedade burguesa. Marx chama Thiers de “gnomo monstruoso”, que “encantou a burguesia francesa por quase meio século, por ser a expressão intelectual mais acabada de sua própria corrupção de classe”, responsável por uma “rebelião dos escravocratas” que levaria aos ombros dos trabalhadores o pagamento pelas dívidas assumidas no governo de Napoleão III e mais os prejuízos pela guerra.

O Segundo Império havia mais do que dobrado o déficit nacional e mergulhado todas as grandes cidades em pesadas dívidas municipais. A guerra havia aumentado espantosamente o passivo da nação e arrasado impiedosamente seus recursos. Para completar a ruína, lá estava o Shylok prussiano com sua fatura relativa à manutenção de meio milhão de seus soldados em solo francês, sua reparação no valor de cinco bilhões e mais juros de 5% sobre as prestações não pagas (de acordo com o tratado final de paz assinado em Frankfurt, em maio de 1871). Quem iria pagar essa conta? Somente pela derrubada violenta da República os apropriadores da riqueza poderiam esperar lançar aos ombros de seus produtores o custo pela guerra que eles, os apropriadores, haviam iniciado. E assim a imensa ruína da França estimulava esses patrióticos representantes da terra e do capital, sob os olhos e patrocínio do invasor, a enxertar na guerra estrangeira uma guerra civil – uma rebelião dos escravocratas (...) No caminho dessa conspiração erguia-se um grande obstáculo – Paris. Desarmá-la era a primeira condição de sucesso, e assim Paris foi intimada por Thiers a entregar as armas. A cidade estava, então, enfurecida pelos frenéticos protestos antirrepublicanos da assembleia “rural” e dos próprios equívocos de Thiers acerca do estatuto legal da República, pela ameaça de decapitar e descapitalizar Paris, pela nomeação de embaixadores orleanistas, pelas leis de (Jules) Dufaure sobre as faturas e os aluguéis vencidos, leis que haviam arruinado o comércio e a indústria de Paris, pelo imposto... cobrado a cada cópia de qualquer publicação, pelas condenações à morte de (Louis Auguste) Blanqui e (Gustave) Flourens, pela supressão dos jornais republicanos, pela transferência da Assembleia Nacional para Versalhes, pela renovação do estado de sítio... pela nomeação de Vinoy, o *décembriseur* (“Dezembrista”, participante do golpe de Estado bonapartista de 1851) como governador de Paris – de Valentin, o gendarme imperial, como seu prefeito de polícia – e de Aurelle de Paladines, o general jesuíta, como comandante-em-chefe da Guarda Nacional” (Marx, 2011: 45-46).

A antítese direta do Império era a Comuna, como diz Marx: “O brado de República Social com que a Revolução de Fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris não expressava senão a vaga aspiração de uma república que viesse não para suprimir a forma monárquica de dominação de classe, mas a dominação de classe ela mesma. A Comuna era a forma positiva dessa república” (Marx, 2001: 56). Segundo João Paulo Netto, à experiência da Comuna Marx atribui validade universal pelos seguintes traços: 1) “o povo em armas”, com a dissolução do exército profissional e a constituição de um exército popular, isto é, a transferência dos meios materiais do poder; 2) a forma de governo: a Comuna não é uma instância parlamentar, mas a fusão do poder executivo com o legislativo; 3) a liquidação da máquina repressiva do Estado (e do Estado burguês), seja dos seus elementos coercitivos (a polícia), seja de seus elementos mediadores (o judiciário); e o mais importante traço, 4) a Comuna é uma forma de organização da produção nacional. Assim, Marx atribui à Comuna,

a partir da experiência de Paris, a tarefa de centralizar e planificar a produção: uma questão de Estado aí envolvida num projeto revolucionário⁷⁷.

Urbanismo reformador e mudanças culturais.

Feita essa descrição sobre as reformas de Haussmann sob o poder reinante de Napoleão III, bem como as respostas dadas pela Comuna, a partir de uma seleção de autores dentre uma miríade de outros que se debruçaram sobre esse marcante período de Paris, os passos seguintes vêm ao encontro de questionamentos que retornam a consideração de que o próprio urbanismo se encontra entre controvérsias e ambiguidades, como exposto nas palavras introdutórias deste capítulo. Reitera-se o propósito de tomar o vínculo do urbanismo polarizado entre a noção de cidade e sociedade ante o fenômeno da urbanização, tanto quanto dos modos de aplicar o pensamento e a prática urbanística em condições sociais adversas ou não levadas em consideração para uma efetiva saúde da população e, mais uma vez, porque essa saúde se firma na esfera igualmente controversa da política e das conveniências econômicas entre classes sociais antagônicas. Nota-se que o referencial repassado por historiadores é muitas vezes conflitante, posto que traçado no alcance de cada um por aquilo que se quer ou que se deixa passar por “moderno”, ou ainda o que se torna representativo da modernidade, como é o caso de Paris naquela segunda metade do XIX.

Para exemplificar um marco técnico e “moderno” dentre muitos que marcaram a renovação de Paris, veja-se como referência Benevolo sobre o “macadame”, tipo de pavimentação utilizado nos bulevares parisienses que posteriormente foi copiado em muitas cidades do mundo (como na Avenida Paulista, inaugurada em 1891). Benevolo situa o “macadam” no quadro do “aperfeiçoamento dos sistemas de construção tradicionais”: “uma das principais preocupações de governantes e empresários, no século XVIII, é a construção de novas vias de comunicação: estradas e canais”.

Na França, a monarquia dedica grandes cuidados ao sistema viário; as estradas reais, segundo o regulamento de Colbert, frequentemente são muito largas – de treze a vinte metros –, *mais por razões visuais do que por exigências do trânsito*, e são traçadas com *extrema regularidade, geralmente em linha reta...* (...) Em fins do século, os engenheiros crescidos no *novo clima científico* suplantam (os) *projetistas irregulares*. Na França, P. M. J. Trésaguet, na Inglaterra, Thomas Telford e John Macadam introduzem *melhoramentos técnicos decisivos* (...) “Macadam” (de acordo com a tradução) é um comerciante que passa a oficial durante as guerras napoleônicas e se dedica à construção de estradas; ele efetua o passo *tecnicamente mais importante*, abolindo as fundações de pedras grandes e sugerindo o uso de um extrato superficial *tão impermeável à água quanto possível*, tornado compacto com pó de materiais calcários; essa inovação diminui em muito o custo das estradas, e o macadam – como é chamado ainda esse método – torna-se de uso geral (Benevolo, 1994: 39, grifos nossos).

Já Marshall Berman, quando se refere ao “modernismo nas ruas” e à obra de Baudelaire na “metrópole mundial”, se preocupa justamente com os imperativos autônomos (intelectuais

---

⁷⁷ Conferência de João Paulo Netto proferida na Semana de comemorações dos 140 anos da Comuna de Paris; evento relaizado na PUC-SP entre os dias 23 e 27 de maio de 2011.

e artísticos), que se desdobram nas esferas de uma “modernização”, ante estruturas e processos materiais (políticos, econômicos, sociais). Berman vê nesse dualismo uma dificuldade para nossa apreensão de fatos marcantes da vida moderna, como o imbricamento de forças materiais e espirituais ou a “interdependência entre indivíduo e o ambiente moderno”. Cabe aqui extrair de um trecho de Berman um pormenor sobre o mesmo “macadam” que Benevolo afirma, com convicção, representar um “melhoramento técnico decisivo”.

Quando Haussmann deu início aos trabalhos nos bulevares, ninguém entendeu por que ele os queria tão espaçosos: de trinta a cem metros de largura. Só depois que o trabalho estava concluído é que as pessoas começaram a ver que essas estradas, imensamente amplas, meticulosamente retas, estendendo-se por quilômetros, seriam vias expressas ideais para o tráfego pesado. O macadame, superfície com que foram pavimentados os bulevares, era notavelmente macio e fornecia perfeita tração para as patas dos cavalos. Pela primeira vez, corredores e condutores podiam, no coração da cidade, lançar seus animais em plena velocidade. O aperfeiçoamento das condições carroçáveis não só aumentou a velocidade do tráfego previamente existente, mas – como as rodovias do século XX farão em escala ainda maior – colaboraram para gerar um volume de novo tráfego mais intenso que o anterior, para além do que Haussmann e seus engenheiros tinham previsto. Entre 1850 e 1870, enquanto a população central da cidade (excluindo as áreas suburbanas) cresceu perto de 25%, de cerca de 1,3 milhão a 1,65 milhão, o tráfego no interior da cidade talvez tenha triplicado, ou quadruplicado. Esse crescimento denuncia uma contradição na própria base do urbanismo de Napoleão e Haussmann... Os pavimentos de macadame, fonte de particular orgulho para o imperador – que jamais andou a pé – eram poeirentos nos meses secos de verão e ficavam enlameados com a chuva e a neve. Haussmann, que discordou de Napoleão quanto ao macadame (um dos raros pontos de atrito entre eles) e que administrativamente sabotou os planos imperiais de revestir toda a cidade com ele, dizia que esse tipo de superfície exigia dos parisienses “ou ter uma carruagem ou caminhar sobre pernas de pau”. Com isso, a vida dos bulevares, mais radiante e excitante que toda a vida urbana do passado, era também arriscada e ameaçadora para as multidões de homens e mulheres que andavam a pé (Berman, 2007: 189-190).

Sobre o macadame, que Berman afirma ter acarretado um volume de tráfego maior (além de mais veloz) que o imaginado por Haussmann e seus engenheiros, seria interessante, contudo, indagar se os tradicionais pisos de pedra não acarretariam o mesmo problema, ainda que sem os inconvenientes da poeira e da lama. Mas isso não vem ao caso para o que se quer a partir do olhar de Berman, pois desse seu breve recorte sobre o macadame já se confirma um universo de análise mais amplo, concernente ao que Hobsbawm enuncia sobre a liberdade, a igualdade e a sociedade burguesa liberal. Em poucas palavras, a controvérsia sobre o macadame é ilustrativa quanto ao efetivo uso da cidade, o que chega aos nossos dias com igual sorte de equívocos quanto aos seus destinatários. Da leitura de Berman sobre os bulevares parisienses, ele resgata o poeta que foi capaz de “pintar” o homem moderno “como resultante dos refinamentos de uma civilização excessiva” (Berman, 2007). É patente a Berman que na ironia com que o poeta “se arremessa contra o caos do tráfego” está o esforço de sobrevivência. Assim, explicita-se o marcante viés cultural que, pela influência coercitiva de leis, regras, costumes ou circunstâncias se desprende de implantações “modernas”, embora muitas vezes tecnicamente inadequadas. E Berman acompanha as ironias de Baudelaire quando se reporta à dimensão linguística do fenômeno modernizante:

A palavra deriva de John McAdam, de Glasgow, o inventor setecentista da moderna superfície de pavimentação. Talvez seja a primeira palavra dessa língua que os franceses do século XX satiricamente chamarão de *Franglais*: pavimenta o caminho que leva a *le parking*,

le shopping, le weekend, le drugstore, le mobile-home, e muito mais. Essa linguagem é assim vital e atraente porque é a linguagem internacional da modernização. Seus neologismos são poderosos veículos de novas formas de vida e movimento. Tais palavras podem parecer dissonantes e excêntricas, contudo é tão fútil resistir a elas quanto resistir à própria iminência da modernização (Berman, 2007: 192-193).

O sentido ou o sentimento de modernidade carregado pelo modelo haussmanniano é disseminado concomitantemente e, mais ainda, posteriormente aos trabalhos efetivados em Paris, tanto na França como nos países vizinhos e mundo afora, como veremos adiante. Antes disso, algumas considerações acerca do exposto acima merecem ser explicitadas, ainda que sem a pretensão de esgotar seu domínio. Essa disseminação do que se pressupõe ou que se interpreta como modernidade requer uma atenção novamente voltada ao significado de “civilização” que já vimos anteriormente, relacionando a ideia de urbanidade como sinônimo de “cordialidade” entre agentes sociais. Uma ideia representativa de comportamento confusa como essa não poderia se fazer distante de outra, como a estética, dada a instâncias sensíveis tanto quanto o conceito de cultura. Ulpiano Bezerra de Menezes afirma que se desconsidera o estético como problema cultural pela ausência de “critérios apropriados e eficazes para tratar o problema estético nas intervenções urbanas” (Menezes, 2001). Tomando partido de nosso presente sobre essa questão, Menezes considera em vão a discussão sobre a cidade multicultural a partir dos órgãos administrativos, compostos de “especialistas politicamente corretos” que regulam a publicidade e querem “harmonizar” o direito à diversidade com a unidade na heterogeneidade: admite que a questão mais grave parte da conjectura de que “a cidade pode ser regida por uma lógica universal”, como a “exportabilidade” do modelo de Haussmann. Ele conceitua cultura como “o universo do sentido e do valor” e acrescenta que, “se o sentido e o valor não são pré-formados e naturalmente instituídos, a cultura só pode ser o universo da diferença e do conflito”. Assim – conclui Menezes – não há o que “harmonizar” em termos de conflito, mas, sim, de submeter esse valor a critérios éticos. Tais abordagens deste historiador podem ser confirmadas pela perspectiva marxista de que a cultura, a partir do modo de produção capitalista, se reduz à condição de mercadoria. A cultura, como diz Walter Benjamin, “não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso mesmo, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela”. Veja-se o evidenciar do conflito segundo mais essas palavras de Benjamin: “Nunca houve um monumento de cultura que também não fosse um monumento da barbárie” (Benjamin, 1985: 225).

Com *Algumas observações sobre a cultura*, Marilena Chauí explica que a origem da palavra “cultura” remete a “cultivo”, “cuidado”, mas também a “uma ação que conduz à plena realização de potencialidades de alguma coisa ou de alguém: desenvolver, fazendo brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios”. Segundo Chauí, no Ocidente, o sentido dessa palavra ressurgiu no século XVIII sob o conceito de “civilização”, derivada da ideia de “vida civil, portanto de vida política e de regime político”⁷⁸, sendo um padrão para avaliar o grau de civilização de uma sociedade, somando-se à noção do tempo, em sentido muito preciso (contínuo, linear, evolutivo) e fazendo com que cultura seja sinônimo de “progresso”. No final do século XIX, já com significado político e ideológico, a cultura constitui um ramo das

---

⁷⁸ Em nota à p. 129, Marilena Chauí especifica que “Em latim, cidadão se diz *cives* e cidade (entendida no sentido político) se diz *civitas*, donde civil”. *Algumas observações sobre a cultura*, primeiro tópico do capítulo *Cultura, Democracia e Socialismo*. Chauí, 2006.

ciências humanas, a antropologia, que mantém o vínculo com “evolução” e toma o padrão da Europa capitalista para “medir” a presença ou a ausência de “elementos” próprios desse referencial: O Estado, o mercado e a escrita. As sociedades que, respectivamente, sob formas de poder, de trocas e de comunicação que não estivessem em grau de desenvolvimento similar foram tomadas como “primitivas”. Um juízo de valor se estabelece, mas considera as sociedades “sem Estado”, “sem mercado” e “sem escrita”, em termos evolutivos, um dia poderem chegar a tais graus comparativos, desde que de acordo com a visão eurocêntrica, e a ordem capitalista disposta a “ajudar” os “primitivos” a saírem do atraso, assim justificando os colonialismos e os imperialismos, que se apresentavam como “modelo” com “finalidades universais”⁷⁹.

Conforme Chauí, uma ideia diferente de cultura pela antropologia surgiu apenas na segunda metade do século XX, mas enfrenta dificuldades, pois as manifestações agora aceitas como diferenciadas em termos de criações coletivas, regras de conduta, religião e relações de poder que estão circunscritas às comunidades oferecem resistência ao modo de produção capitalista. Este, por seu turno, nega a comunidade, em favor da sociedade.

Ora, o mundo moderno desconhece a comunidade: o modo de produção capitalista dá origem à *sociedade*, cuja marca primeira é a existência de indivíduos, separados uns dos outros por interesses e desejos. Sociedade significa isolamento, fragmentação ou atomização de seus membros, forçando o pensamento moderno a indagar como os indivíduos isolados podem se relacionar, tornar-se *sócios*... A segunda marca, aquilo que propriamente faz que ela seja sociedade, é a divisão interna. Se a comunidade se percebe regida pela indivisão, a sociedade não pode evitar que seu princípio seja a divisão interna. Essa divisão não é um acidente, algo produzido pela maldade de alguns e que poderia ser corrigido, mas é a *divisão originária*, compreendida, pela primeira vez, por Maquiavel quando, em *O príncipe*, afirma: “toda cidade é dividida pelo desejo dos grandes de oprimir e comandar e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado”; e reafirmada por Marx quando abre o *Manifesto comunista* dizendo: “até agora, a história tem sido a história da luta de classes” (Chauí, 2006: 132).

Dessa forma, a antropologia mais recente, por mais que mantenha a intenção de preservar as expressões culturais das comunidades, esbarra na força imperativa da sociedade de classes, que institui um corte no interior da cultura, uma divisão cultural propriamente dita, como afirma Chauí. Nesse corte aparecem as expressões “cultura dominada”, “cultura dominante”, “cultura de elite”, “cultura popular”, “cultura opressora”, “cultura oprimida”, ou seja, variações entre a “cultura formal” ou “cultura letrada” e a “cultura popular”. No entanto, a cultura popular sofre impositivos, ainda que apareça espontaneamente na sociedade, pois ela é capturada por ideias ainda vigentes (a exemplo da Ilustração na França do século XVIII) de manifestação tradicional que pode, através da educação ou da ação pedagógica do Estado, ser “atualizada”.

Não há dúvida de que a cultura dominante se legitima pela exploração econômica, pela exclusão social e pela dominação política. Com isso, uma vez contracenadas as colocações de Menezes e Chauí sobre o problema estético, cultura, diferença e conflito com a

---

⁷⁹ “Será apenas na segunda metade do século XX que os antropólogos (alguns com formação marxista, outros por sentimento de culpa) abandonarão essa perspectiva, dando início à antropologia social e à antropologia política, nas quais cada cultura é vista como singularidade, uma individualidade própria, dotada de uma estrutura específica. A partir desse momento, o termo cultura ganha uma abrangência que não possuía antes, passando a significar o campo das formas simbólicas”. Chauí, idem: 131.

modernidade dos bulevares parisienses, conforme exposto acima através de Marshall Berman, essa análise aqui empreendida talvez tenha clarificado minimamente a “lógica universal” que viabiliza a “exportabilidade” do modelo de Haussmann. Em outras palavras, espera-se que por essas breves apropriações tenha se clareado a “lógica” que se estabelece para a universalização da “cidade multicultural” e o papel dos “especialistas” que regulam, através do discurso “politicamente correto” o que se julga necessário para dar à heterogeneidade e às diferenças o caráter de “unidade”.

Vimos o quanto o campo de análise da cultura é fecundo para discutir a cidade. O viés antropológico nos pareceu pertinente, com vistas a iluminar os bulevares parisienses ante as observações de Berman. Todavia, escapa a essas noções o estabelecimento de regras de condutas, de normas de adaptação social, sistemas normativos e o Direto, que são instâncias de controle constitutivas da sociedade moderna. No capítulo introdutório, com Foucault, esboçamos os aspectos relacionados às instituições disciplinares que procuram estabelecer técnicas de controle da população, bem como os dispositivos de segurança aí engendrados. Vale aqui retomar algumas dessas questões, pois Foucault trata a normalização disciplinar também como um modelo, isto é, um modelo de “normal” que se conforma a uma norma, sabendo-se de antemão aquilo que se considera “anormal”. Norma, por seu turno, provém da diferenciação entre normal e anormal, conforme as conceituações de Hans Kelsen⁸⁰ utilizadas por Foucault: “Kelsen dizia que entre lei e norma há uma relação fundamental: todo sistema legal se relaciona com um sistema de normas” (Foucault, 2008: 74).

Na sequência dessa afirmação, Foucault mostra que todo imperativo de lei envolve uma normatividade, mas que não pode ser confundida com procedimentos, processos e técnicas de normalização. Ou seja, a lei se refere a uma norma, sim, mas tem seu papel ou por função a própria “operação da lei, no sentido de codificar uma norma, efetuar em relação à norma uma codificação”. Podemos resumir essa questão dizendo que à lei cabe a “normatividade” operatória da norma. A disciplina, por sua vez, cf. analisada por Foucault, tem a ver com o que se normaliza (e não com o que se normatiza, através das leis); “a normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado”.⁸¹

E como se normaliza a cidade? As respostas de Foucault relacionadas à cidade, à escassez de alimentos, às epidemias e, por conseguinte, às outras formas de controle ou normalização

---

⁸⁰ Hans Kelsen (1881-1973), nascido em Praga, ensinou Direito Público e Filosofia em Viena (1919-1929), depois em Colônia (1930-1933). Exonerado pelos nazistas, prosseguiu carreira em Genebra e em Berkeley.

⁸¹ A disciplina, segundo Foucault, se traduz pelos seguintes aspectos: “1) decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações. Ela os decompõe em elementos que são suficientes para percebê-los, de um lado, e modificá-los, de outro; 2) classifica os elementos assim identificados em função de objetivos determinados. Quais são os melhores gestos a fazer para um determinado resultado? (...) Quais são os operários mais aptos para determinada tarefa (...)?; 3) a disciplina estabelece as sequências ou as coordenações ótimas: como encadear os gestos uns aos outros, como dividir os soldados por manobra (...)?; 4) a disciplina estabelece os procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente e 5) estabelece a demarcação entre os que serão considerados inaptos, incapazes e os outros. Ou seja, é a que se faz a demarcação entre o normal e o anormal. A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma. Dito de outro modo, há um caráter primitivamente prescrito da norma, e é em relação a essa norma estabelecida que a determinação e a identificação do normal e do anormal se torna possível”. Foucault, 2008: 75.

serão dadas a partir de técnicas, como as técnicas médicas de caráter preventivo do século XVIII (a variação ou a vacinação). Essas técnicas, como afirma Foucault, traziam no seu empirismo “certezas” generalizáveis à população, até que, no século XIX, com Pasteur, essas medidas tornam-se passíveis de uma “explicação”. As técnicas carregavam a característica de permitirem probabilidades, pois já se contava com instrumentos estatísticos. Consequentemente, a noção de risco aí implícita, ou a noção de perigo (de contágio, no caso das doenças) e de crise (no caso de um “fenômeno em disparada”). No entanto, o sistema disciplinar que tende a “anular” ou descontinuar um processo de agravamento das condições de normalidade em uma determinada esfera da população em seu conjunto passa a exigir uma “identificação” do que é normal ou anormal, ou seja, o que é mais ou menos favorável para o desempenho de uma intervenção ou de um gesto operatório. Nisso está uma série de condicionantes que perpassam regulamentos e dispositivos de segurança relacionados com o território e a população, bem como variantes jurídico-políticas que acompanham a gestão de um governo. A população, segundo Foucault, não é uma soma de indivíduos num território, tampouco a vontade de se reproduzir ou da mera vontade de um governante para favorecê-la ou esboçá-la; ela depende de variáveis como o clima, os meios de sobrevivência (o entorno material, a intensidade do comércio e da circulação de riquezas), as leis a que é submetida, os hábitos e os valores morais ou religiosos (que são reconhecidos por este ou aquele tipo de conduta). A população, justo por essas variáveis das quais depende, escapa à ação direta da lei, ou melhor, ela não pode ser da ordem de uma simples obediência, ou da recusa da obediência (obediência ou revolta).

Acompanhando a análise de Kelsen por Foucault⁸² vê-se que o enfoque sobre a norma e o Direito, bem como sobre a normalização, através dos dispositivos de segurança, carrega um potencial de convergência com as análises sobre a cultura que vimos anteriormente. O objetivo da passagem por esses caminhos no presente capítulo, longe de esgotar os assuntos tratados, não foi outro senão responder minimamente aos questionamentos que se desdobraram até aqui, uma vez entendidos os problemas da cultura e do conflito. Mas não só isso, pois com as passagens descritivas sobre a Paris de Haussmann, tomadas a partir dos relatos de Colin Jones e Benevolo, vimos que deste último já se carregava afirmativas solicitando questionamentos, o que depois se desdobrou com o detalhe sobre o macadame. Berman nos ajudou para colocar em tela a modernidade dos bulevares e, por conseguinte, a modernidade inscrita na “lógica” da urbanística, representada pelo *affaire* entre a burguesia de Paris com poder reinante de Napoleão III. A “prática espacial”, como melhor se aplica a expressão de Lefebvre a todas as questões acima abordadas, e que segundo ele pode ser chamada de vários nomes, seguindo aspectos dos mais diferenciados, trata-se de “uma planificação espacial com objetivos muito mais amplos em que o urbanismo ganha forma: (...) ela se refere implicitamente a uma economia política do espaço, ciência que se preocupa com a escala mundial e tende a substituir os modelos de crescimento, caídos em desuso” (Lefebvre, 2008: 173).

---

⁸² Para uma análise sobre o conceito de norma jurídica de forma a determinar a característica que serve como critério distintivo entre as diversas normas de controle social e a norma jurídica, bem como uma visão resumida da teoria de Hans Kelsen, apoiada em Bobbio e outros autores, ver Adrualdo de Lima Catão, *O critério identificador da norma jurídica: a necessidade de um enfoque sistemático*. Juz Navigante, 2001. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/2249>>.

Essa “prática espacial” que ganha formas diferenciadas em cidades e nos espaços urbanos está, indubitavelmente, implícita no contexto econômico-político e é, como diz Lefebvre, mais ampla que a própria ciência urbanística. Se modelos de desenvolvimento caem em desuso, sobrevivem, em seu lugar, modelos de cidades. Alguns deles, como o modelo haussmanniano aplicado em Paris, quando disseminados seguindo o caráter eminentemente monumental, ganham nomes mais específicos, como “*City Beautiful*”.

Peter Hall, em seu *Cities of Tomorrow*, afirma que esse movimento teve origens nos bulevares oitocentistas de Paris e Viena. Como “Cidade Monumento” ou “Cidade Monumental”, o “*Beautiful*” assim entendido nasceu nos últimos decênios do XIX e se expandiu no século XX em território norte-americano, onde “líderes municipais construíram para superar complexos de inferioridade coletivos”, ao mesmo tempo em que serviram para “impulsionar os negócios”. Conforme Hall, os preceitos da “*City Beautiful*” também foram levados para as recentes capitais de vastas regiões do Império, onde

funcionários britânicos autorizavam a execução de projetos que expressassem a supremacia imperial e o exclusivismo racial. (...) Ironicamente, o city beautiful deu uma volta de 360 graus até seu nascedouro geográfico e espiritual – a Europa, onde, seguindo uma tendência que culminaria nos anos 30, ditadores totalitários procuraram impor, em suas capitais, megalomaniacas visões de glória (Hall, 2007: 207).

Hall atesta que cada um dos movimentos urbanísticos, e o “*City Beautiful*” não escapa à regra, tem seu profeta. Em Chicago, o nome de Daniel Hudson Burnham, arquiteto urbanista, autor dos primeiros arranha-céus da cidade, aparece como planejador com dinheiro próprio, que, segundo Hall, jorrou de seu lucrativo trabalho arquitetônico, permitindo-lhe aceitar encomendas de planejamento sem a preocupação de ser remunerado. A “*White City*” projetada em 1909 por Burnham para as margens do Lago Michigan respondia, principalmente, ao objetivo de eliminar focos geradores de “doenças” como “depravação moral”, “descontentamento” e “socialismo”, resultantes das desordens sociais ocorridas em Chicago na década de 1880. Antes disso, Burnham já participara de projetos para Washington, Cleveland e São Francisco, sempre preocupado com seus centros cívicos arranjados num conjunto de parques formando “impressionantes” espaços públicos e, claro, largos bulevares. Mas Chicago é “o projeto Burnham em sua realização definitiva: aquele grande projeto que, para surpresa geral, apesar de disputas aparentemente insuperáveis, chegou, quase inteiro, a bom termo”. O bom termo, diga-se de passagem, equivale à concretização do plano, mas também em relação às oportunidades de negócios (turismo), como argumenta o arquiteto, pois, se em Paris isso tem retorno lucrativo, por que o mesmo não aconteceria tão próximo à maioria dos homens financeiramente independentes do Vale do Mississipi?⁸³

---

⁸³ A argumentação parte do próprio Burnham, em seu *Plan of Chicago* (Commercial Club. Reimpresso em 1970 pela Da Capo Press, Nova York). In: Peter Hall, *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 2007: 212. Na introdução do plano, Burnham foi taxativo ao termo de comparação: as grandes cidades europeias. “A tarefa realizada por Haussmann em Paris corresponde ao trabalho que precisa ser feito em Chicago”. Mas visto que os patrocinadores eram homens de negócios, primeiro do Commercial Club e, em seguida, do Merchant’s Club, dourou-se o argumento: a City Beautiful de Napoleão demonstrara ter sido um bom investimento. “As transformações por ele efetuadas tornaram aquela cidade famosa e, como resultado, a maioria dos ociosos detentores das grandes fortunas do mundo têm por hábito passarem ali longas temporadas, e eu pessoalmente fui informado de que os parisienses lucram por ano com visitantes mais do que o Imperador gastou com as mudanças”. Assim também em Chicago”. Hall, 2007: 212.

No prefácio desse *“Plan”*, Hall afirma já conter a lábia de vendedor (de cidade) e que Burnham chegou mesmo a argumentar sobre o “investimento” de Péricles na antiga Atenas que “ainda dava retorno sob forma de taxas turísticas”. Uma viva demonstração de continuidade historicista posta a objetivar lucros com a construção de mais uma cidade representativa que hoje chamaríamos de “parque temático”, deveras interessante para fluxos de turistas mentalmente descontínuos. A descrição dos curiosos componentes cívicos, suas dimensões e tratamentos estilísticos, bem como as largas diagonais irradiantes de Chicago a somarem-se ante o vasto horizonte do lago Michigan, ficam para Hall sob uma contundente crítica sarcástica, da qual não se pode discordar ante a magna grandeza inculcada por Burnham. Não cabe aqui alongar-se com a sequência daquele giro de 360 graus mencionado por Hall sobre a produção da *“City Beautiful”* que, então, retorna ao território europeu depois de influenciar os americanos (incluindo latinos e sul-americanos) e os ingleses, com suas cidades representativas em terras coloniais.

Esse movimento assume formas espetaculares em Nova Delhi (Índia), onde a preocupação com a higiene torna-se assunto de Estado, dadas as divisões raciais e o forte caráter segregacionista. Em Camberra (Austrália), a implantação de um projeto que partiu de concurso internacional realizado em 1911 e que premiou o norte-americano Walter Burley Griffin e sua mulher Mary Mahoney, após controvérsias relatadas por Hall, se alongou por décadas e esteve próximo da conclusão somente em meados de 1980. O ápice em *“City Beautiful”*, quando de seu retorno em solo europeu, se deu na “Era dos Grandes Ditadores”, particularmente na Roma de Mussolini, na Berlim de Hitler e em Moscou, com Stalin. Nessas capitais, que foram palco de ideologias totalitárias na primeira metade do século XX, ordens precisas fizeram desaparecer qualquer vestígio de desordem ante a máxima da sujeição ante o poder estatal: a política urbana dos “pobres-fora” enfatizava o urbanismo centralizado na cidade-monumento, sendo as demolições estratégicas o já velho remédio para a erradicação dos males: na Alemanha a prostituição, os judeus, os marxistas, as doenças contagiosas, artistas que se expressavam através de uma *“entartete Kunst”* etc. O arquiteto Albert Speer é o “profeta” a dar contornos ao sonho de uma *“WunderStadt”* mentalizada pelo Führer, que guardava pormenores de Paris e Viena, muito embora com pretensões a fazer de Berlim algo ainda mais que “monumental triunfante”, com vistas a abrigar uma exposição mundial em 1950.

Tudo o mais parece não deixar dúvida de que “urbanismo” aplicado a essas cidades-negócio e/ou cidades-poder têm no seu profundo distanciamento das questões mais caras à saúde das e nas cidades o equivocado sentido de urbano e urbanidade. O modelo haussmanniano de “pensamento científico” e de intervenção ressurgiu na própria Paris no final do século XIX. Nas subsequentes realizações que serviram de palco para abrigar as últimas exposições universais daquele século (a de 1889, com a qual se comemorou o centenário da Revolução Francesa e se construiu a Torre Eiffel, e a de 1900, na passagem do milênio), ainda não se encontra solução para os problemas sociais relegados à periferia da cidade. Enfim, permanece a afirmação da burguesia como classe dominante e “triunfante” e do progresso material que ela motivaria, capaz de “produzir” a moderna sociedade industrial no bojo da ordem capitalista, que, por sua vez, é tomada como “produtora” da sociedade do bem-estar,

tão justa que “retribuía a cada um na medida de suas forças e, sobretudo, do seu merecimento (Pesavento, 1997:47).

Do modelo de Haussmann, disseminado em giro de 360 graus mundo afora, chegaram respingos nos primeiros anos da Primeira República no Brasil, o que será visto no capítulo seguinte, através de “profetas” radicados no Rio de Janeiro e em São Paulo. Da mesma forma, o mote do sanitarismo, da higiene, da saúde pública é levado às parciais concretizações relacionadas ao controverso urbanismo. Antes disso, porém, como se verá no tópico seguinte deste capítulo, em outro giro de 360 graus se encontra a antítese do urbanismo monumental.

Urbanismo socializante: dos socialistas utópicos à Carta de Atenas

O objetivo deste segundo tópico do capítulo é traçar um breve contraponto ao anterior, no qual se destacou a controvertida renovação de Paris com o alinhamento do plano executado por Haussmann para satisfazer os ideais de uma sociedade fundamentada na ordem capitalista. Sendo a noção de lugar marcadamente uma relação entre o espaço físico e o espaço social reificado, como atesta Bourdieu⁸⁴, é o esgotamento ou a experiência de finitude do lugar social que justifica o desejo por um “não lugar”, ou seja, a utopia propriamente dita. Portanto, é do espaço vivenciado por pessoas socialmente distantes que surge o pensamento, tanto quanto as propostas utópicas das mais diversas. Assim se fala de um urbanismo socializante, indicador de um revés na história do urbanismo moderno; indicador de algo ausente ou insuficiente na estrutura do real e que, por isso mesmo, suscita respostas muitas vezes literárias, a exemplo do ensaio de inspiração fourierista *How we live and how we might live*, escrito em 1885 por William Morris, ou de seu famoso romance publicado seis anos mais tarde, *News from Nowhere*⁸⁵.

Utopia, que na raiz grega significa a negação do lugar (topos) ou “lugar nenhum” (em grego, “u”, “não”, e “topia”, “lugar”), carrega o sentido da cidade ideal, como empregado em 1516 por Thomas Morus em seu romance *De optimo reipublicaestatu deque nova insula Utopia*. No relato da *Utopia*, as condições de vida numa ilha desconhecida não passam pela propriedade privada e pela intolerância religiosa: Morus critica o humanismo renascentista de sua época quando concebe este projeto de uma sociedade ideal. Em 380 a. C., Platão já havia formulado uma *polis* ideal ou a “Cidade dos Homens” em *A República*. De Platão, a

---

⁸⁴ “É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado”. Ou ainda... “Considerados como corpos, os seres humanos estão, do mesmo modo que as coisas, situados em um lugar e eles ocupam um espaço... O lugar pode ser definido absolutamente como o ponto do espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado, tem lugar, existe. Quer dizer, seja como localização, seja, sob um ponto de vista relacional, como posição, como graduação em uma ordem”. Pierre Bourdieu, “Efeitos de lugar”. In: Bourdieu et al, 1999

⁸⁵ *Como vivemos e como deveríamos viver* (1885) e *Notícias de lugar nenhum* (1891). Cf. Kenneth Frampton, na década que se seguiu à reorganização de sua firma (Morris e Cia., 1877), William Morris dividiu sua vida entre a política e o design. Em 1883, começou a ler as obras de Marx e se filiou à Federação Social-Democrata, liderada por Engels. Dois anos depois fundou a Liga Socialista. Até sua morte em 1896, Morris escreveu e publicou ensaios sobre temas ligados ao socialismo. Frampton, 2003:45.

modernidade virá incorporar as ideias de Estado e Constituição em outras duas obras, *As Leis* e *Critias*. De Platão a Morus e, por assim dizer, de Morus a Morris, entre muitos outros autores utópicos, à cidade ideal corresponde uma sociedade perfeita em termos políticos, morais e religiosos, na contraposição das realidades vividas em seus respectivos tempos históricos. A modernidade virá a extrair daí racionalidade da vida urbana, cujo ordenamento tornar-se-ia basilar. Não se pode ignorar, contudo, que ao tratar de um modelo de cidade perfeita, justa e igualitária, a *Utopia* de Morus, tanto quanto a *polis* grega de Platão, admite o escravo. Respondendo a uma espécie de evasão da realidade, o aspecto corretivo das utopias idealizadas (que não se encontram apenas em Platão e Morus) muitas vezes correspondem a uma mera aspiração ou sonho genérico, embora ganhem força para a transformação da sociedade e indiquem meios para inovação nos espaços de convivência entre os homens.

Como antítese da utopia, a ela segue a distopia ou antiutopia, ou seja, uma utopia negativa, que corresponde às características do autoritarismo ou do totalitarismo expresso no controle opressivo da sociedade. O prefixo “dis”, de distopia, latinizado a partir do grego, exprime “dificuldade”, “dor”, algo de mau ou ruim, extensivo a toda sorte de privação ou infelicidade. Assim, se utopia significa “lugar nenhum”, distopia significa “lugar ruim”. A partir do imaginário de nossos dias, a distopia não escapa ao que se lê e ao que se vê nas inúmeras produções literárias e cinematográficas que não raro se utilizam da cibernética para cenários de um futuro trágico. Se a utopia surge a partir da força imaginária para superar a realidade, a distopia, segundo Carlos Eduardo Berriel, nasceu de um elemento expresso e tácito que se encontra na utopia: sonho e pesadelo são almas gêmeas nesse avesso um do outro (conforme Berriel resgata de Margareth Mead)⁸⁶. Em *Utopia, Distopia e História*, Berriel exemplifica a utopia tal qual uma sociedade configurada histórica, cultural e politicamente, formalizada por um narrador de uma viagem aventureira que o faz desembarcar em terra desconhecida (daí “lugar nenhum” ou “não lugar”). Na distopia, ao contrário, a edificação de um mundo grotesco é “a realidade não apenas assumida tal qual é, mas as suas práticas e tendências negativas, desenvolvidas e ampliadas” (Berriel, 2005: 4-10).

Berriel afirma que, no desejo de “mostrar” aos homens uma imagem feliz, sadia e racional, o utopista não se coloca na história mesma em que escreve: antes disso, ele procura, “através desta demonstração, admoestá-los para que se sintam compungidos a imprimir energicamente à história um sentido diverso daquele até então predominante”. No caso de Morus, a sua *Utopia* tinha por referência a Inglaterra de seu tempo: generosa, requeria a fundação de uma história como “segunda natureza”. Mas Berriel afirma, também, que nem todas as utopias tinham em sua base uma sociedade a ser transfigurada, mas concebiam uma vida coletiva e uma *polis* onde aparece intensamente o papel de uma Igreja defensiva, como nas utopias da Contra Reforma.

---

⁸⁶ Berriel (2005) afirma que “o longo sono das utopias, causado pela engenharia social das nações de capitalismo atrasado (que gerou o fascismo e o socialismo de tipo soviético) foi mais aparente que real: a miragem selvagem do fim da História jamais impediu a produção de vasta obra utópica, que, entretanto, pendeu para seu lado negativo: as distopias. Numerosas no século XX, eficientes complicadoras no horizonte do gênero, as distopias são as utopias negativas, o pesadelo social de que os romances *1984* e *Animal Farm* e a rica ficção científica são bons exemplos. A distopia, porém, está muito próxima de sua antípoda gêmea, pois o sonho de um é o pesadelo de outro, como dizia sabiamente Margareth Mead.

São metástases dos conventos e dos mosteiros, em que as práticas necessárias da vida extramonal (trabalho, convivência, casamento, reprodução, representação política, etc.) passam por um completo regramento que retiram dessas mesmas atividades a espontaneidade civil, e são traduzidas em disciplina clerical. Isso é central e constitutivo no orwelliano 1984, por exemplo (Burriel, 2005).

Consciências dominadas pelo regramento e controle social absoluto, como encontradas nas utopias na Contrarreforma, resultaram em variantes e têm sua expressão máxima na *Civitas Solis*, obra filosófica escrita em 1602 pelo filósofo e teólogo italiano Giovanni Domenico Campanella, na qual se profetiza uma aliança entre os reis espanhóis e o Papa, destinada a ser instrumento de um plano divino, em que a vitória da “Verdadeira Fé” se propaga pelo mundo. Segundo Burriel, a profecia de Campanella não surge inesperadamente como “um raio num céu azul”, mas “respirava nas anteriores utopias da Contra Reforma”. Posteriormente, *La città Del Solle* “fornecerá os elementos para a futura distopia”.

Duas questões a serem extraídas preliminarmente dessas abordagens são de naturezas diferentes, porém complementares, sendo ambas atinentes ao “mito” que subjaz na visão profética da utopia: a primeira delas é quanto à forma (no caso, o território, a cidade, a arquitetura), e a segunda quanto ao que se pode dizer do seu “caráter”. Nas imagens ilustrativas da *Civitas Solis*, bem como de outras *civitas* sobressai a centralidade, e não por acaso à semelhança do sistema solar: o elemento organizador é centralizado, pois representa a energia vital e sua distribuição no tempo dos dias e das horas, é o lugar de quem pode e deve governar todas as instâncias. Seja na arquitetura (como no panóptico de Bentham, de 1785), seja no espaço circunscrito da cidade (nos casos em que as comunicações físicas e a visibilidade são possibilitadas pelo sistema radiocêntrico), a porção central é reservada àquele que controla e que pode levar à punição, através das normatizações prescritas. Assim, das formas à esfera do caráter ou da moralidade, isto é, das normalizações, os aspectos coercitivos subsistem nas utopias. Da utopia enquanto mito trata-se aqui de evidenciar, por um lado, seu “pendor propagandístico, de realidade não concretizada”⁸⁷; por outro lado, sua feição de “mito fundador” (a exemplo de um país, como o Brasil, ou uma cidade, como Brasília) associada à referência a um passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo⁸⁸.

As utopias dos séculos XIX e XX, como forma de pensamento sobre a cidade, resultaram ou evoluíram de longo processo. Antonio Heliodoro Sampaio, em seu *Cidade Ideal, Imaginação e Realidade*, emprega definições de Karl Manheim quanto aos tipos de mentalidades

---

⁸⁷ “(...) utopia e mito reagrupa um contingente de características comuns: assim, a utopia comunga de muitas características dos mitos, sobretudo no seu pendor propagandístico, de realidade não concretizada. Espelho de uma sociedade exemplar, a descrição da cidade ideal aponta o caminho da felicidade futura, desperta as consciências e incita-nos à ação. Mas essa sociedade perfeita e idealizada é também objeto de contemplação e de emulação. Por outras palavras, reveste-se de características do mito. Quer dizer que a utopia não é apenas a cidade ideal, é o mito da cidade ideal”. Marília P. Futre Pinheiro, *Do mito à utopia: viagem ao mundo do imaginário grego*. Universidade de Lisboa. Disponível em: <www.freewebs.com>.

⁸⁸ Marilena Chauí se refere ao “mito fundador” do Brasil, cujas raízes datam de 1500. Chauí explica o mito no sentido etimológico “de narração pública de feitos lendários da comunidade”, isto é, no sentido grego, antropológico, “no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade”, e ainda na acepção psicanalítica, do mito “como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela. “Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”. Chauí, 2000: 9.

utópicas, cujos programas tendem a se organizar em torno de eixos estruturais, sendo quatro os tipos básicos: “messiânico” (marcado pelo fanatismo religioso, místico ou espiritual); “liberal-humanitário” (que se limitam a redefinir dispositivos de regulação e controle das relações mundanas); “harmônico” (em que prevalece o aqui e o agora voltado para aperfeiçoar o sistema social vigente e o mercado) e “socialista-comunista” (radicalizando a utopia liberal-humanitária, no sentido de superar o capitalismo). Desse quadro (de Mannheim), Sampaio colhe a indicação de que as utopias do século XIX têm sua gênese a partir dos séculos XVI e XVII, mas que “a mentalidade utopista-liberal vai ser ultrapassada pela visão revolucionária do século XVIII, aprofundadas depois, na prática, por revoluções propriamente ditas”. No XIX, o ordenamento espacial, já sob um sistema de valores apoiado na razão e dirigido para um homem do “tipo universal” passa a constituir um “mito da sociedade industrial emergente”. Com isso, Sampaio afirma que “o pensamento utópico evolui para uma concepção de socialismo científico” e que o urbanismo, por seu turno, passa a pretender-se como um “urbanismo científico” (Sampaio, 1996: 56).

Encontram-se agora, entrevistas pelo “socialismo científico”, as figuras do Estado, da justiça, da produção industrial, da produção e da reprodução social e das normatizações no “urbanismo científico”, que já foram, por outras vias, discutidas no tópico anterior deste capítulo. A “cientificidade” socialista se alicerça na segunda metade do século XIX; provém de sensibilidades artísticas, literárias e filosóficas entre homens que expuseram, no contratempo político, o descontentamento espiritual e cultural da época. Dentre movimentos revolucionários que há décadas marcavam a Europa, muitas das expressões insurgentes ou resistentes alinham-se a partir do movimento cartista da década de 1830. Entre posições religiosas que vão do ateísmo ao catolicismo e deste para a defesa de um socialismo paternalista, bem como filiações ora conservadoras ora progressistas ante ao desgosto pela “era materialista”, não faltaram “profetas”, como o inglês John Ruskin que, antes de seu ingresso como professor em Oxford, em 1868 (dentre seus alunos mais destacados está Morris, citado acima), lançou pedras contra a divisão do trabalho capitalista e a “degradação do operário em máquina”: em 1853, Ruskin publicou *The Stones of Venice*, livro no qual fala sobre o artesão relacionando-o à obra de arte; compara o artesanato tradicional com o trabalho mecânico da produção em massa e a divisão entre os homens.

A seguir, o contraponto deste tópico na sua relação com o primeiro (o urbanismo estetizante de Haussmann) reserva a discussão entre utopia e distopia para ser retomada no capítulo IV, ao tratar das cidades em nossa atualidade. Recupera-se aqui, de certa forma, o mito, senão vários, equivalentes no quadro do urbanismo socializante. Para tanto, empregam-se adiante os conceitos de Françoise Choay extraídos de seu *O Urbanismo*, com suas classificações temporais entre “pré-urbanismo” e “urbanismo”, além das denominações pelas quais ela diferencia vertentes distintas para indivíduos e necessidades tipificadas. O abandono do mito, por sua vez, se evidencia em ações práticas que cabem aos técnicos, ainda que plenas de descontinuidades e igualmente, como na ordem capitalista, dadas às controvérsias. O mote de higiene reaparece, junto ao saneamento urbano e a vertente sanitarista do urbanismo, mas, salvo exceções, essas instâncias são contempladas para o bem, ou por assim dizer, para bem longe do urbanismo monumental.

O discurso sobre “generalidades”, como fala Choay, é “despolitizado”. E não será justamente porque se ajusta às “especificidades” do urbanismo “científico”? O urbanismo socializante, através de seus mentores utópicos, no seu melhor é aquele que põe em destaque não a cidade, mas o espaço urbano; não a cidade, mas a sociedade; não a cientificidade, mas a eticidade. Todavia, os urbanistas, os arquitetos, os engenheiros e os técnicos das administrações públicas já compõem um quadro operativo de “cientifi-cidade”, forte o bastante para “despolitizar” as utopias socializantes. “As normatizações, os instrumentos comuns do corpo disciplinar codificado têm como pressuposto que o objetivo fundamental seja a satisfação da necessidade de habitar”, como afirma Donatella Calabi (2012: 111), o que se ajusta à premissa de atender a população, como já se referiu através das análises de Foucault. Calabi, neste sentido, reitera a figura do urbanista sob conotações que definem sua fisionomia ante a pluralidade das competências. E nada mais que uma pluralidade de assuntos “competentes” para legitimar uma ordem expressa e que se faça por razões normativas para, entretanto, fornecer critérios sobre a criação de espaço para milhões de pessoas: legislação, zoneamento, regulamentos construtivos, planos diretores delineiam muros “invisíveis” para o ordenamento das relações sociais.

Um conflito básico inerente aos ideais utópicos socializantes se estabelece ante o direito da propriedade privada, da terra e dos imóveis, ou seja, passa pela questão fundiária. Na Inglaterra, por exemplo, esse direito não pode ser lesado, e trata de assunto do parlamento ou do próprio rei, com base em uma lei de 1845, que fixa critérios de indenização e compensação no caso de intervenções urbanas tomadas por razões superiores de “interesse público” ou “segurança”. Na França, entre 1841 e 1850, são aprovadas leis de desapropriação para a construção de linhas ferroviárias e obras urbanas de interesse geral: subtrai-se do cidadão trechos de terra para que a entidade pública faça uso coletivo. As transformações na Paris de Haussmann se iniciaram com base nas prerrogativas de indenização, através de declaração de “interesse público”, o que permitiu mudar com rapidez o uso de lotes edificados: as subseqüentes demolições se ancoravam na insalubridade. Espanha, Holanda, Itália, Alemanha, Bélgica seguiram os mesmos caminhos normativos sobre a desapropriação por “interesse público”. Mas também outros países adotaram essas disposições.

Obras de “alinhamento” remontam ao século XVII e XVIII, mas o impulso maciço, segundo Calabi, se fez através de Napoleão III, como já relatado no tópico anterior, sobre a lei de 1852, que trouxe a Haussmann uma situação difícil como administrador de negócios imobiliários. Destaca-se, para além dos alinhamentos de fachadas face ao redesenho das ruas, das praças e dos espaços públicos, o zoneamento, que também parte de uma série de leis sanitárias atreladas às condições higiênicas. Ocorre que, das ordenações normativas, percebe-se uma motivação que não raro não se enquadram no conceito de “utilidade pública”, sendo antes medidas tomadas como “especiais” para “resolver” problemas circunstanciais, emergenciais ou temporários. Em suma, a questão fundiária é sem dúvida o grande “entrave” para todo e qualquer “modelo” urbanístico. E não será dessa amarra que sobressaem as utopias e grande parte do pensamento urbanístico socializante? Mas, até que ponto a visão socialista de alguns que já mencionamos aqui, como Morris, não contrasta com o contexto de seu trabalho? Não serão a arquitetura, os artefatos e os estilos ainda em discussão integrantes dessa amarra?

Kenneth Frampton afirma que Morris mantinha sua firma como um “fenômeno de *laissez-faire* por excelência, cujos variados artigos de luxo eram consumidos pela classe média alta” (Frampton, 2003: 45). O socialismo de Morris, segundo Frampton, era “pouco coerente”, senão ambíguo, e inaceitável para seus seguidores mais liberais. Em verdade, dada a profusão de estilos ou a confusão que se fazia entre “escolhas” por um ou outro direcionamento artístico, a discussão mesma sobre a profissionalização e a vida do trabalhador ficava muitas vezes à deriva. Imagina-se a dificuldade, naquela época, de decidir entre um estilo *Queen Anne* e um maneirismo decorrente de formato clássico, ou ainda de um “conveniente” pitoresco do campo? Pois se sabe bem, de nossa perspectiva dita “pós-moderna”, o engodo no qual se recai com esse tipo de amarra, em detrimento de avançar para questões mais relevantes. O cardápio de estilos arquitetônicos segue o urbanismo suburbano das cidades-jardim nos arredores de Londres: as casas de tijolo vermelho e telhados em vertente fizeram furor entre os proprietários dessas “aldeias-jardim”, como fala Frampton, cantadas em irreverente balada, em 1881⁸⁹. Sobre as cidades-jardim, originalmente apresentadas por Ebenezer Howard em 1898, segue-se breve menção no quadro das classificações de Françoise Choay. Voltaremos a Howard depois disso, considerando fecunda para este tópico do capítulo sua versão de pensamento e prática urbanística, embora não menos confusa.

Tanto o “pré-urbanismo” quanto o urbanismo analisado por Choay objetivam “resolver um problema (o planejamento da cidade maquinista)” e não escapam às questões atinentes à estrutura e ao saneamento das cidades. Segundo Choay, aos técnicos arquitetos-urbanistas é reservada a tarefa de virem ao encontro do problema da “urbanificação”⁹⁰. As ordenações para o pensamento e o desenho das cidades são classificadas por ela em dois tipos de projeções espaciais ou “modelos”, pretendendo sublinhar o valor exemplar das construções e o seu caráter reproduzível.

Entre o modelo “progressista” e o modelo “culturalista”, a autora não deixa de apontar cruzamentos. Traça-lhes certo grau de utopia, mas em simultâneo à concretização de uma nova estrutura nas cidades em termos da racionalização das vias de comunicação e dos novos equipamentos por elas conectados (estações), somando-se a outros que aparecem “como um fenômeno exterior aos indivíduos”: lojas, hotéis, prédios para alugar, além de quarteirões onde se concentra o comércio, os serviços e a Bolsa (chamada por Choay de “nova igreja”). Uma nova ordem urbana se conecta a uma nova ordem social: a classe operária tende aos subúrbios, as indústrias são levadas para os arrabaldes e as cidades deixam de se configurar como entidades espaciais bem delimitadas.

Dentre os representantes do modelo progressista, no pré-urbanismo, Choay inclui o socialista inglês Robert Owen (1771-1858), proprietário de fábrica de algodão em New Lanark, praticante de reformas sociais concatenadas à educação; e Charles Fourier (1772-1837), socialista francês proponente dos *Falanstérios* ou *Falanges*, prédios, ou melhor,

---

⁸⁹ Aqui as árvores são verdes, os tijolos, vermelhos, / E limpo o rosto da gente. / Construiremos aqui nossos jardins, ele disse, / No estilo da boa Rainha Ana. / Aqui construirei uma aldeia / Com ajuda de Norman Shaw / Onde a gente terá uma casta, / Correta e estética existência. Cf. reproduzida a *Balada de Belford Park*, por Kenneth Frampton (2000: 46). Belford Park era a “aldeia-jardim” nos arredores ocidentais de Londres, onde se estabelecia a classe média alta.

⁹⁰ Choay atribui o termo a G. Bardet, para designar o fenômeno espontâneo do desenvolvimento urbano, em oposição à expressão organizada pretendida pelo urbanismo.

verdadeiros palácios comunitários destinados ao trabalho e à moradia, envoltos por campos onde se faria a produção agrícola e se instalariam as indústrias.

Do modelo culturalista, a autora destaca John Ruskin (1818-1900), ao qual já se fez menção: desenhista, crítico social, poeta e escritor vinculado ao Romantismo britânico, ferrenho defensor de ruínas no sentido de opor-se aos trabalhos de restauração, Ruskin foi criador do movimento *Arts & Crafts*; também William Morris (1834-1896) representa esse modelo: socialista, pintor, escritor de ficção, cofundador da Irmandade Pré-Rafaelita, defensor do artesão como artista. Morris foi fundador da Sociedade para a Proteção de Prédios Antigos, posteriormente uma fundação nacional.

Do pré-urbanismo de Choay, para além do modelo progressista e do culturalista, é destacada ainda a crítica “sem modelo” de Engels e Marx, inscrita na noção de “cidade com seu lugar na história”, mas no sentido revolucionário, isto é, como expressão de uma ordem que deve ser destruída para ser ultrapassada. Nesse caso, não há imagem a ser colocada, pois isto seria um aspecto particular ante ao problema mais geral, sendo sua forma dependente de uma ação coletiva (o socialismo) a ser desenvolvida.

Quanto aos urbanistas representantes do modelo progressista, ou seja, os “especialistas” (arquitetos e engenheiros), Choay destaca primeiramente o arquiteto francês Tony Garnier (1869-1948), autor do plano da Cidade Industrial concluído em 1904, em que se estabelece a separação das funções trabalho, habitação, lazer e saúde. Essa Cidade Industrial é ricamente ilustrada e definida em detalhes: casas, escolas, estações ferroviárias, hospital e espaços verdes desempenhando o papel de elementos isoladores, e para a sua construção é estipulado o uso do cimento armado. Garnier foi chamado em 1905 pelo prefeito de Lyon para assumir o posto de arquiteto-chefe da cidade, o que lhe possibilitou a construção de um matadouro, de um estádio olímpico, de um hospital e de um bairro residencial.

Outro representante do urbanismo progressista é o inglês Ebenezer Howard (1805-1928), proponente das cidades-jardim e autor de *Garden Cities of Tomorrow*, publicado originalmente em 1898 e reeditado logo depois, em 1902, com um breve diagnóstico sobre a superpopulação das cidades e suas consequências. A cidade-jardim de Howard é radiocêntrica, reserva o centro para um grande parque arborizado e ladeado por edifícios públicos e culturais (teatro, biblioteca, museu, hospital). Grandes bulevares irradiam-se do centro e interceptam avenidas radiais, abrigando quadras com habitações. No anel mais periférico, a cidade encontra um cinturão verde. A ferrovia, que tangencia um ponto específico desse cinturão, é responsável pela comunicação com a grande cidade e outras cidades-jardim planejadas. Um engenhoso mecanismo associativo é imaginado por Howard para a construção e a manutenção de uma cidade-jardim, incluindo a aquisição do terreno (localizado em área rural, a ser comprado por preço compatível com os custos de financiamento das obras em si), além da constituição de um fundo destinado à quitação do financiamento.

Contrário à cidade radial de Howard, Arturo Soria y Mata (1844-1920) propõe a cidade linear. Soria y Mata foi engenheiro especializado em trabalhos públicos em Madri. Sua cidade linear é, igualmente, proposta para a área rural, mas salienta a ideia do processo no qual acontece a “ruralização da vida urbana e a urbanização da vida campestre”. O trem é indicado como meio de conexão entre pontos na paisagem a serem adensados, porém,

limitados, até que se parta para um novo local adiante, e assim consecutivamente. Com isso, o especialista em transportes sugere o fim dos congestionamentos típicos do modelo anterior. Soria y Mata não propõe a setorização das atividades, isto é, os edifícios administrativos e comerciais se mesclam aos habitacionais na malha urbana. Sua proposta abandona as estruturas tradicionais (quadras, praças), e a dimensão simbólica fica aquém da dimensão técnica, isto é, a circulação, preferencialmente conformando-se em linhas retas.

Retorna-se aqui a Howard, como dito anteriormente, dada a fecundidade de sua Cidade-Jardim e da evolução de movimentos como o *Arts and Crafts*, que a ele e a sua ideia original estiveram ligados. Howard foi defensor de uma política social que combinava a colonização rural com a disseminação urbana para além dos limites da grande cidade (Londres). Por conseguinte, propôs o governo descentralizado e, como complemento, o cooperativismo. Na sua cidade-jardim, indústria e agricultura cooperavam para obter renda. Com o apoio dos sindicatos, Howard postulava o planejamento global, a propriedade da terra e o financiamento das habitações. Fixou o tamanho da cidade, o número ideal de habitantes (32 mil) e seu limite físico por um cinturão verde. Esse postulado é pensado mediante uma reforma social para melhorar as condições de vida e de trabalho do proletariado industrial, mas também do homem engajado, não revolucionário, ou seja, nos limites de um controle social.

Segundo Frampton, Howard se engajava com círculos socialistas frequentados por Bernard Shaw, Beatrice Webb e com socialistas fabianos⁹¹ (da Sociedade Fabiana, fundada em Londres em 1884), grupo que mais tarde rejeita a ideia de Cidade-Jardim. Mas suas relações passaram por anarquistas como Piotr Kropotkin, o economista americano Henry George, que defendera um imposto único sobre toda a renda fundiária, e outros. Entre arquitetos e empresas com as quais Howard se viu engajado, não raro aparece a confusão dos estilos arquitetônicos e da produção de artefatos a retirar parte do potencial urbanístico que envolvia o propósito da cidade-jardim, em face de objetivos sociais mais ambiciosos. Entrementes, a década de 1880 na Inglaterra, embora tenha sido um momento importante para a incorporação de programas políticos dos movimentos socialistas, abrigava também os partidos majoritários liberais e conservadores. Outras questões se entrecruzavam com a condução da realidade industrial no ordenamento capitalista: o sufrágio democrático e a própria vida social nas grandes cidades, além dos problemas sanitários, vieram ofuscar muitas das iniciativas planificadoras.

A primeira cidade-jardim, Letchworth, construída pela fundação criada por Howard em 1899, a *Garden Cities Association* (mais tarde *Town and Country Planning Association* ou TCPA) representou um paradigma que, no entanto, segundo Philip Gunn (2009: 53), “se dissipa ou se desvanece”, sob o impacto de uma “complexidade crescente nos temas elaborados no âmbito da reforma urbana e regulação do assentamento e da ocupação territorial” (subúrbios e vilas, comunidade urbana, descentralização da população e das indústrias, cidades-satélites, *new towns*). Ainda segundo Gunn, a generalização da imagem de cidade-jardim para outros tipos de assentamentos urbanos “foi algo endêmico ao movimento desde o início”. Um mapa produzido em 1913 assinalava a conclusão de nada

---

⁹¹ Sobre a Sociedade Fabiana e sua influência no urbanismo, ver Gunn, 2009.

menos que quarenta empreendimentos na Inglaterra, acomodando uma população de 300.000 mil pessoas, a maioria em subúrbios-jardim.

Howard foi homenageado em 1927 pela Sociedade dos Arquitetos de Leningrado no fim do período do construtivismo revolucionário. Também no mesmo ano, pouco antes de sua morte (em maio de 1928), o Palácio de Buckingham o convidou para receber uma condecoração, e logo depois o urbanista tornou-se Sir Ebenezer Howard (Gunn, 2009: 49). Em sua antologia do urbanismo, Françoise Choay enumera e reproduz do livro *Garden-Cities of Tomorrow*, de Howard, resumidamente, uma série de assuntos atinentes à sua ideia original para a vida e as instalações na sua cidade-jardim: da vida no isolamento da multidão, da compra e financiamento dos lotes, das casas, do centro público, da grande avenida central, das indústrias periféricas, da agricultura suburbana, da liberdade econômica e até sobre a venda de bebidas alcoólicas. No entanto, dos três parágrafos que ela mesma redige sobre Howard, o último não deixa espaço a honrarias.

Sentimos uma certa ressonância progressista em Howard. Entretanto, ele sempre subordinou a preocupação com a higiene e o progresso ao ideal de pequenas comunidades limitadas no espaço e dotadas de um espírito comunitário (Choay, 1979: 220).

Das utopias mais ou menos aderidas aos horizontes socialistas, o que chega até nossos dias, através de farta bibliografia, certamente excede as conceituações e realizações que apresentamos de forma descritiva e sucinta. Contudo, no escopo do capítulo, isto é, o contraponto em face do urbanismo estetizante sacramentado pelas intervenções de Haussmann, essas linhas nos parecem o suficiente. Dentre as manifestações de cunho socialista que se veem ausentes neste tópico, mas que podem ser destacadas como propósito para outro trabalho, estão as vanguardas russas de início do século XX. Os “condensadores sociais”, por exemplo, desempenham significativo papel no pensamento e na construção do socialismo soviético. A construção desses edifícios, baseada na vivência coletiva e planejada, propicia a articulação entre diversas escalas da cidade: apartamento, escola, creche, quadra esportiva, comércio etc. Influência decisiva dos condensadores sociais se encontra no Conjunto Habitacional Pedregulho, no Rio de Janeiro, ou no edifício Copan, em São Paulo, ou ainda nas Unités d’Habitation de Le Corbusier⁹². Do Movimento Moderno, destacando-se os subsequentes CIAM desde 1928, se faz aqui igualmente uma breve menção. Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM, encerrados no pós-guerra, dividiram-se em fases distintas. A primeira (1928-1932), classificada sob o modelo progressista de Choay, trata de problemas habitacionais, com propostas de habitação de baixo custo através da racionalização da construção; a segunda fase (1932-1947), fortemente influenciada por Le Corbusier, aborda questões relativas ao planejamento urbano sob a ótica funcionalista, período em que se formulou a Carta de Atenas (1933, IV Congresso); a terceira e última fase (1947-1959) é caracterizada pela tentativa de ultrapassar a concepção considerada abstrata da cidade funcional, ao apontar a demanda de um ambiente físico para a satisfação das necessidades emocionais e materiais dos cidadãos.

---

⁹² Projetado em 1947 por Affonso Eduardo Reidy, o Conjunto Habitacional Pedregulho do Rio de Janeiro, no bairro de São Cristóvão, soma ao bloco curvilíneo de moradia uma escola pública e um ginásio esportivo. O edifício Copan, em São Paulo, foi projetado por Oscar Niemeyer em 1951; com 35 andares e 1.106 apartamentos distribuídos em seis blocos justapostos, possui 72 lojas e um cinema no piso térreo. As Unités d’Habitation de Le Corbusier (Nantes, 1945; Marselha, 1947; Berlim, 1958; Briey em Forêt, 1963 e Firminy, 1965) foram projetadas para abrigar apartamentos e, na cobertura, terraço-jardim, creche, solário e piscina).

A Carta de Atenas se torna pública a partir de 1941, por iniciativa de Le Corbusier, que redige o texto final. Essa Carta prega uma morfologia que influencia a produção técnica até o final dos anos 1970: o chamado *International Style* unifica a convergência criada pelos CIAM, tradução literal de uma postura “única e coesa” a facilitar sua divulgação e reprodução pelo mundo. Destacam-se neste contexto, em países europeus, as obras de Gropius, Mies van der Hohe e Le Corbusier, este último com forte influência no Brasil. Retomaremos os CIAM no capítulo IV desta primeira parte da tese, objetivando partir das discussões de sua última fase para contextualizá-la no âmbito das cidades e da derrocada urbanística de nossa atualidade.

O pensamento sobre a construção e a reconstrução das cidades no período moderno, com vistas a saneá-las e adaptá-las ao sistema produtivo, deixou marcas profundas em todas as partes do mundo onde o fenômeno urbano escapou à universalização da racionalidade pretendida. O século XX se encerrou com cidades transformadas em verdadeiras vitrines museológicas, onde exemplares arquitetônicos dividem espaço com desmoronamentos ou ocupações por parte de milhões de excluídos daquela chamada “objetividade científica”.

Como fala Lefebvre, “o espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política, ele sempre foi político e estratégico”. São inúmeros os casos em que os pressupostos sanitários, privilegiando seus aportes científicos, foram e continuam sendo objeto de manipulação político-ideológico. Veja-se que tampouco as visões utópico-socialistas puderam reverter esse quadro de cidade enferma, de “climatério urbano” (Mike Davis). Serão os ventos liberalizantes a soprar mais forte a ponto de dissipar o “cheiro de ralo” de nossos espaços de vivência e de trabalho?

No controvertido momento de uma nascente República, se construiu uma Avenida Central no Rio de Janeiro espelhada nos bulevares de Haussmann. Para esta obra inscrita em termos de “renovação urbana”, tal como em Paris, onde se tornou uma “solução” jogar os chamados *sans-culottes* nas periferias da cidade, no Rio os pobres não tiveram outro lugar para reproduzir suas moradas senão nos morros mais próximos, onde se instalaram em favelas. No bojo das ações profiláticas comandadas por Oswaldo Cruz, desencadeou-se a Revolta da Vacina, respondendo aos métodos policiais para erradicar da região central da capital republicana as “pestilências” (febre amarela). O próximo capítulo aborda esse contexto, despedindo-se das utopias socializantes e muito provavelmente entrevedendo, sob “o manto diáfano da fantasia”, como dito por Eça de Queirós⁹³, uma distopia embalada como “cientifi-cidade”.

---

⁹³ “Sobre a nudez crua da verdade, o manto diáfano da fantasia”. Frase retirada do romance *A Relíquia*, de Eça de Queirós.

III

URBANISMO SANITARISTA NO BRASIL MODERNO: RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

Com vistas a descrever a presença da vertente sanitaria do urbanismo na construção do Brasil Moderno, os casos pontuais do Rio de Janeiro e de São Paulo não são uma escolha aleatória entre outras cidades. O Brasil Moderno, como se quer enfatizar, em decorrência dos processos de modernização e de urbanização, apresenta uma mais fecunda presença nessas duas cidades: o Rio de Janeiro, por ser a capital desde o Vice-Reinado, e São Paulo, por protagonizar o plano econômico, como principal centro de negócios com o café nas últimas décadas do século XIX. As duas cidades foram ligadas pela Estrada de Ferro Central do Brasil em 1877 ao Vale do Paraíba, expressiva região produtora de café, depois conhecida por suas “cidades fantasmas”. O foco descritivo sobre a Primeira República requer retrocessos e avanços temporais balizados pelas posturas sanitarias em face do controle das epidemias, mas também pelo surgimento da higiene no âmbito da nascente medicina experimental. Os casos do Rio de Janeiro e de São Paulo serão analisados a partir dos projetos específicos que revelam faces não menos ambíguas do que aquelas herdadas do continente europeu com relação ao saneamento urbano.

As intervenções urbanas a serem relatadas adiante foram inspiradas no modelo de Haussmann aplicado em Paris, o que marca uma República tropical apoiada sobre os acordos das elites com o poder dos governantes: no Rio de Janeiro a construção da Avenida Central (inaugurada em 1906) faz parte de um projeto de embelezamento urbano sob o discurso da salubridade no centro da capital; em São Paulo, no bojo de um projeto de reurbanização do Vale do Anhangabaú, não faltou a ideia de também se construir um bulevar haussmanniano (ideia, porém, abortada). Ambas as intervenções buscaram traduzir e transpor, para o ambiente urbano da época, o sentido de modernidade que as elites brasileiras experimentavam em viagens frequentes à Europa. Mas essas elites não o fizeram sem importar, também, os métodos científicos tanto do urbanismo como da medicina, que aqui já mantinha um quadro de profissionais aptos a proferir discursos e demonstrar sua competência, pois seus representantes também viajavam e participavam de inúmeros congressos e exposições no exterior. Se, por um lado, já se contava com medidas de prevenção à saúde tidas como corretas, relacionadas tanto ao urbanismo quanto à medicina, por outro lado, a aplicação dessas medidas criava um terreno fértil para oposições acaloradas: no Rio de Janeiro, a construção da Avenida Central coincide com a Revolta da Vacina.

Este capítulo se encerra com a discussão sobre a representação da elite e do povo no Brasil urbano. As considerações se reportam aos direitos civis, políticos e sociais que marcaram a fundação da República, em 1889. Essas considerações serão retomadas no capítulo seguinte, no qual se fala das cidades em nossa atualidade, reunindo o urbanismo e os processos de urbanização no entender de seus vínculos com os determinantes econômicos e políticos liberais. Reitera-se que os insumos do presente capítulo reforçam as hipóteses que levam a comprovar continuidades entre elementos ambíguos que atravessam séculos. E que a

persistência da aplicação de modelos urbanísticos dados a essas ambiguidades não raro se presta ao uso político e à exclusão social.

Medicina social e urbanismo sanitaria na Primeira República: as posturas sanitarias e o controle das epidemias

Assim como na Europa ocidental e na América do Norte, no Brasil e na América Latina em geral, é atribuição e dever do Estado postular medidas sanitárias para o ordenamento urbano e a prevenção à saúde. No Brasil, o longo histórico de enfermidades, surtos epidêmicos e mazelas resultantes das más condições de saúde relacionadas às precárias instalações habitacionais foi, tal como em território europeu, acompanhado de posturas higiênicas das mais controversas. Episódios relacionados às epidemias absorveram preocupação maior com a saúde das populações, entendidos como reais ou eventuais prejuízos ao sistema produtivo. Entretanto, é difícil ou quase impossível manter aproximações, posto que a função do Estado em terras coloniais difere em termos geopolíticos. As condições do meio tropical também influíram na identificação de determinadas enfermidades.

Tomemos como exemplo as observações de John Snow quando, em 1854, em Londres, relacionou o cólera-morbo com a qualidade da água de um poço contaminado por dejetos humanos (Snow, 1999). Naquele contexto, os resultados das pesquisas de Snow foram levados em consideração pelas autoridades, que passaram a construir sistemas hidráulicos de abastecimento de água para a população separada dos esgotamentos, levando para as lonjuras do Tâmisa as águas servidas (Snow, 1999). Na mesma época, no Brasil Imperial, escravos “tigreiros” eram usados para carregar os “tigres”, barris com excrementos de seus senhores para terrenos ou águas não muito distantes. O que temos a dizer com isso? Que as aplicações diretas das primeiras descobertas científicas voltadas à saúde das populações encontravam, no Brasil, determinantes quase que intransponíveis em face da relação entre senhores e escravos (a Lei Áurea é de 1888). Tratamos, portanto, de ações que ainda passam muito distantes de serem consideradas como benefício aos cidadãos portadores do direito à saúde. E o que dessa reflexão podemos relacionar diretamente com a saúde e o papel do Estado? Benchimol (1990), que estudou o Rio de Janeiro da Colônia ao Império comenta que na construção da Avenida Central “medidas de emergência eram tomadas através de comissões médicas para rever medidas sanitárias”. As habitações coletivas (apinhadas por escravos e pobres) eram apontadas como os principais focos das epidemias (em 1873 e 1876 ocorreram grandes epidemias de febre amarela na cidade). Segundo Benchimol,

A penúria e a carestia das habitações para a grande massa dos “pobres” irrompeu no Rio de Janeiro no momento em que se desarticulou a escravidão urbana, com a extinção do tráfico. Permaneceu como crise latente na história da cidade, confundida com os surtos epidêmicos, assumindo dramáticas proporções quando a abolição da escravidão e a queda da monarquia desataram o volumoso fluxo de imigrantes estrangeiros que veio engrossar a população (...) (Benchimol, 1990).

A transição do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista para o capitalismo no Brasil se deu de forma conflitante, Essa passagem teve grande impacto nos processos de urbanização. O conceito de cidade salubre tardou a passar pela intervenção do Estado, que era entendido por séculos a partir de um poder central estabelecido além-mares. Até meados do século XVIII, os núcleos urbanos brasileiros tinham sido abandonados por Portugal. O que era até então cidade ou território ocupado se constituía, em grande parte, de realizações em conformidade com o mando dos colonos. O controle da metrópole se fazia de forma mais acentuada somente nas cidades ligadas à extração e comercialização do ouro, onde paralelamente surgia uma elite contrária aos interesses do reino: negociantes, militares, funcionários públicos, homens de letra e religiosos que se opunham à extorsão econômica de Portugal. O Rio de Janeiro, principal entreposto comercial do ouro, tornou-se foco permanente de contestação do poder real. Comércio e serviços diversificados atraíam a população em busca de oportunidades de emprego, o que significava uma massa cidadina a aumentar o contingente de opositores da metrópole. Em parte, por força dessas ameaças e ações subversivas é que o Vice-Reinado se transferiu da Bahia para o Rio de Janeiro. O governo português, por sua fragilidade política, tinha grande dificuldade em controlar o meio urbano e a população.

A instabilidade financeira cresce na medida em que a crise política na Europa de fins do século XVIII e começo do XIX repercute no Brasil e provoca a decadência do ouro. Ao tratar desse momento, Celso Furtado relaciona “a imposição dos acontecimentos” em solo europeu com o que ele denomina de “passivo colonial” em termos econômicos (Furtado, 1974). Com a ocupação do reino português pelas tropas de Napoleão é decretada a abertura dos portos brasileiros (1808) para o contato direto com os mercados ainda acessíveis. A isso se soma a vinda de Dom João VI e sua corte para o Rio de Janeiro. A partir desse instante, a cidade passa por remodelações que não somente se devem à urgência de acomodar o Rei e quinze mil homens e mulheres, mas, sobretudo, pela necessidade de construir um cenário simbólico para esses novos ocupantes: a monarquia portuguesa atravessou o Atlântico com sua corte, seus nobres e sua biblioteca. Imediatamente, as melhores residências foram expropriadas para abrigar a corte. A partir do tumulto gerado pela chegada da Corte se pode dizer que o Rio não cresceu, mas inchou, lembrando a expressão que Gilberto Freyre cunhou para o Recife dos anos 1950. Daí para a independência (1822) e desta para quase todo o período do Império (até 1889), o liberalismo econômico e político de influência europeia e norte-americana passa pelo contraponto da escravidão, sustentada pelos grandes proprietários e comerciantes e pela própria nobreza. Todo o aparelho burocrático necessário às funções do reinado em terras tropicais se fez em conjunto com as instalações para cunhar moedas, imprimir jornais, inaugurar um sistema bancário, abrir casas de comércio etc. Nesse quadro de mudanças abissais relativas a conteúdos pragmáticos (políticos, econômicos e administrativos) e juízos de valor (socioculturais), não somente o Rio de Janeiro (onde se instalou a cabeça do reino e do império), mas São Paulo e outras capitais brasileiras se veem “repaginadas” em face de suas feições coloniais.

Essas mudanças, contudo, não se fizeram de forma que os conflitos sociais pudessem ser facilmente mascarados pelo invólucro do simbolismo transplantado. Tanto o aparelho burocrático quanto o de segurança privada do Rei, sujeitos oficialmente ao regime monopolista, não ficaram isentos de “brechas” já existentes nesse sistema. A escravidão no

Brasil, que impressionava muitos viajantes ante as condições de trabalho e de alimentação, ainda piores que as observadas nos Estados Unidos da América⁹⁴, são o suficiente para ressaltar ao menos dois componentes deletérios subjacentes ao sistema: o primeiro, associado à baixa no “estoque” de escravos e consequente prejuízo na sua reposição, não é mais nem menos cruel que o segundo, atinente à própria mentalidade escravagista, que não tardaria a conflitar com o movimento abolicionista, de forte repercussão interna e externa ao país.

As tentativas de controle e a percepção de justiça, ordenamento e legalidade, transgressão e punição mantiveram, por muito tempo, os moldes característicos em que prevalece a truculência, o açoite, o exílio, o enforcamento. O que no século XIX passa a ser uma questão do Estado Nacional, em termos de segurança urbana, de modo a evitar riscos de insurreição armada, é o que formula ou põe em andamento nova estratégia. Segundo Jurandir Freire Costa, uma estratégia reúne, então, “novos agentes (que) foram aliciados, convertidos, manipulados ou reorientados nos seus mais diversos interesses e modos de agir”, sendo este “o momento de inserção da medicina higiênica no governo político dos indivíduos” (Costa, 1979: 28).

A educação moral foi, do mesmo modo, bem sucedida. Secularizou medicamente as mentalidades. Extinguiu das casas e colégios a violência punitiva dos castigos físicos coloniais. Criou a figura do indivíduo contido, polido, “bem educado”, cuja norma ideal é o comportamento reprimido e disciplinado do *gentleman*, do *petit-bourgeois* europeu. Mas, às custas de uma crescente tendência à autoculparização, que se tornou a marca registrada do sujeito “civilizado” e aburguesado. Do sujeito forçado a exercer um autocontrole tirânico sobre si mesmo. Do sujeito ensinado a reagir com extrema intolerância às menores falhas morais – reais ou imaginárias, suas ou de seus pares – falhas estas, responsáveis, em muitíssimas ocasiões, pelo sofrimento psíquico que ele experimenta (Costa, 1979: 14).

Essas palavras de Jurandir Freire Costa convergem com a interpretação do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (cf. texto introdutório do capítulo anterior) e aos dispositivos disciplinares aplicados para o “adestramento” dos indivíduos, que vimos explicados por Foucault (cf. o primeiro capítulo dedicado aos aportes teóricos à tese). Trata-se de uma exegese da educação intelectual conduzida pela higiene, a direcionar a “primitiva” sociedade colonial para o cultivo científico no bojo da nascente ciência médica experimental, do ordenamento econômico capitalista e das influências políticas liberais.

Assim, os higienistas colaboraram com a hierarquização da inteligência, marcando a diferença entre o homem “culto” e o “inculto”, a mulher destinada aos serviços domésticos e o sexo restrito à reprodução por homens e mulheres então guardiões de proles “sãs” e “raças puras”. A educação pela higiene, no que toca ao comportamento sexual, foi capaz de promover uma revolução inconcebível nos tempos coloniais, como afirma Jurandir Freire Costa em seu livro *Ordem Médica e Norma Familiar* (1979: 15). A partir disso, é possível entrever as dificuldades pelas quais passam as relações socioambientais aderidas a essas que Freire acentua com o sentido de “sócio-sentimentais”, em face das funções exercidas no

---

⁹⁴ “Os escravos nascidos no país (EUA) apresentavam evidentemente inúmeras vantagens, pois estavam culturalmente integrados nas comunidades de trabalho que eram as plantações, haviam sido melhor alimentados, já tinham conhecimento da língua, etc. (...) O fato de que a população escrava brasileira haja tido uma taxa de mortalidade bem superior à de natalidade indica que as condições de vida da mesma deveriam ser extremamente precárias”. Furtado, 1974: 118-119.

interior de uma sociedade patriarcal. Bastaria considerar o subtítulo que Gilberto Freyre deu ao seu *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal* para entender o enlace da família com as ordenações regimentais externas. À medida que a higiene passa a prescrever normas mais efetivas e “perturbar” as relações entre o espaço da família e o urbano, reiteram-se sobre essas relações as análises binárias, como público e privado, ordem e norma, normatização e normalização (como vimos com Foucault). O que vem a “perturbar” as relações entre o público e o privado não é somente a higiene em suas bases científicas da nova medicina experimental, mas um campo mais amplo de interesses interconectados, de conjecturas políticas e acordos econômicos que provocam descontinuidades. Os “micropoderes” inerentes à família são agora resignificados, pois a família vem ao encontro da cidade, das formas de vida urbana, distanciando-se do resguardo das casas grandes isoladas em seus territórios de vasta paisagem e de domínio exclusivo. Como exemplo disso tudo em termos de arranjo espacial, toma-se aqui uma vez mais Gilberto Freyre, que subtitula sua obra subsequente, *Sobrados e Mucambos*, com a seguinte frase: *Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Nota-se que Freyre não trata da decadência do patriarcado, mas do patriarcado rural, ou seja, de um momento em que na espacialidade do urbano começa a vigorar o mundo das normatizações e das condutas disciplinares, o que Jurandir Freire explora através dos determinantes da higiene sob o dígito binário ordem médica e da norma familiar.

Entre o espaço urbano e a população o papel do Estado é central, pois este é pensado como uma instância capaz de controlar todas as outras, embora crie “brechas”, como dito anteriormente. O Estado, no mais das vezes, torna-se inepto para deter toda gente⁹⁵: em nome da higiene, por exemplo, terá que buscar respaldo na ciência médica, nas ordenações sanitárias e com a polícia. Das novas condutas que serão aplicadas à família aos órgãos públicos que estarão a serviço da saúde pública, a higiene pode ser levada da casa à rua ou vice-versa.

Os chamados códigos de posturas chegaram a nós com o poder centralizador das Capitânias Hereditárias. Entretanto, vilas e pequenos povoados assumiam por iniciativa própria funções de governo com objetivos práticos sobre o ordenamento urbano, por meio de normas rígidas para o procedimento da conduta das populações, do uso dos bens urbanos e, principalmente, com vistas à regulamentação dos padrões de higiene e salubridade das áreas públicas e das habitações. Esses Códigos continuam até nossos dias a postular, sempre à baila de atualizações nas câmaras municipais, um emaranhado de normas proibitivas pautadas por uma retidão mais que impostada. Vale dizer que, por não serem discutidas com a população, permanecem ignoradas, e quando tomadas com displicência caem como ocorrências penais sobre os munícipes. Os códigos de posturas reúnem uma miríade de assuntos que vão do policiamento dos cidadãos ao horário de funcionamento do comércio e

---

⁹⁵ Se nos permitirmos um trocadilho com o uso da palavra “detergente” evocando o caráter coercitivo subjacente às normatizações novas *atinentes* ao espaço urbano agora adequado à ordem médica, um desvio semântico nos leva a dizer que a função da higiene é a mesma que de uma fábrica de “deter-gente”. A sugestão é possível graças ao termo “detergente” que, na língua portuguesa nomeia um produto de limpeza usado para tirar o sebo das panelas, entre outros usos. Isso pode servir tanto aqui como em outro lugar, mas há muito que foi pensada para aludir a uma série de questões desta tese, desde que se decidiu por introduzir as análises foucaultinas que perpassam todos os capítulos.

o controle dos mascates; do regulamento do trânsito às licenças para demolições e construções de qualquer natureza. Exemplos de assuntos ligados à saúde pública são as obrigações para a vacinação (sobretudo em caso de epidemias), o controle de animais soltos, o funcionamento de cemitérios e matadouros, equipamentos para o processamento do lixo etc.

Uma vez mais se constata no ordenamento do bem público as instâncias normativas tomadas por decisões que competem ao Estado em face do capital, daí se desdobrando entre instituições públicas que admitem discursivamente (como nos códigos) o controle sobre as ações privadas. O problema aparece não necessariamente no que se estabelece como um discurso normativo meticuloso, como no caso dos códigos de posturas. A suposição de que no passado, mais que em nossos dias, a população era incapaz de interpretar tais “edifícios normativos” também não satisfaz. O problema se encontra na falta de participação, ou melhor, na falta de disposição para levar a cabo uma discussão normativa com os munícipes. E por isso mesmo, isto é, na falta de tal disposição é que se pensam os dispositivos disciplinares como diferentes formas de vigilância e punição.

Com o que foi exposto logo acima, procurou-se não perder de vista que o problema central – a falta de participação – chega aos nossos dias e se conecta ao objeto particular de análise que se encontra na segunda parte da tese. Os acontecimentos sobre a mudança da corte joanina para o Brasil e o caminho dado para chegar à República foram apresentados sumariamente para compreender os casos específicos que se seguem. Nota-se que a inserção desses casos, substantiados por razões urbanísticas, vem ao encontro de nos aproximar ainda mais do mesmo problema, embora revelem outras razões em que o urbanismo se vê ancorado ou mal disfarçado de aspectos simbólicos e de seu argumento por vir ao encontro de sanear a cidade através da higiene.

A construção da Avenida Central no Rio de Janeiro

A construção da Avenida Central, inaugurada em 1906 no governo republicano de Rodrigues Alves, teve precedentes de “melhoramentos” urbanos no Rio de Janeiro do Segundo Reinado. A seguir, apresenta-se um brevíssimo retrospecto desse período, com o objetivo de relacionar discursos e práticas de ações saneadoras no processo de expansão urbana para além do centro colonial. Ao colocar primeiramente os problemas sociais relacionados aos aspectos sanitários do Rio de Janeiro, contextualiza-se o legado do passado colonial, as condições de insalubridade e os procedimentos de controle adotados pelas instâncias governamentais, envolvendo a gênese da higiene em seu amplo desdobramento, as controvérsias políticas atinentes à saúde pública e ao urbanismo sanitarista às voltas com o problema das epidemias. Nesse contexto, observa-se que o Estado cria vínculos com os propósitos capitalistas e que estes são travejados pela especulação em torno da terra urbana, sendo essa uma forma de ação sobre a cidade confirmada pelos planos urbanísticos.

As péssimas condições em que vivem os trabalhadores de baixa renda atravessam décadas sem que o Estado as perceba como uma questão política e de relevante papel entre suas atribuições. O tópico inicia com um retrospecto sobre este assunto e, na sequência, de forma igualmente sumarizada, são apresentados os “melhoramentos” propostos e as realizações que se efetivaram no Segundo Império. Passa-se em seguida para um rápido recorte biográfico do prefeito Pereira Passos, pois de sua atuação em cargos técnicos e diplomáticos explica-se a sua aproximação com a Corte e, já no período republicano, o sua identificação como “um Haussmann Tropical”⁹⁶. Ao projeto e à construção da Avenida Central relaciona-se também a Revolta da Vacina, pois sobre a intervenção urbana propriamente dita não escapa este episódio que marcou profundamente o imbricamento da medicina social com o urbanismo moderno no Brasil. O Rio de Janeiro, na passagem do Segundo Império para a República, tornou-se o *locus* de uma série de outros episódios que repercutiram de forma negativa em todo o país: o Encilhamento, por exemplo, provocou abalos de tal envergadura que não deixou margem a política pública nenhuma que atendessem o correto estabelecimento das atividades produtoras, tampouco para o ordenamento dos espaços urbanos em franca explosão populacional. Esse assunto fica ausente no presente tópico, mas é contemplado mais adiante, quando se discute a representação da elite e do povo no Brasil urbano.

Estado e Higiene ante as condições de insalubridade na capital da Corte. Breve retrospecto do período do Segundo Império: a questão habitacional e fundiária

Segundo Jaime Benchimol, data de 1855 um projeto apresentado à Câmara Municipal da Corte estabelecendo normas para que a Junta de Higiene passasse a exigir dos proprietários de cortiços a adequação de suas instalações e determinando que cortiços novos não seriam tolerados sem uma licença da Câmara e da Junta de Higiene. Neste mesmo ano, irrompeu no Rio de Janeiro uma epidemia de cólera-morbo que vitimou mais de 4 mil pessoas. Constatava-se que até então não existia controle sobre os altos preços dos aluguéis dos cortiços, onde os pobres coabitavam em instalações insalubres com animais e carroças. Em 1860 a febre amarela deixou um saldo de 1.249 mortos, permanecendo a proliferação dos cortiços a chamar atenção em meio à crise habitacional. Neste ano, um ofício dirigido à Câmara por iniciativa da Polícia da Corte sugeria como solução provisória que o governo construísse habitações para alugar aos pobres, com preço fixo, o que só viria a se concretizar em 1882.

As epidemias, não como novidade, provocam alto índice de mortes, e a essas perdas se associa o problema da insalubridade nos cortiços e o alto custo dos aluguéis, o que justifica agora uma proposta de intervenção dirigida à Corte. Notável é que a proposta – de provisão

---

⁹⁶ O livro *Pereira Passos, um Haussmann Tropical*, de Jaime Larry Benchimol, publicado em 1990 pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes do Rio de Janeiro, é resultado da dissertação de mestrado apresentada em 1982 ao Programa de Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. A pesquisa de Benchimol tornou-se um clássico dentre as obras dedicadas sobre a história do Rio de Janeiro. O livro não contou com reedições, mas é disponibilizado integralmente através do endereço eletrônico [www.rio.rj.gov/distatic/10112/\(...\)pereira_passos_haussmann-carioca.pdf](http://www.rio.rj.gov/distatic/10112/(...)pereira_passos_haussmann-carioca.pdf)

habitacional para os pobres a baixos custos e com o subsídio do governo – tenha vindo por parte da Polícia, que desde o período colonial era envolvida com as medidas de emergência ante os surtos epidêmicos, mas não ainda para além de seus métodos coercitivos. Nada notável, no entanto, é que a proposta só será contemplada duas décadas depois. Mas, veja-se que a morosidade no tratamento dessa questão é explicada pela exploração dos aluguéis por parte dos proprietários dos cortiços, e que estes se sobrepunham às normas da higiene já dirigidas ao Estado. O encaminhamento dessa questão pelo Estado era impossível no quadro político e econômico em que as forças liberais dominavam o solo urbano, substanciando-se no regime de terras instituído por lei em 1850⁹⁷. De vez que o chão urbano já não passa de mercadoria.

A Lei de Terras responde a uma abrangência muito maior, sendo antes relacionada à escala do latifúndio e à produção agroexportadora, correspondente ao que fala Raymundo Faoro do “velho estilo do patrimonialismo”.

A terra deveria ser objeto de negócios, sem entraves alheios ao mercado, ou impedimentos economicamente irracionais, como será a própria escravidão. Em contrapartida, permitiu ao proprietário absorver, anular ou encadear o pequeno proprietário, reduzindo a pouco mais de nada o grupo intermediário entre o senhor e o escravo, numa realidade já definida no começo do século. O lavrador sem terras e o pequeno proprietário somem na paisagem, apêndices passivos do senhor territorial que, em troca da safra, por ele comercializada, lhes fornece, em migalhas encarecidas, os meios de sustentar o modesto plantio. As precárias choupanas que povoam o latifúndio abrigam o peão, o capanga, talvez o inimigo velado, servo da gleba sem estatuto, sem contrato e sem direitos. O sistema das sesmarias deixou, depois de extinto, a herança: o proprietário com sobra de terras, que não as cultivava, nem permite que outrem as explore (Faoro, 2001: 477).

Na cidade, porém, a herança das sesmarias é perpetuada, embora nela mais próximos fiquem os senhores de engenho e de fazendas do controle econômico do governo e dos comissários, isto é, dos bancários, que passam a financiar a produção agrária e os bens necessários até a sua comercialização. De modo que o espaço urbano é tomado também por essa nova figura, o comissário, além de um considerável número de habitantes de todas as profissões (burguesia comercial e funcionários de governo) considerados “clientela” nos negócios. E tudo se torna mercadoria, do chão à casa. Entretanto, nem tudo se torna higiênico, salubre e sadio para todos, posto que pobres e escravos, ainda como objeto de mercadoria, caem no discurso de uma “ação regeneradora” e se vêem cativos da exploração lucrativa de suas moradias de aluguel ou “de favor”.

O Estado era chamado a patrocinar a criação de mais uma esfera de atuação para o grande capital: a construção de moradias que atendessem às normas recomendadas pela higiene para a boa reprodução física e moral dos trabalhadores. Sob a tutela e fiscalização do Estado, a ação regeneradora do grande capital acabaria fatalmente prevalecendo sobre o mesquinho e especulativo capital mercantil que explorava os lucrativos cortiços. (...) As relações entre a Junta Central de Higiene Pública e a Câmara Municipal não eram muito cordiais. A Junta tinha um vasto leque de atribuições sobre a cidade que, em muitos pontos, superpunham-se

---

⁹⁷ A Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, chamada Lei de Terras, “marca um corte fundamental na forma de apropriação da terra no Brasil, com grandes consequências para o desenvolvimento das cidades. A partir de sua promulgação, a única forma legal de posse da terra passou ser a compra devidamente registrada. Foram duas as implicações imediatas dessa mudança: a absolutização da propriedade, ou seja, o reconhecimento do direito de acesso se desvincula da condição de efetiva ocupação, e sua monetarização, o que significa que a terra passou a adquirir plenamente o estatuto de mercadoria”. Rolnik, 2003: 23.

às da Câmara. Ao mesmo tempo em que recrudescia a vigilância sobre as habitações coletivas, o legislativo municipal revelava-se uma trincheira de resistência dos interesses econômicos locais prejudicados pela legislação sanitária (Benchimol, 1990).

Jaime Benchimol ressalta o enlace do Estado com capitalistas para demolir cortiços e construir moradias higiênicas no Rio de Janeiro; descreve casos em que a Câmara e o Senado, na década de 1880, isentava de impostos aduaneiros a importação de materiais de construção e concedia vários incentivos fiscais “às firmas que construíssem casas populares higiênicas, com fossas, dependências de cozinhas e de lavanderia, elevadas do solo e com boa recreação (...) Desde então (com Decreto Legislativo de 1882), numerosos pretendentes requereram esses favores”. Seriam essas iniciativas as primeiras de cunho “progressista” a serem postas em prática no país? Em caso afirmativo, é possível considerar no período o assentimento de um “pré-urbanismo” em terras tropicais? Pois até mesmo “falanges” inspiradas nas propostas do socialista francês Charles Fourier (que vimos no capítulo anterior classificado por Choay como um “progressista” no pré-urbanismo) foram aventadas para o centro e os arrabaldes do velho Rio:

Em 17 de outubro de 1885, três concessionários obtiveram os favores do Decreto de 1882 (para)... Projetaram construir, em quatro anos, 60 "familistérios", com capacidade para 100 operários cada, no centro da cidade e em seus arrabaldes mais próximos (...) Cada familistério teria, no 1. pavimento, habitações para famílias (saleta de entrada, sala, quarto, cozinha, latrina, quintal independente e água)... e, no 2. pavimento, quartos para operários solteiros (com duas camas, lavatório, mesa, cômoda, cabide e baús, incluindo serviço de asseio e iluminação. (Ainda) no 2. pavimento haveria latrinas, mictórios, pia e tubo de lixo; e no 1., lavatório, coradouro e banheiros comuns. A empresa faria a conservação e desinfecção dos familistérios de 15 em 15 dias (Benchimol, 1990).

O problema habitacional foi pensado também através de uma “ação educativa” pelo empresário Vieira Souto. Não se tratava de uma “falange”, pois se destinava à aquisição de casas populares, embora obedecendo a uma gestão compartilhada entre moradores que não dispensava critérios coercitivos e orientação moralizante conectada às práticas higiênicas.

Vieira Souto e seu sócio pretendiam facilitar a aquisição das casas pelos operários e exercer sobre eles severa e educativa vigilância: nos corredores, escadas e outros lugares de passagem inscreveriam máximas econômicas e morais tendentes a educarem os operários no cumprimento de seus deveres civis; um empregado fiscalizaria o procedimento dos operários e inquilinos e (...) o asseio e a boa ordem. Os que dessem exemplo de mau comportamento seriam despedidos (a expressão é essa) pela empresa (Benchimol, 1990).

Outras propostas para a construção de casas operárias foram aventadas por empresários ou desses em associação com firmas estrangeiras, mas definitivamente longe de se afinar com o discurso e a prática socialista: “progressistas”, por assim dizer, mas terrivelmente assentadas em práticas espúrias e regulamentações oficiais de claro envolvimento da elite rentista com o governo. A Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, fundada pelo engenheiro Arthur Sauer⁹⁸ é exemplo talvez maior das empresas particulares que nas

---

⁹⁸ “Arthur Sauer era sócio-gerente e diretor da Casa Laemmert, típico exemplo de manufaturas comerciais que se originaram como apêndices da atividade de importação... Em 1887, seu fundador, Eduardo Laemmert, retirou-se para a Alemanha e faleceu no ano seguinte, deixando grande fortuna. A firma passou para H. Laemmert & C.; em 1991 possuía (um) capital... que a caracterizava como manufatura de grande porte.” Benchimol, 1990: 156. Em junho de 1889, às vésperas da Proclamação da República, Sauer teve a sua Companhia de Saneamento do Rio

décadas finais do XIX se colocaram sob os discursos em prol da construção de “casas para pobres e operários”. Segundo Benchimol, a Cia. de Saneamento de Sauer era autorizada a se estabelecer em qualquer outra cidade, dentro e fora do Império, com filiais e agências, em terrenos de domínio do Estado ou adquiridos por ela, construir casas populares ou para a classe média com grande margem de ação especulativa, mas não só casas, podendo executar quaisquer obras de saneamento, além de fabricar e importar matérias e objetos destinados a edificações higiênicas, e também para este fim abrir agências fora do Império. Em suma, as atividades de Sauer não ficaram isoladas no contexto do Encilhamento, tampouco a sua empresa foi a única que explorou aluguéis sem sujeição à lei, mas se distinguiu entre as indústrias de construção subvencionadas pelo Estado, gozando de favores e privilégios e contornando as normas técnicas estipuladas na época.

Beneficiada pela isenção dos direitos alfandegários comercializou-os quase clandestinamente para serem usados não na construção de casas para operários, mas de habitações luxuosas. Atuou como importadora privilegiada e pirata (Benchimol, 1990: 157).

Benchimol comenta que as companhias privilegiadas de construção “fracassaram” porque “o grande capital não cumpriu com a missão regeneradora que lhe atribuíam, de início, os higienistas”. Em bairros distantes, vilas compostas de casas populares puderam acolher uma parcela de trabalhadores fabris, mas a crise habitacional persistia no centro da cidade, “adquirindo dimensões dramáticas nos anos subsequentes à abolição e à proclamação da República”. Dentre as divergências que impediram a construção dessas casas higiênicas para toda a população do Rio, resta uma questão apontada por Benchimol que nos parece atualíssima e válida para todo o país: moradias salubres para os trabalhadores devem ser construídas no centro ou nos arrabaldes?

A provisão de moradias higiênicas no Brasil nunca antes esteve amparada por critérios científicos e ações de cunho sanitaria por parte do Estado que não fossem o mando a limpar, até que se delineassem essas primeiras normatizações. A mistura dos escravos com os imigrantes se fazia crescente nas cidades de maior importância para o fluxo capitalista em ascensão, sendo o Rio de Janeiro “a mais importante da América Meridional”. Seu comércio, segundo Benchimol,

não teria rival em todo o continente; as instituições científicas, as associações literárias e a imigração constante de estrangeiros davam à Corte uma “ilustração muito superior à das demais províncias. Seis 17.533 prédios constituiriam uma evidência de que já era tão desenvolvida quanto as capitais europeias (não obstante a maior parte fosse de casas térreas dos tempos coloniais) (...) outros indicadores confirmavam a aceleração do crescimento desde que ela se tornara o empório do café e que os capitais oriundos do tráfico negreiro se haviam voltado para outras atividades urbanas; mais de 5.000 veículos de transporte circulavam na Corte, sem contar os dos particulares, e os estabelecimentos comerciais ou manufatureiros já totalizavam 7.062 unidades (Benchimol, 1990: 130).

Entretanto, a “terapia higienista”, respondendo aos surtos epidêmicos e à tentativa de socorro às enfermidades, deixou o foco sobre a questão habitacional por décadas sem realizações concretas por parte do Estado. Essa “terapia” sempre prescreveu ações ativas e vigilantes, sendo as instituições como a Junta de Higiene e a Polícia Sanitária incumbidas de

---

de Janeiro organizada e composta por dirigentes administrativos detentores de capital comercial e bancário predominante na capital.

agir com repressão em prol da salubridade e da saúde pública, mas essas instâncias se chocavam com as condições econômicas estruturais: baixos salários, regras mercantis de produção de moradias de aluguel, cerceamento aos pobres para morar no centro da cidade etc. O problema da salubridade no espaço urbano jamais encontrou razão fora da questão da casa salubre, mas na concepção liberal do Estado a construção de moradias para os trabalhadores de baixa renda não teria outra solução senão através da iniciativa privada e para fins de aluguel. Em São Paulo, a mesma lógica se manteve por muito tempo. Segundo Nabil Bonduki,

A concessão de favores ao setor privado foi a única medida aceita pelo Estado para incentivar a produção habitacional. Rejeitou-se a possibilidade de produção direta de moradia por órgãos governamentais ou de uma legislação que regulamentasse as relações entre locadores e inquilinos. Essas medidas somente seriam adotadas no governo Vargas, apesar de a construção de casas pelo Estado ter sido sugerida por técnicos do Departamento Estadual do Trabalho ainda na década de 1910 (Bonduki, 2004: 40).

As orientações dadas à capital, obedecendo ao capital, eram seguidas em outras províncias, com maior, menor ou nenhum grau de controle por parte do Império. Sobre as especificidades encontradas em São Paulo no mesmo período, para onde a produção do café está se encaminhando com maior vigor, a mesma questão será vista no próximo tópico do capítulo. Importa apontar que a questão da habitação social passou longe de ser incorporada como uma política habitacional por parte do governo. Por ora, temos ainda um pouco mais a descrever sobre as relações entre os setores privado e público, abarcando outra sorte de “epidemia” que se estabelece em terreno contaminado por interesses de poder e circulação de bens materiais. Em verdade trata-se mais de uma “febre” dada à “imaginação” daqueles que tinham agora um “ideal a atingir” num ambiente de prosperidade, como fala Raymundo Faoro:

Sob a febre especuladora, havia a prosperidade real, expressa no café, nas companhias de melhoramentos urbanos e de transporte ferroviário (Faoro, 2001: 489).

Veremos agora que melhoramentos são esses e como se deram na capital do Império de D. João VI, e porque a “febre” das concessões se passam para outras atividades, como aquelas que dizem respeito mais aos espaços e equipamentos urbanos que à “casa salubre” que havia sido reclamada.

A Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro

O primeiro plano urbanístico da capital foi elaborado em 1874 pela Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, da qual fazia parte Francisco Pereira Passos, no mesmo ano nomeado engenheiro do Ministério do Império, ocupando o cargo no gabinete do liberal João Alfredo. Uma série de projetos desenhados pelos engenheiros dessa Comissão fez parte, no ano seguinte, da Primeira Exposição de Obras Públicas, parte integrante da Exposição Nacional realizada no prédio do Ministério da Agricultura. Jaime Benchimol afirma que boa parte dos projetos apresentados nessa exposição nunca saiu dos arquivos do Ministério, “mesmo assim, proporcionam uma geografia do que era a

modernização na época”⁹⁹. Compreende-se essa modernização também sob as formas de financiamento, de construção e de exploração em proveito de bancos e companhias estrangeiras. Os projetos de portos, ferrovias e pontes eram, em suma,

condutos destinados a ampliar e agilizar os canais que faziam convergir para os portos as riquezas agrícolas do país e, no caminho de volta, a disseminar os produtos industriais da Inglaterra e de outras grandes metrópoles capitalistas (Benchimol, 1990: 139).

O plano dos engenheiros da Comissão de Melhoramentos se reportava principalmente a praças e ruas novas, bem como àquelas que deveriam ser retificadas para facilitar ventilação e escoamento de águas pluviais, ou seja, adequações urgentes em face da insalubridade. Na planta geral da cidade desenhada pela Comissão, comparecem a parte central da cidade e os bairros do entorno mais próximo: Cidade Nova, Engenho Velho, Andaraí, São Cristóvão, Catete e Botafogo. Entretanto, um primeiro relatório da Comissão atinente às ações para remover o que havia de mais precário e possibilitar as obras de saneamento deixava de priorizar o centro colonial, justo onde se encontravam os problemas mais graves, mas porque os preços dos prédios a serem desapropriados dependiam de longas investigações. Assim, as intervenções correram para o Canal do Mangue, em área tomada por “infecções miasmáticas”, onde as águas provenientes das encostas formavam rios de pouca correnteza e grandes charcos.

Essa área da cidade já havia sido objeto de intervenção pelo Governo Imperial desde 1835, quando se pensou que a ampla superfície alagada deveria ser saneada (aterrada) reduzindo as águas a um estreito canal. Em 1857 foi feita uma concessão para a obra do canal ao empresário Irineu Evangelista de Souza¹⁰⁰ (depois titular do Império como Barão e Visconde de Mauá). Três anos depois o canal foi inaugurado incompleto, a partir do projeto e obras que ficaram a cargo do engenheiro inglês Wilham Gilbert Ginty; somente em 1876 foi feito o assentamento de gradis de ferro e o plantio de 700 palmeiras em suas margens.

Cabia agora, com a Comissão de Melhoramentos, dar continuidade às obras do Canal até o mar, incluindo a construção de um cais e um aterro onde seria instalada a Estrada de Ferro Dom Pedro II. Todas essas obras tinham em vista descongestionar o velho centro de ruas estreitas que já traziam prejuízos com o trânsito de mercadorias misturado ao transporte de pesados artefatos metálicos empregados nas obras públicas. Alinhadas às margens do Canal do Mangue, foram projetadas extensas e largas avenidas, conforme as concepções urbanísticas postas em prática nas capitais europeias (leia-se a partir das intervenções de Haussmann em Paris). Para as áreas mais próximas do Canal e do novo cais, foram

---

⁹⁹ “Cartas geográficas para mapear o terreno onde seriam assentados os trilhos, as pontes, os canais de navegação, recobrimdo não só áreas agrícolas tradicionais, algumas em decadência, como as zonas que despontavam, quando não por sua significação estratégica, como promissoras fontes de novas riquezas primárias” (Benchimol, 1990: 139-140). As obras públicas específicas para a capital apresentadas por parte de engenheiros e arquitetos estrangeiros se resumiam em três túneis (os dos morros do Livramento e de São Bento, além de um ferroviário e submarino ligando o Rio a Niterói), um projeto de abastecimento de água e quatro edifícios públicos.

¹⁰⁰ Em 1851, Mauá fundou uma usina de gás para a iluminação pública e doméstica da cidade, em terreno de charco aterrado da Cidade Nova. Junto a essa fábrica, Mauá construiu um conjunto de dormitórios coletivos no qual os empregados tinham acesso a uma biblioteca, cozinhas, bar e tanques para a lavagem de roupas à disposição suas famílias. O diretor técnico da fábrica era o engenheiro Ginty, que foi responsável pelas obras do Canal do Mangue.

projetadas ruas paralelas e perpendiculares destinadas a casas de comércio e o estabelecimento de indústrias.

Benchimol, acompanhando em detalhes os planos da Comissão, descreve uma série de avenidas projetadas em estreita relação com o que envolveria a eventual indenização e a destruição de propriedades de elevados custo, o que fazia com que os planos mudassem de acordo com esses impositivos. Avenidas com 40 metros de largura, ornadas com filas de árvores, poderiam ultrapassar cinco mil metros cortando bairros e fazendo cruzamentos com outras perpendiculares, muitas denominadas *bulevares*, dirigindo-se ao Canal do Mangue. Construções novas, como um edifício destinado à exposição permanente de máquinas e aparelhos de uso industrial e agrícola, a ser instalado no local do antigo Matadouro, acabavam tornando-se outra coisa, como neste caso uma praça (a atual Praça da Bandeira).

A segunda parte do relatório da Comissão trata das regras para a construção de edifícios particulares, que resultou em discórdia por parte dos engenheiros em face da fixação de um tipo predeterminado de fachada, como propunha um médico apreciador da homogeneização segundo os critérios adotados por Haussmann em Paris. Neste ponto, há que ressaltar a posição dos engenheiros da Comissão de Melhoramentos, preocupados mais com os aspectos funcionais das construções e a oferta de condições para descongestionar o centro. Segundo Benchimol, os engenheiros optavam por uma ocupação diferenciada, mas não exclusiva a um tipo de uso. Assim,

a comissão abria os novos bairros às oficinas, casas de comércio e moradias operárias que acompanhariam o deslocamento portuário, e as prestadores de serviços que viriam no rastro das residências mais abastadas (Benchimol, 1990: 145).

Outro ponto a ressaltar sobre as posições dos engenheiros que concordavam com indicações dos médicos higienistas era o de condenar a construção das habitações por parte dos “homens práticos”, ou seja, aqueles que não comprovassem instrução profissional. A Comissão propunha a nomeação de um engenheiro ou arquiteto para cada distrito da cidade (como os *district surveyors* existentes na Inglaterra) para o exame, a fiscalização das obras e o cumprimento do conjunto de normas “técnicas” que deveriam presidir a construção das casas particulares. Benchimol lembra ainda que essas posições se articulam com princípios da medicina social, ao impor o saber e declarar como marginais os que exerciam o ofício da cura, bem como na formação do espaço urbano processo análogo se fazia pelos engenheiros contra os mestres de obras. Em outras palavras, tratam essas posições de firmar as normatizações, isto é, de institucionalizar as normas, pois ao condenar as formas tradicionais de construção se passa a contribuir com ou legitimar a presença da indústria articulada à importação de matérias, além de uma infinidade de aparelhos e objetos de consumo doméstico.

Para a execução do plano elaborado pela Comissão de Melhoramentos, enfim, resta colocar, em face do grande porte da maioria dos traçados e das obras estipuladas, a quem se destinava tamanho encargo: a Comissão, segundo Benchimol, “não duvida aconselhar que

se entregue a execução do projeto a uma empresa capaz de levá-lo a efeito”¹⁰¹. Acrescenta o historiador, a partir do relatório da Comissão, que a empresa seria “dona” de uma imensa área valorizada que se prestaria às construções e que poderia vendê-la, desmembrando em terrenos de acordo com os novos alinhamentos propostos pelo plano, além de vender os materiais provenientes das demolições. A empresa teria ainda a participação na exploração do ramal ferroviário, da estação marítima, do canal, do prédio (palácio) de exposições, do jardim botânico, do zoológico e até da praça do mercado; poderia ter lucros ainda maiores com as construções nos terrenos, recebendo auxílios por parte do Estado. Enfim, uma legítima concessão urbanística aventada há exatos cento e trinta e oito anos atrás!

*Breve perfil do prefeito Pereira Passos*¹⁰²

Abrir espaço nestas linhas àquele que idealizou e foi o maior responsável pela construção da Avenida Central significa destacar, a partir de sua trajetória pessoal e profissional como técnico e chefe administrativo, não uma visão crítica *a priori*, mas sim um breve traço biográfico alusivo a sua obra máxima. Afinal, o nome de Pereira Passos está ligado à Avenida Central como se esta fosse sua própria espinha dorsal, assim como a comparação nos permite dizer que um bulevar parisiense sustenta o corpo de Haussmann. O tempo de Pereira Passos antecede em duas décadas ao do último presidente da Primeira República (Washington Luís), político que ainda antes, como governador de São Paulo, cunhou a frase “governar é construir estradas”. Unindo aqui o referencial de Pereira Passos a Haussmann e este distintivo do “estradeiro” Washington Luís, talvez seja o caso de endereçar ao prefeito do Rio de Janeiro, embora suas obras urbanas não tivessem ainda o sentido “rodoviarista”, o lema “governar é construir avenidas”. Nesse sentido, o caminho de Pereira Passos já estava em processo, como se verá a seguir, com as estradas de ferro por ele construídas e administradas.

Francisco Pereira Passos (1836-1913) filho de Antonio Pereira Passos, Barão de Mangaratiba, foi criado em uma grande fazenda produtora de café em São João do Príncipe, no Estado do Rio de Janeiro, e levado a estudar na Corte em um dos mais conceituados colégios, o de São Pedro de Alcântara. Em 1856 graduou-se em matemática na Escola Militar (futura Escola Politécnica do Rio de Janeiro) e, em seguida, ingressou na carreira diplomática. Nomeado adido da delegação brasileira em Paris (1857-1860), travou contato com engenheiros da *École de Ponts et Chaussées* e frequentou seus cursos de arquitetura hidráulica, construção de portos, canais e estradas de ferro, direito administrativo e economia política. Acompanhou várias obras na França de Napoleão III e presenciou a renovação de Paris sob a direção de Haussmann.

---

¹⁰¹ Segundo nota de Benchimol a partir do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 1875. Códice 80-5-11: 13. Benchimol, 1990: 149.

¹⁰² Para esta breve biografia de Pereira Passos consultou-se Benchimol (1990) e o trabalho disponível em: <portalgeo.rio.rj.gov.br>. Manoel Carlos Pinheiro e Renato Fialho Jr., *Pereira Passos: vida e obra*. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: IPP–Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2006.

De seu regresso ao Brasil, Pereira Passos se dedicou às construções ferroviárias em fase de intensa expansão e ocupou vários cargos nessa área nas províncias. Em 1870 assumiu o posto de consultor técnico no então Ministério da Agricultura e Obras Públicas da capital. No ano seguinte embarcou para Londres, confiado pelo governo à missão diplomática de firmar acordo sobre uma complicada situação financeira ligada à Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, que se prolongou por dois anos. Na viagem para a Europa, em 1871, Pereira Passos manteve contato com (o Barão de) Mauá, que o incumbiu de examinar uma obra na Suíça onde se implantava o processo de cremalheira, com vistas a aplicá-lo em uma ferrovia que estava sendo construída em Petrópolis. Em 1874, foi nomeado engenheiro do Ministério do Império, cabendo-lhe acompanhar todas as obras de engenharia no país, incluindo as da Corte. Pereira Passos já havia, também, projetado prédios públicos e teve participação na Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Em 1880, em nova viagem para a Europa, frequentou cursos na Sorbonne e no Colège de France, visitou fábricas, usinas siderúrgicas, companhias ferroviárias e de navegação e outras obras públicas também na Bélgica e na Holanda. Contratado como engenheiro consultor pela *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens*, em Paris, teve a incumbência de tratar de assuntos técnicos relativos à construção de uma estrada de ferro no Paraná.

No ano seguinte, de volta ao Brasil, fixou-se por curto período em Curitiba e, após a inauguração de um trecho de estrada entre Paranaguá e Curitiba, regressou para o Rio, onde assumiu, por seis anos, a presidência da Companhia de Carris de São Cristóvão. Em 1884, propôs aos maiores acionistas da Cia. Carris a aquisição de um projeto para uma grande avenida, elaborado pelo arquiteto italiano Giuseppe Flogliani, bem como sua construção, após necessária concessão por parte do governo. O empreendimento imobiliário foi acatado pelo Congresso e apadrinhado pelo senador Francisco Belisário Soares de Souza, tornando-se, quase vinte anos depois, a Avenida Central, quando Pereira Passos ocupou o cargo de prefeito. O que fora apreciado e defendido sobre a construção da avenida como uma operação lucrativa pelo capital privado passou, então, para a incumbência do Estado. Nesse entretanto, não faltaram argumentos em prol da avenida como “solução” definitiva para o tão depreciado e insalubre centro da cidade: e da cidade que, segundo Soares de Sousa, “aos olhos do mundo, tinha a fama de espedeada e inabitável” (*apud* Benchimol, *op. cit.*: 197).

Pereira Passos tornou possível a construção da Avenida Central em sua gestão como prefeito entre 1903 e 1906, contando com uma comissão dirigida pelo engenheiro Paulo de Frontin. Nas palavras de Gilberto Ferrez que apresentam *O Álbum da Avenida Central*, ilustrado com fotografias de seu avô Marc Ferrez, Pereira Passos é referido como o prefeito que, aos 67 anos de idade, “como se fosse um jovem de vinte anos, estava abrindo novas avenidas, alargando ruas, ajardinando praças, mudando, com isso, usos e hábitos arraigados havia trezentos anos”. A Avenida Central “teria de ser assim como os grandes bulevares de Paris. Era uma necessidade saneadora e urbanística que o governo federal resolvera tomar a seu cargo”¹⁰³.

---

¹⁰³ Ferrez, 1983. Edição de João Fortes Engenharia S.A. por ocasião da exposição por ela patrocinada. “Registro Fotográfico de Marc Ferrez”, exibida no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro (dez. 1982- fev. 1983) e no Museu de Arte de São Paulo (mar.-abr. de 1983).

É interessante reconhecer neste breve traço biográfico de Pereira Passos a trajetória que o levou, primeiramente como estudioso, depois como técnico, a se aprofundar e a se capacitar com todos os aspectos profissionais atinentes às ferrovias, à produção dos materiais provenientes da indústria metalúrgica, à formação e à organização de empresas e pessoal qualificado para atender a uma das mais fecundas atividades produtivas de seu tempo. Ao relatar sumariamente essa trajetória de Pereira Passos, veja-se que o projeto da avenida por ele sugerido a se realizar pela Companhia de Carris de São Cristóvão (sob sua presidência entre 1881 e 1886) demonstra a afinidade com o que fora visto por ele nos grandes centros da Europa: o uso do ferro nos melhoramentos urbanos, as rotas dos bondes sobre trilhos conectando bairros e constituindo estações de transbordo no centro, etc. Nota-se ainda que Pereira Passos, por acumular um imenso domínio administrativo, podia conjugar, em sua atuação diplomática, desdobramentos na esfera política.

A Avenida Central: um primeiro projeto aventado no Segundo Reinado

Originalmente, a avenida projetada pelo arquiteto Flogliani (projeto vendido à Cia. de Carris), com cerca de 1.130 metros de extensão e 25 metros de largura, partiria da rua Direita, na altura do Correio e da Bolsa, e se prolongaria até o campo da Aclamação; o leito carroçável seria margeado por arcadas que em cada lado encobriria 5 metros de passeio. Os 10 metros restantes ficariam a descoberto. Por toda a sua extensão, no cruzamento com as ruas transversais, terraços de ferro dessas arcadas ligavam uma esquina a outra, permitindo o livre percurso a pé. Os prédios, de “aspecto elegante e artístico”, com altura de cerca de 20 metros, haveriam de destinar o pavimento térreo para lojas de comércio de luxo, cafés, restaurantes, livrarias, ambientes para recreio e exposições etc.; nas sobrelomas haveriam de se instalar escritórios para corretores de seguros e de navegação, advogados, empresários etc. Os três pavimentos acima, destinados à habitação de famílias abastadas, chegariam até o alinhamento das arcadas. Para que não houvesse confronto visual entre os prédios novos da avenida com os de modesta aparência existentes em toda essa extensão, requeria-se que as demolições abarcassem uma faixa 85 metros.

Retirando os 10 metros da avenida a descoberto e os 10 (de cada lado) sob as arcadas, restariam 60 metros para os prédios. Assegurava o arquiteto que a avenida traria a livre circulação de ar, estimularia a formação de outras novas ruas, transformaria completamente o aspecto e as condições de insalubridade, além de desafogar o trânsito no centro da velha cidade. O arquiteto previa ainda a construção de dois grandes hotéis, um grande teatro lírico e um teatro dramático. Avizinhando esses equipamentos culturais com os estabelecimentos do alto comércio, as sedes dos bancos e das empresas a realização do projeto, enfim, transformaria os hábitos “já aceitos em outras capitais de primeira ordem”. Segundo Benchimol (1990: 198-203), de quem se extrai este resumo, do projeto de Flogliani o ponto de maior interesse da Cia. Carris estava nas construções de ferro, que propiciariam ainda a instalação de estações terminais de bondes sob as passarelas (terraços) que ligariam as arcadas entre as esquinas.

A tramitação oficial em torno desse projeto passou por várias instâncias, da Câmara ao Senado, até que se decretasse a concessão para o empreendimento à Cia. Carris, assinada em 1877 pelo Barão de Mamoré. Mas, duas prorrogações dessa concessão fizeram o projeto chegar ao regime republicano em 1991, e no governo de Deodoro da Fonseca foi uma vez mais prorrogada, passando em seguida para as mãos da estatal Companhia União Industrial dos Estados. O projeto chegou a ser premiado na Exposição de Turim, em 1898, mas a concessão já caducava na alçada da Companhia União, em pleno Encilhamento, e logo em seguida, com a Revolução da Armada, caiu por terra.

A Avenida Central: um segundo projeto posto em prática na Primeira República

O projeto de Flogliani ressurgiu em 1901, quando Rodrigues Alves, candidato à presidência, divulgava seu programa de governo pautado sobre a questão do saneamento da capital. Prevendo o favorecimento a seu projeto, o arquiteto Flogliani viajou à Europa com o intuito de angariar capitais a sua reapresentação, logo obtendo o apoio de um “forte capitalista” em Roma, através do ministro brasileiro Régis de Oliveira. De volta ao Brasil, Flogliani percorreu os políticos mais influentes com o seu projeto, do prefeito ao presidente da Câmara Municipal, do líder do Conselho Municipal ao chefe das Obras Públicas, e todos prometeram ajudá-lo, inclusive Pereira Passos, àquela altura integrante das comissões de Justiça e Legislação e de Obras e Viação da Câmara. Mas agora, o projeto da “Grande Avenida” tomava outras proporções, incluindo, como extensão, o prolongamento e o alargamento da rua Gonçalves Dias.

A concessão, decretada ainda no governo imperial (1887) e prorrogada por novo decreto (1891) foi levada ao Congresso em 1892 e aprovada com unanimidade pelo plenário; no governo de Deodoro da Fonseca, o projeto havia passado para as mãos da estatal Companhia União Industrial dos Estados. Contudo, em 1903 o projeto de Flogliani passou a pertencer a Américo Lage e Companhia. Mas a construção da avenida requer ainda novas discussões, que não escapam ao contexto novo, mais intenso e diverso no plano político e que acompanha o furor do capital. E muito mais perceptível é esse novo quadro aos olhos da população, ou parte dela, com o reforço do viés crítico da imprensa e dos escritores engajados ou debruçados sobre uma miríade de aspectos sociais.

As mudanças políticas que aconteceram nos primeiros anos da República, até que Rodrigues Alves chegasse à presidência, influíam diretamente na forma com que Pereira Passos, já como prefeito e com efetiva autoridade, pudesse levar a cabo a construção da avenida. O Rio de Janeiro, como a maior cidade e a capital econômica, política e cultural do país, sentia mais intensamente as mudanças decorrentes do “remédio” aplicado contra suas enfermidades.

Os projetos urbanísticos atrelados às concessões passavam pela discussão sobre a substituição do regime monárquico pelo republicano, enquanto alterações quantitativas eram uma realidade, a exemplo da abolição e o lançamento dos escravos no mar do desemprego e do subemprego que caracterizava a mão de obra do mercado de trabalho livre. Mudanças qualitativas na perspectiva de que o clima febril do capital pudesse fazer

parte do “remédio” eram somadas ao entusiasmo do povo perante a possibilidade de influir, através da participação eleitoral, nas políticas públicas. Mas, concomitantemente ao governo provisório de Deodoro da Fonseca, o estouro do Encilhamento, ao incitar o povo ao “jogo” especulativo, gerava uma margem de desconfiança que não passava incólume pela imprensa e pelos movimentos populares de aspirações democráticas. Da fase inicial de consolidação do regime republicano até o governo de Rodrigues Alves (1902-1906), definia-se nitidamente, como fala José Murilo de Carvalho, “os vitoriosos e os vencidos e estabelecidos os rumos e a natureza da política republicana tanto para o país como para a capital” (Carvalho, 1987: 15).

Dentre os vencidos, estava a maior parte dos 200 mil novos habitantes da cidade que, somente na última década do século, deixava aquele “inchaço” do Rio de Janeiro em 1808 como um fenômeno não menos dramático, mas, por assim dizer, diferenciado. Afinal, se em 1808 os 15 mil homens e mulheres aportados no Rio do período joanino perfaziam 25% da população (60 mil àquela época), agora os fluminenses eram uma minoria de almas, pois 55% delas eram providas de fora (em 1890, dos 522 mil habitantes, 28,7% eram nascidos no exterior e 26% provenientes de outras regiões do país) (Carvalho, 1987: 17; dados relativos à população de imigrantes no Rio em 1890). Como afirma Murilo de Carvalho, o acúmulo de pessoas em ocupações mal remuneradas ou sem ocupação fixa (domésticos, trabalhadores sem ocupações definidas, jornalheiros etc.) eram mais de 100 mil em 1890 e mais de 200 mil em 1906. A partir disso se entreveem as fronteiras entre legalidade e ilegalidade nas formas de coabitação dessa massa de “gente desocupada”, cheia de “gatunos” e “malfeitores de toda espécie”, de “ladrões”, “prostitutas”, “malandros” etc. Entretanto, na “bula do remédio” para todos esses males, parecia estar escrito em letras diminutas um grande “efeito desejado” contra a “tumefação”, sendo este efeito eminentemente cosmético, mas ótimo para os “vitoriosos”.

A Avenida Central foi tomada como representação simbólica da Primeira República. Inaugurada em 1906, a Avenida era tal como uma imagem da Paris glamourosa de Haussmann, como se comprova por farta iconografia, inclusive por imagens oficiais como as do fotógrafo Marc Ferrez: contratado pelo governo, Ferrez documentou as demolições, as obras em processo e os prédios prontos, repetindo o que Charles Marville fez com sua cidade natal¹⁰⁴. Nada neste monumental logradouro poderia guardar lembrança do passado colonial¹⁰⁵, das fachadas compostas por estilos variados ao plantio de árvores alinhadas conforme os bulevares parisienses. A atmosfera cenográfica desejada haveria de minimizar a luz intensa dos trópicos e se aproximar do colorido impressionista. A Avenida Central carregava seu traçado retilíneo a se prolongar do coração do Rio de Janeiro até seus limites físicos, demarcados por praças públicas e o mar logo adiante: numa extremidade o porto,

---

¹⁰⁴ Charles Marville, fotógrafo parisiense, documentou a cidade a partir contrato estabelecido por Haussmann em 1860. Já em 1858 Marville inicia seu trabalho na cidade fotografando o *Bois de Boulogne*, que se tornara um dos locais preferidos da burguesia. Em mais de 400 fotografias relacionadas com a renovação da cidade, Marville documentou ruas e becos programados para serem demolidos, as demolições propriamente ditas, os prédios e os bulevares sendo construídos e muitos equipamentos que atraíam a população, como os lampiões a gás, os urinóis. Já em 1861 é o fotógrafo Félix Nadar se dispôs a documentar os esgotos da cidade, bem como galerias que guardavam milhões de esqueletos dos ancestrais cemitérios parisienses.

¹⁰⁵ Somente uma fotografia constante n’*O Álbum da Avenida Central* mostra uma casa do período colonial na esquina das ruas 7 de Setembro e Ourives, típica do centro da cidade antes da abertura da Avenida Central. A foto é de Augusto Malta, c. 1900.

noutra a vista do Pão de Açúcar, representativa da natureza exuberante. Conforme planejada, sua construção requeria a demolição do entorno mais imediato, com o bota abaixo de ruas antigas e milhares de casas que estavam de longa data a denunciar insalubridade e focos de epidemias. Por um lado, o propósito do empreendimento partia da falta de salubridade, e o "remédio não seria outro senão o aplicado em Paris poucas décadas antes, em suma, demolições, com sérios "efeitos colaterais. Por outro lado, o mesmo remédio serviria para reverter "atraso" em "progresso". Esse "progresso", em parte, era a expressão do positivismo encabeçado por dirigentes políticos liberais e uma elite na qual se engajavam diplomatas, engenheiros, arquitetos, urbanistas e médicos: segundo Antonio Risério, "homens que faziam discursos racionalistas a se sentiam imbuídos da missão da transformação nacional" (Risério, 2012: 194). O ideal de "progresso", porém, passava em mãos de muitos rentistas (detentores do capital) e de financistas (banqueiros) que, através de transações das mais espúrias, subsidiadas por uma retórica economicista perante a opinião pública, fizeram com que o remédio se tornasse veneno, mas um veneno mortal e não o que mais adiante se verá com as descobertas da medicina experimental.

Estava-se diante de transformações espaciais inéditas, mas, como já se relatou sumariamente, acompanhadas de mudanças estruturais na vida social que influíram na vida cotidiana das ruas e da intimidade familiar ditadas pela higiene. Muito mais significativo nisso tudo era o viés ideológico na tarefa de dar ao Estado Nacional, principalmente através de sua capital, a consistência simbólica, o sentido e o sentimento de "nação", como reiteradas vezes se fala que "o Rio precisava se modernizar", isto é, superar o "atraso" da condição colonial.

A modernização era majoritariamente atrelada aos projetos urbanísticos supostamente capazes de "desentravar" não só o centro do Rio e seus arrabaldes: sanear o espaço através de vias com boa aeração e melhores condições de circulação, prover casas e instalações comerciais adequadas para superar o quadro de insalubridade e eliminar os focos de epidemias etc. Todas essas medidas tinham nas concessões dadas às grandes empresas capitalistas um percurso de negociações muitas vezes ágil, pois seus dirigentes mantinham um quadro de funcionários altamente eficaz, senão eles mesmos, ao circular nos gabinetes governamentais, galhardamente garantiam a aprovação de seus projetos. Um logradouro nas proporções pensadas para a Avenida Central, ainda que proveniente da idealização de um prefeito de indubitável reconhecimento técnico e administrativo, e duradouro trânsito entre as instâncias políticas e as forças econômicas, passava agora por discussões de maior significado: a construção da Avenida, porque dependente de demolições e de indenizações, deve corresponder a uma atribuição do Estado. Trata-se, pois, de resoluções atreladas aos princípios normativos estabelecidos por lei na esfera fundiária. Nesse sentido, cabe a questão: a atribuição do Estado corresponde aos interesses dos munícipes ou se constitui meramente em um "jogo" deliberado entre interesses privados? É, afinal, a avenida projetada essencialmente como obra pública de caráter saneador ou um componente simbólico escamoteado pela higiene? E como priorizar os investimentos dentre a série de urgências que respondem à dinâmica econômica da cidade?

A estruturação portuária, por exemplo, partia da necessidade urgente de colocar a acumulação e a reprodução do capital em dia com a circulação de mercadorias, com a ocupação dos trabalhadores e com as exigências fiscais do Estado. Segundo Benchimol, nos

primeiros anos do século XX a situação decadente do porto do Rio já se fazia preocupante com a exportação do café dirigindo-se mais para o porto de Santos, embora o porto fluminense ainda se afirmasse como receptor e distribuidor de artigos importados, e a capital era o mercado de consumo preponderante. O porto do Rio ainda figurava entre os quinze principais do mundo, mas as linhas europeias agora faziam escalas em todo o litoral do país. Com Rodrigues Alves, mantinha-se a fase do “desenvolvimento para fora”, constitutiva do modelo agroexportador, de modo que outras atividades (açúcar, cacau, borracha) dependiam dos portos do Recife, de Salvador, de Belém e de Manaus. Os portos do Rio e de São Paulo contavam com a penetração cada vez mais eficaz das estradas de ferro nas áreas de produção do café: o conjunto porto-ferrovia, portanto, necessário para atender as exportações no competitivo mercado internacional tornava mais complexas as obras e mais dependente das concessões. O projeto originalmente elaborado para a reforma do porto do Rio pela Comissão de Melhoramentos no final da década de 1870, citado anteriormente, foi recuperado, ampliado e levado à realização somente na primeira década do século XX: forçado pelo colapso, o governo aprovou, em 1907, outro projeto, de autoria de Francisco Bicalho. O novo porto do Rio foi inaugurado pelo presidente Afonso Pena em 1910.

Além da modernização do porto, o governo federal se incumbiu de outras obras, como o prolongamento do Canal do Mangue e a abertura de três novas avenidas, das quais duas relacionavam-se diretamente às atividades portuárias (Francisco Bicalho, conhecida como Avenida do Mangue, e a Rodrigues Alves, chamada de Avenida do Cais): a Avenida do Cais, por seu turno, respondia também como um “instrumento de polícia sanitária e militar para uma das áreas mais perigosas do Rio de Janeiro” (Benchimol, 1990 : 226). As ruas dos Bairros da Saúde, Gamboa e Saco do Alferes, que desembocavam na Avenida do Cais (Rodrigues Alves), de concepção haussmanniana no sentido dado pelo caráter coercitivo, não coincidentemente tornar-se-iam palco da Revolta da Vacina. Importa ressaltar que em todas essas obras figuraram as concessões previstas já no plano de melhoramentos de 1875, o que demonstra a permanência dos mesmos empresários e suas relações com o governo.

A Avenida Central é a terceira dessas grandes obras no bojo do programa de modernização do Rio no começo do século, mas se constitui como a primeira no elenco de melhoramentos urbanísticos, projetada “com a intenção de transformar a velha, suja e pestilenta cidade colonial portuguesa numa metrópole moderna e cosmopolita” (Benchimol, 1990: 227).

O cerne do problema, o “lugar crítico”, era a área central... que conservava muitos de seus traços coloniais. Área onde coexistiam realidades bem distintas, frequentemente em choque: as atividades do grande capital financeiro e comercial; toda a máquina política e administrativa do Estado; os locais de trabalho e moradia do proletariado e de parcelas da pequena burguesia (...) As novas exigências do tráfego estavam em contradição com a velha estrutura física da cidade e com os modos ou meios sociais de circulação que a elas correspondiam (...) a expressão mais típica dessa contradição foi a luta persistente movida pelas companhias de carris contra os veículos de carga, especialmente os carrinhos de mão, que se aproveitavam dos trilhos para se deslocarem (Idem: 240).

Em permanente tumulto viviam os habitantes do Rio, entre “engasgamentos” de veículos nas esquinas e bondes puxados por burros, que podiam “desatar a correr e pular como um cabrito”, deixando os passageiros “sobrando pelos estribos”. Os materiais utilizados no calçamento das ruas eram precários ou insuficientes: os paralelepípedos, somente

encontrados nas ruas principais, cediam com o peso das cargas e os aros das rodas. Em 1903, a Prefeitura rescindiu o contrato de conservação e reconstrução do calçamento do Distrito Federal, e passou a executar diretamente esse serviço: experimentou vários tipos de calçamento para substituir os lajedos de cantaria dispostos defronte alguns prédios, que eram tidos como “horrendos”, por passeios “modernos e elegantes”, e fez prevalecer os paralelepípedos ou a capa betuminosa sobre leito de macadame. Um decreto neste mesmo ano foi promulgado para regulamentar o transporte de cargas: exigia-se a mudança dos veículos para de menor tamanho, especificava-se o tamanho das rodas, a largura e a altura máxima das cargas, proibia-se o trânsito de gado entre sete da manhã e nove da noite, o uso de carroças de duas rodas, carrinhos de mão etc.

Esses assuntos contribuem para que se veja o quão desordenada é a dinâmica da cidade, mas também o quanto deve o processo de modernização ao trabalho, em condições das mais precárias, da população mais pobre, que não estaria carregando carga pesada sobre rodas de ferro se não existisse a demanda para que tudo se fizesse o mais lucrativo para quem menos precisa. São exemplos dessa ordem que podem conferir às condições atuais de nossas cidades a mesma dinâmica: carroceiros, afinal, são preferidos por todos os que não querem pagar por serviços regulares para desentulhar suas casas, suas obras, desfazer-se de materiais que são pensados como de bom uso se atirados na esquina mais próxima. Contraditório, entretanto, é que não são poucos que disparam a buzinar no trânsito quando à frente de sua bela lata motorizada está o danado do pobre catador tido como “beberrão”, “vagabundo”, etc.

A questão do tráfego urbano esteve em pauta por décadas, tanto quanto a do transporte público ligado às concessões. Veja-se mais um exemplo de mais de século no Rio à época da Avenida Central, quando eram introduzidas as primeiras linhas de bondes eletrificados. Esse trecho de Benchimol parece colado às motivações que levaram o Brasil inteiro a “acordar” ainda ontem, quando, a partir de São Paulo centenas de milhares de pessoas foram às ruas contra o aumento das passagens de ônibus, metrô e trem e a péssima qualidade dos serviços oferecidos.

O bonde elétrico foi uma novidade introduzida pela Jardim Botânico em 1892, mas, até 1907, quando a Light começou a eletrificar outras linhas, os bondes puxados a burro ainda congestionavam as ruas estreitas da cidade (...) As primeiras linhas eletrificadas demandavam a Zona Sul. Os carros de primeira e de segunda classe estabeleciam a distinção entre os usuários de recursos e a população pobre. As companhias resistiam ao aumento do número de carros de segunda, assim como a todas as pressões no sentido de reduzir o preço das passagens, que eram caras. Nos anos noventa já tinham ocorrido até depredações de bondes por populares, em protesto contra a qualidade do serviço (Benchimol, 1990: 240).

As linhas dos bondes elétricos que “demandavam para a Zona Sul” sinalizam o por que desse direcionamento: empreendimentos de infraestrutura e de serviços acompanhavam a crescente mudança das classes dominantes para a zona sul (Flamengo, Botafogo) e para bairros que surgiam para mais distante (Copacabana) seguindo o afluxo dos “emergentes”. O Estado investia em favor dessas novas áreas agora privilegiadas. Nos bairros degradados do centro, a operação especulativa de valorização envolvia os agentes privados que aí mantinham suas sedes de empresas e de bancos, de casas de comércio, de prédios habitacionais, etc. e nisso entra o papel do Estado em sua relação com os proprietários, ante os que haverão de ser desapropriados, distinguindo-os de um sem número de não

proprietários. O caso da Avenida Central é paradigmático, pois o número de demolições previsto nunca antes havia sido cogitado no Brasil. Prevalecia o modelo de intervenção de Haussmann em quase todos os aspectos, principalmente no que toca a participação do grande capital na especulação com o solo urbano. Mas, o ponto “crucial” de toda a operação de renovação do centro com a construção da Avenida está justamente na transferência de cada metro quadrado a ser construído para as classes dominantes, através de mecanismos de expropriação e de valorização acionados pelo Estado. Ou seja, de Paris para o Rio, depois de meio século, a expropriação por parte do Estado não parece ter a menor diferença¹⁰⁶. Resulta disso a mudança forçada dos trabalhadores de baixa renda para as periferias da cidade, o que confirma não um princípio básico defendido pela higiene para sanar a cidade, mas o forte caráter do “higienismo” na acepção mais que perversa da higiene como “remédio” e do urbanismo e sua racionalidade instrumental.

O plano de melhoramentos atingiu, de maneira desigual, áreas cuidadosamente selecionadas do Centro, onde se radicava a trama de relações econômicas e sociais, cuja permanência, ali, se tornara incompatível com a cidade requerida pelo grande capital e com a capital requerida pelo Estado republicano (...) Levantou uma nuvem de interesses privados feridos, à primeira vista caótica e impenetrável. Na linguagem com que os urbanistas da época justificavam seus propósitos, as contradições de interesses eram dissimuladas pelo confronto “aparente” de gostos ou padrões arquitetônicos, pela manipulação de certas oposições ideológicas chaves, tais como prédios estéticos e higiênicos x edificação de mau gosto e repugnante; cidade moderna e civilização x cidade colonial e rotineira (Benchimol, 1990: 245).

Dos mecanismos jurídicos e financeiros para a renovação do Centro muito se passou por acirradas oposições no Congresso, na imprensa e na sociedade civil. Por fim, um decreto promulgado em 26 de agosto de 1903 define a quantia das indenizações, alterando a lei anterior de 1855: o valor a ser pago ao proprietário não seria inferior a 10 nem superior a 15 vezes o valor de locação do imóvel, deduzido o imposto lançado do ano anterior ao da decretação da desapropriação. Essa lei facultava ao proprietário um acordo para a aquisição de terrenos nas vias reurbanizadas a preço mínimo fixado pelo governo e sem concorrência, isto é, privilegiava o proprietário e oferecia-se a ele, com a indenização elevada, condições de se restabelecer na área. O decreto dispunha ainda sobre acordos possíveis entre proprietários e locatários: mencionava 5% de indenização ao locatário, mas de forma ambígua, pois não se exigia do proprietário qualquer comprovação de melhorias feitas pelos locatários e estes, por assim dizer, seriam então os “vencidos”. Estabelecimentos modestos ou considerados “ruinosos”, justo aqueles ocupados por pequenas oficinas ou transformados em cortiços e casas de cômodos ficavam sob categorias que permitia ampla margem de manobra à municipalidade. Nestes casos, a imprensa divulgava trapanças nas fiscalizações da prefeitura, que muitas vezes considerava “ruína” uma simples rachadura encontrada no imóvel. As demolições acabaram por potencializar a crise habitacional: a superlotação dos cortiços e em igual condição de insalubridade foi reposta em áreas deterioradas no próprio centro e nas imediações, como no bairro do Estácio.

De modo geral, a questão das desapropriações envolvia uma relação conflituosa entre o Estado e o conjunto de “proprietários” de imóveis das áreas atingidas – categoria vaga e

---

¹⁰⁶ Cf. Benevolo, na França de Napoleão III, quando Haussmann assumia os trabalhos de renovação da capital, um decreto do Senado, em 1852, modifica o procedimento estabelecido em 1841, permitindo a expropriação não somente por meio de lei, mas também por meio de uma simples deliberação do poder executivo.

imprecisa, onde podem ser incluídos abastados comerciantes, donos de numerosos imóveis, velhos aristocratas que auferiam rendas de seus casarões convertidos em oficinas ou casas de cômodos, viúvas que dependiam do aluguel de uma casa, profissionais liberais que investiam parte de seus rendimentos em propriedades imobiliárias, etc. (Benchimol, 1990: 250).

Para custear as reformas urbanas, uma lei de 1903 autorizava a prefeitura o empréstimo de até 4 milhões de libras esterlinas. Negociações para esse empréstimo se iniciaram em agosto de 1903 e se estenderam por um ano; passaram por banqueiros e intermediários do governo brasileiro e da prefeitura do Rio em Paris e em Londres. Explica-se a morosidade porque passaram as negociações pelo fato de que as praças europeias estavam retraídas com a guerra entre a Rússia e o Japão e, não menos importante, o fato de que a prefeitura somava grande número de quebra de contratos e não oferecia garantias. Além disso, pela lei brasileira, os credores não poderiam cobrar da renda e da propriedade municipal o pagamento de dívidas¹⁰⁷. Isso aponta para um difícil entendimento quando se pensa numa intervenção urbanística que envolve grandes somas em indenizações e repasse de verbas públicas para a esfera privada, considerando ainda o percentual dessas terras que passam a constituir patrimônio público, como o espaço destinado às ruas e avenidas. Não tendo conseguido o empréstimo no exterior, Pereira Passos tratou de arranjá-lo na própria praça do Rio, valendo-se do intermédio do Banco da República¹⁰⁸. Mas isso não se deu sem que se impusesse uma austera política fiscal para reduzir as despesas e aumentar a arrecadação. E mais grave era o fato de que as finanças municipais já se encontravam em situação de precariedade extrema. O prefeito do então Distrito Federal, tendo sido nomeado diretamente pelo presidente da República, gozava de poderes extraordinários e plena liberdade de ação para legislar por decretos, dispor do aparelho administrativo municipal e realizar operações de crédito sem a anuência do legislativo:

(...) tão logo assumiu a prefeitura, Pereira Passos usufruiu de alteração na lei orgânica do Distrito Federal que suspendia por seis meses o Conselho Municipal. Jornais de oposição, como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Comércio* invocavam desrespeito aos valores constitucionais. Um deputado oposicionista denunciava na Câmara o “estado de sítio” e a “ditadura permanente” no Distrito Federal. Discutia-se, portanto, a forma representativa do governo e a autonomia dos municípios, a não correspondência aos limites precisos e às atribuições que competiam aos prefeitos, em detrimento do legislativo municipal. Pereira Passos, nesse sentido, estaria contrapondo o princípio da representação política ao ideal da capacidade técnica e da feição apolítica de sua administração. Ao fim e ao cabo, no final de 1903 um decreto autorizou o empréstimo de 4 milhões de libras com prazo de 50 anos “a permutar ou vender em hasta pública as sobras de terrenos e prédios adquiridos ou desapropriados para a abertura de ruas e praças, independente da autorização do Conselho

¹⁰⁷ Esta afirmação sobre a lei brasileira, que proíbe dispor de propriedade municipal como pagamento de dívida aparece no texto de Benchimol referenciada a um artigo publicado no *Financial Times* de 8 de julho de 1904, quando este jornal dirige um alerta aos investidores britânicos. Especulava-se haver “o dedo do Barão de Rothschild nessa advertência, mas o jornal invoca outro argumento que não concerne apenas às conveniências do poderoso banqueiro. O jornal criticava o governo brasileiro por depender da Inglaterra para obter recursos financeiros e, ao mesmo tempo, impor tarifas protecionistas contra seus produtos”. Benchimol, 1990: 254.

¹⁰⁸ ... o empréstimo de 4 milhões de libras seria emitido por intermédio do banco, em 200 mil apólices ao portador, de 20 libras cada, ao tipo de 85%, vencendo juros de 5% ouro, com a amortização de ½% sendo o resgate feito em 50 anos. O produto do empréstimo destinava-se às obras públicas assim como o resgate das apólices-papel, que seria feito por compra em praça, permuta de títulos ou sorteio (os tomadores podiam permutar dez apólices-papel por seis apólices-ouro do novo empréstimo). A renda do imposto predial seria entregue ao Banco da República para o serviço de juros e amortização das apólices-papel em circulação, sendo que a prefeitura se obrigava a receber, como dinheiro, no pagamento do imposto predial, os cupões vencidos e apólices-ouro sorteadas. Estas seriam pagas no Rio, em Londres, Paris, Lisboa e Porto. Benchimol, 1990: 255.

Municipal, a contratar a execução de serviços de melhoramentos; resolver sobre demandas e acordos; regular a abertura de ruas; aceitar doações; dividir o Distrito Federal em circunscrições fiscais e organizar a estatística municipal”(Benchimol, 1990: 270-271).

Tais resoluções sofreram reações imediatas do Conselho Municipal. Não faltaram acusações ao prefeito de exercer uma “ditadura financeira” no Distrito Federal. No entanto, usando de sua carta branca Pereira Passos pôde vetar um parecer contrário do legislativo quanto ao orçamento destinado às obras. As estratégias subjacentes a todas essas medidas revestiam-se de razões políticas e ideológicas das mais diversas, quer sobre as formas burguesas de uso do espaço urbano, quer sobre os princípios econômicos e fiscais, ou ainda às razões sanitárias fundamentadas pela higiene: a medicina social, com base em seus experimentos, o urbanismo sanitaria, etc.

Se, no passado não muito distante as relações de produção escravista no meio urbano admitia como “patológicos” o vadio, o delinquente e a prostituta, agora, ante as contradições estruturais em que ressaltam as características de dependência ante aos polos hegemônicos do sistema capitalista, hábitos arraigados no tecido social e cultural do Rio de Janeiro devem ser alterados, através de normatizações coercitivas profundamente moralizantes, desde práticas ligadas ao comércio à mendicância e à vagabundagem: aqueles considerados “inábeis” por médicos da Diretoria de Higiene tinham que ser recolhidos aos asilos; os “validos”, mas vadios, ou menores de idade, entregues à polícia e enquadrados no Código Penal. Entre os “validos” que podiam ser aproveitados para compor o canteiro de obras dos melhoramentos urbanos encontravam-se os milhares que se tornaram “operários” do Estado. Grande número de imigrantes estrangeiros tornou-se “operário” na construção da Avenida Central: divididos em turmas e por seções para o serviço de alinhamento do eixo trabalhavam dia e noite, em ritmo incessante. Numa relação próxima à dos estivadores do porto, esses trabalhadores eram recrutados no “exército de reserva” da cidade. Seus chefes imediatos, engenheiros experientes na construção de estradas de ferro, tinham por hábito contratar e demitir livremente o “operário” que não se enquadrasse na disciplina rígida e extremamente hierárquica. Sem garantias, e na condição de diaristas tampouco tinham direitos, os “operários” da Avenida Central guardavam distância dos bem aventurados funcionários públicos, pois estes desfrutavam de estabilidade de emprego, salários mensais e outros benefícios.

A Revolta da Vacina: da Vacina?

Acrescentem-se as centenas de milhares de imigrantes e migrantes aglomerados na cidade no quadro das carências múltiplas como o subemprego ou o desemprego às controvertidas ações do poder público para sanar a condição degradada de coabitação dos trabalhadores pobres, e logo se constata a permanência da insalubridade. Daí a violência em escalada. Daí, também, os surtos epidêmicos a ocorrer em intervalos de tempo cada vez menores, e o risco para as classes dominantes. E ainda o comprometimento do Estado em face das relações com os países que aderiram à política de estímulo à imigração. Durante a presidência de Rodrigues Alves, foram combatidas determinadas doenças que ameaçavam paralisar a estrutura comercial e produtiva, mas foram negligenciadas aquelas que se relacionavam

com as condições de vida e de trabalho insalubres, como a tuberculose, conhecida como “peste-branca” e temida por matar um habitante a cada três horas. Uma política sanitária para o combate às doenças tomou forma com as chamadas Campanhas Sanitárias, por um lado de viés persuasivo, traduzido em propaganda dirigida ao público; por outro lado, de forte caráter repressivo, apoiado em leis rigorosas, como nos casos em que se notificavam doenças contagiosas, muitas vezes acompanhadas de ordens para que se demolissem habitações anti-higiênicas. Colocou-se, primeiramente, o problema da direção e das atribuições entre as esferas federal e municipal. Em 1902, cabiam ao órgão municipal Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública as atribuições de polícia e vigilância sanitárias, além da higiene defensiva atinente às vacinações, a cargo do Instituto Vacínico Municipal.

O regulamento instituído por Passos em 31 de janeiro de 1903 (Decreto n. 383) atribuía um amplo leque de responsabilidades à Diretoria Geral de Higiene e Assistência: polícia sanitária das habitações, a fiscalização dos esgotos, do regime de águas e da água para consumo da população; regularização do regime de todos os rios, regatos e valas da zona urbana e suburbana; beneficiamento do solo e subsolo; arborização e limpeza das ruas; coleta, remoção e incineração do lixo; execução das posturas sobre construções urbanas, suburbanas e rurais no que se referia à higiene; fiscalização das obras públicas, dos alimentos vendidos à população, dos matadouros, mercados, lavanderias, casas de diversão, etc. (Benchimol, 1990: 296).

A essas medidas decretadas, salvo quando exercidas através de métodos truculentos, não se pode negar sua importância para o saneamento da cidade, e quanto mais próximas das atribuições da municipalidade, um melhor vínculo se cria com a população. No entanto,

em 3 de março de 1903 (Decreto n. 400), Passos organizou o serviço extraordinário de inspeção sanitária das habitações, com poderes draconianos, para exercer, de forma realmente agressiva, a higiene naquelas circunscrições onde residiam os supostos focos de disseminação das doenças infectocontagiosas. Para executá-lo, o corpo sanitário municipal foi acrescido de mais comissários, de dezenas de acadêmicos de medicina e numerosos serventes. Divididos em turmas, acompanhadas por carroças da Limpeza Pública, visitavam, diariamente, das nove às cinco da tarde, os domicílios existentes nos bairros proletários do Centro, da zona portuária e suas imediações (...) A lei dispunha que as providências reclamadas deviam ser executadas imediatamente na presença das autoridades sanitárias. Assim, recorrendo com frequência ao auxílio da polícia, procediam à remoção do lixo, à limpeza e desinfecção dos reservatórios de água, bueiros, ralos, tanques e valas. À extinção de focos de insetos, à desocupação de sótãos e porões, ao confisco de galinhas e porcos, etc. Interditavam prédios ou exigiam que todos os seus aposentos fossem ladrilhados, assoalhados, asfaltados ou cimentados; determinavam a imediata instalação de privadas em compartimentos arejados; nas habitações coletivas, afixavam nas portas dos cômodos o número máximo de ocupantes, e exigiam que a lavagem de roupa fosse feita em tanques sobre calçada cimentada e ligados à rede de esgotos (...) Apesar das iradas críticas da imprensa às suas arbitrariedades, esse serviço foi prorrogado várias vezes durante os anos de 1903 e 1904 (Benchimol, 1990: 296).

Ao falar de polícia associada às epidemias e às tentativas de controle à insalubridade na “pega” sobre os pobres ressalta-se o modo de aplicação das leis sanitárias. Nesse sentido, parece óbvio que o próprio controle, se então não “pega” ou escapa aos seus fins se deve à falta de participação sobre as finalidades das leis, tal como se diz de determinadas leis que não “pegam”, e pelo mesmo motivo. Mas o pior dos resultados da ausência de participação da população e discussão sobre as medidas tomadas é o surgimento de outros males ou o seu espraiamento sobre o tecido da cidade. A “batida” sobre os pobres para que

desapareçam dos locais onde passeiam as classes abastadas “civilizadas” tem longa história no Rio de Janeiro, e remonta ao período da escravidão. A proliferação dos cortiços no Rio inicia-se nas décadas de 1850 e 1860 e está ligada ao aumento do fluxo de imigrantes portugueses, à época em que crescia o número de escravos alforriados (Chalhoub, 1996: 26). Uma famosa “estalagem” no Rio foi “abatida” pelo cerco policial inúmeras vezes, até que de sua destruição completa, a mando do médico Cândido Barata Ribeiro (o primeiro prefeito republicano no Distrito Federal), alguns moradores subiram o morro mais próximo e lá se instalaram, junto a alguns casebres já existentes. Nascia no Morro da Providência a primeira favela¹⁰⁹. Àquela época, o Rio de Janeiro já contava com mais de 600 cortiços no centro da cidade, abrigando mais de 25% da população. Veja-se que a ação da polícia nesse episódio marca não somente o descontrole perante as leis sanitárias como também incita à reprodução de moradias “subnormais” em novos arranjos.

Poucos anos mais tarde, em 1897, foi justamente nesse local que se foram estabelecer, com a devida autorização dos chefes militares, os soldados egressos da campanha de Canudos. O lugar passou então a ser chamado de “morro da favela. A destruição do Cabeça de Porco marcou o início do fim de uma era, pois dramatizou, como nenhum outro evento, o processo em andamento de erradicação dos cortiços cariocas. Nos dias que se seguiram, o prefeito da Capital Federal foi calorosamente aclamado pela imprensa – ao varrer do mapa aquela “sujeira”, ele havia prestado à cidade “serviços inolvidáveis”. Com efeito, trata-se de algo inesquecível: nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas (Chalhoub, 1996: 17).

Ao tratar desse episódio, Sidney Chalhoub invoca a um “mito” relacionado à forma de conceber a gestão das diferenças entre classes sociais na cidade e localiza dois pontos fundamentais:

O primeiro é a construção da noção de que “classes pobres” e “classes perigosas” – para usar a terminologia do século XX – são duas expressões que denotam, que descrevem basicamente a mesma “realidade”. O segundo refere-se ao surgimento da ideia de que uma cidade pode ser apenas “administrada”, isto é, gerida de acordo com critérios unicamente técnicos ou científicos: trata-se da crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a condução não política, “competente”, “eficiente”, das políticas públicas. Essas duas crenças, combinadas, têm contribuído muito, em nossa história, para a inibição do exercício da cidadania, quando não para o genocídio mesmo dos cidadãos (Chalhoub, 1996: 20).

Não era apenas com a manutenção da ordem pública e a organização do trabalho inscrito na lógica produtiva que se fazia uma moral de condutas para que os pobres passassem a compor um quadro “seguro” no meio urbano. Pois os pobres, vivendo em casas insalubres e em condições precárias de alimentação e hábitos higiênicos (e por isso mais vulneráveis às doenças), ofereciam também o perigo do contágio. Ao considerar a teoria miasmática e as constantes retomadas dos surtos epidêmicos mais concentrados em áreas insalubres, justificava-se, até então, na racionalidade das políticas públicas, a “guerra de extermínio” contra os cortiços, o mesmo que dizer “guerra aos pobres” (cf. Chalhoub). Mas, se a racionalidade que se despontava era a do aperfeiçoamento científico, por que não se adotou uma política pública de saúde que pudesse socializar, e não impor, as descobertas e os experimentos médicos para toda a sociedade? Em outras palavras sobre a mesma

---

¹⁰⁹ O nome “favela” tem origem numa planta, um arbusto que produz flores brancas, que encobria a região do Morro da Providência. Segundo o *Dicionário Aurélio*, a *Cnidocolus quercifolia* é popularmente conhecida por favela, faveleira ou mandioca-brava, predominante também nos estados do nordeste do Brasil e São Paulo.

indagação, por que se manteve a ciência, seja ela a médica ou a urbanística, de tal forma “neutra”, isto é, sem vínculos diretos com a sociedade? A resposta cabe ao entendimento de que a ação saneadora se revestia de um suporte ideológico com duas faces a considerar: por um lado, os portadores do saber científico precisavam dar “legitimidade” às suas teorias, conservando-se como portadores de poder em face da administração pública; por outro lado, as instâncias políticas e administrativas precisavam dar “legitimidade” sobre suas ações e as obtinham usando os discursos científicos com as manobras que lhes convinham. Assim, “ilegítimo” passava a ser o pobre, que não tinha acesso ao saber, tampouco a força política de seus supostos representantes.

Todas essas colocações se voltam aos discursos da higiene como modelo de “aperfeiçoamento” ou “caminho” (no sentido evolutivo) para se chegar à condição moral e material digna e “legítima” de um “povo” então “civilizado”. A higiene, assim tomada como uma ideologia prescreve um conjunto de princípios e os normatiza para fins de aplicação na sociedade. Sob esse viés ideológico, o uso político da higiene não pode considerar problemas relevantes como as condições de segurança e salubridade no trabalho ou da escassez de nutrição ante as pesadas jornadas mal remuneradas como parte das políticas públicas para a saúde da população.

Colocou-se acima o problema do contágio, do perigo que se imaginava, sobretudo nos surtos epidêmicos, entre pobres e ricos na possibilidade de contaminação generalizada, porque prevalecia a teoria miasmática. Os tempos mudavam e as teorias médicas também, mas o campo experimental da microbiologia não trazia ainda uma “legitimidade” comprovada, tampouco concordância entre os próprios médicos. Por conseguinte, prevalecia então a “rede de relações pessoais”, como fala Benchimol, a sustentar a ideologia classista no plano de reconhecimentos e afirmações múltiplas.

À primeira vista, a teoria médica do contágio é metáfora perfeita de uma sociedade onde as pessoas são a rede de relações pessoais na qual estão inseridas. Nos termos da ideologia senhorial vigente, não há reconhecimento de autonomia ou diferença cultural; os elos pessoais, e apenas eles, definem o lugar social. De forma análoga, os contagionistas acreditavam que era possível discernir claramente os liames de transmissão pessoa a pessoa de uma determinada doença epidêmica. O paciente era imediatamente inserido em sua rede de relações pessoais, e essa rede era exatamente a hipótese de encadeamento epidemiológico que cabia investigar (Chalhoub, 1996: 174).

Conservando-se a teoria do contágio nos refluxos das epidemias justificavam os republicanos e higienistas a exacerbação, agora “necessária”, dos métodos coercitivos sobre as “classes perigosas”. Tomava-se ainda como justificativa às ações policiais mais severas o quadro de “atraso” em que se encontravam as políticas públicas voltadas ao saneamento urbano. E para trazer ao plano político a discussão sobre esse “atraso” os republicanos “explicavam” a situação atual como que decorrente da “tolerância” dada no Império de D. João VI aos hábitos culturais dos pobres. A ciência da higiene justificava a erradicação de uma série de hábitos “condenáveis” para abrir caminho ao progresso e à “civilização”: modos de morar, de vestir, de trabalhar, de falar, de se comportar em público, de se divertir, de se alimentar, de curar, de desobedecer ao regramento moral e tudo o que de mais abominável pudesse ter relação com as manifestações de raízes culturais africanas disseminadas nas classes populares.

A partir da década de 1880, num processo que se consolidou com o regime republicano, e que ainda se eterniza enquanto cânone de interpretação historiográfica, inventou-se a leitura de que o regime monárquico havia sido pouco propenso a combater as tradições das culturas populares. O imperador era defensor dos escravos e pai dos pobres, e os republicanos malharam a Coroa por tudo que ela representaria em termos de convivência com o “atraso”, o “antigo”, a “herança colonial” e assim por diante. Na realidade, o movimento ideológico do período é claro: no processo que erigiu a ciência da Higiene como norteadora da teoria e prática do exercício do poder público – a invenção da falácia da administração “competente”, pois supostamente “apolítica” –, surgiu também a ideia de que no período imperial teria havido muita “tolerância” com as manifestações das culturas populares. Para republicanos e higienistas tal “tolerância” era sintoma de fraqueza, da falta de vontade política de um regime esclerosado encabeçado por um monarca que, posto que respeitável, estava agora adoentado e desinteressado da coisa pública (Chalhoub, 1996: 182).

Sidney Chalhoub, ao se debruçar sobre o histórico da vacinação antivariólica enfatiza as controvérsias em todas essas instâncias e põe-se a investigar os processos de inoculação em tempos passados e contextos culturais diversos. Em seu *Cidade Febril*, são relatados muitos saberes remotos relacionados a práticas na Ásia e na África: destaca-se aí a história de um escravo negro em Boston que, em 1706 revelou a um pastor ser comum em sua terra de origem a prática de “extrair o líquido das pústulas dos variolosos e colocar uma gota do material assim obtido em cortes feitos na pele”. A informação dessa prática universalizada na África à época em que os negros foram obrigados a deixar o continente foi disseminada pelo pastor e terminou por encorajar a sua adoção na Inglaterra e em outros países. Notável nessa história é que o pastor norte-americano (Cotton Mather), segundo Chalhoub,

Dizia que nada havia contra as leis divinas em aprender com os negros uma maneira de evitar “o veneno da varíola”, assim como nenhum mal podia haver em aprender dos índios como combater o veneno das cobras (Chalhoub, 1996: 105).

Desse exemplo é possível estabelecer um contraponto sobre o ideal republicano com sua crítica ao regime imperial, como visto acima, e nesse sentido indagar: quem, afinal andava “esclerosado”, “adoentado” e “desinteressado da coisa pública”? Entrementes, o que se quer com tal indagação é tão somente conjecturar que o exemplo do pastor de Boston se coaduna com o de nosso monarca, na medida em que para ambos não havia preconceito em relação à cultura do escravo.

Até a primeira década do século XX a profilaxia médica mantinha suas bases na teoria miasmática e se ocupava com o perigo do contágio. Uma boa parte da “cura” para os males decorrentes das epidemias ou das enfermidades ficava à mercê dos “milagrosos” procedimentos adotados tanto por médicos como por curandeiros: chás, beberagens, pomadas de ervas ou com base em urina animal. Para casos de histeria, convulsões, desfalecimentos e dor interna, a prática de cura era a da sangria, ou seja, o estancamento do sangue considerado contaminado por meio de pequenos cortes realizados no paciente. Enquanto isso, divergências e incertezas relacionadas com o combate à varíola e outras doenças tomavam de assalto a dinâmica interna das instituições médicas, invariavelmente reunindo em seus quadros pesquisadores que disputavam teorias rivais, divergiam sobre corpos empírico-conceituais e criavam tensões e descontinuidades de pesquisa, tanto no plano teórico como no plano de seus interesses.

O método antivariólico por inoculação já vinha sendo aplicado desde a década de 1720 na Inglaterra, na Alemanha, na Rússia e na França, embora sem garantias. Entretanto, a

vacinação, segundo Chalhoub, apesar de apresentar riscos e problemas, fez com que a comunidade médica europeia logo se convencesse das vantagens da descoberta de Jenner. Edward Jenner (1749-1823), médico e naturalista inglês, foi quem inventou a vacinação, isto é, quem difundiu esse método de imunização. O método de Jenner partiu de sua observação sobre ordenhadores de vacas na Inglaterra, que não contraíam a varíola justamente porque se mantinham “vacinados”: no contato com a doença das vacas, a varíola, chamada de *cowpox*, os ordenhadores desenvolviam pústulas semelhantes às dos animais, condição benigna conhecida por *vaccínia*, e assim não eram contagiados com a varíola.

Em latim, *vaccinus* significa “vaca”; e *vaccínia*, “vacina”. A descoberta de Jenner, no entanto, não se desconectava das experiências anteriores em outras partes do mundo, como na China e na África. As primeiras inoculações do vírus eram feitas diretamente através da pele utilizando fragmentos de pústulas de *cowpox*. No tempo de Jenner, no entanto, não era estabelecida a relação de causa e efeito entre a presença de microrganismos patogênicos de certas doenças. No final da década de 1870 foram Louis Pasteur e Robert Koch os responsáveis por essa associação, daí partindo para o cultivo, em laboratório, do agente patogênico. Para homenagear Jenner, Pasteur denominou de vacina a inoculação, agora com a preparação de um agente patogênico atenuado e possível de ser usado contra uma doença infecciosa. Por volta de 1885 foi desenvolvida por Pasteur a vacina e o tratamento contra a raiva, doença viral fatal. Desde então, uma série de doenças passam a ser controladas com a vacinação.

“Havia melindres, no entanto”, como fala Chalhoub, “pelo fato da operação consistir na introdução de matéria extraída das vacas”. A seguir, reproduz-se um relato curioso constante no livro de Chalhoub que bem se adapta ao expressivo imaginário do período republicano, senão de muitos que se insurgiram na Revolta da Vacina:

Alguns temiam que o processo fosse apenas a transferência para o homem de doenças características desses animais. Segundo Caetano Guimarães, médico brasileiro que defendeu tese (apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro) sobre vacina antivariólica em 1892, os adversários de Jenner lhe fizeram caricaturas, e disseram que ele pretendia “*bestializar* os seus semelhantes, introduzindo no corpo matérias pútridas tiradas das tetas das vacas doentes”. As crianças vacinadas apresentariam, à proporção que se desenvolvessem, “*feições de boi*”, tumores surgiriam em suas cabeças “*indicando o lugar dos chifres*”, sendo que “*toda a fisionomia*” se transformaria “pouco a pouco em fisionomia de vaca, e a voz em *mugido de touro*” (Chalhoub, 1996: 106; grifos no original de Caetano Guimarães).

O recorte acima, em primeiro lugar, reproduz do imaginário popular o medo como forma de ignorância sobre a vacina. Entrementes, como esquecer-se de que fantasias próximas a essas povoavam as ideias de muitos médicos e gente da elite republicana? Pois sabe-se que a negação à vacina, se não passava por crenças dessa ordem, era muitas vezes arraigada em preconceitos religiosos e moralizantes, de medo ou de tantas outras origens que, em efetivo, nada competiam com o hodierno pretensamente “civilizador”. Chalhoub aponta ainda

o importante aspecto, numa cultura política absolutista, da atitude francamente favorável à vacina expressa pelo príncipe regente e depois rei D. João VI. O príncipe balofo dera o exemplo em Portugal, mandando vacinar seus filhos, D. Pedro e D. Miguel, pouco depois de a novidade chegar a Lisboa; também ordenava a tradução e publicação da obra de (Edward)

Jenner sobre a vacina. No Rio, custou um pouco a agir, mas acabou tomando a iniciativa de criar a Junta da Instituição Vacínica por alvará de 4 de abril de 1811 (Chalhoub, 1996: 108).

Ademais, como afirma José Murilo de Carvalho, ainda em 1904, no auge da Revolta da Vacina, eram os positivistas os mais irritados em oposição à vacina, não somente pela obrigatoriedade que se estabelecia. No plano científico, os positivistas interpretavam o pensamento de Comte “como tendo sido contrário à teoria microbiana das doenças”, e no plano filosófico, “não aceitavam qualquer intromissão do governo, poder material, no domínio da saúde pública, reservado ao poder espiritual”. Murilo de Carvalho afirma também que os positivistas recorreram a um “verdadeiro terrorismo ideológico”, ao apontar a vacina como perigo à saúde e causa de convulsões, diarreias, otites, sífilis, grangrena, difteria, meningite, tuberculose, epilepsia etc. E mais ainda: os positivistas ortodoxos, através de campanhas, distribuindo folhetos entre deputados e a população, insistiam na “falta de competência do poder público” para “invadir o recesso dos lares, seja para inspeção, seja para desinfecção, seja para a remoção dos doentes, ou sequestro” (Carvalho, 1987: 97-98). Ao que isso indica, portanto, não se devia somente ao povo “inculto” a aberração de um imaginário negativador à vacina, sendo o aspecto caricatural descrito por Chalhoub (através da tese do médico Caetano de Guimarães) muito provavelmente mais próximo de ser adequado ou revertido em termos de conscientização que essa bizarra postura dos positivistas.

A vacina de Jenner, introduzida durante o Império, tornou-se obrigatória em 1837: uma postura municipal no Rio de Janeiro obrigava à vacinação para crianças de até três meses de idade, sob pena de multa paga por seus responsáveis. Em 1884, um decreto estendia essa obrigação para todo o Império e agora não apenas para crianças. Um mês depois da Proclamação da República, a obrigatoriedade foi renovada. A partir de 1903, uma série de decretos foi ampliando as exigências tais como a vacinação para alunos de escolas públicas civis e militares, para empregados dos correios, detentos e menores recolhidos a asilos públicos. No entanto, tal como a vacina que às vezes não “pegava”, as leis, igualmente, não “pegavam”, em especial por seguirem critérios normativos autoritários, como já se comentou.

A confusão tornava-se generalizada porque não havia um corpo médico capaz de responder à vacinação com eficiência. Chalhoub fala do problema para a propagação da vacina no interior ante a falta de doutores que a inoculassem, sendo a administração feita rotineiramente por boticários ou leigos, que não sabiam avaliar a qualidade da pústula vacínica, utilizando-se de linfas imprestáveis. A vacinação antivariólica, por sua vez, causava confusão maior por não ser claramente distinguida do processo de variação, ou seja, a inoculação do vírus como no método original de Jenner. O mesmo virá a ocorrer com a vacina da febre amarela. A Revolução Pasteuriana, enfim, terá um longo caminho para ser discutida e levada da prática dos laboratórios às ações de governo, ainda restritas ao higienismo dos epidemiologistas. Entrementes, toda uma discussão entre a bacteriologia e a epidemiologia terá que se ver entre clínicos e higienistas, nem sempre distantes uns dos outros, mas com diferenças marcantes, quer sobre os diagnósticos das doenças, quer sobre suas terapêuticas. Segundo Benchimol, agora debruçado sobre a febre amarela e a introdução do método de Pasteur no Brasil (*Dos Mosquitos aos Micróbios*, 1999):

O clínico e o higienista não definem categorias sociais estanques. São papéis encarnados, muitas vezes pelas mesmas pessoas. Embora os médicos desempenhem ambos os papéis em fóruns como a Academia, eles remetem a lugares e práticas específicas: os hospitais de isolamento ou beneficentes e a clínica privada, de um lado; os aparelhos institucionais da higiene, de outro. Além disso, embora apresentem superposições temáticas e conceituais, os estudos clínicos da entidade nosológica febre amarela e os estudos médico-sociais das epidemias constituem corpus documentais diferentes: pelas tradições e disciplinas que mobilizam, pelos conceitos e métodos de que se valem (Benchimol, 1999: 14).

Outros esclarecimentos se fazem aqui necessários, seguindo essas colocações e o salto entre propriedades nosológicas distintas (varíola e febre amarela), ambas no intercurso das campanhas sanitaristas antes, durante e depois do período da Revolta. Em primeiro lugar, conforme Benchimol (1999: 14), há uma distinção entre o clínico (cuja prática se relaciona à cura dos doentes), o higienista (ligado à prevenção ou o combate da doença enquanto fenômeno coletivo) e o médico no laboratório (que reestrutura e reinterpreta a doença à luz da teoria de Pasteur: causa microbiana, especificidade etiológica, eventual imunização). Em segundo lugar, como também afirma Benchimol, a introdução das teorias de Pasteur no Brasil “não foi uma assimilação passiva de ideias oriundas dos países que detinham a hegemonia econômica e cultural”: aqui, para que clínicos e higienistas aceitassem as formas de pensar e agir segundo a teoria pasteuriana, foi preciso dar evidências de sua eficácia em face dos desafios apresentados pelas doenças grassadas em solo tropical, como a febre amarela.

Entre o momento em que a medicina pasteuriana foi acolhida como dogma ameaçador, com muitas certezas e poucos sucessos, e o momento em que foi abraçada por todo o campo médico, como o seu núcleo inquestionável de certezas, decorreu um processo cujo fermento principal foram os esforços dos médicos que se lançaram à caça do micróbio da febre amarela, defendendo teorias e sustentando polêmicas de grande repercussão dentro e fora do País (Benchimol, 1999: 14-15).

Quanto à principal “peste nacional” (a febre amarela), Benchimol afirma que, já na década de 1890, era aceita por quase todo o corpo médico a explicação de que a doença era causada por um germe.

Contudo, permanecia um ente indeterminado, cujas propriedades eram derivadas, por analogia, dos microrganismos causadores de outras doenças, como o cólera, a malária, a febre tifóide, a difteria, etc. Nesse contexto, adquiriam novos conteúdos antigas questões polêmicas, como a imunidade dos nativos, a natureza contagiosa ou não da febre amarela, seu caráter litorâneo, etc. Por um lado, o consenso que existia quanto ao repertório de ações para sanear as cidades deu lugar a controvérsias inéditas com relação à identificação dos elos mais frágeis a romper na cadeia da insalubridade, pondo em questão, de um lado, as supostas propriedades do germe, e, de outro, os múltiplos interesses dos atores envolvidos no saneamento (Benchimol, 1999: 15).

Não cabe aqui acompanhar com maior aprofundamento todas as passagens que inspiraram pesquisadores como Benchimol e Chalhoub no que toca ao aprofundamento sobre a etiologia das doenças por eles examinadas, mas espera-se que fragmentos de seus olhares aqui destacados, atentos à relação de uma “patogeni-cidade”, marquem esta tese como um todo, e não somente as especificidades do presente tópico no capítulo.

De suma importância são as colocações dessa última citação de Benchimol para o entendimento de que nos fóruns considerados “legítimos” pelos médicos, apesar das infindáveis controvérsias, o fecundo campo das descobertas bacteriológicas transpõe

paradigmas nunca antes experimentados. E que tais dinâmicas não foram acompanhadas em tempo de estancar muitas das pestilências que grassavam na capital nem no interior da República nascente. Mas o pior não estava aí, mas sim no que transcorria no mundo da política, da imprensa diária, de atores que corriam para profanar apressadamente o que ainda estava em fermentação nos meios médico-científicos, atabalhoando as práticas e impedindo, inclusive, que o pensamento urbanístico fosse socialmente estruturado. Dada a sobreposição das ideias positivistas, do jogo de interesses, da conservação de hábitos patrimonialistas, das forças econômicas atuantes sob formas rentistas na definição de políticas públicas, enfim, não seria a revolução pasteuriana influência suficiente, mas sim as velhas noções epidemiológicas a ditar a *praxis* urbanística. Pois sequer houve interesse por parte de engenheiros, arquitetos e políticos apara endossar conceitos de alguns higienistas, clínicos e bacteriologistas que já apontavam especificidades de certas doenças ligadas às regiões litorâneas e que não à toa buscavam comparações entre porões de navios e habitações insalubres. E já era tempo de se manifestarem contra modelos de cidade importados de alhures.

A Revolta da Vacina reúne aspectos dos mais diversos, sendo um deles relacionado às mentalidades médico-científicas da época, cujos comentários já arrolados estão longe de esgotar o assunto, mas de forma sumária foram considerados. Destacou-se o viés cultural subjacente às reformas urbanas e aos “melhoramentos”, pois este revela as transformações mais radicais da sociedade nos planos material e imaterial: a destruição dos modos tradicionais de vida sendo o apanágio da “civilização”. Este é um importante aspecto que interessa à tese e se conecta ao objeto empírico colocado em tela na Parte 2, onde o viés saneador de nossa atualidade é igualmente dado às políticas públicas excludentes e às forças econômicas e políticas liberais, o que revela um descaso preocupante no quadro sanitário. Mas esse quadro não se repete sempre como o mais do mesmo de forma tão literal, pois o liberalismo reinante na virada do século XIX para o XX, que é retomado um século depois no chamado neoliberalismo é diferente, é pior: alguns exemplos dão prova de continuidades, por um lado, mas, por outro lado, com perspectivas de mudanças. Os paradigmas são outros e as mentalidades médico-científicas, por seu turno, fazem ecoar uma “patogeni-cidade” relacionada aos processos de urbanização em escala incomparável, tornando os problemas sanitários infinitamente mais agudos, como se verá no capítulo IV.

Os surtos epidêmicos continuavam a ceifar centenas ou milhares de vidas num só golpe, em meio aos melhoramentos urbanos de feições mais embelezadoras que saneadoras, como foi o caso da construção da Avenida Central. A Avenida de Pereira Passos já mostrava a que veio, pelas demolições já em andamento, pela construção dos primeiros palácios, pela expulsão da população pobre para o sabe-se lá onde, posto que não foi atendida por nenhuma contrapartida social, nem de oferta para realocação. Chamava-se de “despotismo sanitário”, como lembra Jaime Benchimol a campanha movida pela oposição contra Oswaldo Cruz, o “general mata-mosquitos”, ou ainda de “ditadura no Distrito Federal”, tendo como alvo Pereira Passos, o prefeito do “Bota-Abaixo”. O fogo cruzado caía sobre política sanitária dividida entre o prefeito e o médico.

Oswaldo Cruz foi nomeado em março de 1903 como diretor geral da Saúde Pública; prometeu extinguir a febre amarela no Rio em quatro anos, tomando os métodos profiláticos utilizados pelos norte-americanos em Cuba; prometeu também agir contra a

peste bubônica e a varíola, ambas àquela altura propagando-se com intensidade na capital. A literatura sobre o médico extrapola em muito a do prefeito, pois seu trabalho influenciou não somente o país, mas o mundo todo no campo da medicina experimental. Seus méritos, abonados pelo Instituto Pasteur, lhe serviram como indicação para conduzir o saneamento da capital, porém, sua nomeação para chefiar o órgão mais importante do governo, considerando a prioridade de Rodrigues Alvez voltada à saúde, se chocou com os meios médicos e políticos de sua época: interessado em microbiologia, ocupando cargo no Instituto Soroterápico do Rio de Janeiro (hoje Fiocruz), não era alguém de “renome”. Mas o que mais lhe complicou no exercício de suas funções foram os métodos adotados de profilaxia da febre amarela e da peste bubônica. Oswaldo Cruz estava convencido de que a febre amarela era transmitida por um mosquito que proliferava nos alagados e nas águas paradas e que os ratos contaminados eram os transmissores da peste bubônica, mas desprezava a opinião pública, que não era esclarecida a respeito de suas certezas e repudiava as ações de sua Brigada Sanitária. Aliás, a mesma opinião pública que viria a se manifestar ante a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola. De forma análoga, essas ações se relacionam àquelas conhecidas táticas repressivas sobre a população pobre que vimos no transcorrer destas linhas.

As análises sobre a Revolta da Vacina não raro se entrecruzam, mas é fato que a turbulência característica de sua manifestação, passados quinze anos da proclamação da República, não pode ser atribuída com exclusividade a sua denominação. Tomada como pretexto, a guerra civil refere-se muito mais ao contexto das forças políticas, mesmo que a vacina obrigatória e o autoritarismo de Oswaldo Cruz tenha feito parte do fogo cruzado nas disputas entre determinadas facções políticas.

Para alguns autores que analisam a Revolta da Vacina, o contexto político é o mais relevante, envolvendo o povo, o Estado e as forças do exército. A Revolta torna-se, assim, mais emblemática em sua dimensão histórica, dado seu vínculo com as esferas insurgentes. Focam sobre este aspecto com mais ênfase as análises de Nicolau Sevcenko (*A Revolta da Vacina*, 2010) e José Murilo de Carvalho (*Os Bestializados*, 1987), que serão tomadas como referências a seguir. Parte do que foram as barricadas, a multidão em polvorosa, os bondes queimados, o espancamento generalizado pelas forças repressivas, as mortes etc. fica, portanto, para as contextualizações seguintes sobre a representatividade e a participação do povo e da elite no Brasil urbano.

A representação da elite e o povo no Brasil

Cidadão, num país em que não há nem sombra de cidadania, significa apenas cidade grande.

Millôr Fernandes

O Estado que não é a realização da liberdade racional é um mau Estado.

Marx

Da representação simbólica à representação política

A ideia de representação envolve o apelo às imagens alegóricas que se tornam símbolos de reivindicações ou conquistas coletivas: um desenho, uma bandeira, um objeto ou qualquer recurso material disponível, ou ainda o conjunto desses elementos, que comparece como uma marca, um sinal, como se vê em profusão nas campanhas publicitárias, ou nas manifestações populares que se utilizam de suportes dos mais simplórios, como um pedaço de papelão, uma camiseta velha, uma máscara improvisada. Tais alegorias por vezes repetem formas preexistentes, alterando-as com a substituição de alguns elementos, instituindo outros significados, a exemplo do que se viu nas manifestações de junho de 2013, onde na faixa branca da bandeira brasileira se lia a inscrição “Em Processo”, no lugar da frase positivista “Ordem e Progresso”. O sentido e a fecundidade dessas representações são explicadas por Marilena Chauí através dos “semióforos”:

Semeiophoros é uma palavra grega composta de duas outras: *semeion* “sinal” ou “signo”, e *phoros*, “trazer para a frente”, “expor”, “carregar”, “brotar”, e “pegar” (no sentido que, em português, dizemos que uma planta “pegou”, isto é, refere-se à fecundidade de alguma coisa). Um *semeion* é um sinal distintivo que diferencia uma coisa de outra, mas também um rastro ou vestígio deixado por algum animal ou por alguém, permitindo segui-lo ou rastreá-lo, donde significar ainda as provas reunidas a favor ou contra alguém. Signos indicativos de acontecimentos naturais – como as constelações, indicadoras das estações do ano –, sinais gravados para o reconhecimento de alguém – como os desenhos num escudo, as pinturas num navio, os estandartes –, presságios e agouros são também *semeion* (...) Como *semáforo*, era um sistema de sinais para a comunicação entre navios e deles com a terra. Como algo precursor, fecundo ou carregado de presságios, o *semióforo* era a comunicação com o invisível, um signo vindo do passado ou dos céus, carregando uma significação com consequências presentes e futuras dos homens. Com esse sentido, um *semióforo* é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: uma simples pedra, se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heroica. Um *semióforo* é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação (Chauí, 2000: 11-12).

Acerca dos semióforos, Marilena Chauí afirma que valem como símbolos retirados do circuito do uso ou da utilidade direta, sendo restritos ao seu valor simbólico e que, portanto,

¹¹⁰ Fomos levados a este EXCURSO, em quatro estações, por reflexões que foram surgindo na elaboração dos capítulos precedentes e que consideramos plataforma necessária ao nosso trânsito para os seguintes.

“seríamos tentados a dizer que, no modo de produção capitalista, não pode haver semióforos, pois, no capitalismo, não há coisa alguma e pessoa alguma que escape da condição de mercadoria”. Mas a essa impossibilidade ou à suposição de que os semióforos não possam cair na circulação mercantil, Chauí passa a responder no sentido contrário, considerando o “aspecto decisivo dos semióforos (como) signos de poder e prestígio”:

Embora um semióforo seja algo retirado do circuito da utilidade e esteja encarregado de simbolizar o invisível espacial ou temporal e de celebrar a unidade indivisa dos que compartilham uma crença comum ou um passado comum, ele é também posse e propriedade daqueles que detêm o poder para produzir e conservar um sistema de instituições que lhe permite dominar um meio social. Chefias religiosas ou igrejas, detentoras do saber sobre o sagrado, e chefias político-militares, detentoras do saber sobre o profano, são os detentores iniciais dos semióforos. É nesse contexto que a entrada da mercadoria e do dinheiro como mercadoria universal pode acontecer sem destruir os semióforos e, mais do que isso, com a capacidade para fazer crescer a quantidade desses objetos especiais (Chauí, 2000: 13).

A introdução dos semióforos no circuito da mercadoria, do prestígio e do poder logo resulta na disputa por sua reprodução e posse, cabendo à religião, ao poder político e ao poder econômico estimularem a ampliação (da produção e do mercado) em seus respectivos domínios: milagres, pessoas e lugares santos (no caso da religião); propaganda, gerando novas pessoas e objetos para o culto cívico (no caso do poder político); estímulo à aquisição de objetos raros, como as coleções privadas e, através do conhecimento científico, o financiamento às pesquisas arqueológicas, de história da arte, de etnografia etc. (no caso do poder econômico). Dessa disputa, segundo Chauí, nascem “sob a ação do poder político, o patrimônio artístico e o patrimônio histórico-geográfico da nação, isto é, aquilo que o poder político detém como seu contra o poder religioso e o poder econômico”. De forma mais sucinta, Chauí afirma que “os semióforos religiosos são particulares a cada crença, os semióforos da riqueza são propriedade privada, mas o patrimônio histórico-geográfico e artístico é nacional”. A denominação do órgão do Estado de São Paulo que se responsabiliza pela guarda do patrimônio, o CONDEPHAAT, sigla para Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico¹¹¹ – especialmente pela menção ao “turístico” – evidencia o quanto o fomento e a valorização do patrimônio pela ação do Estado estão conectados ao circuito da mercadoria.

Com essas colocações sobre manifestações simbólicas, foi dado um primeiro passo para compor um quadro das representações sociais. Um segundo passo será possível também com a ajuda de Marilena Chauí, tendo por objetivo o desenvolvimento desse quadro, agora relacionado à tarefa do poder político para a construção do seu “semióforo”, que para Marilena Chauí é a nação. Fundamental torna-se o entendimento do Estado-nação pela independência ou a soberania política e pela unidade territorial e legal que o constitui. Indaga-se, inicialmente: como o poder político realizaria essa tarefa? Quais seriam os meios

---

¹¹¹ A atuação do CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – está interligada ao trabalho desenvolvido pela Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), uma das Unidades da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. A UPPH foi criada pelo Decreto Estadual nº 50.941, de 5 de julho de 2006, e tem por atribuições dar apoio técnico e administrativo ao CONDEPHAAT. A missão da Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo é formular e implementar políticas públicas visando a ampliação do acesso aos bens culturais, a descentralização das atividades, o fomento à produção cultural e a valorização do patrimônio cultural paulista. www.cultura.sp.gov.br

utilizados para construir essa soberania em termos simbólicos? Veja-se com Chauí que este semióforo reúne uma produção material diversificada, com o sentido de firmar o culto a uma unidade integradora das mais fecundas.

Por meio da *intelligentsia* (ou de seus intelectuais orgânicos), da escola, da biblioteca, do museu, do arquivo de documentos raros, do patrimônio histórico e geográfico e dos documentos celebrativos, o poder político faz da nação o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa.

Abandonemos por um momento essas colocações sobre os semióforos para darmos um passo adiante em compreender os conteúdos subjacentes a eles. Marilena Chauí parte da etimologia da palavra "nação" para desdobramentos outros que, por fim, retornam ao significado de patrimônio com novas possibilidades interpretativas sobre a conceito de representação que nos interessa. Com suas palavras, aborda-se primeiramente a relação entre nação e povo:

(...) a palavra nação vem de um verbo latino, *nascor* (nascer), e de um substantivo derivado desse verbo, *natio* ou nação, que significa o parto de animais, o parto de uma ninhada. Por significar "o parto de uma ninhada", a palavra *natio*/nação passou a significar, por extensão, os indivíduos nascidos ao mesmo tempo de uma mesma mãe, e, depois, os indivíduos nascidos num mesmo lugar. Quando, no final da Antiguidade e início da Idade Média, a Igreja Romana fixou seu vocabulário latino, passou a usar o plural *nationes* (nações) para se referir aos pagãos e distingui-los do *populus Dei*, o "povo de Deus". Assim, enquanto a palavra "povo" se referia a um grupo de indivíduos organizados institucionalmente, que obedecia a normas, regras e leis comuns, a palavra "nação" significava apenas um grupo de descendência comum e era usado não só para referir-se aos pagãos, em contraposição aos cristãos, mas também para referir-se aos estrangeiros (era assim que, em Portugal, os judeus eram chamados de "homens da nação") e a grupos de indivíduos que não possuíam um estatuto civil e político (foi assim que os colonizadores se referiram aos índios falando em "nações indígenas", isto é, àqueles que eram descritos por eles como "sem fé, sem rei e sem lei"). Povo, portanto, era um conceito jurídico-político, enquanto nação era um conceito biológico (Chauí, 2000: 14-15).

Afirma a filósofa que a invenção histórica da nação, entendida como Estado-nação, pode ter sua "data de nascimento" datada em "por volta de 1830 e que, antes disso, como algo político ou Estado-nação" os termos políticos empregados eram "povo" e "pátria". A autora ressalta o significado de "pátria" na relação com o que vimos acerca do poder simbólico e do patrimônio histórico da nação:

Esta palavra ("pátria") também deriva de um vocábulo latino, *pater*, pai. Não se trata, porém, do pai como genitor de seus filhos – neste caso, usava-se *genitor* –, mas de uma figura jurídica, definida pelo antigo direito romano. *Pater* é o senhor, o chefe, que tem a propriedade privada absoluta e incondicional da terra e de tudo o que nela existe, isto é, plantações, gado, edifícios ("pai" é o dono do *patrimonium*), e o senhor, cuja vontade pessoal é lei, tendo o poder de vida e morte sobre todos os que formam seu domínio (casa, em latim, se diz *domus*, e o poder do pai sobre a casa é o *dominium*), e os que estão sob seu domínio formam a *família* (mulher, filhos, parentes, clientes e escravos). Pai se refere, portanto, ao poder patriarcal e pátria é o que pertence ao pai e está sob seu poder. É nesse sentido jurídico preciso que, no latim da Igreja, Deus é Pai, isto é, senhor do universo e dos exércitos celestes. É também essa a origem da expressão jurídica "pátrio poder", para referir-se ao poder legal do pai sobre os filhos, esposa e dependentes (escravos, servos, parentes pobres) (...) Se "patrimônio" é o que pertence ao pai, "patrício" é o que possui um pai nobre e livre, e "patriarcal" é a sociedade estruturada segundo o poder do pai (Chauí, 2000: 15).

Uma sociedade patriarcal define, portanto, a instituição jurídica e normativa de um povo sob a obediência de um “pai”, dono de seu “patrimônio”, ou seja, de sua casa, de sua extensão das terras, do âmbito mais restrito de sua família aos agregados a ele subjugados em relação de dependência. Observa-se que nesse domínio do “pai” se firma um estatuto civil e político que subjuga o território propriamente dito, isto é, a nação, pois essa “passou a significar, por extensão, os indivíduos nascidos ao mesmo tempo de uma mesma mãe, e, depois, os indivíduos nascidos em um mesmo lugar”. Assim, conclui-se que, apesar desse “pai” não coincidir com o sentido original de *pater* como *genitor*, posto que representa “uma figura jurídica” (“*Pater* é o senhor, o chefe,... cuja vontade pessoal é lei [...]”) é determinante a supremacia do masculino sobre o feminino nessa representação jurídica que decorre do direito romano. Registra-se, então, essa característica de gênero que será desenvolvida adiante em termos de representação e poder de dominação no âmbito da sociedade.

Acompanhando a periodização da “invenção histórica do Estado-nação” proposta por Hobsbawm, Marilena Chauí destaca a nação nas três etapas definidas pelo historiador a partir de 1830, com o surgimento do Estado moderno na “Era das Revoluções”. Essas etapas, definidas por mudanças políticas e conforme analisadas por Hobsbawm dizem respeito ao “princípio de nacionalidade” (entre 1830 e 1880, vinculando a nação ao território), à “ideia nacional” (1880 a 1918, articulada à língua, à religião e à raça) e à “questão nacional” (de 1918 aos anos de 1960, ao enfatizar a consciência nacional e o conjunto de lealdades políticas). Essas três etapas carregam discursos tais como o que provém da economia política liberal (primeira etapa), dos intelectuais pequeno-burgueses (segunda etapa, particularmente os discursos dos alemães e italianos) e dos partidos políticos e do Estado (na terceira etapa). O ponto de partida dessas elaborações, segundo Chauí, tem o Estado definido por “fronteiras claramente demarcadas, agindo política e administrativamente sem intermediários de dominação, e que precisa do consentimento prático de seus cidadãos válidos para políticas fiscais e ações militares”. Importante aqui é ressaltar o que define o “cidadão válido” no entender do liberalismo, nas etapas definidas por Hobsbawm.

Falamos em cidadãos “válidos” porque a cidadania, embora declarada universal, não era de fato, uma vez que o cidadão era definido pela independência econômica – isto é, pela propriedade privada dos meios de produção –, excluindo trabalhadores e mulheres, e o sufrágio não era universal e sim censitário – isto é, segundo o critério da riqueza e da instrução. O sufrágio universal consagrou-se nas democracias efetivamente apenas depois da Segunda Guerra Mundial, como resultado de lutas sociais e populares. Em outras palavras, liberalismo não é sinônimo de democracia (Chauí, 2000: 17).

Com o liberalismo, o Estado passa a ter a preocupação do consenso entre os cidadãos para garantir sua soberania e, com isso, tem à frente dois problemas principais: o primeiro deles é ligado à inclusão de todos os habitantes na esfera administrativa do sistema, e o segundo, não menos importante, trata de obter a lealdade aos dirigentes, “uma vez que a luta de classes, a luta no interior de cada classe social, as tendências políticas antagônicas e as crenças religiosas disputam essa lealdade”. Segundo Chauí, Hobsbawm observa a dificuldade que o liberalismo tem para agir ante a ideia de nação e de Estado nacional e porque, na concepção da ideologia liberal comparece uma realidade reduzida a uma unidade mínima (o indivíduo) e uma máxima (a empresa), não havendo a “necessidade” de construir outra unidade, superior a estas.

No entanto, os economistas liberais não podiam operar sem o conceito de "economia nacional", pois era fato inegável que havia o Estado com o monopólio da moeda, com finanças públicas e atividades fiscais, além da função de garantir a segurança da propriedade privada e dos contratos econômicos, e do controle do aparato militar de repressão às classes populares. Os economistas liberais afirmavam por isso que a "riqueza das nações" dependia de estarem elas sob governos regulares e que a fragmentação nacional, ou os Estados nacionais, era favorável à competitividade econômica e ao progresso (Chauí, 2000: 17).

Uma característica do Estado nacional protecionista era a ideia de defesa de suas economias em face do poderio dos mais fortes, o que levou os economistas na Alemanha a pensarem no "princípio de nacionalidade", ou seja, um princípio que parte da definição de haver ou não uma nação ou um Estado-nação, a depender de seu território e de sua população, extenso e numerosa o bastante para "promover à perfeição os vários ramos da produção". Disso decorre que a nação se constitua no interior de um processo expansionista de seu território e de unificação nacional, "Dimensão do território, densidade populacional e expansão de fronteiras tornaram-se princípios definidores da nação como Estado" (Chauí, 2000: 17), como visto em Foucault no capítulo I desta tese¹¹².

Retornamos agora às etapas estabelecidas por Hobsbawm e, também, à conceituação da língua como um elemento de identificação do Estado-nação e aos semióforos explicados por Chauí, pois a língua está na dependência de uma elite cultural capaz de fornecer ao Estado não somente a unidade linguística como, também, a ideia de evolução ou progresso. O debate sobre a "ideia nacional" torna-se crucial na medida em que, na Europa, a partir de 1880, as lutas sociais e políticas trazem as massas trabalhadoras à cena, e os poderes constituídos têm a disputar com os socialistas e comunistas a lealdade ao regime. À definição da nação pelo território, pelas conquistas expansionistas e pela população ("princípio de nacionalidade") será acrescida a "ideia nacional" com a ajuda de uma "religião cívica", o patriotismo, esse "algo mais" de que o Estado precisa para mobilizar os cidadãos e deles obter o consenso sobre suas ações. Segundo Chauí, a "religião cívica" faz com que o patriotismo se transforme em nacionalismo, ou seja, "o patriotismo se torna estatal, reforçado com sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começa a ser inventada" (Chauí, 2000: 18). Essas colocações se aproximam do que foi visto no capítulo II acerca da utopia, a partir de Carlos Berriel¹¹³, pois, tal como na utopia, trata-se de "inventar", idealizar, construir um imaginário forte e fecundo para "imprimir (...) à história um sentido diverso daquele até então predominante" (Berriel, 2005). Porém, essa construção (através de símbolos), segundo Chauí,

decorreu da necessidade de resolver três problemas prementes: as lutas populares socialistas, a resistência de grupos tradicionais ameaçados pela modernidade capitalista e o surgimento de um estrato social ou de uma classe intermediária, a pequena burguesia, que aspirava ao aburguesamento e temia a proletarianização. Em outras palavras, foi exatamente no momento em que a divisão social e econômica das classes apareceu com toda clareza e ameaçou o capitalismo que este procurou na "ideia nacional" um instrumento unificador da

¹¹² Recordar-se aqui, com essas colocações, o que foi visto através de Foucault nos aportes gerais a esta tese (capítulo I), quando se referiu a *Segurança, Território, População* (Foucault, 2008) e as análises do filósofo sobre o nascimento da economia ligada aos fisiocratas, no século XVIII, que influiu nas ideias de Adam Smith (o trabalho capaz de produzir excedente, as ações contra o intervencionismo mercantilista etc.).

¹¹³ Como visto no Capítulo II, Berriel afirma que, no desejo de "mostrar" aos homens uma imagem feliz, sadia e racional, o utopista não se coloca na história mesma em que escreve: antes disso, ele procura, "através desta demonstração, admoestá-los para que se sintam compungidos a imprimir energicamente à história um sentido diverso daquele até então predominante". Berriel, 2005.

sociedade. Não por acaso, foram os intelectuais pequeno-burgueses, apavorados com o risco de proletarização, que transformaram o patriotismo em nacionalismo quando deram ao "espírito do povo", encarnado na língua, nas tradições populares ou folclore e na raça (conceito central das ciências sociais do século XIX), os critérios da definição da nacionalidade (Chauí, 2000: 18).

Ou seja, aproxima-se esta "ideia nacional" da "utopia" não no sentido de negar as raízes vinculadas às origens da nação, mas de inventá-las ao modo que convém ao Estado-nação: "A nação passou a ser vista como algo que sempre teria existido, desde tempos imemoriais, porque suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui" (Chauí, 2000: 19). Como visto anteriormente, a "nacionalidade", trabalhada pela *intelligentsia*, é o esforço do poder político de fazer da nação "o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa".

Dessa maneira, aparece um poderoso elemento de identificação social e política, facilmente reconhecível por todos (pois a nação está nos usos, costumes, tradições, crenças da vida cotidiana) e com a capacidade para incorporar uma única crença às crenças rivais, isto é, o apelo de classe, o apelo político e o apelo religioso não precisam disputar a lealdade dos cidadãos porque todas essas crenças podiam exprimir-se umas pelas outras sob o fundo comum da nacionalidade. Sem essa referência, tornar-se-ia incompreensível que, em 1914, milhões de proletários tivessem marchado para a guerra para matar e morrer servindo aos interesses do capital (...) Foi a percepção do poder persuasivo da "ideia nacional" que levou à "questão nacional", entre 1918 e os anos 1950-60 do século XX. A Revolução Russa (1917), a derrota alemã na Primeira Guerra (1914-18), a depressão econômica dos anos 20-30, o aguçamento mundial da luta de classes sob bandeiras socialistas e comunistas preparavam a arrancada mais forte do nacionalismo, cuja expressão máxima foi o nazi-fascismo (Chauí, 2000: 19).

Com a descrição desses conceitos relacionados à simbologia do Estado-nação, o quadro inicial aqui pretendido apontou através dos semióforos, aspectos ideológicos inerentes ao poder político. Com o desenvolvimento do texto, substanciado pelas explicações de Marilena Chauí, mostrou-se que o antagonismo entre as forças liberais e o Estado-nação passou a requerer deste último o consenso da população com os dirigentes no sistema capitalista, que só poderia se realizar através da instituição de uma "religião cívica", transformando o patriotismo em nacionalismo. De modo que, nesta primeira tentativa de aproximação com o tema da representação, já se vê que a participação da sociedade na esfera política encontra-se dividindo interesses de classes, e por parte dos economistas liberais a cobrança da regulamentação pelos governos, desde que sua interferência seja limitada. Sem o que a "riqueza das nações" se perde na fragmentação da sociedade e encontra obstáculos para a competitividade econômica e ao "progresso".

Desta breve introdução ao tópico do capítulo passa-se às especificidades das construções simbólicas que fizeram parte do ideal republicano no Brasil, que não só esclarecem o que foi visto até aqui como nos permite prosseguir com mais ênfase sobre as representações sociais no contexto urbano.

Viva a República! Viva a nação! O imaginário republicano brasileiro

José Murilo de Carvalho afirma que “o instrumento clássico de legitimação dos regimes políticos no mundo moderno é naturalmente a ideologia, a justificação racional da organização do poder”. Aspectos “utópicos” e “visionários” eram patentes nesses modelos de organização da sociedade, “fundamentalmente de natureza discursiva, mas de justificativas ideológicas (que) possuíam também elementos que extravasavam (...) o cientificamente demonstrável”: nesses modelos de república a utopia do liberalismo se destacava pelo interesse sobre a “mão invisível”, embora não dispensando a regulamentação por parte do governo de modo a interferir o menos possível. Como vimos anteriormente, “liberalismo não é sinônimo de democracia” (Chauí, 2000).

Com *A Formação das Almas* (Carvalho, 1990), Murilo de Carvalho segue o estudo realizado por ele sobre a implantação da República no Brasil (*Os Bestializados*, de 1987, citado rapidamente no tópico anterior, quando de tratou da Revolta da Vacina). Com *Os Bestializados*, comenta o autor ter sido possível mostrar que a participação popular foi nula não só na proclamação da República (1889), mas também nos anos posteriores, o que o levou a indagar se isso teria ocorrido tão somente porque o regime republicado havia tomado por base a força do arranjo oligárquico. Ao confrontar-se com essa questão, *A Formação das Almas* lhe permitiu aprofundar a investigação sobre a “batalha de símbolos e alegorias”, que faz parte das “batalhas ideológica e política”. O livro trata da “manipulação do imaginário social (...) particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas”.

Aprofundando a investigação, verifiquei que, embora em escala menor do que no caso francês, também houve entre nós batalha de símbolos e alegorias... Tratava-se de uma batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular e recriá-lo dentro dos valores republicanos... A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas, também - e é o que aqui me interessa - por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas (Carvalho, 1990: 10-11).

A Formação das Almas, nesse sentido, corrobora com o que vimos anteriormente com Marilena Chauí, com o que a filósofa explicou sobre os semióforos e com a necessidade de os regimes políticos se organizarem ideologicamente através do “princípio de nacionalidade”, da “ideia nacional” e depois com a “questão nacional”, segundo as etapas analisadas por Hobsbawm. Todas essas etapas, como se viu, foram definidas por mudanças políticas carregadas de discursos, respectivamente vinculados à nação e ao território (economia política liberal); articulados à língua, à religião e à raça (intelectuais pequeno-burgueses) à consciência nacional e ao conjunto de lealdades políticas (dos partidos políticos e do Estado).

De Murilo de Carvalho é que vamos extrair adiante algumas das especificidades estudadas por ele sobre os símbolos republicanos, suas origens, seus fundamentos, suas cores e propósitos afirmativos sobre as “almas” dos brasileiros. Nossas apropriações ficam longe de esgotar um assunto, que se caracteriza pela vasta e infinita potência dos semióforos. De modo sumário, o que se objetiva é a compreensão de alguns aspectos subjacentes em nosso cotidiano que nos parecem, se não obstruir por completo o pleno exercício da cidadania, manter sob um “mau Estado” a impossibilidade de “realização da liberdade racional”. Ainda neste mesmo sentido, nossas abordagens pretendem desconstruir o nosso passado de pouco mais de um século para explicar a razão pela qual o termo “cidade grande” permanece para muitos apenas como sinônimo de “cidadão” (cf. Marx e Millôr em epígrafe).

No caminho percorrido até aqui foram apresentados os casos de renovação urbana na Paris de Haussmann e no Rio de Janeiro de Pereira Passos. Mais adiante se verá São Paulo na virada do XIX para o XX, bem como essas e outras cidades na virada de mais um século, na tentativa de buscar correspondentes entre esses períodos de forte presença liberal. Veremos a seguir que nesses contextos o liberalismo foi preponderante, mas, emparelhado a outros apelos discursivos carregados de poder simbólico, fazendo com que as cidades se tornassem o *locus* primordial da representação desses símbolos, o que explica a permanência da monumentalidade de seus edifícios e de seus arranjos urbanísticos. Fica claro, portanto, que esse simbolismo do qual se fala não poderia “brotar” sem que se firmasse no contexto urbano a primazia da centralidade (cf. Lefebvre no capítulo II), isto é, a cidade propriamente dita, composta invariavelmente de uma área central destinada aos edifícios públicos que abrigam os órgãos administrativos de governo, serviços, sedes bancárias, fóruns jurídicos, comércio, escola etc. Tratamos, então, de contextualizar as cidades de forma cada vez mais próxima da dinâmica da sociedade, revelando seus conflitos, tanto como o que subjaz às formas de aceitação ou rejeição do espaço edificado. Agora, vemos que essas alegorias levam também a adicionar às fachadas dos edifícios públicos as bandeiras do regime vigente. Ou seja, há essa demanda pelas insígnias que marcam o poder dirigente às ordenações hodiernas, lembrando-nos, ademais, o vigor do semióforo, “fecundo”, como o caracteriza Chauí, “porque dele não cessam de brotar efeitos de significação”.

Afirma José Murilo de Carvalho que entre os propagandistas republicanos no Brasil destacavam-se aqueles movidos pelo ideal revolucionário francês, como o movimento jacobino, que tratava da idealização da democracia, da utopia da democracia direta, isto é, do governo por intermédio da participação de todos os cidadãos. Mas que os jacobinos não estavam sozinhos nessa empreitada para cativar a “alma” do povo, pois dividiam espaço com o “liberalismo à americana” e com os positivistas. Na concepção dos positivistas, Carvalho afirma possuir “ingredientes utópicos mais salientes”, pois para estes o regime republicano era visto “dentro de uma perspectiva mais ampla que postulava uma futura idade de ouro em que os seres humanos se realizavam plenamente no seio de uma humanidade mitificada” (Carvalho, 1990: 9). Na avaliação geral de Carvalho a soma da “doutrina comtista com a visão estratégica dos ortodoxos fez dos positivistas os principais manipuladores de símbolos da República”, sendo a doutrina de Comte responsável pelo conteúdo da simbologia e as estratégias encarregadas de impulsionar com urgência as ações requeridas para “apressar a marcha da história”. Ante a essa “pressa”, portanto, se impunha

o uso dos símbolos, primeiramente voltados à palavra escrita e falada (livros, jornais, conferências públicas) como “arma de convencimento dos setores médios”, depois com as imagens e os rituais visando atingir as mulheres e os proletários, dois públicos “estratégicos”.

A presença de um positivista como Benjamin (Constant) entre os proclamadores da República fora um golpe, mas cairia no vazio se a propaganda não levasse adiante a tarefa do convencimento. Daí a luta incansável dos ortodoxos pelo coração e pela cabeça dos cidadãos, por meio da batalha dos símbolos. Daí sua luta pelos monumentos, pelo mito de Tiradentes, pela bandeira republicana, pela figura feminina. Sua ação lembrava a de todos os revolucionários modernos, desde David até o realismo socialista (Carvalho, 1990: 140).

Murilo de Carvalho fala nesse trecho sobre Benjamin Constant (o militar brasileiro, e não o teórico francês), considerado o “fundador”, que dividiu os “vivas” à República com o Marechal Deodoro, Quintino Bocaiúva e Floriano Peixoto. A “guerra dos vivas” em torno “das proclamações”, como exposta por ele, trata-se de longa disputa que tomava ares apaixonados e, por vezes, “girava em torno de pontos aparentemente irrelevantes”, afinal, nunca ficou claro “quem deu vivas a quem, ou a que (e) em que momento”. Carvalho afirma que, “por trás da luta, há disputa de poder e há visões distintas sobre a natureza da República”. O “fenômeno” da batalha, no caso da República, requeria definir os papéis dos atores no “jogo” dos títulos de propriedade julgados por cada um sobre o novo regime e a própria natureza do regime: embora a proclamação tenha sido um “fenômeno militar, em boa parte desvinculado do movimento republicano civil, significa que seu estudo não pode, por si só, explicar a natureza do novo regime”. A dificuldade nisso tudo era, então, para além dos títulos de propriedade relacionados ao fato da proclamação, encontrar a figura de um “herói”, ou seja, o que em efetivo marcasse o mito de origem da República, pois, tal como um semióforo, esse “mito fundador” deve corresponder a um “sinal distintivo”, um “rastro ou vestígio, (...) permitindo segui-lo ou rastreá-lo, donde significar ainda as provas reunidas a favor ou contra alguém” (Chauí, 2000). Carvalho relaciona esse mito do herói com o problema da proclamação:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideais e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns casos, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante. A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na construção do panteão cívico. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. Na ausência de tal sintoma, o esforço de mitificação de figuras políticas resultará em vão. Os pretendidos heróis serão, na melhor das hipóteses, ignorados pela maioria e, na pior, ridicularizados (Carvalho, 1990: 56).

Segundo Carvalho, tiveram pouco resultado as tentativas de promoção dos candidatos a herói republicano dentre os militares, considerando os tipos de republicanismo em que cada qual se manifestava, às vezes tomado por incerto ou identificado em demasia com o Exército (como no caso de Deodoro), ou por ter o apoio quase que somente dos positivistas (como Constant), ou ainda por angariar força junto aos jacobinos, civis e militares (como

Floriano Peixoto), mas acabar sendo consumido pelas divergências entre esses mesmos apoiadores. Floriano, segundo Carvalho, “poderia ser o herói de um tipo de república, a jacobina, mas não a República que aos poucos se foi construindo”. Esse quadro dado pelo evento de 15 de novembro teve “pequena densidade histórica”, como fala o historiador a respeito da “passeata militar” que “não fornecia terreno adequado para a germinação de mitos”, pois “era pequeno o número de republicanos convictos (e) foi quase nula a participação popular”, sendo “escorregadia (a) fronteira entre o heroico e o cômico”:

Os candidatos a herói não tinham, eles também, profundidade histórica, não tinham a estatura exigida para o papel. Não pertenciam ao movimento da propaganda republicana, ativa desde 1870. Nem mesmo eram reconhecidos como heróis militares. Sua participação na guerra contra o Paraguai era pouco conhecida antes da República. Heróis da guerra eram Caxias, Osório, Tamandaré. A promoção de Deodoro e Floriano a heróis de guerra foi posterior e sua participação na proclamação da República (...) (Carvalho, 1990: 57).

A busca pelo herói percorreu outros patamares e acabou onde não se imaginava: Tiradentes. A figura do inconfidente era cultuada não somente no Rio de Janeiro e em Minas, mas também em províncias distantes como o Rio Grande do Sul; em 1866, um monumento em sua memória foi erguido em Ouro Preto a mando de Saldanha Marinho, futuro chefe do Partido Republicano no Rio. Para Murilo de Carvalho, em torno de Tiradentes há até hoje intensa disputa historiográfica, discussões sobre seu verdadeiro papel na Inconfidência, sua personalidade, convicções e até mesmo sua aparência física, mas o que lhe parece relevante é Tiradentes na construção da mitologia, sendo esta o domínio do mito enquanto imaginário na tradição escrita e oral, na produção artística, nos rituais, mesmo em caso de evidências documentais contrárias. Não cabe aqui acompanhar o assunto, mas tão somente ressaltar que, na poderosa luta para eleger Tiradentes como herói da República venceu o aspecto simbólico por encarnar um mártir, e mesmo que não existisse nenhum retrato de Tiradentes feito por quem o tivesse conhecido, como atesta Carvalho, bastava a simbologia cristã aderida ao inconfidente, o que era apelo óbvio esperado pelo povo: a imagem de um “Cristo cívico”, ou ainda “o patriota que virou místico”, além da fecunda soma de detalhes a ser explorada:

(...) o cerimonial de enforcamento, o cadafalso, a forca erguida a altura incomum, os soldados em volta, a multidão expectante - tudo contribuía para aproximar os dois eventos e as duas figuras, Cristo e Tiradentes. O esquartejamento posterior, o sangue derramado, a distribuição das partes pelos caminhos que antes percorria também serviram ao simbolismo da sementeira do sangue do mártir, que, como dissera Tertuliano, era semente de cristãos (Carvalho, 1990: 68).

O aspecto mais interessante nisso tudo ou, como fala Murilo de Carvalho, “um dos principais segredos do êxito de Tiradentes” como herói da República foi o fato de a Conjuração Mineira ter se passado sem derramamento de sangue – senão o do próprio alferes –, ou seja, ter poupado a violência contra as pessoas e não ter criado inimigos: a violência era atribuída aos carrascos. Tiradentes foi vítima de um sonho, de um ideal de liberdade, vítima do governo português e de seus representantes, que instituíam a taxa compulsória sobre o ouro de Minas. Era vítima de seus traidores, como o “Judas”, seu amigo Joaquim Silvério. [Tiradentes]. “Operava pelo sacrifício, no domínio místico, a salvação que não pudera operar no domínio cívico”, o que “calava profundamente no sentimento popular, marcado pela religiosidade cristã”. Agora, neste ponto, o mais significativo:

Na figura de Tiradentes todos podiam identificar-se, ele operava a unidade mística dos cidadãos, o *sentimento de participação*, de união em torno de um ideal, fosse ele a liberdade, a independência ou a república. Era o totem público. Não antagonizava ninguém, *não dividia as pessoas e as classes sociais*, não dividia o país, não separava o presente do passado nem do futuro. Pelo contrário, ligava a república à independência e a projetava para o ideal de crescente liberdade futura. A liberdade ainda que tardia (Carvalho, 1990: 68, grifos nossos).

Não caberá aqui acompanhar a exposição aprofundada por Murilo de Carvalho sobre o antagonismo na escolha de Tiradentes em detrimento de D. Pedro I para representar o herói da nação, mas apenas citar essa passagem de seu livro, subentendido que um representante do passado monarquista não teria o alento necessário para se elevar ao posto de herói no futuro republicano: o governo imperial contava com a simpatia popular, inclusive a da população negra, mas isso se devia antes ao simbolismo de sua figura paternal do que à participação real dessa população na vida política. Tampouco temos espaço para acompanhar, mesmo que sumariamente, o que o autor oferece em *A Formação das Almas* quanto ao tema da alegoria feminina aventada para representar a República brasileira, como na França para a derrubada da Monarquia. Para concluir este “Viva!”, considerando dados à reflexão mais esses aspectos simbólicos da representação, vale ainda enfatizar que Tiradentes, para além dos fortes elementos místicos e crísticos ligados a sua figura de mártir, conciliava o passado monarquista, incorporava as mais distintas vertentes do republicanismo e o ideal da representação universal da nação.

Assim, o “herói nacional” foi retratado pelos monarquistas de final do Império e início da República pelos positivistas (através da estética comtiana), pelos caricaturistas das revistas ilustradas da época e até mesmo, mais tarde, pelos integralistas, que representaram Tiradentes como alferes, ou seja, um militar de carreira, além de esquerdistas que vão de jacobinos a guerrilheiros dos anos 1960 e 70 e Portinari, que o pintou na década de 1940. O “segredo” de Tiradentes, como conclui José Murilo de Carvalho, “talvez esteja, afinal, nessa ambiguidade, em sua resistência aos continuados esforços de esquartejamento de sua memória”.

Os militares acabaram sendo celebrados com óleos preservados em museus e monumentos dos mais significativos dispostos em praças públicas do Rio de Janeiro. E depois, tanto como Tiradentes, foram replicados em monumentos por todo o território nacional, além de passarem à denominação de praças, ruas e avenidas importantes nas cidades brasileiras, onde quer que o mito cívico pudesse cumprir seu papel de “trazer para a frente”, “expor”, “carregar”, “brotar”, e “pegar” *ad infinitum* o “mito fundador” do Estado-nação.

Da Liberdade, do Estado e do Poder

O exercício da liberdade para os antigos, como fala Carvalho, “exigia a posse da virtude republicana pelos cidadãos, isto é, a posse da preocupação com o bem público”, o que era ameaçado sempre que cresciam as oportunidades de enriquecimento, pois alguns indivíduos tornavam-se ambiciosos e sua conduta favorecia o desenvolvimento da desigualdade social. Lembra o historiador que essa virtude foi tematizada por Maquiavel, e retomada às vésperas da criação das repúblicas modernas; na França, por Montesquieu e Bonnot de Mably, este

último a colocar a igualdade social como “condição para a virtude cívica”, uma condição que para Thomas Jefferson era “impossível nos Estados Unidos da América, devido ao comércio e à indústria como fontes de corrupção, sendo o patriota quase incompatível com o homem econômico, a cidadania incompatível com a cultura”; e que o liberal francês Henry-Benjamin Constant, propagava que “o desenvolvimento do comércio e da indústria era a causa fundamental da inadequação da liberdade antiga ao mundo moderno”.

Dessas considerações, que abarcam inumeráveis outras ao tratar das aspirações por liberdade, não se pode desconsiderar que, na concepção moderna do homem hobbesiano, sua inclinação primária é a agressividade mútua (“o homem é o lobo do homem”). Para Freud seria esse o “maior estorvo à civilização” e o que explica a condição repressora subjacente às virtudes humanas, como é tratado em seu *O mal-estar na civilização* (Freud, 1978). Por um lado, o psicanalista afirma ser mesmo “impossível fugir à impressão de que as pessoas buscam poder, sucesso e riqueza para si mesmas, subestimando o que verdadeiramente tem valor na vida”. Por outro lado, alerta sobre o fato de que, comumente, são empregados falsos padrões de avaliação sobre isso, daí as pessoas correrem o risco de esquecer o importante, isto é, o quão variado é o mundo humano, sua vida psíquica (*das seelische Leben*) e seus impulsos de desejo.

Freud emprega a analogia da semelhança entre o superego como uma instância coercitiva de uma época de civilização e o superego de um indivíduo: “ele se baseia na impressão deixada atrás de si pelas personalidades dos grandes líderes – homens de esmagadora força de espírito ou homens em quem um dos impulsos humanos encontrou sua expressão mais forte e mais pura e, portanto, quase sempre, mais unilateral” (Freud, 1978: 191). O psicanalista se refere às figuras que frequentemente foram “escarnecidas e maltratadas por outros e, até mesmo, liquidadas de maneira cruel”, sendo o exemplo dado por ele, “o mais evidente”, a figura de Cristo. Nesse sentido, podemos aqui entrever a dificuldade porque passa o indivíduo no enfrentamento dos símbolos e mitos, estes que, “por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada (tendem a) tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos” (Carvalho, 1990).

Podemos, também, estender essa analogia ao mito de Tiradentes para a composição de uma identidade nacional brasileira, perfeita para a apropriação ideológica desejada naquela época de formação de nossos valores de sociedade. Afinal, quanto mais difuso fosse esse mito, confundindo-se com a figura consagrada de Jesus Cristo, mais fácil seria dissimular em uma unidade imaginária a realidade de uma sociedade muito desigual, imersa nas agitações de fundo especulativo e na corrida para o enriquecimento pessoal e ao mesmo tempo com as demandas de saúde pública desatendidas.

Ora, além de ter surgido em uma sociedade profundamente desigual e hierarquizada, a República brasileira foi proclamada em um momento de intensa especulação financeira, causada pelas grandes emissões de dinheiro feitas pelo governo para atender às necessidades geradas pela abolição da escravidão. A febre especulativa atingiu de modo especial a capital do país, centro dos acontecimentos que levaram à República. Em vez da agitação do Terceiro Estado (a alta burguesia), a República brasileira nasceu da agitação dos especuladores, agitação que ela só fez aumentar pela continuação da política emissionista. O espírito da especulação, de enriquecimento pessoal a todo custo, denunciado amplamente na imprensa, na tribuna, nos romances, dava ao novo regime uma marca incompatível com a virtude republicana. Em tais circunstâncias, não se podia nem mesmo falar na definição

utilitarista do interesse público. Predominava a mentalidade predatória, o espírito do capitalismo sem a ética protestante (Carvalho, 1990: 30).

Quando Carvalho se refere à época da fundação da República no Brasil, quando “predominava a mentalidade predatória”, claro está o entendimento de que “o espírito do capitalismo sem a ética protestante” se deve à matriz cultural portuguesa de nossa formação. E a relação disso com os aspectos da mitologia nacional sobre os quais nos debruçamos é crucial para entender que a singularidade de nosso Estado-nação não poderia mesmo, senão através de meios engenhosos, ocupar-se com questões de interesse público e de cidadania. Foi preciso, como vimos, passar pela eleição de um mártir, pela figura de um símbolo representativo da “não violência sobre os outros” para, enfim, vislumbrarmos um cidadão; ainda que quase tudo permanecesse como sempre esteve, isto é, acomodado ao utilitarismo privado dos tempos coloniais. No período colonial de seus trezentos anos, “não havia república”, como fala Carvalho em *Cidadania no Brasil*¹¹⁴, pois “não havia sociedade política; não havia ‘repúblicas’, isto é, não havia cidadãos” (Carvalho, 2013: 23-24). Interessante esse trocadilho, pois se não havia *res publica*, tampouco “repúblicas”.

Eram exceção os grupos de alguns poucos radicais, como fala Murilo de Carvalho, mesmo os que partilhavam das premissas liberais, seja os compromissados com os modelos republicanos para se afastar da Monarquia que acabavam dando ênfase ao Estado, seja o reforço da elite imperial calcada no passado patriarcal de herança portuguesa. Ao grande número de imigrantes no contexto urbano somavam-se os migrantes e todos os “deslocados” provindos da sociedade escravocrata. O Estado, nesse sentido, tinha dificuldades para abrir perspectivas de carreira em empregos públicos. O problema dos poucos espaços ocupacionais envolvia bacharéis desempregados, operários em busca de emprego, militares insatisfeitos com os baixos salários, enfim, todos os que acabavam olhando o Estado como “porto de salvação”. Em termos políticos, isso significa o contrário de uma afirmação por liberdade e direitos de cidadania. Segundo o historiador, “era uma inserção que se chamaria com maior precisão de estadania” (Carvalho, 1990: 29). O argumento da liberdade individual como direito inalienável era pouco enfatizado, como diz Carvalho, “não o favorecia a interpretação católica da Bíblia, nem a preocupação da elite com o Estado nacional”, uma vez que prevalecia a tradição cultural “que poderíamos chamar de ibérica, alheia ao iluminismo libertário, à ênfase aos direitos naturais, à liberdade individual”, uma tradição que “insistia nos aspectos comunitários da vida religiosa e política, insistia na supremacia do todo sobre as partes, da cooperação sobre a competição e o conflito, da hierarquia sobre a igualdade” (Carvalho, 2013: 51).

Partindo agora das manifestações de caráter simbólico que vimos resultar de ideologias, de arranjos para formação dos valores da nossa sociedade, do que mais se buscava para compor quadros institucionais na nova ordem sistêmica, do problema do Estado republicano ante o direito e a liberdade civil e toda sorte de amarras com a tradição monarquista ligada aos interesses da elite, urge discutir o Poder em face à ação governamental. Pois não será o Poder que define os mais distintos meios de governo? Para tal encaminhamento sobre essa questão, fixemos primeiramente as seguintes palavras de Gérard Lebrun:

---

¹¹⁴ *Cidadania no Brasil: o longo caminho* foi publicado em 2001. Consultamos a 16a. edição, de 2013 (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

Quando se trata de coisas *abstratas* - quando se trata deste "Poder" no qual vocês tomam a liberdade de reunir realidades tão diferentes - (...) Como acreditar que o Poder seja algo muito simples, e por isso seja lícito esperar liquidá-lo algum dia. Desta maneira nasceu, no século XIX, a crença de que o poder conhecia a sua decadência e de que começara a sua agonia (...) Compreendo que uns queiram conquistar o poder ou combatê-lo, ou que se resignem a ele, ou o temam, ou o detestem. O que não compreendo é que se possa subestimar o poder (Lebrun, 1984: 9).

Essa questão levantada por Lebrun, de que não se pode “subestimar o poder”, é extraída de sua análise sobre as mais distintas esferas de organização social, de contextos históricos dos antigos aos modernos e de autores diversos que se debruçaram sobre o tema do poder político. Lebrun, no seu livro *O que é Poder* (1984), constroi o “monstro” indagando-nos, entre muitas de suas provocações, se “não será um sofisma reduzir a submissão civil à aceitação da autoridade”. Ele admite que não se deve desconhecer esse último fator, “como fazem os libertários”, mas que “será apressado concluirmos que a coerção não seja essencial para a obediência política”, pois nesse horizonte “sempre está presente, se não o temor, pelo menos a consciência da possível coação – mesmo para aqueles (e são inúmeros) que nunca pensaram sequer em contestar a legitimidade do poder” (1984: 18). Neste ponto, podemos aventar que Lebrun corrobora com o “mal-estar” freudiano, ainda que o “monstro” traçado por ele não mencione o psicanalista e passe longe do que se refere às perturbações psíquicas dos indivíduos na sociedade moderna. Lebrun discute, através de Crawford Macpherson (professor canadense de ciência política, autor de *Teoria Política do Individualismo Possessivo*, 1962), Hobbes e seu tempo, que assustava as “classes dirigentes” porque não garantia a elas a salvaguarda da propriedade contra as interferências do Soberano; enquanto Locke, “burguês mais lúcido”, a quem o Estado liberal deve suas bases, conservava o esquema da Soberania, embora limitasse seu funcionamento, o que para Lebrun significa o ponto no qual “o poder é exposto, com toda sua clareza, como nada mais que um fiel instrumento a serviço dos proprietários”. Locke, portanto, segundo Lebrun, subverte Hobbes, ao invés de corrigi-lo:

Para Hobbes, é a reaparição do “gládio privado”, a anarquia, que marca a dissolução do corpo político. Para Locke, ao contrário, a união civil deixa de existir quando o cidadão é privado de todo recurso que possa decidir o diferendo que o opõe ao poder. Em outras palavras, para ele há incompatibilidade entre monarquia absoluta e sociedade civil: o súdito, frente ao soberano absoluto, se recoloca no estado de natureza, isto é, no estado “em que os homens não conhecem juiz comum a quem possam recorrer, para que decida acerca dos litígios jurídicos que os opõem”. Em suma, num pensador, medo da anarquia; no outro, medo do despotismo (Lebrun, 1984: 61-62).

Segundo Lebrun, isso serve de partida para duas análises diferentes da noção de poder (entre Hobbes e Locke):

Locke não considera o poder como *núcleo político do social*: trata-se, simplesmente, de uma instância que exerce uma *função social* determinada. E o que se deve temer, acima de tudo, é que o poder ultrapasse esta função, e que os súditos fiquem privados de recurso contra ele. Está, portanto, no abuso de poder o maior risco de ruína para o corpo político (Lebrun, 1984: 62, grifos do autor).

Lebrun afirma que para Locke o autor de *O Leviatã* (1651) se enganava ao sustentar que todos os males do poder nada são se comparados com a volta do estado de natureza, sendo na verdade o inverso: “o estado de natureza é preferível a um poder que me deixa

juridicamente desarmado contra ele”. Do liberalismo clássico de Locke, Lebrun reproduz as seguintes palavras:

O indivíduo que se vê exposto ao poder arbitrário de um único homem que tem cem mil outros a suas ordens encontra-se numa situação muito pior do que aquele que está exposto ao poder arbitrário de cem mil homens isolados (Locke, *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, seção 137, apud Lebrun, 1984: 62).

Em aguda consonância com esta frase de Locke, e muito ligado ao olhar sobre as cidades brasileiras que Lebrun conheceu, o filósofo ironicamente vem a dizer:

Entre os “trombadinhas” e a polícia do tirano, Locke prefere os “trombadinhas”.

Lebrun prossegue com o axioma de Locke ao tratar o Estado como um sistema político que garanta os direitos dos proprietários, isto é, a “cidade de Locke”, como ele fala, determinada pela presença central do poder, desde que para cumprir sua “função social”. O Estado constitucional burguês delineado por Locke é aquele no qual “as relações de produção podem prescindir de uma dominação tradicional”, ou podem prescindir de uma legitimação “vinda de cima”. O filósofo fala, por vezes, nos termos utilizados por Foucault sobre os liberais em suas origens (como destacamos no primeiro capítulo): “Nesta representação, o poder é o que *deixa* funcionar a sociedade, não o que a *faz* funcionar” (Lebrun, 1984: 63, grifos do autor).

Dentro do conceito de soberania em “profunda mutação no pensar a coisa política”, Lebrun contrapõe os modelos “mecânicos” de Hobbes e Locke, vistos acima rapidamente, mas fala também da linguagem do equilíbrio de forças em Rousseau com o seu *Contrato Social*, e outras linguagens que se aproximam da metáfora newtoniana na analogia entre o universo e a cidade, isto é, entre atrações e repulsas: “A verdadeira união, escreve Montesquieu, é uma união de harmonia, que faz que todas as partes (...) concorram para o bem geral da sociedade (...) da mesma forma que as partes deste universo (...)”. Na definição de “coisa política”, a partir da percepção do social centrado na atividade econômica dos indivíduos, o filósofo aponta para outra questão, a da ambição de construir uma sociedade regida por leis invioláveis, capazes de evitar a anarquia e o despotismo, “estes dois estados apolíticos” que aproximam Kant a Hobbes: uma concepção de comunidade humana como coisa, ou “como obra de arte feita de regras jurídicas, assentada em si mesma e independente tanto das inclinações quanto das virtudes humanas (...)” (Mandt *apud* Lebrun, 1984: 56). “Ora”, completa Lebrun, “é obvio que esta maravilhosa relojoaria só poderá funcionar se for animada por um motor dotado de uma força irresistível e capaz de impedir qualquer deslize na engrenagem”. Essa força, por seu turno, “não é necessariamente a capacidade de agir por meios violentos de coerção, mas de meios que permitam influir no comportamento de outras pessoas”, ou seja, “uma canalização da potência” (*Macht*), que significa “toda oportunidade de impor a sua própria vontade, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando em que repouse tal oportunidade”, segundo essa “fórmula” de Max Weber empregada por Lebrun. “*Macht*”, por seu turno, carrega um sentido mais específico:

Mas, então, por que falar em *poder*, e não em *potência*? (...) É que *poder* inclui um elemento suplementar, que está ausente de *potência*. Existe *poder* quando a *potência*, determinada por uma certa força, se explicita *de uma maneira muito precisa*. Não sob o modo de ameaça, da chantagem, etc..., mas sob o modo da *ordem* dirigida a alguém que, presume-se, deve

cumpri-la. É o que Max Weber chama de *Herrschaft* - e podemos acompanhar Raymond Aron traduzindo este termo como *dominação*, pois assim conservamos a raiz alemã *Herr* (*Herr* = *dominus* = senhor). A dominação é, segundo Max Weber, "a probabilidade de que uma ordem com um determinado conteúdo específico seja seguida por um dado grupo de pessoas" (Lebrun, 1984: 12-13, grifos do autor).

Poder como dominação, portanto, é do que tratamos em todo o percurso deste trabalho à luz dos exemplos já descritos, que revelam o "poder do pai sobre a casa", isto é, o *dominium* do *Herrschaft*, figura ímpar de nossa sociedade patriarcal, cujo poder extravasa o domínio privado e conforma historicamente o espaço público de nossas cidades. Esse poder, por sua vez, não é capaz de dar forma somente ao espaço público, a "coisa pública" em si, mas também à "alma" dos cidadãos, como fala Murilo de Carvalho, a "alma" daqueles que ainda não poderiam ser chamados de "repúblicos", e que por isso mesmo haveriam de ser "compensados" por meio da mobilização simbólica. Domínio sobre as mentes e os corpos dos indivíduos, como quer Foucault: domínio inscrito nas ações, através das disciplinas, das normalizações, das regras de comportamento, das posturas como aquelas que cabem no âmbito da higiene e nas motivações dos planos urbanísticos. Domínio do médico, do engenheiro sanitarista, dos detentores de poder científico e doutrinário, dos saberes legitimados que, invariavelmente, pertencem aos privilegiados nas sociedades de classes e que, em suma, junto aos detentores da riqueza, detêm o poder político.

Em Lebrun, detemo-nos basicamente na problematização do poder à luz de algumas doutrinas políticas. Nos limites de nossa exposição, não caberia avançar nas suas discussões, mesmo porque, com vistas a acompanhá-lo seria necessário um aprofundamento sobre a obra de Hobbes, identificado com o Estado Absoluto, Locke com a monarquia, Montesquieu e Rousseau, preocupados com a democracia ou o equilíbrio de forças atuantes na sociedade, entre outros autores que pensaram não somente essas doutrinas como também as instituições políticas, estas que respondem pelas histórias do direito, escritas por aqueles que tiveram envolvimento direto nos negócios de Estado e nos ordenamentos civis. De nossos apanhados fica ausente um traço metodológico que comporte os distintos campos de análise da filosofia e da ciência política, voltada aos critérios "avalorativos" que faltam àquelas preocupadas com o fundamento último do poder¹¹⁵.

No que toca às instituições políticas ou ao Estado propriamente dito, fica aqui a desejar o aprofundamento sobre as teorias mais marcantes que, primeiramente distinguidas por Max Weber, foram necessárias para sustentar a separação entre os pontos de vista jurídico e o sociológico. Das teorias sociológicas do Estado, por sua vez, não caberia neste espaço explorar as vertentes funcionalista (encabeçada por Parsons) e marxista, esta que em última instância toma por base a economia como determinante e aquela do sociólogo norte-americano que concebe o "sistema global", caracterizado por funções para o desempenho e a conservação do equilíbrio social¹¹⁶.

---

¹¹⁵ Segundo Norberto Bobbio, "A filosofia política não tem caráter avalorativo; como investigação do fundamento último do poder não deseja explicar o fenômeno do poder mas justifica-lo, operação que tem por finalidade qualificar um comportamento como lícito ou ilícito, o que não se pode fazer sem a referência a valores..."; como investigação da essência da política escapa a toda verificação ou falsificação empírica, na medida em que isso que se chama presunçosamente de essência da política resulta de uma definição nominal e, como tal, não é verdadeira nem falsa. Bobbio, 1987: 56.

¹¹⁶ "As duas concepções podem ser reproduzidas ao diverso problema de fundo que elas próprias se põem e pretendem resolver. Enquanto a teoria funcionalista, especialmente na sua versão parsoniana, é dominada pelo

Em paralelo à leitura de Lebrun, o que nos orientou foram as explicações dadas por Norberto Bobbio (*Estado, Governo e Sociedade*, 1987) sobre as distintas disciplinas históricas que compreendem o estudo do Estado e as formas de governo. O foco sobre o poder como até aqui apresentado teve o objetivo de reforçar a compreensão do fenômeno do Estado como um processo de concentração de poder sobre um território e que, por conseguinte, acarreta a monopolização dos indivíduos para a manutenção da ordem e a expropriação de bens e meios de produção. Ou seja, tal como Bobbio atribui à concepção weberiana, "o Estado moderno constituído pelo aparato administrativo com a função de prover a prestação de serviços públicos e o monopólio legítimo da força".

A liberdade, no quadro exposto, parece não escapar da relação política entre governantes-governados, soberano-súditos ou Estados-cidadãos, o que para Bobbio trata da relação entre superior e inferior, "salvo numa concepção democrática radical onde governantes e governados identificam-se ao menos idealmente numa única pessoa e o governo se resolve no autogoverno":

Considerada a relação política como uma relação específica entre dois sujeitos, dos quais um tem o direito de comandar e o outro o dever de obedecer, o problema do Estado pode ser tratado prevalentemente do ponto de vista do governante ou do ponto de vista do governado: *ex parte principis* ou *ex parte populi*. Na realidade, numa longa tradição que vai do *Político* de Platão ao *Príncipe* de Maquiavel, da *Ciropédia* de Xenofonte ao *Princeps christianus* de Erasmo, os escritores políticos trataram o problema do Estado principalmente do ponto de vista dos governantes: seus temas essenciais são a arte de bem governar, as virtudes ou habilidades ou capacidades que se exigiam do bom governante, as várias formas de governo, a distinção entre bom e mau governo, a fenomenologia da tirania em todas as suas diversas formas, direitos, deveres e prerrogativas dos governantes, as diversas funções do Estado e os poderes necessários para cumpri-las adequadamente, os vários ramos da administração, conceitos fundamentais como *dominium*, *imperium*, *maiestas*, *auctoritas*, *potestas* e *suma potestas* que se referem apenas a um dos dois sujeitos da relação, àquele que está no alto e que se torna deste modo o verdadeiro sujeito ativo da relação, sendo o outro tratado como sujeito passivo, a matéria com respeito à forma (formante) (Bobbio, 1987: 63).

Não que outra perspectiva tenha estado ausente, completa Bobbio, "a da sociedade política vista de baixo", porém, a persistência de certas metáforas – a do pastor (pressupondo um rebanho), a do timoneiro (que pressupõe uma "chusma", isto é, um bando, um ajuntamento de gente), o pai (que pressupõe filhos menores e carentes), o senhor (que pressupõe servos) – mostra, "mais do que uma longa exemplificação, o sentido e a direção predominantes no discurso político dos séculos passados". E não escapa dessa ordenação discursiva a metáfora do governante-tecelão empregada por Platão no *Político*: "o fim da trama da ação política é uma boa tecedura", isto é, "indica a cada um as obras que devem ser terminadas".

A "reviravolta", segundo Bobbio, ocorre no início da idade moderna, com a doutrina dos direitos naturais relacionada ao indivíduo singular, com Johannes Althusius, o filósofo

---

tema hobbesiano da ordem, a marxista é dominada pelo tema da ruptura da ordem, da passagem de uma ordem a outra, concebida como passagem de uma forma de produção a outra através da explosão das contradições internas ao sistema... Enquanto a primeira se preocupa essencialmente com o problema da conservação social, a segunda se preocupa essencialmente com a mudança social. De um lado, as mudanças que interessam à teoria funcionalista são as que ocorrem no interior do sistema e que o sistema tem a capacidade de absorver mediante pequenos ajustamentos previstos pelo próprio mecanismo do sistema. Marx e os marxistas sempre preconizaram, analisaram e prefiguraram a grande mudança, aquela que coloca em crise um determinado sistema e dele cria, através de um salto qualitativo, um outro sistema". Idem: 56.

calvinista alemão considerado o pai do federalismo: "A política é a arte por meio da qual os homens se associam com o objetivo de instaurar, cultivar e conservar entre si a vida social" (Althusius, 1603, *apud* Bobbio, 1987: 64). O ponto de partida que durante séculos foi uma referência foi o oposto, o da *Política* de Aristóteles: "É evidente (...) que o Estado existe por natureza (e portanto não é instituído pelos homens) e é anterior a cada um dos indivíduos" (Aristóteles, 1253 a.C., *apud* Bobbio, 1987: 64). De modo que, com Althusius, a inversão das doutrinas aristotélicas "comporta o relevo dado a problemas políticos diversos daqueles tratados habitualmente por quem se põe *ex parte principis*, isto é, na perspectiva na "velha ordem" encarnada no poder do soberano:

... a liberdade dos cidadãos (de fato ou de direito, civil ou política, negativa ou positiva) e não o poder dos governantes; o bem-estar, a prosperidade, a felicidade dos indivíduos considerados um a um, e não apenas a potência do Estado; o direito de resistência às leis injustas, e não apenas o dever de obediência (ativa e passiva); a articulação da sociedade política em partes inclusive contrapostas (os partidos não mais avaliados unicamente como facções que dilaceram o tecido do Estado), e não apenas a sua compacta unidade; a divisão e contraposição vertical e horizontal dos diversos centros de poder e não apenas o poder na sua concentração e na sua centralidade; o mérito de um governo devendo ser procurado mais na quantidade de direitos de que goza o singular do que na medida dos poderes dos governantes (Bobbio, 1987: 64).

Para Bobbio, a mais alta expressão da inversão iniciada por Althusius, após passar por Locke, Spinoza e Rousseau, são as Declarações dos direitos americanas e francesas, nas quais é enunciado o princípio de que "o governo é para o indivíduo e não o indivíduo para o governo", um princípio que influenciou todas as constituições e a reflexão a respeito do Estado, ao menos em termos ideais. As revoluções, interpretadas então como positivas, representaram a crise do Estado *ex parte populi*, isto é, reveladoras do ponto de vista dos cidadãos. A liberdade dos cidadãos, entretanto, quando recai na esfera do poder como tratamos até aqui, passa para os aspectos normativos relacionados aos direitos civis, políticos e sociais e ao reconhecimento intersubjetivo nos modos mais diversos para encontrar o pleno sentido da cidadania. Sobre tais desdobramentos é que passamos a elaborar um recorte breve e final para o presente capítulo.

Final do EXCURSO:

Luta por direitos, modos de representação e cidadania no Brasil

De nossos dias para trás, os acontecimentos tidos como violentos que se propagam na sociedade brasileira sempre se chocam com mito da "não violência", quer aqueles relacionados à violência desorganizada dos marginais, quer os que partem das ações organizadas dos trabalhadores, de estudantes, de professores, de profissionais da saúde e de todos os grupos mais vulneráveis, o que denota, como fala Marilena Chauí, que "algo está podre no reino do Brasil":

O mito da não violência brasileira foi construído graças a dispositivos ideológicos precisos que, por um lado, permitissem considerar a violência como acontecimento acidental e não como algo constitutivo da sociedade de classes e, por outro lado, justificassem a exclusão

social e histórica dos sujeitos violentos. A história oficial do país é construída de modo linear, contínuo e progressivo, suas datas e seus feitos coincidindo com a imagem que a classe dominante tem de si mesma - do 10 de abril de 1500 ao "Pacote de Abril" de 1977 (a "abertura democrática" elaborada pelo general Golbery do Couto e Silva), passando pelo 1.º de abril de 1964 (o golpe militar), não há solução de continuidade, de sorte que acontecimentos como as revoltas de Palmares, Balaiada, Praieira, Canudos, Contestado, Muckers, Farrapos, as greves no campo em 1870, as greves urbanas durante todo o século XX, as Ligas Camponesas no início dos anos 1960, as lutas de posseiros e garimpeiros contra os índios, para enumerar apenas alguns fatos, aparecem como se fossem momentos de irracionalidade e de imaturidade num povo inculto açulado por agentes perniciosos. História do vencedor e de sua memória, silêncio e destruição dos vencidos, eis uma violência jamais contestada, jamais mencionada (Chauí, 2013: 240-241)¹¹⁷.

O parágrafo acima foi extraído de um texto de Marilena Chauí publicado em setembro de 1980, época em que no Brasil ainda vigorava o terrorismo protagonizado pelo Esquadrão da Morte, organização paramilitar surgida nos anos 1960, para matar supostos criminosos tidos como perigosos para a sociedade. É época em que o terrorismo do Esquadrão se fazia em meio ao terrorismo marcado pela Lei de Segurança Nacional e pela Lei da Imprensa do governo militar, de profundos problemas relacionados à desigualdade econômica, à miséria e à concentração de riqueza, às discriminações racial, sexual e de classe, à negação de *habeas corpus* aos presos políticos, etc. Chauí falava dessa violência como "o ar que respiramos", e "porque somos seus agentes e pacientes não a percebemos, senão quando ultrapassa os limites do costumeiro", e porque essa violência é "legitimada no plano do saber e cristalizada no plano das instituições".

Porém, mesmo quando tomamos consciência dela e sobre ela falamos, o fazemos por um prisma preciso: nós a tomamos como violação e como transgressão. Encarada pelo prisma essencialmente jurídico, a violência não é atingida em seu cerne, pois a violência é o poder para transformar um sujeito em coisa. Ser sujeito (individual ou coletivo, ético ou político) é ser para si mesmo e por si mesmo a garantia da produção de sua própria ação e ser responsável por ela. É essa condição de sujeito que nos tem sido roubada (com nossa convivência) em todas as esferas da vida social: no trabalho, onde a divisão do processo de produção e a tecnologia reduzem o produtor a um executante incompetente; na escola, onde as pedagogias e as teorias reduzem o aluno a objeto e a razão, à instrumentalidade prática; nos hospitais, onde as empresas decidem a ação dos médicos e estes reduzem os pacientes a coisas medicáveis; na política, onde o autoritarismo ditatorial reduz os cidadãos à imaturidade passiva e não participante. Disciplinado, normalizado e punido, as leis e as regras revelam a verticalidade da violência que desce do Estado à sociedade civil, depois de haver subido desta última para o centro estatal (Chauí, 2013: 242).

Desse "ar que respiramos", certamente danoso à saúde física e política de milhões de brasileiros, vamos tratar a seguir de um outro, talvez ainda mais "pestilento" que aquele dominante na teoria miasmática, parafraseando o que que disse Foucault ao diferenciar a saúde da salubridade, esta como o "estado das coisas (...) que permite a melhor saúde possível". Ou seja, vamos tratar aqui de uma condição inerente à "saúde política" dos cidadãos, desse "estado das coisas" que perfaz "o longo caminho" da cidadania no Brasil. Deixemos, por ora, as afirmativas de Marilena Chauí citadas acima no que toca ao "estado das coisas" do período de autoritarismo militar, mas de forma a não perder suas palavras relacionadas ao mito da não violência, que é sempre colocado em momentos de crise de

---

¹¹⁷ "O homem cordial, um mito destruído à força". *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Chauí. André Rocha, 2013. O texto foi publicado originalmente em: *Folha de S. Paulo*, Folhetim, São Paulo, 21 set. 1980: 6).

representação ou em situações nas quais se torna mais aguda a repressão sobre os sujeitos na esfera da vida social. Contudo, não nos esqueçamos de que naquele período os brasileiros já percorriam o “longo caminho” para certa emancipação política, certa conquista de direitos civis e alguma sorte de reconquista de direitos sociais. É neste sentido que fala José Murilo de Carvalho sobre o esforço pela construção da democracia no Brasil que ganhou ímpeto após o fim da ditadura, em 1985, sendo uma de suas marcas a palavra cidadania.

Políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais, dirigentes de associações, simples cidadãos, todos a adotaram. A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. Mais ainda, ela substituiu o próprio povo na retórica política. Não se diz mais “o povo quer isto ou aquilo”, diz-se “a cidadania quer”. Cidadania virou gente. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1998 de Constituição Cidadã (Carvalho, 2013: 7).

Entretanto, Carvalho afirma que “havia ingenuidade no entusiasmo”, pois se acreditava que a democratização das instituições, aniquiladas pelo regime militar, formaria rapidamente um quadro de “felicidade nacional”, pela reconquista do direito de eleger prefeitos, governadores e presidente, subentendida, assim, a garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social.

De liberdade, ele foi (o direito político). A manifestação do pensamento é livre, a ação política e sindical é livre. De participação também. O direito do voto nunca foi tão difundido. Mas as coisas não caminharam tão bem em outras áreas. Pelo contrário. Já 15 anos passados desde o fim da ditadura, problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas ou continuam sem solução, ou se agravam, ou, quando melhoram, é em ritmo muito lento. Em consequência, os próprios mecanismos e agentes do sistema democrático, como as eleições, os partidos, o Congresso, os políticos, se desgastam e perdem a confiança dos cidadãos (Carvalho, 2013: 8).

Dessa condição, um ponto com o qual todos corroboram com Carvalho é que “não há indícios de que a descrença dos cidadãos tenha gerado saudosismo em relação ao governo militar”. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, de José Murilo de Carvalho, foi publicado em 2001, momento em que se comemorava a passagem dos 500 anos da conquista dessas terras pelos portugueses, e diga-se de passagem, “não há o que comemorar”, como conclui Marilena Chauí em seu *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (Chauí, 2000). No entanto, continuamos a comemorar o “mito fundador” através da televisão, da escola, e quem tem acesso à internet encontra nas “explicações” de um poderoso *site* o “descobridor” que, naquele 22 de abril de 1500, provocou um “impacto” equivalente à “chegada de nave de extraterrestres pertencentes a uma civilização milhares de anos mais avançada do que a nossa”¹¹⁸.

A reflexão sobre a cidadania, portanto, torna-se central quando parte da apresentação dada por mais um mito como este, que consagra a “civilização avançada” sobre os povos nativos do Brasil. Nosso esforço de desconstrução vai depender da reformulação de muitas narrativas dos fatos históricos, contendo-nos para não ceder ao encanto de um “manto

---

¹¹⁸ A informação aparece em primeiro lugar entre os 647.000 resultados na busca por “Descobrimento do Brasil” no Google. “O impacto causado pela chegada dos portugueses é o mesmo que causaria hoje a chegada de nave de extraterrestres pertencentes a uma civilização milhares de anos mais avançada do que a nossa”. In: pt.wikipedia.org (acesso em outubro de 2013).

diáfano” a encobrir a verdade, parafraseando a epígrafe de Eça de Queirós no seu romance *A Relíquia*: “Sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia”¹¹⁹.

O “Brasil 500”, denominação dada às comemorações das mais sofisticadas pelos canais televisivos “é, pois, um semióforo historicamente produzido” e “como todo semióforo que se destina a explicar a origem e dar um sentido ao momento fundador de uma coletividade é uma entidade mítica” (Chauí, 2000: 29).

Uma cidadania plena, como fala Carvalho referindo-se a Thomas Marshall, é construída pela combinação da liberdade, da participação e da igualdade para todos, sendo um ideal talvez inatingível, mas que serve de parâmetro “para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico”: Carvalho toma essa discussão afirmando que “o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido”. De nosso histórico podemos, então, antever uma dificuldade maior para atingir esse ideal, uma vez que ele não é externo aos mitos. Daí o esforço que compete à desmistificação, tanto quanto possível, desses símbolos de tamanha grandeza e fecundidade muitas vezes adiáfanos, ao menos à compreensão dos mais de 13 milhões de analfabetos brasileiros¹²⁰.

Segundo Carvalho, uma exceção dada à lógica da cidadania, conforme analisada pelo sociólogo inglês Thomas Humphrey Marshall, recai sobre a educação popular, definida como um direito social e pré-requisito para a expansão dos outros direitos, permitindo reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo. Marshall publicou em 1950 *Citizenship and Social Class*, definindo a sequência dos direitos civis, políticos e sociais como respectivamente encontrada na Inglaterra nos séculos XVIII, XIX e XX, tendo no conceito de direitos sociais a ligação com as classe sociais e com a educação.

Segundo ele (Marshall), não se trata de sequência apenas cronológica: ela é também lógica. Foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo de seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais (...) Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política (Carvalho, 2013: 11).

Para avançar com a ideia de que a educação pode servir à construção da cidadania, há que se lembrar de que disso tratou a pedagogia revolucionária de Paulo Freire (1921-1997), fundamentada na prática didática em diálogo com a realidade, em contraposição ao que o educador denominava de “educação bancária”, isto é, burocrática e alienante: um processo educativo onde o educando criaria seu próprio caminho, libertando-se das armadilhas alienantes e tornando-se apto para uma consciência política. Entretanto, a educação brasileira sempre andou de mãos dadas com a ideia de processo “civilizatório”, propagando-se através das elaborações ideológicas e gerando, no mais das vezes, a confusão

---

¹¹⁹ *A Relíquia* de Eça de Queirós foi publicada originalmente em folhetins do jornal *Gazeta de Notícias* do Porto, em 1887.

¹²⁰ O analfabetismo no Brasil, em constante queda desde 1998 voltou a crescer nos últimos anos. Segundo dados do IBGE, foram identificados 13, 2 milhões de pessoas que não sabem ler nem escrever, o equivalente a 8,7% da população total do país com 15 anos ou mais de idade. Em 2011 eram 12,9 milhões (8,6% do total). Em 2004, 11,5%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2012).

generalizada, como explicitada por Marilena Chauí nos capítulos de seu livro denominados “Com fé e orgulho” e “O verdeamarelismo” (Chauí, 2000).

Os caminhos para a cidadania plena não seguem a “linha reta”, como no caso da Inglaterra, servem apenas para “comparar por contraste”, como diz Carvalho, observando que no caso do Brasil duas diferenças se fazem importantes: a primeira delas “se refere à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos”, daí que “quando falamos de um cidadão inglês, ou norte-americano, e de um cidadão brasileiro, não estamos falando a mesma coisa”. Murilo de Carvalho vem ainda lembrar-nos de que, dada a natureza histórica da cidadania, ela mesma parte de um fenômeno histórico que é a formação dos Estados-nação, a luta por direitos terá que ser entendida caso a caso, isto é, dentro das respectivas fronteiras geográficas e políticas. Daí todo o apelo a sentimentos como a “lealdade” ao Estado e a “identificação” com a nação. Ao mencionar o fenômeno histórico do Estado-nação como datado pela Revolução Francesa de 1789, Carvalho enfatiza que a lealdade e a identificação das pessoas se ligam ao contexto histórico, mas ressalta que as duas coisas nem sempre aparecem juntas:

A identificação à nação pode ser mais forte do que a lealdade ao Estado, e vice-versa. Em geral, a identidade nacional se deve a fatores como religião, língua e, sobretudo, lutas e guerras contra inimigos comuns. A lealdade ao Estado depende do grau de participação na vida política. A maneira como se formaram os Estados-nação condiciona assim a construção da cidadania. Em alguns países, o Estado teve mais importância e o processo de difusão dos direitos se deu principalmente a partir da ação estatal. Em outros, ela se deveu mais à ação dos próprios cidadãos (Carvalho, 2013: 12).

Para acompanhar essa questão como colocada por Murilo de Carvalho, nos parece apropriado clarear um ponto importante acerca da “identidade nacional”. Já abordamos, através de Marilena Chauí, a elaboração do “caráter nacional” relacionada à expansão das fronteiras, à população, língua, raça e religião, entendidos como expressão cultural do povo. Chauí reforça, através de Dante Moreira Leite (*O caráter nacional brasileiro*) que as formulações brasileiras sobre o “caráter nacional” depende de três determinantes principais: o momento sociopolítico, a inserção de classe ou a classe social dos autores, e as ideias europeias mais em voga em cada ocasião.

Tomando as construções do “caráter nacional” como ideologias, Moreira Leite conclui seu livro afirmando que elas foram, na verdade, obstáculos para o conhecimento da sociedade brasileira e não a apresentação fragmentada e parcial de aspectos reais dessa sociedade (Chauí, 2000: 21).

Chauí observa que nessa elaboração ideológica não faltaram aqueles que a fizeram de forma plena e completa, ora de forma positiva (Afonso Celso, Gilberto Freyre ou Cassiano Ricardo), ora de forma negativa (Silvio Romero, Manoel Bonfim, Paulo Prado): “em outras palavras, quer para louvá-lo, quer para depreciá-lo, o ‘caráter nacional’ é uma totalidade de traços coerente, fechada e sem lacunas porque constitui uma ‘natureza humana’ determinada” (Chauí, 2000: 21). O nosso retorno a essa questão, portanto, encontra sentido diverso no que toca à “identidade nacional” mencionada por Carvalho. Com Chauí, a ideologia da “identidade nacional” opera em outro registro, como diz a autora:

Antes de mais nada, ela (a ideologia da “identidade nacional”) define um núcleo essencial tomando como critério algumas determinações internas da nação que são percebidas por

sua referência ao que lhe é externo, ou seja, a identidade não pode ser construída sem a diferença. O núcleo essencial é, no plano individual, a personalidade de alguém, e, no plano social, o lugar ocupado na divisão do trabalho, a inserção social de classe. Isso traz como consequência que a "identidade nacional" precisa ser concebida como harmonia e/ou tensão entre o plano individual e o social e também como harmonia e/ou tensão no interior do próprio social. Para fazê-lo, os ideólogos da "identidade nacional" invocam as ideias de "consciência individual", "consciência social" e "consciência nacional". Ou, como observa Perry Anderson, a identidade "deve incluir uma certa consciência (...) sempre possui uma dimensão reflexiva ou subjetiva, enquanto o caráter pode permanecer, no limite, puramente objetivo, algo percebido pelos outros sem que o agente esteja consciente dele". O apelo da "identidade nacional" à consciência opera um deslizamento de grande envergadura, escorregando da consciência de classe para a consciência nacional (Chauí, 2000: 21-26).

O que faz a diferença, portanto, é justamente a diferença, ou seja, a relação com o outro que parece ser intrínseca à noção de identidade. Mas não há dúvida que a questão da raça, no caso brasileiro, torna a questão da diferença deveras significativa. Veja-se uma argumentação de Chauí nesse sentido:

Enquanto a ideologia do "caráter nacional" apresenta a nação totalizada - é assim que, por exemplo, a mestiçagem permite construir a imagem de uma totalidade social homogênea -, a da "identidade nacional" a concebe como totalidade incompleta e lacunar - é assim que, por exemplo, escravos e homens livres pobres, no período colonial, ou os operários, no período republicano, são descritos sob a categoria da consciência alienada, que os teria impedido de agir de maneira adequada. A primeira opera com o pleno ou o completo, enquanto a segunda opera com a falta, a privação, o desvio. E não poderia ser de outra maneira. A "identidade nacional" pressupõe a relação com o diferente. No caso brasileiro, o diferente ou o outro, com relação ao qual a identidade é definida, são os países capitalistas desenvolvidos, tomados como se fossem uma unidade e uma totalidade completamente realizadas. É pela imagem do desenvolvimento completo do outro que a nossa "identidade", definida como subdesenvolvida, surge lacunar e feita de faltas e privações (Chauí, 2000: 27).

Detendo-nos um pouco mais nas argumentações de Chauí sobre a "identidade nacional", veremos que ela ressalta alguns pontos relevantes para a compreensão dessa elaboração. Em primeiro lugar, "a ausência de uma burguesia plenamente constituída", ou seja, uma classe dominante que possa ser "portadora de um projeto hegemônico", em "condições de se apresentar como classe dirigente; há um *vazio* no alto" (como a autora afirma e grifa). Em segundo lugar, "a ausência de uma classe operária madura, autônoma e organizada, preparada para propor um programa político capaz de destruir o da classe dominante fragmentada...: há um *desvio* embaixo", o que explica o populismo. Em terceiro lugar, "a presença de uma classe média de difícil definição sociológica, mas caracterizada por uma ideologia e uma prática heterônomas, oscilando entre atrelar-se à classe dominante ou ir a reboque da classe operária". Em quarto lugar, o Estado, ocupando o espaço das duas primeiras ausências e a "inoperância da classe média", cria o "único sujeito político e o único agente histórico". Por fim, a precária situação de todas as classes "torna impossível a qualquer delas produzir uma ideologia, entendida como um sistema coerente de *representações* e normas com universalidade suficiente para impor-se a toda a sociedade" (grifo nosso).

Veja-se que, dessa forma, entre "vazios" e "desvios", uma mais clara visão de "identidade" toca as especificidades brasileiras, construídas na "perspectiva do atraso ou do subdesenvolvimento", o que explica não somente suas apresentações como as dificuldades em suas representações políticas.

Longe de acompanhar o diversificado e “longo caminho” apontado em *Cidadania no Brasil* por Murilo de Carvalho, é importante ao menos citá-lo como talvez o mais detalhado estudo periodizado sobre a cidadania e as lutas por direitos civis, políticos e sociais no país. As “pedras no caminho da construção democrática”, na “viagem” por esses meios “tortuosos que a cidadania tem seguido no Brasil”, como fala Carvalho na introdução de seu texto, exigiu séculos de aprendizado, mas que “há ainda entre nós muito espaço para o aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais de representação” com vistas à democratização do poder. Com relação à “estadania” já mencionada anteriormente, vamos reapresentá-la logo adiante com palavras de Carvalho, pois agora o seu significado fortalece o final deste nosso EXCURSO.

Empregamos inicialmente a sequência dos direitos dada por Murilo de Carvalho com referência a Thomas Marshall, explicando que no Brasil essa sequência foi invertida, isto é, com a “pirâmide dos direitos de cabeça para baixo”. Quanto a isso, Carvalho afirma que “seria tolo achar que só há um caminho para a cidadania”, e que na Europa também houve percursos distintos. No entanto, quando se indaga sobre as consequências de colocar os direitos sociais na base da pirâmide, ele vê o problema como excessiva valorização do Poder Executivo.

Se os direitos sociais foram implantados em períodos ditatoriais, em que o Legislativo ou estava fechado ou era apenas decorativo, cria-se a imagem, para o grosso da população, da centralidade do Executivo. O governo aparece como o ramo mais importante do poder, aquele do qual vale a pena aproximar-se. A fascinação com um Executivo forte está sempre presente, e foi ela sem dúvida uma das razões da vitória do presidencialismo sobre o parlamentarismo, no plebiscito de 1993. Essa orientação para o Executivo reforça longa tradição portuguesa, ou ibérica, patrimonialismo. O Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores. A ação política nessa visão é sobretudo orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação. (...) Essa cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o que chamamos de “estadania”, em contraste com a cidadania (...) Ligada à preferência pelo Executivo está a busca por um messias político, por um salvador da pátria (...) (Carvalho, 2013: 221)

Diante desse quadro, Murilo de Carvalho afirma que em termos de consolidação democrática, “o principal é dar ênfase à organização da sociedade”, pois esta “não precisa e não deve ser feita contra o Estado em si”, mas “contra o Estado clientelista, corporativo, colonizado”. Carvalho comenta acima sobre o plebiscito de 1993¹²¹ que, de fato, pela vitória do presidencialismo representou a cultura personalista de representação que permeia o imaginário latino-americano. Mas, há 20 anos o Brasil assistiu também ao processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. Collor, presidente da República eleito pelo voto direto, passou por denúncias de corrupção no fim de seus primeiros cem dias de governo. Seu primeiro plano de estabilização econômica surtiu efeito devastador sobre a população e pelo confisco do dinheiro do povo nos bancos. Havia denúncias de que dinheiro público era desviado para a construção de jardins luxuosos na residência oficial (a Casa da Dinda), tanto como para o pagamento de vultosas despesas do casal presidencial. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito terminou por revelar o desvio de

---

¹²¹ Em 21 de abril de 1993, foi realizado plebiscito que demandava escolher monarquia ou república e parlamentarismo ou presidencialismo. Essa consulta consolidou a forma e o sistema de governo atuais, ou seja, a república presidencialista. Sobre o plebiscito, ver arquivo@tse.jus.br.

verbas públicas através de empresas de seu ex-tesoureiro de campanha, o que deflagrou uma mobilização popular travejada de simbolismo, porém, desta vez, contra o presidente que já vinha com suas elaborações ideológicas de campanha em favor dos “descamisados”, mas logo se mostrando fascinado com o neoliberalismo e se colocando como “efígie da nação”. O movimento “Fora Collor”, formado em grande parte por estudantes, os chamados “Caras Pintadas”, se propagou pelo país. Diante do clamor da sociedade civil, foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados o pedido de *impeachment* com mais de 20 mil assinaturas. Com o parecer favorável da Câmara, em seguida o Congresso Nacional também decidiu pelo afastamento imediato do presidente.

Chacoalhadas nas estruturas do poder como no caso do movimento que levou ao *impeachment* de Collor mostram que a tomada de consciência política não obedece necessariamente uma reação com violência, isto é, não requer violência para agir em termos de consolidação democrática, sendo “o principal”, como afirma Murilo de Carvalho, “dar ênfase à organização da sociedade (...) contra o Estado clientelista, corporativo, colonizado”. Vinte anos depois, as manifestações iniciadas pelo Movimento Passe Livre contra o aumento das passagens de ônibus logo serviram para que se falasse em mudanças estruturais em quase todos os setores de atividades no país. Neste caso, vimos que o descontentamento acabou tendo como foco o modelo de representatividade política, e a violência ficou por parte da polícia. As reivindicações iniciais tratavam do descaso dos governos sobre a mobilidade nas cidades, do preço das passagens à péssima qualidade dos serviços de transporte urbano, mas logo fazia sentido uma luta contra todos os descasos e opressões. Daí que essa luta por direitos carrega em seu bojo os modos de representação e o sentido de cidadania no Brasil. A situação atual é bem diversa, pois agora se impõe o uso das redes sociais, nada imaginável no tempo dos “caras pintadas”, o que faz a mediação para a representação mais explosiva que reflexiva, tema mais específico para discussão que deixamos para o próximo capítulo, que aborda as cidades e os cidadãos em meio ao que chamamos de “retalhos urbanos”.

A expulsão da doença para a periferia na São Paulo moderna e a proletarização do Centro

A presença da indústria fabril na cidade de São Paulo marca a grande mudança de seu cenário na virada do século e a entrada de um novo protagonista: o operariado urbano. O período da Primeira República (1889-1930) é decisivo para a cidade, pois São Paulo se afirma como centro industrial no país e como metrópole. Essas afirmativas são corroboradas por economistas e historiadores que assinalam o vínculo entre a expansão cafeeira e a industrialização. Para que tal fenômeno ocorresse foram necessárias pré-condições, entre as quais a existência de um mercado interno não sujeito a vicissitudes conjunturais determinadas pelos preços dos produtos ou do produto de exportação. A política econômica liberal adotada pela República facilitou o crédito, o “dinheiro barato”, e acabou provocando o Encilhamento (década de 1890), que permitiu a criação de um significativo número de empresas no Rio de Janeiro, como vimos, mas também em São Paulo,

determinando sua primeira fase de substituição de importações. O incremento da capacidade de acumulação na cidade se deu pela presença dos capitais bancários nacionais e estrangeiros, que passaram a dar estímulo a determinados grupos ou empresários. Na virada do século ocorreu uma mudança que se tornaria estrutural: o ritmo de crescimento absoluto e relativo de São Paulo superou o de qualquer centro urbano do País. A população de São Paulo cresceu em dez anos cerca de 270%, isto é, 14% ao ano, chegando a 330 mil habitantes. O Rio de Janeiro, por seu turno, cresceu 33% nessa década, chegando a quase 700 mil habitantes. Seja pelo incremento populacional, seja pela dinâmica produtiva e de investimentos¹²², pode-se afirmar que na primeira década do século XX São Paulo ganhou a primazia industrial, muito embora com consequências políticas, sociais e econômicas que se fazem presentes até hoje. A cidade cresceu, “inchou” e transbordou pelas rebarbas de suas periferias, chamadas de arrabaldes, áreas mais distantes do Centro original que acolheu os negócios do primeiro período republicano; cresceu em todos os sentidos, inclusive no pior deles, expulsando as doenças (e os pobres, mais vulneráveis às enfermidades) para o mais longe possível, ao invés de aplacá-las. Se bem que não inventasse do nada o “remédio” para seus males, pois tinha na capital da República a “fórmula”, misturada com outras, que se buscava diretamente nos centros europeus, obviamente também na Paris de Haussmann. Daí que, em São Paulo os métodos profiláticos da Higiene se repetissem, igualmente, para além dos discursos sanitaristas, cunhando-se o perfil de uma política higienista, isto é, tratada como um caso de polícia.

Essa primeira fase de industrialização em São Paulo foi abordada por Warren Dean (*A industrialização em São Paulo*, 1971)¹²³ e outros historiadores, mas até hoje encontra polêmicas quanto às formas dadas por seus protagonistas, à origem étnica de muitos deles e aos meios de que se serviram para financiar a produção. Outro brasilianista, Thomas Skidmore (1998), afirma que essa indústria se construiu por uma rede de contatos entre comerciantes e banqueiros vinculados com os cafeicultores, facilitadora da transferência de excedente de capital da agricultura para o setor industrial emergente, “exatamente como a teoria industrial de desenvolvimento, ainda engatinhando, teria prescrito”; enfrentando a necessidade de impor disciplina aos trabalhadores, o que significava a “tirania do relógio”. Eram os imigrantes os preferidos pelos proprietários de fábricas por serem mais “bem treinados” nos ritmos do trabalho urbano, ainda que os locais de trabalho fossem relativamente pequenos, a exemplo de metalurgias com menos de dez empregados, ou seja, algo muito mais próximo à intimidade característica das pequenas unidades agrícolas que ambientes de emprego em massa: fábricas maiores eram restritas ao ramo da indústria têxtil.

Segundo Skidmore, um problema subsequente era o analfabetismo: a maioria dos brasileiros natos, especialmente os de ascendência rural, carecia de aprendizado básico e,

---

¹²² O primeiro censo industrial, de 1907, segundo o IBGE, atribui ao Rio de Janeiro aproximadamente 33% da produção industrial do país (especialmente têxtil), cabendo ao Estado de São Paulo 16%. Na década seguinte o Estado de São Paulo ganha a primazia industrial: em 1920 o Estado de São Paulo já representa 33,5% da produção, metade concentrada na capital. Nos anos seguintes a participação industrial do Estado de São Paulo cresce, com 35,7% em 1925 e 38,2% em 1930.

¹²³ Dean, 1971. Breve biografia e relação de trabalhos publicados por Dean: Warren Dean: um brasilianista acima de qualquer suspeita, de José C. S. Bom Meihy. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3752

portanto, não podia seguir instruções escritas, donde se tira outra motivação para o emprego dos imigrantes, com tendência a uma alfabetização ainda que mínima. Quanto às condições de trabalho e ao pagamento nas fábricas, pelos “padrões modernos”, ficavam a desejar. Skidmore fala de mulheres empregadas na indústria têxtil que trabalhavam longas horas em fábricas com pouca ventilação, mas lembra, contudo, que “nessa época as condições de trabalho na Europa e na América do Norte também estavam, pelos critérios de hoje, bem abaixo dos padrões. Leis de proteção aos trabalhadores foram aprovadas na Inglaterra apenas por volta da Primeira Guerra Mundial e nos Estados Unidos ainda mais tarde”. Lembra, também, que o trabalho urbano não evidenciava condições piores do que as enfrentadas pelos trabalhadores agrícolas, e ao menos em São Paulo e no Rio os trabalhadores de fábricas tinham a vantagem de mais acesso aos serviços do governo e melhores perspectivas para a mobilidade de seus filhos, “mesmo que ainda um tanto limitada” (Skidmore, 1998: 120-121).

Trabalhadores e Empregadores urbanos

Nesse período, tanto no Rio como em São Paulo, a maioria dos trabalhadores urbanos não tinha emprego na indústria, mas sim no setor de serviços (balconistas de lojas, motoristas de bondes, zeladores de prédios, empregados domésticos), onde mantinham uma rotina de trabalho tão rígida como nas fábricas e submetida ao capricho de seus empregadores. No setor informal, arranjavam-se os mascates no “faz-tudo” dos ambulantes, as lavadeiras, os meninos de recados, além dos pequenos ladrões e das prostitutas, indo e voltando para o campo, a depender das ofertas e da situação na cidade, escapando do censo, da polícia e do domínio das estruturais formais, despertando inquietação particular entre a elite, pois eram vistos como integrantes das “classes perigosas”, de que já tratamos anteriormente.

Na década de 1890, a instabilidade no emprego e as condições de trabalho motivaram a criação dos primeiros sindicatos, primeiramente entre trabalhadores das docas e das ferrovias e, “não por coincidência”, como fala Skidmore, “emergiam ao mesmo tempo que a chegada dos trabalhadores que tinham experiência sindicalista na Espanha e na Itália”: liderados principalmente por anarco-sindicalistas, alguns grupos mantinham a utopia, para um mais longo prazo, de acabar com a organização formal nos locais de trabalho; lutavam por melhores condições de trabalho, maior salário e uma organização trabalhista democrática e radical. Estes, mais atuantes em São Paulo, se opunham aos radicados no Rio de Janeiro, que pensavam num governo socialista e lutavam por concessões a curto prazo. Os trabalhadores sindicalizados de ambas as frentes enfrentavam obstáculos ante a constante repressão do governo e da polícia, além de se verem na competitividade entre as massas de candidatos a seus empregos por parte dos que provinham do campo. Tal situação era favorável aos patrões, que se nutriam desse excedente de mão de obra para despedir sumariamente, substituir empregados e manter a disciplina, cômicos de que os trabalhadores rurais mantinham forte tradição de deferência às elites.

Uma ação coletiva, como uma greve, não era fácil de ser empreendida, especialmente por significar perda salarial ou uma retaliação por parte dos patrões, que impunham o medo:

uma “lista negra” com os nomes dos organizadores de eventual manifestação era repassada entre os empregadores. E as táticas policiais contra grevistas eram duras: Skidmore relata que, em 1906, quando os trabalhadores da São Paulo Railway entraram em greve para protestar contra um corte de 10% no salário foram tratados com prisões em massa e intervenção militar nos trens. O brasilianista é enfático ao afirmar:

Em uma crise como uma greve, os empregadores dependiam do poder do cassetete policial para manter a disciplina dos trabalhadores. O mundo coercitivo da casa-grande da fazenda havia dado lugar ao quase igualmente coercitivo local de trabalho urbano (Skidmore, 1998: 123).

Ainda sobre a condição do trabalhador no ambiente urbano dessa época, vamos encontrar a mesma lógica de gerenciamento que seus equivalentes na Europa ocidental: os empregadores se pautam na manutenção dos salários baixos e os empregados não recebem benefícios em saúde, educação, pensões etc. Skidmore cita “um raro empregador esclarecido”, Jorge Street, dono de uma fábrica em São Paulo que fornecia moradia para seus empregados (como visto no capítulo II acerca dos socialistas utópicos). No geral, os empregadores “nutriam atitudes racistas e duvidavam que os trabalhadores pudessem sequer se elevar acima das tarefas servis”; faltava-lhes o reconhecimento do valor do trabalho habilitado tanto para a indústria como para as demais tarefas da economia moderna. Para Skidmore, “o conceito de que os empregados também eram consumidores, vital para o crescimento da economia, ainda não havia penetrado na América do Sul”, como já se fazia compreender entre os capitalistas nos Estados Unidos e no ocidente europeu: “o consumo acima do mínimo permanecia o privilégio de um pequeno estrato”.

À situação dos trabalhadores negligenciados em termos de assistência social, educação, saúde e habitação por parte de seus empregadores e do Estado caberia destacar, no contexto da cidade de São Paulo, a relação entre a massa de imigrantes e os negros recentemente alforriados, ou mesmo os pobres brasileiros aqui residentes, “quase todos pretos”, ou considerados “malandros pretos”, ou ainda os “ladrões mulatos e outros quase brancos tratados como pretos”¹²⁴. Essa é uma inflexão das mais perturbadoras na competitividade pelo trabalho e pelo reconhecimento interpessoal na cidade que cresceu, enriqueceu, mas ainda prima pelo desejo de suas elites de refletir-se no processo “civilizatório” que não inclui tais “malandros”, identificados com o passado colonial. Mantendo os estigmas, os negros ou a “população de cor”, quando considerada, perpetua a imagem do “negro de alma branca”, o protótipo do negro leal, devotado ao seu senhor, à sua família e à ordem social, como fala Florestan Fernandes em seu *O negro no mundo dos brancos* (1972). Somente há cerca de dez anos é que a Lei 10.639 de 2003 obriga a inclusão das disciplinas História da África e cultura afro-brasileira nos currículos escolares. Entrementes, as universidades que passam a implantar o sistema de cotas para os afrodescendentes não o fazem senão pela pressão dos movimentos negros, que aos poucos tem adquirido visibilidade no meio social e político.

A luta antirracista na educação não é fácil, pois também nas escolas se requer uma desconstrução dos vocabulários e das imagens racistas. A violência impera sobre os negros. Conforme pesquisa recente do IPEA, a expectativa de vida de um homem negro no Brasil é

---

¹²⁴ Parafraseando a letra da canção “Haiti” de Caetano Veloso.

quase dois anos menor do que deveria ser por causa da violência: a cada três homicídios, em dois a vítima é negra, e a razão está mais para o racismo que para as causas socioeconômicas; a cor da pele aumenta a vulnerabilidade dos negros em 8% ante aos riscos de se tornarem vítimas de homicídio. No feriado municipal em que se comemora o dia da Consciência Negra (20 de novembro), o tema da violência contra “pretos, pobres e periféricos” reuniu milhares de manifestantes em passeata pelas ruas de São Paulo. Entre os organizadores, estava um professor universitário morador do Mandaqui, distrito da zona norte da capital, que calcula já ter perdido 50 amigos assassinados. Como exemplo de racismo ele relata que “há quatro meses, quando andava pelos Jardins” (bairro de comércio de luxo e de moradores da classe média), foi abordado por policiais que lhe perguntaram o que estava fazendo lá¹²⁵.

Desvio para o branco: abandono do negro no espaço urbano

A percepção do preconceito racial no Brasil se aguçou com a Abolição. Ficaram para trás, mas não esquecidos, os horrores sobre a sociedade escravocrata descritos e ilustrados pelos viajantes estrangeiros que aqui aportaram no século XIX. Com a publicação de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (1933), o quadro interpretativo sobre o preconceito repercute de forma exponencial. O sociólogo pernambucano passou a ser atacado por amenizar o preconceito através da ênfase sobre os sentimentos, sobre a cordialidade e mesmo a sensualidade no contexto luso-brasileiro, ao que denominou, segundo Jessé Souza, de “plasticidade”, isto é, “a essa característica portuguesa e depois luso-brasileira como uma característica altamente singular e positiva”¹²⁶. Sob uma ótica culturalista, Gilberto Freyre apontava para uma hibridização que não nega a extrema violência nas relações entre brancos e negros, mas não deixa de considerar uma “confraternização” entre as raças validada pela miscigenação, tal como uma “marca” singular da sociedade brasileira. O autor valoriza as contribuições culturais dos negros africanos na culinária e em outras dimensões do trabalho, na beleza, na sensualidade e na sexualidade, nos ritmos, na música, na religião, o que serviu inclusive para abrandar os rigores morais da igreja e os preconceitos contra as doenças sexualmente transmissíveis como a sífilis, que passou a ser culturalmente aceita, encobrindo as relações sexuais entre senhores e escravos, dos padres com os cativos e de sinhozinhos que usavam e abusavam de seus “brinquedos”.

Como nenhum outro intérprete da cultura colonial, Freyre mostrou modos “extrovertidos” de romper com as ideologias racistas, incluindo o que ele chamou de “amolecimento” da língua, uma flexibilidade que trespassava também os aspectos da higiene, a medicina informal depois atacada pelos higienistas, enfim, traços que serviram para incomodar sobretudo a moral católica. Traços que, por sua vez, também influenciaram o próprio autor em seu estilo literário, que “não é romance, não é conto, não é poesia, não é teatro, sendo tudo isso ao mesmo tempo e tendo mais esta singularidade: é ciência” (Fonseca, 2011: 42). Edson Nery da Fonseca, biógrafo de Freyre, autor de vários títulos sobre sua obra e

¹²⁵ Dados do IPEA e depoimento do professor universitário cf. matéria de Lisandra Paraguassu, “Violência tira 1,73 ano de vida de negros”. *O Estado de S. Paulo*, 20 de novembro de 2013: A24.

¹²⁶ Segundo Jessé Souza (2009: 54), este é o argumento central que perpassa todo o livro *Casa Grande & Senzala*.

organizador de todos os textos de seu mestre afirma que *Casa Grande & Senzala*, tanto como *Sobrados e mucambos* e *Ordem e Progresso*, títulos sequências que compõem a história freyriana da sociedade patriarcal no Brasil, são textos que acabam de modo inesperado: Gilberto Freyre jamais usou a palavra “fim”. Talvez porque em sua abertura científica, como assinalou Franklin de Oliveira, “Gilberto Freyre tem a sua análise irisada de saudade, assim transformada em instrumento de penetração nas regiões mais misteriosas do ser e da atividade humana”¹²⁷.

Mas a “plasticidade” de Freyre foi logo atacada por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1936), do qual citamos no início deste capítulo o controverso sentido da “cordialidade”, que foi um dos elementos mais importantes na polêmica de Holanda contra Gilberto Freyre. Daí que essa tenha se avolumado entre sociólogos, historiadores e economistas, mas não isoladamente, porquanto o assunto transcende para outras áreas de interesse. Nas investigações da sociologia a formação econômica e sociocultural do país destaca o debate sobre os “discursos da excepcionalidade brasileira”, na economia o viés cepalino privilegia o campo de análise da “Teoria da dependência”, mas não raro a “herança patriarcal-patrimonial” se torna o centro desses debates. Em 1962, Fernando Henrique Cardoso publicou sua tese de doutorado em sociologia, *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Cardoso argumenta que, à altura de sua pesquisa, “havia a visão romantizada da escravidão, que pode ser resumida na polêmica dos acadêmicos paulistas com Gilberto Freyre, relacionada ao significado da violência na sociedade escravocrata”. Dessa afirmação, colhida de entrevista quando da recente reedição desse título¹²⁸, o ex-presidente fala do preconceito racial no Brasil como “uma forma de distanciamento”,

um modo de desconsiderar o outro para se afastar. No caso do escravo não havia necessidade disso. O escravo não era gente, era coisa. Não havia necessidade do preconceito, afinal ele era de outra espécie. Quando o escravo passa a ser formalmente igual aos todos os cidadãos é que se começam a descobrir formas de distinção. Busca-se na cor ou na biologia uma série de características para justificar o injustificável, que é a desigualdade.

Na mesma entrevista, Fernando Henrique Cardoso fala da negação da violência como uma forma de sustentar o mito da democracia, referindo-se a uma “tentativa de se criar uma visão no plano idílico”, uma visão de sociedade “boazinha”, a ver com o “homem cordial, emotivo. Aquele que bate, mas no fundo gosta, tudo perdoa”. Comparando a sociedade americana e a brasileira, Cardoso considera que o processo democrático, realizado de forma mais lenta no Brasil, é correlato à passagem da condição de escravo para a de cidadão: a Guerra da Secessão teria sido um fato a garantir um processo de cidadania mais rápido para o negro norte-americano.

A segregação durou até a década de 60. De qualquer maneira, a sociedade branca norte-americana se dividiu e a brasileira não, e isso atrasou muito, no nosso caso, a transformação

---

¹²⁷ E o que é “abertura científica”? É a adoção tanto de todas as teorias, métodos e técnicas – quanto de outras vias de conhecimento que existem para além das ciências da natureza e da cultura: a filosofia, a mística, a arte. A intuição e até a introspecção. A própria saudade – que é uma forma de introspecção ontológica – pode ser seu método, como assinalou Franklin de Oliveira em estudo que tem o significativo título de “A saudade como método”. “Procurando devassar a intimidade do homem brasileiro”, escreve Franklin de Oliveira, “Gilberto Freyre tem a sua análise irisada de saudade, assim transformada em instrumento de penetração nas regiões mais misteriosas do ser e da atividade humana”. Fonseca, 2011: 350.

¹²⁸ A entrevista é disponibilizada no site da editora Record: www.record.com.br

da situação do negro. Outro fator importante foi que no Brasil a Abolição levou para a miséria muita gente. No Rio Grande do Sul, isso foi menos visível porque o grosso da escravidão era urbana e houve a formação de uma pequena burguesia negra — este foi o motivo pelo qual fui estudar esta região —, que de alguma forma acolheu os libertos. Em São Paulo, como no resto do país, os negros saíram do campo e foram para as cidades, onde não havia nem empregos, nem mecanismos para absorver essa massa desocupada. Eles ficaram à margem da nova sociedade. Levou décadas para se criarem condições de inserir os descendentes dos escravos na nova estrutura produtiva. Essa história dos negros no Brasil nunca foi sistematicamente contada. Há fragmentos. Eu conto no Sul, Florestan em São Paulo e Gilberto Freyre dá um certo quadro de referência no Nordeste, mas não há nenhum livro que conte todo o processo de ascensão social dos negros.

Sobre a “ascensão social dos negros” no Brasil, talvez não se encontre “nenhum livro” porque tampouco essa “ascensão” existe e, se houver, é de modo embrionário, ou ainda permanece como uma “visão de liberdade” por parte dos negros. Contudo, nas últimas décadas, pesquisas passaram a articular a memória dos negros no âmbito da história oral, e mesmo os velhos arquivos dos tempos do Império e início da República continuam sendo explorados por parte dos pesquisadores em história, sociologia e antropologia. Sidney Chalhoub, por exemplo, publicou *Visões da Liberdade* (já citado anteriormente), resultado de uma análise minuciosa em meio à documentação de arquivos relacionados aos processos criminais e de obtenção de alforria no Rio de Janeiro das últimas décadas do século XIX. No contraponto de uma “ascensão social dos negros” ou de “visão de liberdade”, não se pode esquecer que até bem perto da Abolição, o “banzo” (melancolia que leva ao suicídio como forma de protesto à escravidão), mantinha índices elevados entre os escravos. Sobre o assunto, Saulo Veiga Oliveira e Ana Maria Oda, a partir de notícias da *Gazeta de Campinas* (1871-1887), abordam visões diversas sobre atos suicidas relacionados entre cativos e pessoas livres na província de São Paulo¹²⁹. Este artigo comenta uma série de estudos que destacam o tema, de autores como Gilberto Freyre, Roger Bastide e Lilia Schwarcz, entre outros¹³⁰.

Em finais da década de 1930, Gilberto Freyre parece ter sido um dos primeiros a utilizar sistematicamente jornais como fontes para a história da escravidão, em *O escravo nos anúncios de jornal do tempo do Império*, Freyre analisou material do Rio de Janeiro e de Pernambuco, destacando, entre outros aspectos, as indicações sobre deformidades ou deficiências físicas e marcas de castigos no corpo de escravos anunciados como fugitivos. Mais recentemente, no livro *Retrato em branco e negro*, Lilia Moritz Schwarcz apresentou estudo histórico-antropológico sobre as diversas imagens do negro veiculadas pelas notícias publicadas em três importantes jornais de São Paulo — *Correio Paulistano*, *Província de São Paulo* e *Redenção* — no final do século XIX. As imagens identificadas foram: o negro violento, o negro dependente, o negro feiticeiro, o negro degenerado (em especial, depois da década de 1880) e o negro suicida. Observa a autora que suicídios de escravos ocupavam com frequência a seção de notícias dos citados periódicos, sobretudo no final da década de

¹²⁹ Saulo Veiga Oliveira e Ana Maria Galdini Raimundo Oda, *O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão*. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n.2, abr.-jun. 2008: 371-388.

¹³⁰ Gilberto Freyre, “Deformações de corpo nos negros fugidos”. In: *Novos estudos afro-brasileiros: trabalhos apresentados ao 1o Congresso Afro-Brasileiro, realizado no Recife, em 1934*. Recife: Massangana, 1937: 243-248 (consultamos o fac-símile de edição de 1937, publicado pela editora Civilização Brasileira em 1988). Roger Bastide, *Os suicídios em São Paulo, segundo a cor*. Boletim de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, USP, n. 71: 1. Lilia Moritz Schwarcz, *Retrato em branco e negro: jornal, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

1870, quando apareciam quase diariamente, sendo poucos os casos em que se indicavam dúvidas sobre sua veracidade. Outro aspecto apontado é a preocupação em negar a participação do senhor nessas ações. Com relação às motivações atribuídas aos suicídios dos escravos, Schwarcz analisa que, apesar de muitas vezes não se saber a causa do ato, buscava-se explicá-lo a partir das atitudes da vítima, de seus vícios e maus costumes (como embriaguez); o "desespero" (por exemplo, quando um escravo em fuga se matava) e a loucura também aparecem como explicações (Oliveira e Oda, 2008).

Sobre a questão do preconceito e da violência embutida no processo de formação social no Brasil, já mencionamos, citando Marilena Chauí, o que Fernando Henrique Cardoso destaca na entrevista, o que demonstra aproximações mesmo entre os que divergem da condução política das últimas décadas. Não cabe aqui uma análise sequer sumária sobre a questão racial no Brasil, e porque o imbricamento desta com as questões políticas e econômicas não saltam de Freyre e Holanda para a década de 1960 como há pouco se passou a perceber: envolveria a leitura de uma série de trabalhos que, a partir do final da Segunda Guerra foram promovidos por instituições como a UNESCO, a ONU com a criação da CEPAL (organização que reunia a nata do pensamento desenvolvimentista latino-americano e que postulava a industrialização como o principal caminho para superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina) e o ISEB, cuja maioria dos membros era de pensadores influenciados pelas ideias da CEPAL.

A título de citação dentre importantes trabalhos realizados por estrangeiros ou destes em parceria com brasileiros, mencionamos *Branco e Negro em São Paulo* (1959), de Florestan Fernandes e Roger Bastide e, da década de 1960, os de forte posicionamento marxista que discutem as relações raciais no sistema escravocrata, como o já mencionado título de Fernando Henrique Cardoso e *As metamorfoses do escravo*, de Otávio Ianni (1962). Na década de 1970, a ideologia racista foi estudada por Skidmore em *Preto no branco: raça e racionalidade no pensamento brasileiro* (1976), um trabalho já clássico, que procura a explicação do racismo na sociedade brasileira, tendo por base escritos e discursos de cientistas, políticos e romancistas, revelando que a *intelligentsia* local, influenciada por padrões e formas europeus, procurou acomodar as teorias racistas então em voga. Como fala o brasilianista neste seu trabalho, sendo o negro "inferior" e a mestiçagem condenada, a "solução original" encontrada foi a do "branqueamento" da sociedade, por meio da imigração europeia. Skidmore mostra em *Preto no Branco* como aos poucos as ideias deterministas cederam lugar a novas perspectivas, ao enfatizar aspectos positivos da miscigenação, produzindo o consenso sobre uma "democracia racial", tese que encobre o racismo brasileiro, conforme Cardoso. Roberto Da Matta, com *Carnavais, Malandros e Heróis* (1979), enfatiza o personalismo ao associar a noção de "pessoa" definida como agente e possuidor de um "capital social de relações pessoais".

Jessé Souza, no entanto, vem polemizar com todos esses autores que afirmam a "herança patriarcal-patrimonial". Em *A Ralé brasileira: como é e como vive* (2009), este sociólogo assegura que a tese de nosso "mal de origem" aceita o "racismo disfarçado" como uma verdade do culturalismo. Ao analisar "a gênese da ciência conservadora dominante no Brasil", prefigurada por Gilberto Freyre (com o conceito de "plasticidade"), por Sérgio Buarque de Holanda (o "homem cordial", o personalismo e o patrimonialismo) e por Roberto Da Matta (o personalismo sendo "basicamente o mesmo" do "homem cordial"), Jessé Souza adverte que "apesar de todos os indivíduos da sociedade personalista serem

‘homens cordiais’, apenas quando este está no Estado é que o mesmo desenvolve todas as suas virtualidades negativas”. Em seguida, indaga o sociólogo: “Por que no mercado, por exemplo, o homem cordial é só virtude? Nem Buarque, nem Faoro, nem Da Matta, nem ninguém desta tradição até hoje dominante entre nós jamais enfrenta essa questão”. Ao passar da dimensão individual e pessoal (“homem cordial”) para a dimensão institucional e impessoal (Estado), o problema, segundo Jessé, foi resolvido por um “golpe de mestre” de Sérgio Buarque, utilizando-se da ideia do “estamento” burocrático incrustado no Estado, que foi “sistematizada de modo consequente por Raymundo Faoro”. De Sérgio Buarque para todos os defensores da tese do patrimonialismo brasileiro, a figura de autoridade utilizada para carimbar o “prestígio científico” provém de Weber. Jessé Souza afirma que “de weberiano, no entanto, esse conceito tem muito pouco além do nome”:

Ainda que "patrimonialismo" seja efetivamente uma das formas de dominação política para Weber, utilizada por ele para explicar a China imperial, por exemplo, esse conceito é inaplicável, dentro do esquema weberiano, ao Brasil do século 20 e até, em medida significativa, se atentarmos à leitura freyriana de *Sobrados e mucambos* com olhos sociológicos, ao Brasil do século 19. É que os conceitos weberianos são "históricos", ou seja, uma dominação "patrimonialista" não pode existir num contexto de economia monetária avançada, nem da política como esfera autônoma nem do império, ainda que incompleto, do direito formal positivo como o do Brasil do século 20 (Souza, 2009: 60-61).

Da visão de Jessé Souza, destacamos o fato de que o conceito (patriarcalismo/patrimonialismo), segundo seu olhar, “não passa no teste de rigor científico mínimo” e ainda é “imbatível, na arte de ‘travestir de cientificidade’ percepções generalizadas no senso comum”. Na verdade, Jessé está preocupado em mostrar que, para o leigo, o complexo quadro de funcionamento do Estado ou do mercado capitalista escapa do entendimento, o que equivale a outros assuntos de domínio técnico e especializado (medicina, engenharia, biologia, química etc.).

O conceito de patrimonialismo e de “estamento” permite “retirar” das nossas costas, pessoas comuns de classe média, qualquer responsabilidade pelas misérias e iniquidades de nossa vida política (...) Isso explica, apesar de sua evidente fragilidade científica, a sedução da noção de patrimonialismo entre nós, tornando-a não apenas a categoria central das ciências sociais, mas também do debate público político brasileiro há quase oito décadas (Souza, 2009: 62).

Para abreviar o nosso entendimento sobre o que faz Jessé Souza descartar os conceitos de patrimonialismo e de estamento, recorreremos ao que foi visto anteriormente com Marilena Chauí quanto às operações ideológicas do “caráter nacional” e da “identidade nacional”, o primeiro permitindo construir uma “totalidade social homogênea” e a segunda, uma “totalidade incompleta e lacunar”, mas ambas a retirar, como fala Souza, “qualquer responsabilidade pelas misérias e iniquidades de nossa vida política”, isto é, a responsabilidade individual no contexto coletivo. Tais ideologias, portanto, reforçam os discursos da “excepcionalidade brasileira” e a tese da “herança patriarcal-patrimonial”, mas restringem a perspectiva de emancipação política dos cidadãos, ou os deixam presos às armadilhas dos discursos conservadores que se perpetuam como negatividade ou positividade. Jessé Souza, em nosso entender, quer derrubar não somente os mitos que nos contornam historicamente como os discursos sobre esses mitos, que lhe parecem emoldurados no pensamento conservador dominante no Brasil moderno. Tomando como falsas tanto a herança “virtuosa” (positiva) de Freyre como a tese “negativa” dos

“patrimonialistas”, Souza admite os dois raciocínios como “uma imagem refletida no espelho e partes indissociáveis de uma mesma leitura”, isto é, uma imagem “distorcida por uma sutil violência simbólica que impede perceber nossos conflitos sociais e nosso atraso moral e político – da realidade” (2009: 63). Ademais, completa ele: “compreender a influência desses mitos na ciência é compreender também a mitologia social que garante a reprodução da violência simbólica de uma das sociedades mais desiguais e, portanto, moral e politicamente mais atrasadas do planeta” (2009: 64).

O “mito São Paulo” como “farinha do mesmo saco”

A evolução dessas ideias de Jessé Souza permite, na sequência do que ele propõe como “inversão especular”, o retorno a São Paulo de seus próprios mitos. Com a utilização da metáfora da imagem no espelho, que apenas inverte a imagem real, Jessé admite que existem no “núcleo duro” do “mito São Paulo” as mesmas ideias do personalismo e do patrimonialismo, o que para ele é “farinha do mesmo saco”. Para além ou depois da sempre citada “excepcionalidade paulista” dada pela imigração, Jessé lembra que também o bandeirante é uma presença fundamental em todas as versões da tese do patrimonialismo. O “gérmen da cultura cívica” que serviu de fundamento para o “heroísmo” do bandeirante, no entanto, parte da assimilação deste como um “pioneiro protestante ascético americano”.

Essa ideia é a base de sustentação de toda a tese do patrimonialismo de fio a pavio, e sem ela todo o edifício conceitual desmorona, assim como toda a reinterpretação histórica perde o sentido. É preciso mostrar, portanto, que São Paulo é uma espécie de “Massachusetts tropical”. É preciso reconhecer que os grandes intérpretes do liberalismo brasileiro não se intimidaram com a empreitada e levaram à frente, com os meios que dispunham, tão improvável comparação. Sérgio Buarque, inclusive, dedicou o melhor de sua produção após *Raízes do Brasil* para buscar pistas históricas dessa suposta realidade. Raymundo Faoro e Simon Schwartzman propuseram, nesse sentido, toda uma interpretação dual para a formação brasileira, como se a geografia - o espaço territorial paulista - criasse dois países com história e dinâmica social opostas. Também nos dois a transfiguração idealizada do excepcionalismo cultural e político americano é introjetada em território paulista e passa a caracterizar condições históricas que não poderiam ser mais díspares do caso original (Souza, 2009: 65).

Jessé ironiza o “conto de fadas” para adultos acerca do “bandeirante pioneiro” repetido por todos os teóricos do patrimonialismo ou pelos cientistas sociais influenciados por essa ideia. De sua crítica não escapa Florestan Fernandes, para quem “também parece importar pouco que São Paulo apresente as mesmas mazelas, supostamente apenas contingências ao Brasil tradicional”, incluindo a “corrupção política em nenhuma medida menor que em outros lugares” do país.

Tamanha desproporção entre ideologia e realidade nos faz refletir sobre esses “contos de fadas” para adultos. Como já disse Max Weber, (...) qualquer explicação, mesmo a mais abstrusa, é melhor do que nenhuma explicação. Os seres humanos precisam explicar, de um modo que faça algum sentido coerente, sua própria vida e a vida da coletividade na qual vivemos. Essa ideia para Max Weber, por exemplo, é tão importante quanto a necessidade de comer e se vestir (...) Uma ideia tão importante como essa e que complementa, também de autoria de Max Weber, é a de que os ricos e felizes não querem apenas ser ricos e felizes. Eles querem também se sentir “legitimados” por sua riqueza, saúde, charme, requinte e

felicidade. Foi por conta dessas duas necessidades que a imensa maioria das grandes religiões que já existiram no planeta procuraram precisamente garantir a convivência pacífica entre uma explicação coerente para as dores humanas (doença, morte, sofrimento, injustiças) como uma legitimação conformista dos privilégios então existentes. A grande exceção histórica foi precisamente o protestantismo ascético examinado por Weber. No mundo moderno e secularizado, com a perda comparativa da influência do discurso religioso, essas mesmas necessidades têm que ser satisfeitas por ideologias "políticas". O patrimonialismo... é a nossa "ideologia" por excelência, na medida em que ela nos explica o mundo de modo fácil e coerente (a coerência não tem nada a ver com a verdade ou a evidência de uma ideia) sendo, ao mesmo tempo, a melhor maneira de manter privilégios arraigados entre nós (Souza, 2009: 68).

Em suma, Jessé Souza alerta para que a reprodução do imaginário social brasileiro não se faça de forma automática, mas refletida, e que essa reflexão considere ambiguidades, como a de admitir a ideia do Estado como o “mal”, que incorpora a corrupção, os privilégios e os favores e, por outro lado, permite que o papel de “virtude” dos que criam empregos, geram produção e promovem o desenvolvimento do país.

Exatamente sobre ambiguidades é que Raquel Rolnik inicia a falar da “unicidade da lei” e da “multiplicidade dos territórios” no segundo capítulo de seu livro *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo* (2003): a “unicidade”, uma característica da legislação urbanística criada na cidade de São Paulo, provoca a formação de territórios populares em espaço ambíguo, na medida em que, para os pobres, a lei propõe o modelo de vilas higiênicas, mas sempre nas rebarbas da cidade, nos arrabaldes, condenando e proibindo habitações coletivas (cortiços) no centro da cidade, mas, de qualquer forma, sem que uma provisão se efetuassem por parte do Estado, nem por parte dos empregadores. A ambiguidade consistia, portanto, segundo Rolnik, “na criação, dentro da ordem legal, de uma possibilidade de escapar da lei”.

Feitas algumas colocações sobre a mitologia dos paulistas e concluindo um pouco sobre as ambiguidades que a revestem com o “manto diáfano” (Eça de Queirós) das ideologias, retornamos com o nosso “desvio para o branco” de forma a dar especificidade local, isto é, no focar mais preciso sobre a cidade de São Paulo. Não vamos abandonar, entretanto, as ideias já apresentadas, mesmo porque, a cidade da qual temos a falar não surgiu sem que aos seus pés houvesse esse “desvio para o branco”, marcadamente uma qualidade de exclusão social, tal como no Rio de Janeiro da Avenida Central e de seus melhoramentos urbanos. O “desvio para o branco”, nesse sentido, revela a pretensão das elites em repetirem para o seu conforto exclusivo e representação o que viam e sentiam em termos de “civilização” nas cidades europeias.

A legislação urbana como meio de segregação social em São Paulo

A frase acima já explicita o que vai ocorrer na capital paulista a partir do primeiro período republicano. A “ordem urbanística” será a tônica da cidade, compreensível quando abordada através de uma operação de “desmonte” da legislação urbanística, como faz Raquel Rolnik em *A Cidade e a Lei* (2003), ao tratar com profundidade e detalhes o período compreendido entre 1886 e 1936, datas que correspondem, respectivamente, à

promulgação de um Código de Posturas Municipais “pioneiro na compilação de diretrizes propriamente urbanísticas para a cidade” e à “promulgação da primeira anistia geral às construções irregulares”. Essa “ordem urbanística”, segundo a autora, tem uma lógica, e não se trata, portanto, de “desordem” ou “falta de plano”, mas “sim da formulação de um pacto territorial que preside o desenvolvimento da cidade (...), impedindo-a de crescer com graça, justiça e beleza”. Em *A Cidade e a Lei* Raquel fala de princípios reguladores presentes até nossos dias na legislação urbanística, o que explica “a muralha protetora em torno dos bairros residenciais de elite, a posição eternamente periférica dos bairros populares, a concentração dos investimentos e a super-regulação do centro-sudoeste da cidade, a expansão horizontal de baixa densidade” etc. A gênese dessa “ordem urbanística”, no entanto, como explica a professora, está ligada ao poder sobre a terra, que remonta ao regime jurídico da propriedade de 1850, com a chamada Lei de Terras, substituindo o escravo na composição da riqueza: “A Lei de Terras foi o resultado desse processo, na medida em que, concedendo um estatuto jurídico, a terra poderia ser hipotecada, servindo de garantia para a contração de empréstimos bancários, (...) como estratégia para a expansão dos cultivos”, o que no contexto urbano significa a cidade propriamente dita transformada em valor de troca, nas mais diferentes formas de especulação imobiliária.

Os limites precisos do terreno passam a ser importantes quando se trata de a ele atribuir um preço e de registrá-lo enquanto propriedade definitivamente privada e, portanto, definitivamente subtraída da esfera comunal. Daí advém a preocupação, na primeira sistematização das posturas municipais, que ocorreu em São Paulo em 1886, com o alinhamento, com a demarcação precisa do limite da servidão pública (Rolnik, 2003: 25).

Contudo, na legislação urbanística que estava sendo criada “os territórios” populares ocupavam um espaço ambíguo. Para os pobres, a lei propunha o modelo de vilas higiênicas, pequenas casas unifamiliares construídas em fileiras, sempre nas periferias do núcleo urbano”. Ou seja, em lugares afastados, a legislação também se fazia presente prescrevendo formas de morar, de arruar etc., no entanto, proibindo tais condições nas áreas centrais, inclusive porque os espaços públicos no centro deveriam corresponder ao modelo de bulevares, com calçadas largas; e os lotes correspondiam ao modelo de casa unifamiliar, isolada ao máximo dos limites do terreno. A “ordem urbanística”, em suma, é o preço do chão, o preço dos materiais utilizados nas construções, a correspondência aos hábitos “civilizados” e o poder de pagar pelas melhorias. Ao estabelecer o que é permitido e proibido, como fala Raquel, a própria lei “acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada”.

Esse fato tem implicações políticas óbvias, pois, além de demarcar as fronteiras da cidadania, há um importante mecanismo de mídia cultural envolvido, desde que as normas urbanísticas funcionem exatamente como puro modelo. Com isto, queremos dizer que, mesmo quando a lei não opera no sentido de determinar a forma da cidade, como é o caso de nossas cidades de maiorias clandestinas, é aí onde ela é mais poderosa no sentido de relacionar diferenças culturais com sistemas hierárquicos” (Rolnik, 2003: 14).

Quanto ao desdobramento da “ordem urbanística” com as diferenças culturais, mencionamos brevemente dois outros textos que também versam sobre os negros em São

Paulo¹³¹: o do historiador Carlos José Ferreira dos Santos, que fala da do preconceito racial em *Nem tudo era italiano*, e o da antropóloga Teresinha Bernardo com *Memória em Branco e Preto*, sendo este último extensivo às questões de gênero. Publicados em 1998, um ano depois do lançamento da primeira edição do livro de Rolnik, ambos os títulos nos dão o alcance dos aspectos ideológicos que forjaram as formas de sobrevivência dos “nacionais pobres” e a desqualificação dos “serviços de negros” (Santos) encontrados na “cidade escura” (Bernardo). O preconceito racial que influía nas ofertas de trabalho, como já vínhamos dizendo, foi analisado por Carlos José através de inúmeros dados censitários coletados em arquivos, discursos proferidos no legislativo municipal, regulamentos como leis e posturas para a ordenação dos espaços públicos, combinados com fotografias antigas, sobre as quais o autor não dispensa o olhar sequer para um par de pés descalços. Ao analisar quadros estatísticos de trabalhadores na indústria, especificando suas origens e a distribuição das atividades por nacionalidade na cidade, Carlos José reafirma o privilégio dado aos imigrantes e compatriotas, que “conduzia o patronato paulistano a aproveitar os trabalhadores de origem estrangeira em seus estabelecimentos”. Em determinadas fábricas, diz o historiador, “os nacionais nem sequer eram empregados”. Como exemplo, ele cita a “Fábrica Santa Marina - Vitriaria”, da qual um dos sócios era “o elogiado ‘modernizador’ prefeito da cidade de São Paulo, o Dr. Conselheiro Antonio da Silva Prado”. A Santa Marina, segundo Carlos José, “empregava em 1901 duzentas pessoas, sendo que todas eram de origem francesa e italiana.”

Além disso, existiam os “imigrantes empresários”, que (...) priorizavam os trabalhadores estrangeiros, de preferência compatriotas, em seus estabelecimentos. Alguns desses “imigrantes burgueses” ainda hoje estão presentes na memória da cidade, em nomes de ruas, edifícios, praças, estabelecimentos comerciais e indústrias: como os italianos Nicolau Scarpa, Francisco Matarazzo, Rodolfo Crespi, Puglisi Carbone, Giovanni Briccola, Alexandre Siciliano, Giuseppe Martinelli; os árabes irmãos Jaffet e Calfat; alemães como Francisco Schmidt, Lutz e Muller; os judeus Klabin e Weiszflog; portugueses como Pereira Ignácio, entre outros (Santos, 1998: 51).

É interessante o recorte da cidade estabelecido por Teresinha Bernardo. A antropóloga reconstrói a paisagem de São Paulo através dos bairros mediante fragmentos da memória das velhas negras, denominando a cidade que emerge como “cidade escura”, segundo suas interlocutoras. Em seguida, uma “cidade branca”, assimilada como “cidade do progresso”, é a imagem traduzida pelas histórias contadas por velhas brancas, descendentes de italianos. Já a “cidade desconhecida” é aquela vivida pelos velhos negros, que contaram histórias de calamidades urbanas (como a peste chamada de gripe espanhola, considerada uma “epidemia” como a aids naquela época) e episódios esportivos considerados importantes, mas com maior ênfase lembraram da discriminação por eles sofrida. Por fim, a “cidade do trabalho”, tal como chamada nas primeiras décadas do século XX pelos homens brancos descendentes de italianos. A originalidade desse livro de Teresinha Bernardo está nas fontes por ela recolhidas diretamente com velhos moradores, guardiões da memória coletiva da cidade que se apagou fisicamente, embora não em suas lembranças.

---

¹³¹ Ver o segundo capítulo de Rolnik (2003), “Fronteiras: unicidade da lei e multiplicidade dos territórios” voltado para os territórios negros na cidade, para os terreiros afro-brasileiros e todas as formas de resistência da população negra em face dos ideais republicanos.

No último quartel do século XIX não faltaram ideias “urbanísticas” elaboradas para a cidade, embora quase sempre a desconsiderar a população trabalhadora de baixa renda. Modernizar a cidade limitava-se a destacar os planos em si e mencionar quase que com exclusividade seus autores e aqueles que os solicitaram. A cidade que foi reconstruída duas vezes sobre si mesma no período de um século, e “sem remorso”, como fala Benedito Lima de Toledo (*São Paulo: três cidades em um século*, 1983), sempre foi obra de seus mandantes, que se destacavam pelo modo exclusivo de morar em construções de estilos variados, podendo então usufruir das vantagens das linhas ferroviárias para o transporte de materiais importados: com o “silvo do trem”, São Paulo vai aos poucos deixando para trás as características coloniais de “cidade de tropeiros”. Tijolos, telhas de ardósia e de cerâmica de Marselha passam a substituir as telhas de barro, vidros coloridos são trazidos da Bélgica, a ferragem é inglesa, louças e uma infinidade de materiais novos diferenciam as casas externa e internamente; no lugar dos amplos beirais e das janelas guarnecidas com rótulas aparecem as platibandas e mansardas “ao gosto francês”, para usar a expressão da época, segundo Benedito Lima de Toledo (Toledo, 1983: 86).

O trem que desceu carregado de café pode, agora, subir (a Serra do Mar) com material de construção para se fazer uma casa igual àquela vista em alguma capital europeia. É possível morar com desafogo e conforto na capital. Como na sede da fazenda, como na Europa (Toledo, 1983: 67)

O ferro importado aparece em obra pública de forma significativa com a construção do Viaduto do Chá, tornando possível a comunicação “em nível” entre o centro colonial e o “centro novo” que surgia a oeste, loteado em 1876 nas terras do Barão de Itapetininga. O Viaduto partiu de projeto encabeçado pelo litógrafo francês Jules Martin em 1877, apresentado em nova variante em 1880, com um bulevar, cuja ideia não foi levada adiante. O próprio Jules Martin “firmaria um contrato com o governo provincial e, no ano seguinte daria início às obras, concluídas em 1892: uma imensa estrutura metálica de 240 metros de comprimento por 14 metros de largura, toda importada da Alemanha”¹³². Na década de 1890, o Viaduto do Chá possibilita a efetiva ocupação do “bairro do Chá”, situado a cavaleiro das encostas do Vale do Anhangabaú, antes um segmento urbano-rural separado nitidamente do antigo centro. Daí em diante, a cidade passa a contar com um mais vasto terreno em que vão se instalar as efetivas obras urbanísticas e arquitetônicas do período republicano. Surgem os bairros do Arouche, da Vila Buarque, de Higienópolis, em uma série de loteamentos que seguem o processo de retalhamento fundiário das antigas chácaras. Destaca-se neste oeste do centro antigo a Praça da República, com o colégio Caetano de Campos, e o Teatro Municipal.

Inicia-se, então, (com o Viaduto do Chá) o traslado dos pontos mais tradicionais e valorizados da colina histórica (...) A consolidação desse processo de inversão ocorreria somente no momento da conclusão do plano de melhoramentos para o vale (...), nos anos 1917-1918 (Simões Júnior, 2004: 80).

---

¹³² Cf. Antonio Egídio Martins em *São Paulo Antigo* (1554 a 1910). In: Simões Júnior, 2004: 75-76.

Jules Martin levantou acirrada polêmica com seu Viaduto, tendo conquistado apoio governamental somente com o Partido Conservador em 1885, que garantiu a derrubada de um sobrado colonial (de propriedade do Barão de Tatuí). Candido Malta Campos afirma que a demolição desse velho sobrado “foi um divisor de águas em nossa história urbanística. Símbolo do ‘imobilismo’ que os progressistas pretendiam superar”,

suas grossas paredes de taipa seriam substituídas por ágeis perfis metálicos lançados sobre o vale, rumo ao futuro de São Paulo. Naquele momento, o ato de demolir assumia conotações positivas e desejáveis que marcariam a transformação da cidade. Afirmava-se a transitoriedade do ambiente construído, a ser sacrificado sempre que estivesse no caminho de imperativos modernizantes e expansionistas – como se, para crescer, fosse preciso demolir sem pena (Campos, 2002: 52).

Importante ressaltar que essa “vocação” para São Paulo, não há dúvida, se espelhava nas ações modernizantes de Haussmann, que a essa altura já consagrara o espírito demolidor sobre a Paris antiga. Hugo Segawa fala da construção do Viaduto do Chá como símbolo da “ruptura da acrópole em que se implantava São Paulo, ao atravessar as vertentes do riacho Anhangabaú” (Segawa, 2000: 21). Essa referência à “acrópole” é feita por Benedito Lima de Toledo ao comentar sobre a colina histórica, uma vez tomada a partir da várzea do Tamanduateí, onde se situava o “Palácio da Acrópole” (o Palácio do Governo), contíguo ao casario no alto do morro, tendo aos seus pés um “renque de bambu” que escondia o mercado antigo, conforme fotografia de Militão de Azevedo reproduzida em *Três Cidades em um Século* (Toledo, 1983: 63). Pode-se aventar, então, que se a “acrópole” tinha frente e fundos, essa “ruptura” com a cidade antiga se deu pelas portas dos fundos, ou seja, nas barrancas do Chá, ironicamente substanciada pelo café. Mas, há que se pensar, também, no fato de que a “acrópole” implantada pelos jesuítas, por seu turno, também dava as costas para as margens do rio, como proteção aos ataques dos índios, além de representar uma configuração típica do urbanismo de encostas de tradição luso-brasileira, “ensimesmada”. No livro *São Paulo: vila, cidade, metrópole* (2004), do professor Nestor Goulart Reis, encontra-se o mais precioso trabalho de reinterpretação da “acrópole” paulista, a partir de plantas cadastrais dos oitocentos e da iconografia dos viajantes europeus. Entre outros documentos, este livro é analisado por Candido Malta Campos Neto em *Acrópole introvertida: São Paulo e sua colina histórica* (2006)¹³³, do qual extraímos as seguintes palavras:

Pacata, ensimesmada, tradicionalista, avessa às mudanças, em nada lembrando a metrópole dinâmica que surgiu a partir do final do século XIX, a cidade era então voltada para suas modestas ruas e largos, tendo as vistas fechadas pelo casario, e as encostas servindo como fundo e quintal das casas. Com suas famílias encasteladas e seus hábitos reclusos, a acrópole paulistana, tão visível ao longe para os viajantes, encerrava-se numa introversão que a presença dos estudantes de Direito apenas começava a sacudir, e que só seria quebrada pela obra emblemática do Viaduto do Chá em 1888 – demolindo o sobrado baronial que fechava o acesso à sua encosta Oeste, ou seja, à área de expansão urbana e ao progresso (Campos Neto, 2006: 2).

Entrementes, é preciso lembrar que a ideia de transposição do Vale do Anhangabaú com vistas à ocupação das terras a oeste da “acrópole” já vinha de mais longa data, do governo

---

¹³³ Candido Malta Campos Neto. “Acrópole introvertida: São Paulo e sua colina histórica”. IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo, 2006. Disponível em: www.anpur.org.br

provincial de Bernardo José de Lorena¹³⁴. Lorena construiu o Chafariz da Misericórdia (destruído), aliás, uma obra em granito, como fala Benedito Lima de Toledo, “em plena ‘cidade de barro’ (que) passou a ser olhada como um monumento da cidade”¹³⁵.

Lorena foi o primeiro a registrar a dificuldade em elaborar “um projeto para a continuação de novas Ruas com Arte”. Principalmente pelo fato de haver “do outro lado um terreno montuoso e desigual”. Este terreno, o morro do Chá, seria o berço da “cidade nova” (...) Foi o próprio Lorena quem promoveu a união das duas encostas do ribeirão, construindo uma ponte de pedra sobre o mesmo. Assim, o núcleo histórico ficou ligado ao Piques, de onde saía a estrada para Sorocaba, estrada de topa de mulas, por excelência (Toledo, 1983: 18).

A partir de inúmeros relatos sobre a história da cidade de São Paulo no auge do café podemos imaginar o transporte ferroviário integrando o interior e o porto de Santos (a partir da década de 1870), as estações construídas para um pouco além do velho centro, os trilhos cortando os territórios de planície e levando à ocupação das áreas lindeiras, logo dotadas de casas e pontos de comércio, logo crescendo à revelia de qualquer controle e benefício de infraestrutura. De nossa perspectiva, considerando a cidade ainda pequena se comparada ao Rio de Janeiro, vemos que esse “modal” de comunicação, tanto para o transporte das safras como para materiais e a população, não foi prontamente entendido como eixo estrutural básico com vistas a uma efetiva ordenação urbana, preservando as várzeas, por exemplo.

Nesse sentido, um olhar sobre essa escala nos leva a pensar o quão limitado ou mesmo inexistente era o pensamento urbanístico de século atrás, pois o aproveitamento racional tanto da rede hídrica como da rede ferroviária não foi assunto ainda na Província, senão de modo acanhado, como veremos adiante. Pensava-se em cidade, em cenário, primeiro distanciando-se do belo conjunto arquitetônico colonial, depois destruindo-o quase que por completo; apagando a imagem da colônia como um todo, e claro que também forçando para que a parte indesejada de seus protagonistas fosse segregada. Iniciou-se um processo de urbanização que não pode ser totalmente ignorado como urbanismo, embora um tipo de urbanismo que até hoje se entende pela negociação especulativa de terras. Trata-se, pois, de “epidemia de urbanização” – expressão do geógrafo francês Pierre Monbeig (Monbeig, 1998), lembrada por Toledo como uma “epidemia pela rapidez de propagação do processo; epidemia por seus aspectos patológicos de crescimento desordenado, sem infraestrutura” (Toledo, 1983: 68). Essa epidemia jamais foi estancada, dado o modo como cada um dos elementos urbanos se cristalizou e se conformou no tecido da cidade.

---

¹³⁴ Bernardo José Maria de Lorena e Silveira (1756-1818) foi governador da Província de São Paulo entre 1788 e 1797. É de sua autoria a Calçada do Lorena, primeiro caminho calçado com pedras na Serra do Mar, ligando o litoral ao planalto e à cidade de São Paulo, concluída em 1805. Lorena foi agraciado com o título de 5º Conde de Sarzedas, como descendente de um irmão do 1º conde de Sarzedas.

¹³⁵ O chafariz original de Lorena foi destruído. O Piques era pouso importante para tropeiros, viajantes e ponto de encontro de escravos e outros moradores da Província para inúmeras trocas e busca de água potável. Em 1814, no alto do largo que partia desse chafariz foi erigido o Obelisco do Piques, projeto de Daniel Pedro Müller e Mestre Vicentinho, conhecido como “Pirâmide do Piques”. A obra celebrava o fim de uma seca que castigara a região naquele ano. A “Pirâmide”, primeiro monumento de São Paulo é definida por Roberto Pompeu de Toledo (*A Capital da Solidão*), como uma “obra inútil”, posto que não tinha “função prática da vida”. Em 1919, o largo foi submetido a uma reforma de autoria de Victor Dubugras e José Wasth Rodrigues, com um novo chafariz, escadarias e azulejos, o brasão da cidade, que se mantém preservados até hoje, assim como uma figueira que sobreviveu à construção da Estação Anhangabaú do Metrô, alguns metros abaixo. O Largo da Memória ou “Ladeira da Memória” como é popularmente conhecida é cantada por Chico Buarque de Holanda (selo SESC 2013), a partir de composição de ZeCarlos Ribeiro (“Olha as pessoas descendo, descendo, descendo/ Descendo a Ladeira da Memória/ Até o Vale do Anhangabaú /Quanta gente!/Vagando pelas ruas sem profissão...”).

Há que se pensar, nesse sentido, que as linhas férreas implantadas não davam conta de apagar tão abruptamente o “modal” de comunicação entre a cidade e seus arrabaldes, e para o mais distante da antiga Província (instituída em 1821): os antigos *peabirus*¹³⁶ abertos originalmente pelos indígenas, foram depois percorridos por tropeiros sobre mulas e carroças, e acolhiam em suas margens os povoados desgarrados do centro. Esses caminhos, como fala Caio Prado Júnior, “eram as portas de acesso à cidade, que até meados do século XIX assim permaneceram”, com as trocas comerciais feitas entre os povoados, realizadas por meio de comunicações terrestres, sendo o meio de transporte dominante baseado nas tropas de animais de carga ao longo dos caminhos, onde havia os “pousos”, sítios ou fazendas que davam suporte de abrigo e alimentação para os tropeiros, pastagens de animais, aluguel e venda de muares, funcionando em geral como entrepostos de alimentos e gêneros diversos¹³⁷. Lugares denominados como Bexiga, Água Branca e Piques (ladeira situada nos fundos do Anhangabaú) são exemplos de “pousos” que serviram aos tropeiros, estes mais próximos do centro. Outros mais distantes, como Santo Amaro e Jabaquara, definiam passagens respectivamente ao sul e ao norte, e tornaram-se eixos estruturais importantes para a cidade até hoje. Para o leste, o caminho que passa pelo Brás e pela Penha seguia para o Vale do Paraíba e para o Rio de Janeiro; passando por Mogi das Cruzes, tornou-se a mais importante ligação entre São Paulo e Rio, a rodovia Presidente Dutra, que nos dias de hoje, em alguns trechos mais parece uma grande avenida, invariavelmente congestionada dia e noite. Para oeste, o caminho que saía da ladeira do Piques (hoje Largo da Memória) seguia pela rua da Consolação, chegava a Pinheiros e Cotia até atingir Sorocaba.

Essas “portas da cidade”, portanto, representaram por séculos importantes trocas comerciais. Se foram aproveitadas de forma inadequada com o passar do tempo e não puderam ser contempladas com arranjos urbanísticos condizentes com a acomodação da população em seu todo, “podemos aventar – como fala Candido Malta Campos – ao lado de uma suposta ‘vocação natural’ ditada pela geografia, a importância de decisões e intervenções deliberadas, entre as quais as que repercutiam no espaço urbano da capital”, muito embora “a conjunção de fatores que levou à afirmação da cidade de São Paulo como nexos central da estruturação econômico-territorial de uma vasta região seja complexa” (Campos, 2002: 51).

---

¹³⁶ Peabiru no tupi significa “caminho gramado amassado”, junção dos termos *pe*, “caminho” e *abiru*, “gramado amassado”.

¹³⁷ Caio Prado Jr., “Nova contribuição para o estudo geográfico da cidade de São Paulo”. In: *Estudos Brasileiros*, v. 7, São Paulo, 1941. Do mesmo autor, ver também “O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo”. In: *Geografia*, n. 3, São Paulo, 1935. Segundo Fraya Frehse, “partindo de pressupostos e preocupações diversas das de Caio Prado Júnior (*O Fator Geográfico...*, de 1935), o também historiador Eurípedes Simões de Paula publica, um ano depois, uma monografia clássica sobre os fatores que, segundo ele, explicariam as transformações urbanas que a cidade atravessa a partir da década de 1870. Sob a referência à ‘segunda fundação de São Paulo’ esconde-se a ênfase no ano de 1872 como marco definidor das tendências do desenvolvimento da cidade desde então. Recorrendo a relatos de viajantes, historiadores e memorialistas que viveram a segunda metade do século XIX em São Paulo, o autor retoma parte dos argumentos já presentes na formulação de Caio Prado Júnior. Só que se trata de caracterizar a confluência desses e de outros aspectos em relação ao ano de 1872. Neste momento se dá a inauguração da estrada de ferro Jundiaí-Campinas pela Companhia Paulista, cinco anos depois de entrar em operação a primeira linha férrea da província, entre Santos e Jundiaí. Além do papel da ferrovia, Simões de Paula assinala o início do funcionamento dos serviços de infraestrutura na cidade (iluminação a gás, bondes a burros etc.). Alguns meses depois de inaugurados esses equipamentos urbanos, em dezembro de 1872, o político João Theodoro Xavier de Mattos assume o governo da província de São Paulo.”

Vejam os primeiros passos considerados como ordenadores da expansão da cidade para além da colina histórica, isto é, em direção aos arrabaldes que eram constituídos por chácaras. As primeiras intervenções se deram mais a leste e noroeste da cidade, somente num segundo momento interligando as regiões a oeste, como vimos há pouco, com a construção do Viaduto do Chá. As intervenções sobre a cidade passavam pela Câmara Municipal ou pelo governo da Província, mas especialmente pelos proprietários dessas terras, sendo, portanto, objeto de disputas e intervenções das mais diversas. A "largada" da cidade de São Paulo não era ainda, mesmo com as estações de trem (passagem obrigatória entre o interior e o porto), uma certeza de progresso e prosperidade, segundo Candido Malta Campos, pois "a expansão agrícola era capitaneada por Campinas" (...) "o maior centro dos fazendeiros até então, disputando em importância e riqueza com a sede do governo" provincial, com população equivalente e cerca de 70% a mais na quantidade de escravos.

Os primeiros melhoramentos anteriores à República: a "segunda fundação de São Paulo"

As intervenções de natureza "urbanística" na cidade começaram na década de 1870, seguindo a alcunha de "melhoramentos" que caracterizou a presidência de João Theodoro Xavier de Mattos, entre 1872 e 1875. Exemplos desses melhoramentos são a reforma do Jardim da Luz (com a construção de uma torre-observatório, popularmente conhecida por "canudo do João Teodoro"); a regularização do Largo dos Curros (depois Praça da República); aberturas de ruas como a Conde d'Eu (depois Rua do Glicério), João Theodoro e Rua da Palha (depois 7 de Abril); alargamento das ruas do Pari, do Gasômetro, do Hospício (atual Rua Frederico Alvarenga) e Municipal (atual ladeira General Carneiro). Intervenções essas que, segundo Candido Malta Campos, "esboçavam um circuito viário em torno da cidade, ligando áreas de expansão urbana e garantindo o acesso às estações ferroviárias" (da Luz e Brás). A Várzea do Carmo foi drenada, aterrada e recebeu um passeio público com jardins, quiosques e uma atração extra, a "Ilha dos Amores." Acompanhando as iniciativas de João Teodoro, a Câmara Municipal abriu duas novas ruas, a Onze de Junho (depois incorporada à Praça Dom José de Barros) e a Bráulio Gomes; abriu também o Largo do Rosário (atual Praça Antônio Prado); entre 1877 e 1879 remodelou o Largo do Teatro (atual Praça João Mendes), reconstruiu sua sede e construiu o Matadouro Municipal. A Câmara também promulgou novo Código de Posturas (1875), no qual se fixou largura mínima para ruas e altura mínima para as edificações. Nessa época, iniciativas particulares também acompanharam o ímpeto de João Theodoro, a exemplo do loteamento de parte do bairro Santa Efigênia que, entre 1879 e 1881 se prolongou com a criação dos Campos Elíseos, primeiro empreendimento de padrão urbanístico "diferenciado", contando com lotes generosos, ruas amplas e regulares, canalização subterrânea para água e esgotos, iluminação, enfim, toda a infraestrutura destinada às classes abastadas que podiam, então, pagar pelos amplos lotes e construir casas e palacetes tal como viam na Europa (Campos, 2002: 47): os Campos Elíseos, dos quais já comentamos, foram iniciativa dos alemães Frederico Glete e Vítor Nothmann. Em suma, João Teodoro foi o responsável por priorizar o eixo ferroviário e evidencia-lo como uma expansão estruturada do centro antigo: expansão esta voltada para o norte e o mais

imediatamente da região leste (Várzea do Carmo), deixando, em parte, de atender a face sul da cidade. As regiões oeste e noroeste, como vimos, tenderam a ser priorizadas por particulares.

Quanto à chamada "Segunda Fundação de São Paulo", a socióloga Fraya Frehse nos oferece as seguintes colocações:

Partindo de pressupostos e preocupações diversas das de Caio Prado Júnior (*O Fator Geográfico na Formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo*, 1935), o também historiador Eurípedes Simões de Paula publica, um ano depois, uma monografia clássica sobre os fatores que, segundo ele, explicariam as transformações urbanas que a cidade atravessa a partir da década de 1870¹³⁸. Sob a referência à 'segunda fundação de São Paulo' esconde-se a ênfase no ano de 1872 como marco definidor das tendências do desenvolvimento da cidade desde então. Recorrendo a relatos de viajantes, historiadores e memorialistas que vivenciaram a segunda metade do século XIX em São Paulo, o autor retoma parte dos argumentos já presentes na formulação de Caio Prado Júnior. Só que se trata de caracterizar a confluência desses e de outros aspectos em relação ao ano de 1872. Neste momento se dá a inauguração da estrada de ferro Jundiaí-Campinas pela Companhia Paulista, cinco anos depois de entrar em operação a primeira linha férrea da província, entre Santos e Jundiaí. Além do papel da ferrovia, Simões de Paula assinala o início do funcionamento dos serviços de infraestrutura na cidade (iluminação a gás, bondes a burros, etc.). Alguns meses depois de inaugurados esses equipamentos urbanos, em dezembro de 1872, o político João Theodoro Xavier de Mattos assume o governo da província de São Paulo (Frehse, 2005: 52-53).

Sobre os melhoramentos efetivados por João Teodoro no Jardim da Luz, seu olhar para as estações de trem, os bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos e a chamada "Região da Luz" em linhas mais gerais e alguns pormenores, voltaremos a comentar na parte 2 desta tese, pois tratam de territórios estudados junto ao nosso objeto empírico (o projeto Nova Luz) que pretendeu conectar esse passado de São Paulo, envolvendo o patrimônio arquitetônico e urbanístico como legado histórico material, embora negligenciando o imaterial no que toca as questões sociais que vínhamos tratando em termos binários como "negro-branco" e "povo-elite".

Após a presidência de João Teodoro (1872-1875) a Província de São Paulo passou a ser comandada pelo político pernambucano João Alfredo Correia de Oliveira, político conservador monarquista, abolicionista que esteve ligado à formulação da Lei Áurea e da primeira lei universalizante sobre o registro civil no Brasil. De longa carreira política, João Alfredo foi o primeiro mentor do prefeito do Rio Pereira Passos, construtor da Avenida Central. João Alfredo havia sido ministro do Império e ministro interino da Agricultura e Obras Públicas no Rio, no gabinete conservador do Visconde do Rio Branco (1871-1875). Foi por sua indicação que o imperador criou a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. Em São Paulo, completando o circuito viário esboçado por seu antecessor, João Alfredo propôs um bulevar circular na área central da cidade, envolvendo a várzea do Tamanduateí a ser saneada e drenada; também contratou a construção do palácio destinado às comemorações da Independência (Museu Paulista), a partir de projeto do italiano Luigi Pucci. Segundo Candido Malta Campos, João Alfredo foi chamado a São Paulo por dona Veridiana Prado, mãe de Antonio Prado, futuro prefeito da cidade, considerando

---

¹³⁸ Eurípedes Simões de Paula, "Contribuição Monográfica para o Estudo da Segunda Fundação de São Paulo". In: *Revista de História*. São Paulo: FFLCH-USP, n. 17, 1958. Cf. Frehse, *op. cit.*

ela a celebrizada remodelação do Campo de Santana e do Passeio Público que João Alfredo havia efetivado, ao encomendar a Glaziou¹³⁹ o projeto paisagístico desses espaços no Rio de Janeiro. Dona Veridiana encomendou ao paisagista francês Auguste Glaziou o projeto de jardim de sua Vila Maria (atual Iate Clube de Santos, na esquina da rua Dona Veridiana com a Avenida Higienópolis), uma das primeiras residências paulistas em molde europeu. O bulevar circular de João Alfredo não passou da fase do desenho. O seu curto período na Província de São Paulo (1885-1886) foi interrompido por um chamado ao centro da vida política no Rio. Seu sucessor na presidência foi o também conservador Antônio de Queirós Teles, visconde de Parnaíba. Segundo Campos,

...o escopo das transformações imaginadas por João Alfredo superava a capacidade de atuação dos governos provincial e municipal sob o regime monárquico. Seria na República que a administração local assumiria uma política urbana deliberada e de largo alcance na capital. Orientações racionalistas e progressistas, associadas à mentalidade dos engenheiros e seus programas de modernização, ganharam espaço na passagem para o período republicano (Campos, 2002: 57).

Com essas colocações, despedimo-nos da São Paulo provincial, tendo contemplado um mínimo acerca das ações voltadas aos melhoramentos urbanos de seus dois últimos presidentes. Fica aqui compreendido que, até a presidência de João Teodoro, a cidade podia ser contemplada sem que se destruísse seu centro antigo. Contudo, vejamos a seguir algumas mudanças delineadas no regime republicano: a feição da cidade é apagada de forma agressiva contra aquela do passado colonial, e a “incoerência” na manutenção dos “vínculos inúteis” será a tônica dessa transfiguração, pois são considerados meramente os limites dos terrenos e os alinhamentos das vias públicas, como fala Leonardo Benevolo na breve apresentação do livro *Três cidades em um século*, de Benedito de Toledo (novembro de 1980). A “incoerência” marca o apagamento do que era “coerente” na cidade colonial.

Essa crítica de Benevolo a partir da tese do professor Benedito trata de uma adjetivação para o que se faz de forma contraditória, e são exemplares dessas contradições as orientações “racionalistas” que se iniciam com o advento da República. É quando se parte para a primeira grande destruição da cidade, a “cidade de barro”, cravada no alto da “acrópole”. Se preservada em seu conjunto, suas feições arquitetônicas nos revelariam contradições outras, mas, coube às iniciativas republicanas apagá-las, decerto porque pensavam seus agentes que, “sob o manto diáfano da fantasia”, haveriam de cobrir “a nudez crua da verdade”.

A São Paulo republicana: fantasias ecléticas e instrumentalização técnica

A formação dos engenheiros em São Paulo no período republicano provocou uma guinada no modelo administrativo das políticas urbanas, que se reflete nas intervenções urbanísticas daí adiante, e quase tudo se passa indissociável das políticas econômicas baseadas na agricultura, nas atividades comerciais e industriais. A criação do executivo municipal passa a

---

¹³⁹ Auguste François Marie Glaziou (1833-1906), engenheiro, botânico e paisagista veio em 1858 para o Brasil a convite do Imperador D. Pedro II. Em 1869 foi nomeado para a coordenação da Diretoria de Parques e Jardins da Casa Imperial, no Rio de Janeiro.

separar atribuições da esfera do governo do Estado. Embora em alguns setores as ações fossem partilhadas, ou mesmos sobrepostas umas às outras, uma série de órgãos públicos novos, outros reformulados, caracterizam o movimento modernizador: o reaparelhamento material aparece em escala sem precedentes; a formação de quadros técnicos movimentou um sem número de profissionais, destacando-se as iniciativas ligadas à educação formal e técnica. A Escola Politécnica sob orientação de Francisco de Paula Souza, a partir do modelo acadêmico da Politécnica de Karlsruhe, Alemanha, onde se formou engenheiro, cujos princípios eram, em parte, os mesmos da Politécnica de Paris¹⁴⁰.

Por parte do governo estadual foram construídos novos edifícios institucionais, como o a Escola Normal no Largo dos Curros (depois Praça da República), a partir de projeto do próprio Paula Souza. Os edifícios mais importantes foram desenhados pelo engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, formado na *École Speciale du Génie Civil et des Arts et Manufactures Annessée* da Universidade de Gante, na Bélgica. A convite de Paula Souza, Ramos de Azevedo passou a lecionar na Escola Politécnica de São Paulo, onde tornou-se vice-diretor (1900 e 1917) e, após a morte de Paula Souza, diretor (1917-1921). Mas já em 1886 Ramos de Azevedo havia inaugurado seu escritório na capital, tomando a frente obras públicas como o Prédio do Tesouro, o Quartel da Polícia, a Secretaria de Agricultura, a própria Escola Politécnica e o Liceu de Artes e Ofícios (inconcluso, e depois sede da Pinacoteca do Estado). De forte ecletismo em seus projetos, embora não em desacordo com sua formação e com as demandas de sua época, Ramos de Azevedo se destacou também como construtor de residências para os então afortunados cafeicultores paulistas. Este arquiteto, considerado o maior do período republicano, deixou sua marca na cidade, marca de distinção, de poder, de um “encantamento” pelo avesso da realidade social. A construção do Teatro Municipal é a obra mais destacada de seu escritório¹⁴¹, a partir do projeto dos italianos Cláudio e Domiziano Rossi, de ecletismo arquitetônico combinado entre estilos que vão do Renascentista, passando pelo Barroco, até o Art Nouveau. Com sua inauguração, em 1911, a cidade se integrava ao roteiro dos grandes espetáculos internacionais. Uma década depois abrigava a Semana de Arte Moderna.

As intervenções urbanas no regime republicano foram impactadas pela reestruturação jurídica e administrativa como um todo, envolvendo papéis que ora se harmonizavam, ora colocavam em atrito as atribuições legislativas e executivas estadual e municipal, sendo repassadas entre essas instâncias as ações correlatas à Justiça, à Polícia, à Higiene e Saúde, Obras e Finanças. Intendências, superintendências e comissões técnicas passavam por curtos-circuitos no mais das vezes caracterizado por uma “dança das cadeiras” entre forças políticas e partidárias. Em meio ao quadro mais caótico politicamente que ordenador em

---

¹⁴⁰ Sobre a Politécnica de São Paulo, ver estudo histórico sobre o ensino dessa instituição em *Os Arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*, de Sylvia Ficher (EDUSP, 2005). A autora compõe um quadro das relações econômicas, políticas e sociais estabelecidas entre a formação institucional e as atividades dos profissionais da Poli: mercado de trabalho, atuação profissional, organização da profissão, estética e pensamento arquitetônico, pensamento urbanístico, aspectos legais do ensino superior e da profissão são temas tratados por Sylvia Ficher neste livro, que inclui reproduções de projetos e plantas, muitas delas inéditas ou pouco conhecidas, além das biografias dos professores de arquitetura e seus alunos.

¹⁴¹ Segundo Sylvia Ficher, o escritório de Ramos de Azevedo teve denominações várias, relacionadas às associações feitas entre o engenheiro e colegas: em 1896 era E.T. Ramos de Azevedo; em 1907, F.P. Ramos de Azevedo & Cia; em 1908 associou-se a Ricardo Severo da Fonseca Costa e, em 1911 a Arnaldo Dumond Villares. Para informações mais detalhadas sobre o escritório de Ramos de Azevedo e suas associações, ver o livro de Ficher citado em nota anterior.

termos urbanísticos, em 1896 a Câmara Municipal criou a Comissão Técnica de Melhoramentos, com vistas à elaboração de um “plano ou projeto geral para a cidade” no sentido de orientar a intervenção pública em face do crescimento urbano. Mas, as discussões técnicas acabavam sendo aquelas determinadas pelos impositivos de caráter especulativo entre proprietários de terras, pertencentes aos quadros políticos ou sobre eles exercendo influência direta. O recorte a seguir, extraído de *Os Rumos da Cidade*, de Candido Malta Campos, é revelador das relações políticas exercidas pelos representantes da elite, evidenciando ainda os interesses separatistas dos últimos anos da década de 1880 e início da década seguinte¹⁴².

Ao longo da década de 1890, a Câmara Municipal ainda não se subordinava completamente ao esquema de dominação política exercido pelo PRP - Partido Republicano Paulista - em nível estadual. Como resultado, os primeiros intendentes e presidentes do legislativo eram figuras públicas menos comprometidas com o perrepismo e suas articulações políticas. A esfera municipal paulistana era um espaço onde podiam se expressar setores da classe dominante que não se identificavam plenamente com as estruturas de poder vitoriosas da Primeira República, as quais se concentravam, de início, nos planos estadual e federal (...). A figura do primeiro prefeito, Antônio da Silva Prado, exprime essa situação: antigo monarquista (senador, conselheiro e ministro de gabinetes imperiais), adversário e desafeto de muitas lideranças do PRP, gozava da imagem de homem público isento e probo, respeitado pelos setores dominantes da opinião pública - entre os quais nem todos aprovavam o jogo político perrepista. Com seu irmão republicano, Martinho Prado Júnior, Antonio Prado chefiava a mais importante família da sociedade paulistana: os Silva Prado (Campos, 2002: 78).

Candido Malta Campos afirma que, inicialmente, Antônio Prado pretendia se colocar "acima" das correntes partidárias, mas era integrante do grupo progressista do Partido Conservador do Império e só viria emprestar seu apoio ao oposicionista Partido Democrático em 1926, após sua permanência no executivo da cidade de São Paulo por 12 anos (1899-1911). Na prefeitura, a figura de Antonio Prado arregimentava os grupos dominantes do ciclo cafeeiro estabelecidos na cidade, ocupando os espaços centrais escolhidos por eles, privilegiando os bairros “nobres” como representativos do “progresso” (deles próprios), mas “escamoteando as diferenças de orientação e os conflitos inerentes ao processo de urbanização como um todo”. Assim, “os construtores da ‘capital do café’ impuseram o predomínio da cidade no quadro regional”: a colina histórica, agora mais paulistana que

---

¹⁴² Ver artigo de Cássia Chrispiniano Aducci: “Para um aprofundamento historiográfico: discutindo o separatismo paulista de 1887”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 38: 101-124. Neste artigo, a autora discute o federalismo e o movimento separatista de São Paulo a partir de textos de Sérgio Buarque de Holanda, Emília Viotti, entre outros. De Décio Saes (*A formação do Estado burguês no Brasil, 1888-1891*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990), a autora destaca o seguinte: “Décio Saes compreende o período no qual se insere o movimento republicano como um momento dentro do processo de formação do Estado burguês no Brasil, vendo na luta republicana diferentes classes sociais em defesa de objetivos políticos distintos, mas que não apresentavam, dentro do movimento, posições claramente demarcadas. As classes dominantes, independente de serem escravistas ou não, iriam se colocar contra a transformação burguesa do Estado, ligada ao fim do escravismo e à criação do igualitarismo jurídico burguês do Estado. O grupo que teria sido o portador desta ideologia burguesa foi a nascente classe média, formada por trabalhadores não manuais e não proprietários, cabendo a ela a responsabilidade pela transformação do Estado escravista moderno em Estado burguês. As classes dominantes de São Paulo somente teriam intervindo no processo de reordenamento do Estado, quando sua transformação estava irremediavelmente dada, com o objetivo de adaptá-lo aos seus interesses. Segundo Saes, o desejo de descentralização expresso pelas classes dominantes paulistas, que se sentiam sub-representadas no governo central, significava a conquista do controle sobre os instrumentos de política econômica. A proposta federalista, no entanto, colocava os cafeicultores paulistas contra a monarquia, já que seriam inviáveis dinastias monárquicas provinciais. Deste modo, a autonomia reivindicada somente seria possível sob a forma republicana. As opções ficariam reduzidas ao separatismo republicano ou à república federal.

paulista, aquela velha 'acrópole' colonial, foi tomada para representar "a manifestação 'unânime' das intenções modernizadoras em jogo (...) encobrando a massa de interesses contrariados e dos setores sociais urbanos que permaneciam à margem dos espaços de centralidade".

Líder nos setores agrícola, empresarial, industrial, comercial e financeiro, a riqueza de Antonio Prado emprestava prestígio ao governo imperial, ao Estado e à prefeitura de São Paulo: além de fazendeiro de café, era presidente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, sócio da maior casa comissária e exportadora nacional (a Prado & Chaves) e presidente do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo; tinha domínio, portanto, de todas as fases de financiamento, produção, transporte, comercialização e exportação do café. Proprietários de uma fazenda que chegou a ter 4 milhões de pés de café (em Santa Cruz das Palmeiras), indústrias na capital (como a Vidraria Santa Marina), frigorífico (em Barretos), palacetes (vários na cidade), balneário (no Guarujá), Prado e sua família podiam emprestar prestígio até mesmo para ilustres representantes internacionais. Em 1920, hospedaram os reis da Bélgica em seu imenso e luxuoso palacete no interior da Chácara do Carvalho (na Barra Funda), onde residia com sua esposa e oito filhos¹⁴³. Era tal o prestígio assimilado por essa riqueza que o enterro de Antonio Prado foi acompanhado a pé pela população até o Cemitério da Consolação.

Apoiado pela Câmara, Antonio Prado reinou como chefe do executivo paulistano no período em que, no Rio de Janeiro, seu amigo Rodrigues Alves colocava em prática as reformas urbanas, inclusive a construção da Avenida Central. Com a Intendência de Obras transformada em Seção de Obras (1899), Prado garantia que um corpo de engenheiros provindos da Escola Politécnica formasse uma diretoria forte nessa Seção, comandada por Vítor da Silva Freire. Português de nascimento, mas filho de brasileiros, Vitor Freire diplomou-se em 1888 na Politécnica de Lisboa e, em 1891, na *École de Ponts et Chaussées* de Paris; trabalhou na Bélgica e na Espanha e veio a São Paulo em 1885, empregando-se na Superintendência de Obras Públicas fundada por Paula Souza e, depois, na Comissão de Saneamento estadual presidida pelo engenheiro sanitaria Saturnino de Brito, chefiando por dois anos o Distrito de Santos (1897-1898). Em 1897, com 28 anos de idade, Freire passou a dar aulas nos cursos de engenharia civil e arquitetura da Poli, onde chegou a professor catedrático em 1909. Com a Seção de Obras transformada em Diretoria, em 1900, Freire passou a Diretor de Obras Municipais e exerceu esse cargo por 27 anos, até 1926 (incluindo o primeiro ano da Seção de Obras, o de 1899), quando de sua aposentadoria; sua gestão atravessou o mandato dos primeiros prefeitos da Primeira República: o de Antonio Prado em quatro mandatos consecutivos (1899-1911); de Raimundo Duprat (1911-1914); Washington Luís (1914-1919) e Firmino de Moraes Pinto (1920-1926).

---

¹⁴³ A Chácara do Carvalho situava-se no bairro Barra Funda, pertencente à família de Francisco de Assis Carvalho. Em 1840 foi adquirida por Antonio da Silva Prado (1778-1875), o Barão de Iguape, que legou a seu neto Antonio da Silva Prado como herança. Nela Antonio da Silva Prado residiu entre 1893 até sua morte, em 1929. Dividida a fazenda aos poucos, parte de suas terras deu origem a Praça Marechal Deodoro, às ruas Brigadeiro Galvão e Vitorino Carmilo. Em 1890, Antonio Prado contratou o Luigi Pucci para construir seu palacete na chácara, que passou a ser sua residência e de sua família. Em 1920, para receber os reis da Bélgica, Prado realizou uma reforma sob a supervisão do arquiteto Cristiano Stockler das Neves. Após a morte de Antonio Prado, a Chácara passou a sua filha Hermínia, onde viveu com sua família até o ano de 1931. Em 1934, os herdeiros passaram a lotear a área, e abriram-se duas novas ruas: rua Chácara do Carvalho e rua São Martinho, e prolongaram a Alameda Barão de Limeira desde a Alameda Eduardo Prado até a rua Lopes de Oliveira.

Da longa gestão de Antonio Prado as intervenções de embelezamento urbano foram seguidas pelos prefeitos seguintes, embora não fossem equivalentes às aquelas de Pereira Passos no Rio de Janeiro. Segundo Candido Malta Campos, somente as desapropriações necessárias para a construção da Avenida Central consumiram 35 mil contos de réis, e aproximadamente 46 mil contos a avenida como um todo: “Em comparação, a parte do orçamento paulistano dedicada a obras, na primeira década do século XX, girava em torno de mil contos”, o que demonstra as dificuldades financeiras da “capital do café”. Ainda assim, com Antonio Prado foi possível remodelar o Jardim da Luz, urbanizar e arborizar a Avenida Tiradentes, realizar o ajardinamento da Praça da República (entre 1902 e 1905) e dar novo arranjo ao Largo do Arouche, ajardinar a Várzea do Carmo às margens do Tamanduateí, implantar o jardim em estilo francês defronte ao Museu do Ipiranga (entre 1907 e 1909). Buscando conferir ao centro antigo “qualidade estética” sob os novos critérios, foi alargada e regularizada a rua Quinze de Novembro, considerada a via comercial mais elegante da cidade. O Largo do Rosário (depois denominado Praça Antonio Prado) foi reformulado e tornou-se o “coração da vida social e empresarial de São Paulo”. Em uma de suas faces, com a derrubada da igreja da Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos (transferida para o Largo do Paissandu), foi construído o edifício de escritórios Martinico Prado, projetado por Ramos de Azevedo a pedido de Antônio Prado, tratando-se de uma homenagem a seu irmão. Com seus cinco andares, considerado o mais alto na época (1903), esse edifício foi sede da Light & Power e também da redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, (entre 1906 e 1929); em 1930 foi sede do Citibank; depois passou por uma grande reforma, quando perdeu a fachada eclética de Ramos de Azevedo e ganhou outra mais linear. Nos anos 1980, passou por nova reformulação na parte interna para receber a Bolsa de Mercadorias & Futuros. O sacrifício da Igreja dos Homens Pretos, como relata Raquel Rolnik em *A cidade e a Lei*¹⁴⁴, se relaciona à presença dos negros em torno da Igreja, com seus rituais de comportamento moral “inadequado” aos olhos da elite paulistana. “A dança era vista pela elite paulistana como expressão de lubricidade, degenerescência moral e falta de instituições familiares estáveis”, ou “um saracoteio infreme, em contorções grotescas, sem arte nem estática, lúbrico, torpemente lascivo no rebulir dos quadris”, segundo o que Raquel Rolnik extrai do historiador Afonso Antonio de Freitas (*Tradições e Reminiscências Paulistanas*, 1921).

Para Muniz Sodré (*O Terreiro e a Cidade*, 1988), os afro-brasileiros eram fortemente tocados por essa concepção. Por colocar a liberdade corporal no centro de todo o processo comunicativo, a cultura negra chocava-se com o comportamento burguês-europeu, que mantinha o distanciamento entre os corpos. A cortesia e o refinamento eram regidos por normas que vetavam os toques mútuos, assim como o livre contato corporal em público. A intensificação de um império normativo dessa ordem, correspondente ao aumento de poder das aparências europeias no espaço urbano brasileiro, fazia com que a noção de promiscuidade abrangesse toda a esfera de atos não garantidos ou autorizados pelos códigos metropolitanos (Rolnik, 2003: 68).

Assim, aos melhoramentos de Antonio Prado podemos acrescentar esse tipo de “operação limpeza” de que fala Raquel Rolnik, de critérios moralizantes no “desmonte” do “Centro Velho”, agora resignificado pelos “códigos metropolitanos” da “república branca”.

---

¹⁴⁴ Raquel Rolnik cita Raul Joviano Amaral (*Os Pretos do Rosário de São Paulo: subsídios históricos*: São Paulo: Alarco, 1954): “Parece que a preocupação máxima das edilidades era afastar do centro que se ia esboçando os negros e suas propriedades, quase todas localizadas em torno da Igreja”. Rolnik, *idem*: 67.

Candido Malta Campos fala de melhorias realizadas por Antonio Prado no eixo entre o Largo do Rosário e o do Paissandu, com a canalização do córrego Anhangabaú substituindo uma velha ponte construída em 1820 que dava acesso à Rua de São João (depois Avenida São João). Na área da antiga Praça da Sé iniciou-se uma intervenção “saneadora” com a demolição, “pelo governo estadual, de quarteirões ocupados por usos indesejáveis: casinhas, cortiços e pontos de prostituição”. Um acordo em 1910 entre a prefeitura e a cúria deixava estabelecido que essas demolições dariam lugar futuramente a uma nova catedral “em estilo eclético”, considerando a também a demolição das antigas igrejas da Sé e de São Pedro. Dessa área ocupada por cortiços, segundo Rolnik, “os moradores foram removidos numa ação de despejo que contou com a participação da polícia”. As prostitutas que ocupavam a rua Líbero Badaró e a rua São João não demorariam a ser desalojadas e transferidas para Santa Efigênia.

Paralelamente aos melhoramentos de Antonio Prado, o governo estadual manteve empreendimentos na capital não raro com projetos de Ramos de Azevedo. Juntando-se esses às construções e reformas da iniciativa particular, todas em adaptação ao ecletismo, o centro “velho” foi rapidamente alterado. No largo do Palácio (depois Pátio do Colégio), o Palácio do Governo foi reformado e recebeu uma roupagem neoclássica, ladeado pelos prédios das secretarias e da Polícia Central também de Ramos de Azevedo. Candido Malta Campos se refere à observação feita pelo professor Nestor Goulart Reis Filho (*São Paulo e outras Cidades*, 1994) sobre as fotografias de Guilherme Gaensly¹⁴⁵ realizadas entre 1902 e 1906, cujos enquadramentos cuidadosos mostram os parâmetros que norteavam essa transformação urbana de São Paulo. Nas ruas desse centro (administrativo, comercial e de serviços), calçadas com paralelepípedos, atravessadas por trilhos de bondes, somam-se aos prédios já “integrados à nova época”. Campos fala da “coerência” na paisagem urbana como representativa do apoio “unânime” às ações do prefeito Antonio Prado.

Suas fachadas neoclássicas e neorrenascentistas exibem profusão de frontões, cornijas, pilastras, molduras, platibandas e figuras esculpidas. Embora a qualidade de tais fachadas se mostrasse bastante desigual, o efeito final das imagens é surpreendentemente homogêneo. A representação dessa “unanimidade” arquitetônica conferida pelo ecletismo exprime a busca de certa coerência na paisagem urbana, ecoando a imagem do apoio “unânime” dos setores sociais dominantes ao prefeito Antonio Prado (Campos, 2002: 89-90).ó

Quando Candido Malta Campos fala reiteradas vezes da “unanimidade” em face do reconhecimento dessas melhorias, há que se considerar o ensejo de empreendedores privados, a exemplo de Jules Martin, na trajetória que o levou a concluir o Viaduto do Chá. O litógrafo francês insistiu por década e meia nesse seu projeto, desde 1877 até a inauguração, em 1892. Neste caso, o resultado pode ser considerado dos mais acertados em termos urbanístico e arquitetônico, pois não só a travessia sobre o vale do Anhangabaú provinha de uma premente necessidade de expansão da cidade para além da colina histórica mas, também o desenho e a solução técnica foi de extrema afinidade com a utilização do ferro. Entretanto, faziam parte do ideário progressista do próprio Jules Martin outras

---

¹⁴⁵ O fotógrafo suíço Guilherme Gaensly transferiu-se para o Brasil ainda criança. Em 1871, radicado em Salvador, iniciou carreira com o estúdio *Photographia Premiada*. Em 1895, transferiu-se para a capital paulista e abriu uma filial da *Photografia Gaensly & Lindemann*, na Rua XV de Novembro. Durante mais de 25 anos, Gaensly contribuiu com a São Paulo Tramway Light and Power Company e com instituições públicas como a Secretaria de Agricultura. De 1900 a 1910, já trabalhando sozinho, num estúdio da Rua Boa Vista, editou várias séries de cartões-postais sobre a cidade de São Paulo, fazendas de café e o Porto de Santos.

realizações que em nada se comparam com esse tipo de demanda, como a construção da “Galeria de Crystal”, desenhada por Pucci & Micleli (Luigi Pucci, construtor do Museu do Ipiranga e da Chácara do Carvalho de Antonio Prado e Giulio Micheli, empreiteiro do Viaduto Santa Efigênia). A construção dessa galeria, embora tenha sido aprovada pela Intendência Municipal em 1896, acabou não sendo efetivada: tratava-se de substituir o chamado “Beco do Inferno” (atual rua do Comércio, entre o Largo do Café e a rua Quinze de Novembro). Segundo Hugo Segawa (*Prelúdio da Metrópole*, 2000), a “Galeria de Crystal” foi “inspirada em espaços congêneres realizados em Bruxelas, Milão ou Nápoles”:

Jules Martin pretendeu transpor mais um pouco daquilo que o gosto cosmopolita da elite consumia. A par da feição provinciana que a cidade ainda ostentava. Martin sabia que um empreendimento como esse dificilmente seria indeferido pelo poder público que se confundia com a burguesia cafeeira (...) O tipo de comércio pretendido na galeria visava evidentemente um público abastado que frequentava principalmente a rua 15 de Novembro, a mais importante via comercial na época. Tratava-se de um precursor das galerias que seriam construídas na década de 1950 no setor conhecido como “Cidade Nova”, e, por extensão, dos shopping centers do momento (Segawa, 2000: 34).

Em suma, a “unanimidade” de que fala Candido Malta partia de empresários ávidos por negócios sobre a cidade, a lhes render lucros com essas obras. Segawa relata sobre os “três vinténs” que Jules Martin chegou a cobrar para atravessar a sua obra, depois encampada pelo poder público municipal. Muitos foram os projetos privados encaminhados à Câmara Municipal visando contratos para a execução de obras públicas e posterior exploração comercial. As obras encabeçadas pela iniciativa privada, quando efetivadas, a exemplo do Mercado São João, construído defronte aos Correios, inaugurado em 1890 e demolido em 1915, acabavam dando lugar a construções que em poucos anos viriam a ser demolidas, tornando-se “índice de que o planejamento da vida útil de uma construção era problemático para uma cidade que se desenvolvia sob o signo do imediatismo”, como fala Segawa, também relacionando o espírito de se “construir em cima” e não “ao lado”, o que demonstra a especulação em torno de vantajosas indenizações aos proprietários.

Participava dessas especulações também a “mídia”, isto é, os jornais ligados aos meios progressistas para “ajudar” no processo de assentimento dessas ideias. E para ilustrar talvez uma máxima desse encadeamento entre empreendedores, o “povo”, a burguesia e o poder público, extraímos do *Prelúdio da Metrópole* de Hugo Segawa o que se aventou em torno dos “melhoramentos” ainda antes da chegada de Antonio Prado na prefeitura, mas já no frenesi das mudanças “civilizatórias” do republicanismo.

Uma Exposição Universal: prevista para 1892, foi carreada pelo jornal *Correio Paulistano*, políticos, empresários e banqueiros, sendo o projeto “um importante trabalho, planejado e executado pelo hábil engenheiro Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo”. Aventada para ocupar a Várzea do Carmo, envolvendo as margens do rio Tamanduateí, o projeto de Ramos de Azevedo, segundo o jornal *Correio Paulistano* (1890), é de “inteligente concepção do conjunto, pela disposição, dimensões e colocação dos palácios, pavilhões, jardins, bosque, lagos, canais, chafarizes, cascatas, repuxos, pontes, pontilhões, rochas, rochedos, grutas, etc.”¹⁴⁶. Hugo Segawa, acompanhando as notícias do *Correio*, detalha que nesse projeto constava ainda a construção de “um lago de cem metros de largura, onde poderiam navegar

---

¹⁴⁶ “Exposição Continental”, *Correio Paulistano*, São Paulo, 7 out. 1890. In: Segawa, 2000: 39-40

gôndolas venezianas, botes, lanchas, a vapor”; ruas e avenidas seriam construídas para serem trilhadas por bondinhos, e em “diversos pavilhões de construção graciosas, cabanas rústicas, casas de arquitetura característica” seriam instalados “divertimentos diversos, para crianças e adultos”, como “tiros ao alvo, *ateliers* fotográficos, *buffets*, confeitarias, cosmoramas, curiosidades, figuras de cera, *guignols*, concertos, etc.” (Segawa, 2000: 40-41).

Importante nesse projeto era ainda, segundo Segawa, com base no *Correio Paulistano*, que veiculava o “pensamento da honrada comissão da Exposição”, a ligação da Várzea do Carmo com o Ipiranga, construção a ser denominada Avenida do Ipiranga, um “grande e elegante *boulevard*” arborizado, dotado de “largos passeios” e o “quanto possível, em linha reta”. Não faltava no projeto de Ramos de Azevedo um “arco triunfal” a ser construído em “vasta praça, intitulada dos Estados Unidos do Brasil”. Um pavilhão destinado a essa Exposição chegou a ser construído e inaugurado ainda em 1890, como “pedra fundamental” da iniciativa (não desenvolvida), com a presença de representantes do “generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, então chefe do governo provisório”.

Hugo Segawa nos oferece essas informações mas não deixa de frisar, logo em seguida, que “a impressão final é a de que, comandados sob o signo de invenções imediatistas, todos esses empreendimentos careciam de um sentido social claro, podendo ser caracterizados como melhorias urbanas dependendo da felicidade mais ou menos ao acaso de servirem convenientemente à população” (Segawa, 2000: 45). Inquietante a maneira de Segawa de abordar tamanha sorte de “invenção” destinada à cidade como uma “felicidade mais ou menos ao acaso” por parte daqueles que pensavam a Exposição no âmbito dos “melhoramentos urbanos”. Pois duvidamos da “felicidade” atribuída aos inventores da Exposição e, mais ainda, se destinada ao engenheiro. E por quê? Porque a suposição de que tudo corria “mais ou menos ao acaso” de servir “convenientemente à população” carrega um sentido demasiado bondoso, isto é, insuficiente para desconstruir essa “felicidade” reinante.

Essas invenções não nos parecem “imediatistas”, lembrando o significado do Museu do Ipiranga, cuja obra se encerrava em 1890, contando com acervo do período histórico correspondente à Independência e o célebre quadro de Pedro Américo (*Independência ou Morte*, de 1888). Ou seja, todo o “mito São Paulo” já estava aí prefigurado, faltando “apenas” essa ligação pelo bulevar grandioso, unindo o Museu à Várzea do Carmo. A motivação para à Exposição, portanto, era certamente um complemento ideológico, no sentido de propagar com mais ênfase a “identidade” que se queria, e agora com atualizações. Em suma, uma espécie de “parque temático”, como se diria em nossos dias, que vai do “Grito” às forjadas amostras da indústria paulista, permitindo perpassar seções de incrível embriaguez oficializada. Todo o empreendimento viria sim servir à população, uma vez entorpecida com a “felicidade”, mas nada “ao acaso” por parte daqueles que sabiam muito bem serem felizes, e muito provavelmente terem experimentado uma “felicidade” ao visitar, em 1889, a *Exposition Universelle* de Paris com sua Torre Eiffel reluzente, seus palácios de exposições, suas casas chinesas, templos maias, pavilhões indianos, mesquitas etc.

Entrementes, Segawa não se faz ingênuo em seu livro, pois afirma que esse “encantamento reformador” dos “melhoramentos”, que também se manifesta em propostas de particulares antes mesmo da ideia da Exposição, objetivava como “resultado sedutor e prático em todo o

processo” a “perspectiva de diversificação e aplicação de capitais num âmbito inédito” (Segawa, 2000: 17). Segawa também menciona o “ano pomposo” de 1890 relacionando o Encilhamento à especulação e à proliferação de sociedades anônimas, citando os bancos que mantinham seções voltadas a investimentos e financiamento de terrenos e edificações: o Banco União, por exemplo, que mantinha como diretor técnico o promissor engenheiro Ramos de Azevedo, já antes responsável por diversas residências “nobres” e tendo sido superintendente da Companhia de Melhoramentos de São Paulo, presidida por José Vieira de Carvalho em fins de 1889 (Segawa, 2000: 27). A década de 1890 em São Paulo já se inicia, portanto, com o “jogo” especulativo sobre o valor da terra tal como no Rio de Janeiro. E nisso se colocam as intervenções tanto do poder público estadual como municipal, que ensejou toda a gestão de Antonio Prado e de seus sucessores, amigos da Escola Politécnica.

Enfim, essa foi a São Paulo das fantasias ecléticas e instrumentalização técnica, aqui apresentada de forma sumária, longe de corresponder à extensa literatura existente acerca da cidade nesses primeiros anos da República. Um “epílogo” em nossa apresentação sobre o período deverá ser feito a seguir com mais duas considerações: a primeira delas se refere à tentativa de construção de uma “Avenida Central” rasgando o coração da cidade; a segunda, em contraponto a essa iniciativa, trata da “cidade enferma”, isto é, da reincidência das epidemias e das instituições criadas na esfera do poder público relacionando a Higiene, a saúde pública e os modos de urbanização que, à margem desses “melhoramentos”, fizeram perpetuar a insalubridade nas áreas onde vivia grande parte da população.

A “Avenida Central” paulistana: o projeto e sonho abortado

O processo de urbanização da chamada “Cidade Nova” resultou basicamente de loteamentos feitos por particulares de antigas chácaras antes da construção do Viaduto do Chá. Pierre Monbeig afirma que “em nenhum desses casos a administração municipal chegou a exercer um papel de alguma importância”, o que revela uma forte característica sócio-espacial à revelia do poder público no acordar do “burgo sonolento”, como mencionado pelo geógrafo em *O crescimento da cidade de São Paulo* (1953)¹⁴⁷:

(...) cada um fazia seu loteamento isoladamente, sem grandes preocupações urbanísticas, traçando as ruas de forma mais simples possível e, acima de tudo, procurando extrair um lucro apreciável. Esse sistema refletia perfeitamente uma sociedade na qual a instituição familiar ainda não havia perdido sua solidez, mas estava ao mesmo tempo lançando-se no enriquecimento pela livre concorrência, frequentemente acoplada à especulação, praticada por indivíduos ainda pouco conscientes da existência de interesses coletivos (Monbeig, 2004: 55-56).

Entre a “Cidade Nova” e as transformações que vimos serem efetuadas no centro antigo ficou esse crescimento urbano operado “ao acaso das oportunidades particulares” que, segundo Monbeig, “só fez completar uma fragmentação antecipada pela topografia”. Se por um lado essa fragmentação operada no processo especulativo de terras acarretou um crescimento urbano desordenado, por outro, o “esquecimento” de um vasto território situado entre

---

¹⁴⁷ Monbeig, 2004. Tradução de Tamás Szmrecsányi. *La croissance de la Ville de São Paulo* de Monbeig foi publicado originalmente em 1953 em Grenoble, pelo Institut et Revue de Géographie Alpine.

uma parte e outra da cidade resultou em uma “lacuna semi-urbana (que) havia sobrevivido entre os espaços habitados”.

A urbanização da Chácara do Chá foi empreendida quando a Praça da República (antigo Largo dos Curros), as ruas Aurora e Vitória (em Santa Ifigênia) e as vizinhanças do Largo do Arouche já estavam parcialmente construídas. Uma espécie de lacuna semi-urbana havia sobrevivido entre os espaços habitados. Isto se dava frequentemente porque todos os terrenos de um loteamento não eram comprados ao mesmo tempo, e porque alguns compradores demoravam mais para construir do que outros (Monbeig, 2004: 56).

O Vale do Anhangabaú passou por inúmeras modificações no último século e meio. A “lacuna” geográfica é hoje hiper-urbanizada, sendo sua parte central uma imensa explanada reservada aos pedestres, estruturada por laje ajardinada a 10 metros acima de uma via expressa que encobre o córrego homônimo. Fétido e poluído já no final dos setecentos¹⁴⁸, o córrego Anhangabaú mereceu alguma atenção em prol de sua despoluição¹⁴⁹, mas em vão, posto que a canalização despertava a cobiça dos proprietários de terras em meados do XIX.

E não demoraria muito, também, para que vários abaixo-assinados de moradores das imediações desse córrego pedissem providências para combater o mau estado do que restava do tão mal-afamado rio, o que demonstra a persistência do antigo problema da insalubridade de suas águas. Em 1882, foi feito um orçamento para cobrir o Anhangabaú com tijolos (...) Em 1894, certas partes do rio foram objeto de críticas contundentes, provenientes da Diretoria do Serviço Sanitário: nos fundos de uma fábrica de móveis chamada Santa Maria, na Rua Florêncio de Abreu, por exemplo, o rio dava lugar a uma verdadeira cloaca a céu aberto; no mesmo ano, na Rua Santo Antonio, um terreno que “estava com o muro arrombado” era atravessado por “um braço do rio Anhangabaú” e era apontado como lugar de contaminação e antro de “febres” (Sant’Anna, 2007: 143).

Notemos, de início, que essa descrição da insalubridade do Anhangabaú contrasta sobremaneira com a Exposição Universal prevista para dois anos antes nas margens do Tamanduateí, também poluído e já impraticável para a pesca: o contraste é nítido ante ao vislumbre daquela exposição aventada pelo *Correio Paulistano*, por políticos, empresários e banqueiros que se deliciavam com o projeto de Ramos de Azevedo, “um importante trabalho, planejado e executado pelo hábil engenheiro”. Subjaz no ideário de cidade já de longa data, portanto, o descaso em face dos recursos hídricos, tanto como o olhar sobre as terras às suas margens aproveitáveis tão somente para a especulação e o lucro. Não só canalizar, mas também entubar ou tamponar um curso d’água transformado em esgoto é uma marca registrada de nossos governantes que, incapazes de lidar de outra forma com o crescimento urbano acelerado, acabaram por favorecer a ocupação das várzeas, das áreas

---

¹⁴⁸ Em 1791, foi realizada uma análise das águas das fontes existentes na cidade, determinada pelo governador Bernardo José de Lorena, entre elas as da antiga bica do Acu (ou Guacu), localizada na ladeira do Acu, atual São João (no ponto em que se ergueu o Edifício Martinelli) eram tidas como contaminadas pelas do Anhangabaú, cf. relata Denise B. de Sant’Anna: “As carcaças e o sangue dos animais mortos eram diariamente despejados no pequeno Anhangabaú e misturados, portanto, com as águas do Acu”. In: Sant’Anna, 2007: 56.

¹⁴⁹ Em 1854, como relata Denise B. de Sant’Anna, “um edital foi publicado na imprensa objetivando a contratação de quem pudesse limpar o Tamanduateí, desde o porto denominado dos Ingleses até o Porto dos Lázarus. Mas o resultado de limpezas desse tipo não era duradouro (...) A esse respeito foram ilustrativos os sucessivos trabalhos destinados a limpar o ribeirão Anhangabaú. Aliás, em meados do século, depois da inauguração do novo Matadouro em 1852, o primeiro trecho do ribeirão passou a ser chamado de “ribeirão da limpeza”. Mas tal expressão não significava que suas águas fossem consideradas boas para beber. Não demorou muito para que a canalização do rio fosse proposta e despertasse a cobiça de proprietários locais. Antes disso, a primeira parte do Anhangabaú a ser colocada dentro de uma galeria foi aquela da região do largo do Piques... As águas do Anhangabaú eram, desde tempos remotos utilizadas como local de despejos...” In: Sant’Anna, *idem*: 143.

naturalmente alagáveis, visadas para a construção de casas e fábricas por particulares, o mesmo acontecendo em com o avanço sobre os braços dos rios para a construção de eixos viários: “o córrego Saracura, afluente do Anhangabaú, foi o primeiro a ser coberto e desaparecer, em 1906”¹⁵⁰, na gestão de Antonio Prado (parte do Saracura tamponado, cuja nascente se dá no espigão da Avenida Paulista, se encontra sob a Avenida Nove de Julho). Diga-se de passagem, essa prática reaparece de tempos em tempos como “solução”, sobretudo para a expansão da rede viária: o ex-prefeito Paulo Maluf, engenheiro dentre os muitos administradores paulistanos egressos da Escola Politécnica¹⁵¹, não inventou essa fórmula, mas a utilizou deliberadamente, e voltou a considerá-la como uma máxima em campanha eleitoral (2008), quando propôs tamponar os rios Tietê e Pinheiros com novas vias expressas, alargando as já existentes¹⁵². Voltaremos a falar deste assunto no próximo capítulo, mas registrando desde já mais essa marca destrutiva na orquestração dos “melhoramentos” urbanos da capital paulista.

O Vale do Anhangabaú, como vimos, era dividido pelo eixo do córrego poluído e “mal assombrado” que lhe deu a denominação. Salvo os terrenos pertencentes aos irmãos Weiszflog e outro da Companhia Antártica (mais próximos da rua de São João), quase todo o vale passou a ser propriedade do Conde de Prates. A Chácara do Chá, pertencente ao Barão de Itapetininga, recebeu esse nome pelo plantio e venda de chá e agrião no terreno que se debruçava a oeste do córrego Anhangabaú, cota mais baixa do vale, “simétrico, como explica Aziz Ab’Saber, embutido entre setores de patamares intermediários”, bem diverso da conformação assimétrica que caracteriza a depressão da colina central em direção ao rio Tamanduateí (Ab’Saber, 2004). Na encosta leste do vale, os terrenos que envolviam a depressão da colina passaram a ser propriedade de Eduardo da Silva Prates, o Conde de Prates, uma vez casado com Antônia dos Santos Silva, filha do Barão de Itapetininga, que havia herdado do pai as terras remanescentes da Chácara do Chá. A residência do Conde de Prates situava-se no encontro com o Viaduto do Chá com a Rua Líbero Badaró, no local antes ocupado pelo sobrado colonial da Baronesa de Tatuí (viúva do Barão de Itapetininga e

---

¹⁵⁰ “O crescimento urbano acelerado favoreceu a ocupação das várzeas, áreas naturalmente alagáveis, visadas para a construção de casas e fábricas, e o avanço sobre os braços dos rios: o córrego Saracura, afluente do Anhangabaú, foi o primeiro a ser coberto e desaparecer, em 1906. Cada vez mais cercados, os rios transbordaram para além de seus limites naturais e as enchentes se tornaram mais intensas, frequentes e danosas, justificando ações mais radicais de retificação dos rios. No início, por meio de propostas como a do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, de 1926, planejava-se o alinhamento dos principais rios de modo a conciliar seus diferentes usos – transporte, lazer, pesca, abastecimento de água, controle de enchentes e produção de energia elétrica –, mas as coisas não saíram desse modo”. In: FIORAVANTI, Carlos. *Entre paredes de concreto: mapas históricos exibem as transformações na forma e na função de rios encobertos por avenidas*. Revista Fapesp, dez 2013. Este artigo de Fioravanti comenta a exposição *O tempo e as águas: formas de representar os rios de São Paulo*, em cartaz no Arquivo Público do Estado de São Paulo, com 17 mapas, fotografias e cadernetas com registros do trabalho de campo de engenheiros e cartógrafos.

¹⁵¹ Os prefeitos de São Paulo formados engenheiros na Poli, segundo seus respectivos períodos de gestão foram: Luís Inácio de Anhaia Melo (1931), Henrique Jorge Guedes (1931-1932), Francisco Prestes Maia (1938-1945 e 1961-1965), Paulo Maluf (1969-1971 e 1993-1997), José Carlos de Figueiredo Ferraz (1971-1973), Olavo Egydio Setúbal (1975-1979), Reinaldo de Barros (1979-1982), Mário Covas (1983-1986), José Serra (2005-2006, não concluiu a graduação e não concluiu o mandato) e Gilberto Kassab (2006-2008 e 2009-2012). Dentre os governadores: Armando de Sales Oliveira (1933-1936), Lucas Nogueira Garcez (1951-1955), Paulo Maluf (1979-1982), Mario Covas (1995-2001), José Serra (2007-2010) e Alberto Goldman (2010).

¹⁵² “Maluf propõe vias sobre Rios Tietê e Pinheiros”: O ex-prefeito de São Paulo e candidato à Prefeitura Paulo Maluf (PP) propôs... a construção de uma *freeway*, vias a serem construídas em cima dos Rios Tietê e Pinheiros, para resolver o problema da poluição em São Paulo. “Será a obra da minha vida”, disse. Agência Estado, 31 de julho de 2008.

mãe da Condessa de Prates, Dona Antônia), aliás, exatamente o casarão que havia bloqueado por duas décadas a iniciativa de Jules Martim para a construção do Viaduto do Chá. O Conde de Prates foi negociante dos ramos bancário, férreo, imobiliário e dirigente de empresas como as companhias Paulista de Estradas de Ferro, Central de Armazéns Gerais, Mineraes Santa Rosa, Frigorífica e Pastoril de Barretos e Paulista de Navegação, além de herdeiro de uma fazenda de café que se transformou em suas mãos numa famosa empresa de experiências de melhoramentos genéticos e corte de gado altamente tecnificadas, a Santa Gertrudes, no município de São João do Rio Claro. Sob a influência de Prates foi traçado o futuro de todo arranjo urbanístico para o Vale do Anhangabaú.

Um primeiro plano para a ocupação do vale foi elaborado por Augusto da Silva Teles, engenheiro formado na Politécnica do Rio de Janeiro, onde posteriormente exerceu o cargo de diretor de obras da capital federal. Silva Teles, de tradicional família de cafeicultores paulistas, transferiu-se para São Paulo em 1898, convidado para lecionar na Escola Politécnica de Paula Souza. Entre 1905 e 1911 foi também vereador na Câmara Municipal, distinguindo-se entre os parlamentares “com seus discursos e proposições sobre os problemas da cidade” que, segundo Simões Júnior, partiam de “um ponto de vista amplo, numa postura bastante diferenciada de seus colegas da Câmara”. Em 1906 (ano em que foi inaugurada a Avenida Central no Rio de Janeiro), o vereador escreve “um pequeno livro” editado no ano seguinte com o título de *Os melhoramentos de São Paulo*:

Teles inicia esse trabalho analisando o intenso crescimento paulistano, o maior registrado entre todas as cidades brasileiras... em que a população decuplicara em trinta anos. Em face desse progresso material, tornava-se indispensável que a municipalidade se estruturasse em termos organizacionais (...) A parte mais substancial desse trabalho é aquela que se refere às intervenções no setor central da cidade, abrangendo a colina histórica situada entre os vales dos rios Tamanduateí e Anhangabaú (Simões Júnior, 2004: 84-85).

Acompanhando o estudo sobre o Anhangabaú de José Geraldo Simões Junior, no qual o arquiteto descreve em pormenores os subseqüentes projetos para o vale e seu entorno, nota-se a iniciativa inicial de Silva Teles de destacar, para além das intervenções no interior da colina central, como o alargamento de algumas ruas onde havia intensidade de tráfego, o aproveitamento das encostas, especialmente com a adequação da rua Líbero Badaró, de modo a torná-la um “belvedere contínuo e integrado à paisagem formada pelo vale, pelo Viaduto do Chá e pelo futuro teatro”. O Theatro Municipal era “o símbolo máximo da cultura cosmopolita que a moderna capital deveria ostentar e que a burguesia cafeeira e industrial tanto ensejava demonstrar”. Do historiador Ernani da Silva Bruno (*História e tradições da cidade de São Paulo*, 1954), Simões Junior apreende a atração dada por esse equipamento cultural, merecedor de uma “moldura” adequada, a exemplo de uma “avenida”.

Afinal, o teatro era “o edifício mais importante de todo o estado de São Paulo”, merecendo, portanto, ser emoldurado por uma outra obra de porte que seria a primeira artéria viária com esse status no centro da cidade - o de uma avenida (Simões Júnior, 2004: 87).

A primeira versão do projeto de Silva Teles é o “embrião de um plano”, que em 1906 o vereador apresentaria à Câmara em nova versão. Nesta versão, a Rua Líbero Badaró torna-se objeto de destaque, pois “era estreita e íngreme (...) rua situada nos ‘fundos’ da colina central, e por isso abrigando inúmeros cortiços (era também conhecida como a rua do *bas-fonds* paulistano, onde se localizava a zona do meretrício)”. Mas a Líbero Badaró passaria,

“com esses melhoramentos, à categoria de rua mais importante da cidade – a Avenida Central dos paulistanos”. Realçava-se no projeto embrionário de Silva Teles o entendimento do vale do Anhangabaú como área de proveito para um tratamento paisagístico, sendo aproveitável até mesmo para outra avenida, “artisticamente traçada”. Ideia inovadora, como observa Simões Júnior, era justamente a utilização de um fundo de vale para uma ligação viária,

uma vez que a forma usual de abrir caminhos era pelos espigões ou pela encosta, locais que não apresentavam problemas de drenagem. (...) Essa proposta passa assim a valorizar esses espaços, invertendo padrões tradicionais de ocupação de acordo com os quais os vales e rios eram destinados ao despejo de objetos domésticos e a eles só se voltavam os quintais dos fundos das casas (Simões Júnior, 2004: 88).

A indicação de Teles sugere que se faça “prevenir, desde já, a obrigação de dar às construções a serem feitas sob o vale do viaduto uma fachada de frente para o mesmo vale” (Cf. Anais da Câmara, 1906. Simões Júnior, 2004: 88). De quintais, pomares e atmosfera semi-rural, portanto, o vale passaria a jardim fronteiro à “rua-belvedere” Líbero Badaró, como “moldura” para o Teatro Municipal, bem como da rua Formosa, situada na outra margem, em cota abaixo do Teatro (terras onde já existiam algumas casas, também de fundos para o vale, com os quintais de chá). Em seu livro *Anhangabaú*, Simões Júnior reproduz uma fotografia “realizada por volta de 1903, (na qual) o ribeirão já aparece canalizado, percorrendo o meio de fundos de quintais e terrenos baldios”. Trata-se de uma fotografia importante cuja autoria não é mencionada por Simões Júnior, mas sabemos ser de Guilherme Gaensly. Os quintais aparecem nesta foto, assim como o ribeirão canalizado, entre outros detalhes¹⁵³. Não se faz menção ao aproveitamento do ribeirão a céu aberto como um componente paisagístico, isto é, à eventualidade desse aproveitamento, nem no relato sobre o plano de Silva Teles e tampouco como um questionamento por parte Simões Júnior e outros autores. Teria a crença dos indígenas, ao nomear o *Anhangabahu*¹⁵⁴ como “rio do malefício”, da “diabrura”, do “feitiço” influenciado no tamponamento do córrego nesse projeto para o vale? Ou seria o malefício da poluição nessas águas considerado já no

¹⁵³ A fotografia reproduzida por Simões Júnior na página 83 de seu livro é referenciada a partir de sua fonte de coleta (*Retalhos da Velha São Paulo*, Gráfica Municipal, 1983). Esta imagem é reproduzida em tamanho maior e com melhor definição na página 12 da dissertação de mestrado *Sentidos do Anhangabaú*, de Pablo Emílio Robert Hereñu (FAUUSP, 2007). A partir da reprodução feita por Pablo é possível ler a legenda na parte inferior e constatar que a fotografia é de autoria de Gaensly & Lindemann, intitulada “Viaduto do Chá”. Esta foto é uma das mais importantes do Anhangabaú, quando ainda se mantinham os quintais de ambos os lados do vale: é possível observar as várias passagens de pedestres sobre o córrego já canalizado e bem retilíneo; algumas muradas elevadas; trechos sem muros ou cercas; pomares, provavelmente formados por jabuticabeiras e pés de frutas cítricas; nenhuma alma viva nem animal preso ou solto, enfim, o vale servindo de fundos para os sobrados e, em último plano, o Viaduto do Chá de Jules Martin. Perguntamos, entretanto, onde poderia estar o fotógrafo para esta tomada? Uma primeira hipótese nos levaria a dizer que Gaensly estava sobre a parte central do Viaduto Santa Ifigênia, sendo a fotografia realizada com o recurso de uma lente de aproximação. Porém, o Viaduto Santa Ifigênia teve sua construção iniciada somente em 1910. Em outra imagem do Anhangabaú, feita entre 1919 e 1920 pelo fotógrafo italiano Aurélio Becherini (*Aurélio Becherini*, Cosac Naify, 2009: 97), tomada do Viaduto do Chá com vista para o norte, vemos o prédio da Recebedoria de Rendas, que nesta época ainda se mantinha intacto. De modo que, muito provavelmente, a tomada de Gaensly foi feita do alto deste prédio, e sem a necessidade de uma lente de aproximação, pois o prédio da Recebedoria (de seus 6 pavimentos) tinha fachada voltada para a rua de São João, e uma empena cega voltada para o sul, à altura do antigo Cine Cairo, como mostra a foto de Becherini.

¹⁵⁴ *Anhangaba*, do tupi “diabrura”, “malefício”, “ação do diabo” ou “feitiço”; *Anhangabahu*, do tupi *anhangaba-y*, “rio do malefício”, “da diabrura”, “do feitiço”; *Anhangabahu* que no tupi é o mesmo que *anhangá-y*, “rio ou água do mau espírito”. Afirmações compiladas por Teodoro Sampaio, pois em seu conceito esse rio era para os índios considerado um *bebedouro de assombrações*.

início do século XX algo irreversível para um aproveitamento paisagístico? Em suma, que paisagismo é esse a desconsiderar, desde o início do tratamento “urbanístico” para o vale, tal sorte de recurso natural? Veremos mais adiante que, nas formulações que sucedem a esta de Silva Teles, o “feitiço líquido” sobressai como algo a ser reprimido, condenando o ribeirão para as profundezas, embora reemergindo a cada grande temporal.

Simões Júnior afirma que a inovação de Silva Teles, ao destacar a “visão de conjunto sobre os problemas urbanos”, dá ao engenheiro o mérito de ser considerado “um pioneiro do urbanismo paulistano”. O projeto do vereador foi encaminhado à câmara Municipal em 1906, em seguida exposto em seu livro *Os Melhoramentos de São Paulo* (1907); e quase um ano depois passou a ser apreciado pela prefeitura, através da Diretoria de Obras chefiada por Vitor da Silva Freire. Durante quatro anos esse projeto provocou debates acalorados entre os representantes das comissões de Obras, de Justiça e de Finanças e os proprietários de terras da região do Vale do Anhangabaú.

Essa celeuma seria contornada por meio de uma solução conciliadora proposta pelo vereador Sampaio Viana em sessão... na Câmara e que seria aprovada sob a forma da Lei n. 1331, de 6-6-1910. Nessa lei fica permitido que se construa em todo lado ímpar da Líbero Badaró, desde que os edifícios sejam recuados em no mínimo 8 m, para permitir o alargamento dessa rua. Essa lei, portanto, modifica bastante o plano original de Silva Teles (Simões Júnior, 2004: 90).

Ou seja, com as construções permitidas no lado ímpar da rua Líbero Badaró, cai abaixo a ideia da “avenida-belvedere”, e fica subentendido que venceram a influência e os interesses do Conde de Prates no aproveitamento de suas terras, nas ribanceiras à leste do vale. Candido Malta Campos reitera a interferência do Conde de Prates na Câmara Municipal:

Representando os interesses dos proprietários, e particularmente do conde de Prates, o vereador Joaquim Marra apresentou projeto alternativo ao de Silva Teles. Em vez de eliminar as construções no lado ímpar da rua Líbero Badaró, propunha que a rua fosse apenas alargada. Dessa maneira, os terrenos do conde ficariam em situação privilegiada, encravados entre o novo parque e a rua que poderia tornar-se a “avenida central” paulistana (Campos, 2002: 113).

Estava dado o primeiro “lance” do Conde de Prates sobre a “essência dos melhoramentos projetados por Silva Teles”, como fala Campos, desvirtuando a ideia de abrir o Anhangabaú como um espaço público mais amplo, isto é, considerando livre todo o declive da Líbero Badaró em seu lado ímpar: “Os termos contraditórios do debate revelam a divisão existente na Câmara entre os vereadores que apoiavam o projeto de Teles-prefeitura e aqueles ligados aos proprietários” (além de Joaquim Marra, também Sampaio Viana). Ao fim e ao cabo, atendendo ao requerimento de Prates, a Câmara aprova novo alinhamento da Líbero Badaró para o aproveitamento de seu lado ímpar. Seria desnecessário acrescentar que, de fato, estava em jogo a situação fundiária, na qual reinava o Conde de Prates¹⁵⁵. Curioso, por assim dizer, era a seguinte:

---

¹⁵⁵ Na página 117 (fig. 4) de *Os Rumos da Cidade*, Candido Malta Campos reproduz a “Planta Conforme Escripura DC Conde de Prates”, de 1913, na qual a situação fundiária do Vale do Anhangabaú aparece com as indicações dos proprietários, considerando já o recuo da Líbero Badaró e os novos edifícios a serem erguidos pelo Conde de Prates nesse alinhamento. Essa planta mostra também o arranjo fundiário da margem oeste do vale, ou seja, a rua Formosa, onde os terrenos tornaram-se livres (a partir de indenização ao Conde) a fim de desimpedir a vista para o Teatro Municipal.

Naquele momento Vítor Freire estava na Europa, onde participava da International Town Planning Conference em Londres. Antônio Prado, por sua vez, estava de licença. A proposta de Sampaio Viana foi aprovada pela Câmara e promulgada em outubro de 1910 (Lei n. 1361) pelo vice-prefeito em exercício Asdrúbal do Nascimento (Campos, 2002: 114).

Enquanto isso, a elite paulistana pensava alto, considerando a oportunidade e os aspectos de cidade na qual pudesse se representar de acordo com seus parâmetros:

Havia interesses e grupos mobilizados para quem a transformação do Anhangabaú e da Libero Badaró não seria suficiente - tanto em termos das imagens urbanas sonhadas pelas elites, como no que se referia ao alcance das oportunidades imobiliárias. Em novembro de 1910, um conjunto de notáveis endereçou ao Congresso Legislativo do estado petição solicitando apoio oficial para um projeto de urbanização destinado a transformar o quadrante Oeste de São Paulo em novo espaço central, com desenho monumental e caráter europeu (Campos, 2002: 115).

Atendendo aos interesses desse grupo de “notáveis”¹⁵⁶ foi traçado um projeto baseado na superposição de eixos viários sobre o tecido urbano existente, de caráter haussmanniano por excelência, projeto este que ficou conhecido como o das “grandes avenidas”. A autoria se deve a “um jovem promissor” que trabalhava no escritório de Ramos de Azevedo, o engenheiro Alexandre de Albuquerque, formado na Politécnica de São Paulo em 1905.

Três vias largas e retas cortariam os bairros do Morro do Chá e Santa Ifigênia. A principal iria da Praça Antônio Prado à chácara do Carvalho; outra ligaria o Teatro Municipal e o Viaduto do Chá às estações da Luz e Sorocabana, e uma terceira partiria do largo de Santa Ifigênia rumo ao Arouche e a Higienópolis. Articuladas por uma praça rotatória assumidamente inspirada na parisiense Place de l'Étoile, todas cortariam miolos de quadras, estabelecendo novos traçados e padrões de ocupação: “tendo preferência [prédios] de suntuosa fachada” (...) Propunha-se que os usos mais prestigiosos se instalassem nesse que deveria ser o novo espaço central dominante de São Paulo. Seriam doados terrenos para o Congresso Estadual, a sede do governo, a Catedral Arquidiocesana e os Correios e telégrafos. Monumentalidade e qualidade urbanística garantiriam aos poderes instituídos o sedimento simbólico que consagraria a “capital do café” como protagonista do processo econômico e decisório regional, rivalizando com outras capitais agroexportadoras, como Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideu - também ocupadas em projetar seus símbolos cívicos e reedificar suas ruas centrais à europeia. Nesse sentido, a avenida principal do conjunto seria “feita nas mesmas condições técnicas da avenida Central do Rio de Janeiro, exceto quanto à largura, que seria maior”¹⁵⁷ (Campos, 2002: 117).

Nesses espaços monumentais idealizados por Alexandre de Albuquerque, os edifícios institucionais seriam complementados por grandes empreendimentos particulares como hotéis, lojas e “outras atrações que faziam falta à cidade, aos olhos da viajada elite cafeeira”, um “café modelo”, por exemplo, “vitruve para o nosso maior produto de exportação”; além de um “vasto armazém no sistema *au bon marché*”, enfim, inumeráveis outras qualidades de espaços comerciais e produtos que a elite já se habituara encontrar nos bulevares de

---

¹⁵⁶ O grupo era integrado por alguns dos maiores representantes da elite política e econômica paulistana, incluindo o indefectível conde de Prates, Ramos de Azevedo, Plínio da Silva Prates (filho de Martinho Prado Júnior e sobrinho do prefeito Antonio Prado), José Paulino Nogueira (fazendeiro e chefe político da região entre Campinas e Limeira), José Martiniano Rodrigues Alves, Arnaldo Vieira de Carvalho (fundador da Escola de Medicina e consogro de Júlio Mesquita), Nicolau de Souza Queirós (filho do barão de Sousa Queirós), Francisco Vicente de Azevedo, ex-presidente da província e da Câmara Municipal), Horácio Sabino (loteador da Vila América e um dos promotores da Companhia City) e Sílvio de Campos (membro eminente do PRP)". In: Campos, *op. cit.*: 115.

¹⁵⁷ Os trechos entre aspas são atribuídos por Candido Malta Campos à matéria *Os melhoramentos de São Paulo; projeto Alexandre de Albuquerque*, publicada na Revista de Engenharia, n. 2, vol. I, São Paulo, junho de 1911: 37-38.

Paris e de outras cidades europeias. Agora, o instrumento urbanístico pensado para a construção de tais avenidas, no que toca os aspectos fundiários e indenizatórios, não custava ser aventado por meio de garantias de lucro e concessões, o que no Rio de Janeiro parcialmente "deu certo", e na Paris de Haussmann também, embora no Rio tenha sido um caso de "excepcionalidade" e, em Paris, tenha gerado polêmicas acerca da expropriação de terras, como vimos no capítulo II.

Os proponentes pretendiam construir as avenidas à sua custa e financiar o empreendimento por meio de garantias de juros e concessões de transportes obtidas do Estado. Mas o maior privilégio solicitado referia-se ao direito de desapropriar uma faixa mais larga que a necessária para o leito das vias, podendo os empreendedores usar ou revender os lotes resultantes. A revenda da faixa valorizada após as obras seria feita nos termos da legislação aprovada no Distrito Federal em 1903 para amparar a remodelação da capital brasileira (Lei Federal n. 1.021, regulamentada pelo Decreto Federal n. 4.956 do mesmo ano) (...) A desapropriação com revenda era um instrumento urbanístico polêmico, tendo sido empregada por Haussmann nos primeiros anos de seus *travaux* em Paris e revogada em seguida pelo Conselho de Estado francês. Seus opositores alegavam que o dispositivo representava a invasão do poder público em âmbito restrito à iniciativa particular - as operações imobiliárias - exacerbando o direito de expropriação. No caso do Rio de Janeiro, sua aprovação foi precedida de furiosos debates no Congresso e acabou limitando-se às sobras de terreno resultantes das obras (Campos, 2002: 118).

Segundo Simões Júnior, Freire era defensor do instrumento da "desapropriação por interesse público", sobretudo quando conjugada a taxas "do tipo contribuição de melhoria", pois somente dessa forma seriam dados à municipalidade o poder e os recursos para a realização dos projetos de renovação das áreas centrais, muito embora condenava o proprietário que "acabava sendo duplamente beneficiado", ou seja, o proprietário que além de obter a indenização pelo imóvel a ser demolido, "acabava recebendo também todo o lucro decorrente de tal valorização". Tanto Simões Júnior como Candido Malta Campos, como vimos acima, tratam dessa questão admitindo que no caso de Paris a ação do poder público sobre os domínios dos particulares não tivesse favorecido a classe de proprietários em áreas demolidas para a construção dos bulevares haussmannianos, salientando que "no Brasil a defesa ao interesse privado é muito forte" e que aqui "a consciência em relação ao bem público, ao uso público ou ao interesse público é algo inexistente em nossa cultura" (Simões Júnior, 2004: 124).

Ora, não foi bem dessa forma que vimos no capítulo II o caso da renovação parisiense através de Benevolo, lembrando suas palavras sobre uma resolução expedida em 1958 pelo Conselho de Estado de Napoleão III, determinando "que as áreas construíveis, uma vez expropriadas e arrumadas segundo os planos, devem ser restituídas aos antigos proprietários, isto é, que o aumento do valor determinado pelos trabalhos da comunidade deve ser confiscado pelos próprios proprietários, em vez de pela Comuna". Vimos também com Benevolo que "Haussmann lamenta essa decisão como sendo injusta, porém a jurisprudência da época é concorde contra ele. A cidade de Paris como consequência dessa sentença, deve suportar sozinha todas as despesas dos trabalhos de Haussmann, sem que se possa ressarcir dos proprietários que foram beneficiados" (Benevolo, 1994: 102). Ademais, ainda que considerando "injusta" essa resolução, Haussmann percebe que as obras públicas elevam os preços dos terrenos não somente nas áreas mais próximas dos novos bulevares, mas em toda a cidade. Assim, com o aumento das rendas globais, cujos efeitos lhe garantem o aumento contínuo das entradas em caixa, consegue empréstimos mais vultosos junto aos

estabelecimentos bancários. Dessa forma, reiterando o que dissemos no capítulo dedicado à Paris de Haussmann, a cidade passa a se comportar tal qual uma empresa particular no sistema capitalista, no qual os pares são vistos como concorrentes.

Mas o projeto de Alexandre de Albuquerque não vingou, pois evidenciou-se a intervenção constituída por um monopólio em benefício de poucos; a prefeitura havia sido menosprezada, pois não foi atendida com a instalação de um Paço Municipal; a Câmara estava dividida entre o projeto de Silva Teles encampado pela prefeitura e os interesses do Conde de Prates; o monopólio dos bondes da Light era ameaçado; a prefeitura enfrentava limitações em seu orçamento; a construção do Teatro Municipal consumia vultosas somas, enfim, o quadro não era o mesmo se comparado ao Rio de Pereira Passos.

O projeto teria contra si, desde logo, o executivo municipal, a Câmara, a Light e os demais interesses reunidos na esfera local, entre eles os proprietários de imóveis como um todo. Consequentemente, a despeito da atração exercida pela imagem de uma Paris paulistana na elite, e de seu impressionante rol de signatários, a proposta de Alexandre de Albuquerque acabou sendo deixada de lado. No setor de obras da prefeitura, amadureceram ideias que poderiam representar uma resposta mais viável à questão dos "melhoramentos de São Paulo" (Campos, 2002: 120).

Voltava-se, dessa forma, ao projeto de Vitor da Silva Freire, substanciado em versão ampliada da proposta original do vereador Silva Teles. Antonio Prado se despede da prefeitura tendo nomeado, em novembro de 1910, uma comissão para negociar com o Governo do Estado "um reforço" ao orçamento destinado à execução desses melhoramentos na área central da cidade. No mês seguinte, essa comissão entrega ao Legislativo do Estado uma representação "em que é apresentada uma justificativa expondo as dificuldades financeiras do município" (cf. Simões Júnior) para que se iniciem as obras. Ao encerrar seu mandato, Antonio Prado envia ao presidente do Estado (Manuel Joaquim de Albuquerque Lins) uma cópia do projeto final elaborado pela Diretoria de Obras (Vitor Freire e Eugênio Guilhem).

O Governo do Estado aprova o pedido em curto prazo, porém, consigna a sessão de 10 mil contos de réis através de uma lei em que fica o Estado incumbido de "mandar proceder a estudos, projetos e orçamentos" e entrar em acordo com a Câmara Municipal "para os necessários créditos". O projeto municipal de Freire e Guilhem apresenta alterações sobre o de Silva Teles em pontos relacionados à circulação viária, mas mantém a ideia da rua Líbero Badaró como "avenida-belvedere", contrariando a Lei do vereador Sampaio Viana. Além disso, reapresenta também a sugestão de Silva Teles para a avenida no fundo do vale. "Parecia assim tudo bem encaminhado para uma solução acertada e definitiva", como fala Simões Junior. No entanto,

o secretário da Agricultura decide de forma diferente. Contrata então o engenheiro Samuel Augusto das Neves para a elaboração de um novo projeto de melhoramentos. O escritório de Neves já era conhecido nos meios técnicos da administração estadual, pois executara pouco tempo antes os estudos referentes à construção de uma penitenciária para a capital (...) A versão preliminar do projeto de Neves foi publicada alguns dias mais tarde em página inteira no jornal *Correio Paulistano*, edição de 23 de janeiro. Com esse plano, o governo esperava solucionar também o impasse criado com a Cúria Metropolitana a respeito da localização da nova Catedral da Sé junto ao Paço Municipal (Simões Júnior, 2004: 95).

Antes de passarmos ao projeto de Samuel das Neves, vejamos uma questão importante, como observada por Simões Júnior, atinente ao conflito de poder e de interesses entre as esferas administrativas do Estado e do Município.

Em intervenções de maior escala como essa, o governo estadual era quem tradicionalmente conduzia os trabalhos, não só financiando e executando, como também definindo as diretrizes do projeto. E, nessa ocasião, a municipalidade estava se pondo numa condição inédita até então, na posição de um órgão com competência técnica e autonomia administrativa suficiente para assumir tarefa de tal vulto. E esse fato, com certeza, apontava para a transformação das relações paternalistas que o governo estadual mantinha em relação à prefeitura, de acordo com as quais para esta última sobravam apenas atribuições menores na área de obras públicas, como a polícia das construções particulares, os alinhamentos e a pavimentação de ruas (...) A manchete no *Correio Paulistano* causou perplexidade na Diretoria de Obras Municipais, pois esta já julgava o problema resolvido, e não tinha sido sequer prevenida sobre a formulação de um novo plano de melhoramentos. Além do mais, a notícia do jornal previa que, com a adoção do projeto de Neves, a prefeitura ficaria com suas atribuições limitadas unicamente ao gerenciamento da execução das obras (Simões Júnior, 2004: 95-96).

Uma polêmica maior é iniciada agora por Vitor da Silva Freire, em defesa não só da autonomia de sua Diretoria de Obras mas, também, de suas posições relacionadas aos conceitos urbanísticos que suportam tanto o seu projeto como o de Neves, por ele considerado uma mera cópia do modelo haussmanniano aplicada de forma inconsequente em termos morfológicos, estéticos, e de compreensão equivocada como “visão de conjunto”. Freire passa a explorar o assunto junto aos alunos da Escola Politécnica, onde é professor; viaja para o exterior e participa de congressos; firma contato com urbanistas importantes e se prepara para “dar uma resposta adequada àquela provocação publicada no *Correio Paulistano*”. Com Raimundo Duprat assumindo a prefeitura em janeiro de 1911, Freire permanece à frente da Diretoria de Obras e, em 15 de fevereiro, profere uma conferência que logo vem a ser publicada na Revista Politécnica, intitulada “*Melhoramentos de São Paulo*”. Segundo Simões Júnior, esse discurso crítico de Vitor Freire pode ser considerado “o primeiro plano urbanístico de São Paulo”, sendo “o fator mais importante e inovador (...) a referência à experiência urbanística internacional”, mas agora discutida de forma a não tomar isoladamente os princípios haussmannianos, que já vinham sendo colocados em prática em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, mas em relação às experiências do *Town Planning Institute* de Londres e dos cursos administrados nas escolas técnicas alemãs. Em suma, Freire conduz a análise de seu próprio plano no contraponto ao de Neves apostando em uma visão “holística, a mais abrangente possível”, na abordagem da questão urbana como um conjunto intercambiável da rede viária, dos aspectos sanitários, estéticos e de expansão do centro para as áreas periféricas da cidade. Criticando o projeto de Neves, Freire passa a dizer que nele somente a questão viária foi levada em consideração, mesmo assim de forma equivocada, pois não teria sido dimensionado para receber e distribuir o grande fluxo de tráfego proveniente dos setores oeste e norte, principalmente o movimento gerado pelas estações ferroviárias em direção ao centro antigo.

O projeto de Samuel das Neves difere do projeto de Vitor Freire não somente no tocante ao fluxo viário no interior do centro antigo, mas também da sua comunicação com a rede viária para além da colina. Novas transposições do centro velho para o novo, conforme previstas por Neves, se dariam à altura do que hoje é a Praça da Bandeira, a partir da construção de um viaduto ligando em nível o Largo de São Francisco à rua Xavier de Toledo sobre o velho

Piques (Largo da Memória) e também pela rua de São João. O “Viaduto de São Francisco” se contrapunha à ideia de Freire substanciada em nova transposição do vale a ser feita na rua de São João, por um viaduto construído de tijolos ligando em nível a Praça Antonio Prado e o Largo do Paissandu, ou seja, privilegiando o setor a noroeste da cidade, mais próximo das estações ferroviárias. Notamos não haver especificação técnica no texto de Simões Júnior quanto ao “Viaduto São Francisco” pensado por Samuel das Neves. Hugo Segawa, em *Prelúdio da Metrópole*, o menciona como uma “ponte pênsil ligando a Largo do Ouvidor com a rua Xavier de Toledo, por sobre o Largo da Memória”¹⁵⁸. Entrementes, a transposição do vale idealizada por Freire na rua de São João, conforme o relato de Simões Júnior, trata de “um imenso viaduto em alvenaria com 14 m de largura, de maneira que essas duas praças (Antonio Prado e Largo do Paissandu) se comunicassem em nível”¹⁵⁹. Já a proposta da Líbero Badaró, como pensada por Silva Teles em termos de “Avenida Central” (corroborada por Freire quando ressalta o “belvedere” de seu lado ímpar voltado para o Teatro Municipal) também não vingou, como vimos anteriormente: esse lado a oeste da rua foi reservado para novas construções idealizadas pelo proprietário dessas terras, o Conde de Prates.

O que há de mais peculiar no projeto de Neves foi a destinação dada ao eixo longitudinal do vale, compreendendo a construção de um bulevar de feição haussmanniana, isto é, a sua “Avenida Central” propriamente dita: não mais a Líbero Badaró transformada em belvedere, tampouco as três avenidas idealizadas por Alexandre de Albuquerque para satisfazer os “notáveis” de São Paulo, mas uma grande avenida de fundo de vale, como pode ser vista no desenho perspectivado de Neves que Simões Júnior e Segawa reproduzem em seus livros. Na parte inferior desse desenho, lê-se: “PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO DO VALE DO ANHANGABAHU NA AVENIDA CENTRAL, PUDENDO EXTENDER-SE DA AVENIDA TIRADENTES ATÉ A AVENIDA PAULISTA”¹⁶⁰. Nota-se nesse desenho, em “voo de pássaro” tomado do norte em direção ao sul da cidade, interrupções do conjunto edificado em ambas as margens desse bulevar: o viaduto do Chá, propiciando uma abertura visual para o Teatro Municipal, e, mais adiante, o “Viaduto São Francisco”, à altura do Piques. Tamanha sorte de colagem feita à maneira mais direta de um bulevar haussmanniano ficou estampada nessa perspectiva aérea de Neves.

Quanto às transposições projetadas para ligar em nível as cotas mais altas do centro velho e do centro novo, sejam aquelas idealizadas por Samuel das Neves ou a da Rua de São João (com o viaduto de alvenaria de Vitor Freire), não resta dúvida que essas construções viriam impactar negativamente a paisagem do vale como um todo. A melhor solução apareceria mais tarde, com a construção do Viaduto Santa Ifigênia, do qual trataremos mais adiante. A definição dos fluxos viários era defendida por cada um desses engenheiros¹⁶¹, mas envolvia acirradas disputas pela legitimação das instituições que representavam, respectivamente na esfera dos governos estadual e municipal. Para o contexto da época, os rumos que tomariam a metrópole nos parecem melhor fundamentados nas propostas de Vitor Freire, ao considerar o maior movimento de usuários vindo ao encontro das ferrovias e das estações, estas localizadas no norte da cidade, e ao encontro dos novos bairros dotados de

¹⁵⁸ Segawa, *op. cit.*: 84, a partir do *Correio Paulistano* em janeiro de 1911.

¹⁵⁹ Simões Júnior, *op. cit.*: 93

¹⁶⁰ Ver figura 72, à página 103 de Simões Júnior, *op. cit.*, ou a mesma imagem à página 83 em Segawa, *op. cit.*

¹⁶¹ Para maior aprofundamento, ver os textos de José Geraldo Simões Júnior, Hugo Segawa e Candido Malta Campos já citados.

infraestrutura, situados a oeste. Contudo, falar em fluxo viário nos parece "a" controvérsia em si mesma, posto que já àquela altura a discussão estava demasiado "ensimesmada" na conveniência do transporte individual, ao invés de se pensar o centro antigo reservado exclusivamente para o tráfego de bondes e pedestres. Não se pensou o centro histórico acessado somente por um transporte público de qualidade. Ao contrário, o transporte individual foi privilegiado, e nunca deixou de ser "o" assunto na cidade de São Paulo.

O debate promovido por Freire é levado às últimas consequências, a ponto de fazê-lo entender que o governo estadual, mas também a sua própria Diretoria de Obras municipal não estavam preparados para uma intervenção de tal envergadura. Muito embora, como fala Simões Júnior, Freire entendesse que sua repartição estava "mais autorizada a opinar sobre o assunto por ter estudado a questão com mais tempo e dedicação". Em verdade, àquela altura era ele próprio, Freire, o mais "autorizado" em trazer ao país o questionamento acerca das recentes experiências urbanísticas europeias e destas, também os modelos de administração municipal, de formação de conselhos e comissões técnicas reservadas às especificidades do desenvolvimento urbano.

Muitas são as referências de Freire relacionadas ao ideário urbanístico internacional: Simões Junior destaca inúmeros teóricos, arquitetos, urbanistas e técnicos das administrações municipais de cidades europeias e norte-americanas por ele citados, entre eles o engenheiro belga Arthur Vierendeel e os profissionais agrupados na *Verbandes Deutscher Architekten-und Ingenieur- Vereine* (Liga das Uniões de Arquitetos e Engenheiros Alemães). Contudo, todos os autores que tratam de Vítor Freire afirmam prevalecer em seus discursos os princípios que regem a construção das cidades relacionados ao "pinturesco", conceito inerente às teorizações formuladas pelo arquiteto austríaco Camillo Sitte (1843-1903), diretor da Escola Imperial e Real de Artes Industriais de Viena e autor de *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen* (*A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos*), publicado em 1889, no qual a análise das cidades parte principalmente de suas praças. É principalmente através de Camillo Sitte que Freire constrói sua crítica ao planejamento haussmanniano, também presente no *Ringstrasse*, o anel viário que foi construído em Viena na segunda metade do XIX. Esse "pinturesco" de Sitte incorpora a relação entre prédios, monumentos e praças, de modo que estas não sejam obstruídas por aquelas nos seus centros; a relação proporcional entre a fachada dos edifícios e as dimensões das quadras, rejeitando tanto as praças como os edifícios hiperdimensionados; a sucessão visual das ruas, rejeitando a perspectiva retilínea como nos bulevares de Paris e os ângulos retos com características de grelha, desprovidas de "sangue artístico"; e também a arborização nas praças que, segundo Sitte, deveria ser evitada para não se tornarem obstáculo à visualização dos edifícios. Com tais apropriações de Sitte, Freire traz para o contexto de São Paulo a discussão de seu projeto para o Anhangabaú que, segundo ele, faltava nas propostas apresentadas por Alexandre de Albuquerque e Samuel das Neves, estas insuficientes para a superação do paradigma haussmanniano e, por isso mesmo,

avessas à valorização paisagística em conformidade com a topografia do vale. Em conferência realizada em 15 de fevereiro no Grêmio da Politécnica¹⁶², Freire pergunta:

Não é precisamente a curva que melhor se presta (...) à configuração do nosso terreno acidentado, do qual suga a cidade o seu elemento característico de encanto: o pitoresco?

Segundo Françoise Choay, Sitte foi "frequentemente citado por Patrick Geddes e Lewis Mumford pelo caráter humano das soluções que preconiza, (...) (mas) representa pelo contrário, para Le Corbusier e os progressistas, a encarnação de uma vocação retrógrada para o passado (Choay, 1979: 205). Choay considera que a primeira tradução do título de Sitte para o francês (*L'Art de construire les villes*, 1902, confiada a Camille Martin) já aparece imprecisa e truncada; que "em nome da doutrina dos CIAM, (Sigfried) Giedion e Le Corbusier fizeram de Sitte a encarnação do passadismo mais retrógrado, o apóstolo dos burros, o inimigo declarado do urbanismo moderno"; adverte, através de P. Turner (*The Reading of Le Corbusier*), que a expressão "inimigo dos burros" é de Le Corbusier, "que entretanto havia lido e admirado Sitte, antes de vilipendiá-lo". Essas apreciações opostas ao livro de Sitte "baseiam-se no mesmo contrassenso que fez do *Städtebau* uma obra dogmática de passadistas, quando, na verdade ela trata dos problemas da cidade presente e futura, em relação à qual a cidade velha possui a dignidade de objeto histórico no pleno sentido do termo" (Choay, 2006: 183).

Para Camillo Sitte o "pinturesco" traduz a degradação da vida urbana em face do abandono dos espaços públicos abertos, em favor das "gaiolas" fechadas, como os museus de arte. O arquiteto vienense critica as atividades comerciais dadas pelo crescimento econômico que levou ao parcelamento dos lotes com base em considerações extremadas de caráter econômico, retirando da vida pública as praças como lugar de comunicação entre os agentes sociais, sendo os assuntos de interesse público restritos aos jornais diários¹⁶³. Essa dimensão humanista de Sitte não poderia ter sido compreendida por Le Corbusier, dada sua ruptura com a conservação de conjuntos urbanos históricos no interior da cidade maquinista e higiênica por ele preconizada. Em 1970, em *L'allégorie du patrimoine* Choay invoca essa problemática reforçando a visão de Sitte em face da conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico (...) motivada pela transformação do espaço urbano que seguiu à revolução industrial: "perturbação traumática do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelares".

O livro de Sitte origina-se de uma constatação limitada e precisa: a feiura da cidade contemporânea ou, antes, sua carência de qualidade estética. Não se trata absolutamente de uma condenação geral e moral da civilização contemporânea, como no caso de (John) Ruskin. Ao contrário, essa crítica faz-se acompanhar de uma tomada de consciência aguda

¹⁶² Vítor da Silva Freire, "Os melhoramentos de São Paulo" (Conferência no Grêmio Politécnico em 15 de fevereiro de 1911). Revista de Engenharia, n. 2, vol. I, São Paulo, julho de 1911, pp. 101-104. *Apud* Campos, *op. cit.*: 128.

¹⁶³ "Em nossa vida pública, muitas coisas transformaram-se irremediavelmente, por conseguinte muitas formas arquitetônicas perderam sua importância de outrora. O que podemos fazer se os acontecimentos públicos são hoje contados nos jornais, ao invés de ser proclamados, como nos tempos antigos, na Grécia e em Roma, por pregadores públicos nas termas ou sob os pórticos? O que podemos fazer se os mercados abandonam cada vez mais as praças para fechar-se em construções de aspecto pouco artístico ou para transformar-se em vendas ambulantes a domicílio? O que podemos fazer se as fontes só têm um valor decorativo, já que a multidão se afasta delas, porque as canalizações levam a água diretamente para as casas e as cozinhas? As esculturas abandonam cada vez mais as praças e as ruas para fechar-se nas prisões de arte chamadas museus". Trecho de Camillo Sitte em *Der Städtebau nach...* reproduzido por Françoise Choay, *op. cit.*: 214.

das dimensões técnicas, econômicas e sociais da transformação operada pela sociedade industrial e da necessária transformação espacial que ela implica. O progresso técnico modela nosso mundo - ele confere ao espaço urbano construído uma extensão e uma escala sem precedentes e lhe atribui novas funções, entre as quais o prazer estético parece não ter mais lugar (Choay, 2006: 183).

É quando surge, então, a necessidade de um estudo morfológico da cidade antiga, da história formal de seu espaço constituindo “instrumento heurístico para o urbanista”. O papel pedagógico atribuído ao estudo da cidade, como fala Choay, aproxima Camillo Sitte de (Eugène Emmanuel) Viollet-le-Duc (1814-1879), arquiteto francês que duas décadas antes publicou *Entretiens sur l'architecture* (1863)¹⁶⁴.

Com efeito, na segunda metade de sua carreira, este foi, a exemplo de Sitte no que diz respeito à arte urbana, obcecado pela busca de uma arquitetura "verdadeiramente contemporânea". Ele faz um impiedoso discurso de acusação contra o historicismo e o ecletismo dos arquitetos de sua época, condena todas as formas de cópia ou imitação do passado e nem por isso deixa de fundamentar sua pesquisa num trabalho histórico (...) Na verdade, o racionalismo comum de Viollet-le-Duc e a Sitte, faz parte de um parentesco profundo, mas ignorado pelo conjunto dos historiadores, que liga os dois autores, com uma geração de distância, e permite explicar um pelo outro. As obras *Entretiens sur l'architecture* e o *Städtebau* - uma pela arquitetura, a outra pelo urbanismo como arte - propõem-se identicamente procurar os caminhos de uma criação contemporânea que corresponda às exigências originais de uma civilização avassalada por uma completa transformação técnica, econômica e social. As duas obras são organizadas segundo a mesma oposição binária entre um passado consumado e um presente em gestação, pensam e esboçam essa ruptura histórica com a mesma dolorosa acuidade e no mesmo horizonte urbano. Viollet-le-Duc não ficou confinado ao campo da arquitetura. Na medida em que nunca a dissocia do seu contexto mental, social e técnico, a cidade não pode ser estranha a suas preocupações. Ele também a aborda segundo uma perspectiva morfológica, e encontram-se até, no grosso volume dos *Entretiens*, sucessivas análises que, em uma vintena de páginas, evocam a maioria dos temas desenvolvidos no *Städtebau* vinte anos depois, tornando ainda mais fecunda a confrontação dos dois textos (Choay, 2006: 185-187).

O aproveitamento do Anhangabaú como parque público e área verde era também relacionado à melhor distribuição de ar e luz no centro da cidade, o que revela uma questão de caráter higiênico e, por conseguinte, uma atribuição incontestada a ser defendida pela autoridade municipal, em detrimento da perda dessa área pela apropriação especulativa de terras com vistas às construções já aventadas. Convicto de suas responsabilidades como diretor de Obras na administração municipal e de sua atuação como professor na Politécnica, Freire viajou novamente à Europa em 1913, onde participou de congressos relacionados ao urbanismo, à higiene, à habitação salubre e às práticas reguladoras de zoneamento urbano. De volta ao Brasil, em março de 1914 proferiu nova conferência no Grêmio Politécnico¹⁶⁵. Como fala Candido Malta Campos, explica-se a insistência de Freire

---

¹⁶⁴ Viollet-le-Duc publicou *Entretiens sur l'architecture* (*Conversas sobre Arquitetura*) em 1863, uma compilação de palestras proferidas sobre a arquitetura dos “primitivos”, dos gregos e dos romanos, da Idade Média e do Renascimento, sobre a “educação arquitetural”, a escultura monumental, a arquitetura privada (da casa e do campo) etc. O verbete “Restauração” de seu *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XIe au XVIe Siècle* (1856), segundo Ana Carolina Melaré dos Santos, “pode explicar a origem e o conceito do termo que até então não existia... (pois) Até então, nenhum edifício havia sido 'restaurado’”. Ver o artigo de Ana Carolina Viollet-le-Duc e o conceito de restauração, 2005, disponível em: www.vitruvius.com.br

¹⁶⁵ “Em 1913, (Freire)... participou, em Gand, do Congresso Internacional e Exposição Comparada de Cidades, e, na Antuérpia, (do) Congresso de Saneamento e Salubridade da Habitação, além dos congressos de Habitação Econômica de Berlim e de Estradas em Londres. Nessa ocasião, teve intensa convivência com Nelson Lewis e Frank Backus Williams, engenheiros municipais nova-iorquinos que buscavam na Europa subsídios para o

contra a persistência do padrão haussmanniano, dadas as “ideias feitas” a serem vencidas no quadro de modernização então predominante no Brasil. Um forte parceiro de Freire contra os adeptos do modelo francês importado através do Rio de Pereira Passos foi o engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, que havia completado, entre 1912 e 1913 os trabalhos de saneamento em Santos, considerados exitosos e representativos da modernização urbanística no Estado de São Paulo.

Saturnino de Brito assumia, em escala nacional, o papel de representante máximo do moderno conhecimento técnico aplicado ao saneamento, higiene urbana e remodelação de cidades, posição reivindicada por Vitor Freire na cidade de São Paulo. Arautos do urbanismo “científico”, ambos pretendiam estar acima das disputas políticas que estariam atrasando a reforma das cidades brasileiras. Enquanto Freire, técnico da prefeitura, defendia a administração racional dos municípios por meio de comissões e especialistas, Brito, representante do governo do estado, opunha-se aos interesses casuísticos mobilizados localmente, defendendo a intervenção do poder central. Tal postura remete aos conflitos que opuseram Brito à Câmara Municipal e aos proprietários de Santos, no momento da implantação de seu plano de extensão da cidade, ao longo da década de 1910 (Campos, 2002: 142).

Saturnino de Brito enfrentou adversários em Santos, no Recife (1913-1918) e em outras cidades onde realizou reformas sanitárias, invariavelmente tendo que se impor contra o modelo hegemônico dos bulevares haussmannianos. Em São Paulo, Brito veio a colaborar em 1904, com estudos para o abastecimento de água na cidade¹⁶⁶ e, na década de 1920, quando projetou a retificação do rio Tietê acrescida de um imenso parque linear em suas margens, mas este seu plano foi em seguida completamente desvirtuado pelas marginais do Plano de Avenidas de Prestes Maia. No caso de São Paulo, Freire contornava a presença do

---

zoneamento de Nova York que seria aprovado em 1916. Freire chegou a trazer a São Paulo um exemplar do relatório elaborado por Lewis e Williams, resumindo as práticas reguladoras adotadas na Inglaterra, França e Alemanha. (...) De volta ao Brasil, Freire foi novamente convidado pelo Grêmio Politécnico para realizar uma conferência que transmitisse os conhecimentos adquiridos nos encontros internacionais de urbanismo. Realizada em março de 1914, essa segunda palestra versou sobre a “cidade salubre”. Ele procurou mostrar as inconveniências higiênicas do padrão de edificação residencial predominante em São Paulo, formado por casas individuais construídas em lotes estreitos, nas quais a maioria dos aposentos se abria para um corredor lateral, insuficiente para garantir iluminação e ventilação adequadas.” (Campos, *op. cit.*: 131)

¹⁶⁶ “Diante da crise de abastecimento de água que abatera a capital em 1902, o governo estadual resolveu formar uma Comissão de Obras Novas, em 1904, para o abastecimento de água de São Paulo”. Segundo Sidney Bernardini, as três propostas apresentadas, de Theodoro Sampaio, de Ataliba Valle e Rodrigues da Fonseca e de Saturnino de Brito, “demonstram diferentes formas de enxergar a problemática e se utilizam, consequentemente, de soluções variadas e às vezes até conflitantes entre os profissionais que as elaboraram. As discussões científicas que aproximavam médicos e engenheiros nucleados nas teorias “contagionista” e “infeccionista” aqueciam as polêmicas entre as soluções a serem adotadas... A seu modo, o governo estadual executou partes de cada uma destas propostas... (com) a captação de água do ribeirão Cotia, conforme propôs Theodoro Sampaio; a captação das águas do rio Tietê e sua distribuição no bairro do Brás e arredores, pela ampliação da galeria filtrante do Belenzinho, como propuseram Fonseca Rodrigues e Ataliba Vale, e a reorganização funcional do sistema de captação e abastecimento, como propôs Saturnino de Brito... Mas, para além do que representaram como contribuição concreta para o desenvolvimento urbano de São Paulo, vale observar... (que) as questões atuais apresentadas pelo planejamento urbano já tinham seu embrião em propostas de intervenção como estas. A captação de água para além das fronteiras do município e os impactos decorrentes disso do ponto de vista da regionalização, os cuidados em relação aos mananciais, protegendo-os da poluição provocada pela ocupação urbana, e o zoneamento funcional, associado à capacidade de atendimento em termos de volume, são elementos presentes nesses estudos. Acima de tudo, porém, verifica-se a ideologia em torno do desenvolvimento urbano, na qual a garantia do suprimento de água para uma população que crescia a passos largos suplantava qualquer discussão sobre formas de controle dessa expansão urbana sem limites”. Bernardini, 2012 (a partir da tese de doutoramento *Construindo infraestruturas, desenhando territórios. A Secretaria de Agricultura do Governo Estadual Paulista, 1892-1926* (FAUUSP, 2010). Disponível em www.revistas.usp.br/posfau/article/download/52491/56469

prefeito Antônio Prado, pois, embora este probo ex-conselheiro do Império tenha lhe confiado a Diretoria de Obras, era um representante do “consenso” das classes dominantes em São Paulo. Segundo Campos, Freire permaneceu como diretor de Obras após a saída de Prado da prefeitura “como se estivesse imune às flutuações da política municipal”. Com isso, é possível entrever que, por um lado, a retaguarda de Saturnino de Brito no que concerne à legitimação de uma “cientificidade” garantia o fortalecimento de Freire na prefeitura, mas, por outro lado, provavelmente um desconforto, dada a inclinação de Brito ao “gênio incomparável de Auguste Comte”, como afirma Carlos Roberto Monteiro de Andrade em *A Peste e o Plano: o urbanismo sanitaria do engenheiro Saturnino de Brito* (1993)¹⁶⁷. Acerca da obra de Saturnino de Brito, da cultura urbanística que o influenciou no decorrer de seus projetos e planos de saneamento, o trabalho de Monteiro de Andrade é indispensável, pois revela também esse posicionamento positivista do grande sanitaria.

Ademais, a leitura de *A Peste e o Plano* é uma verdadeira aula de urbanismo, em que se destaca a vertente sanitaria e a ética do saneamento e do embelezamento nas reformas urbanas de mais de um século. No resgate da história da arquitetura e da construção das cidades, das teorias médicas que substanciam o higienismo e a engenharia sanitária, bem como na investigação acerca da cultura urbanística na virada do século XIX para o XX, os dois primeiros capítulos de *A Peste e o Plano* podem ser lidos independentemente de seu objeto particular de análise, no caso a obra de Brito. A pesquisa e a análise crítica de Andrade nos leva a refletir sobre as ordenações urbanísticas já pelo título, uma vez colocado em antecipado termo que parece justificar o plano propriamente dito. Ou haveria existido um plano de saneamento na urbanística moderna sem que o advento da peste tivesse provocado sua emergência? Dada a ordenação semântica assim colocada, entende-se a gênese do urbanismo operando no sentido verbal da “cura”, isto é, do “curar” como transitivo direto (“o médico sarou-a daquela doença”, cf. vimos no primeiro capítulo desta tese). Já o sentido do “pinturesco”, quando inserido nos princípios sanitarias, torna-se mais complexo ou não tão evidente e, por vezes, confuso, pois perfaz um campo de análise que relaciona o conceito de observação da paisagem e a arquitetura nela inserida, em parte porque levado às instâncias ideológicas.

A história do pinturesco, como fala Monteiro de Andrade, “não começa com a arquitetura, mas com os jardins (...) com antecedentes na Renascença Italiana, “o jardim natural romântico, que deu origem aos parques urbanos modernos, (e que) tem na Inglaterra no século XVIII seus principais expoentes”. Mais próximo das formulações sitteanas, “... um princípio da teoria pinturesca a ser ressaltado é aquele que recomenda ao arquiteto fazer uso, e não ignorar ou encobrir, os acidentes naturais”. Vejamos a seguir um recorte de A

---

¹⁶⁷ Se por um lado fica claro o partido que Brito tira das condições topográficas do sítio na definição de seu traçado, por outro lado, ao justificar os nomes que dá às avenidas principais, revelam-se critérios de outra ordem, como se infere desta sua afirmação: “A avenida Norte-Sul tira seu nome do fato de seguir, com pequena inclinação, o meridiano e pode concretizar, para esta sociedade, os sentimentos pela fraternidade da comunhão brasileira. A avenida da base, - composta efetivamente de duas seções, Ordem-Progresso - é um justo preito ao lema da Política Positiva, que já procura guiar as Pátrias brasileiras ao destino normal. A avenida Ocidental lembrará, àqueles que procuram cultivar a mais e mais as inclinações altruísticas, que ao Ocidente nos prendemos, a ele tudo devemos e dele esperamos a solução à crise final por que passa a Humanidade. Finalmente a avenida da Penha, orientada no rumo da extraordinária Capela, é uma justa homenagem à história religiosa desta terra, onde o catolicismo, impondo-se ao fetichismo indígena, ergueu o monumento que tanto impressiona pela imponentia com que se apresenta à imaginação...”. Andrade, 1993: 109.

Peste o Plano que nos ajuda na abordagem sobre o "pinturesco" de Sitte que influenciou Vítor Freire quando pensava no aproveitamento da paisagem do Vale do Anhangabaú: o recorte não é suficiente para acompanhar o longo percurso elaborado por Andrade, mas é um mínimo que cabe em nossas limitações e complementa o que anteriormente extraímos de Choay.

A noção de melhoramentos, fundamental para a urbanística do século XIX e início do século XX, também se inscreve na tradição do pinturesco e realizará um percurso semelhante do campo para a cidade (...) A partir da paisagem rural e ideologia do melhoramento que, como indica Keith Thomas, "por toda a primeira fase dos tempos modernos prosseguiu esse labor - empurrando a lavoura colinas acima, recuperando charcos, drenando pântanos, convertendo charnecas em solo arável", acompanhará a entrada do pinturesco na cidade, fazendo com que no urbanismo nascente as operações de embelezamento e os projetos de melhoramentos viessem a se confundir (...) Se a tradição do pinturesco inventa a paisagem, isto só se tornou possível através de um longo processo de educação do olhar (...). Em vez das viagens dos artistas do pinturesco, a cena urbana demandará o passeio, o ato de flunar por ruas e praças (...) Camillo Sitte, ao incorporar a tradição do pinturesco na teoria da construção de cidades... abrirá o seu livro com um parágrafo que nos parece oportuno citar: "Agradáveis lembranças de viagens são parte integrante de nossos mais belos sonhos. Ante nosso olhar espiritual deslizam praças, monumentos, imagens urbanas adoráveis e belas paisagens, e fruímos novamente o prazer de se demorar junto a tudo aquilo de gracioso e sublime que, outrora, nos fizeram tão felizes (Andrade, 1993: 49-50).

Monteiro de Andrade completa essa frase de Sitte dizendo que "com *Der Städtebau*¹⁶⁸ a tradição do pinturesco adentrará definitivamente no cenário urbano para dele não mais sair, apesar dos esforços racionalistas com seus blocos de edifícios isolados na paisagem". De fato, o "pinturesco" tratado como uma "educação do olhar" remonta a uma tradição que poderá sobreviver, mas até onde um processo educativo se sobreponha aos interesses meramente especulativos na cidade. Numa perspectiva ideológica mais clara, entretanto, sabemos que "o ato de flunar por ruas e praças" conjugado ao "pinturesco" só é possível aos poucos que não estão a "flunar" pelas ruas e praças da cidade carregando o "dantesco" de suas condições de sobrevivência. Afinal, como fala Andrade logo acima, "a entrada do pinturesco na cidade" é o que faz confundir "no urbanismo nascente as operações de embelezamento e os projetos de melhoramentos": uma vez mais, portanto, "o manto diáfano da Fantasia".

Resumidamente, a longa discussão relacionada ao intento de dotar a cidade de São Paulo de uma "Avenida Central" partiu do projeto apresentado pelo vereador Silva Teles em 1906, logo considerado pelo diretor de Obras Vítor Freire por antever a oportunidade de fazer com que a Rua Líbero Badaró se tornasse a "avenida-central-belvedere" de forte sentido "pinturesco", considerando também o melhor "enquadramento" do Teatro Municipal. Essa discussão, como vimos, foi eclipsada pela intervenção da Secretaria da Agricultura do governo do Estado com aquela máxima da "Avenida Central" haussmanniana desenhada por Samuel das Neves e, depois, mais ainda com a iniciativa dos "notáveis" que elegeram Alexandre de Albuquerque como o técnico que viria dar forma a um centro de cidade capaz de representá-los, isto é, compondo um cenário tal como o que desfrutavam em Paris. Para Vítor Freire, tais controvérsias não foram fáceis de serem contornadas, o que o levou a

---

¹⁶⁸ A tradução no Brasil do texto de Sitte foi coordenada por Monteiro de Andrade. Ver: SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

defender veemente, através de teorizações concernentes à urbanística moderna, o melhor aproveitamento da paisagem do Anhangabaú combinado ao crescimento da cidade. "Faltava a Freire", no entanto, como fala Candido Malta Campos, "convocar a contribuição insubstituível" de um especialista", um consultor de renome internacional que fosse convidado pela prefeitura para avaliar os melhoramentos de São Paulo sob o ponto de vista urbanístico.

Ao pronunciar sua primeira conferência em fevereiro de 1911, Vítor Freire já vislumbrava a contratação de Joseph-Antoine Bouvard para o papel de consultor urbanístico em São Paulo. Embora francês, Bouvard representava os mesmos princípios de renovação em relação ao paradigma haussmanniano defendidos por Freire. Colaborador no serviço de parques e jardins de Paris, dominava os recursos do pitoresco, utilizados em criações como o Parc des Buttes-Chaumont e o Parc Montsouris. Desde 1907 desenvolvia trabalhos de consultoria para Buenos Aires, onde encontrara e vencera a mesma prevalência ideológica do modelo parisiense, fazendo a muito custo "compreender que nem todas as soluções felizes da cidade de Paris" deveriam ser imitadas (...) É possível que Antônio Prado já tivesse conhecido Bouvard por ocasião da Exposição Universal de Paris, em 1889; de qualquer forma, Vítor Freire estabeleceu com o arquiteto francês um contato via Buenos Aires (...) Os debates na capital argentina envolviam os mesmos problemas que Freire pretendia resolver em São Paulo: congestionamento do centro comercial, novas opções de circulação e áreas verdes, introdução da desapropriação por zonas e das contribuições de melhoria (Campos, 2002: 143).

Contratado pela prefeitura logo no início da gestão de Raimundo Duprat, em maio de 1911 Bouvard apresenta ao prefeito seu projeto para a capital paulista. Tido como "conciliador" entre as proposições de Freire e os interesses imobiliários (do Conde de Prates em particular, no que toca a seus terrenos no Anhangabaú e na rua Líbero Badaró), o "Plano Bouvard", como ficou conhecido, contemplava uma área muito maior que a do Vale do Anhangabaú, compreendendo também a parte à leste da coluna histórica e a circulação viária do centro como um todo, ou seja, o Parque Anhangabaú, a Várzea do Carmo, o Centro Cívico e as avenidas de comunicação do Centro com os bairros. Na gestão municipal de Duprat (1911-1914) foram privilegiadas as obras no Anhangabaú como concebidas por Bouvard, consideradas mais urgentes, e também o aterramento Parque do Carmo e algumas conexões viárias, como a ligação do Centro com as estações, a exemplo da rua Conceição, que recebeu novo alinhamento e prédios dotados de fachadas ecléticas. Os recursos para a continuidade e conclusão das obras no Anhangabaú só foram obtidos na gestão seguinte, de Washington Luís (1914-1919), sendo o Parque do Anhangabaú entregue ao público em 1917, mas, como descrito em relatório deste prefeito em 1918¹⁶⁹, ainda sem "as obras de arte, as grandes exedras nas extremidades (pórticos circulares com assentos), os grandes terraços, as fontes luminosas, os jogos d'água (...) as obras de embelezamento (que ficaram a) esperar melhores tempos". Os resultados dessas obras foram fartamente fotografados pelos grandes fotógrafos e tornaram-se cartões-postais de uma cidade opulenta e assemelhada às ricas centralidades europeias. O Anhangabaú foi por duas décadas o ponto mais atrativo da capital paulista, finalmente dotada não de uma "avenida central", mas de um "pitoresco" vale ajardinado. Por seu turno, o embelezamento promoveu a destruição quase que completa da arquitetura colonial erguida ao longo de trezentos anos na "acrópole".

---

¹⁶⁹ Relatório de Washington Luís apresentado à Câmara em 1918, segundo nota de Segawa, op. cit.: 135.

Um século depois não temos vestígio nenhum de Bouvard, tampouco dessas obras realizadas no vale. O Anhangabaú atual, resultado de concurso público em que venceu a proposta do arquiteto Jorge Wilhelm (1981)¹⁷⁰ é em grande parte a antítese do que fora preconizado por Freire, muito embora a grande calha topográfica não deixe de estabelecer um paralelo com os princípios “pinturescos” de Sitte, uma vez que a explanada que lá está foi reservada com exclusividade aos pedestres, ou seja, é uma praça, é um lugar de trocas presenciais entre os cidadãos, e também preservada do ruído do tráfego intenso de veículos que ficou embutido sob uma laje de concreto. E se levarmos em consideração as transformações ocorridas com as primeiras destruições do Parque Anhangabaú de Bouvard, a partir da década de 1930, dando lugar cada vez mais a um verdadeiro esgoto viário, a explanada de hoje é um oásis na cidade. O ajardinamento é discutível, pois impede a realização de grandes eventos de forma adequada, muito embora bastaria que nessas ocasiões as multidões não fossem proibidas de avançarem sobre os gramados. O conjunto de palacetes construídos pelo Conde de Prates deu lugar a uma muralha de altos edifícios. Mas a abertura para o Teatro Municipal nunca foi impedida: está lá o centenário Teatro, ícone da metrópole “civilizada”, ainda que seja um equipamento dado a ser visto e admirado por fora, longe de que sua programação interesse ou possa ser acessível à maioria da população. O belo viaduto de ferro de Jules Martim foi destruído em 1938, dando lugar ao de concreto armado projetado por Elisário Bahiana, que nada se equipara ao que o antecedeu e ao Viaduto Santa Ifigênia também de ferro importado, construído em 1913 na gestão de Washington Luís. Agora, vestígio nenhum fica por parte do que no mais longínquo passado veio a nomear todo o vale, toda a região central da capital paulista, isto é, o córrego propriamente dito, aquele então “Anhangabahy” relacionado aos “maus espíritos” pelos índios, à “diabrura”, ao “feitiço”.

Para completar esse nosso quadro da capital cafeeira, vejamos a seguir o que sempre esteve ao revés dessas iniciativas e realizações em torno do ideal da “avenida central” paulistana. Se “nem tudo era italiano”, como a maioria dos imigrantes; ou francês, como o gosto pelos hábitos parisienses requeridos pelos “notáveis”; ou inglês, como o ferro dos viadutos e das ferrovias; também nem tudo era apenas cartão-postal, e muito pelo contrário, porque jazia na metrópole uma população enferma, chafurdada na insalubridade, esquecida nos bairros

---

¹⁷⁰ Em 1981 a Prefeitura enfrentava o problema de alguns atropelamentos (no) Vale do Anhangabaú que se havia tornado um caudaloso rio de veículos, percorrendo o importante eixo norte-sul da cidade. Um milhão de pedestres era canalizado para sua travessia pelo Viaduto do Chá, enquanto o vale permanecia território do automóvel. Júlio Moreno, então repórter do Jornal da Tarde sugeriu ao prefeito Reinaldo de Barros a realização de um concurso público para encontrar a melhor solução possível, superando as polêmicas geradas pela eventual construção de inúmeras passarelas. Sob os auspícios do IAB, realizou-se o concurso, com 153 inscritos e 93 projetos entregues. Para a elaboração do projeto, foram convidados Rosa Kliass e posteriormente Jamil Kfoury para integrarem a equipe como paisagistas. Embora o diagnóstico da situação não fosse difícil, o desafio era identificar a essência do problema: a reconquista para os pedestres de vasto espaço central então totalmente ocupado pelo trânsito de veículos que nem sequer demandavam o centro, pois estavam de passagem: 12.200 veículos por hora. A solução era a criação de um parque de 8 hectares para uma população usuária do centro de cerca de 2 milhões... com acesso direto a duas estações de metrô, a ser cruzado em todos os sentidos... Em uma extremidade foram agrupados os ônibus previstos debaixo de uma laje que deveria servir de praça elevada no eixo do vale e a entrada, pelas avenidas 23 de Maio e 9 de Julho, se fazia sob dois arcos funcionando de passarela para alcançar a cobertura da estação de ônibus. Foram propostos creches e sanitários ao lado das 2 estações de metrô e um café, ao lado de um conjunto de repuxos, na então confluência da avenida São João, no sítio da antiga Praça do Correio. Para criar este espaço recorreu-se ao afundamento do fluxo de trânsito, garantindo a ligação norte-sul. Todos os problemas diagnosticados, mormente os de tráfego, foram resolvidos, resultando em pranchas de desenho bastante detalhadas. <www.jorgewilhelm.com.br>.

periféricos e nas frestas da cidade, denotando, enfim, o craquelado que mal sustentava essa "pinturesca" paisagem que vimos acima.

A cidade enferma: insalubridade e “pestilências” reinantes na São Paulo republicana

Tomando agora o quadro da cidade enferma e “esquecida” no processo de urbanização da “capital do café”, tentaremos adentrar as frestas da camada espessa do “pinturesco”. Dentre os autores que podem nos ajudar nessa operação em busca da cidade enferma, selecionamos o historiador Claudio Bertolli Filho, e mais precisamente o seu título *A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade* (2003), sobre a trágica epidemia gripal que assolou a cidade no mesmo ano em que o prefeito Washington Luís entregou o belo Parque do Anhangabaú à população¹⁷¹. Sobre o mesmo tema, comparecem aportes da historiadora Liane Maria Bertucci (Bertucci, 2002, 2003, 2012). Mais adiante, e concluindo nossa prospecção por entre as frestas desse óleo craquelado, abordaremos a cidade “esquecida” com a ajuda também de Bertolli Filho e de um texto de Raquel Rolnik publicado em 1983, *De como São Paulo virou a capital do capital* (1983), a partir de sua pesquisa realizada em 1981, com o título de *Habitação operária em São Paulo na Primeira República* (Rolnik, 1983).

Em 1918, a Europa ainda se encontrava em guerra e a “febre das trincheiras já havia dizimado soldados na Nova Zelândia, na África do Sul e na América do Norte”. No final desse ano, “iniciou-se uma segunda vaga epidêmica, caracterizada por altas taxas de infectividade, patogenicidade e virulência. Até fins de novembro, praticamente todos os quadrantes do mundo já haviam entrado em contato com a gripe”, cuja virulência concentrava-se principalmente no meio urbano¹⁷². Sendo uma doença aguda, transmitida por contato direto e de evolução rápida, podendo matar em 48 horas¹⁷³, a gripe vem de forma mais virulenta

---

¹⁷¹ A versão original do livro foi apresentada como dissertação de mestrado em História à FFLCH da USP em 1986, com o título *Epidemia e Sociedade em São Paulo*. A tese de doutorado de Cláudio Bertolli Filho apresentada à mesma instituição intitula-se *História da Tuberculose e do Tuberculoso: 1900-1950*, publicada em 2001 pela Editora Fiocruz. Também do autor, ver: *História da saúde pública no Brasil* (São Paulo: Ática, 2010) e, em parceria com o José Carlos Sebe Bom Meihy *A Revolta da Vacina* (São Paulo: Ática, 1995).

¹⁷² “A mortalidade gripal foi imensa. Na Inglaterra e no País de Gales ocorreram aproximadamente 200 mil mortes. Na França, cerca de meio milhão de soldados contraíram o mal, vindo a falecer 31 mil deles, enquanto dos soldados americanos envolvidos na guerra morreram 43 mil, número que perfaz 80% dos óbitos ocorridos entre as forças norte-americanas empenhadas no conflito (...) Nos Estados Unidos, um quarto de toda a população - aproximadamente 25 milhões de pessoas - caiu enferma, vindo a falecer 500 mil gripados. Na Índia, atribuiu-se à influenza 5 milhões de óbitos (...) Apesar de ser considerada uma epidemia típica das grandes concentrações urbanas, a influenza também matou em pequenos povoados distantes da Europa... na Nova Zelândia, cerca de 25% da população maori morreu durante a epidemia, proporção que alcançou 60% entre os habitantes esquimós da aldeia de Nome (...) Os estudiosos do assunto estão longe de um consenso sobre o número de pessoas infectadas pelo vírus gripal durante a pandemia de 1918-19. Contudo, fala-se em um mínimo de 200 milhões de atingidos. Linus Pauling amplia este número para 80 ou 90% de toda a população mundial, algo em torno de um bilhão de indivíduos... (mas) Talvez o número que mais corresponda à realidade seja o estipulado por Werner, que sugere a ocorrência de cerca de 600 milhões de gripados (...) Quanto ao total de óbitos pela *influenza*, os especialistas são mais cordatos. Calcula-se que a pandemia de 1918-19 foi responsável por cerca de 20 milhões de mortes, cifra próxima a 1,5% de toda a população mundial do período. Em outros termos, a pandemia gripal matou um número de pessoas bem superior à Primeira Guerra Mundial em todo seu curso”. Bertolli Filho, *op. cit.*: 71-73.

¹⁷³ “A gripe é uma doença aguda, de evolução rápida e geralmente benigna, podendo entretanto assumir, em condições ainda não suficientemente conhecidas, características graves e fatais. Transmitida por contato direto...

ao encontro de crianças ou de quem apresenta deficiência imunológica, sendo no contexto urbano a população pobre logicamente aí incluída. Quanto à adjetivação da influenza por "espanhola", vejamos com Bertolli Filho algumas colocações que o autor emprega a partir de outros pesquisadores, como de Beveridge, Kaplan e Webster¹⁷⁴:

Beveridge informa que a denominação surgiu na Inglaterra, em fins de abril de 1918, quando naquele país foi detectada a presença da enfermidade, passando desde então a ser a designação popular de todas as três vagas pandêmicas que se sucederam no período (...) Acredita-se que o motivo que levou o relacionamento da influenza com a Espanha baseia-se nos pressupostos errôneos segundo os quais a pandemia ter-se-ia originado em território espanhol ou mesmo porque lá houvesse ocorrido um número de óbitos gripais superior ao de qualquer outra região do mundo. Kaplan e Webster, por sua vez, informam que o nome popular dado à pandemia foi consagrado pelos meios de comunicação das nações envolvidas diretamente na Primeira Guerra Mundial. As censuras nesses países impedia a veiculação de notícias da presença gripal entre suas tropas, preferindo situar a pandemia e o grande número de mortes por ela causada nos territórios inimigos ou em países neutros, como era o caso da Espanha (...) Acrescenta-se, ainda, uma outra alternativa para o surgimento do termo "gripe espanhola". Sabe-se que, durante o conflito europeu, houve uma facção do governo da Espanha que demonstrou uma certa simpatia pela Alemanha, inclusive por razões econômicas. Devido a essa postura, em diversas ocasiões a Espanha foi admoestada pela Inglaterra, que, por sinal, já havia imputado ao país ibérico uma outra epidemia gripal, ocorrida no século XVII. A localização da pandemia de 1918 na Espanha não seria uma retomada, mesmo que momentânea, do ideal da Lenda Negra de séculos passados? (Bertolli Filho, 2003: 76).

A epidemia de gripe assim denominada "espanhola" teria chegado ao Brasil com a passagem de um navio inglês pelos principais portos (Recife, Salvador e Rio de Janeiro) espalhando a *influenza* em cada parada, pois alguns dias depois da ancoragem nessas localidades se deram os primeiros casos de doença por todo o território brasileiro. Para Liane Maria Bertucci, em artigo supracitado, uma hipótese a respeito da chegada da gripe espanhola na capital paulista é a de que "um jovem estudante carioca, internado no Hospital de Isolamento da cidade no dia 13 de outubro", constituiu "o primeiro caso confirmado pelas autoridades médico-governamentais". Segundo Bertolli Filho, o médico Ubiratan Pamplona (*Do Tratamento da Infecção Gripal, 1919*) informa que a gripe teria sido introduzida no Brasil com a chegada de um navio procedente de Hamburgo que, aportando em Salvador, deixou dispensada a tripulação por alguns dias, o suficiente para que metade da população caísse enferma: "Do Nordeste, a gripe proliferou, chegando no mês de novembro ao Rio de Janeiro, sem contudo ter deixado lá grande número de vítimas fatais, mas fazendo uma

---

que o enfermo elimina ao tossir ou respirar, a influenza tem como sintomas iniciais calafrios, sensação de frio, febre, dores de cabeça, prostração intensa e dores musculares... (com) temperatura corporal... (que) pode chegar até 40 graus e persistir alta em média de um a seis dias (...) Algumas horas após a infecção são notadas alterações no aparelho respiratório, tais como dores de garganta, catarro nasal e tosse que, com o decorrer do tempo, podem tornar-se proeminentes.../ Em alguns momentos o vírus gripal pode sofrer sensíveis variações antigênicas, ampliando o grau de infectividade e de virulência, oferecendo assim condições propícias para a ocorrência de epidemias ou mesmo pandemias (...) É comum verificarem-se infecções secundárias, colocando em risco a vida do enfermo, principalmente quando ocorrem complicações por pneumonia bacteriana, fato que pode levar o gripado ao óbito dentro de um período geralmente não superior a 48 horas (...) Mesmo não se desprezando os fatores sociais que implicam o surgimento e disseminação dessa enfermidade, tem-se salientado que a influenza - as demais doenças típicas do aparelho respiratório - atinge principalmente a população infantil, acrescentando-se ainda que os indivíduos marcados pela subnutrição são os primeiros atingidos pela infecção gripal, já que apresentam respostas precárias de seus sistemas imunológicos". In: Bertolli Filho, *op. cit.*: 65-66.

¹⁷⁴ W.. I. B. Beveridge. *Influenza: The last Great Plague*. London: Heinemann, 1977; M. M. Kaplan e R. G. Webster, "The epidemiology of influenza". *Scientific American*, v. 237, n. 6, dec. 1977.

legião de infectados, entre eles D. Pedro II e o Marechal Deodoro da Fonseca”. O artigo assinado por Juliana Rocha disponibilizado no site da Fiocruz¹⁷⁵, *Pandemia de gripe de 1918*, afirma: “Durante a pandemia de 1918, Carlos Chagas assumiu a direção do Instituto Oswaldo Cruz, reestruturando sua organização administrativa e de pesquisa. A convite do então presidente da República, Venceslau Brás, Chagas liderou ainda a campanha para combater a gripe espanhola, implementando cinco hospitais emergenciais e 27 postos de atendimento à população em diferentes pontos do Rio de Janeiro”. Quanto à virulência da gripe no Rio, este mesmo artigo contrasta com as afirmações de Bertolli Filho, pois o número de mortos na capital da República teria sido muito maior: “Estima-se que entre outubro e dezembro de 1918, período oficialmente reconhecido como pandêmico, 65% da população adoeceu. Só no Rio de Janeiro, foram registradas 14.348 mortes. Em São Paulo, outras 2.000 pessoas morreram”.

Como adverte Bertolli Filho, a “gripe espanhola” colocou por terra “algumas das premissas republicanas e médicas, denunciando a precariedade da organização do Serviço Sanitário paulista, as péssimas condições de vida da população e, mais, os estreitos limites da Medicina do começo do século”. Não foram os 66 dias entre 15 de outubro e 19 de dezembro de 1918 de forma nenhuma o começo e o fim do “estado epidêmico” na cidade, como afirma o historiador, ao contrário do que foi declarado pelo Serviço Sanitário. O trabalho de Bertolli Filho para chegar a essa conclusão teve que percorrer um “desencontro de informações”, pois “no decorrer de uma crise tão aguda, como foi aquela que marcou os dias da gripe”, todo esforço era feito pelo Estado para que o surto epidêmico fosse “considerado fato normal”.

Valendo-se da autoridade de armazenar os dados sanitários e de divulgar o que lhe interessasse, o Estado chancelou uma documentação administrativa que tende a minimizar a importância de fatos que se contrapunham à euforia do progresso material e sanitário paulistano. Os acontecimentos que contradiziam a imagem idealizada do município eram tratados laconicamente. Aceitas integralmente pelo estudiosos, as informações oficiais sobre a Paulicéia permitiram, no máximo, a elaboração de uma história ufanista, segundo a qual o flagelo epidêmico certamente ocuparia um espaço insignificante (Bertolli Filho: 2003: 18).

O ideário científico do século XIX, do qual tratamos com Foucault no primeiro capítulo desta tese, fazia parte da então “medicina social” representada pelos médicos e em seguida na associação destes com os engenheiros sanitaristas. As instituições médico-sanitaristas que foram sendo criadas, acompanharam o interesse do Estado em busca de intervenções e medidas administrativas que pudessem frear a propagação das epidemias, sendo a polícia médica a primeira instância, seguida das sucessivas edições dos códigos de posturas e dos serviços sanitários governamentais que se embaralham no tempo e no espaço em meio às ações de caráter emergencial, só mais tarde pensadas em termos preventivos. Reitera-se que a prevenção médico-sanitária não acompanhou a “razão instrumental” do processo capitalista, mesmo com as instituições criadas, a disponibilização de verbas, os discursos em prol da legitimação da ciência médica, a implantação dos laboratórios de pesquisa, a disseminação dos cursos técnicos e a formação de profissionais. Não esqueçamos que a orquestração da medicina social sempre se pautou pela mediação ideológica, não raramente canalizada para fins meramente políticos. Torna-se clara a manipulação das informações

---

¹⁷⁵ www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=815&sid...

sobre as enfermidades e os surtos epidêmicos quando um pesquisador como Bertolli Filho afirma que “é rara, e atualmente de impossível acesso, a documentação que informa sobre a morbidade específica da cidade de São Paulo durante o período estudado”, no caso o “antes” e o “depois” da gripe espanhola:

Uma das mais importantes fontes de estudo da morbidade paulistana na Primeira República são os Livros de Registro da Assistência Policial. Esta documentação está há anos depositada no Arquivo Público Municipal de São Paulo, mas ainda não foi colocada à disposição dos pesquisadores (Bertolli Filho, 2003: 53).

Mas, se ainda hoje essas informações são mantidas à distância dos pesquisadores, pode-se imaginar o quão sigilosas haveriam de ser na época em que grassava os surtos epidêmicos, pois as instâncias médico-administrativas ocupadas com as intervenções estatais tinham em simultâneo a tarefa de sustar as notícias veiculadas pela imprensa: “no estrangeiro (...) informavam que São Paulo (era) uma região tropical extremamente insalubre e o Porto de Santos um local onde o imigrante recém-chegado inevitavelmente caía em poucas horas vitimado pela peste bubônica ou pela febre amarela”, conforme relata Bertolli Filho a partir de Antonio Piccarolo (*L'Émigrazione Italiana nello Stato di S. Paulo*, 1911). O esforço do governo paulista para restringir as informações atinentes ao quadro de insalubridade em Santos, São Paulo e outras cidades que recebiam os imigrantes estava posto pelo objetivo de salvaguardar a atração de mão de obra e capitais estrangeiros para o Estado. Ciente disso, ao governo do Estado era também necessária a promoção da saúde pública e, por conseguinte, a disponibilização de verbas aos serviços de combate às enfermidades, tanto como às obras de saneamento. Vejamos com Bertolli Filho um resumo das instituições e serviços criados pelo governo do Estado naquela virada de século:

E dispondo de verbas¹⁷⁶, as duas principais medidas desenvolvidas pela esfera médico-governamental na área da saúde foram a criação do Serviço Sanitário e a elaboração do Código Sanitário, que regulamentava a atuação daquele órgão e da sociedade em geral, principalmente no que tangia à prevenção das doenças e cura dos enfermos (...) O Serviço Sanitário foi organizado em 1892, tendo como objetivo fundamental reduzir o elevado coeficiente de mortalidade característico de todo o Estado e, principalmente, de sua capital. (O Serviço Sanitário) contava com 17 órgãos anexos, que, em 1916, envolviam Brigada contra Moscas e Mosquitos, Inspetoria de Farmácias e Drogarias, Serviço de Proteção à Primeira Infância e Comissão de Fiscalização de Fábricas e Oficinas, entre outros. Mas destacados eram o Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas e o Laboratório Farmacêutico, juntamente com os institutos Bacteriológico (criado em 1893), Butantan (1899) e Pasteur (1916) (...) Mais do que isso, a estrutura sanitária estadual aparentava estar preparada para, em momento de urgência, oferecer pronto diagnóstico de enfermidades e providenciar intervenção imediata nas áreas assoladas pelas múltiplas moléstias presentes no Estado, igualando-se dessa forma ao Rio de Janeiro, que contava com o já internacionalmente renomado Instituto Oswaldo Cruz (...) Além desses órgãos, salienta-se ainda a atuação do Departamento de Demografia Sanitária que, mesmo se defrontando com um grande número de óbitos sem causa definida, também apresentava trabalhos de alta confiabilidade. Já em 1905, tanto este departamento como os demais órgãos que compunham o Serviço Sanitário paulista eram considerados os mais bem organizados e eficientes de todo o país (...) Dispondo de todo esse aparato, pode o Serviço Sanitário, entregue à direção de Emílio Ribas,

---

¹⁷⁶ "Em 1892, as verbas destinadas à saúde e às obras de saneamento corresponderam a 42% do orçamento total do Estado... Nos anos seguintes e até 1920, o governo estadual empenhou-se decididamente na melhoria das condições sanitárias paulistas, principalmente nas cidades de São Paulo e Santos, aplicando somas que, se não volumosas como as de 1892, representavam significativa parcela do orçamento público anual", cf. John Allen Blount (*The Public Health Movement in São Paulo, Brazil*, 1971). In: Bertolli Filho, *op. cit.*: 49.

de 1898 até 1916, traçar um plano de ação, que visava a erradicação das principais moléstias que grassavam em São Paulo, e ditar as normas de higiene que deveriam ser observadas pelos paulistas, principalmente a parcela que se concentrava nos espaços urbanos mais populosos. (Bertolli Filho, 2003: 49-50).

Instituições como essas não poderiam agir sem o respaldo de uma normatização sanitária, o que evidencia a importância da expedição do Código Sanitário em 1894, inspirado no código francês. No entanto, uma série de contradições observadas neste código, especialmente quanto a sua adequação ante à realidade social e ao quadro institucional vigente, levou à formulação de outro, duas décadas depois.

(...) o regulamento sanitário paulista propunha não só a uniformização dos cuidados dispensados aos enfermos e a notificação compulsória e formal dos casos de doenças contagiosas, como também estabelecia medidas preventivas ao tratar das condições de trabalho, lazer e moradia, assim como da qualidade dos medicamentos e gêneros alimentícios comercializados em todo o Estado (...) As minúcias que caracterizavam cada artigo deste código e a extensão da área do Estado contrapunham-se à precariedade vigente em diversas repartições do Serviço Sanitário que, além de estarem concentradas na capital, contavam com poucos funcionários, às vezes um único servidor e, mesmo assim, desprovido dos conhecimentos técnicos necessários para atuar com eficiência. Essa disparidade determinou a quase impraticabilidade da lei sanitária de 1894, bem como fomentou a proliferação de severas críticas à atuação do próprio Serviço Sanitário. Percebida a imperfeição do código, tanto pelos médicos quanto pelos políticos, um número surpreendentemente grande de emendas e resoluções veio alterar substancialmente o texto inicial até que, em abril de 1918, foi aprovado um novo Código Sanitário (Bertolli Filho, 2003: 51).

Inoperância dos serviços sanitários; controle político sobre as instituições governamentais que incidiam sobre os pareceres de médicos mais ou menos adeptos da microbiologia, mais ou menos adeptos das teorias da infecção ou do contágio; perseverança das crenças religiosas que admitiam a doença como punição aos “culpados” pela catástrofe epidêmica; presença forte dos curandeiros místicos que atendiam principalmente entre os mais pobres sem, no entanto, aplacar a evolução da doença; frequentes apelos à população para se mantivesse “calma”, dada a situação preocupante (e não preocupada diante dos fatos, como fala Bertucci); denúncias de falcatruas de alguns servidores públicos que cobravam clandestinamente o tratamento gratuito dos enfermos; o medo de contrair a gripe e ser levado à internação compulsória nos hospitais de isolamento – principalmente pelo preconceito ante à instituição hospitalar por manter-se viva a memória como local de morte –, enfim, na frágil situação da epidemia na cidade, que então já ultrapassava o seu meio milhão de habitantes, evidenciava-se o medo, medo de tudo e de todos, pois também as proibições incidiam sobre os sentimentos de solidariedade, excesso ou falta de responsabilidade.

Segundo Liane Bertucci na sua tese em História Social (Bertucci, 2002), um resumo do “Comunicado do Serviço Sanitário”, intitulado “Conselhos ao Povo”, foi publicado e reeditado pelos jornais referindo-se “ao que caberia às pessoas, com atitudes higiênicas e saudáveis, (para) evitar que a influenza espanhola se propagasse em São Paulo, como em outras localidades brasileiras vitimadas pela gripe epidêmica”, tais como as seguintes recomendações: “evitar aglomerações, principalmente à noite; não fazer visitas; tomar cuidados higiênicos com o nariz e a garganta: inalações de vaselina mentolada, gargarejos com água e sal, com água iodada, com ácido cítrico, tanino e infusões contendo tanino,

como folhas de goiabeira e outras; tomar, como preventivo, internamente, qualquer sal de quinino nas doses de 25 a 50 centigramas por dia, e de preferência no momento das refeições; evitar toda a fadiga ou excesso físico; o doente, aos primeiros sintomas, deve ir para a cama, pois o repouso auxilia a cura e afasta as complicações e contágio; não deve receber, absolutamente, nenhuma visita; evitar as causas de resfriamento, é de necessidade tanto para os sãos, como para os doentes e os convalescentes; às pessoa idosas devem aplicar-se com mais rigor ainda todos esses cuidados.”¹⁷⁷

Para Bertucci, a tentativa do Serviço Sanitário em organizar o atendimento aos que contraíssem a gripe alcançou certa mobilização social no início da campanha: “muitos ajudaram (...) colaborando com o socorro aos doentes e seus familiares, distribuindo comida ou fazendo doações”, porém, quando aumentou o número de gripados, os jornais (*A Gazeta*, *O Estado de S. Paulo*, *A Platéia*, cf. referenciados pela autora) destacavam contradições:

Alguns falavam que os “Conselhos” do Serviço Sanitário não estavam sendo rigorosamente seguidos pela população, principalmente no que dizia respeito à proibição de visitas aos doentes de gripe. Os médicos não sabiam como impedir que seus pacientes, em casa, nas clínicas e até nos hospitais fossem visitados por familiares ou amigos. Eram as relações sociais, culturais, ainda resistindo ao flagelo destruturador da gripe espanhola e ao poder médico que, no momento singular da epidemia, buscava se imiscuir de forma avassaladora na vida das pessoas. O Serviço Sanitário tomava então novas medidas para tentar minimizar a propagação epidêmica: solicitava às sociedades literárias, esportivas e recreativas que suspendessem reuniões e jogos; determinava, em conjunto com a diretoria de Instrução Pública, o fechamento dos grupos (muitos transformados em postos médicos) e escolas primárias, medida que poderia se estender às faculdades; as visitas aos internatos foram proibidas, proibidos também foram os acompanhamentos de enterros a pé; os externatos foram fechados, como os jardins públicos e os concertos de bandas foram suspensos. A capital do estado havia começado efetivamente a parar: seguindo instruções do Serviço Sanitário, as compras de várias famílias passaram a ser realizadas por uma única pessoa, para diminuir a probabilidade de contato/contágio... Para evitar aglomerações que poderiam ser insalubres, missas e orações diurnas nas igrejas católicas foram reduzidas drasticamente e rezas coletivas a noite tornaram-se proibitivas; os cultos noturnos e a escola dominical da Igreja Presbiteriana foram suspensos. Os proprietários do Jardim da Aclimação e do Parque Antártica foram solicitados a fechar os locais. Teatros e cinematógrafos cerraram suas portas. Todas as reuniões noturnas foram especialmente condenadas: a diferença de temperatura, dentro e fora desses locais já favoráveis a propagação da doença, poderia ser fatal para as pessoas e, assim, para a difusão da gripe espanhola (Bertucci, 2002).

Proibições mais severas foram feitas pelos médicos, que determinaram desinfecções diárias nos trens procedentes do Rio e de Santos, muito embora o desembarque dos passageiros continuasse livre, despertando críticas e temores com o aumento do número de enfermos. Bertucci descreve uma notícia veiculada no dia 22 de outubro no jornal *A Gazeta São Paulo* como uma “ideia nada original”, posto que “havia circulado discretamente nas semanas anteriores”: a frase “Isolemos S. Paulo!” encabeçando essa notícia foi como “um grito desesperado”, seguido de informações aos paulistanos sobre as primeiras mortes na cidade. Essa notícia “ganhou destaque quando a morte mostrou de maneira contundente que ciência e doutores não eram infalíveis e suas explicações não bastavam para deter a doença”. Mas o que mais “pegava”, para além da gripe, era a higiene pessoal expressa nos

---

¹⁷⁷ *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 de outubro de 1918, nº 14.541, ano XLIV, p.3. In: Bertucci, 2002

“Conselhos ao Povo”, uma vez que gerava reinterpretações dos “saberes arraigados na memória popular”. Nesse sentido, Bertucci nos lembra que as medidas sugeridas evocavam as pestes grassadas em outras épocas e as mesmas posturas proibitivas: nada de visitas, beijos e abraços, tampouco aperto de mão, falar o menos possível, especialmente sobre a epidemia etc. Havia, no entanto, um paradigma a ser superado: o medo, a insegurança, o preconceito, haveriam de dar lugar à educação principalmente aos mais pobres.

Em uma cidade onde o afluxo de pessoas havia crescido vertiginosamente, alterando de maneira definitiva a paisagem urbana, o povo, enquanto sinônimo de uma multidão poliglota e multirracial de operários, biscateiros, vadios e criminosos, que despertava espanto e medo, foi alvo de atenção e diversas tentativas de educação. Se durante séculos a alguns grupos religiosos ou não, como judeus e leprosos, foi imputada a culpa por catástrofes epidêmicas, muitas vezes, considerada um castigo divino...; no século XX, quando a ciência parecia ter para tudo explicação e solução, a população pobre ocupou em muitos aspectos o lugar antes reservado àqueles grupos. Mas o tempo era outro e o local diferente, agora ao invés de segregação e extermínio de uma parcela da população, era necessário instruir e socorrer para transformar os que com sua presença, nem sempre agradável, concorriam para a construção da São Paulo metropolitana. Livres da responsabilidade primeira pela existência da “peste”, aqueles que eram genericamente chamados de *pobres*, com sua situação de penúria, seus hábitos nada recomendáveis e pouca educação, poderiam concorrer para proliferação da gripe espanhola: *“o bairro do Brás, (...) por ser o mais populoso e habitado pelos operários, é o que está mais sujeito a propagação do mal”* (O Estado de S. Paulo, 17 de outubro). Agora, mais do que nunca, eles eram as “classes perigosas”. Era preciso agir e rápido: educar e auxiliar, para que São Paulo não sucumbisse totalmente à doença epidêmica. Sugestão para que instruções resumidas do Serviço Sanitário, escritas em português e italiano, fossem entregues de porta em porta, chamavam atenção para os bairros do Brás, Mooca, Pari, Belenzinho, Bom Retiro, Bexiga, locais que deveriam ser priorizados na empreitada, junto com os subúrbios: Santana, Penha, Lapa, Pinheiros, Quarta Parada e adjacências. Insinuação de que o governo poderia dar ajuda financeira para prover a subsistência de operários e enfermos em dias tão difíceis e apelo para que todos contribuíssem ainda mais com as subscrições organizadas para socorrer as vítimas pobres da gripe espanhola, se intensificaram no final de outubro e durante a primeira quinzena de novembro, na mesma proporção que cresceu o número de vítimas fatais da influenza espanhola. As “classes pobres” precisavam de médicos, remédios, comida e, também, de informação e limpeza. Na luta que a cidade de São Paulo estava travando contra a gripe espanhola e que envolvia, de uma forma ou de outra, todos os seus moradores, instruir, insistindo nas prescrições higiênicas, foi uma das armas para tentar debelar uma doença efetivamente sem remédio e, nesse processo educativo, regulador de hábitos, os mais pobres foram alvos privilegiados (Bertucci, 2003).

Segundo Bertucci, passados dois meses da epidemia na cidade a influenza espanhola havia matado 5.331 paulistanos, ou seja, aproximadamente 1% da população, enquanto mais de 100 mil moradores da capital adoeceram vitimados pela doença: “Em meados de dezembro de 1918, com o declínio da moléstia, os cidadãos de São Paulo começaram a retomar sua vida cotidiana. Sem uma explicação, deixando todos ainda perplexos, como começou, a terrível gripe espanhola acabou.” Observa-se, com isso, que o isolamento continuava sendo uma medida eficaz de prevenção e controle de doenças contagiosas e, guardadas as semelhanças com as antigas práticas autoritárias, o isolamento se atualiza como intervenção válida, desde que acompanhada de um processo educativo e do aparelhamento estatal condizente às necessidades imediatas e à realidade social e cultural. O agente etiológico da gripe espanhola em 1918 sequer era conhecido, ou capaz de ser “isolado” e submetido à análise com vistas ao desenvolvimento de uma efetiva ação preventiva, tal como hoje é possível através do estudo de sequências genéticas e de mutações virais que concorrem à

velocidade da propagação de muitas epidemias. Entrementes, os paradigmas não cessam de invocar o medo, esse “sentimento multifacetado” que nos acompanha, como fala Bertucci, ou que “impõe o silêncio à cidade, o anonimato na morte, e determina a abolição dos rituais de alegria (como festas de casamento) e de tristeza (como velório)”, como aponta a historiadora do livro *História do Medo no Ocidente*, de Jean Delumeau¹⁷⁸.

A gripe espanhola se foi, suas marcas ficaram na memória que corresponde à cidade “enferma”, contracenando com as controversas ações governamentais na tentativa de aplacar a “peste” em caráter de urgência. Entretanto, muitos problemas na cidade de São Paulo já vinham sendo alardeados e, um ano atrás, mais acentuadamente com a greve geral de 1917, na qual trabalhadores urbanos em busca de melhores condições reivindicavam um regime salarial condizente ao custo de vida. Tratava-se, como fala Boris Fausto, de “um ciclo de greves de grandes proporções (que) surgiu nas principais cidades do país, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo”:

Na raiz desse ciclo estavam dois fatores: primeiro, o agravamento da carestia, em consequência das perturbações causadas pela Primeira Guerra Mundial e pela especulação com gêneros alimentícios; segundo, a existência de uma vaga revolucionária na Europa, aberta com a Revolução de Fevereiro, seguida da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia czarista. O movimento operário passou a ser objeto de preocupações e ganhou a primeira página dos jornais (...) Os trabalhadores não pretendiam revolucionar a sociedade, mas melhorar suas condições de vida e conquistar um mínimo de direitos. O que não quer dizer que muitos não fossem embalados pelo sonho de uma sociedade igualitária. Dentre as três greves gerais do período, a de junho/julho de 1917 em São Paulo permaneceu mais forte na memória histórica. A tal ponto que a atenção tende a se concentrar nela, esquecendo-se o quadro mais amplo das mobilizações (Fausto, 2012: 169).

O movimento grevista arrefeceu a partir do início da década seguinte, tanto pelas dificuldades no alcance de seus propósitos como pela repressão sobre os dirigentes do operariado, estrangeiros que foram expulsos do país por terem papel importante como organizadores. Entrementes, afirma Boris Fausto que seria exagerado dizer do desinteresse do Estado em regular as relações de trabalho ou a sindicalização operária antes dessas greves de 1917-1920:

Foi, entretanto, só no curso da vaga de greves que se cogitou consistentemente de se aprovar uma legislação. As principais propostas surgiram no Congresso Nacional reunidas em um projeto de Código de Trabalho que previa a jornada de oito horas, o limite ao trabalho de mulheres e menores, a licença para mulheres grávidas. O projeto foi bombardeado pelos industriais e pela maioria dos congressistas. Restou apenas a lei que regulava a indenização por acidentes de trabalho, aprovada em 1919 (...) Na década de 1920... duas leis foram importantes nesse sentido: a lei concedendo quinze dias de férias aos trabalhadores do comércio e da indústria (1925) e a que limitava o trabalho de menores. Entretanto, a lei de férias dependia de regulamentação e até 1930 não foi aplicada na área da indústria, por pressão dos industriais (Fausto, 2012: 170).

Em *Repensando a Habitação no Brasil*, Raquel Rolnik descreve o contexto no qual essas greves se manifestam, partindo não só da referência aos salários ínfimos do operariado mas, também, da elevação artificial dos preços dos terrenos, fatos que aguçavam ainda mais a crise da inflação e o desemprego que estava em curso, gerando “um movimento popular

---

¹⁷⁸ *História do medo no ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada* (São Paulo: Companhia das Letras, 2009). Tradução de Maria Lúcia Machado e Heloísa Jahn. Título original: *La peur en Occident (xive-xviiiè siècles): Une cité assiégée*.

contra a carestia de vida, proposto e liderado pelos grupos anarquistas”. Vejamos com Raquel que esse movimento na capital paulista retrocedia inclusive ao da “Liga dos Inquilinos”, organização esboçada em 1917 no Rio de Janeiro: “agitação política que tem como eixo a reivindicação da redução nos preços dos aluguéis das casas e como modo de ação o comício/denúncia e até a greve dos inquilinos, boicote total ou parcial do pagamento dos aluguéis devidos aos senhorios”:

Em São Paulo, um movimento semelhante tem início em abril de 1912 quando uma reunião de associações populares é convocada através de um panfleto que denuncia o projeto de reforma urbana e elevação artificial dos preços dos terrenos como responsáveis pela alta dos aluguéis e propõe a formação de um comitê de agitação contra a carestia de vida. Esse comitê promove uma série de comícios, adotando como linha de ação a formação de uma Liga Popular contra a Carestia de Vida como subcomitês "pelos arrebaldes (sic), agitação que chamará a atenção das autoridades competentes" (A Lanterna, 11 de maio de 1912). Os comícios se sucedem durante os meses de maio e junho e são retomados em março de 1913 - são *meetings* espalhados pelos bairros com concentração de habitação popular (Brás, Bom Retiro, Barra Funda, Lapa, Vila Mariana, Ponte Grande, Ipiranga, Belenzinho, Mooca, Bexiga e Cambuci) em praças e ruas com uso já consagrados para esse fim ou em salões de sociedades-círculos de estudos anarquistas, escolas modernas ou até sociedades dançantes (...) O movimento é retomado em fevereiro de 1914, e em agosto se constitui o "Comitê Proletário de Defesa Popular"(entidade que se contrapõe ao Comitê de Socorros, criada pela classe patronal a partir da iniciativa da grande imprensa com o objetivo de angariar a caridade pública para os desempregados, desalojados e famintos e que contava com o apoio da Liga da Democracia, frente socialista). De seu programa constam reivindicações por "pagamento dos salários atrasados, 50% de redução nos preços dos aluguéis, contra o despejo por falta de pagamento, baixa do preço dos gêneros alimentícios e a criação de uma liga de sustentação a roubos e saques eventuais" (...) Depois de novas prisões, deportações de líderes anarquistas, o movimento entra novamente em refluxo e só é retomado em outubro de 1919, quando comícios contra a construção da nova Catedral da Sé e a alta do custo de vida anunciam novamente a agitação de inquilinos, que em junho de 1920 ganha corpo com a reativação da "Liga dos Inquilinos" e a proposta de greve do inquilinato (Rolnik, 1983: 130-131).

Como estamos vendo, a passagem da “peste” por São Paulo não encobriu a maior das pestilências, concernente à produção capitalista, à apropriação territorial e seus modos escusos de encampar os “melhoramentos” urbanos no simulacro de cidade civilizada”, “saneada”, “pinturesca”. Como observa Raquel Rolnik, os movimentos grevistas “funcionavam muito como propaganda das ideias libertárias, uma propaganda dirigida não somente para a classe operária, mas para o conjunto dos não-proprietários da cidade”, significando “uma ampliação de sua base social: é a totalidade dos moradores dos cortiços e vilas e uma parte dos moradores das casinhas que paga aluguel”, grupo que “tem uma zona de interseção com a chamada classe operária, mas não coincide com ela”, sendo pobres em sua maioria, muitos desempregados, aqueles sobre os quais tratamos inicialmente, os enquadrados nas “classes perigosas”, os integrantes da “cidade escura” etc. Observa a autora que esse movimento é “geograficamente definido: nasce e se desenvolve nos bairros com predominância de habitação popular, define bairros pontos de concentração, que significam a marca do reconhecimento de um território ‘popular’ na cidade”.

A concepção de liga operária de bairro tem sua origem numa geografia urbana específica, onde se configuram territórios populares, locais de habitação concentrada, densa e promíscua entremeados por fábricas e oficinas (...) A especificidade dessa geografia é a imagem da teia de relações sociais que nela se desenvolve. A luta pelo espaço atravessa a vida social, da vida cotidiana na casa e na fábrica aos movimentos sociais nas ruas (Rolnik,

Concentrando-nos na relação dessa geografia urbana com o saldo da epidemia, veremos através da análise de Bertolli Filho de inúmeros dados quantitativos que o mapa da cidade “enferma” coincide com o da cidade “esquecida”, abandonando a ideia de que, tal como preconizava a medicina da época (e muitas vezes ainda hoje), “uma enfermidade que se propaga independentemente das condições de vida específicas das diferentes classes sociais” é “entendida como uma espécie de ‘acidente’ ligado mais à sorte ou ao azar individual do que qualquer outro elemento determinante”. Segundo Bertolli Filho, foram poucas as pessoas que em 1918 discordavam desse pressuposto “acidental”: diz o historiador que, “na verdade, uma única vez, no jornal *O Combate* um cronista aventurou-se a informar que a gripe matava mais nos distritos do Brás, Mooca e Belenzinho”, conforme o que se seguia da manchete “A ‘Hespanhola’ mata mais nos bairros pobres”, em 4 de novembro daquele ano.

Prontamente essa ideia foi rejeitada pelo Serviço Sanitário, que justificou o maior número de óbitos gripais naqueles distritos pelo fato de neles viverem mais paulistanos que em outras áreas da cidade (...) Coerentes com o contexto do tempo, o Serviço Sanitário, assim como toda a administração pública e também a imprensa, localizava na semelhança biológica da população a possibilidade de todos os paulistanos serem igualmente suscetíveis à infecção gripal (...) As enfermidades - epidêmicas ou não -, contudo, nada têm de “democrático”, termo frequentemente aplicado à gripe espanhola. Como em qualquer outra crise sanitária, as marcantes diferenças das condições materiais de vida próprias a cada grupo social determinam oportunidades de viver e morrer na Paulicéia assaltada pela peste (Bertolli Filho, 2003: 89-90).

Das controvérsias perpassadas entre as diversas concepções médicas que Bertolli Filho foi buscar na medicina acadêmica, nos tratados sobre a patologia gripal, nos relatórios oficiais, nos discursos proferidos por médicos divulgados pela imprensa, nos receituários, enfim, na “voz científica” que versava sobre as inúmeras terapêuticas,

Tudo refletia o desconhecimento médico sobre a enfermidade, seu agente biológico, os mecanismos da infecção e também sobre uma terapêutica gripal consequente. Assim como a variedade dos procedimentos, a pluralidade das designações outorgadas à doença revelava os limites da ciência do início do século passado. Nos atestados de óbitos, reproduzidos parcialmente nos Livros de Cemitério, foram atribuídos os seguintes nomes à enfermidade epidêmica, em português, em inglês e em italiano: gripe, influenza, gripe seguida por pneumonia, gripe pneumônica, pneumonia devido à gripe, broncopneumonia gripal, gripe brônquica, bronquite devido à gripe, gripe catarral, epidemia catarral, gripe intestinal, meningite gripal e, finalmente, gripe espanhola, sendo significativo o fato de que essas oito últimas denominações não fazerem parte das designações oficiais adotadas pelas ciências médicas do período (...) Da impotência do saber médico em dialogar com a moléstia abriu-se a oportunidade para a utilização de práticas alternativas. Ao contrário do que ocorrera em outras ocasiões, nada fez a Medicina acadêmica para combater o discurso não-oficial sobre a enfermidade, mesmo estando esta mesma Medicina em um momento crítico de sua própria legitimação como único saber eficiente sobre os corpos e as enfermidades. Foi neste laconismo que, uma vez mais, confirmou-se a incapacidade da ciência oficial em proteger a saúde da sociedade e curar seus gripados (Bertolli Filho, 2003: 115).

Tal como essa declarada impotência da esfera médica, a “gripe como questão oficial” é também tratada por Bertolli Filho, sendo o poder público local igualmente concorde no fazer-se desalinhado às urgências, considerando a gripe como “episódio de menor relevância”. Como afirma o historiador, a Câmara Municipal logo tratou de transferir para o executivo toda a responsabilidade de assistência às vítimas, além de ter suspenso todas as

sessões por quase todo o mês de novembro de 1918, tendo permanecido na cidade somente os funcionários que “não tinham para onde fugir”. O prefeito Washington Luís, por sua vez, dispensou num único ofício sua versão “idealizada da epidemia e dos serviços municipais adaptados para o momento da crise sanitária”.

Declarado o estado epidêmico, o prefeito, à imitação dos vereadores, inicialmente manteve-se alheio à situação, como que esperando que a influenza não se apresentasse tão violentamente como no Rio de Janeiro e em outros centros urbanos do país. Apesar do contínuo clamor popular por medidas que pudessem limitar o contágio e reduzir as consequências da gripe, somente em 25 de outubro, portanto 10 dias após a constatação oficial da presença epidêmica no município, o prefeito tomou a primeira medida relativa ao estado sanitário paulistano, fazendo publicar pela imprensa um comunicado à população no qual lembrava uma lei datada do fim do século XIX que proibia o acompanhamento de enterros a pé e, ainda mais, proibia visitas aos cemitérios, sendo autorizada a entrada nas necrópoles apenas dos familiares dos mortos que estavam sendo sepultados (...) determinou a substituição dos funcionários públicos enfermos... dispensando-se, para tanto, os trâmites burocráticos (...) A máquina administrativa não poderia ser emperrada nem pela burocracia nem pela epidemia... Poucos dias depois,... abriu uma linha de verba especial... destinada à crise... (que) não ultrapassou a casa dos 10% de todas as despesas extras daquele ano, lideradas pelos gastos referentes à amortização e juros de empréstimos feitos nos Estados Unidos e verbas destinadas ao calçamento de vias públicas (...) A preocupação seguinte de Washington Luís referia-se ao suprimento de gêneros alimentícios e lenha para a população... (determinando) ao engenheiro Vítor da Silva Freire que calculasse as necessidades calóricas suficientes para a alimentação de uma família padrão, composta por 5 indivíduos (...) Mas, se existiam víveres suficientes para todos, não havia quem os vendesse, já que muitas foram as casas de comércio que se viram impossibilitadas de funcionar devido ao adoecimento de seus empregados e funcionários. Além disso, aproveitando o momento conturbado, foram frequentes as denúncias contra comerciantes que elevaram desmesuradamente os valores dos gêneros de primeira necessidade (...) Essa medida representava benefícios para uma restrita parcela da população, principalmente a que dispunha de dinheiro e morava nas proximidades da Baixada de São Bento (Bertolli Filho, 2003: 142-143).

Se a epidemia de gripe correspondia a um “episódio de menor relevância”, como considerou o prefeito, talvez seja por acreditar na máxima eficiência das instituições e do aparato burocrático de sua alçada, somadas às instituições médico-científicas recém-criadas pelo governo do Estado, como os institutos Bacteriológico, Butantan e Pasteur, além do Instituto de Higiene, criado em fevereiro de 1918 através de contrato entre o governo de São Paulo e a Junta Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller¹⁷⁹. Mas, há que se mencionar a “distribuição diferencial” já instituída na rede de atendimento hospitalar: existia a Santa Casa de Misericórdia, na Vila Buarque, reestruturada em 1884 e seguindo os princípios da medicina pasteuriana, sendo o mais procurado pelos pobres. Segundo Bertolli Filho, existia também 56 instituições beneficentes, algumas delas com hospitais próprios, como o Hospital da Beneficência Portuguesa e o Hospital Umberto I, porém, atendendo

¹⁷⁹ “A Fundação Rockefeller foi fundada em 1913 como parte dos projetos ‘filantrópicos’ de John D. Rockefeller, com objetivo declarado de desenvolver a ‘compreensão’ entre os povos da terra, mas sua atuação se desenvolveu para criar condições sanitárias adequadas nas regiões de interesse para seus investimentos e para os planos de expansão da Standard Oil Company e outras empresas do grupo. As experiências da Fundação em pesquisas e intervenções médicas, no entanto, remontam a 1901, quando realizou estudos sobre verminose e malária e divulgou princípios de educação sanitária em áreas rurais dos sul dos E.U.A., buscando mostrar a rentabilidade dos investimentos em saúde para o aumento da produtividade da força de trabalho. Após a Primeira Guerra Mundial, suas atenções voltaram-se para o saneamento e o combate das doenças ‘debilitantes’ da força de trabalho – ancilostomíase e malária – em diversos países da América Latina, incluindo o Brasil”. Vasconcellos, 1995: 57.

majoritariamente seus filiados.

Para a população endinheirada, além de alas exclusivas para tratamentos existentes entre todos estes hospitais (inclusive a Santa Casa), havia ainda o Hospital Santa Catarina, a Clínica Paulista e uma série de clínicas especializadas (...) Em casos de enfermidades mais complexas é provável que a elite paulistana recorresse a hospitais estrangeiros, fato que pode ser confirmado pela frequência de registros de transportes de cadáveres da Europa para São Paulo existentes nos *Livros de enterramentos dos cemitérios do Araçá e Consolação*, ambos localizados na 'área nobre' da cidade (...) Além dos hospitais, a cidade dispunha de um número considerável de consultórios particulares e médicos que atendiam em domicílio, como anunciavam os jornais da época (...) Para os pobres, havia outras formas de socorro que não apenas a Santa Casa de Misericórdia. Além da Assistência Policial, alguns médicos e práticos estrangeiros atendiam seus patrícios gratuitamente, assim como um grande número de ervanários diagnosticavam e prescreviam drogas em plena via pública (...) Os paulistanos dispunham ainda de um número considerável de curandeiros místicos. (Bertolli Filho, 2003: 62).

Quanto à automedicação, Bertolli Filho fala ainda dos livros de Medicina Prática; dos almanaques com suas curiosidades sobre doenças e remédios caseiros; das obras que prescreviam regras de higiene, a exemplo de um “catecismo da higiene”; e, por fim, os jornais, que apresentavam anúncios de drogas, bálsamos, remédios e hábitos terapêuticos para múltiplos males. Através dessas medidas terapêuticas colocadas em face da epidemia, claro está que os recursos disponíveis correspondem à geografia patológica da cidade já então constituída. Assim, entende-se a epidemia como um “episódio de menor relevância”. Afinal, como reverter uma lógica médico-sanitária de tamanha implicação com o exercício do poder e com as ordenações que separam tão nitidamente as classes sociais? Como conclui Bertolli Filho em seu livro sobre a gripe espanhola, “a peste é também reveladora”, pois “desnuda as falácias do poder e do saber”.

Finalizando o que foi possível dizer sobre a cidade de São Paulo na virada do século XIX para o XX, parece claro que a saúde no cotidiano da cidade mantém uma relação inequívoca com a esfera política ou, antes disso, com o poder propriamente dito, como já vínhamos falando no primeiro capítulo, abrangendo os conceitos foucaultianos de salubridade, de medicina social, do imbricamento entre os saberes e a crescente busca da ciência médica para legitimar-se junto ao seu aparelhamento institucional. Partindo do método genealógico de Foucault, consideramos o perscrutar dos “saberes sujeitados”, através dos quais podemos perpassar o edifício de “coisas” entre os indivíduos e perceber que o poder está no cerne das questões atinentes à população, ao território, ao governo e à “governamentalidade”. Lembramos aqui, entretanto, que o filósofo menciona o “acoplamento” desses saberes com o da produção histórica erudita, sendo isso uma forte característica de sua genealogia no sentido de um projeto de insurreição dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência. A respeito desse “acoplamento” vale repetir o que reproduzimos de Foucault no primeiro capítulo: “uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal, científico”. Assim, “dessujeitar os saberes históricos” não é senão o que nos mostra a própria história, desde que possamos nos valer de suas idiossincrasias e, por assim dizer, “desconfiar” das narrativas oficiais; buscar, no revés dos mitos, da “cientificidade” e dos ideais de cidade o que nos fala a voz dos “arrebaldes”, em contraponto ao “pinturesco” e aos caprichos das elites em fazer-se representar à fórceps, nas entranhas de uma cidade desigual.

Vimos no capítulo II que, ao final de dezessete anos da administração de Haussmann em Paris, eclodiu a Revolta da Comuna, e que na experiência daqueles 72 dias, a classe trabalhadora manteve em mente um regime comunal totalmente contrário ao poder monárquico e do que fora o Império de Napoleão III. Almejava a classe trabalhadora francesa uma forma política totalmente diversa, capaz de uma emancipação econômica do trabalho, em que este deixa de ser um atributo de classe: o “curto-circuito” estava concatenado ao entendimento do urbanismo haussmanniano e carregava antes de tudo um significado histórico, conforme dito por Marx, que acompanhava a Revolta. Por sua vez, as iniciativas dadas aos “melhoramentos” urbanos no Rio de Janeiro culminaram com a construção da Avenida Central de Pereira Passos e, como vimos no início deste capítulo, foram “curto-circuitadas” com a Revolta da Vacina. Já em São Paulo, no início de século XX, como há pouco falávamos, o embelezamento urbano pretendido para o Vale do Anhangabaú foi, de alguma forma, eclipsado com a greve de 1917 e com a epidemia de gripe em 1919. Em todos esses casos se revelou a geografia desigual subjacente aos projetos urbanos de fortes implicações sociais, marcadamente excludentes. A geografia social acaba se revelando, com ou sem epidemias, no repensar da habitação, no repensar da vida individual e coletiva, na liberação dos medos e das fantasias, no repensar através do viver, do sentimento de solidariedade, na percepção da “nudez crua da verdade” (mais uma vez aludindo a Eça de Queirós). É como que dizer, portanto, que estamos sempre em “estado epidêmico”, bastando relacionar a saúde com a política e a ambivalente “cientificidade” que se encobre no aparato burocrático.

Seguiremos adiante com o quarto e último capítulo desta primeira parte da tese, saltando para nossos dias com o intuito de evidenciar a secular “cientificidade” médico-sanitária postulada em termos de medicina social e urbanística que, juntas, exacerbam o modo liberalizante da “governamentalidade”. Veremos que as ações do poder público nas esferas da saúde e da políticas urbanas, em que pese o “deixar fazer” como uma marca da ambiguidade, também segue um propósito ideológico, carregando uma série de mitos, embora estes agora resignificados, ou trocados por novos mitos característicos da sociedade pós-moderna, muitos dos quais tendem àquele “dessujeitar” de que fala Foucault.

IV

SANEAMENTO NO URBANISMO ESTRATÉGICO: RETALHOS URBANOS E HUMANOS EM CONCORRÊNCIA GLOBAL

A expulsão dos problemas sanitários para as periferias das cidades esteve por muito tempo associada à apropriação dos espaços centrais pelas elites urbanas. Este quadro foi generalizado e de forma crescente avança em nossos dias. Trata-se da expulsão tanto de inconvenientes que geram problemas de poluição como de parcela da população mais pobre. No passado, em tempos em que se creditavam aos miasmas as causas de enfermidades, inconvenientes eram os cemitérios, os matadouros etc. Os pobres também passaram pelo crivo do higienismo, sendo alvo de políticas sanitárias: casas insalubres foram proibidas nas áreas centrais privilegiadas, pois eram focos de doenças que geravam epidemias. Indústrias poluentes ou demasiado ruidosas eram afastadas para bairros distantes, conformando-se em zonas industriais e sendo objeto de regulamentos específicos. Superadas crenças e conquistados inúmeros postulados urbanísticos para o melhor funcionamento das cidades, todavia, os processos de urbanização não raro resultaram em verdadeiro “inchaço”¹⁸⁰, o que significa uma permeabilidade inconteste nos arranjos sócio-territoriais. E porque prevaleceram à apropriação dos territórios razões simbólicas elitistas e acompanhadas de interesses especulativos, o inchaço tomou lugar da saúde no processo do crescimento urbano.

Nas grandes e médias cidades brasileiras, o quadro não é diferente. Em verdade, quando se trata de problemas ambientais e sanitários o quadro é universalizado. Pior ainda é constatar que a degradação ambiental se estende por vastas regiões do planeta, implicando cada vez mais no desequilíbrio entre cidades e regiões destinadas ao abastecimento ou reservas naturais que haveriam de se manter intactas. Onde se estabelece o *agrobusiness*, pela justificativa de *commodities*, não há discurso ambiental que supere a sanha capitalista; e com isso se estabelece também a destruição de pequenas comunidades há pouco sequer conhecidas ou ausentes dos mapas “estratégicos”, como as comunidades indígenas e quilombos. Ou seja, em face da geopolítica na era da nova globalização econômico-financeira, os fundamentos da chamada “sustentabilidade” ou da “qualidade de vida” soam como que uma utopia ou projeto de reencantamento do mundo às voltas com a tradição. Discursos que unem ambientalistas através da identificação, da avaliação e da gestão de risco socioambiental enquanto projetos e planos governamentais, todavia, não deixam de se fazer presentes. Quando tratados de cooperação internacional são elaborados, representantes de governos (não raro sob a pressão de diferentes organizações sociais)

---

¹⁸⁰ Retoma-se aqui a expressão de Gilberto Freyre referida ao “inchaço” observado no Recife já nos anos 1950: “O Recife não cresceu, inchou”. Essa expressão do sociólogo de Apipucos é sempre lembrada e aplicada em contextos dados “à mística de que as grandes cidades não devem parar”. Em vários de seus textos, G. F. defende a tese da “rurbanização”, o que se distancia de um “ruralismo românticoide”... impraticável por estático” e dos “excessos patológicos da urbanização maciça”. Ver: FREYRE, Gilberto. *Avanços urbanos e estagnações rurais*. In: FREYRE, Gilberto. *Novas conferências em busca de leitores*. Texto organizado e prefaciado por Edson Nery da Fonseca. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife : Editora Universitária, 1995; e também: FREYRE, Gilberto: *Homens, engenharias e rumos sociais*; organizador: Edson Nery da Fonseca. Rio de Janeiro: Record, 1987.

relacionam direitos e deveres para todos, seguem padrões normativos que devem responder às demandas. Entretanto, nas mãos dos *stakeholders* isso não passa de um negócio a mais. E este tem fortes relações com as intensas pressões políticas exercidas por atores externos e disputas internas pela liderança do novo campo do “ambientalismo financeiro” (Magalhães e Abramovay, 2013)¹⁸¹. O “equilíbrio ecológico”, quer nas cidades, quer no campo, não raro desconsidera o *modus vivendi* da maioria dos sujeitos nos fulcros de uma modernização dada às desigualdades, pois o sujeito preponderante não é outro senão o capital¹⁸².

Atento à crise sanitária no “climatério urbano” em que vivemos, Mike Davis trata de temas polêmicos que perpassam a hegemonia dos governos e seus correspondentes “holocaustos coloniais”. Depois de abordar o declínio de Los Angeles (*City of Quartz*, 1990), Las Vegas e outras cidades americanas (*Dead Cities*, 2002)¹⁸³, que sucumbiram em suas fontes de abastecimento, o autor explora em *Planeta Favela*¹⁸⁴ as mazelas ou, segundo suas palavras, o “viver na merda” de muitas cidades da África, do leste asiático e da América Latina.

Inerente aos impactos das políticas neoliberais e do agravamento da pobreza, um outro tema abordado por Davis é o da segurança, do qual tratamos no primeiro capítulo através das análises de Foucault, focalizando o seu auge no século XIX, com os mecanismos disciplinares e coercitivos sobre a multiplicidade de sujeitos (população) e de seus territórios. Guardadas as perspectivas de seus enfoques, o tema da segurança no espaço urbano veio a ser discutido com ênfase também pela Escola de Chicago, desde as primeiras décadas do século XX. Contudo, Davis agrega à segurança o aprimoramento das técnicas militaristas do pós-guerra com o aparato do cinema, o que emoldura o quadro apocalíptico-ideológico de suas análises. Quanto à escatologia assim tematizada, ainda mais contundente, como veremos adiante, são os aportes do filósofo Jean Baudrillard. Importante aqui é adiantar, para os insumos do presente capítulo, o quão fecundo é o tema da segurança, através de uma vigilância que gera o medo e a insegurança, ao invés de aplaca-los. E, com isso, da forma mais enfática possível, adiantar também que aos arquitetos cabem, não raro, o papel de projetar cada vez mais os enclaves habitacionais fortificados, os *bunkers* consumistas chamados de *shopping centers*, os helipontos nos topos dos edifícios “inteligentes” e o

---

¹⁸¹ Segundo Regi Magalhães e Ricardo Abramovay, as “interações entre instituições financeiras e organizações da sociedade civil resultaram na criação de novos padrões que incorporaram critérios socioambientais na avaliação de projetos de financiamento... (o que) reforça duas características centrais: (1) os mercados não são constituídos apenas por fatores econômicos. (2) os mercados se formam, se reestruturam e suas regras são continuamente redefinidas em arenas políticas, onde a capacidade de lidar com controvérsias, formar lideranças e fortalecer a legitimidade são condições fundamentais das estratégias empresariais”. MAGALHÃES, Regi e ABRAMOVAY, Ricardo: *Sustentabilidade e reputação no mercado financeiro*. In: JACOBI, Pedro (org.) *Novos paradigmas, práticas sociais e desafios para a Governança Ambiental*. São Paulo: Annablume: FAPESP: PROCAM/USP, 2013, p. 245-270.

¹⁸² Relaciona-se aqui o capital como sujeito na perspectiva marxista, uma vez que “no modo de produção capitalista, cuja identidade é gerada pela contradição econômica decorrente da divisão entre os proprietários privados dos meios sociais de produção e os trabalhadores como força produtiva, (o capital) constitui um sujeito social”. Esta análise parte das considerações de Marilena Chauí em *Sobre o Nacional e o Popular na Cultura*. In: CHAUI, Marilena. *Cidadania Cultural: o Direito à Cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 44.

¹⁸³ De Mike Davis, ver *Cidade de Quartz: escavando o futuro de Los Angeles* (São Paulo: Página Aberta, 1993) e *Cidades Mortas* (Rio de Janeiro: Record, 2007).

¹⁸⁴ DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

design de uma miríade de componentes antiurbanos, os quais não cessam de serem reinventados. No quadro pós-moderno, como afirma Maria Irene Szmreczányi,

de políticas neoliberais da virada do milênio, as condições de pobreza da população urbana se agravaram, transformando as nossas maiores cidades em locais de pesadelo (...) A arquitetura e o urbanismo, quando solicitados, o mais das vezes vieram decorar esse panorama, introduzindo referências aos mais recentes modelos das grifes internacionais (...) De outro lado, o planejamento faz de conta, bem afinado com nossas permanentes tendências pós-modernas: os carnavais das acupunturas urbanas, disfarces reconhecíveis de gentrificação (Szmreczányi, 2012: 39).

No livro *Planet of Slums*, de Mike Davis, são mencionadas muitas das grandes cidades brasileiras e suas conurbações urbanas no rol de descrições no mínimo dramáticas. O crescimento explosivo das cidades ou dessa “nova ordem urbana”, segundo Davis, será a desigualdade cada vez maior. A partir disso, não resta dúvida de que o “cheiro de ralo” deve permanecer em nossas cidades. Contradição dessa ordem equivale a dizer que, apesar do excepcional avanço da medicina, capaz de criar vacinas para estancar grandes epidemias (e cada vez em menor espaço de tempo), outras já se encontram de forma embrionária, e justamente pela crescente produção do “climatério” ambiental, como descrito por este escritor e ativista político californiano. Neste mundo em que se passou da virtuosidade dos médicos e dos engenheiros sanitaristas para os discursos da “sustentabilidade” – outrora contra a crença dos miasmas e hoje na crença do medo generalizado de tudo e todos –, uma inócua blindagem diversifica potencializa os aparelhos coercitivos. O “panóptico benthaniano”, aplicado no urbanismo de Haussmann, como vimos no segundo capítulo, tornou-se, nas palavras de Davis, epidêmico.

Há que se reconhecer, entretanto, que os discursos ideológicos sobre o “colapso climático” podem contribuir para o fortalecimento de um sistema calcado nas desigualdades e na busca infundável de acumulação de capital. Essa conjectura é amplamente aceita por muitos autores marxistas que analisam a questão ambiental. O geógrafo Andrei Cornetta, por exemplo, aponta os discursos sobre a chamada “ecoescassez”, uma vez colocado entre os limites naturais, a superpopulação e a sustentabilidade, como “um debate que recai sobre a preservação de uma ordem social particular mais do que um debate sobre a preservação da natureza *per se*” (Cornetta, 2012: 221). No seu *A financeirização do Clima* (2012), Cornetta recupera as considerações de Neil Smith e David Harvey sobre esse tema, que admitem da escassez “universal”, no mais das vezes, um discurso que ignora como ela é historicamente produzida por uma sociedade que recria constantemente novas mercadorias e capacidades úteis de explorar a natureza. Consideram esses autores o dualismo ideológico uma contradição entre exterioridade e universalidade da natureza: por um lado, a “essência de uma ideologia em que a hostilidade exógena da natureza justifica sua dominação”; por outro lado, “a moralidade espiritual da natureza universal”, que passa a fornecer um modelo para o comportamento social” (Cornetta, 2012: 211).

Cornetta lembra ainda que Bruno Latour afirma ser a “ecologia política” um campo de conhecimento ainda a ser explorado, daí permanecer intacta essa visão dualista entre ecologia (natureza) e economia (sociedade). Segundo Cornetta, para Latour permanece o

oikos (casa) como verdadeiro enigma, justo por não se apresentar concomitante ao *logos* (razão), a *physis* (Terra/natureza) e a *polis* (cidade)¹⁸⁵.

Mas, essa visão dualista entre natureza e sociedade, muito antes de ser observada como “ecologia política” e relacionar-se com a “financeirização do clima” já mantinha, em parte, correlação com a artificialidade política. Tomemos, por exemplo, uma referência de Foucault que vai encontrar em Moheau¹⁸⁶, autor do século XVIII, a “irrupção da naturalidade da espécie dentro da artificialidade política de uma relação de poder”. De Moheau (*Recherches et Considérations sur la population de la France*, Paris, 1778) Foucault transcreve o seguinte:

Depende do governo mudar a temperatura do ar e melhorar o clima; um curso dado às águas estagnadas, florestas plantadas ou queimadas, montanhas destruídas pelo tempo ou pelo cultivo contínuo (...) (Foucault, 2008: 29).

Para Foucault, portanto,

se houve tanta mudança, não é que o clima mudou, é que as intervenções políticas e econômicas do governo modificaram o curso das coisas a tal ponto que a própria natureza constituiu para o homem (...) um outro meio (Foucault, 2008: 36)¹⁸⁷.

Partindo dessa problemática dos economistas do século XVIII, quando a agricultura passa a ser o elemento fundamental da “governamentalidade racional”, vemos relacionadas as intervenções políticas à produção e ao preço dos cereais, incluindo aí as possibilidades de investimento, do lucro agrícola, do bem-estar do camponês etc., enfim, todas as questões que envolviam o campesinato e que abalaram o privilégio das cidades, provocando uma desurbanização em benefício do agrocentrismo. Entretanto, a partir do Iluminismo, os processos de urbanização marcaram o privilégio das cidades e vieram mostrar o inverso do que pregavam os fisiocratas em termos geográficos. Posteriormente, no século XIX, ocorre um afluxo de trabalhadores jamais visto para as cidades, com a industrialização e o firmamento do capitalismo em expansão para todas as partes do mundo provocando mudanças drásticas em termos de reformas urbanas, como vimos com o exemplo da Paris de Haussmann e nos casos brasileiros do Rio de Janeiro e São Paulo. Mais adiante, com a suburbanização preconizada pela urbanística em fins do XIX e começo do século XX, o fenômeno se inverte outra vez, ou melhor, se diferencia, deixando parte da população nas cidades, parte em áreas mais distantes, como também já tratamos nos capítulos II e III, ao descrever as realizações idealizadas no escopo do urbanismo socializante. Nas últimas décadas, tudo em termos de cidade e sociedade se “liquefaz”, parafraseando o sociólogo

---

¹⁸⁵ Neste trecho por nós extraído de *A Financeirização do Clima: uma abordagem geográfica do Mercado de Carbono e suas escalas de operação* (São Paulo: Annablume, 2013), Andrei Cornetta cita os seguintes títulos de David Harvey: *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004 e *Justice, Nature and the Geography of Difference*. New York: Blackwell, 2006. De Neil Smith, *Desenvolvimento desigual*. São Paulo: Bertrand, 1998. De Bruno Latour, *Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC, 2004.

¹⁸⁶ Jean-Baptiste Moheau (1745-1794) foi secretário do barão Auger de Montyon e morreu guilhotinado.

¹⁸⁷ Foucault faz aqui uma ressalva em nota para explicar que o termo “meio” não está em Moheau, mas em Lamarck, autor de *Philosophie zoologique* (1809), muito embora... “Quando Lamarck quer designar o conjunto das ações que se exercem de fora de um ser vivo (os fluidos como a água, o ar, a luz), isto é, o que hoje chamamos de meio, ele nunca diz meio, mas sempre ‘circunstâncias influentes’. Por conseguinte, circunstâncias é para Lamarck um gênero de que clima, lugar e meio são as espécies” (Nota à p. 36). In: FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008).

Zygmunt Bauman, que se utiliza da metáfora do “mundo líquido” para refletir sobre inúmeros aspectos do capitalismo, da financeirização dos mercados, do consumo e dos prazeres exacerbados, não dispensando outras metáforas, como “mundo parasitário”, por analogia ao conceito de parasita, metáfora da infestação figurada pelas instituições bancárias¹⁸⁸.

Corresponde o fenômeno das transformações territoriais pelo capitalismo às mudanças no campo, com a agricultura, no século XVIII, conforme vimos há pouco através de Foucault referindo-se a Jean-Baptiste Moheau, mas também às cidades, como já tratamos através de Lefebvre, referenciando a industrialização e a explosão demográfica como componentes importantes na transformação das antigas cidades. Mas o fenômeno urbano, como também já vimos com Lefebvre, ultrapassa a soma desses componentes, pois o espaço-tempo é modificado com os meios de comunicação e transportes. Estamos, em suma, no horizonte de casos relevantes já descritos, onde se estabelece a urbanização e a urbanística, de intervenções políticas e econômicas que marcam relações de poder, sendo este o nosso fio condutor de maior alcance, uma vez que não podemos ignorá-lo.

Quanto a esse movimento de concentração e dispersão no espaço geográfico, vejamos com Harvey um componente significativo que explica o fenômeno urbano através das teorizações marxianas, tratando aqui do “desenvolvimento geográfico desigual” que o geógrafo apresenta em *Os Limites do Capital* (2013), referindo-se às considerações de Marx sobre a circulação do capital¹⁸⁹:

N'O capital (Marx) está principalmente preocupado em explicar a incrível concentração das forças produtivas nos centros urbanos e nas mudanças correlacionadas nas relações sociais da produção e da vida. Ele percebe os efeitos da interação que conduzem à rápida aglomeração da produção dentro das cidades, que se tornaram, na verdade, oficinas coletivas da produção capitalista (O Capital, Livro I). Ele também mostra como as forças que contribuem para a aglomeração podem ser cumulativamente construídas umas sobre as outras, atraindo novos investimentos no transporte e nas indústrias de bens de consumo, para lugares já estabelecidos (O Capital, livro II). Tudo isso requer uma crescente concentração e expansão do proletariado em grandes centros urbanos, o que significa ou mudanças radicais nas condições da reprodução da força de trabalho dentro dos centros urbanos ou "absorção contínua de elementos vitais naturais-espontâneos do campo"(O Capital, livro I). A emergência de um exército industrial de reserva "flutuante" nos principais centros urbanos é, além disso, uma condição necessária para a acumulação sustentada. O acúmulo de trabalhadores no meio de uma "acumulação de miséria, trabalho árduo, escravidão, ignorância, brutalidade, degradação", todos exacerbados por várias formas secundárias da exploração (como o aluguel da moradia), torna-se a marca registrada da forma de industrialismo capitalista. A acumulação do capital e a acumulação da miséria andam juntas, concentradas no espaço (Harvey, 2013: 528-529).

Entender o desenvolvimento das forças produtivas em um dado local e o retardo em outro é entender, portanto, fenômenos como a urbanização e o desenvolvimento regional e internacional no quadro de um “esquema de coisas”, que Harvey aqui referencia ao

---

¹⁸⁸ BAUMAN, Zygmunt (2010). *Capitalismo Parasitário e outros temas contemporâneos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

¹⁸⁹ Texto de Harvey produzido na década de 1970, acompanhando as teorizações de Marx em *O Capital* e outras obras do filósofo sobre economia política. HARVEY, David (2013). *Os limites do Capital*. São Paulo: Boitempo. Tradução de *The Limits to Capital* (Londres/Nova York: Verso, 2006).

“esquema” marxiano. Para tratar desse assunto, Harvey dá atenção especial às chamadas alianças locais, que reúnem facções do capital e congregam proprietários de terra e bens imóveis, empresários e construtores, assim como o Estado local e aqueles que detêm dívida hipotecária e que permitem, com a criação dessas alianças, a proteção e promoção de seus interesses.

Diferentes facções do capital e da força de trabalho têm interesses diversos dentro de um território, dependendo da natureza dos bens que eles possuem e dos privilégios que controlam. Algumas são parceiras mais sólidas do que outras em uma aliança local. Mas todas as facções percebem alguma sensação de tensão entre as virtudes do compromisso local e a tentação de se mudarem. Os proprietários de terra, por exemplo, podem parecer ser a espinha dorsal “natural” de qualquer aliança local em virtude do bem que possuem. Mas se a terra for tratada como um simples bem financeiro, então a ação especulativa das sociedades fundiárias pode ser tão perturbadora de uma aliança local quanto qualquer outra. Na outra extremidade do espectro encontramos capitalista monetários incomodados por dilemas similares, por mais que o bem que eles controlam seja altamente móvel. Se um banco poderoso detém a dívida hipotecária de grande parte do investimento infraestrutural dentro de um território, isso corrói a qualidade da sua própria dívida se ele desviar todo o capital monetário excedente e enviá-lo para uma área de taxa de lucro mais baixa do que se poderia ser conseguida em outro lugar. Eles podem melhorar sua posição competitiva apoiando a melhoria infraestrutural local... ou podem se mudar (...), podem também usar a ameaça de uma mudança para concessões chantagistas (isenções fiscais, por exemplo) de parceiros mais vulneráveis (Harvey, 2013: 532-533).

A força de trabalho não fica imune a essas pressões, podendo, como fala Harvey, evitar pressionar suas demandas por medo de estimular a fuga de capital. Contudo, isso não faz abolir a luta de classes e a luta entre as facções, “elas simplesmente assumem um aspecto territorial que opera conjuntamente com outras formas de luta”.

Exatamente da mesma maneira que a busca por mais-valor relativo invoca a tecnologia e o lugar conjuntamente, as lutas de classes e entre facções necessariamente se desenvolvem no tempo e no espaço. A geografia histórica do capitalismo é um processo social que se baseia na evolução das forças produtivas e das relações sociais que existem como configurações espaciais particulares. Forças contrárias estão em ação, colocando a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho em uma geografia repleta de tensões e propensa a contradições. Os conflitos de base territorial tornam-se então parte dos meios pelos quais a luta de classes em torno de uma acumulação e suas contradições buscam novas bases - ou alternativas - para a acumulação. Essas novas bases simultaneamente abraçam a criação de novas configurações e novos processos de trabalho. As alianças territoriais e os conflitos interterritoriais devem ser construídos como momentos ativos, em vez de aberrações, dentro da história geral da luta de classes (Harvey, 2013: 533).

Tomando parte dessa visão marxiana de processo de urbanização, que relaciona o espaço territorial às facções do capital e luta de classes, podemos rememorar a luta por reconhecimento mencionada no primeiro capítulo, relacionada à redistribuição e o debate entre Axel Honneth e Nancy Fraser: discutiu-se entre estes autores a questão do multiculturalismo no cenário das lutas sociais contemporâneas, revelando o dilema das ordenações jurídicas no escopo das justificativas morais e éticas com vistas ao fortalecimento das estruturas democráticas em face do capitalismo. Essas abordagens, como vemos, acompanham a discussão sobre a crescente fragmentação das cidades colocando-as sob a configuração de retalhos urbanos que, no geral, se compreendidas na

lógica da expansão capitalista, explicam as tensões cada vez mais exacerbadas nas hierarquias do poder.

Para Paul Virilio, não se trata mais de falar em urbanização, mas sim no seu oposto, dados os fatores que participam de outro tipo de concentração; concentração “pós-urbana e transnacional, cuja existência era previsível há mais de meio século”, com o aparecimento da televisão como meio de comunicação de massa; “desurbanização”, que é também constatada por diversos acontecimentos recentes, como a degradação dos centros das grandes cidades, fruto da “persistência das áreas construídas na era da organização do tempo, mas que se decompõe com o desenvolvimento das técnicas da persistência retiniana”. Para Virilio, “o espaço construído não o é exclusivamente pelo efeito material e concreto das estruturas construídas, da permanência de elementos e marcas arquitetônicas ou urbanísticas, mas igualmente pela súbita proliferação, a incessante profusão de *efeitos especiais* que afetam a consciência do tempo e das distâncias, assim como a percepção do meio” (Virilio, 1993: 16). Virilio confronta procedimentos materiais e imateriais em suas representações de cidade e de urbanismo, cujas imagens e mensagens não mais possuem qualquer localização ou estabilidade. De arquitetura passa a falar em “tecnologias do espaço”, de uma engenharia “que pode nos enviar para além da atmosfera”. Tudo isso, como fala Virilio, “como se o arquitetônico fosse apenas uma técnica subsidiária, ultrapassada por aquelas que permitem o deslocamento acelerado, as projeções siderais”. Virilio trata de uma aporia sobre o urbano de forma inexpugnável ou de uma disposição à superação das crises – crise das grandes narrativas, crise da modernidade – em nova perspectiva ecocosmológica. Para o arquiteto e urbanista francês, o que constituía a cidade no imaginário coletivo eram as referências simbólicas, históricas e arquitetônicas, geométricas por assim dizer, que deixam paulatinamente de existir, em detrimento dos efeitos virtuais das imagens sobre a nossa consciência: o espaço público clássico tende a se transformar em uma “imagem pública” na qual se redefine uma ética e uma realidade coletiva.

A noção de “desrealização” do real empregada por Virilio se estabelece de forma mais enfática por Jean Baudrillard (*A sociedade de consumo*, 2004), no escamoteamento dos acontecimentos pelo seu duplo ou sua “prótese artificial”. Essa corrente de pensamento sobre o virtual e o real foi acompanhada por filósofos franceses como Gilles Deleuze, Michel Serres, Pierre-Félix Guattari e Pierre Levy, ao problematizarem as subjetividades contemporâneas em face da tradição filosófica, trazendo para as questões políticas e sociais uma multidisciplinaridade de referências ou, como prefere Guattari, uma “transdisciplinaridade”. Deleuze e Guattari destacam, com os conceitos de “desterritorialização” e de “reterritorialização”, a leitura do social desde o desejo, e deste para a política através de modos de subjetivação (*O Anti-Édipo*, 1972, e *Mil Platôs*, 1980). Com isso, àquela “desrealização” do real marcada por Virilio somam-se desdobramentos sobre os processos intersubjetivos inerentes à compreensão dos territórios: ao extrapolar o espaço geográfico, ao mesmo tempo em que o constituindo entre desterritorializações e novas reterritorializações, os “agenciamentos” se estabelecem em novos encontros, novos

arranjos, novas funções¹⁹⁰. Agenciamentos estes que se constituem, também, numa relação de forças, “sejam as forças do homem de imaginar, conceber, querer (...) em tal época”, como se refere Deleuze à obra de Foucault¹⁹¹.

São estes, enfim, recortes possíveis para que se possa apreender a vida nas cidades contemporâneas, cidades através das quais se entrevê a reunião no mundo globalizado de aspectos simultâneos de formação e resolução de crises na unidade orgânica do capitalismo. Recortes de cidades por si mesmas recortadas, em cujas fissuras e múltiplas configurações espaciais se impõem novas inserções, novas sensibilidades e desejos por parte de seus agentes.

Se percebidas como anunciações escatológicas, as cidades de nosso tempo encontram, sempre que possível, conforme David Harvey, “com a criação de novos espaços urbanos comuns (*commons*), uma esfera pública de participação democrática, (que) exige desfazer a enorme onda privatizante que tem servido ao neoliberalismo destrutivo dos últimos anos (...).” O direito à cidade, diz Harvey (com referência a Lefebvre),

não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas, definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito (Harvey, 2013: 33)¹⁹².

Adentramos este último capítulo da primeira parte da tese abordando o desenvolvimento geográfico desigual, questão que, ao nosso ver, por outros caminhos já havia sido contemplada desde o capítulo introdutório, relacionando o poder com a formação do pensamento científico, com a constituição de instituições tecnoburocráticas características da sociedade moderna, no mais das vezes reunindo aspectos contraditórios das determinações ideológicas que refletem o poder político. Ante esse quadro revelador de um sistema produtivo dado à acumulação e à expropriação, não raro ensaiamos, através de autores que analisam a “razão instrumental”, o funcionamento e os resultados catastróficos do capitalismo, alternativas em termos de projeto emancipatório para a maior parte dos cidadãos que se veem alijados das *benesses* desse sistema. Esse quadro, na esteira do desenvolvimento geográfico desigual, é também revelador de uma condição sanitária global catastrófica, e não poderia ser de outra forma, considerando os resultados das experiências urbanísticas “saneadoras” tratadas nos capítulos anteriores. Esse projeto emancipatório, embora se desdobre em alternativas distintas, pode ser expressado de forma mais

---

¹⁹⁰ Ver artigo *A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari*, de Rogério Haesbaert e Glauco Bruce - NUREG (Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização) do Departamento de Geografia da UFF, disponível em www.uff.br. Neste trabalho, os autores extraem e analisam os conceitos de território, desterritorialização e reterritorialização, tanto quanto de agenciamento no escopo da geografia da obra de Deleuze e Guattari *Mil Platôs* (Editora 34, 1995-1997), mas também de Guattari e Suelly Rolnik em *Micropolítica: cartografias do desejo* (Vozes, 1996).

¹⁹¹ “E para compor que forma?... Por que forma composta seria ainda o Homem? Os direitos do homem?... quando Foucault chega ao tema final da subjetivação, esta consiste essencialmente na invenção de novas possibilidades de vida, como diz Nietzsche, na constituição de verdadeiros estilos de vida: dessa vez, um vitalismo sobre fundo estético”. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, p. 114).

¹⁹² HARVEY, David. *A liberdade da Cidade*. In: MARICATO, Erminia et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. Texto de Harvey publicado originalmente em *Urbânia*, São Paulo, Pressa, n. 3, 2008.

abrangente ao “definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano”, como falam Harvey e Lefebvre referindo-se ao direito à cidade ou ao “direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas”. Trata esse projeto emancipatório, portanto, de “reimaginar” e “refazer” a cidade.

No desenvolvimento deste capítulo, o salto sobre o século XX se coloca ante nossa pretensão de redefinir ou ressignificar aquelas experiências urbanísticas de mais de século, o que certamente não esgota a miríade de questões já formuladas, mas pode reapresentá-las, no âmbito dos novos paradigmas formulados pela medicina e pela urbanística atrelada aos chamados Grandes Projetos Urbanos da atualidade. Vejamos a seguir, primeiramente, alguns aspectos que tocam a medicina preventiva de nossos tempos, que se nutre de um “*surplus*” de saúde (“mais saúde”) na promoção da saúde.

O despertar do indivíduo na cura de si mesmo: medicina preventiva e privatização do bem-estar

Falamos há pouco de “mais saúde” a partir de uma questão elaborada e discutida pelo professor Fernando Lefevre nos seus cursos e textos produzidos acerca das práticas em saúde pública¹⁹³. Lefevre parte da representação social da saúde e da doença para entender os mecanismos que operam o desejo dos cidadãos na sociedade pós-moderna. Suas abordagens envolvem as noções de poder simbólico e de trocas simbólicas tratadas por Pierre Bourdieu, o que reflete a imbricação dos sujeitos em grupos e em estruturas sociais (estruturas de classes) com as instituições do capitalismo, tomando em particular uma concepção de “sujeito coletivo” que “fala” no espelhamento de um modelo de ciência objetivista conferindo “mais realidade” que a própria realidade. Tentaremos acompanhar alguns conceitos da representação social que Fernando e Ana Maria Cavalcanti Lefevre nos oferecem para lidar com o problema da prática em saúde pública, apontando, de forma sumária, desdobramentos sobre o que então denominamos “o despertar do indivíduo na cura de si mesmo” que, em outras palavras, significa o mesmo que o despertar do indivíduo por esse tão almejado “*surplus*” de seu corpo, identificado como “mais sadio” e graças às novas tecnologias incorporadas pela medicina associadas à indústria farmacêutica. Mas vejamos, primeiramente, suas colocações acerca da diferenciação entre promoção e prevenção relacionadas à saúde e à doença.

---

¹⁹³ Lefevre, Fernando e Lefevre, Ana Maria Cavalcanti (2009). *O corpo e seus senhores: homem, mercado e ciência: sujeitos em disputa pela posse do corpo e da mente humana*. Rio de Janeiro: Viera & Lent. Também dos autores *Promoção de Saúde: a negação da negação*. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2004. Com o professor Dr. Fernando Lefevre e a professora Dra. Ana Maria Cavalcanti Lefevre cursamos, no primeiro semestre de 2008, a disciplina “Representação Social da Saúde e da Doença” na Faculdade de Saúde Pública-USP. Com Fernando e Ana Lefevre e outros professores da Faculdade de Saúde Pública e da Prefeitura do campus da USP em São Paulo participamos, naquele mesmo ano, do Projeto Piloto para a Prevenção da Dengue no Campus Butantã.

Em *Promoção de Saúde, a negação da negação* (2004), Fernando e Ana Lefevre afirmam que promoção de Saúde não é o mesmo que prevenção de doenças:

(...) tanto numa escala individual quanto coletiva, o termo Prevenção deve, a nosso ver, ser reservado para toda medida que, tomada antes do surgimento ou agravamento de uma dada condição mórbida ou de um conjunto dessas condições, vise afastar a doença do doente ou vice-versa, para que tal condição não se manifeste (ou que tenha diminuída a sua probabilidade de ocorrência) ou se manifeste de forma menos grave ou mais branda nos indivíduos ou nas coletividades. (...) A Promoção, por outro lado, (...) caracterizaria uma intervenção ou um conjunto de intervenções que (...) teria como horizonte ou meta ideal a eliminação permanente, ou pelo menos duradoura, da doença porque buscaria atingir suas causas mais básicas, e não apenas evitar que as doenças se manifestem nos indivíduos e nas coletividades de indivíduos (Lefevre e Lefevre, 2004: 37).

Assim, a noção de promoção de saúde não deixa de reconhecer a prevenção, no sentido de um recurso para a proteção contra as doenças, mas incide sobre o ideal de que essas doenças sejam “erradicadas, eliminadas do mundo, do meio ambiente, das cidades, etc.” Nesse sentido, como falam Fernando e Ana Lefevre, “a Promoção de Saúde como ruptura de paradigma significa um importante deslocamento de objeto e de enfoque, do doente em direção à doença”,

o que não significa qualquer “desumanização” da saúde, uma vez que deslocando o foco para a doença e desfocando do doente, perde-se o homem como consumidor, que é o modo como ele é fundamentalmente visto no modelo atual, mas recupera-se este mesmo homem como o principal responsável pelos desequilíbrios de todo tipo, que estão na raiz das doenças (Lefevre e Lefevre: 2004: 38).

O paradigma da promoção de saúde, para esses autores, se estabelece em uma “miragem”, em um “sonho distante”, mas que “pode significar um caminho concreto uma vez em relação dialética com a doença”, a qual “pretende ser uma negação radical na medida e apenas na medida em que esta negação implique a negação concomitante da sociedade de consumo de base tecnológica, ventre gerador da doença”. A negação da negação entrevista pela promoção de saúde (um mundo sem doenças) se refere, portanto, a uma conduta condizente à luta por melhores condições de vida, de trabalho, de moradia, enfim, a tudo que está consagrado nas Constituições que seguem as prerrogativas dos Direitos Humanos Fundamentais, incluindo as políticas públicas setoriais de alguma forma relacionadas à saúde. Para superar esse paradigma a promoção de saúde deve avançar para esfera reflexiva e crítica, na medida não de uma ameaça e sim de um desafio cognitivo em relação à doença; entender “as mensagens que dizem respeito às causas ou dimensões extramédicas das enfermidades no âmbito das formulações teóricas, bem como traduzir este entendimento em ações concretas”, enfrentando as chamadas práticas da assistência, contaminadas pela perspectiva “medicalizante”.

Já o percurso para se chegar à promoção da saúde nos termos expostos acima, segundo Fernando e Ana Lefevre, deve compreender as ações de comunicação social em saúde, a lógica sanitária e a lógica da população, esferas que não raro se encontram diante de um impasse estrutural envolvendo autoridades sanitárias, profissionais de saúde e a população em geral tomada como usuários, clientes ou consumidores, cada qual falando sobre saúde e doença a partir de representações sociais próprias ou de seus “espaços sociais” onde se mantêm e se reproduzem as relações de dominação (cf. Bourdieu). O conflito entre essas

esferas revela situações assimétricas entre as partes, tal como nas situações em que a prática discursiva acaba gerando comportamentos de mando e obediência, prescrição e cumprimento, independente de serem “mais autoritárias ou mais ‘gentis’, mais ou menos ‘participativas’, ou ‘educativas’, ou ‘cooperativas’, o que não muda em nada sua natureza estruturalmente assimétrica”.

Com efeito, o profissional fala científica e tecnicamente sobre um objeto técnico-científico (a saúde e a doença) mas este objeto sobre o qual ele fala, com autoridade, se por um lado lhe pertence como objeto científico, de estudo e intervenção, por outro lhe é radicalmente exterior, implicando, além disso, alteridade na medida em que pertence, enquanto sentimento de corporeidade, ou seja, sensação física e emocional, objeto de direito, *locus* de autonomia, à pessoa, ao indivíduo dono de seu corpo. Isto é, a saúde e a doença são objetos técnico-científicos operados por cientistas/técnicos mas também e contraditoriamente atributos e condições de sujeitos humanos¹⁹⁴ (Lefevre e Lefevre, 2004: 55-56).

Para chegar a uma comunicação social em saúde que seja exitosa ante esses conflitos, será necessário, em primeiro lugar, que ocorra uma “mudança na representação hegemônica sobre a saúde e a doença”. Segundo Fernando e Ana Lefevre, “tal mudança não se dará jamais pelo processo habitual de *Educação Sanitária da População*”, empreendimento controlador que os autores associam ao “tipo foucaultiano”, isto é, através dos mecanismos de controle das enfermidades pela higiene, proibitivos por parte das ações de Estado nas políticas sanitárias e coercitivos por parte das ações de governo através da polícia sanitária, sobre os quais já nos reportamos nos capítulos anteriores. Será preciso que essa mudança ocorra “pela via da modalidade discursiva de diálogo legalmente instituído, (...) amplamente disponibilizado para uso e usufruto da cidadania”. E não se trata de “educar”, como falam Lefevre e Lefevre, “mas de informar e dialogar com vistas a tomada ou não de uma decisão”:

Educar vem do latim *educere*, que significa conduzir: e é isto, sob forma explícita ou mascarada, que vem sendo feito, desde sempre, no campo da saúde, com base na ideia (falsa) de que, em se tratando de saúde, a condução se justifica já que se trata de uma “boa causa” (o combate à doença). Hoje em dia, mesmo algumas iniciativas francamente “participativas” implicam, no fundo, como vender a minha (de profissional da saúde) “boa” ideia utilizando o máximo possível a terminologia e os valores do educando que, assim, acaba participando, junto com o educador, da sua própria doutrinação. (...) É preciso então entender que a proposta educativa de tipo “condicente”, na Promoção de Saúde, deve ser abandonada em favor da proposta informativa porque as pessoas não devem (e muitas não querem, com toda razão) ser “educadas”, isto é, conduzidas mas, ao contrário, com a ajuda e dialogando com a informação técnica devidamente decodificada, conduzir sua vida. (Lefevre e Lefevre, 2004: 59-60).

Por parte da autoridade sanitária sobre o comportamento dos indivíduos ante as doenças ou qualquer manifestação contrária à saúde, Fernando e Ana Lefevre observam que, em geral, as prescrições são enunciadas no imperativo: não fume, não beba, não transe sem camisinha, não abandone o tratamento, não deixe água nos vasos de flores, não fique sentado o tempo todo, use cinto de segurança, faça exame preventivo disso, daquilo, etc.

---

¹⁹⁴ “Este conflito dá nascimento, entre outras coisas, ao campo da Bioética como um espaço de reflexão e de prática sobre a autonomia”. Em nota, os autores afirmam que a “... a própria Bioética acaba também virando um espaço científico (uma disciplina acadêmica) ou hegemonizado pelo pensamento científico, além de constituir um sistema de normas numa certa medida exteriores aos indivíduos que são seus objetos”. Lefevre e Lefevre, 2004: 56.

Ou seja, trata-se dessa “educação sanitária” na qual prevalece o modo imperativo do “poder sobre”, ao invés da informação e do diálogo no sentido de virem suscitar a participação, o “poder com”, como fonte de fortalecimento da população para o enfrentamento das enfermidades.

Da forma como tratada por Fernando e Ana Lefevre, promoção de saúde representaria uma segunda negação à relação saúde-doença, sendo a primeira negação vinculada aos métodos preconizados pela prevenção das enfermidades de mais longo alcance na história da medicina que, como vimos nos capítulos antecedentes, se alinham à engenharia sanitária e à urbanística. Essa promoção de saúde como negação da negação nos parece corresponder a um projeto emancipatório em resposta às políticas públicas defasadas ou inadequadas, observadas como discursos que, no final, deixam transparecer uma condução ideológica.

A percepção sobre os problemas sanitários na escala urbana, que vão da insalubridade à exclusão social, como temos focado, se entrelaça com a percepção dos problemas mais particulares dos indivíduos no seu cotidiano e revela, em casos extremos, como nos surtos epidêmicos (a gripe de 1918, por exemplo), o mais amplo espectro dos descasos políticos, de mascaramento do poder convertido em “lógica sanitária”. Todas essas escalas de abordagem têm alguma relação com o impacto negativo da “empresa médica”, tal como constituída nas últimas décadas através do aparelhamento tecnológico aliado à burocracia. É a pior epidemia, ou a de maior expansão, como fala Ivan Illich em *A Expropriação da Saúde* (1975), referindo-se à iatrogenese, “termo técnico que qualifica a nova epidemia de doenças provocadas pela medicina” (em grego, *iatros* significa médico, e *genesis*, origem).

A iatrogenese médica e outras doenças da “sociedade industrial” por Ivan Illich

Illich chama de “iatrogenese clínica” o que engloba, no sentido mais amplo, a doença iatrogênica sob as condições clínicas nas quais os medicamentos, os médicos e os hospitais são os agentes patogênicos, o que perfaz “essa multidão de efeitos secundários, porém diretos, da terapêutica”. A “iatrogenese clínica” se caracteriza ainda pela separação dos danos “não técnicos” (lesões, angústias, traumatismos psicológicos etc.) da intervenção técnica do médico que, em sua prática, transfere tais danos à esfera jurídica. Ou seja, a indiferença profissional, a negligência e a pura incompetência são agora “falhas” que adquirem “novo status, anônimo e quase respeitável” com a transformação do médico artesão, que exercia sua habilidade em indivíduos que conhecia pessoalmente, em médico técnico que aplica técnicas científicas a pacientes de acordo com categorias de doenças:

O que antes era considerado abuso de confiança e falta moral agora pode ser racionalizado como falha ocasional de equipamento ou dos seus operadores. Num hospital em que a técnica é complexa, a negligência se transforma em erro humano “aleatório”, a insensibilidade em “desinteresse científico”, e a incompetência em “falta de equipamento especializado”. A despersonalização do diagnóstico e da terapêutica transferiu as falhas do campo ético para o âmbito do problema técnico”(Illich, 1975: 37).

A “iatrogênese clínica”, conforme Ivan Illich, torna-se epidêmica na medida em que o médico resiste a debelar, provocando uma “iatrogênese de segundo grau”¹⁹⁵, sendo o resultado dessa “aventura médica” compreendido agora como “iatrogênese social”, instância na qual se produz uma “sociedade mórbida”, caracterizada por indivíduos que sofrem com a medicalização:

A iatrogênese social é o efeito social não desejado e danoso do impacto social da medicina, mais do que o de sua ação técnica direta (...) Na essência, a iatrogênese social é uma penosa desarmonia entre o indivíduo situado dentro de seu grupo e o meio social físico que tende a se organizar sem ele e contra ele. Isso resulta em perda da autonomia na ação e no controle do meio (Illich, 1975: 43).

Referindo-se às políticas públicas responsáveis pelas atividades das empresas médicas até meados da década de 1970, Illich fala ainda da “medicalização do orçamento”, demonstrando, através de estatísticas e pesquisas realizadas em várias partes do mundo, que “o nível de saúde não melhora mesmo quando aumentam as despesas médicas”, concluindo ser preciso ter uma “visão profundamente deformada da realidade” para sustentar o oposto, e fazer com que o público “deslumbrado pela tecnologia médica” passe a depender de “próteses sob a forma de medicamentos, terapêuticas, internações diversas e controles preventivos”.

O controle institucional da população pelo sistema médico retira progressivamente do cidadão o domínio da salubridade no trabalho e no lazer, a alimentação e o repouso, a política e o meio. (Illich, 1975: 44, grifos nossos).

Outra forma de iatrogênese social pela “medicalização do orçamento” é a pressão da indústria farmacêutica sobre os médicos, e destes sobre aqueles que procuram seus cuidados dentro das empresas médicas, o que não escapa à estrutura global capitalista como um todo.

A medicalização do orçamento é indicador de uma forma de iatrogênese social na medida em que reflete a identificação do bem-estar com o nível de *saúde nacional bruta* e a ilusão de que o grau de cuidados no campo da saúde é representado pelas curvas de distribuição dos produtos da instituição médico-farmacêutica. Essa *saúde nacional bruta* exprime a mercantilização de coisas, palavras e gestos produzidos por um conjunto de profissões que se reservam o direito exclusivo de avaliar os seus efeitos e que tornam o consumo de seus produtos praticamente obrigatório, utilizando seu prestígio para eliminar da vida cotidiana as escolhas alternativas. Esse efeito paradoxal da medicalização do orçamento é comparável aos efeitos paradoxais da superprodução e do super-consumo nas áreas de outras instituições maiores. É o volume global dos transportes que entrava a circulação; é o volume global do ensino que impede as crianças de expandirem sua curiosidade, sua coragem intelectual e sua sensibilidade; é o volume sufocante das informações que ocasiona a confusão e a superficialidade, e é o volume global da medicalização que reduz o nível de saúde (Illich, 1975: 50).

---

¹⁹⁵ “As infecções mais temíveis são adquiridas na sala de cirurgia, onde somente microrganismos resistentes a fortes doses de bactericidas podem sobreviver. Os hospitais que procuraram se proteger contra erros na administração de medicamentos tornando obrigatório o controle de cada receita por um farmacologista especializado tiveram de reconhecer... que não apenas a despesa mas o dano global aumentou com o nível de complexidade... A medicina, obrigada a examinar não apenas um ou outro de seus atos mas sua empresa em conjunto, tornou claro seu insucesso básico quanto aos erros a reparar, problemas a resolver, progressos a realizar. A iatrogênese de segundo grau, produzida pelas medidas anti-iatrogênicas, comprovou a autodesregulação estrutural da empresa. Ela perdeu toda a possibilidade de racionalizar seu fracasso fundamental”. Illich, 1975: 39.

A saúde, considerada no interior da estrutura global capitalista, não pode ser desvinculada da concorrência e da exploração pela publicidade junto aos médicos, de forma que a incisiva ação publicitária da indústria farmacêutica se desdobra em formas de “controle social pelo diagnóstico”. Ou seja, a saúde é agora uma questão de gerir o “homem domesticado”, ou, nas palavras de Illich: “o homem domesticado entra em estabulação permanente para se deixar gerir numa sequência de celas especializadas”. Exemplos dados por Ivan Illich de “celas especializadas” no quadro do “controle social pelo diagnóstico” são as categorias sociais na “etiquetagem” por faixa etária, por sexo, por raça, quociente intelectual ou pela cor da pele, e tipos especializados de cuidados médicos, que vão da primeira visita pré-natal ao tratamento da velhice.

A mercantilização da saúde à época em que Illich fala da iatrogênese clínica e desses indicadores de iatrogênese social é assimilada, portanto, no quadro de uma “ordem médica” já completamente aderida aos interesses capitalistas. Essas categorias etiquetadas, por seu turno, acompanham “a estratificação hierárquica estabelecida pela escola, pelo salário e pelo status social”. E a “inovação aconselhada pelo médico é sempre o privilégio dos ricos”, desdobrando-se em formas de prevenção da doença até onde os aparelhos de checape possam “descobri-las” ainda quando as pessoas gozam de perfeita saúde.

Quanto mais o salário pago pela firma é alto, mais elevada a função dentro da organização partidária é elevada, mais é necessário gastar para que essa estimável engrenagem da sociedade esteja bem lubrificada. O consumo de cuidados preventivos é cronologicamente o último dos sinais de *status* social da burguesia. Para estar na moda, é preciso hoje consumir *check-up*. Essa expressão inglesa faz parte agora do vocabulário cotidiano do francês, do sérvio, do espanhol, do malaio e do húngaro. A extensão do controle profissional a cuidados dispensados a pessoas em perfeita saúde é uma nova manifestação da medicalização da vida. Não é preciso estar doente para se transformar num paciente (Illich, 1975: 61).

O “controle” feito por esses checapes torna-se mais uma controvérsia na complexa empresa médica quando se declara que “mais vale o risco de um câncer pela irradiação do que a probabilidade de uma mutilação por um colega”: o sentido dos checapes, que segundo Illich é quase sempre dado como inútil pelos próprios médicos; no entanto, cumprem seu papel no argumento de que “eliminam pistas falsas e, com isso, eliminam agressões terapêuticas”.

Decorre desses sintomas de iatrogênese social a tendência para atribuir um nome ou uma etiqueta a cada uma das categorias então reconhecível e, pela “anormalidade” constatada, concluir sobre o direito a um consumo “excepcional”, dependendo do acesso reservado a cada instância de *status* social. Neste horizonte da iatrogênese médica, Ivan Illich afirma que “a categorização social aumentou o número dos que possuem esse status de consumidor excepcional, a tal ponto que se tornaram exceção as pessoas que não entram em nenhuma categoria terapêutica”.

Cada sociedade tem seus agentes mandatários para reconhecer a natureza da anormalidade: eles decidem se o indivíduo está possuído do demônio, dominado por um deus, envenenado, punido por seus pecados ou vítima dos sortilégios de um feiticeiro. Os agentes podem pertencer à ordem jurídica, religiosa, militar ou médica. Nas sociedades modernas, também podem chamar-se educadores, assistentes sociais ou ideólogos de um partido. Ao catalogar os portadores de anormalidades, o Poder os coloca sob o controle da linguagem e dos costumes; assim, transforma quem é uma ameaça à ordem estabelecida em sustentáculo dessa ordem. (...) Cada civilização cria suas próprias doenças. O que numa é doença pode ser

crime, manifestação de santidade ou pecado em outra.. A atitude diante da anormalidade também varia de uma cultura para outra. O mesmo sintoma pode excluir da sociedade um homem, seja executando-o, exilando-o, abandonando-o, hospitalizando-o, ou seja mesmo cercando-o de respeito, donativos e subvenções. Pode-se obrigar um ladrão a vestir determinadas roupas, fazer penitência, como pode-se lhe cortar os dedos e submetê-lo a um tratamento mágico ou técnico numa prisão ou numa instituição para cleptomaníacos (Illich, 1975: 71-72).

Completando a sequência “iatrogênese clínica” e “iatrogênese social”, Illich fala da “iatrogênese cultural”, relacionando-a à destruição do potencial cultural de indivíduos e comunidades que mantém, por meios tradicionais, expedientes eficazes para enfrentar com autonomia a dor e a morte, as enfermidades e a própria vulnerabilidade humana em face das contingências da vida.

Com *A Expropriação da Saúde: Nêmesis da Medicina*, Ivan Illich associa a empresa médica a Nêmesis, figura mitológica que emprega a distribuição no sentido de “justiça distributiva” (*nêmesis* deriva do verbo grego *nêmo*, que significa “distribuir”): a deusa grega infligia dor ou concedia felicidade segundo o que era justo. A vida e a morte natural, que seria uma “distribuição” divina, torna-se, na sociedade industrial, uma atribuição da medicina, isto é, do poder da empresa médica. Daí a afirmação de Illich de que “a morte se tornou a última forma de resistência do consumidor” ou ainda, em outras palavras, que “a medicalização da sociedade pôs fim à era da morte natural”. Mas os escritos e a militância política de Illich não se restringiram ao tema da medicina iatrogênica: sua contundente crítica às sociedades industrializadas perpassou temas ligados à educação (*Sociedade sem escolas*, 1973)¹⁹⁶, à energia, aos transportes e mesmo à Igreja (*A Igreja sem o poder*, 1973), instituição em que ordenou-se padre em 1951. Conforme afirma Ana Flávia Bádue, Illich parte do entendimento de que “nas sociedades industrializadas (capitalistas e socialistas), os meios se (converterem) em fins, gerando o fenômeno da contrapodutividade” (Bádue, 2012).

A contrapodutividade designa o modo como o desenvolvimento e o progresso carregam em si sua destruição; tanto biofísica, quanto social e também política (contrapodutividade das ferramentas, instituições e da sociedade industrial). Illich verificava isso nos transportes, na educação e na saúde – três temas importantes para a análise já que, segundo o autor, são os elementos do desenvolvimento e da modernidade por excelência. Segundo o comentário de Boaventura de Sousa Santos (*Comentários à Energia e Equidade*, 1975) sobre o panfleto

---

¹⁹⁶ “*L’école, cette vache sacrée* (A escola, esta vaca sagrada), de 1968 (publicado em português em Illich, Ivan. *Celebração da consciência*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1975, com introdução de Erich Fromm), inaugura a série de trabalhos de Illich no domínio da educação. “Contém uma violenta crítica à escola pública, com a denúncia de sua centralização, de sua burocracia interna e, sobretudo, de suas desigualdades. (Em 1970), essas ideias iniciais serão desenvolvidas e aprofundadas na obra intitulada *En América Latina, ¿para qué sirve la escuela?* (Para que serve a escola na América Latina?). Esses dois escritos encontram seu ápice na que é considerada uma das obras maiores de Illich: *Une société sans école*, que foi publicada inicialmente em inglês (1970) e, mais tarde, em espanhol (1973). (em português, também em 1973, com o título *Sociedade sem escolas*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, com tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth). Nesse livro, desenvolve quatro ideias centrais que impregnam o conjunto de seu discurso sobre educação: a) A educação universal pela escolarização não é viável (...) (pelo) modelo do sistema escolar atual. b) Nem as novas atitudes dos professores com relação a seus alunos, nem a proliferação de novos instrumentos e métodos, nem uma extensão da responsabilidade dos educadores a todos os aspectos da vida de seus estudantes, conduzirão à educação universal. c) À pesquisa atual de novos meios de superação, é necessário opor outra pesquisa, que seja sua antítese institucional: a formação de redes educativas que aumentem as chances de aprender, de partilhar, de se interessar. d) Não é suficiente desescolarizar as instituições do saber; é necessário também desescolarizar o ethos da sociedade”. In: Gajardo, Marcela (2010). Ivan Illich. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana: 15-16. Disponível em <ayrtonbecalle.files.wordpress.com>

“Energia e Equidade”, Illich buscava provar a lei hegeliana da transformação da quantidade em qualidade. Veja-se o caso do consumo de energia: ultrapassando-se determinado limite, há um “efeito corruptor do poder mecânico”, qual seja a transformação desse poder mecânico em necessidade, e a necessidade converte-se em um monopólio. “Tal monopólio institui-se quando a sociedade se adapta aos fins daqueles que consomem o total maior de quanta de energia, e enraíza-se irreversivelmente quando começa a impor a todos a obrigação de consumir o quantum mínimo sem o qual a máquina não pode funcionar”. (...) O monopólio cria, então, duas alienações: a primeira diz respeito ao alheamento das necessidades, que passam a ser produzidas externamente, pelo processo técnico e industrial; a segunda vem do fato de que só mercadorias produzidas pela indústria serem capazes de satisfazerem essas necessidades forçadas. Daí a expressão monopólio radical para designar o duplo controle da indústria e das instituições sobre a vida humana (criando falsas necessidades e sendo as únicas a disporem de meios para satisfazê-las) (Bádue, 2012: 31-32).

Da configuração do espaço dado pela indústria automotiva às questões ligadas à energia, à educação e à empresa médica na sociedade industrializada, como vistas por Illich, provém uma nova forma social na qual a tecnologia se sobrepõe às relações da humanidade entre si e com a natureza, que é afirmativa, portanto, da transformação da quantidade em “qualidade”, como observa Bádue através de Boaventura de Souza Santos. A antropóloga, no entanto, diz que Illich não explica a pobreza e que, na maioria de seus textos, “a impressão que se tem é que as desigualdades estão dadas de antemão, já que, ao menos nos países pobres, o acesso às instituições pressupõe a posse de dinheiro e muitas são as pessoas que não conseguem fazer parte delas”. Da mesma forma, segundo Bádue, Illich “não deixa explícito se a escolarização, a medicalização e o carro são produto de uma desigualdade a priori ou se as instituições operam de forma contraditória produzindo desigualdades entre aqueles que a consomem e aqueles que não o fazem”.

Essa questão não é respondida porque Illich está mais preocupado com a “oposição que se situa primeiro entre os homens e a estrutura técnica da ferramenta e, logo, como consequência, entre o homem e as profissões cujo interesse consiste em manter a estrutura técnica” do que com “a oposição entre uma classe de homens explorados e outra classe proprietária das ferramentas”. Ao tentar contornar a questão das classes, Illich oscila entre duas explicações. Ora é o sistema que cria as desigualdades, ora ele se impõe a uma realidade já cindida. Os diplomas criam uma diferenciação social, mas essa diferenciação só se dá a partir de uma diferença anterior: os que tiveram e os que não tiveram acesso ao ensino formal, conseguiram diplomas e tiveram acesso a bons empregos. Com os carros, passa-se uma ambiguidade semelhante. Illich afirma que o automóvel nasceu como produto de luxo, o que quer dizer que existem ricos e pobres antes que o trânsito se transforme em espaço exclusivo de veículos motorizados. E uma vez que isso ocorre, os transportes criam uma desigualdade social entre os que têm e os que não têm carro, mas Illich não incorpora essa questão em seus trabalhos (Bádue, 2012).

Segundo o médico Roberto Passos Nogueira em *A segunda crítica social da Saúde de Ivan Illich* (2003), a versão inicial de *Nêmesis da Medicina* havia sido escrita em 1973, no período em que Illich trabalhou no México¹⁹⁷, da qual foram feitas três edições¹⁹⁸. Porém, em 1985,

---

¹⁹⁷ Ivan Illich nasceu em Viena, Áustria, em 4 de setembro de 1926 e, após estudos de História, Filosofia e Teologia, em Nova Iorque, ordenou-se padre em 1951. Exerceu as funções de Vice-Reitor da Universidade Católica de Porto Rico até 1960, de onde migrou para Cuernavaca, México, após desaproveitar publicamente a intervenção do bispo de Ponce nas eleições para a Universidade. As controvérsias causadas por suas denúncias contra a atividade missionária tradicional levaram-no a abandonar a Igreja em 1969. Em Cuernavaca, ajudou a criar o Centro Intercultural de Documentação (CIDOC), instituição onde, na primeira metade da década de 1970, promoveu os famosos seminários que deram origem a seus livros. Em anos recentes atuou como professor

na Universidade Estadual da Pensilvânia, “Illich veio a emitir um conjunto de apreciações de sentido fortemente autocrítico em relação à sua obra”¹⁹⁹. Essa autocrítica de Illich (*In the mirror of the past, lectures and addresses, 1978-1990*. New York: Marion Boyars, 1992), segundo Nogueira, concentra-se no conceito de iatrogênese percebido na história do corpo e das práticas a ele relacionadas, ecoando algumas teses de George Rosen (*Da polícia médica à Medicina Social*) e de Foucault (*Microfísica do poder*). De Foucault, como vimos no primeiro capítulo (*Segurança, Território, População*, 2008), a história do corpo coincide com a criação do estado-nação e sua polícia sanitária: o corpo é então tomado como população em um dado território, uma população como produtora e também como força de exército, isto é, como segurança. Nesse contexto da história do corpo foucaultiana, como lembra Nogueira, o corpo é uma imagem coletiva e, na ideologia do mercantilismo, uma garantia da prosperidade nacional, embora posteriormente seja “transformado num objeto portador de um direito individualizado, um direito de felicidade”. Mas Illich vem observar (*In the mirror of the past...*, 1992), segundo Roberto Nogueira, que “mais recentemente (...) o sonho de uma vida ativa (...) e a demanda econômica por trabalhadores produtivos foram fundidos na própria idéia da saúde como direito social.”

(...) no ano de 1985, afirma Illich, a saúde vai além de um direito e de uma prerrogativa, pois transformou-se numa necessidade obsessiva que tem de se materializar na experiência do corpo: “para muitos contemporâneos, a busca da saúde tornou-se consubstancial com a experiência de seus corpos” (Illich, 1992). Illich confessa que este importante aspecto da iatrogênese cultural, “a busca patogênica da saúde”, havia lhe escapado por completo quando escreveu sua obra famosa. A mania com sua própria condição de saúde corporal ou *higiomania*, como a denomino num artigo inspirado nas ideias de Illich (Nogueira, 2001)²⁰⁰, é algo que passou a fazer parte definitivamente do estilo de vida altamente tecnificado da contemporaneidade. Tal estilo de vida, que se funda na idolatria do corpo e da saúde do corpo, não é criado por uma simples expropriação profissional: é alimentado pela mídia, pelas academias de cultura física, pela indústria da “dieta” e pela indústria em geral, e, enfim, pelos que estão sempre interessados em vender este novo produto – o auto-cuidado. Nos anos oitenta, observa Illich, é preciso salientar que não é mais o *establishment* de saúde que produz a imagem do corpo. A concepção predominante surge agora de uma somatocracia que exalta e promove a industrialização automatizada da produção do corpo (Nogueira, 2003).

A saúde passa agora a ter duas vias de acesso, uma através dos médicos, outra na cultura do corpo, com a “ajuda” de inúmeros outros profissionais que prescrevem também a “autoajuda”: a produção do corpo e o corpo como produto produzem essa forma “robotizada” ou “automatizada” de saúde que chega aos nossos dias cada vez mais

---

visitante e *lecturer* em diversas universidades americanas e europeias. Faleceu em 2 de dezembro de 2002, em Bremen, Alemanha. Nogueira, op. cit.

¹⁹⁸ Londres (1974), Paris (1975) e Nova Iorque (1976). A tradução brasileira é de 1975, feita com base na edição francesa.

¹⁹⁹ Há doze anos escrevi a *Nêmesis da Medicina*. O livro começava com a afirmação: “a Medicina institucionalizada transformou-se numa grande ameaça à saúde”. Ouvindo isto hoje, eu responderia: “e daí?”. O maior agente patógeno de hoje, acho eu, é a busca de um corpo sadio. E, de uma maneira importante, isto tem uma história. Illich, Ivan. *In the mirror of the past, lectures and addresses, 1978-1990*. New York: Marion Boyars, 1992. In: Nogueira, op. cit.

²⁰⁰ Nogueira, R. P. *Higiomania: a obsessão com a saúde na sociedade contemporânea*. In: Vasconcelos, E. M. (org.). *A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede educação popular e saúde*. São Paulo: Hucitec, 2001: 63-72.

exacerbada pela mídia e pela ideologia do corpo saudável²⁰¹.

Segundo Illich, é o próprio caráter simbólico da Medicina que muda nos anos setenta e oitenta do século passado. As medicinas alternativas, as concepções ambientalistas, as correntes diversas da auto-ajuda, as modas dietéticas, as práticas de corpo inumeráveis etc. influenciam mais sobre o que o leigo pensa a respeito de saúde do que os próprios médicos. Naturalmente, a mídia toma um papel proeminente, pois abarca e serve de veículo de difusão a todas essas variadas formas normativas de cuidado do corpo. Por outro lado, nos aspectos financeiros, verifica-se que os gastos com programas integrais de cuidado com a saúde passam a crescer mais rapidamente do que os gastos com a Medicina. Mais ainda - os recursos para investimentos em segurança, ecologia, educação e defesa civil são facilmente aprovados pelo governo quando seus efeitos sobre a saúde conseguem ser patentemente demonstrados (Nogueira, 2003).

Nessa retomada de Illich à *Nêmesis* da Medicina, ele vê outra forma de iatrogênese associada àquelas formuladas na década de 1970 (clínica, social e cultural), sendo agora a iatrogênese do corpo um fenômeno novo, caracterizado por mudanças de “estilo de vida”, de “efeito simbólico iatrogênico mais profundo”. Illich constata uma auto-percepção do corpo voltada a um estilo de vida midiático, confundido entre o “*high-tech* com sabedoria naturalista”, a bioengenharia e o exercício autônomo para criar o “sentimento de realidade sentida, inclusive a do corpo” (Illich, 1992, *apud* Nogueira, 2003).

O contexto social que serve de referência teórica a essa segunda crítica da saúde é algo bem distinto do industrialismo que Illich havia analisado na *Nêmesis*. No final dos anos setenta, Illich já começara a falar do surgimento de um profissionalismo *pós-industrial*, que não está mais fundado na detecção e atendimento unilateral das necessidades dos seus clientes. Ele indicava o surgimento de um *pósprofissional*: alguém que se mostra sensível às falhas e desvios éticos do profissionalismo anterior, que se diz mais atento aos problemas de relacionamento com seus clientes e que propõe a estes seguir variados métodos de auto-ajuda. Há agora uma ênfase muito especial que é posta nos mecanismos de auto-ajuda e ajuda recíproca entre os clientes. Este novo *ethos* entre os profissionais responde a reclamos da sociedade, que exige uma avaliação leiga dos resultados dos serviços profissionais e dos riscos que introduzem, uma melhor legislação para proteção dos seus interesses como consumidores e a quebra de certos controles corporativos. Aparecem médicos, dentistas, advogados etc. que são mais “conscientes”, sensíveis aos problemas econômico-sociais do exercício de suas profissões (dir-se-ia, posteriormente, *politicamente corretos*). (...) Enfim, o conhecimento profissional em saúde tornou-se arditamente desmonopolizado e é esta desmonopolização que viabiliza o surgimento do fenômeno social da iatrogênese do corpo (Nogueira, 2003).

Fernando Lefèvre, em *Lógica Sanitária e lógica do senso comum: por um diálogo com tecnologia* (2007), discute a controversa relação entre os profissionais de saúde e os leigos tomados como clientes da empresa médica, sendo os profissionais os responsáveis pela educação sanitária, fundadora da ideia, por ele combatida, de que a população “precisa ser educada, porque é deseducada”. Essa relação, segundo Fernando, decorre do imaginário sanitário supostamente assentado em um diálogo possível entre as partes, o que em

---

²⁰¹ "Illich não se refere nesse texto (1992) aos trabalhos de Foucault sobre a história da sexualidade, que expõe pontos de vista similares. Mas em sua obra anterior sobre gênero (*Gender*, Berkeley: Heyday Books, 1982) observa que o primeiro volume da *História da Sexualidade* de Foucault "foi pioneiro no estudo histórico do processo pelo qual o corpo dos sujeitos do novo Estado de Bem-Estar Social foi constituído como objeto de um discurso profissional sobre o corpo dele ou dela". Similarmente a Foucault, Illich conclui pela necessidade de construir uma história do corpo que englobe as ideologias da saúde". Nogueira, 2003.

verdade representa apenas uma “prática discursiva e comportamental regida por relações assimétricas de mando/obediência”, um modelo que se perpetua através da tecnologia, “mas que carrega um conflito (...) apesar de todo esse aparato de modernidade, (...) atrasada em termos das relações que envolvem essas duas lógicas”. Já vimos anteriormente com Fernando e Ana Lefèvre o paradoxo da saúde-doença enquanto uma relação conflituosa na medida em que, para o profissional de saúde, a saúde e a doença lhe pertencem como objetos, mas, em simultâneo, esse objeto lhe é exterior porque a saúde e a doença envolvem o sentimento de corporeidade, sendo objeto de direito, de autonomia e de propriedade da pessoa, do “indivíduo que é dono de seu corpo”. Observa Fernando Lefèvre que o profissional de saúde, portanto, não sendo proprietário de seu objeto, uma vez autorizado pelo indivíduo que o procura, estará intervindo sobre seu corpo, e este, por sua vez, estará “transferindo propriedade”, muito embora através de uma entrega “juridicamente consagrada” (Lefèvre, 2011: 21).

A saúde e a doença devem dizer respeito ao corpo e à mente como coisas técnicas, mas também como coisa cotidiana, vivencial e leiga. Caso contrário, estaremos reduzindo a vida do ser humano à esfera técnica, o que é algo política, filosófica e eticamente inadmissível (Lefèvre, 2007: 21).

Para enfrentar tal paradoxo, Fernando Lefèvre coloca a necessidade de rever o sentido deturpado de diagnóstico. Lembra Lefèvre que a palavra “diagnóstico” ou “diagnose” vem do grego *diagnose*, que significa divisão do “conhecimento”; como em “diálogo”, que significa divisão do *logos/discurso*, ou seja, um conhecimento que é resultado de uma partilha em conversação ou interlocução. Assim, “quando um médico faz um ‘diagnóstico’ (...) deveria ser o resultado de uma dupla gnose”.

O diagnóstico teve um deslizamento semântico e foi parar lá naquele lugar anterior, na esfera técnica. Ele saiu da esfera humana e foi cair na esfera técnica. Esse conhecimento a dois (...) é a proposta de retraduzir a ideia de Paulo Freire para a área da saúde, de recuperar o conceito de diagnóstico, ou diagnose. (...) A diagnose deve colocar frente a frente, em diálogo e oposição dialética, a lógica sanitária e a lógica da população (Lefèvre, 2007: 21-22).

A técnica, uma vez restrita à lógica sanitária, não correspondente a uma relação dialética com seu objeto de intervenção, representa a perpetuação do conhecimento científico fragmentado, porque apartado do senso comum, da esfera dos leigos que formam e dão sentido (ou deveriam dar) aos seus desígnios. Essa fragmentação, longe de ser percebida somente na área da saúde, representa justamente a privatização do bem-estar operada em termos hegemônicos e colonizadores. A fragmentação, seja qual for o aspecto destacado, representa um desafio, e torna cada vez mais complexo o seu revés nas políticas públicas, às quais caberia indicar um rumo para a “correção” frente à voracidade ou à irracionalidade do mercado. A importância do diagnóstico ante aos problemas a serem enfrentados, da forma como colocado por Fernando Lefèvre, retraduzindo Paulo Freire, possibilitaria dar um passo decisivo nas terapêuticas, dentro dos limites vigentes, relacionando escalas diferenciadas, como as que se encontram nas instâncias comunitárias, nas relações intersubjetivas, na esfera dos direitos humanos. Que terapêuticas seriam essas, se compreendidas no quadro das transformações capitalistas combinadas ao pensamento neoliberal das últimas décadas? Quando o planejamento urbano sofre a desregulamentação operada pelo neoliberalismo, quando a falta de controle sobre o uso e a ocupação do solo e a segregação urbana se

tornam cada vez mais um reflexo da crescente desigualdade social, que terapêutica seria dada ao impasse do colapso das cidades?

A lógica sanitária colocada em prática no período moderno, como vimos em algumas reformas urbanas empreendidas há mais de um século, inaugurando a “era do saneamento”, não parece ter sido revertida, salvo em períodos e contextos nos quais se fizeram adotar políticas relacionadas ao Bem-Estar. O *Welfare State* e a ideia do Estado-Providência consagraram direitos sociais em alguns países europeus e influenciou ações até mesmo em governos ditatoriais, como no Brasil, muito embora, o barateamento da força de trabalho jamais conseguiu fazer frente à industrialização com baixos salários e, por conseguinte, à “urbanização dos baixos salários” (Maricato, 2011: 13). O “rumo errático” das políticas públicas de transporte, de saneamento e habitação, como fala Ermínia Maricato ao tratar do declínio dos investimentos nessas áreas no Brasil a partir do início da década de 1980, foi em seguida orientado para as privatizações, seguindo acordo do governo federal com o FMI²⁰².

O retalhamento das grandes e médias cidades, que vamos tratar adiante, se considerados esses arranjos técnicos e políticos em escalas de mercado mais amplas e de acordos econômicos, se submete a uma lógica sanitária cada vez mais iatrogênica. Tal retalhamento reflete contradições entre escalas distintas de intervenções, o que resulta, no mais das vezes, no mal-estar generalizado em face do projeto moderno. Veremos como isso é tratado através da discussão do pós-moderno a partir de David Harvey, Fredric Jameson e outros autores que colocam em cena o “*cultural turn*” com a revitalização dos centros urbanos degradados. Notemos que essa degradação se refere ao quadro já esboçado pela conceituação de iatrogênese por Illich, porém, concentrando-se nas especificidades do capitalismo avançado destacando um “desvio” da economia por intermédio da cultura.

Revitalização de centros urbanos degradados: o mal-estar em face do projeto moderno

A principal entrada para a discussão da nossa atualidade é dada pela chave do pós-modernismo, através de uma tarefa de “reembaralhamento de valores e sentimentos pertinentes ao cotidiano”, tendo maior ressonância o aspecto cultural mais abrangente que o meramente estético e artístico. Segundo Fredric Jameson, assim se “desvia a atenção da economia, ao mesmo tempo que (se) permite que fatores econômicos e inovações mais

---

²⁰² “A Resolução n. 2.521 do Conselho Monetário Nacional subordinou os empréstimos do FGTS para a área do saneamento à orientação do Ministério da Fazenda. Empréstimos seriam feitos apenas com a contrapartida da privatização dos serviços. Uma tentativa de constituir um marco regulatório para o setor foi a Lei Federal n. 199, acordada pelas entidades envolvidas com o assunto, mas vetada na íntegra pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 1977. A ‘queda de braço’ que opunha interesses pró e contra a privatização do setor de saneamento impediu que se aprovasse um novo marco regulatório - o que aconteceu finalmente em 2007 - e essa área tão fundamental para a saúde, para o meio ambiente, para a economia, ficou indefinida por mais de duas décadas”. Maricato, 2011: 14.

recentes (em marketing ou propaganda, por exemplo, mas também na organização das empresas) sejam recatalogados sob o novo título”²⁰³. O centenário movimento moderno “atenuado” ou em extinção passa a caracterizar, no final dos anos de 1950 ou no começo da década seguinte, prognósticos, catastróficos ou redencionistas a respeito do futuro, “decretando” o fim da ideologia, da arte, das classes sociais, a crise do leninismo, da socialdemocracia, do Estado do bem-estar etc. Nesse conjunto de prognósticos é possível, segundo Jameson, configurar o que se denomina o pós-modernismo, exaurindo “o expressionismo abstrato em pintura, o existencialismo em filosofia, as formas de representação no romance, os filmes dos grandes autores ou a escola modernista na poesia”. “O que vem depois”, mas de imediato e de forma caótica e heterogênea corresponde a uma lista interminável de novos autores e escolas que vai de Andy Warhol e a *pop art* ao fotorealismo, da música de John Cage ao *punk rock* e *new wave*, do “pós-Godard” ao cinema experimental e o vídeo etc.

Contrapondo obras de arte do modernismo e do pós-modernismo, Jameson afirma que “a mudança na dinâmica da patologia cultural pode ser caracterizada como aquela em que a alienação do sujeito é deslocada pela sua fragmentação”: *O grito*, por exemplo, pintura do expressionista norueguês Edward Munch (1893), que representa uma figura andrógina em um momento de profunda angústia e desespero existencial, é comparada nos termos desse deslocamento com as grandes figuras de Andy Warhol (Marilyn Monroe ou Edie Sedgwick) ou as experiências com drogas e a esquizofrenia. Quanto à tecnologia da sociedade contemporânea, Jameson a referencia como “hipnótica e fascinante” por representar, na rede global descentrada do terceiro estágio do capital, instâncias de poder e de controle ainda mais difíceis de serem compreendidas por nossas mentes e nossa imaginação, daí sentir-se tentado a chamá-la de “paranoia *high-tech*”, ou de “conspirações labirínticas de agências rivais de informação”, dada a ligação de circuitos e redes de um computador global imaginário cuja complexidade está além da capacidade de leitura da mente humana normal.

Na arquitetura, entretanto, como fala Jameson, as modificações são mais dramaticamente evidentes, e seus problemas teóricos mais consistentemente abordados e articulados.

De modo mais decisivo do que nas outras artes ou na mídia, na arquitetura as posições dos pós-modernistas são inseparáveis de uma crítica implacável ao alto modernismo arquitetônico, a Frank Lloyd Wright e ao assim chamado estilo internacional (Le Corbusier, Mies van der Rohe, etc.). Aí a crítica e a análise formal (da transformação do edifício em escultura virtual, típica do alto modernismo, ou em um “pato” monumental, segundo Robert Venturi) incluem uma reavaliação do urbanismo e da instituição estética. Nessa ótica, atribui-se ao alto modernismo a responsabilidade pela destruição da teia urbana da cidade tradicional e de sua antiga cultura da vizinhança (por meio da disjunção radical de seu contexto ambiental do novo edifício utópico do alto modernismo), ao mesmo tempo que o elitismo e o autoritarismo proféticos do movimento moderno são implacavelmente identificados no gesto imperioso do Mestre carismático (Jameson, 2006: 28).

No quadro do pós-modernismo colocado acima, Jameson fala de um “populismo estético” no âmbito da arquitetura, a começar com *Learning from Las Vegas* (Aprendendo com Las

---

²⁰³ JAMESON, Fredric (2006). *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Título original: *Postmodernism, or, The cultural logic of late capitalism*. Duke University Press, 1991.

Vegas), de Robert Venturi, publicado em 1972²⁰⁴, livro que em linguagem irreverente pretendeu marcar o “apagamento” da fronteira entre a alta cultura e a cultura de massa ou comercial. Se “Aprender com Las Vegas” significa, por um lado, denunciar as ideologias do moderno, por outro revela o fascínio pelas imagens “degradadas” do *kitsch*, do brega, dos seriados televisivos, dos filmes “B” hollywoodianos, de subcategorias literárias, da biografia popular, das ficções científicas etc. Trata-se, entretanto, de uma ruptura que, segundo Jameson, “não deve ser tomada como uma questão puramente cultural”:

(...) de fato, as teorias do pós-moderno - quer sejam celebratórias, quer se apresentem na linguagem da repulsa moral ou da denúncia - têm uma grande semelhança com todas aquelas generalizações sociológicas mais ambiciosas que, mais ou menos na mesma época, nos trazem as novidades a respeito da chegada e inauguração de um tipo de sociedade totalmente novo, cujo nome mais famoso é “sociedade pós-industrial” (Daniel Bell), mas que também é conhecida como sociedade de consumo, sociedade das mídias, sociedade da informação, sociedade eletrônica ou *high-tech* e similares. Tais teorias têm a óbvia missão ideológica de demonstrar, para seu próprio alívio, que a nova formação social em questão não mais obedece às leis do capitalismo clássico, a saber, o primado da produção industrial e a onipresença da luta de classes. A tradição marxista tem, por isso, resistido com veemência a essas formulações, com a exceção significativa do economista Ernest Mandel, cujo livro *O capitalismo tardio* propõe-se não apenas a fazer a anatomia da originalidade histórica dessa nova sociedade (que ele considera como um terceiro estágio ou momento da evolução do capital), mas também a demonstrar que se trata aí de nada mais nada menos do que um estágio do capitalismo mais *puro* do que qualquer dos momentos que o precederam (Jameson, 2006: 28-29).

Jameson ressalta que o pós-modernismo na cultura, seja qual for o seu ponto de vista, é ao mesmo tempo, e necessariamente, uma posição política, implícita ou explícita, relacionada ao capitalismo multinacional em coexistência com uma série de características subordinadas umas às outras, mas que são diferentes, embora sendo dominante o aspecto cultural – ou sua “lógica” –, representado pela falta de profundidade (a cultura da imagem e do simulacro); pelo enfraquecimento da historicidade (tanto nas relações com a história pública quanto nas novas formas de temporalidade privada); pelo “novo tipo de matiz emocional básico” (“intensidades” ou teorias relacionadas ao sublime); pela relação com a tecnologia (uma das figuras do novo sistema econômico mundial) e também pela arte política. No acompanhamento de Jameson sobre a periodização estabelecida por Mandel são estas

---

²⁰⁴ Em português com o título *Aprendendo com Las Vegas*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. "O autor (Robert Venturi), juntamente com sua esposa Denise Scott Brown e seu colaborador Izenour, estendem as questões relativas ao significado da chamada cultura de massa. O argumento central era que arquitetos poderiam aprender muito com o estudo das paisagens populares e comerciais, mais do que com a perseguição de ideais doutrinários, teóricos e abstratos. O espalhamento urbano (...), a *strip*, a auto-estrada com comércios, postos de gasolina, entendida (...) O ornamento não deveria constituir um crime, como havia preconizado Adolf Loos em 1911 e o *kitsch* era bem vindo. Não é por acaso, também, que uma das ideias mais sugestivas do livro é a respeito das duas modalidades de arquitetura comercial: a loja decorada e o pato. Pato é pato mesmo, a idéia emblemática por uma loja em New Jersey que vendia carne de pato em um edifício em formato de pato, mas que podia ser estendida a lanchonetes em formato de hambúrguer ou similares – isso comunicava. Além disso, o livro argumenta que não há nada de errado em dar às pessoas aquilo que elas desejam em termos estéticos... *Aprendendo com Las Vegas* é, contudo, um livro afirmativo, que preconiza o lugar o *kitsch*, do feio, da rota 66, do popular suburbano no universo de referência do arquiteto". Rubino, 2003. “Quando o pós-modernismo era uma provocação”. Disponível em <www.vitruvius.com.br>

algumas das características que demonstram “algo novo e historicamente original” no capitalismo tardio²⁰⁵.

Quanto à discussão sobre a arquitetura que pretende romper com as tipologias do alto modernismo, tal como os geógrafos David Harvey e Edward Soja, Jameson cita os projetos dos arquitetos Charles Moore, Michel Graves e Frank Gehry como representativos de uma “originalidade do espaço pós-moderno”, exemplos de mutações do próprio espaço construído mas, também, de interferências espaciais nas quais nós mesmos nos inserimos. O Hotel Bonaventure, construído no centro de Los Angeles entre 1974 e 1976 pelo arquiteto e empreiteiro John Portman, tornou-se um ícone da representação dessas estruturas espaciais no capitalismo tardio. Em *Postmodern Geographies* (1989), Soja o descreve como um “objeto fragmentado e fragmentador, homogeneizado e homogeneizador”, espécie de pacote compartimentalizado percebido como espaço de enclausuramento ou encarceramento, onde tudo de uma microcidade parece estar disponível, porém, difícil de ser encontrado, pois suas superfícies reflexivas desconcertam nossa orientação cognitiva e nos submetem à confusão, tanto interna como externamente ao edifício. Esse “edifício-cidade”, como fala Jameson, aspira ser um espaço total, um mundo completo, ao mesmo tempo em que corresponde a uma prática coletiva em que os indivíduos se movem e se congregam em uma modalidade historicamente original de “hipermultidão”: o Bonaventure de Portman, nesse sentido, parece não querer ser parte da cidade, mas seu equivalente ou substituto. O ponto crucial de um objeto assim colocado é que ele não ativa nem transforma o seu entorno, que permanece degradado: não se espera desse tipo de arquitetura, portanto, “nenhum outro efeito, nenhuma transformação utópica protopolítica”, como apostava a utopia e a radicalidade do Estilo Internacional. Uma descrição detalhada do Hotel Bonaventure comparece em quase todos os textos que discutem o imbricamento da arquitetura e do urbanismo pós-modernos nos termos dessa experiência espacial de “novo *medium*”, invariavelmente relacionando o edifício, suas quatro torres e suas entradas diferenciadas com suas alegorias internas e seu *kitsch*, o que se coaduna com as novas formas de pensar, organizar perceptivelmente o espaço circundante e mapear cognitivamente o espaço construído.

Em *The condition of Postmodernity*, publicado em 1989, Harvey acompanha as abordagens de Soja e Jameson enumerando projetos pós-modernos equivalentes ao Bonaventure, ao que ele chama de “populismo de mercado”, apontando a alocação de mercado de terra no enquadramento da paisagem urbana por esses novos padrões de conformidade. Harvey

---

²⁰⁵ “Essa periodização embasa a tese central do livro de Mandel, O capitalismo tardio; a saber, que houve três momentos fundamentais no capitalismo, cada um marcando uma expansão dialética com o estágio anterior. O capitalismo de mercado, o estágio do monopólio ou do imperialismo, e o nosso, erroneamente chamado de pós-industrial, mas que poderia ser mais bem designado como o do capital multinacional. Já ressaltei que a intervenção de Mandel no debate sobre o pós-industrial envolve a proposição de que o capitalismo tardio, ou multinacional ou de consumo, longe de ser inconsistente com a grande análise do século XIX de Marx, constitui, ao contrário, a mais pura forma de capital que jamais existiu, uma prodigiosa expansão do capital que atinge áreas até então fora do mercado. Assim, esse capitalismo mais puro de nosso tempo elimina os enclaves de organização pré-capitalista que ele até agora tinha tolerado e explorado de modo tributário. Nesse aspecto, sentimo-nos tentados a falar de algo novo e historicamente original: a penetração e colonização do Inconsciente e da Natureza, ou seja, a destruição da agricultura pré-capitalista do Terceiro Mundo pela Revolução Verde e a ascensão das mídias e da indústria da propaganda. De qualquer modo, fica claro que minha própria periodização cultural dos estágios do realismo, modernismo e pós-modernismo é inspirada e confirmada pelo esquema de Mandel”. Jameson, *op. cit.*: 61-62.

denuncia como “errônea e injusta” a descrição de “puros fracassos” que fazem os representantes do pós-moderno sobre as realizações dos modernistas que propuseram o desenvolvimento e o redesenvolvimento urbano no pós-guerra. Ele concorda, entretanto, com a crítica antimodernista de Jane Jacobs (*The death and life of great American cities*, publicado em 1961) no exame da cena urbana como fora reconstruída por ela, exemplificada pelos projetos de moradias para os pobres que se tornaram centros de delinquência, de vandalismo e de desamparo social, ao invés de reverter as favelas que pretendiam substituir; projetos de habitação para a classe média considerados de estupidez e sujeição da vida na cidade; projetos de habitações de luxo que recaem sobre a vulgaridade; centros cívicos que acabam habitados por “vagabundos”; centros comerciais como os *shoppings* padronizados; calçadas que vão do nada a lugar nenhum e por isso mesmo são pouco ou nunca utilizados; vias expressas que desfiguram a paisagem urbana, enfim, tudo o mais que Jacobs trata como “devastação de cidades” (Soja, 1989: 243-244). Contudo, o fetichismo evidente da arquitetura e do urbanismo dos pós-modernistas tampouco veio a alterar esse quadro, muito pelo contrário, pois no populismo dessa virada ficam claras as vantagens superficiais que de modo algum, como fala Harvey, são suficientes para atender às queixas de Jane Jacobs. O combate antimodernista pelo ativismo comunitário que caracteriza a obra de Jane Jacobs é tratado por Marshall Berman “Na Floresta de Símbolos” de Nova York: ao analisar esse “profético” texto de Jacobs, embora também concorde com seu ativismo contra as depredações de caráter rodoviarista efetuadas por Robert Moses, Berman acaba denunciando as considerações de Jacobs como que imaginadas a partir de um “Planeta Jacobs”, isto é, de um mundo totalmente distinto do seu Bronx, mas sim dos quarteirões do East Village de Jacobs, que “abrange desde sólidos trabalhadores brancos, na base, a profissionais liberais brancos de classe média, no topo”²⁰⁶.

O espaço vivenciado como um labirinto de prazeres nesse tipo de arquitetura se replicou como uma epidemia. Houve, portanto, uma aceitação incontestada desse tipo de arquitetura por parte dos cidadãos-usuários. Jameson afirma que o Bonaventure de Portman saiu-se muito bem, tornando-se logo um edifício popular, visitado com entusiasmo pelos habitantes locais e por turistas. John Portman Jr. projetou e construiu também vários hotéis *Hyatt Regencies*, o *Peachtree Center* em Atlanta e o *Renaissance Center* em Detroit. Homem de negócios, milionário empreendedor, Portman é ao mesmo tempo arquiteto e um bem-sucedido capitalista. Seu *Peachtree* em Atlanta, cuja construção iniciou-se nos anos 1970, reúne mais de dez torres que abrigam desde escritórios a centro de convenções e *shopping center*, conectados por *skybridges* para que seus usuários, então “insulados”, não precisem inteirar-se com as ruas da cidade. Salvo o uso das novas tecnologias que propiciam a multiplicação cada vez mais rápida desses enclaves urbanos, lembramos que a ideia de minicidade, onde todas as necessidades de trabalho e lazer podem ser sanadas, provém de mais longa data, sendo o *Rockefeller Center* de Nova York o pioneiro já na década de 1930, com seus quase 90 mil metros quadrados em Midtown Manhattan, compostos por nada menos que 19 edifícios e uma praça aberta que tornou-se um dos centros turísticos mais concorridos da cidade. As inúmeras cópias desses centros que representam o paraíso do conforto e da segurança chegam aos nossos dias mais ou menos definidas como espaços

---

²⁰⁶ Para esta crítica de Berman a Jane Jacobs, ver o capítulo “Na Floresta de Símbolos: algumas notas sobre o modernismo em Nova York”. Berman, 2007: 336-410.

semipúblicos, definitivamente privados e dotados de controle informatizado que deixariam Jeremy Bentham, fosse ele vivo, sentir o gosto da recriação de seu panóptico.

O Movimento Moderno, onde quer que tenha se estabelecido e seja qual for a sua vertente doutrinária, foi sempre acompanhado de empreendimentos imobiliários dos mais diversos, alterando drasticamente as tipológicas arquitetônicas do passado, reconstruindo e ampliando as estruturas urbanas, incluindo a cultura do lazer marcadamente como objeto de interseção com o consumo. As subseqüentes exposições universais desde a Primeira Exposição da Produção Internacional realizada na Inglaterra, no Palácio de Cristal (1851), propiciaram a exibição de produtos da mais avançada indústria no interior de ambientes arquitetônicos inebriantes aos visitantes, cativando-os para o efetivo consumo. Nessas exposições, os inúmeros produtos então dirigidos ao atendimento das massas consumidoras consagraram “a concepção de locais de grande concentração de público para exploração do lazer pela atração da mercadoria”. As exposições “comandavam o lazer”, como afirma Maria Irene Szmrecsányi (*Uma pós-modernidade secular?*, 2004), porém, não foram “a única origem dos espaços de espetáculo da mercadoria como locais e fontes privilegiadas”. Szmrecsányi coloca também as grandes lojas de departamentos surgidas em Paris e os parques de diversão como os de Conney Island, em Nova York, Las Vegas e Hollywood no conjunto dessas então ilhas de recreação transformadas em territórios de “produção de sonhos e realização de fortes emoções para as massas” (Szmrecsányi, 2004).

Dos ambientes construídos para as exposições (depois demolidos ou abandonados) aos grandes edifícios destinados ao consumo, como os grandes magazines e os parques de diversões, a série de empreendimentos voltados ao lazer e ao consumo mostra claramente uma abertura para um novo mercado. A variedade dos empreendimentos inclui os parques temáticos espalhados por todo o mundo, valendo-se da recriação de velhos mitos e da criação de novos, em grande parte ostensivamente e sem limites na oferta de prazer e aproveitamento das férias compulsórias estabelecidas pelo regime de trabalho. Na conquista de novas fontes de organização econômica, muitos desses empreendimentos foram e continuam sendo monopolizados por grupos que enriqueceram em oportunidades de investimento ou crescimento econômico. O mundo concreto desse tipo de empreendimento no cenário das cidades traduz, como lembra Maria Irene Szmrecsányi, a “destruição criativa do capital”, conforme nomeada por Schumpeter (1984). Esses projetos e realizações por parte dos empreendedores, que são os verdadeiros agentes de “inovação e de destruição criativa” produzem empregos, elevam rendas e resultam em progresso econômico geral. Tais negócios liberam “energias criativas”, transformando tudo em objeto e lucro, no entanto, grande parte fracassa, prejudicando indivíduos e comunidades inteiras e deixando seu rastro de abandono no tecido das cidades. Os efeitos colaterais desse processo destrutivo serão compreendidos no contexto e na capacidade de se reinventar por parte de novos empreendedores.

Centros de cidades abandonados e degradados após as primeiras intervenções urbanas modernistas tornaram-se alvos de interesse na onda dos novos empreendimentos, solicitando, então, a “destruição criativa”, com demolições para erigir sobre terra limpa complexos imobiliários privados, não raro unidos a *shoppings centers*, teatros, casas de shows, galerias de arte, capela ou qualquer equipamento semipúblico que, por sua vez,

requer do poder público obras de envergadura para mitigar efeitos indesejáveis no trânsito local e outros impactos de vizinhança. As soluções estéticas para tais empreendimentos buscam nos códigos e símbolos de distinção social uma heterogeneidade de estilos sob discursos tão heterogêneos como o próprio “gosto” de quem as escolhe. O desenho de um novo empreendimento não raro segue padrões tecnológicos avançados e conflitantes com o de seu entorno, delimitado por um perímetro específico no tecido da cidade, que raras vezes acompanha as tipologias existentes, destacando-se na paisagem urbana propositadamente como marca distintiva, como sempre ocorreu no sentido do “pinturesco”.

Harvey observa, a partir do catálogo *Post-modern visions* (1985), do editor Heinrich Klotz, que na produção do grupo Office for Metropolitan Architecture – OMA, destacam-se “obras gráficas e arquitetônicas caracterizadas pela colagem de fragmentos da realidade e estilhaços de experiência enriquecidos por referências históricas” (Klotz *apud* Harvey, 2007: 83). “Estilhaços de experiências”, portanto, reunindo sensações do presente e fragmentos de referências históricas: talvez seja essa a melhor expressão para sintetizar o que queremos dizer neste tópico do capítulo, referindo-nos ao mal-estar em face do projeto moderno.

Seguiremos com um cardápio de arquiteturas e projetos urbanos pós-modernos que mostram o empreendedorismo tal como no conceito schumpeteriano de destruição criativa, resultando em construções apartadas do contexto urbano, caracterizadas como retalhos ou fragmentos de cidades. Em alguns casos, como veremos, as iniciativas passam por associações entre o poder público e os agentes privados detentores do capital ou detentores de terras, ou ainda daqueles que veem oportunidades em comprar determinados lotes de terras no interior ou próximos dos locais onde se pretendem as intervenções planejadas. Outro atrativo decorre de intervenções planejadas para avizinhar-se de centros urbanos que guardam bens imóveis tombados como valor histórico e artístico, nas quais o aproveitamento turístico se volta a discursos ainda mais complexos. Reunindo as abordagens já feitas sobre o desenvolvimento geográfico desigual e as ações competitivas do mercado nas mãos dos empreendedores capitalistas resta-nos, para o escopo do capítulo, destacar neste cardápio algumas especificidades, tanto pela integração entre o poder público e o privado, com maior ou menor grau de participação ou aceitação da sociedade, como ainda pelos aspectos temáticos que diferenciam as intervenções.

A cidade em retalhos: os Grandes Projetos Urbanos da atualidade

Vivemos envoltos em correntes neoliberais e na ciranda da “arquitetura financeira”. Nesse contexto, as redes informacionais altamente sofisticadas colocam as cidades em desgoverno abandonando o planejamento racional preconizado pelo Movimento Moderno. No Brasil, os problemas urbanos se agravaram no decorrer do século XX em decorrência não da falta de planejamento, mas pelo desprestígio destes por parte da elite, “que não era suficientemente hegemônica para divulgar e impor seu plano”, como fala Ermínia Maricato

(2007)²⁰⁷. Chegamos aos nossos dias, portanto, enfrentando os modelos de projetos ditos “cirúrgicos”, como se vê através das chamadas Operações Urbanas Consorciadas, plenas de controvérsias que podem ser constatadas nos acordos entre o poder público e a especulação imobiliária. Enquanto isso, se avoluma nas grandes cidades a maior parte da população desprovida de condições básicas de sobrevivência, reivindicando salubridade em seus territórios de permanência compulsória, quer em favelas distantes, quer em cortiços nas frestas centrais e a solicitar, enfim, o direito à cidade, onde teoricamente se gozaria da melhor saúde possível. Evidencia-se ainda a parca participação dos cidadãos no controle das políticas públicas, o que resulta no agravamento de imensas áreas ainda não contempladas com transporte público adequado, saneamento básico e infraestrutura urbana. Para completar, nas regiões centrais das cidades os problemas sociais ainda se veem ante a velha ordem higienista, embora hoje a expulsão dos pobres seja conceitualmente definida por gentrificação.

As cidades tornaram-se “balcões de negócios” na livre concorrência de mercado. Nas palavras de David Harvey, isso corresponde ao encaminhamento das políticas públicas caracterizadas pelo “empresariamento” dos espaços urbanos. O geógrafo utiliza essa expressão para falar de uma nova matriz exemplificada pelo caso de Baltimore, no Maryland, cuja administração municipal, na década de 1970, se aliou a um grupo de empresários para tratar da “regeneração” de seu centro, após uma onda de destruições e posterior abandono (Harvey, 1996)²⁰⁸. O resultado dessa aliança ou parceria entre o setor público e a iniciativa privada foi a transformação do centro de Baltimore, com seu *Harbor Place* ancorado numa elegante marina, entre outros atrativos destinados ao consumo, ao lazer e ao entretenimento. De Baltimore para outras cidades norte americanas e destas para o mundo, o modelo estratégico²⁰⁹ obteve repercussão e esse tipo de empresariamento tornou-se, então, o novo planejamento urbano. Nasce aí o *city marketing*, como reforça Otília Arantes, emprestando de Harvey o conceito de empresariamento para suas análises iniciais sobre os negócios que acompanharam as transformações de Berlim e Barcelona (Arantes, 2012).

Na perspectiva de “colocar a cidade no novo mapa do mundo”, como fala Fernanda Sánchez (*A reinvenção das cidades para um mercado mundial*, 2010), ou em busca da recuperação de sua legitimidade, essas novas formas de “fazer cidade” revelam os elos ativos entre a política, a cultura e a promoção do espaço, evidenciando a mudança cultural relacionada à condição pós-moderna com a presença de novos atores no campo das políticas de comunicação e a apropriação, por parte de atores econômicos privados, do discurso hegemônico sobre as cidades (Sánchez, 2010: 29-33)²¹⁰. Assim colocada, a “mudança

---

²⁰⁷ Para um aprofundamento sobre os planos de desenvolvimento, de saneamento, urbanísticos, os planos diretores regionais e municipais, entre outros que marcaram os governos da República Velha, do Estado Novo, bem como do período do regime militar até os anos 1990, ver Villaça, 1999.

²⁰⁸ Artigo originalmente publicado em *Geografiska Annaler*, 71B (1989).

²⁰⁹ “(...) é bom não perder de vista a origem militar da palavra estratégia, que da esfera semântica da guerra econômica foi transplantada, com involuntária precisão, para um urbanismo que pelo menos confessa precisar de adversários”. Arantes, 2012: 22.

²¹⁰ Esses aportes estão baseados em inúmeros trabalhos de autores marxistas que se ocupam da questão urbana como Henry Lefebvre, David Harvey, Manuel Castells, Fredric Jameson, Jean-François Lyotard, Mike Davis, Ann Kaplan, Saskia Sassen, Catherine Bidou-Zachariasen e, no Brasil, Ermínia Maricato, Otília Arantes, Carlos Vainer, entre outros.

cultural" tornou-se uma discussão da qual fazem parte autores que se ocupam da questão urbana como David Harvey, Manuel Castells, Fredric Jameson, Jean-François Lyotard, Mike Davis, Ann Kaplan, Saskia Sassen, Catherine Bidou-Zachariasen, Neil Smith e, no Brasil, Ermínia Maricato, Otília Arantes, Carlos Vainer, entre outros, sendo os Grandes Projetos Urbanos ou os megaeventos parte dessa discussão. A “racionalidade empresarial” na administração dos negócios públicos fez com que as cidades se caracterizassem como empresas em si mesmas, porém, pensadas e incrementadas aos retalhos, isto é, em perímetros delimitados onde se implantam arquiteturas espetaculares, variadas em estilos e despertando atenção para o uso de materiais e tecnologias mais avançadas. É nesse contexto que aparecem os chamados Grandes Projetos Urbanos, ligados aos princípios das Operações Urbanas Consorciadas, com suas espacializações ordenadas em perímetros determinados, estabelecidos por leis de zoneamento específico e, por isso mesmo, caracterizados como retalhos ante a realidade local e regional.

As chamadas “parcerias público-privadas” partem da adoção de princípios e fórmulas extraídos dos chamados *Business Improvement Districts* – BID, organizações de caráter privado mantido por contribuições compulsórias dos proprietários urbanos de um perímetro definido e que são revertidas em investimentos e serviços nessas áreas. Conforme Sombini e Silva, a “transferência” desse modelo ressalta que o planejamento territorial e a gestão das cidades defende a insuficiência do Estado e o avanço do mercado da política urbana, o que “sinaliza a necessidade dos agentes privados assumirem parte da responsabilidade sobre as áreas em que estão instalados, apontando para uma forma sutil de privatização da cidade, por meio de um tipo particular de terceirização da gestão urbana e do avanço do controle privado sobre os espaços públicos”.²¹¹ No Brasil, sob a alcunha de Operações Urbanas Consorciadas²¹², o conjunto dessas intervenções é coordenado pelo Poder Público municipal, teoricamente com a participação de proprietários, moradores locais, usuários permanentes e investidores privados, objetivando transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental. As ideias relacionadas às parcerias público-privadas compreendem instrumentos legais no sentido de constituir uma “gestão urbana compartilhada” ou “governança”, o que se faz com o deslocamento de abordagens focadas no conceito de governo para um conceito mais abrangente, ao incorporar atores não

---

²¹¹ SOMBINI, Eduardo Augusto Wellendorf e SILVA, Adriana Maria Bernardes. *Modelos urbanos em transferência: a Aliança pelo Centro Histórico (São Paulo, Brasil) e a difusão internacional dos Business Improvement Districts*. Neste artigo, Eduardo Sombini e Adriana Bernardes Silva analisam a criação de Áreas de Revitalização Econômica (AREs), uma versão nacional dos BIDs, como proposta no programa de gestão urbana em funcionamento em São Paulo através da Associação Viva o Centro. Os autores se referem ao programa não inserindo-o como formalmente um BID, mas explicitando a iniciativa desse modelo internacional destinado ao Centro Histórico pela ação de “transferência” deliberada da AVC.

²¹² As Operações Urbanas Consorciadas fazem parte de um instrumento de política urbana previsto na Lei n. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade, art. 4. e 32). São conhecidas as OUC de São Paulo denominadas Faria Lima, Águas Espraiadas, Água Branca, todas elas geradoras de polêmicas quando da erradicação de favelas e outros impactos socioambientais em seus perímetros. No Rio de Janeiro a Operação Urbana Porto Maravilha se pretende à “revitalização” da antiga área portuária e se une a outras intervenções de grande porte em face dos preparativos para a Copa do Mundo e das Olimpíadas. Eduardo Nobre (FAU USP) registra que o conceito de Operação Urbana surge em São Paulo com o Plano Diretor de 1985: “Em função da limitação do Poder Público para atuar no processo de urbanização, o Plano sugere a Parceria Público-Privada com o intuito de minimizar gastos” <www.fau.usp.br/docentes/de_projeto/e_nobre/pos_grad/aula_10.pdf>.

estatais: “Isso implica no estabelecimento de regras, normas e condutas que refletem valores e visões de mundo daqueles indivíduos sujeitos a esse marco normativo”(Jacobi, 2013: 12).

Os resultados dessa “governança”, contudo, dependem do consenso entre atores sociais ou *stakeholders* respaldados por seus interesses²¹³. Leis de zoneamento, planos diretores, incentivos fiscais, normas edilícias e cobranças tributárias compõem, em seu conjunto, nos “instrumentos urbanísticos” sobre os quais o Poder Público se ampara legalmente para intervir nas dinâmicas urbanas e nas formas de uso e ocupação do solo. Regulamentando e controlando, ou direcionando sua eficácia, no entanto, esses instrumentos, no Brasil, enfrentam um difícil desafio enquanto política pública.

Exemplo de tentativa de aplicação, pela primeira vez no Brasil, a chamada concessão urbanística (Lei n. 14.918, de 07 de maio de 2009) foi alçada como instrumento para o projeto Nova Luz de São Paulo. No prefácio de *A Batalha pelo Centro de São Paulo* (Souza, 2011), primeira pesquisa publicada acerca da concessão urbanística para o Nova Luz, João Sette Whitaker Ferreira defende a concessão, porém, diz não entender que possa ser legal “transferir à iniciativa privada uma prerrogativa tão básica do Poder Público, a de fazer desapropriações”. Completa Ferreira que “também não é aceitável um instrumento que sirva para dar ao mercado a iniciativa do projeto urbano, por meio de uma licitação”, uma vez que “o Estado tem legitimidade para isso porque foi eleito para tal (e) ninguém, em contrapartida, elegeu a empresa que, por critérios incertos, ganhou uma licitação que lhe permite dizer como será o Centro de São Paulo”. Uma verdadeira “governança”, então, deve ser praticada em todas as suas etapas, sendo a participação da sociedade civil inserida na origem e no desenvolvimento de todas as etapas de projeto, como forma de acatar positivamente os conflitos, minimizar impactos negativos e promover o sentido de pertencimento nas políticas públicas democráticas. Voltaremos a essa questão da concessão urbanística na parte 2 desta tese.

Com o empresariamento urbano, no mais das vezes os *stakeholders* não são outros que não os grandes empreendedores, os grandes proprietários de terras, as empresas construtoras dotadas de “*expertise*”, os agentes financeiros que se movem em conjunto com as instituições internacionais financiadoras de “pacotes” de insumos como o FMI, Banco Mundial, o BID etc., através de ações políticas de desregulamentação econômica. Cabe então não menosprezar a condução gentrificadora nesses projetos, uma vez configurados junto a esses órgãos especializados de desenvolvimento imunes aos vetos locais. Segundo Mike Davis, a tarefa desses órgãos não é outra senão a de “limpar, construir e defender ilhas de cybermodernidade em meio a necessidades urbanas não atendidas”, o que contribui para o subdesenvolvimento em geral (Davis, 2006: 106).

---

²¹³ O sociólogo Pedro Jacobi define a governança como um novo modo de governar que difere dos modelos hierárquicos tradicionais, em que as autoridades de estado exercem controle soberano sobre as pessoas e grupos da sociedade civil: “A Governança Ambiental pode ser desdobrada em sua dimensão instrumental e de compartilhamento baseada na participação ampliada em todos os processos, o que demanda o envolvimento ativo de todas as partes interessadas (*stakeholders*) em agendas pautadas pela busca de cooperação e consenso”. Jacobi, 2013: 12.

Os Grandes Projetos Urbanos envolvem custos extraordinários e deve-se também a isso a sua divisão por etapas ou “faseamento”, como diziam os promotores do projeto Nova Luz em São Paulo. No compasso desse “faseamento”, cada passo pode ultrapassar gestões inteiras de governo e, conseqüentemente, mudanças políticas e econômicas, sendo os empreendimentos, portanto, envolvidos por riscos e expectativas de garantia para que seus objetivos sejam alcançados. Ainda que esses projetos estejam compatibilizados com os planos diretores, com as leis de zoneamento, de uso e ocupação do solo e com os seus respectivos e obrigatórios estudos e relatórios de impacto socioambiental, o histórico das renovações urbanas pretéritas reforçam a ideia de que a dinâmica das cidades é sempre imprevisível, além de influenciável pela “destruição criativa”, daí a necessária participação da sociedade civil já na origem das formulações dos projetos, sobretudo em áreas densamente ocupadas ou de preservação incontestes.

Independentemente da área de intervenção, um Grande Projeto Urbano deve ser tomado por essa denominação pelo seu impacto socioambiental. Ignorando essa questão, que envolve também os aspectos culturais de caráter imaterial, torna-se falacioso o argumento preconizado nas últimas décadas de que uma intervenção grandiosa pode servir-se de “âncora” para a “revitalização” de áreas degradadas, o que se comprova pelos equipamentos ou conjuntos de obras arquitetônicas elevados a essa dimensão de “âncora” e que acabaram apartados do entorno, mantendo suas atividades na condição de ilhas exclusivas e acessíveis somente sob forte aparato de segurança: o caso da Região da Luz em São Paulo é ilustrativo, o que veremos adiante, na parte 2 desta tese.

Pequeno cardápio de Grandes Projetos Urbanos

A apresentação de um cardápio de Grandes Projetos Urbanos nas últimas décadas poderia começar pelo histórico das reformas, ampliações ou construções de novos museus de arte nas cidades norte-americanas e europeias. Neste cardápio, esses novos museus seriam “iscas culturais” na renovada animação das cidades, como fala Otília Arantes em *Uma estratégia fatal* (2007). Impossível não mencionar a inauguração, em 1977, do *Beaubourg* em Paris, o *Centre national d'art et de culture Georges-Pompidou*, que abriga museu, biblioteca, teatro e outros equipamentos culturais. Desenhado pelo arquiteto italiano Renzo Piano em parceria com o inglês Richard Rogers, a arquitetura *high-tech* do *Beaubourg*, inspirada na arquitetura industrial ou fazendo de seus componentes a própria fachada (dutos de ar-condicionado, elétricos e de água, escadas rolantes e sistema estrutural em aço), representou um marco da arquitetura pós-moderna, sendo até hoje um dos lugares mais visitados da capital francesa. Até meados da década de 1980, somente na ex-Alemanha Ocidental, foram construídos uma dúzia de museus em diferentes cidades, reunindo acervos importantes de arte moderna e contemporânea no interior de arquiteturas pós-modernas.

Em *The New German Museums* (1985), David Galloway comenta sobre o eufórico boom dessas construções não desprezando os custos bilionários: comparando o fenômeno com as construções das catedrais na Idade Média, Galloway lembra que os jornalistas passaram a

elevar os museus à “templos de cultura”, ou a chamá-los de “novas catedrais do século XX”.

Podemos destacar entre esses novos museus alemães a ampliação do *Wallraf-Richartz Museum*, depois separada deste e denominada *Ludwig Museum*, construída para abrigar a doação de 350 obras de arte do pós-guerra pertencentes ao empresário e colecionador Peter Ludwig. Foi inaugurado em 1986, a partir de projeto dos arquitetos Peter Busman e Godfried Haberer. Os 9 mil metros quadrados que totalizam suas salas de exposição simulam externamente uma sequência de “vagões metálicos” de forte contraste com a catedral gótica ao lado, embora compatíveis com as estruturas de ferro da estação de trem e da ponte sobre o rio Reno justapostos ao complexo. Já na *Staatsgalerie Stuttgart*, o desenho de James Stirling e Michael Wilford carrega de tal forma o estilo eclético e a profusão de materiais e cores típicos de um pós-moderno à Las Vegas que, independentemente de seu rico acervo de obras contemporâneas, desde sua inauguração, em 1984, passou a ser refutado pelos críticos, muito embora celebrado por milhares de turistas. Em sua maioria financiados e suportados pelo governo alemão, esses novos museus-espetáculo partiram de concursos públicos desde meados da década de 1970, configurando a iniciativa estatal um paralelo com o plano de grandes obras francesas do governo François Mitterrand na década de 1980. Em contraste com a descentralização característica da Alemanha, as obras francesas foram estrategicamente localizadas em Paris (Museu d'Orsay, o Grande Louvre, Ópera da Bastilha, Arco de La Défense, Ministério das Finanças, Parque de La Villete, Instituto do Mundo Árabe, entre outras), na tentativa de reconquistar o espaço de capital cultural e turística da Europa.

Na década seguinte, a obra máxima elevada à categoria de “catedral cultural” foi o *Museo Guggenheim Bilbao* projetado pelo arquiteto canadense Frank Gehry. Inaugurado em 1997, o museu tornou-se atração internacional, deslocando para esta então decadente cidade da Espanha milhares de turistas ávidos para interagir com a eloquente arquitetura de Gehry. Ao contrário do *Beaubourg*, como fala Pedro Arantes, que é “um elogio e uma paródia do *high-tech* (...), uma aula pública sobre o comportamento das estruturas e o funcionamento do edifício”, na obra de Gehry em Bilbao “a expressividade do edifício está na sua superfície reflexiva e nos volumes que a conformam e permitem luminosidades diferentes e mutantes” (Arantes, 2012a). Depois de Bilbao, Frank Gehry representa a estrela maior dentre os arquitetos do *star system*, ou dentre aqueles que passaram a ser distinguidos pelo *Pritzker Prize*, popularmente conhecido como o prêmio “Nobel da arquitetura”. O fascínio ante as estruturas que alteram a perspectiva clássica levou Gehry a projetar, ainda na década de 1980, o *Walt Disney Concert Hall* de Los Angeles, inaugurado em 2003, após 16 anos de construção.

Museus, centros culturais, salas de concertos, teatros ou os equipamentos que passaram a ser chamados de “complexos culturais” continuam sendo as “iscas” preferidas nos cardápios das cidades. Esses templos sagrados, no entanto, não se restringem somente à fruição de obras de arte, pois valendo-se da “criatividade” no campo da cultura, podem envolver desde artefatos produzidos pela indústria até mesmo fenômenos naturais. O que importa é explorar tudo isso em termos de entretenimento, lazer e mesmo de ócio. Mais recentemente, um museu futurista desenhado pelos arquitetos austríacos Elke Delugan-Meissel e Roman Delugan exhibe em Stuttgart, na Alemanha, para o êxtase de milhares de

visitantes diários, modelos produzidos pela indústria automotiva Porsche. Já em Bremerhaven, no norte do país, o *Klimahaus*, prédio com o formato de bote inflável desenhado pelo escritório Klumpp, dedica nada menos que 1,2 quilômetros de exposição onde se reproduz a sensação de visitar diversas regiões do planeta, com temperaturas que vão de 6 graus negativos até 40 graus, “típicos de regiões desérticas”.

Edifícios emblemáticos como esses fazem parte de um cardápio milionário, invariavelmente assinados por arquitetos de grife que investem em tecnologia informatizada para chegar às novas formas-fetice e, assim, como fala Pedro Fiori Arantes, ocupar o papel de “exceção” na difusão da “grande arquitetura”.

Eles são os arquitetos-estrela, os super-heróis da nossa profissão e difusores da ideologia da “grande arquitetura” como fato urbano excepcional (ou de exceção). Possuem escritórios cada vez mais geridos como empresas, participam de concursos midiáticos, tem senso aguçado de oportunidade, movimentam o debate cultural, escrevem, induzem campanhas publicitárias e são divulgados mundialmente nas revistas de arquitetura, ocupando o imaginário dos demais profissionais e, sobretudo, dos estudantes, como modelos a seguir. Neles estão resumidas as promessas que a disciplina ainda é capaz de fazer enquanto “faculdade” que estimula a fantasia construtiva das classes dominantes (Arantes, 2012: 17-18).

Segundo Pedro Arantes, os museus, uma vez reconhecidos como monumentos, se constituem como “fatos primários” da cidade e têm em sua rentabilidade o “segredo” da manutenção do monopólio, e por serem, no geral, exceção às regras de uso e legislação do solo:

Do ponto de vista da acumulação capitalista, (as obras desses arquitetos-estrela) são exceções e não a regra na produção social do espaço. Exceções em diversos sentidos. Embora respondam por menos de 0,1 % da produção arquitetônica mundial, ocupam a quase totalidade das revistas especializadas, das exposições e prêmios, além de se tornarem parâmetros para o sucesso profissional. O tipo de valorização que promovem é de outra natureza que a do mercado imobiliário *stricto sensu*. Essas obras, em geral, não estão diretamente à venda, apesar de muitas vezes fazerem parte das estratégias de “cidades à venda” ou da valorização das marcas. Seu valor de uso é o de representação e distinção. Elas não compõem o tecido urbano corriqueiro e, em geral, não precisam obedecer às legislações de uso do solo. São exceções que pretendem constituir-se em ‘fatos primários’ da cidade e reconhecidos como monumentos, mesmo quando a encomenda é privada. A renda que geram é similar, porém diferente, da renda fundiária. É uma renda monopolística intrínseca à sua forma arquitetônica única e espetacular (Arantes, 2012: 18).

A sedução exercida pelas obras espetaculares de “exceção”, de fato ocupa excessivo peso e tempo de trabalho nas disciplinas de projeto e de urbanismo dentro das escolas. Arquitetos renomados invariavelmente servem de “referências” à grande maioria desses exercícios projetuais, sendo quase que uma regra copiá-los ou entendê-los como fonte imprescindível de consulta. Estimulando tais fantasias construtivas, pode-se compreender o quão fecundo é esse tipo de tratamento ideológico e a distância que se cria, com isso, da real abordagem acerca dos grandes problemas sociais urbanos.

Essa seção apresenta brevemente o papel comprometedor exercido nas disciplinas de projeto. Na grade curricular dos cursos de graduação, não raro as disciplinas de projeto adotam como exercício projetual inaugural o desenho de um museu ou de um centro cultural. Já nos primeiros semestres, esse tipo de projeto torna-se praxe para o jovem ingressante: com planta, corte, elevação e maquete o aluno se encanta com o seu “primeiro museu”: revirou vários livros e revistas na biblioteca da escola e pôde “escolher”, como “referência”, por exemplo, “aquele do olho” (de Oscar Niemeyer, em Curitiba). O projeto de uma hipotética casa de família rica vem logo em seguida, assumidamente com o propósito de fazer o aluno pensar e desenhar livremente estruturas tecnológicas sem ter de se ater a um limite de custos. O terreno dado é o mesmo que o “daquela casa da cascata” (de Frank Lloyd Wright, em Mill Run, na Pensilvânia). O programa inclui quartos para o casal, para os filhos, para hóspedes, salas, biblioteca para 3 mil volumes, obras de arte, garagem, piscina etc.

Em algum momento do curso poderá a disciplina de arquitetura se unir com a de urbanismo para que o aluno, individualmente ou em grupo desenvolva o projeto de um conjunto habitacional na periferia. A partir de recursos cartográficos dos mais avançados, são buscados no setor de informática da escola as curvas de nível, imprime-se o mapa disponível no Google e se parte para a visita do local de intervenção. Em face do eventual “perigo” na periferia, a visita aos moradores acaba sendo descartada. É necessária essa abordagem para conhecer os reais problemas do bairro, que é porém subtraída do projeto. De qualquer forma, nunca há tempo suficiente para que tais problemas sejam analisados, posto que as disciplinas de projeto consomem enorme carga horária de puro labor, tal como a feitura de um bordado. Neste caso, a opção para o “conhecimento” da realidade da periferia passa por dados estatísticos disponíveis na internet, sendo até mesmo “mais seguro”, como fica implícito.

O desenho da praça pública dotada de mobiliário “inovador” muitas vezes corresponde a um mero exercício de *design*, quase sempre referenciado neste ou naquele designer de renome. O projeto de arranha-céu é igualmente proposto para que se estabeleça o conhecimento de grandes e complexas estruturas, e melhor quanto mais alto. Mais uma vez um arquiteto-estrela é tomado como “referência”. Um plano urbanístico de intervenção sobre uma área no centro da cidade pode envolver alguma sorte de polêmica no contexto hodierno, envolvendo órgãos públicos e empresas privadas. Todavia, o tempo corre célere e as discussões são trocadas pelo labor; quando e o quanto possível, um breve olhar sobre as “referências” se voltam à Barcelona, Berlim, Nova York etc.

No meio acadêmico, os professores que se mais se destacam são aqueles que trazem experiências de trabalho ou de estudos fora do país. Suas “referências” mais marcantes, repassadas aos estudantes de classe média ou classe média alta em sua maioria são aquelas que, desde o início da década de 1980, apontam para os arquitetos pós-modernos norte-

americanos e europeus²¹⁴. “Referências” ou modelos são apontados em livros, revistas especializadas e na internet, onde aparecem reproduções no mais das vezes inebriantes das obras dos arquitetos e urbanistas famosos. Esse ciclo vicioso corresponde à grade de disciplinas de projeto desde o primeiro até o último ano de formação. Nas duas últimas décadas, as intervenções urbanas realizadas em Barcelona foram muito citadas, assim como as de Berlim reunificada. Mais recentemente, são as cidades chinesas assunto de disciplinas que oferecem um panorama das transformações urbanas mais que desconcertantes se comparadas com outras, que até duas décadas atrás eram de maior vulto somente na Europa e na América do Norte. Em férias, os estudantes viajam ao exterior em busca de experimentar a sensação de estarem ante e no interior dos edifícios mais famosos, de modo que tais referências lhes parecem incorporadas também no sentido de participarem da mesma esfera simbólica de *status* social. Perpetua-se, assim, uma mística em torno dos arquitetos “escolhidos” para a condição de “estrela”.

Podemos entrever o quão ardiloso é o campo do poder simbólico que acompanha a formação e a mentalidade dos arquitetos e, ademais, a dificuldade para que se reverta essa mentalidade no sistema educacional. As “referências” internacionais saltam das escolas para os escritórios de arquitetura e, em simultâneo, para os departamentos de projeto das prefeituras, realizando, assim, um ciclo vicioso altamente favorável à ideologia do mercado. As exceções a esse regramento acadêmico não poderiam ser menosprezadas, pois nelas residem as perspectivas de mudanças. Laboratórios de pesquisa e de projeto relacionados às demandas de habitação social passaram a existir em nossas universidades desde o início da década de 1980, a exemplo do pioneiro LabHab (Laboratório de Habitação) do curso de arquitetura da Faculdade de Belas Artes de São Paulo. Esses laboratórios, no entanto, ainda parecem pouco ou quase nada face à força exponencial das disciplinas voltadas ao cardápio sedutor das grandes obras arquitetônicas estrangeiras. Em tese, a carga horária e o peso dessas disciplinas de projeto haveriam de ser revistos, incluindo aí também os programas de pós-graduação, onde também se encontram os temas e as “referências” dos mais equivocados ante à realidade brasileira. As temáticas e as discussões mais consequentes, não à toa, parecem ter sido deslocadas para os departamentos de Geografia Humana, de Sociologia, de Filosofia, de Saúde Pública e de Direito Urbanístico. À Arquitetura e ao Urbanismo, entendidos como áreas disciplinares, tem escapado não só a realidade como os desígnios correspondentes àqueles teoricamente preconizados pela urbanística moderna. Pode-se perguntar, nesse sentido, a que realidade converge o urbanismo, o planejamento e a regulação urbanística.

A realidade das cidades ante a racionalidade dos princípios modernistas

Como fala Ermínia Maricato, permanecem “as ideias fora do lugar e o lugar fora das

---

²¹⁴ Em 1982, a arquiteta Ane Marie Sumner trouxe para sala de aula o arquiteto suíço Mario Botta, inaugurando a primeira disciplina teórica sobre arquitetura pós-moderna de que temos notícia, no curso de arquitetura e urbanismo da Faculdade de Belas Artes de São Paulo, àquela época instalado no prédio da Pinacoteca do Estado.

ideias”²¹⁵:

O urbanismo brasileiro (entendido aqui como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas. Podemos dizer que se trata de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios do modernismo ou da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias (Maricato, 2007: 122).

Se tomarmos a matriz que orientou a urbanística moderna em seus primórdios, como vimos a partir do modelo haussmanniano largamente disseminado, podemos concluir que ela não mudou ou não propiciou mudança significativa concernente à realidade das cidades, sendo essa realidade apenas diferenciada, em certos aspectos. No Brasil, onde o modelo de Haussmann teve influência direta, essa matriz nunca foi totalmente abandonada, e o princípio de racionalidade e “cientificidade” que dela se extrai continua sendo reproduzido nas escolas e nas repartições públicas, nos órgãos estatais destinados ao planejamento urbano e na mentalidade dos engenheiros e arquitetos que pouca ou nenhuma reflexão exercem sobre seus resultados. Os ideais de uma sociedade elevada à possibilidade de intervenção sobre a miséria nas cidades industrializadas passou pelas utopias socializantes do Movimento Moderno que vieram a se contrapor àquela matriz original. Contudo, salvo em períodos e contextos distintos onde foi possível aplicar o planejamento urbano atinente ao bem-estar social, a matriz mais poderosa e fecunda do capital sempre esteve à espreita, respaldada pelos agentes que defendem o Estado como parceiro, porém, desde que menos cerceador do livre mercado e mais restrito às atribuições de segurança e de controle burocrático. Essas palavras de Ermínia Maricato referenciadas à cidade formal e legal, higienizada e segregada comprovam a reprodução da desigualdade gerada por essa matriz última, a do capital.

A desigualdade em termos de “ideias no lugar” é dada pelo firmamento e pela permanência dos privilégios que também se perpetuam. Junto aos privilégios, o mundo corporativo dos grandes agentes monopolistas mantém seu domínio, através da “arquitetura financeira”, elegendo o incremento do lado “bom” da cidade, embelezado ou aformoseado de acordo com o “pinturesco” que, teoricamente, serviria de modelo para as cidades então “civilizadas”. Entretanto, “pinturesco” nenhum aplicado nas realizações de embelezamento urbano foi capaz de alterar a realidade degradante das cidades, muito pelo contrário, como pode ser comprovado nitidamente pela ampliação cada vez maior dos espaços urbanos desiguais. Os modelos arquitetônicos e urbanísticos importados dos países estrangeiros se pautaram e continuam se pautando em normatizações para a cidade legal, funcionalista,

---

²¹⁵ Título de Ermínia Maricato que integra *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos*, com textos de Otilia Arantes e Carlos Vainer. Petrópolis: Vozes, 2007 (a primeira edição data de 2000). Ermínia inicia seu texto dizendo que esta frase foi cunhada por Francisco de Oliveira, como integrante da banca do concurso para professora Titular da USP, ao qual ela se submeteu em 1999: “Foi com essa frase que o lúcido professor resumiu o conteúdo da minha aula que versava sobre o deslocamento entre as matrizes que fundamentaram o planejamento e a legislação urbanos, no Brasil, e a realidade socioambiental de nossas cidades, em especial o crescimento da ocupação ilegal e das favelas”.

produtiva e progressista. O mercado continua fazendo de tudo isso o revés, ou seja, a “destruição criativa”, fortemente comprometida com a especulação imobiliária.

Se a matriz urbanística agora provém de Baltimore, a partir da lógica do empresariamento urbano descrito por Harvey, ou de Barcelona que seguiu o impulso dado pelas Olimpíadas, ou de Berlim com a transferência do aparato burocrático de Bonn após a reunificação, ou ainda da “delirante” Nova York, como defende Rem Koolhaas o modelo do “manhattismo”, seguido do manifesto de Venturi, Izenour e Scott Brown em *Aprendendo em Las Vegas*, o que importa é que em cada um desses casos, tanto como no variado cardápio de suas cópias espalhadas pelo mundo, sobrepõe-se a financeirização, propiciando o *city marketing*, incitando as cidades à concorrência global e colocando-as à venda, através de governantes que confiam na potencialidade do *laissez-faire*. Estabelecendo consensos, grupos que detêm o monopólio do poder, através das finanças haverão de comprar, cada vez mais, vastos territórios de cidades, ou cidades inteiras, ou ainda terrenos desérticos onde possam construir em curto espaço de tempo novos paraísos urbanos, como Dubai, nos Emirados Árabes, que se sobressai com seus edifícios não só altos, mas os mais altos, mais extraordinariamente milionários, assinados por arquitetos “estrela”.

Nos chamados Grandes Projetos Urbanos, como já colocamos, não importa o tamanho da intervenção, mas sua escala, podendo ser definido como “grande” um projeto que, no limite, provoca impactos socioambientais de maior comprometimento local. Contudo, se voltarmos ao simbolismo cultural representado por um único edifício, podem ser considerados, dependendo de sua posição “estratégica”, e de seu *marketing*, tanto como de sua “assinatura”, a reverberação e o impacto dessa obra em outras direções, pois novos edifícios haverão de ser pensados e construídos, ainda mais altos, se for o caso, ou ainda mais vibrantes ou “delirantes”, na lógica da “economia criativa”, ou “destrutiva”, seguindo o postulado de Schumpeter.

Ao cardápio do Grandes Projetos Urbanos não faltam denominações das mais vivas criações publicitárias, todas elas aderidas à substituição de velhas referências locais por outras, de maior impacto no imaginário das classes dominantes que, enfim, são os proprietários de terras ou os virtuais compradores do grande negócio. Assim, o projeto para a “revitalização” da antiga área portuária do Rio de Janeiro chama-se “Porto Maravilha”; o projeto de “revitalização” de parte da área central de Santos chama-se “Alegra Centro”; o plano urbanístico que se pretendeu para “acabar” com a maior “Cracolândia” em São Paulo foi denominado Nova Luz (e porque Nova Santa Ifigênia pareceu não bastar ante a histórica degradação do bairro); o imenso condomínio construído próximo a Florianópolis chama-se “Jurerê Internacional” (e não meramente Jurerê, como foi denominado o antigo recanto praiano); o condomínio “Jardim das Perdizes” em São Paulo empresta o nome do bairro vizinho (porque Barra Funda, onde está localizado, não inspira crédito ou confiança). Neste sentido, vemos que também essas apropriações ideológicas fazem parte das estratégias dos Grandes Projetos Urbanos conduzindo-os a uma indiscutível marca de *status* social.

No interior dessas estratégias, a gentrificação fica evidente. Vejamos a seguir como os processos de gentrificação guardam em termos genéricos ainda a dimensão biomédica e, neste sentido, o caráter higienista que subsidia nossas principais fontes teóricas.

Parte de muitos autores, a afirmação de que o apelo às “renovações” urbanas se apropriam da estratégia “regenerativa” como forma generalizada da gentrificação. Assim, a “regeneração” de áreas degradadas representam um novo eufemismo, como fala Neil Smith (*A gentrificação generalizada*, 2006), relacionado à dimensão “biomédica” conforme numerosos programas europeus de políticas urbanas (Smith, 2006). No texto supracitado, Smith analisa os processos de gentrificação evoluindo de forma sistemática, embora diversificado, “a ponto de fazer parecer pitorescos os simples projetos de reabilitação residencial. verdadeiros paradigmas do processo ocorrido nos anos sessenta e setenta”, ou seja, aqueles que derivaram da gentrificação “esporádica”, conforme irromperam em meados do século passado nos bairros *Greenwich Village*, *SoHo*, *Upper West Side* e no *Brooklyn Heights* de Nova York. Nesses casos, como explica Smith, a gentrificação permaneceu esporádica e em escala restrita porque as instituições financeiras, tanto como o Estado, não se mostraram interessados por investimentos em áreas consideradas “decadentes”. Nota Smith que essa linguagem epidemiológica de “enfermidade” (*blight*, em inglês, que também significa “doença”) era usada por urbanistas e estudantes para falar dos pobres, ou frequentemente dos bairros habitados por negros ou latinos: “esse eufemismo social manifesta a falta de investimento, seja dos proprietários ou do Estado” (Smith, 2006: 65). Em Nova York, como fala Smith, o cenário da gentrificação “esporádica” muda completamente nos anos 1980:

Por essa época, o governo federal de Ronald Reagan começou a se “desembaraçar” de todo o sistema social nascido durante o *New Deal*. Os pobres e as camadas populares da cidade foram atingidos, assim como já haviam reduzidos os financiamentos para habitação social e suprimidos os programas de subsídios. “*Laissez faire*” tornou-se uma palavra de ordem: quando o Estado torna preguiçoso e os militantes reprimidos, o resultado parece bem claro. Ainda que as ajudas federais ao desenvolvimento urbano e à gentrificação tenham sido afetadas, o processo já estava bastante avançado e a bomba de fundos privados já havia sido devidamente lubrificada para que uma avalanche imobiliária sem precedentes acontecesse nos anos oitenta. O processo de gentrificação iria encontrar sua própria dinâmica. Por falta de alternativas, a política de habitação para Nova York do final dos anos oitenta era a gentrificação (Smith, 2006: 68).

Contrariamente à gentrificação “esporádica”, segundo Smith, essa “segunda onda” se mostrou como um elemento de reestruturação mais ampla da cidade. A gentrificação deixou de ser uma “anomalia” local do mercado imobiliário, mas se consolidou como uma das funções de comando relacionadas às cidades globais, oferecendo de forma crescente habitações para os chamados yuppies, isto é, para as novas gerações de profissionais em ascensão ligados aos setores de finanças e das organizações empresariais.

No *Lower East Side* de Nova York, por exemplo, uma primeira fase de gentrificação se deu com o assalto das galerias de arte, fazendo subir sua cotação na cena internacional, evidenciando a relação com a globalização econômica e cultural, na qual a gentrificação local era ao mesmo tempo estímulo e expressão. Na primeira metade dos anos 1980, o

Lower East Side era considerado o centro da “*Weltstadt der Kunst*”²¹⁶, onde prosperava a “nova cena contemporânea”, ou a “cultura do choque”, marcadamente um ponto da cidade no qual era viva a resistência dos ainda muitos habitantes de origem latino-americana contra os proprietários de prédios que rapidamente iam sendo demolidos. Mas essa fase, operada pelos gentrificadores associados às redes artísticas mundiais, acabou dando lugar à lógica da circulação “mais econômica que cultural”, como fala Smith, tornando os espaços marginais em “pátios de recreio” para jovens profissionais brancos. Inaugura-se, assim, uma “terceira onda” de gentrificação, agora associando o componente residencial às transformações do emprego, do lazer e do consumo.

A gentrificação não representa mais uma simples estratégia residencial, mas aparece na proa da mudança metropolitana nas áreas centrais da cidade. Agora, como antes, ela corresponde a uma conquista classista da cidade, mas não exprime mais os estreitos interesses de classe analisados por Ruth Glass (...), ou a boemia do Greenwich Village, nos anos cinquenta e sessenta. Esta generalização da gentrificação tem também a ver com sua democratização. A gentrificação produz agora paisagens urbanas que as classes médias e médias altas podem “consumir” - uma vez que os sem-teto foram rapidamente evacuados - e que contribuem para a formação de identidades de classe através de um espectro de classes significativo, ainda que de maneiras muito diferenciadas (Smith, 2006: 72-73).

A gentrificação, como descrita por Smith, acaba então se “democratizando” nessa “terceira onda”, muito embora tal como em uma democracia televisiva, onde todos podem interagir, mas não efetivamente participar (consumir). A gentrificação é agora uma “estratégia global”, generalizada nos termos do novo papel do Estado e da penetração do capital financeiro. Quanto ao papel do Estado, como vimos, destacam-se as realizações dos governos locais em parceria com as iniciativas privadas, as chamadas parcerias público-privada. Quanto ao capital financeiro, basta identificá-lo por sua penetração nas próprias parcerias, a exemplo de muitas que trazem já nos seus primeiros acordos o envolvimento de empresas associadas a um sem número de transações financeiras globais.

O que esperar das “renovações” urbanas nesse contexto? As também chamadas “revitalizações” são a marca característica da própria linguagem biomédica, como a dizer de uma planta ou um fígado que podem se regenerar. Já vimos esse tipo de expediente em cardápios urbanísticos de outros tempos, mas agora novamente, entendido como um processo “natural” dentro do jogo de forças neoliberais. Como diz Neil Smith, “é historicamente e não acidentalmente que a gentrificação está associada ao aumento das expulsões dos sem-teto”. Mas essa história já tem ao menos século e meio. De modo que o eufemismo não serve a outra coisa senão para escamotear o que de mais longa data se entende por “crescimento urbano ordenado”, o que na verdade, como fala Otília Arantes, “nada mais é do que uma máquina ideológica acionada pelos que administram tanto a construção física quanto a ideacional dos recursos capazes de impulsionar o

---

²¹⁶ “New York’84 - *Weltstadt der Kunst*” (Cidade Mundial das Artes): volume especial da revista *art, das Kunstmagazin*, n. 5, mai. 1984. A matéria “East Side: Kulturschock im Drogen-Getto” descreve as galerias de arte que mais se destacavam no *East Village*, situadas entre o East River e a Second Avenue, contracenadas com os bares efervescentes e os guetos envolvidos com o tráfico de drogas. Para se ter uma ideia do *Lower East Side* ou *East Village* de Nova York nesse período, ver o filme *Basquiat* de Julian Schnabel (1996). Jean Michel Basquiat (1960-1988) foi um artista-pintor negro que ascendeu no mercado de arte após ter travado contato e feito amizade com Andy Warhol.

desenvolvimento dentro e através dos ‘lugares’ da cidade, apropriadamente denominados *urban imagineers*”:

Nestas circunstâncias não é de estranhar que o arquiteto-urbanista tenha se tornado um dos operadores-chaves desta máquina, reunindo num só personagem o manager (o planejador-empREENDEDOR identificado por Peter Hall) e o "intermediário cultural" (Bourdieu foi o primeiro a assinalar a existência deste personagem) - fração de classe fornecedora de bens e serviços simbólicos, cuja trajetória ascendente é reveladora do atual culturalismo de mercado. Intermediário e empresário cultural, ao mesmo tempo que um dos principais agentes da gentrification - cujo caráter de classe o original inglês (*gentry*) deixa tão vexatoriamente a descoberto. Daí a sombra de má consciência que costuma acompanhar o emprego envergonhado da palavra, por isso mesmo escamoteada pelo recurso constante ao eufemismo: revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, até mesmo renascença, e por aí afora, mal encobrindo, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades (Arantes, Otília, 2012: 19).

Não é a mesma coisa, isto é, o planejamento dito estratégico e o eufemismo da gentrificação, como fala Otília Arantes, mas “quem sabe a sua apoteose”, pois “uma cidade estrategicamente planejada de A a Z nada mais seria, enfim, do que uma cidade inteiramente gentrificada”. Não é tampouco a mesma coisa cada uma das intervenções que poderiam ilustrar aqui um cardápio mais completo acerca dos Grandes Projetos Urbanos, muito embora, como diz Otília Arantes,

tanto faz se se trata de Olimpíadas, Copa do Mundo, Exposição disso ou daquilo, uma catástrofe natural, 200 anos de Revolução Francesa, 500 anos de descobrimento da América ou do Brasil, ou mesmo um show-case como um museu extravagante, o único que importa é saber que milhões de pessoas e metros cúbicos de terra serão movimentados. Desde que indique dispêndios e remunerações à altura, dá no mesmo abrir e fechar buracos de dimensões faraônicas, ou construir pirâmides e outros prismas espectrais em que se cristaliza a imagem mítica do rentável bem na ultramodernidade. Como o capitalismo também é uma máquina de gerar insignificância - embora as cifras da exploração não o sejam -. destinada a acumular indefinidamente mais do mesmo, não há paradoxo algum, antes involuntária coerência, num projeto de restauração do sentido original do fazer cidade, movido a "ocasiões" sem significado urbano intrínseco além da equivalência geral das boas oportunidades, em si mesmas indiferentes desde que abram uma porta para a globalização... (Arantes, Otília, 2012: 13-14).

Sem mais delongas, acreditamos ter esboçado o nosso cardápio internacional, globalizado, afeito à “cidade do pensamento único”, servindo-se do “consenso público” dissimulado entre as velhas e as novas estratégias. Partiremos agora para a demonstração de que, se quisermos, podemos configurar uma outra forma de cidade intervindo, manifestando-nos contra, reivindicando o revés dessa já longa e mórbida trajetória da urbanística. Esta tese, afinal, se apoia na demonstração de que esse revés é possível, uma vez concretizada a participação da sociedade civil nas políticas públicas. É o que veremos a seguir, através do relato de uma experiência ímpar, da qual pudemos participar ativamente e demonstrar a importância de juntarmos-nos aos cidadãos que lutam pelo seu reconhecimento na esfera pública.

Finalizamos aqui esta primeira parte da tese pela retomada das origens do urbanismo sanitário no entendimento dos conceitos de saúde e doença que orientaram as intervenções citadas. Procuramos trazer para o presente a crítica foucaultiana do controle

dos indivíduos pela crescente invasão da sua privacidade pelo poder das instituições burguesas, tanto em suas manifestações perversas mais sutis como nas mais concretas. Agora, ao tratar do projeto Nova Luz, procuramos explorar a hipótese de que, na situação brasileira atual, a expulsão dos mais pobres ainda se disfarça e justifica como busca da saúde urbana mesmo que isto chegue a se expressar como brutalidade física e terrorismo psicológico estatais, e leve a insanidade da população atingida. Em contrapartida, esta tese defende também que hoje, mais do que nunca entre nós, o conceito de salubridade aplicado sob a rubrica de modernização já não encontra o mesmo apoio e terreno limpo do passado. Vitórias palpáveis de organização popular contra o projeto Nova Luz nas gestões dos prefeitos Serra e Kassab fazem crer que o direito à cidade não mais constitui um ideal inalcançável para as classes populares no Brasil, ou, pelo menos em sua maior metrópole. É nesse sentido que o conceito de saúde se amplia para o da saúde política, pela maior participação e conquista de direitos às condições urbanas de vida digna pelo conjunto da população.

PARTE 2

O PROJETO NOVA LUZ DE SÃO PAULO (2005-2013) ENTRE A INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL GENTRIFICADORA E A OPOSIÇÃO POPULAR PARTICIPATIVA

Esta segunda parte da tese, apresentada em três capítulos, dá sequência aos quatro anteriores da primeira parte, incluindo nossa conclusão e a bibliografia consultada. O ANEXO, CD afixado na terceira capa do volume, contém dois documentos: o arquivo *Power Point* com 300 fotografias de nossa fatura tomadas na Região da Luz no período do mestrado e o arquivo *Excel*, relativo ao banco de dados gerado a partir da hemeroteca cidade&saúde, com 3.000 recortes de jornais e revistas colecionados no mestrado e no doutorado).

No capítulo V serão destacados o histórico desde 1850 e as propostas de renovação da Região da Luz a partir da década de 1970, quando surgiram os primeiros projetos estatais tanto para a reestruturação dessa região em face de sua “degradação” como para a salvaguarda do patrimônio histórico, incluindo as ações de desenvolvimento urbano e preservacionista: espaços públicos, ofertas de transporte e vias de acesso, a primeira linha do metrô, a reforma do Jardim da Luz e da Oficina Cultural Oswald de Andrade, a reforma da Pinacoteca do Estado, a construção da Sala São Paulo, dedicada a concertos de música clássica, e a construção do Museu da Língua Portuguesa no interior da Estação da Luz. Além destes equipamentos, abordaremos também o projeto em andamento para a construção, por parte do Governo do Estado, do chamado Complexo Cultural Luz, entre outros programas destinados aos imóveis históricos da região, como o programa federal Monumenta, do IPHAN.

No capítulo VI, adentramos o Nova Luz propriamente dito, com a descrição do projeto desenhado pela EMURB (2005-2009), um relato sobre a Concessão Urbanística (Lei Municipal nº 14.917/09) e o novo Plano Urbanístico Nova Luz, conforme apresentado pelo Consórcio Nova Luz e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU (2009-2012). Ainda neste capítulo, veremos como e por que tratou a prefeitura de São Paulo de criar e difundir o conceito de “Cracolândia” no escopo desse projeto, em lugar de assumir a responsabilidade, em termos de saúde pública, quanto ao consumo de drogas e a permanência de milhares de dependentes químicos na região. Essas iniciativas, de caráter iminentemente policiaesca, são contracenadas com as “iscas culturais” descritas no capítulo anterior, e caracterizam a aproximação do Nova Luz ao quadro do “planejamento urbano estratégico”, como vimos no capítulo IV.

No capítulo VII, abordaremos o Nova Luz a partir da sua repercussão na imprensa, tomando como base nossos recortes de jornais e revistas. Na sequência, serão relatadas as apresentações públicas do Plano Urbanístico Nova Luz, ou seja, as duas “audiências públicas” realizadas pela prefeitura que resultaram em forte reação por parte dos comerciantes e moradores de Santa Ifigênia. Finalizando o capítulo, destaca-se a formação e a atuação do Conselho Gestor da ZEIS – Zona Especial de Interesse Social de Santa Ifigênia (ZEIS 3 – 016), cujas reuniões foram encareiradas por intenso debate entre os representantes da sociedade civil e do Poder Público. Finalizando este capítulo, serão enfocados os impasses que resultam do então ex-Nova Luz, uma vez que em janeiro de 2013 o projeto municipal foi

interditado pela ação civil pública movida pelos representantes da sociedade civil do Conselho Gestor, através da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Breve apresentação do projeto Nova Luz da Prefeitura de São Paulo

*Tudo que se passa no onde vivemos é em nós que se passa.
Tudo que cessa no que vemos é em nós que cessa.*
Fernando Pessoa

Proposto inicialmente para vinte e três quadras da região central da cidade, no bairro Santa Ifigênia, integrante do distrito República, o projeto Nova Luz partiu da previsão de investimentos pelo setor privado, em parceria com outros das esferas governamentais, em contrapartida a benefícios fiscais, como redução de IPTU e ISS, mediante a obtenção de Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento emitidos pela municipalidade. Segundo a lei específica criada para o Nova Luz, o objetivo do projeto era o de promover o adensamento da área tanto para uso habitacional como de serviços e comercial ligados às atividades de cultura e tecnologia. Lançado no início de 2005 pelo então prefeito José Serra, o projeto se manteve por oito anos praticamente ancorado em polêmicas, contando com demolições em duas pequenas quadras próximas a Estação da Luz, efetivadas no segundo semestre de 2007; as áreas liberadas passaram a servir como estacionamento. A demolição de outra quadra, no extremo oposto ao perímetro originalmente traçado pelo projeto, deu lugar à construção da escola técnica ETEC, única contrapartida do projeto levada a cabo, obra do Governo do Estado inaugurada em 2013.

Acompanhando os desdobramentos do projeto desde 2007, verificamos que o Nova Luz está atrelado a imperativos econômicos e políticas públicas que consideram basicamente o incremento da região em favor das atividades culturais, do turismo e do benefício às classes média e alta da população, o que corresponde aos interesses do mercado imobiliário e das grandes construtoras. Dadas as dificuldades para concluir o grande volume de indenizações necessárias ao escopo do projeto original nas vinte e três quadras declaradas de utilidade pública, a prefeitura levou à Câmara Municipal o projeto de Concessão Urbanística em favor do Nova Luz, instrumento pelo qual a iniciativa privada é autorizada a realizar tais indenizações, negociando diretamente com os proprietários de imóveis na região.

Na gestão do prefeito eleito Gilberto Kassab, formulou-se essa Concessão Urbanística, aprovada em 2009 pela Câmara Municipal, deixando para trás o projeto original desenhado pela EMURB, Empresa Municipal de Urbanização ligada à prefeitura. Em 2009 foi apresentado o Plano Urbanístico pelo Consórcio Nova Luz, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e a SP Urbanismo, que substituiu a extinta EMURB²¹⁷.

---

²¹⁷ A São Paulo Urbanismo ou SP Urbanismo é uma empresa pública que se originou da cisão da Empresa Municipal de Urbanização – Emurb, conforme Lei nº 15.056, de 8 de dezembro de 2009 e Decreto nº 51.415, de

Neste plano, o perímetro de intervenção foi dobrado, chegando a cerca de 500 mil m². Por um lado, tanto a Concessão quanto esse novo Plano Urbanístico, que podemos considerar um “Novo Nova Luz”, foram alvo de reação entre moradores organizados e comerciantes da rua Santa Ifigênia e adjacências, que integram o maior polo de comércio de eletroeletrônicos do País. Por outro lado, todos os esforços para erradicar daquela região o estigma de “Cracolândia”, termo insistentemente veiculado pela prefeitura como justificativa para o seu projeto de “revitalização”, sempre ficaram distantes do êxito desejado, posto que subsiste um sem número de dependentes químicos nas ruas, mesmo após as subseqüentes *blitze* realizadas pela polícia.

Os procedimentos adotados para “acabar” com a “Cracolândia” reverberaram negativamente, uma vez tipificadas como “pirotecnia” as ocorrências por parte da Polícia. Uma delas, chamada de “Operação Centro Legal”, foi desencadeada pela Polícia Militar nos primeiros dias de janeiro de 2012, no sentido de levar (mais) “dor e sofrimento” para um sem número de viciados que ocupavam as ruas, obrigando-os à internação compulsória. Os fatos foram à divulgação em rede nacional e levaram o País a refletir sobre o uso do crack como problema social e de saúde pública. A partir disso, foi possível constatar que não seria um “Projeto Urbanístico”, tampouco essas ações da Polícia se ocupariam de solucionar problemas estruturais como a degradação humana, sobretudo através do estigma de “Cracolândia”: o projeto de Serra e Kassab, neste sentido, já se via emoldurado pelo acinte da Polícia sobre os drogados. Em outras palavras, evidenciaram-se com a “Operação” os verdadeiros métodos utilizados pelo Poder Público para o saneamento, ou melhor, a “limpeza” da área escolhida com vistas a posterior embelezamento. Vale dizer, o prefeito, o governador e tampouco a coordenação da Polícia se eximiram da responsabilidade pela “Operação Centro Legal”: todos, enfim, passaram a responder pelo “Nova Luz”, pensado como “remédio” para os males de Santa Ifigênia.

Na gestão de Kassab, o executivo municipal se esforçou em levar adiante e a qualquer custo o Projeto Nova Luz, sendo seu objetivo publicar o edital de concorrência para a Concessão Urbanística. Entretanto, intensificaram-se as manifestações contra o projeto, tanto como se avolumaram os entraves jurídicos, como as ações civis que partiram de associações de moradores e dos comerciantes locais, com representações no Ministério Público e na Defensoria Pública do Estado. O Conselho Gestor da ZEIS manteve a Ação Civil Pública contra a sessão de aprovação do PUZEIS (Plano Urbanístico da ZEIS 3-016, inscrita no perímetro do Nova Luz) realizada no dia 4 de abril de 2012, mesmo após a cassação comandada pelo prefeito²¹⁸. O texto desta ação salienta que a formação tardia do Conselho Gestor é “um sério indício de que a aprovação do plano veio sem a participação popular, com inobservância do Plano Diretor”, constituindo-se um “paredão” formado pelo poder público

---

16 de abril de 2010. A empresa tem como objetivo fundamental dar suporte e desenvolver as ações governamentais voltadas ao planejamento urbano e à promoção do desenvolvimento urbano do Município de São Paulo, para concretização de planos e projetos da administração municipal, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. A Emurb – Empresa Municipal de Urbanização, empresa pública criada pela lei municipal nº 7.670, de 24 de novembro de 1971 se cindiu em 2010 nas empresas São Paulo Urbanismo – SP-Urbanismo e São Paulo Obras – SP Obras. In: www.prefeitura.sp.gov.br

²¹⁸ O prefeito Kassab conseguiu reverter essa ação em 6 de junho de 2012, (Processo nº 0019326-64.2012.8.26.0053) com o apoio do juiz Ivan Sartori (partícipe da ação policial efetivada no bairro Pinheirinho, em São José dos Campos).

ante as reivindicações populares. Conforme mencionado nesta ação, tampouco havia sido feito um cadastro dos moradores do perímetro de intervenção “a fim de se perquerir o número de pessoas que moram na região, em especial de pessoas de baixa renda”²¹⁹.

Em meados de 2010, o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA atinentes ao projeto Nova Luz foram aprovados junto ao CADES (Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)²²⁰, porém, novas polêmicas surgiram na esfera jurídico-administrativa²²¹. Aliás, a passagem das discussões sobre o Nova Luz para a seara jurídica, além de “caso de polícia”, como já constatado, corresponde a outras tentativas de realizações da administração municipal nas gestões Serra-Kassab, como as Operações Urbanas, aventadas por meio de autarquias e agências reguladoras compromissadas com os interesses do mercado imobiliário.

As demolições patrocinadas por Kassab ficaram muito aquém do “arrasa-quarteirão” pretendido por Serra no escopo do projeto original de 2005, pois as controvérsias se intensificaram, e não tardou muito para que a população de São Paulo percebesse que o empreendimento se ancorava de forma abusiva em transações financeiras e de mercado especulativo de terras, característicos das parcerias público-privadas. No correr da carruagem, contrariando a pressa com a qual Kassab demonstrava seu interesse em “acabar com a Cracolândia”, os métodos policialescos, assim como os discursos de seu aliado político Andrea Matarazzo (subprefeito dos distritos Sé e República), foram aos poucos servindo de autodenúncia: a “revitalização” que viria, segundo esses discursos, substituir na região degradada os viciados em crack e moradores pobres pelo vai-e-vem de turistas e consumidores de média e alta renda serviram, por si mesmos, ao desmascaramento do processo gentrificador. Em 2009-2010, o significado da palavra gentrificação já não era um eufemismo a mais para higienismo ou qualquer forma de exclusão social que pudesse ser incompreendida pelos moradores pobres e comerciantes de Santa Ifigênia. Paulatinamente, a conscientização sobre as intenções gentrificadoras subjacentes ao Nova Luz se ampliava, por meio de reuniões, debates e manifestações que reuniam estudantes e professores da FAU USP e de outras universidades, representantes dos movimentos de moradia sediados em Santa Ifigênia e associações de comerciantes. O Nova Luz foi destacado na imprensa e na televisão, tornou-se conhecido da população e virou, enfim, um caso paradigmático para a discussão sobre esse tipo de empreendimento urbano.

---

²¹⁹ Mais especificamente sobre esse cadastro, prioritário para que se dimensionasse a demanda por moradia no perímetro do Nova Luz, ouvimos em meados de novembro último, do Sr. Alonso Lopes, coordenador do Conselho Gestor, que a Secretaria Municipal de Habitação – Sehab paralisou o andamento desse trabalho por falta de verbas, sendo “mais ou menos 40% já realizado”.

²²⁰ Este EIA-RIMA do Nova Luz foi previsto no Termo de Referência anexo ao Processo Administrativo 2009-0.209.264-9 (TR do Edital) e no Termo de Referência da Secretaria Municipal do Meio Ambiente em 25.11.2010, dentro do processo de licenciamento ambiental do Projeto Urbanístico Específico e Estudos Complementares para fins de realização de Concessão Urbanística na área delimitada pelo perímetro da Nova Luz.

²²¹ No dia 18 de julho foi realizado um debate, na Casa da Cidade, sobre o processo para a aprovação do EIA-RIMA do Nova Luz, entre eles o promotor Maurício Ribeiro Lopes do Ministério Público. Dessa reunião resultou abaixo-assinado entre os presentes para reforçar o pedido da conselheira Ros Marie Zenha, representante da sociedade civil, a “dar vistas” sobre o processo em andamento. Na acalorada sessão, fazia sentido a ideia de “ganhar tempo” (ante o processo) e evitar que a Prefeitura pudesse conseguir a aprovação do Estudo e do Relatório.

No dia 3 de janeiro de 2013, a juíza Dra. Alexandra Fuchs de Araújo deu parecer favorável à Ação Civil Pública movida pelos representantes da sociedade civil do Conselho Gestor da ZEIS 3 - 016²²². O prefeito eleito Fernando Haddad prometia em campanha eleitoral “rever” o Nova Luz, no entanto, um ano após sua posse (em dezembro de 2013), ainda não havia apresentado nenhuma alternativa.

A interdição do projeto Nova Luz resultou de uma grande batalha. É o que esta tese procura demonstrar, ressaltando a força da *participação da sociedade civil organizada* nas políticas públicas. A vitória contra o projeto municipal demonstra, por seu turno, o fortalecimento das classes populares pela constituição de patamares acima das expectativas pretéritas, na conquista do direito à cidade, o que não é pouco ante “tudo que se passa no lugar onde vivemos”.

Essa vitória representa, também, o amadurecimento de nossas instituições democráticas, uma vez que, com o respaldo da Constituição Cidadã de 1988, do Estatuto da Cidade de 2001 e do Plano Diretor de São Paulo de 2002, resultantes de reivindicações populares das últimas décadas, o Poder Executivo passa a se alinhar, ao menos na maior metrópole do país, ao conceito ampliado de saúde como saúde política, pela maior participação e conquista de direitos às condições urbanas de vida digna, que “é em nós que se passa”.

---

²²² Mandado de Intimação e Citação, processo 0019326-64.2012.8.26.0053 – Ação Civil Pública requerida pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo em 6 de junho de 2012.

V – HISTÓRICO E RENOVAÇÃO DA REGIÃO DA LUZ: 1850-2004

Neste capítulo²²³ será visto um breve histórico da Região da Luz desde meados do século XIX até 2004, quando se separa o projeto Nova Luz (de 2005) das primeiras iniciativas estatais que, na década de 1970, foram propostas para reverter o quadro tanto físico como social “degradado” nessa parte da região central de São Paulo. Veremos que, com a aproximação da virada para nosso século, tais iniciativas passaram a ser influenciadas pelo “planejamento estratégico” e a agregar as características de maior ressonância com a pós-modernidade, sendo a “lógica cultural” proeminente nas formulações de desenvolvimento urbano.

Com esse histórico se pretende o resgate das ações governamentais que marcaram especialmente o centro da cidade como *locus* de doenças a serem erradicadas pela “lógica sanitária”, o que, em parte, se perpetua, ainda que de forma escamoteada pela “lógica cultural”.

Formação e dinâmica de Santa Ifigênia e arredores: população, comércio e moradia atuais

O lento processo de urbanização da Região da Luz começa em tempos coloniais, quando a pacata Província de São Paulo ainda vive no correr das mulas e dos tropeiros. A importância primeira da Região da Luz, outrora Campos do Guaré²²⁴, situada a nordeste de Santa Ifigênia, se deve ao fato de ser atravessada pelo caminho entre o triângulo urbano e o rio Tietê, muito utilizado pelas bandeiras e pelos tropeiros. Como a vila, depois cidade, São Paulo permaneceu diminuta ou “adormecida” até bem avançado o Império, essa região foi por vários séculos considerada um arrabalde. Além do Jardim Público, criado em 1799, inicialmente chamado de Horto Botânico (hoje Parque da Luz), ali se instalaram edificações que requeriam resguardo e distância: a Igreja e o Convento da Luz, em construção desde o século XVII, o Seminário Episcopal, de 1856, e a Casa de Detenção, de 1837, destinada à carceragem.

Em 1980, conforme se vê na *Primeira Planta da Imperial Cidade de São Paulo*²²⁵, já existia a velha freguesia de Santa Ifigênia com algumas ruas retilíneas, diferenciando-se do núcleo mais antigo de arruamento tortuoso, embora com o correr de edificações justapostas correspondendo à uniformidade dos partidos arquitetônicos coloniais²²⁶. Observa-se nessa

²²³ O capítulo reproduz, com atualizações, parte de nosso texto *Cidade-espetáculo & periferias pútridas: o projeto Nova Luz da Prefeitura de São Paulo (2005-2010) sob a égide do saneamento*, publicado na coletânea *Da soCieDADE moderna à pós-moderna no Brasil: permanências e mudanças urbanas, séculos XX-XXI*, organizada por Maria Irene Szmreczányi. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2011.

²²⁴ Guaré decorre da designação de uma planta meliácea que era comum naquelas paragens (Simões Júnior, 2004: 42).

²²⁵ A *Primeira Planta da Imperial Cidade de São Paulo* foi desenhada pelo Capitão de Engenharia Rufino J. Felizardo e Costa (1810) e copiada em 1841. Imagem disponibilizada em: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br>

²²⁶ Nestor Goulart Reis Filho afirma que, em certos casos, esses partidos arquitetônicos padronizados eram fixados nas Cartas Régias ou em posturas municipais e revelam uma preocupação de caráter formal, cuja

planta, no ponto mais distante ao norte do Guaré, o Convento da Luz e a Casa de Detenção (também chamada de Correção, já demolida), bem distante do aglomerado urbano mais densamente ocupado, sendo estabelecimentos a requerer essa distância também no sentido de cumprir um quadro de “zoneamento” e regulação urbana, já àquela época bastante comum face ao propósito do “bem-estar” coletivo e seguindo condutas disciplinares mais antigas. Outras providências estavam ligadas às regulações urbanas, afastando do centro as emanações (miasmas), que poderiam trazer prejuízos à saúde pública: a proibição de enterros em igrejas, por exemplo, levou à abertura de cemitérios para arrabaldes como a Penha, o Brás e o Araçá; o Hospital de Isolamento (hoje Emílio Ribas), de 1880, foi construído junto às matas do Caaguaçu (região da Avenida Paulista); e o Matadouro Municipal, de 1887, na Vila Mariana.

Não obstante a ocupação e os cuidados da cidade fossem uma incumbência da própria população (certamente pelas mãos de escravos) – sob a coordenação de um fiscal da Câmara –, os arruamentos de Santa Ifigênia se destacaram por sua conformação ortogonal e como terreno “urbanizado” até antes do Guaré (Luz). No entanto, não devemos por isso imaginar uma efetiva racionalização técnica, pois no começo do Império a cidade

era também um aglomerado de estudantes, e boa parte morava em casas de aluguel espalhadas pelas ruas de Santa Ifigênia, do Tanque ou dos Bambus... Na opinião unânime de muitos observadores, São Paulo ainda não escapara das peias setecentistas... ruas calçadas de pedra, a maioria com verdadeiros pântanos como aqueles que se encontravam em Ifigênia, como era habitual a referência popular (Jorge, 1999: 79).

Uma racionalidade técnica que pudesse viabilizar – com aterramentos – melhor ocupação dos charcos ou “pântanos” desses arrabaldes (Guaré-Luz, Santa Ifigênia, Bom Retiro), se não foi considerada no Império, não tardou para que se fizesse notar nos primeiros anos da República, denunciando problemas sanitários que mais tarde se tornaram difíceis para a população.

Aziz Ab’Saber (*Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo*, 2007) destaca que o engenheiro-geógrafo baiano Teodoro Sampaio, em estudo sobre São Paulo realizado entre 1885 e 1893 “procurou dar as suas observações, o caráter embrionário da natureza de seu trabalho, inteiramente voltado para as questões das relações entre o sítio e as estrutura urbana”²²⁷:

Na parte nova, desde Santa Iphigenia até a Luz e Santa Cecília é ainda a mesma camada de argila vermelha, mais ou menos com boa dose de área, mas com fraca permeabilidade. Conquanto não sejam essas as melhores condições do solo para uma cidade, pela abundância de humidade que acarreta, em virtude da drenagem difícil, é entretanto a parte mais concorrida e procurada pelas classes abastadas. Após as chuvas, as ruas não calçadas e de pouco absovente, cobrem-se ahi de lama fluida, que só desaparece com a evaporação... A camada líquida do sub-solo é ahi pouco profunda...: na Luz, regulando pelos poços de água

---

finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa. Reis Filho, 1987: 24.

²²⁷ Sobre a datação dos estudos de Teodoro Sampaio, Ab’Saber diz que “É de supor que suas observações tenham sido escritas entre 1885 e 1893, no máximo. Existindo na bibliografia do conjunto de sua obra referência a um trabalho inédito, intitulado *Geographia Geral do Estado de São Paulo*, elaborado em 1896, é possível que os seus estudos sobre a cidade de São Paulo tenham sido incluídos nesse seu trabalho de caráter mais geral. Ab’Saber, 2007: 43.

potável está a pouco mais de três metros... Em Santa Iphigenia, nas depressões do terreno entre a rua Duque de Caxias e a rua Victoria o lençol d'água fica a menos de três metros do nível do solo... Esse lençol d'água subterrâneo perdura longamente e só por exceção, nas grandes seccas diminui ou desaparece nos sítios mais elevados" (Teodoro Sampaio *apud* Ab'Saber, 2007: 48).

Apesar da conformação geológica adversa – “conquanto não sejam essas as melhores condições do solo para uma cidade” – e a considerar a ocupação já indicando certa consolidação à revelia de uma boa permeabilidade naquele sítio, Santa Ifigênia se destaca entre bairros circunvizinhos de um então centro expandido, abrigando imigrantes e fazendeiros ricos que afluíam para a cidade, alargando-a e adensando-a. Assim, já em meados do XIX, com as linhas ferroviárias e as estações a Região da Luz passa a sinalizar *status* de centralidade. Na administração do presidente da província João Theodoro Xavier de Matos (1872-1875) foram criadas

condições para que os campos da Luz se comunicassem de forma eficiente com o Centro Histórico da cidade, com as outras estações e com os novos bairros de residência da elite paulistana, viabilizando assim a consolidação de um novo polo de urbanização ao norte da cidade (...) (Simões Jr, 2004: 42-43).

Como vimos no capítulo III, no estudo desse período alguns historiadores, como Caio Prado Jr. e Eurípedes Simões de Paula, discutindo as tendências do desenvolvimento da cidade e considerando as transformações urbanas e os melhoramentos feitos antes e durante a administração de João Theodoro, passaram a referir-se a uma “Segunda Fundação de São Paulo”, em termos comparativos com os três séculos anteriores. Os chamados “Melhoramentos” dados especialmente à Região da Luz por João Theodoro definem novos parâmetros de urbanidade na até pouco tempo pacata província. O perímetro triangular do Centro Histórico mantém-se em posição de forte centralidade, mas o comércio e as residências passam a se expandir sobre os antigos caminhos, aproximando-se das linhas ferroviárias e de suas estações.

Enumeradas no *Trabalho Estatístico, Histórico e Noticioso* do senador do Império Dr. Joaquim Floriano de Godoy (Godoy, 2007), redigido sob encomenda de D. Pedro II para ser apresentado no pavilhão do Brasil da Exposição Industrial de Filadélfia, em 1876²²⁸, duas dentre as 17 “linhas férreas da Província de S. Paulo e em tráfego, em construção e em estudos autorizados (*sic*) por lei” cruzaram a cidade de São Paulo para dar vazão às sacas do café até o porto de Santos, e trouxeram para essa região da cidade estações a princípio modestas, mas que logo foram substituídas por edifícios vultosos e de grande significado no cenário arquitetônico e paisagístico. A São Paulo Railway, construída entre 1862 e 1867, ligando Santos a Jundiaí, inaugurou em 1911 a Estação da Luz inteiramente trazida da Inglaterra. A Estrada de Ferro Sorocabana, fundada em 1872, com o primeiro trecho aberto em 1875 até Sorocaba inaugurou a Estação Júlio Prestes em 1938, projetada pelo arquiteto Cristiano das Neves. Ambas as estações são tombadas como patrimônio histórico pelo órgão estadual CONDEPHAAT. No próximo capítulo serão apresentadas e discutidas as adaptações feitas nas últimas décadas em parte de suas instalações.

---

²²⁸ Tania Regina de Luca, “A Província de São Paulo no início da década de 1870”. Texto de apresentação para a edição fac-símile de Joaquim Floriano de Godoy, *A Província de S. Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2007.

Seguindo a demanda do vertiginoso crescimento populacional na Capital²²⁹, aumentam os problemas urbanos decorrentes da necessidade de implantação de infraestrutura e saneamento, principais preocupações da administração pública. O Governo da Província se responsabilizou pelo primeiro projeto para adução e distribuição de água na cidade, datado de 1842, e, a partir de 1876, pela construção da sua rede de esgotos. Em 1877, empreendedores privados criaram a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, à qual o governo paulista se associou, no ano seguinte, formando uma sociedade de economia mista. Em 1878, o Imperador Pedro II inaugurou a primeira caixa de abastecimento de água da cidade, na Consolação. Em 1883, o Bairro da Luz veio a ser o primeiro distrito com canalização de esgotos de São Paulo²³⁰.

Segundo Andrea Piccini (*Cortiços na Cidade*, 2004), a empresa privada Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, que surge com o compromisso de “sanear e abastecer a cidade de São Paulo”, não chegou a atender sequer um décimo do total de prédios ou casas existentes até completar sua primeira década de existência.

A Companhia (inaugurada em 1877), em 1882 tinha ligado só 133 edifícios com a rede de água. Pelo Recenseamento Geral de 1886, existiam na cidade 7.012 edificações e em 1888 temos a informação de que a Companhia Cantareira havia levado água a quinhentos edifícios, ou seja, cerca de 7% do total construído na cidade recebia água, enquanto o restante se abastecia na rede de chafarizes construídos pelo município. (...) Quando, em 1892, o Governo do Estado encampa a Companhia, criando a Repartição de Água e Esgoto, mostra de fato a preocupação com o problema higiênico-sanitário da cidade... e o medo de que as doenças infecciosas pudessem se espalhar para outros bairros levava a intervenções higiênico-sanitaristas em bairros densamente encortiçados e onde não existia infraestrutura... (Piccini, 2004: 45).

Esse medo, não infundado, faz com que o Governo do Estado tome providências em 1893, ante uma epidemia em Santa Ifigênia que foi constatada em decorrência da falta de redes de água e esgoto, onde as “casinhas” de cortiços mantinham latrinas com fossas fixas e estas, quando danificadas ou insuficientes, além de serem construídas em terrenos de antigos charcos precariamente aterrados, contaminavam a água dos poços e, conseqüentemente, os moradores. Voltaremos a essa questão mais adiante, em observação aos procedimentos adotados pelo governo. Por ora, vale lembrar que neste mesmo ano, segundo Nabil Bonduki, “já existiam 60 cortiços, com uma população calculada em 1.320 moradores, só no bairro de Santa Ifigênia e que, em 1900, um terço das habitações existentes em São Paulo era composto por cortiços” (Bonduki, 2004).

Quando surge a iniciativa de lançar o primeiro empreendimento imobiliário destinado às classes abastadas, tendo como alvo os fazendeiros que enriqueceram com a produção e exportação do café e que querem o conforto europeu, e não somente belas casas fora do núcleo histórico, a área escolhida é a chácara do Capão Redondo, o atual Campos Elíseos, prolongamento a oeste de Santa Ifigênia. Aí não somente as ruas largas de 16m (para além dos 13,22m prescritos pelo Código de 1875) caracterizavam já um urbanismo inovador, mas também a arquitetura e as técnicas construtivas deixavam para trás todo o repertório com o

²²⁹ A cidade em 1872 contava com pouco mais de 30 mil habitantes; em 1890 estava com cerca de 65 mil. O último censo do século XIX (1900) registrou um período de crescimento vertiginoso para São Paulo, que então se transformara numa cidade de 240 mil habitantes. (<http://www.saneamento.sp.gov.br/historico.htm>).

²³⁰ <http://www.saneamento.sp.gov.br/historico.htm>

qual a cidade “adormecida” havia se habituado²³¹. No entanto, embora o bairro tenha sido projetado e loteado no início dos anos 1880, somente no início do século XX pode contar com o abastecimento de água da Cantareira, além de esgoto, gás encanado, iluminação pública, bonde elétrico e iluminação, sendo então inteiramente ocupado (Simões Jr, 2004, pp.67-68).

Santa Ifigênia foi aos poucos se cercando de novos arranjos que caracterizavam uma urbanidade cosmopolita. Em sua extremidade leste, antes mesmo dos Campos Elíseos, já despontavam palacetes que se serviram de arruamentos novos, bondes e demais ofertas de infraestrutura: as ruas Florêncio de Abreu (antiga rua da Constituição) e Brigadeiro Tobias (no passado rua Alegre), que outrora eram utilizadas pelos indígenas e tropeiros para atingir o Guaré e o rio Tietê, foram ambas se sofisticando, tornando-se em uma importante conexão Centro-Luz.

No apogeu da Luz, outros edifícios vieram marcar a paisagem do antigo Guaré: na atual Av. Tiradentes, o Quartel da Força Pública (1892), a Escola Politécnica (1894), a Escola Prudente de Moraes (1895) e o Liceu de Artes e Ofícios, construção iniciada em 1897, nunca concluída e depois ocupada pela Pinacoteca do Estado, todos do escritório Ramos de Azevedo. Na gestão do prefeito Antonio Prado (1899-1910) o Jardim da Luz recebeu novo paisagismo e árvores exóticas, coretos e *promenades* para o desfrute da elite paulistana, que nessa época tomou para si este espaço público com exclusividade. Esses “melhoramentos” urbanos se tornaram grande motivação para a elite. Com eles, todavia, São Paulo conheceu também “uma nova maneira de se habitar mal: o cortiço” (Simões Jr, 2001: 154). Santa Ifigênia, entre as décadas de 1887 e 1900 – período marcado pela decretação da Lei Áurea (1888) e pela Proclamação da República no ano seguinte – já era um grande aglomerado desses estabelecimentos reunindo antigos pobres e o novo operariado, o que aparece como foco de epidemias e recebe atenção diferenciada.

Após cinco anos da libertação dos escravos e quatro anos da República, o governo paulista, por meio da Secretaria Estadual dos Negócios do Interior, nomeia uma comissão, composta por profissionais com formação superior, engenheiros e médicos, para realizar investigação, “exame e inspeção”, das condições das habitações “operárias” no Distrito de Santa Ifigênia, região central da cidade” (Ribeiro, 2010: 39).

Maria Alice Rosa Ribeiro²³² analisa o quão grave já era o problema da submoradia nos primeiros anos da República com base no *Relatório da comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de St^a Ephigênia*, redigido pelo médico Dr. Cesário

---

²³¹ “A partir de 1889, com a institucionalização do regime republicano, a Constituição Estadual de 14.07.1891 vem definir novas atribuições para os governos estadual e municipal em São Paulo. A emancipação política dos municípios cria as condições para uma melhor organização dos serviços públicos na Capital com a consequente estruturação de um setor de obras na administração municipal”. Simões Júnior, 1999: 73.

²³² Maria Alice Rosa Ribeiro, *Os cortiços no Distrito de Santa Ifigênia* (1893), 2010. Texto de análise a partir da iniciativa de publicação em fac-símile, por parte do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços no distrito de St^a Ephigênia, Apresentado ao cidadão Dr. Cezario Motta Jr. M.D. Secretario dos Negócios do Interior do Estado de S. Paulo. 19 de outubro de 1893*. Uma cópia deste texto de Maria Alice Ribeiro nos foi oferecida em janeiro de 2009 pelo Professor Tamás Szmrecsányi. Aqui, as referências seguem a numeração das páginas desta cópia. O mesmo texto foi publicado e lançado em novembro de 2010, em coedição do Arquivo do Estado e da Imprensa Oficial, na coletânea *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitário e urbanização (1893)*, organizada pela historiadora Simone Lucena Cordeiro.

Motta Jr., durante o governo de Bernardino de Campos, em 1893. O relatório, na análise da autora, é colocado como um “acontecimento republicano”:

Era um ensaio para o novo regime que se iniciava. Nesses primeiros anos republicanos, transparece uma atitude nova sobre a cidade e sobre o cidadão. Uma vez abolida a escravidão, o estatuto jurídico passou a conceder direitos iguais aos socialmente desiguais. (...) O governo começa a estruturar a nova administração republicana, e a institucionalização da saúde pública é uma das prioridades. Tudo está por ser feito, desde a organização do serviço sanitário, do hospital de isolamento, das instituições de pesquisa bacteriológica e de análises químicas e farmacêuticas, da rede de esgoto e de abastecimento de água na capital à elaboração do Código Civil e Criminal (...) O exame das condições higiênicas das habitações operárias “era uma necessidade que se impunha ao poder público”... A zona delimitada para inspeção, o distrito de Santa Ifigênia, fora atingida mais de uma vez por epidemias. A habitação operária era, segundo o relatório, o ponto mais vulnerável de um plano de saneamento da capital e da construção de um sistema de defesa da higiene urbana. A idéia, que os membros da comissão tentam transmitir, é de que não basta melhorar as condições de abastecimento de água, do serviço de esgoto e da drenagem do solo, se a habitação não for também alvo da mudança (Ribeiro, 2010: 39-41).

Sob a direção do médico Cesário Motta Jr., a comissão de exame e inspeção dos cortiços reunia outros três médicos, Candido Espinheira, Gregório da Cunha Vasconcelos e Octávio Marcondes Machado e, entre os engenheiros, destaca-se o nome de Teodoro Sampaio, sendo este o primeiro engenheiro sanitário do recém-criado Serviço Sanitário (1892), que em 1894 conformaria o primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo, a estabelecer normas de higiene e saúde pública em lugar do Código de Postura Municipal “solitário e inoperante, porque, sem corpo de fiscais...” (Ribeiro, 2010: 40).

O “acontecimento republicano” de que fala Ribeiro se dá, portanto, com a iniciativa do governo em partir do *Relatório de Exame e Inspeção* de Cesário Motta Jr. face à epidemia de febre amarela, que representa perigo às condições sanitárias da cidade, em 1893, atingindo Santa Ifigênia com alto índice de infectados.

... foi a razão apontada pela comissão para que o poder público tomasse a iniciativa, pois ela deixaria a seguinte lição: as condições do meio, da topografia e da vida da população foram os motores do seu surgimento e de sua evolução e a população operária foi a sua maior vítima (...) Entretanto, quanto à população, o poder público deveria intervir, impondo um regulamento à “indústria da construção e locação de prédios” inadequados à moradia” (Ribeiro, 2010: 41).

Sob as “condições do meio” e da vida “promíscua” reinante entre trabalhadores pobres, o Relatório do Dr. César Motta Jr. afirmará que

daquela onde se accumula a classe pobre, a estalagem onde pulula a população operária, o cortiço como vulgarmente se chamam essas construções acanhadas, insalubres, repulsivas algumas onde as forças vivas do trabalho se ajuntam em desmedida, fustigadas pela dificuldade de viver, n’essa quase promiscuidade que a economia lhes impõe, mas que a hygiene repelle” (Motta Jr., p. 2 do Relatório de 1893, *apud* Cordeiro, 2010: 93).

Com essas colocações, podemos entender, no bojo do “acontecimento republicano”, que:

1. Quanto às epidemias e a somatória dessas condições de vida da população, a topografia de Santa Ifigênia – originalmente “urbanizada” sem critérios técnicos – responde por uma causa anterior sobre os demais problemas sanitários da região. Ribeiro salienta que,

segundo as observações do engenheiro Teodoro Sampaio (anteriormente citadas em Ab'Saber), “os terrenos eram úmidos e, durante a época das chuvas, nos verões paulistanos, formavam-se verdadeiras lagoas de águas pluviais, que somente desapareciam com a persistente insolação”.

A rede de esgotos recém-instalada de forma incompleta em algumas ruas funcionava precariamente e não permitia o escoamento e, ao mesmo tempo, nas épocas de chuvas intensas, fazia refluir o material das galerias. Os inúmeros prédios construídos na região ocultavam a depressão da bacia palustre, impediam a drenagem e dificultavam a secagem solar. (...) O retalhamento dos terrenos por muros e paredes e o adensamento de construções tornaram o enxugamento do solo mais precário. O tipo de drenagem proposta pela comissão para sanear a antiga bacia palustre é subterrânea e profunda para ser de fato eficaz, o que envolve a reforma da rede de esgotos (Ribeiro, 2010: 41-42).

2. Quanto à forma de ocupação original em Santa Ifigênia que não se modifica, mas pelo contrário, somente se intensifica no período em que para lá aflui a grande massa de imigrantes, tanto o *Relatório* do Dr. Cesário Motta Jr. quanto outras pesquisas sobre a habitação popular na cidade concordariam sobre o seguinte ponto:

A ocupação desses terrenos baratos, abaixo do nível do arruamento, revela a urgência e o descuido com que se executavam as construções numa época de grande demanda por novas moradias de aluguel. Esse descuido era ainda maior quando se tratava de habitações para trabalhadores pobres, nas quais toda redução de custo era buscada com avidez (Bonduki, 2004: 22).

3. Que os meios utilizados para sanear a cidade, em especial as áreas em que se apinham os trabalhadores e mais atingidas pelas epidemias, decorrem de “exames” e “inspeção” sobre a população pobre, procedimentos que “expressam uma visão elitista, viciada pelas concepções higienísticas e preconceituosa em relação aos trabalhadores” (Bonduki, 2004: 22).

Nas considerações de sua análise sobre o *Relatório*, entretanto, Ribeiro afirma que

A respeito do urbanismo e da habitação, é interessante notar a posição assumida pela Comissão. Ela *não prescreve o “arrasa-quarteirão”, a expulsão, a exclusão e a segregação do pobre para valorizar o centro da cidade. A comissão propõe reformas e condena a ação dos proprietários que exploram com aluguéis exorbitantes os trabalhadores pobres da cidade* (Ribeiro, 2010: 58, grifos nossos).

Segundo Nabil Bonduki (2004), ao encomendar o *Relatório* à Comissão dirigida por Cesário Motta Jr., a Diretoria de Higiene tinha a preocupação explícita em melhorar as condições de habitação em Santa Ifigênia, donde seguia o poder público com a decisão de melhorar as condições de drenagem e saneamento da área.

A escolha de Santa Ifigênia não foi casual: tratava-se de um bairro não só popular, mas habitado também pela classe média e pela burguesia cafeeira. A região analisada no *Relatório* situa-se a menos de quinhentos metros do mais aristocrático bairro da época, Campos Elíseos. Embora condições semelhantes às de Santa Ifigênia existissem em outros bairros, gerando problemas sanitários e doenças contagiosas, foi só ali que se propôs uma intervenção completa, na qual se revelou outra estratégia sanitária (...) É evidente a intenção de eliminar os cortiços da área e, com isso, acelerar o processo de segregação por meio da intervenção pública (...) (Bonduki, 2004: 32-33).

O “acontecimento republicano” liberalizante, que então se espelha nos “Melhoramentos” em áreas onde circula a elite cafeeira, mas que se assombra sob “um véu negro (que) encobre os alojamentos dos trabalhadores” (Bonduki, 2004:21), perduraria até o final da Primeira República (nos anos 1930), com as expansões descontroladas da cidade e a formação de outros assentamentos operários como aqueles que surgiram mais ao Leste, em áreas de alagados.

A cidade, que então se restringia às ruas e aos distritos centrais, como Santa Ifigênia, Sé e Consolação, cresceu para além dos rios Tamanduateí e Tietê, acompanhando os trilhos das estradas de ferro, incorporando antigos sítios e chácaras e espalhando-se cada vez mais longe. Loteamentos populares foram abertos onde antes só existiam mato e várzeas inundáveis; alguns bairros como Brás, Mooca, Bom Retiro ou Belenzinho, iam nascendo sem qualquer preocupação com o arruamento ou com a oferta de serviços, como água, esgotos, remoção de lixo ou iluminação” (Vasconcelos, 1995: 22-23).

A modernização incitada pelo capitalismo liberal, no particular de São Paulo, se manifesta especialmente nos negócios do café, nas irradiações ferroviárias e no afluxo migratório, mas é também marcada pelas questões sanitárias decorrentes de insalubridade. Uma modernização, portanto, bastante questionável, pois o que se comprova é a inoperância para com o saneamento adequado a todos (ricos e pobres) e a igualmente comprovada falta de ação ante o planejamento territorial. Além disso, lembramos que “nem tudo era italiano” em uma

época que também nos acostumamos a associar a uma população composta de muitos estrangeiros, especialmente italianos, presença habitualmente destacada como decisiva nesse período, dando a impressão de que foram os únicos a interagirem, de forma contraditória ou não, com a tentativa de conversão da urbe paulistana numa cidade supostamente moderna, cujo exemplo eram os centros europeus (Santos, 2008: 14).

Em suma, podemos já aqui observar que o capital - movido sobre os trilhos urbanos que da Capital se irradiam, transferem exportações e, no sentido inverso, importa benesses europeias - inaugura para São Paulo outras “peias” que se embaralham entre ordem e desordem, progresso e atraso. E nisso se soma o fomento ao trabalho e o controle sanitário entre os que podem ou não serem incluídos nos engenhosos planos econômicos e políticos que afetam todos.

A prosperidade, neste contexto da Primeira República (1889-1930) é a marca do Estado liberal, que reluta ao máximo interferir na esfera privada dos privilegiados (visto pelas parcas regulamentações na esfera do trabalho e da previdência), mas que não pode admitir, na esfera privada dos mais pobres (ignorando seus meios de subsistência e os salários ínfimos, não condizentes ao aparato rentista das habitações) uma ameaça à saúde pública, donde “na questão social, o Estado limitava-se a manter o aparato policial para controlar os trabalhadores e defender as instituições”...

Tratava-se de um caso de polícia, pelo menos até 1919, quando o Parlamento brasileiro homologou o Tratado de Versalhes, obrigando-se a regulamentar as condições de trabalho (...) Na habitação, porém, o Estado foi obrigado a atuar de forma mais vigorosa. A (ir)racionalidade da produção capitalista de edifícios, o loteamento indiscriminado e a precariedade dos serviços de água e esgoto, a carga de empresas privadas, entre outros, passaram a constituir séria ameaça à saúde pública” (Bonduki, 2004: 27).

Como se vê, desde então o saneamento e a modernização – inclusive no bairro Santa Ifigênia – conferem uma “modernidade” ou um “acontecimento republicano” como um “caso de polícia”.

Assim, a cidade próspera e moderna criava também os seus indesejáveis, pobres, vadios, prostitutas, mendigos e loucos, toda uma gama de pessoas “que não se pode conhecer” e que ameaçava a ordem, o trabalho e o progresso da cidade” (Vasconcelos, 1995: 24).

Destacando a Região da Luz mais especificamente no conjunto das políticas urbanas e sanitárias mais gerais, o que se imprime para as gerações futuras com esse tipo de condução excludente é consequência, principalmente, dos baixos salários. O paradoxo no qual se observa o particular da Região da Luz e do bairro de Santa Ifigênia envolve a velha “lógica sanitária”. Até aqui, esse particular é ao mesmo tempo universal, e não carrega alteração nenhuma dentro do quadro do saneamento que vimos se confundir, ideologicamente, com o modelo de embelezamento urbano preconizado por Haussmann em Paris.

A Região da Luz “que não se pode conhecer”

A proximidade da Estação da Luz, o envelhecimento das edificações pelo seu progressivo abandono por parte dos moradores mais abastados e, mais tarde, o congelamento de alugueis propiciaram que também a prostituição desse preferência a Santa Ifigênia. Progressivamente algumas de suas ruas passam a ser foco e local de confinamento da profissão. Apesar disso, o comércio não abandona a área, mas vai se especializando em produtos industrializados, dentre os quais vão se destacar mais tarde produtos eletroeletrônicos.

A partir da década de 1930, com a chamada República Nova, e mais intensamente depois dos anos 50, a cidade de São Paulo avança para um estágio crítico em suas reformulações urbanas. O Centro torna-se estruturador para irradiações rodoviárias através do plano urbanístico desenhado por Francisco Prestes Maia, engenheiro, arquiteto e professor da Escola Politécnica, também prefeito em duas gestões (1938-1945 e 1961-1965). O seu “Plano de Avenidas” foi de pronto atendimento ao contínuo crescimento acelerado, associado ao “progressismo” da metrópole do trabalho e capital industrial (Lagonegro, 2004). Bairros operários, inicialmente próximos às estações ferroviárias dos arrabaldes, vão se espalhando, cada vez mais distantes e com arruamentos precários, sem outra infraestrutura que não os ônibus, com habitações autoconstruídas aos poucos.

Com a introdução das montadoras automobilísticas, na segunda metade dos anos de 1950, a nova morfologia urbana intensifica problemas manifestos quer no Centro, quer nas rebarbas da metrópole, promovendo deslocamentos da centralidade: o trânsito caótico do asfalto ou de arruamentos clandestinos precários, a poluição, ao lado dos zoneamentos proibitivos delimitando espaços de legalidade para os privilegiados (Rolnik, 1997). A partir da década de 1960 o centro histórico, incluindo seu prolongamento além Anhangabaú (chamado de Centro Novo, que por curto espaço de tempo foi núcleo de elites moradoras em

apartamentos de luxo e próximas às primeiras lojas de departamentos e locais de entretenimento, como a “cinelândia” paulistana concentrada nas Avenidas São João e Ipiranga) entra em franca decadência. A poucas quadras ao Norte, a Região da Luz já se tornara o principal ponto de encontro de boêmios, malandros, prostitutas, merecendo, também, a concentração de produtoras do cinema pornográfico e se constituindo na famosa “Boca do Lixo”. Conta-nos o célebre marginal Horóito de Moraes Joanides que

Em São Paulo, até 1953, o submundo da cidade, com exceção de algumas pequenas sucursais, concentrava-se no bairro do Bom Retiro (ao Norte do Jardim da Luz), girando e pululando em torno do meretrício, até então ali oficialmente confinado. (...) Com o fechamento da chamada Zona, a prostituição ‘desoficializada’ foi se fixando no bairro dos Campos Elíseos, onde, em curto espaço de tempo, apossava-se territorialmente de toda a área circunscrita pelas ruas e avenidas Timbiras, São João (praça Júlio de Mesquita), Barão de Limeira, Duque de Caxias, largo General Osório e rua dos Protestantes para constituir a famigerada Boca do Lixo, o Quadrilátero do Pecado (Joanides, 2003: 26).

O Terminal Rodoviário da Luz, destinado aos fluxos intermunicipais, foi obra privada construída em associação com a Prefeitura de São Paulo, nos anos de 1950, na segunda gestão de Prestes Maia. Colossal marco de uma antiarquitetura, esse equipamento urbano só foi erradicado do Centro duas décadas depois, o que comprova a inércia do Poder Público e de seus dirigentes com assuntos vivenciados pela grande massa. A “rodoviária velha” contribuiu, e muito, para o derradeiro abandono da Luz, dos Campos Elíseos e de Santa Ifigênia, uma vez que o trânsito pesado e o caos generalizado afugentou definitivamente a população que conseguiu pagar outros lugares mais distantes do Centro. Os antigos hotéis da região, alguns outrora sofisticados, se não fecharam suas portas, deram lugar ao mundo de gente da “Boca do Lixo”.

No início da década de 1970 estava já claro que o modelo de “desenvolvimento urbano” se firmava pelo seu aspecto excludente no que concerne à habitação. Nos bairros “nobres” que surgiram no vetor Sudoeste, a partir dos Campos Elíseos (Higienópolis, Avenida Paulista, Jardins etc.), o rodoviarismo triunfou, porém, nas periferias mais distantes, um cardápio variado de problemas era já “epidêmico”. Sob o voraz mercado imobiliário e fundiário, com o poder público incapaz de atender as demandas por moradia, transportes e infraestrutura, a população pobre e a imensa massa de trabalhadores jazem à luz da “espoliação urbana”²³³, conforme conceito formulado por Lúcio Kowarick (2009). A década perdida de 1980 e o neoliberalismo federal depois de 1990 levam a indústria paulistana à crise e os trabalhadores ao desemprego. A insegurança atinge toda a cidade. Os mendigos tomam posse das esquinas. A pobreza urbana cresce e avança pelo Centro, cujas ruas e praças se tornam refúgio dos sem teto, o *playground* de menores abandonados e o paraíso dos ladrões de transeuntes. Na Região da Luz o comércio que sobreviveu foi se tornando cada vez mais popular, destinado aos milhares de transeuntes que afluem, diariamente, das periferias da cidade, baldeando entre os trens suburbanos e os terminais de ônibus. Na rua Santa Ifigênia e adjacências concentraram-se inúmeras casas de produtos elétricos, e já na

---

²³³ “A espoliação urbana é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta”. Kowarick diz que “a noção de espoliação urbana foi inicialmente exposta em seu livro *A espoliação urbana* (1979).

década de 1990, também os eletrônicos, imperando a “pirataria”, muito embora essa região comercial represente o segundo posto de arrecadação de ICMS da cidade, depois da rua 25 de Março, e bem acima dos valores de qualquer área em que se concentram os *shoppings centers* de luxo. Na Luz e no Bom Retiro, misturaram-se ao comércio de tecidos e de roupas e sua confecção, uma diversificada rede de estabelecimentos onde se via (e ainda se vê) “de tudo”, inclusive bares e restaurantes populares. O comércio das drogas ali também encontrou freguesia, com meninos e adultos fumando crack a qualquer hora, propiciando a divulgação do epíteto estigmatizante com que área é hoje conhecida: “Cracolândia”, como veremos mais adiante.

Alguns autores costumam ressaltar que até os anos 1950 São Paulo ainda não tem favelas, mas, através das pesquisas sobre os cortiços na cidade, como a de Piccini (citada um pouco acima), de Suzana Pasternak (1993), Raquel Rolnik e Nabil Bonduki (1983 e 2004, também já citadas) e outros autores²³⁴, os cortiços não deixam de evidenciar a “urbanização de baixos salários”, como vimos através de Ermínia Maricato (2007) no capítulo IV, decorrentes das “políticas de baixos salários”. É neste sentido que se faz pertinente a observação de Maria da Penha Vasconcellos (1995) sobre a cidade “que não se pode conhecer”, da precariedade em termos de saúde pública, que desde longa data, mesmo no período do “acontecimento republicano” (Ribeiro, 2010), dá mostras do paradoxo no quadro estrutural da sociedade brasileira: a cidade “que não se pode conhecer” é, em suma, aos olhos das classes dirigentes, a cidade que *não se quer reconhecer*.

Se a degringolada avançou na Região da Luz como um todo e Santa Ifigênia foi transformada em “Boca do Lixo”, por outro lado, não faltaram tentativas de salvaguardar a historicidade e o valor imobiliário da área, com veremos a seguir.

Primeiros projetos estatais para a reestruturação e a salvaguarda do patrimônio histórico da Região da Luz

Com a inauguração da primeira linha de trens subterrâneos, em 1974, o Metrô ainda está longe de substituir o transporte de superfície sobre pneus, quer individual, quer coletivo, pela população que seguiu (e pela que sofreu) os arranjos do mercado imobiliário e se fixou distante do centro, tanto nos bairros nobres quanto nas periferias, sobretudo nestas, ocupadas com ausência de planejamento ou desqualificada pelos que se fizeram. A urbanização extensiva sofreu ainda mais com o crescente desordenamento de outros setores (indústria, abastecimento) ou pela falta de alguns (escolas, hospitais e postos de saúde) e se notabilizou pela caótica justaposição de atividades prejudiciais à qualidade de

---

²³⁴ Ver também: Ant, Kowarick e Vêras (1981); COGEP; COGEP e LIMA E MOREIRA (Org.) (2006); na bibliografia de Piccini (2004), há um “Compêndio de Leis relacionadas à problemática dos cortiços”, tanto no âmbito municipal (desde o Código de Postura da Câmara de 1886, leis e decretos até 1995) como no âmbito estadual (de 1886 até 1991) e federal (de 1916 a 1991).

vida: a poluição e o trânsito caótico passaram a interferir negativamente no cotidiano e trouxeram à realidade da metrópole a experiência do colapso. Os engarrafamentos nas grandes artérias radiais e perimetrais já se configuram endêmicos, roubando parcela significativa do tempo e da saúde do paulistano.

Associados a este quadro de crescimento urbano estão, por um lado, os processos de produção e consumo da cidade industrial e, de outro, as formas de apropriação e de valorização do solo urbano pela ação especulativa do capital imobiliário. O descompasso entre essas forças atuantes e que se manifestam nas áreas centrais podem ser entendidos através da relação entre a urbanização extensiva (tendência centrífuga) e dos padrões de uso e ocupação do solo nas áreas urbanas já consolidadas (tendência centrípeta). Nas áreas centrais (entre as décadas de 1960 e 1990) é verificada a deterioração econômica, física, social e ambiental, correspondendo à idéia de que a estrutura existente não satisfaz ao papel funcional exigido e às expectativas definidas pelo mercado fundiário, até que apareçam as “tendências renovadoras”, características do vetor centrípeta de expansão urbana (Simões Jr., 1994: 11-12).

Para que seja possível se adaptar plenamente a esse processo, o centro da cidade precisaria estar continuamente se remodelando, numa resposta reflexa a toda essa dinâmica do crescimento urbano. No entanto, a prática de intervir nas áreas centrais visando readequá-las não se apresenta como um processo contínuo, mas como um fato cíclico e descontínuo, dependente das especificidades e das demandas do próprio mercado imobiliário (Simões Jr., 1994: 12).

Vejamos um conjunto de intervenções que vieram no sentido de propor essa readequação, na perspectiva de disciplinar o desenvolvimento do centro da cidade face à sua dinâmica funcional.

No início da década de 1970, na gestão do prefeito Figueiredo Ferraz (1971-73), o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI lançou a Lei de Zoneamento e criou duas autarquias, a Empresa Metropolitana de Urbanização – EMURB, em 1971 e a Coordenadoria Geral de Planejamento – COGEP, em 1972, para dar atenção e providenciar ações, respectivamente ao entendimento da cidade e à solução de seus conflitos, seguindo os preceitos funcionalistas (Carta de Atenas) e suas respectivas funções urbanas, divididas entre habitar, trabalhar, recrear e circular. Entretanto, a atuação destas empresas perpetuaria a visão rodoviarista das grandes intervenções urbanas, agora teoricamente inseridas em um plano urbano maior (Kara-José, 2007: 32).

Um novo “mapa” da cidade aparece agora sob a Lei Geral de Zoneamento (Lei nº 7.805, de 1972), abrangendo a totalidade do município e de suas atividades urbanas, mas que se traduz em “política para poucos”, como afirma o arquiteto José Marinho Nery Jr. em sua tese sobre o zoneamento paulistano:

É interessante notar, inicialmente, que os técnicos da Coordenadoria Geral de Planejamento – COGEP –, órgão responsável pela elaboração dessa lei, atribuíram ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI-SP – um papel de muita importância para definição do zoneamento proposto, o qual teria sido decorrente dos objetivos e diretrizes contidos no Plano (...) O discurso dos técnicos (da COGEP) quanto à lei geral de zoneamento, procurava afirmar que, por meio dela e do plano diretor, do qual ela seria decorrente, haveria uma nova racionalidade na política de uso e ocupação do solo de São Paulo (...) O PDDI-SP (Lei nº

7.688/71), no entanto, não passava de um conjunto de objetivos e de diretrizes genéricos e pouco pragmáticos, os quais visavam ao desenvolvimento social, econômico, físico e ambiental da cidade (...) A principal finalidade do PDDI seria dar legitimidade política à (futura) lei geral de zoneamento, promovendo uma propaganda na qual a população acreditasse que essa lei de zoneamento proviria de um saber técnico, uma vez que ele seria decorrente de um plano diretor, cujo objetivo principal seria o de “propiciar o bem-estar da comunidade”. (Artigo 1º da Lei nº 7.688/71) (...) Como parte do PDDI-SP foi divulgada a proposta de construção de uma malha de vias expressas, tida como “o esqueleto da nova cidade prevista pelo PDDI”, cujo “mapa” apresentado não passava de um esquema bem geral, em que não era possível saber onde elas seriam de fato construídas, ou seja, não eram sequer definidas quais vias seriam abertas ou quais seriam alargadas para execução dessa gigantesca obra viária” (Nery Jr., 2002).

Os estudos e o projeto do escritório Rino Levi Arquitetos Associados foram pioneiros, entre vários outros arrolados em subsequentes gestões municipais e estaduais, em analisar e orientar a legislação disciplinadora do uso, ocupação e reurbanização da Região da Luz. Intervir nela contemplaria os anseios de milhares de usuários e moradores da Luz, do Bom Retiro e Santa Ifigênia. Esse trabalho, denominado *Área da Luz. Renovação urbana em São Paulo*, constitui um pormenorizado diagnóstico técnico, com mapeamento da área, e foi encomendado pela COGEP às vésperas da operação da primeira linha do metrô na Capital, tendo em vista a integração da área com os trens suburbanos nas estações da Luz e Sorocabana/Júlio Prestes. Pretendia também “a implantação de conjuntos habitacionais, centros educacionais, postos de saúde, proteção e valorização do patrimônio histórico e ambiental e com base no reconhecimento de seu potencial de uso para o lazer cultural e como estímulo a uma maior utilização desse conjunto pela população” (Cesar, 1977).

Incluso em “Área da Luz”, o projeto propriamente dito não foi implantado, mas até hoje ilumina propostas de melhorias para a região, a exemplo daquelas que vieram atender ao potencial de uso para o lazer cultural da população, bem como o turismo, como o “Projeto Luz Cultural” (1984), iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura, coordenado por Regina Maria Prosperi Meyer, que elegeu como um de seus polos a Oficina Cultural Oswald de Andrade, instalada na antiga Escola de Farmácia e Odontologia da USP (Rua Três Rios, no Bom Retiro). Em associação com a EMURB, essa mesma Secretaria propôs a recuperação da Praça Fernando Prestes (Metrô Tiradentes) e, em parceria com a Polícia Militar, o policiamento mais efetivo da região; com a Secretaria Municipal de Cultura, criou o programa de “Leitura no Parque” e o projeto “Educação Ambiental”; com a Pinacoteca do Estado, o programa “Desenho no Parque”.

As Renovações Urbanas a partir da década de 1970 e seus efeitos indutores

A escala das “Renovações Urbanas” em São Paulo se manifestou por ordenações físicas de maior monta, acompanhando a política econômica brasileira no regime autoritário militar, com seu programa de “modernização” (leia-se milagre econômico), e se deu na continuidade das solicitações de apoio do capital externo. Porém, entrou em choque com a crise do petróleo (1974) e a alta internacional de juros, desacelerando a produção industrial

e provocando a recessão nos anos 1980. Com o bloqueio do crescimento econômico e as políticas recessivas impostas pelo FMI aos países devedores (como os latino-americanos e o Brasil do então “milagre”) justifica-se considerar o período como a “década perdida”. Com isso, surgem as “Renovações Urbanas” de caráter tecnocrático, e agora com inspirações em modelos norte-americanos:

Tecnocracia a serviço de uma maior eficiência da ação do setor público e como argumento falacioso aos empreendedores imobiliários, ávidos por maiores lucros em seus projetos, a metodologia das intervenções caracterizadas como renovação urbana é marcada então pela filosofia do arrasa-quarteirão, numa tentativa de “sanear” o espaço coletivo, eliminando áreas encortçadas e insalubres, criando novos polos comerciais e de serviços (como os “Central Busines Districts” das cidades americanas) ou então implantando grandes projetos habitacionais de interesse social, marcados pela repetição monótona de edifícios idênticos com ambientes estéreis, impessoais e sem nenhuma possibilidade de intercâmbio nas relações humanas e sociais (Simões Jr., 1994: 16).

Já a partir de meados da década de 1970 e início dos anos 1980, sob o termo de “Revitalização Urbana”, uma nova etapa de diagnósticos sobre as cidades existentes e que passaram por “renovações” virá baseada em contundente crítica aos padrões dos movimentos modernos. Os antigos centros urbanos, que receberam pesadas intervenções rodoviaristas, devem então acolher novas reformas e serem restituídos de “vitalidade” e fisionomia perdidas.

Em São Paulo, a porção central mais complexa e deteriorada passou a receber atenção na recuperação de sua paisagem e condições ambientais com a remodelação do Vale do Anhangabaú, a partir de concurso público nacional, em 1981, contando com a participação de mais de 50 escritórios de arquitetura. Tal iniciativa se deu durante a gestão do prefeito Reynaldo de Barros (1979 -1982) e foi lançada pelo arquiteto Benedito Lima de Toledo; fez parte de um contexto maior, voltado para uma política de recuperação do centro (iniciada, como vimos, com a chegada do Metrô a oferecer ensejo para dinamizar essa região).

O “Plano de Revitalização do Centro” começou a ser implantado em 1976, na gestão do prefeito Olavo Setúbal (1975 -1979) com obras de conversão de ruas em calçadas, reformas e restaurações importantes, como a do Edifício Martinelli (que havia se transformado em cortiço), do viaduto Santa Ifigênia e do Pátio do Colégio. Além disso, foi realizado um inventário geral das edificações classificadas de valor histórico, arquitetônico e cultural, que serviu de base para a Lei de Zoneamento e a preservação desses bens, bem como de seus entornos, como Z8-200. A reforma do Anhangabaú, a partir do projeto premiado do arquiteto Jorge Wilhelm e da paisagista Rosa Kliass, se arrastou por uma década, com interrupções e avanços entre as gestões de Mário Covas (1983-1986) e Jânio Quadros (1986-1989), sendo entregue ao público em 1991, na gestão de Luiza Erundina (1989-1993), totalizando um gasto estimado de US\$ 150 milhões. A praça reurbanizada – uma grande esplanada para pedestres e passagem subterrânea para veículos particulares e coletivos – soma 50.000 m², dos quais 20% são reservados para bolsões verdes e espelhos d’água (Simões Jr., 1994).

Como “efeitos indutores” imaginados pela municipalidade para a “revitalização” do centro, é preponderante a valorização do patrimônio edificado com a recuperação dos edifícios públicos e dos “marcos paisagísticos e culturais da região”.

Com a conclusão da remodelação do Anhangabaú, uma série de efeitos indutores se fizeram notar de imediato, como por exemplo a retomada da política de restauração de edifícios públicos, conduzida pelo DPH; a ampliação da área de intervenção para o eixo da Av. São João (Boulevard São João), o projeto de reurbanização do Parque D. Pedro II implicando na mudança da sede da prefeitura para lá, a aprovação da Operação Urbana Anhangabaú objetivando potencializar a restauração de marcos paisagísticos e culturais da região a partir da parceria financeira com o setor privado e, finalmente, o surgimento de um movimento organizado da sociedade civil visando participar e influir nesse processo de recuperação da área central – a “Associação Viva o Centro” – congregando empresários e comerciantes da região (Simões Jr., 1994: 40-41).

Sobre os “efeitos indutores” no centro, as supostas “vantagens” para os moradores locais (em maioria os inquilinos de parques recursos) são inscritas formalmente em todos os programas de “revitalização”, mas, na prática, as “operações urbanas”, onde quer que elas se deem, servem à iniciativa privada, que se beneficia dessas políticas públicas como garantia de que os imóveis de sua pertença não fiquem expostos a uma vizinhança degradante. No caso da Operação Urbana Centro, que teve origem na reforma do Anhangabaú, a Associação Viva o Centro²³⁵ – tida como “movimento organizado da sociedade civil” –, tratou de cumprir exatamente o seu papel nessa “participação” e “influência” no processo de recuperação da área central: seus maiores representantes, no entanto, são os ricos proprietários dos imóveis mais significativos da região.

O planejamento urbano estratégico como porta de entrada para o Nova Luz

No caso da região central de São Paulo, a partir da década de 1990, a Operação Urbana Centro, desencadeada a partir do perímetro expandido da Operação Anhangabaú, bem como outras criadas através das parcerias público-privadas (Faria Lima, Águas Espreiadas, Água Branca, etc.) absorve a influência dos modelos estrangeiros de “revitalização” de áreas urbanas degradadas, a considerar prioritariamente o setor econômico. Mas, cabe aqui uma ressalva:

A importação de modelos do exterior desconhece a especificidade da sociedade e das cidades brasileiras (e latino-americanas de um modo geral). Como nó central de diferença está o acesso ao mercado – especialmente o mercado residencial legal – que não incorpora nem metade da população brasileira, enquanto nos países do capitalismo central o acesso à moradia servida de água, esgoto e transporte, além dos serviços de educação e saúde, é

---

²³⁵ A Associação Viva o Centro foi fundada em 1991. É uma ONG composta por proprietários, comerciantes e empresários que defendem a revalorização da área central para usos econômicos das classes médias e altas, através da exploração do potencial arquitetônico, urbanístico e simbólico da região. A associação teve como patrocinador inicial o BankBoston, em cujas dependências localizavam-se a sede da organização. (Brose, 2008). Ver informações em www.vivaocentro.org.br

praticamente universal. Essa especificidade é fundamental. Ela faz toda a diferença. Desconhecê-la significa desconhecer a realidade e manejar a ficção, ou melhor, significa tomar uma parte da cidade pelo todo: a cidade do mercado que é, em muitas metrópoles, a cidade da minoria privilegiada” (Maricato e Ferreira, 2002).

O modelo das Operações Urbanas não é somente técnico, mas também político. Trata-se de uma “sinfonia” em que os acordos são traduzidos por acordos mútuos entre aqueles que integram os poderes públicos e privados alocados entre gestão e território. A “orquestra” começa com

um instrumento de intervenção de política urbana que marca a entrada do neoliberalismo na organização espacial das aglomerações urbanas. Sua origem remonta às ZAC-s (*Zones d’Aménagement Concerté*) francesas e nas experiências em São Paulo de operações interligadas” esboçadas já do no final dos anos 1980, onde se tornou largamente utilizada em áreas com potencial de intensificação do uso do solo. A figura de operação urbana foi legalmente consolidada no Estatuto da Cidade promulgado em 2001 (Seção X) (...) A racionalidade da operação urbana é que em lugares estratégicos o poder público concretiza o potencial de adensamento da área objeto através de investimentos em infraestrutura adicional (obras viárias, saneamento, remoção de favelas e cortiços), abrindo espaço para empreendimentos imobiliários privados, para se ressarcir de ao menos parte do investimento na forma de venda – outorga onerosa – de direito de construir acima de tetos de densidade (coeficiente de aproveitamento) fixados na Lei de Zoneamento incidente na área de influência imediata da operação. A iniciativa privada participa assim, diretamente, do custeio do investimento em infraestrutura urbana (...) As operações urbanas ficam sujeitas à crítica de que os investimentos realizados pelo poder público são de ordens de grandeza superiores aos valores ressarcidos, e mais grave, de que relaxam o controle do uso do solo pelo poder público em função da estrutura urbana como um todo e em última instância do interesse coletivo, em função de interesses localizados manifestos por grupos de pressão particulares (Maricato e Ferreira, 2002).

Entre nós, além das ZACs francesas, há o modelo BID – *Business Improvements Districts*²³⁶, que se confunde com a sigla BID do Banco Interamericano de Desenvolvimento²³⁷, este último a subsidiar parte das iniciativas governamentais para o incremento econômico em suas bases territoriais. Ambos apontam para o “empresariamento” das cidades, em contraponto ao “gerenciamento” urbano que se centrava nas políticas do Bem-Estar Social à época das grandes obras de Renovações Urbanas. Trata-se de um consenso, como apontado

---

²³⁶ BID – Business Improvements Districts, implantados nos Estados Unidos nos anos 1980 como forma de fazer frente à crise fiscal das cidades, é um modelo de renovação urbana definido pelos bancos multilaterais, com investimentos fiscalizados, agências gestoras e expectativa de captação tributária em áreas localizadas: a partir de Arantes (2004) e Brose e Cymbalista (2008).

²³⁷ BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. A ideia de uma instituição para promover o desenvolvimento da América Latina surgiu na I Conferência Pan-Americana, em 1890 — a iniciativa pioneira para a criação de um sistema interamericano. Mas quase sete décadas passaram antes que o BID se tornasse realidade, dentro de uma proposta do presidente brasileiro Juscelino Kubitschek. O Banco foi criado formalmente em 1959, quando a Organização dos Estados Americanos redigiu o acordo de fundação do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O BID oferece soluções para problemas de desenvolvimento nos 26 países da América Latina e do Caribe. Atua em parceria com governos, empresas e organizações da sociedade civil; concede empréstimos em dinheiro e faz operações de cooperação técnica não reembolsáveis. Além disso, financia pesquisas, assessoria e assistência técnica para a modernização de áreas vitais como educação, redução da pobreza e agricultura. www.iadb.org/aboutus/ (acesso em setembro de 2008).

por David Harvey, de que “os governos urbanos tinham que ser muito mais inovadores e empreendedores, abertos para explorar diferentes meios para aliviar suas condições miseráveis e assim assegurar um futuro melhor para as suas populações” (Harvey, 1996).

Nas últimas décadas do século XX, a região da Luz, do Bom Retiro e de Santa Ifigênia já não é objeto do planejamento moderno na escala das “renovações”, como vimos no exemplo do pioneiro *Área da Luz* do Escritório Rino Levi. Já não se fala em grandes obras, posto que nos anos 80 os cofres públicos estão comprometidos²³⁸ e os ventos do neoliberalismo sopram a favor de uma outra escala de projeto, qual seja, a do chamado projeto “estratégico”, em que o “empresariamento” descrito por Harvey é o novo enfoque na relação entre as municipalidades falidas com a iniciativa privada na reconstrução de seus centros urbanos degradados.

Como vimos através do exemplo exposto por Harvey da cidade norte-americana Baltimore (Harvey, 1996), o processo de “empresariamento” urbano vem desempenhando uma reestruturação da distribuição geográfica das atividades humanas, marcadamente uma dinâmica político-econômica de desenvolvimento geográfico desigual. Nesse sentido, é importante que se conheça seus agentes.

A mudança da gestão urbana em direção ao empresariamento tem que ser analisada em diferentes escalas espaciais: a do bairro e da comunidade local, da cidade principal e do subúrbio, da região metropolitana, da região, do estado nacional e assim por diante (...) É igualmente importante especificar quem está sendo empresário e em relação a que (Harvey, 1996).

Identificar os agentes que operam em direção a esse “empresariamento” constitui tarefa hercúlea, invariavelmente nos fazendo crer que a eficácia de nossas instituições não é senão o papel preponderante do jogo de interesses privados. No caso de São Paulo, essa tarefa pode ser exemplificada com o estudo financiado pelo Instituto Pólis e a ONG Care Brasil, que recupera o histórico de financiamento do BID e as contrapartidas locais para a reabilitação de seu Centro (Cymbalista, 2008)²³⁹. Esse estudo se inicia com a gestão de Paulo Maluf (1993-1996), tem continuidade com Celso Pitta (1997-2000) e prossegue com Marta Suplicy (2001-2004) até a gestão José Serra/Gilberto Kassab (2005-2012). Com detalhes das subsequentes mudanças traçadas pela municipalidade e a influência direta da Associação Viva o Centro para a reordenação das intervenções (na gestão Pitta orçada em US\$ 200 milhões), esse estudo elucida a profusão de conceitos e formulações jurídicas para canalizar os empréstimos do BID no intrincado campo das instituições ligadas aos programas PROCENTRO (Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo)²⁴⁰, “Reconstruir o Centro”, “Ação Centro” etc.

²³⁸ Segundo Thomas Skidmore (2003) os efeitos da crise da dívida de 1982, “que era composta pelo aumento sem precedentes nas taxas de juros deflagrado pela Reserva Federal dos EUA, e pela recessão mundial decorrente” se somam ao fracasso do Plano Cruzado de Sarney (um ano após a sua criação, em 1986).

²³⁹ “Análise das condições de controle social do programa urbano para o centro de São Paulo – o financiamento do BID para a reabilitação do centro”, fruto de parceria entre o Instituto Pólis e a Care Brasil, duas ONGs que atuam metodologicamente dos mecanismos das políticas públicas Cymbalista, 2008.

²⁴⁰ O PROCENTRO foi planejado para agregar ações estruturadas em cinco grandes componentes: 1. reversão da desvalorização imobiliária e recuperação da função residencial; 2. transformação do perfil econômico e social da área central; 3. recuperação do ambiente urbano; 4. transporte e Circulação; 5. fortalecimento institucional do Município. O papel da SP-Urbanismo (ex-EMURB) como executora do PROCENTRO é coordenar e apoiar a ação

Relacionados abaixo, alguns projetos de intervenção para o Centro que nos permitem conhecer parte das proposições que direta ou indiretamente interferem na Região da Luz. De forma sucinta, destacamos a partir de Alcino Izzo Jr. (*Reflexões e Propostas*, 1999) tão somente os projetos coordenados por órgãos públicos das áreas de planejamento e cultura e iniciativas não governamentais na segunda metade da década de 1990:

1. Em 1996 foi realizado o “Concurso Nacional de Idéias para um Novo Centro de São Paulo”, iniciativa da Prefeitura através da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano-Sehab e da Comissão PROCENTRO, com o apoio do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/SP e da Associação Viva o Centro.
2. Em 1998, o “Projeto Luz” foi desenvolvido pelo IPHAN/Ministério da Cultura, com recursos do BID, destinado à requalificação de centros históricos em cidades brasileiras. O projeto, coordenado pelo DPH em associação com o CONDEPHAAT, propôs a restauração de vários edifícios históricos, melhorias em praças, a implantação de um camelódromo, um projeto específico de iluminação, a redefinição do traçado viário local, com a inclusão de áreas de estacionamento, e uma avaliação socioeconômica da área para balizar a transferência ou o reassentamento da população moradora de cortiços.
3. Por iniciativa da Associação Viva o Centro foram desenvolvidos pela arquiteta Regina Maria Prosperi Meyer (coordenadora do Projeto Luz Cultural de 1984, citado anteriormente, e ex-consultora da Associação Viva o Centro) e os escritórios MMBB Arquitetura e Una Arquitetos, dois estudos envolvendo a área da Luz. O primeiro deles, em 1996 (MMBB), foi denominado “São Paulo Centro – uma nova abordagem”, e o segundo, em 1999 (Una Arquitetura), “Polo Cultural Luz”, no contexto do projeto “Implantação do Complexo Cultural Estação Júlio Prestes”.

O papel da Associação Viva o Centro como “movimento organizado da sociedade civil” carrega em todos esses projetos o interesse dos empresários que compõem seu quadro de associados (em sua maioria grandes empresas corporativas e financeiras), visando a participar e influir no processo de recuperação da área central. A Comissão Executiva da Operação Urbana Centro, criada pela lei 12.349/97, elaborada e aprovada com intensa participação da Associação Viva o Centro, tem como objetivo “criar condições que reforcem a importância da área central para a metrópole”, tornando-a “atraente para investimentos imobiliários, turísticos e culturais, favorecendo a recuperação de edifícios tombados pelo

---

dos subexecutores, responsáveis por um conjunto de ações setoriais, entre projetos sociais, intervenções urbanas e recuperação de edifícios, implementados com o objetivo de requalificar e restabelecer as potencialidades da região central da cidade. A execução do Programa tem atualmente a participação, como subexecutores, de 9 Secretarias Municipais e a Subprefeitura Sé. O custo total do Programa é de US\$ 184,9 milhões, dos quais US\$ 100,4 milhões são financiados pelo BID, e o restante com aporte de contrapartida da Prefeitura. O contrato entre o Município de São Paulo e o BID foi assinado em junho de 2004 (gestão Marta Suplicy), com duração inicialmente prevista de 5 anos. Em 2006, foi realizada revisão do Programa para adequação do rol das ações e reavaliação dos custos. Em setembro de 2011 foi realizada revisão, e aprovada pelo BID e COFIEIX (Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). Em abril de 2012 foi assinada a primeira alteração contratual entre o BID e o Município de São Paulo com as alterações propostas e novo quadro de custos do Programa, modificando o aporte da Prefeitura de US\$ 67,0 milhões para US\$ 84,5 milhões. Ficaram alteradas as datas do prazo de comprometimento e de desembolsos dos recursos do financiamento, passando respectivamente para 02/06/2012 e 02/12/2012. Em 07/02/2013 a COFIEIX aprova novo Quadro de Custos do Programa, reincorporando a Praça das Artes. A 2ª alteração contratual encontra-se em tramitação para assinatura. (www.procentro.com.br)

Patrimônio Histórico e estabelecendo condições para direitos adicionais de uso e ocupação do solo”. A Associação Viva o Centro tem participação na Comissão PROCENTRO, instituído pela Prefeitura em julho de 1993, sendo este programa uma proposta da própria Associação. Segundo a Viva o Centro (com jurisdição, estruturação e competência definidas em nove decretos), o Programa “funciona” junto à Secretaria Municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano – Sehab e reúne representantes de diversos organismos da Prefeitura e da sociedade civil, entre os quais ela mesma, o Instituto de Engenharia e o Instituto de Arquitetos do Brasil²⁴¹.

Compreende-se o respaldo jurídico que “funciona” no “empresariamento” da cidade a envolver, alternadamente, diversas secretarias e órgãos públicos em cada programa de governo. O exemplo da Associação Viva o Centro é pertinente ao discurso biológico sobre o que então “morre” na cidade, daí o sentido da “revitalização” como justificativa às parcerias público-privadas que conectam, em um só golpe, a preservação do patrimônio histórico com os investimentos imobiliários, o turismo e a cultura. Está claro o firmamento das instituições culturais como “negócio” nas políticas públicas, favorecendo o mercado de consumo, ainda que esse mercado não reconheça os direitos do cidadão, para além de seu poder de compra. É nessa perspectiva que a arquiteta Beatriz Kara-José coloca a instrumentalização da cultura na revitalização do centro de São Paulo, enfatizando que

uma política cultural restrita à transformação da cultura em “produto” a ser consumido por determinados grupos da sociedade é um golpe fatal na consolidação de uma sociedade democrática, pois acaba significando a extinção do espaço de conflitos, necessário para o desenvolvimento da consciência política e para o reconhecimento dos direitos, em prol de interesses hegemônicos (Kara-José, 2007).

Em *Políticas Culturais e Negócios Urbanos*, Kara-José afirma ainda:

Essa é a mesma lógica operacionalizada em relação à construção social do espaço, quando a cultura reificada passa a servir de máscara para projetos políticos. Seu aparecimento nas intervenções urbanas serve como instrumento de “apaziguamento” dos conflitos existentes em torno da ocupação do espaço, e articula duas formas de segregação: urbana e cultural (Kara-José, 2007).

Porém, sobre os projetos mais recentes que mencionam, mas não cumprem promessas como as de “recuperação” ou “requalificação” de edifícios que se encontram vazios, subutilizados e degradados, cabe mencionar as significativas reações que surgem com o fortalecimento dos movimentos sociais na área central. Com as ocupações organizadas de edifícios desocupados de propriedade pública ou privada, esses movimentos têm tido o apoio de entidades e pessoas ligadas às universidades, tanto como de ONGs que reúnem estudantes e lideranças populares, a exemplo do Fórum Centro Vivo, do qual fazem parte universitários, catadores de resíduos, profissionais do sexo e ambulantes²⁴². Essas ações reativas, em verdade, remontam à década de 1970, com a agenda da Reforma Urbana, com as Comunidades Eclesiais de Base, inspiradas na Teologia da Libertação, que começam,

---

²⁴¹ <http://www.vivaocentro.org.br/vivaocentro/participacoes.htm>

²⁴² Em 1988 surgiu a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC); em 1997, a partir de dissidências desse movimento foi fundado o Fórum dos Cortiços e, no ano seguinte, MMC – Movimento de Moradia do Centro. No ano 2000, a partir do Fórum, nasceu o MSTC – Movimento dos Sem Teto do Centro.

desde então, a articular as forças urbanas, as lideranças sindicais, os profissionais liberais, as ONGs e depois os parlamentares e os prefeitos das cidades.

"Nunca fomos tão participativos": movimentos sociais urbanos em favor de mudanças estruturais.

Segundo Ermínia Maricato, "a agenda da reforma urbana começa a partir dos movimentos sociais urbanos que emergiram, em meados da década de 1970, no Brasil, de uma forma que o Brasil nunca tinha conhecido"²⁴³:

Isso aconteceu, em parte, porque os problemas urbanos, com a célere urbanização do País, agravaram-se. Mesmo no contexto da ditadura havia manifestações contra o elevado custo de vida, havia quebra de trens, quebra de ônibus, em um quadro de concentração de renda, embora houvesse crescimento econômico. (...) Não conheço nenhum país do mundo (nunca pensei que usaria essa fala: "pela primeira vez na história") onde houve essa reunião de diferentes forças, entidades e instituições da sociedade, em torno da questão urbana. Chegamos a ter, nos anos 90, um grupo forte de parlamentares no Congresso Nacional. Esses parlamentares organizaram as Comissões de Política Urbana e também as primeiras Conferências Nacionais da Cidade. Havíamos conquistado, na Constituição de 1988, dois artigos relativos às cidades, e, depois de 13 anos, conquistamos a lei federal denominada Estatuto da Cidade (Maricato, 2011: 221).

Essa mobilização da qual fala Maricato representa o crescimento de um campo social independente, que foi marcado

pelo surgimento da Articulação Nacional do Solo Urbano (Ansur), em 1979, auxiliada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) - que atuava no campo, do Fórum Nacional de Reforma Urbana, em 1987, e de outros atores... Deu-se a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e o retorno dos partidos que estavam na clandestinidade. Criou-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central dos Movimentos Populares (CMP). As conquistas institucionais foram muitas. Prefeitos, vereadores e técnicos profissionais inauguraram uma nova forma de gestão municipal, conhecida como "democrática popular", inovando, por meio de programas sociais. (...) Houve também o projeto de lei de criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (de iniciativa popular, (...) aprovado em 2005. Foram criados o Ministério das Cidades, em 2003, as Conferências Nacionais das Cidades e o Conselho Nacional das Cidades. (...) Ainda acreditávamos, em 1987, que a força principal para reforma urbana era a luta social, independente. Egressos da ditadura, não acreditávamos no Estado. Mas fomos caminhando para um processo de institucionalização. Lutamos para a aprovação de mais leis. Isso tinha muito prestígio, os pedidos de leis e a criação de instituições. (...) Após a criação do Ministério das Cidades, foi desenvolvida a Campanha dos Planos Diretores Participativos, em 2005, aprovado o marco regulatório do saneamento, em 2007, o lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com programas de urbanização de favelas e de infraestrutura urbana, com o retorno do investimento no saneamento e, finalmente, o programa habitacional

---

²⁴³ Ermínia Maricato destaca os livros *São Paulo: o povo em movimento*, de Vinícius Caldeira Brant e Paul Singer, e *Quando novos personagens entram em cena*, de Eder Sader.

Minha Casa, Minha Vida. (...) Além do mais, nunca fomos tão participativos. Hoje temos mais de 10 mil conselhos no Brasil, que cuidam da saúde, da criança e do adolescente, da habitação, da cidade, do saneamento (...). Todo mundo participa muito, e o tempo todo. (Maricato, 2011: 222-223).

A essas colocações de Ermínia Maricato, cabe mencionar o Sistema Único de Saúde (SUS) também como resultado de importante luta por parte dos movimentos sociais na constituição de políticas públicas surgidas na década de 1980, e, da mesma forma, no contexto da ditadura militar. Afirma Gastão Wagner de Souza Campos (2007):

A partir dos anos oitenta, no Brasil, criou-se uma relação singular entre o nascente movimento sanitário e o Estado/governo..., bem como para a constituição de um novo pensamento sobre saúde. Foram seus integrantes, ativistas, intelectuais e as entidades que o compunham, quem elaborou, em traços gerais, a política, diretrizes e, até mesmo, o modelo operacional do SUS. (...) A motivação de amplo segmento do movimento sanitário era política, e o trabalho na saúde era utilizado como uma tática para o enfrentamento contra a ditadura, de onde, é provável, ganhou relevância o lema que ajuntava “saúde e democracia”. Vários entre estes ativistas professavam credos esquerdistas, de variados matizes, que em comum valiam-se do trabalho sanitário como uma preparação para a revolução social e política. Buscavam além de curar e de prevenir enfermidades, também a conscientização e a politização dos populares e dos trabalhadores de saúde... a VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, e a Constituinte, em 1988, podem ser considerados o cadinho que unificou todas estas tendências (Campos, 2007).

A partir dos movimentos relacionados à Reforma Urbana, destacados com as palavras da professora Ermínia Maricato e da “saúde e democracia” de que fala Gastão Wagner de Souza Campos acerca do movimento sanitário podemos admitir que, de fato, com todas essas manifestações, emerge no País “uma preparação para a revolução social e política”. O “cadinho que unificou todas essas tendências”, contudo, teve seu revés na última década:

Quando esse foi promulgado (o Estatuto da Cidade), em 2001, regulamentando a Constituição de 1988, já estávamos em outra conjuntura política. As forças de esquerda estavam enfraquecidas, e o neoliberalismo avançara, em que pesem as vitórias eleitorais da esquerda, no País e na América Latina (Maricato: 2011: 222).

Ermínia Maricato passa a evidenciar essa afirmação a partir da institucionalização dos movimentos sociais: “a institucionalização engoliu os movimentos”, fragmentou o movimento da Reforma Urbana.

Do meu ponto de vista, as cidades estão piorando, nossa agenda regrediu, a correlação de forças é negativa, em relação ao que era nos anos 80. (...) O Fórum Nacional de Reforma Urbana se tornou uma entidade em que os participantes não se renovam, e os profissionais de classe média são hegemônicos, tanto que o plano diretor foi a bandeira principal dos partidos políticos, que justificam as alianças espúrias. Isso afetou também as prefeituras “de novo tipo”, que não exibem a mesma performance. O transporte coletivo está em ruínas - o maior problema urbano, metropolitano, que temos hoje. (...) Nunca o automóvel foi tão imperativo (...) Atualmente, o Ministério das Cidades, que não

tem importância nenhuma, está na mão do partido do Maluf e do Severino Cavalcanti, desde 2005. A política urbana é o quê? São obras, obras e obras, algumas tamponando córregos... Essas coisa que a gente achou que nunca mais iriam acontecer (...) O MCMV é prioritariamente mercado. Estamos vendo uma subversão do mercado de terras, que está produzindo mais exclusão e segregação, porque nós, não tocamos na questão da terra (...) (Maricato, 2011: 223-234).

No início de 2001, quando assistimos a essa aula inaugural de Ermínia Maricato no Programa de Pós-Graduação de nossa faculdade, a FAU USP, faltavam ainda dois anos para que o prefeito Gilberto Kassab concluísse sua gestão. A prefeitura mantinha ainda expectativas de implementação do projeto Nova Luz, dentro desses parâmetros adversos, aos quais convergem o “planejamento urbano estratégico”. No capítulo seguinte veremos suas especificidades, em conformidade com o seu histórico, desde 2005.

VI - O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO NOVA LUZ DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

O projeto desenhado pela EMURB (2005-2009)

No início de 2005, o recém-empossado prefeito José Serra “lança” o Nova Luz, assim como o mercado imobiliário “lança” um projeto convencional de empreendimento privado: uma bela logomarca, acompanhada de uma fotografia em que aparece um enorme relógio sendo consertado (provavelmente o da Estação da Luz), ilustra a capa do fôlder alusivo ao “lançamento” (como um projétil) do plano “estratégico”, que viria então a “revitalizar” o velho e “degradado” bairro de Santa Ifigênia.

O Nova Luz de Serra parte da previsão de investimentos do setor privado em parceria com as esferas governamentais e dispõe de Programa de Incentivos Seletivos (Lei 14.096/05), como a redução de IPTU e ISS. Segundo essa Lei, o objetivo é promover o adensamento da área com os usos habitacional, de prestação de serviços e de atividades comerciais ligadas à cultura e tecnologia. O perímetro de incentivo fiscal abrange 23 quadras (cerca de 250 mil m², entre as avenidas Rio Branco, Duque de Caxias, Mauá, Cásper Líbero, Praça Alfredo Issa e Avenida Ipiranga), sendo parte dessa extensão declarada área de utilidade pública com vistas à desapropriação (105 mil m², 11 quadras, 750 imóveis, entre as ruas Mauá, dos Andradas, dos Timbiras, parte da praça Alfredo Iça e avenida Cásper Líbero)²⁴⁴.

Vejamos a seguir um trecho do texto de apresentação do Nova Luz, conforme divulgado na internet e disponível até meados de 2008²⁴⁵:

Nova Luz: Vida Nova

Projeto prevê transformação de cerca de 2,25 milhões de metros quadrados

A Nova Luz vai mudar radicalmente, para muito melhor. Objeto de uma das maiores intervenções urbanas já realizadas em São Paulo, a Nova Luz envolve aproximadamente 225 hectares de uma área antes estigmatizada como "Cracolândia". Os recursos para as primeiras desapropriações já foram liberados pela Prefeitura.

O projeto em execução pretende criar uma região exemplar, nova e arrojada, que enquanto cria novas opções de moradia e novos equipamentos públicos, preserva o patrimônio arquitetônico existente, respeita e estimula a vocação econômica da região, a exemplo da Rua Santa Efigênia, e abre horizontes para novos segmentos. A longo prazo a Nova Luz deve envolver a área entre a Avenida do Estado, onde hoje está instalada a sede da Subprefeitura da Sé e Secretaria Municipal de Serviços e o Bom Retiro.

A primeira fase prevê intervenções em 23 quadras. As desapropriações vão se restringir a imóveis irrecuperáveis e áreas destinadas a instalação de equipamentos públicos. As sedes da Subprefeitura e a Secretaria de Serviços, por exemplo, serão transferidas para uma nova área e o espaço que ocupam hoje dará lugar a um novo parque.

---

²⁴⁴ Conforme o texto de apresentação do Projeto Nova Luz constante no site da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras no segundo semestre de 2007 (<http://centro.sp.prefeitura.sp.org.br>)

²⁴⁵ Idem, ibidem.

Para viabilizar a Nova Luz já foram aprovadas legislações específicas: a lei e a regulamentação uma estabelecendo incentivos fiscais para a instalação de empresas na região e o decreto declarando de utilidade pública algumas áreas passíveis de desapropriação. A Subprefeitura da Sé está fazendo o levantamento imóvel por imóvel da região.

Do ponto de vista do investimento, as primeiras iniciativas caberão, como de praxe, ao Poder Público. Nas quadras selecionadas como piloto para o projeto já estão definidas desapropriações e demolições que darão lugar à nova sede da Subprefeitura da Sé e da Secretaria de Serviços, base da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e Prodam, além de uma escola municipal, que também atenderá à demanda de lazer dos moradores da área.

Mas o Nova Luz, segundo a prefeitura, é apenas uma parte de um plano ainda mais arrojado, pois

Uma outra área também foi declarada de utilidade pública para abrigar o Museu da Criança (Subprefeitura da Sé mais área vizinha). Perímetro: Avenidas do Estado, Santos Dumont, ruas Francisco Borges e prolongamento e David Bigio.

120 mil metros quadrados.

Área total a ser transformada com projeto urbanístico da Nova Luz e Museu da Criança (com intervenções diretas ou não).

Aproximadamente 2,25 milhões de metros quadrados ou **225 hectares**.

Enquanto a prefeitura seguia esse discurso sobre o Nova Luz, Serra convidava diretamente oito empresas para o desenvolvimento de projetos específicos. O arquiteto Márcio Lupion, àquela altura funcionário da empresa Odebrecht, respondia pelo desenho de um condomínio residencial para a classe média alta nas quadras mais próximas à Sala São Paulo. O arquiteto Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba, foi contratado pela empresa Company. Esses projetos, todavia, permaneceram restritos ao Gabinete do Prefeito ou foram divulgados em circuitos alheios à população, ou mesmo fora do País, como foi o caso do projeto de Lerner, exibido na Espanha²⁴⁶.

Segundo a prefeitura, encontros pontuais com empresários focalizaram os segmentos de *callcenter*, de tecnologia de ponta, de produção de vídeo, empresas de serviço, da área da educação e entidades de classe, como o SECOVI, além de reuniões com construtoras que poderiam ter interesse em investir no projeto (como a Gafisa, a Camargo Corrêa, Klabin Segall e Cyrella) e agências de publicidade. Seguindo o texto da prefeitura na internet, vejamos a seguir o teor das primeiras contrapartidas da municipalidade para atrair estes seguimentos privados²⁴⁷:

---

²⁴⁶ Na entrevista "Territórios em Disputa", publicada em *Cidade Luz: uma investigação-ação no centro de São Paulo* pelo Coletivo Política do Impossível (São Paulo: Editora PI, 2008), a urbanista Raquel Rolnik comenta ter visto o projeto de Lerner em evento na Espanha, em 2007: "um esboço (...) um projeto de mobiliário urbano que se transforma à noite, se ilumina e vira outra coisa, não atrapalha... Mas não ficou nada claro o que era o projeto, eu nunca entendi realmente a proposta. Mas me pareceu que o modelo... é o que está acontecendo em obras públicas... e que é (o) contrário de fazer um processo licitatório para encomendar um projeto executivo, depois fazer um processo licitatório para encomendar alguém que faça a obra, depois um para acompanhar a obra, etc.".

²⁴⁷ De acordo com o texto de apresentação da prefeitura já citado.

As ações da Prefeitura na área, comandadas pela Subprefeitura da Sé, começaram em março de 2005, com o início das fiscalizações sistemáticas, que provocaram o lacramento de hotéis, bares, "empresas" de ferro-velho e depósitos clandestinos. Essas operações têm sido feitas sistematicamente, a exemplo da que começou nesta quarta-feira, dia 22, a quinta realizada em menos de um ano.(...) Paralelamente, iniciou-se também um trabalho social junto àquela comunidade, em especial às crianças, que culmina agora com atendimento, in loco - ambulância, médicos e assistentes sociais - e encaminhamento, por meio de uma parceria com o Hospital das Clínicas, para tratamento psiquiátrico para mais de 300 drogados e suas famílias.(...) Em menos de um ano, dezenas de intervenções já foram realizadas na região:

Operações de fiscalização

Após 30 anos de descaso, foram realizadas quatro operações na ex-cracolândia - março, abril, julho, novembro - reunindo uma força-tarefa que chegou a contar com 400 agentes do poder público. Resultados:

Hotéis - 162 vistorias, 37 lacrações e 98 notificações por falta de licença de funcionamento. Eram os principais locais de operação de traficantes e/ou os usuários de drogas. No trabalho de manutenção das operações percebeu-se que a maioria continuava fechada, o que naturalmente é reflexo da menor movimentação do tráfico na área.

Bares - 179 vistorias, 21 lacrações, 125 notificações por falta de licença de funcionamento. O Psiu (Programa de Silêncio Urbano) teve 178 bares vistoriados, 34 notificados por estarem abertos, 9 multados e 2 interditados.

Ferros-velhos ou guarda-volumes - Dos 19 fiscalizados, nenhum possuía licença de funcionamento e 15 foram lacrados por total falta de segurança no edifício. Outros locais tinham alimentos feitos sem a menor condição de higiene, que eram distribuídos e vendidos na rua.

Empresas de turismo e transporte - 18 fiscalizações, 14 lacrações e 14 notificações por falta de licença de funcionamento. Na região funcionavam rodoviárias clandestinas que transportam até para o exterior, sem segurança aos usuários e sem qualquer autorização de operação. De 77 ônibus de turismo vistoriados, 17 foram apreendidos.

Ao longo das operações, a Polícia abordou cerca de dez mil pessoas, encontrando 31 procurados, prendendo e registrando 132 crimes (BOs), incluindo porte de drogas, 14 furtos de água ("gatos") e 7 furtos de energia. Foram apreendidas 15 armas de fogo, 153 gramas e 56 pedras de crack; 406 gramas de maconha e 5.176 CDs/DVDs piratas.

Todas as operações foram precedidas e acompanhadas pela ação social – Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social – que realiza abordagens antes das intervenções na região e durante as operações. Foram mais de duas mil abordagens com 643 encaminhamentos à rede de acolhida municipal.

Até meados de 2008, também a EMURB divulgava, através do portal eletrônico da prefeitura (<http://portal.prefeitura.sp.gov.br>), seu próprio texto, no qual o projeto de intervenção urbanística aparece como uma “iniciativa inserida entre as várias ações do Programa Ação Centro”, e é “estruturado em quatro eixos de atuação”, a saber:

O primeiro eixo corresponde à elaboração do Plano Urbanístico que irá nortear as intervenções urbanas, econômicas e sociais, seja pelo poder público, seja pelo setor privado, definindo diretrizes e um padrão de uso e ocupação do solo que leve à requalificação urbanística da área. Esse Plano Urbanístico será constituído não apenas um documento norteador, mas também de um aparato legal que dará suporte às transformações que se pretende empreender, incluindo eventualmente propostas de mudanças na lei de zoneamento.

O segundo eixo se refere a um conjunto de ações a serem implantadas junto ao setor público municipal para empreender flexibilidade e agilidade a todos os processos necessários à execução de empreendimentos na região que envolvam a Prefeitura do Município de São Paulo. Isso engloba desde a modificação de formas de trabalho dentro do poder municipal até a alteração de mecanismos legais.

O terceiro eixo envolve uma série de articulações a serem feitas junto ao setor privado e junto ao setor público não municipal para a viabilização do Projeto. Em relação ao setor privado, essas articulações incluem principalmente ações voltadas a atrair empreendimentos para a região e gestões no sentido de garantir sua viabilidade financeira. Já as ações junto ao setor público de outras esferas de governo incluem articulações com órgãos executivos para a realização de intervenções, como a CDHU, responsável pelo Programa de Intervenções em Cortiços, atuante na região, além de eventuais gestões junto a órgãos de fiscalização ou assemelhados, no sentido de facilitar e agilizar a execução do Projeto em suas distintas frentes. Além disso, também deverão ser identificadas fontes adicionais de recursos de origem pública e privada para projetos na região.

E finalmente o quarto eixo compreende a realização de um conjunto de intervenções concretas, que se dividem em intervenções numa “região piloto”, localizada em um dos extremos da área total abrangida pelo projeto, e em uma série de projetos localizados em seu entorno. Este conjunto de intervenções deverá contar com a participação do setor público e de financiamento do Programa BID, mas será capitaneado fundamentalmente pelo setor público, na figura da Prefeitura de São Paulo, e seu objetivo é dar início de fato à transformação da região, proporcionando uma espécie de “efeito demonstração” que possa acenar ao setor privado com um horizonte diferenciado para a realização de investimentos.

Essas apresentações oficiais do Nova Luz, disponibilizadas em 2007 e 2008 tanto no *site* da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras (<http://centro.sp.prefeitura.sp.org.br>), capitaneada por Andrea Matarazzo, como no *site* da EMURB (<http://centro.sp.prefeitura.sp.org.br>), carregam explicitamente o discurso indutivo a dar ensejo à iniciativa privada (empresários dos setores de tecnologia avançada, de publicidade e de construção civil) com vistas à “requalificação” do território então “degradado”. Nota-se claramente que, nas “operações de fiscalização” para a “limpeza” da área, àquela época galhardamente noticiadas por Andrea Matarazzo, prepondera o caráter coercitivo correspondente ao poder de polícia sobre os pobres, todos eles podendo ser confundidos com os que integram a então “ex-cracolândia”. As subseqüentes vistorias, lacrações e notificações por falta de licença de funcionamento eram verdadeiras *blitze* comandadas por Matarazzo, não raro colocando todos à mercê do estigma de “Cracolândia”, incluindo os comerciantes e moradores de cortiços e de prédios ocupados pelos movimentos de moradia.

Por um lado, explicitadas tais ações também na imprensa, entendia a prefeitura estar cumprindo uma importante contrapartida ante os virtuais empresários interessados na “revitalização” da área. O espetáculo primeiro em termos de contrapartida do poder público, antes mesmo das demolições previstas era, portanto, justamente essa “pirotecnia” policial concatenada com o anseio por “segurança” nos espaços públicos centrais. Por outro lado, aquele trecho do centro da cidade, mesmo tido como “inseguro”, nunca deixou de ser frequentado por milhares de usuários que diariamente afluem de todo o País para, principalmente, obter vantagens no comércio de produtos da indústria de equipamentos eletrônicos.

A Santa Ifigênia — não só essa rua que leva o nome ao bairro, mas também suas adjacências — é tida como polo de “pirataria” do comércio de eletrônicos. Sobre os milhares de jovens que costumam vender uma miríade de produtos tanto nas ruas como no interior dos inúmeros cubículos abrigados nas galerias existentes, umas após outras, de incessante movimento, também agem os policiais e a prefeitura em subsequentes *blitze*. Contudo, sabe-se que essa área da cidade, depois da rua 25 de Março, representa o segundo posto em arrecadação de impostos (ICMS) da cidade. O estigma de “Cracolândia” e de “zona de pirataria”, portanto, tem seu viés ideológico no bojo do Nova Luz, muito embora “compreensível” do ponto de vista dos interesses do mercado imobiliário, pois aquele trecho do Centro oferece infraestrutura consolidada, as melhores ofertas de transportes e inúmeros outros atrativos que compõem a simbólica urbanidade paulistana, em especial o conjunto arquitetônico composto por prédios centenários, edifícios representativos da arquitetura moderna brasileira, bastando que passem por intervenções que os atualizem para as demandas atuais e futuras.

Ainda em dezembro de 2007, a partir de contato com a Superintendência de Projetos da EMURB, tivemos acesso a informações que nos permitiram comparar as disponibilizadas nos *sites* da prefeitura e confirmar o discurso acima reproduzido, além de obter algumas imagens ilustrativas desenhadas pela EMURB. A então superintendente Rovená Negreiros, economista, deu explicações sobre o conjunto das Operações Urbanas previstas ou em implantação na cidade de São Paulo e também sobre o Programa PROCENTRO, no qual se integra o Nova Luz. Rovená nos apresentou uma série de pranchas elaboradas pela EMURB, salientando as melhorias a serem realizadas pela Prefeitura (com empréstimos do BID) na área delimitada pelo projeto, como a instalação de inúmeras câmeras de vigilância nas ruas; o embelezamento da área, através do plantio de árvores nas calçadas e da transformação de algumas ruas em *bulevares*; o incremento previsto da infraestrutura local, a partir da instalação de cabeamento ótico subterrâneo, além de falar das futuras sedes do PRODAM (o Centro de Processamento de Dados do executivo municipal), da nova Subprefeitura da Sé e de uma Escola Técnica do Governo do Estado a serem construídas em Santa Ifigênia. Convidada para apresentar o Nova Luz no Programa de Pós-Graduação da FAU USP, onde iniciávamos o mestrado, Rovená compareceu em junho de 2008 em sala de aula²⁴⁸ e nos falou sobre o projeto, tal como aqui tentamos sumariá-lo. Também nessa oportunidade, após a fala de Rovená Negreiros, compareceu como nosso convidado na FAU o arquiteto Márcio Lupion, que apresentou seu projeto Nova Luz (já citado) desenhado para a Odebrecht.

---

²⁴⁸ Rovená Negreiros compareceu em junho de 2008 à última aula da disciplina “Capitalismo e Urbanização”, ministrada por nossa orientadora Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsányi. Dentro do programa da disciplina, a sua apresentação do Nova Luz nos possibilitou exemplificar um projeto urbano da pós-modernidade.

A Concessão Urbanística (Lei Municipal nº 14.917/09) e o novo Plano Urbanístico Nova Luz – Consórcio Nova Luz e SMDU (2010-2012)

No início de 2006, o até então vice-prefeito Gilberto Kassab assumiu a prefeitura no lugar de José Serra, que partiu para campanha eleitoral ao governo do Estado. Kassab procurou dar continuidade ao projeto Nova Luz, através das diretrizes já elaboradas pela EMURB e do aporte de 10 outras secretarias municipais, como a Sehab e a SEMPLA. Andrea Matarazzo esteve à frente da Subprefeitura Sé e, a seguir, acumulando também a Coordenação das Subprefeituras, participando ativamente do projeto. Em outubro de 2007, Kassab empreendeu as primeiras demolições. Antes e depois do bota-abixo em duas pequenas quadras, foram efetivadas as famosas *blitze* policiais contra traficantes de drogas e estabelecimentos comerciais que se mantinham “fora da lei” (hotéis, bares, ferros-velhos, empresas de turismo e transporte, conforme as apresentações oficiais do Nova Luz que reproduzimos no tópico anterior). Tanto as demolições como essas *blitze*, fartamente divulgadas pela imprensa, constituíram espetáculo à parte no compasso da tríade de “problemas” a serem enfrentados pelo poder público: o crack, o comércio “pirata” e os pobres instalados na região. Essas *blitze* justificavam os primeiros “cuidados” no escopo do projeto de “revitalização” urbana, garantindo aos virtuais investidores o aparato de segurança, condição básica para atraí-los à região. Destaca-se a tríade Serra/Kassab/Matarazzo, respectivamente governador, prefeito e coordenador das subprefeituras no comando dessas ações “revitalizadoras” que, entretanto, por evidenciar em demasia a “força-tarefa” com o poder de polícia, não tardaram a ser percebidas como política pública higienista, assim divulgadas pela imprensa, nos meios acadêmicos, nos depoimentos de arquitetos e urbanistas, entre lideranças dos movimentos de moradia e comerciantes instalados na região, ainda que aprovadas por muitos dos paulistanos.

Ao longo do tempo, Kassab concede sucessivas entrevistas nas quais reitera que “a cracolândia acabou”. Contudo, é fato que a cracolândia não só não acabou como cresceu em Santa Ifigênia e se replicou em outros pontos da cidade. O Nova Luz não saiu do papel, permanecendo como projeto. Os dois únicos edifícios prometidos para habitação popular no perímetro da ZEIS de Santa Ifigênia a serem construídos pelo CDHU também permaneceram como projeto, e não se tocou mais no assunto. A única contrapartida original para o incremento da região, dentro do perímetro do projeto, foi a construção e a inauguração da Escola Técnica (ETEC) pelo Governo do Estado, em quadra demolida próxima à praça Alfredo Issa, projeto do arquiteto Francisco Spadoni, professor na FAU USP.

Como já mencionamos, as obras de restauro e modernização de edifícios históricos da região, concluídas nas administrações anteriores, já haviam afirmado o interesse do Poder Público (Governo e Município) na requalificação da Região da Luz e configuraram-se como exemplos de investimentos públicos, em parte com empréstimos do BID, tais como a reforma da Pinacoteca do Estado, a construção da Sala São Paulo, na antiga Estação Júlio Prestes, e o novo Museu da Língua Portuguesa inaugurado na Estação da Luz. Estas iniciativas obtiveram alto índice de aprovação no crescente circuito cultural da cidade, mas projetaram, também, problemas de aceitação por parte dos usuários, que reclamam da

degradação do entorno. O Projeto Nova Luz responde primeiramente pela ideia de interligação desses edifícios, perfazendo uma grande área confortável e segura a um público que cada vez mais se habitua a cenários urbanos e os consome a partir de pacotes turísticos. Ou seja, os investimentos são destinados às classes média e alta, aquelas que efetivamente podem garantir demanda aos bares e restaurantes sofisticados, vida noturna agitada, enormes garagens subterrâneas, enfim, incrementos para a cidade-espetáculo que se dão através da melhor visibilidade do patrimônio histórico material e suas consecutivas novas roupagens arquitetônicas. O conforto das cadeiras nas calçadas exige, todavia, segurança, sendo esta uma última palavra, senão mesmo um ultimato. Do contrário, esses equipamentos deixam de fazer sentido enquanto “âncoras” ou “iscas culturais” para a “revitalização” de seu entorno.

Exemplo de nova “âncora” ou “isca cultural”, embora não oficialmente parte do Nova Luz, mas projetado para uma quadra a poucos metros do perímetro demarcado pelo projeto, e indiscutivelmente dentro desse discurso, é o chamado “Complexo Cultural Luz”, idealizado pelo Governo do Estado na gestão de Serra. Esse complexo deve ocupar a quadra onde funcionou a rodoviária e depois um *shopping center* popular, hoje quase inteiramente demolida, no coração da “Cracolândia”. O projeto provém da dupla de arquitetos suíços Herzog & DeMeuron, convidada por Serra, através da Secretaria de Estado da Cultura. Estima-se que a construção desse complexo, do qual voltaremos a falar, poderia custar mais de R\$ 1 bilhão e, com isso, equiparar-se a mais recente obra congênere, a Cidade da Música do Rio de Janeiro, inaugurada incompleta na Barra da Tijuca, a partir de projeto do arquiteto francês Christian de Portzamparc.

As tentativas (fracassadas) de criar, construir ou “repaginar” essas “âncoras” na Região da Luz, no sentido de que elas pudessem servir à “revitalização” do entorno, comprovam que a fórmula não “pegou”, embora se mantenha viva como estratégia, o que explica, em parte, a iniciativa para a construção do Complexo Cultural Luz e o próprio Projeto Nova Luz. Em parte porque a conhecida fórmula das “âncoras” reverbera para além dela mesma, sendo antes uma estratégia do empresariamento urbano, como fala David Harvey (*Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*, 1981), partindo da observação sobre o mundo dos eventos, da cultura e do entretenimento, ou da “lógica cultural”, que vimos em Fredric Jameson (*Pós-modernismo: a lógica Cultural do Capitalismo tardio*, 2006).

A Concessão Urbanística aparece ligada ao Nova Luz de São Paulo nesse contexto acima sumarizado. Ela tornou-se uma “solução” tanto para essas “âncoras”, fracassadas, como para o Nova Luz, que ficou à deriva. Vejamos a esse respeito a observação que faz Felipe Francisco de Souza (*A Batalha pelo Centro de São Paulo*, 2011):

O constante fracasso em viabilizar o projeto Nova Luz abriu espaço para inúmeras críticas às ações do Poder Público Municipal. As desapropriações necessárias para a execução do projeto ficaram muito aquém do esperado: das 1.500 esperadas, o governo conseguiu apenas 50 em mais de quatro anos de atuação. Com isso, o prefeito de São Paulo solicitou a representantes de construtoras e incorporadoras do capital imobiliário uma solução aos entraves do projeto Nova Luz. O SECOVI apresentou, além de um projeto elaborado pelo urbanista Jaime Lerner, baseado em um ideário parisiense, a seguinte solução: para concretizar o projeto Nova Luz, as desapropriações, ou seja, a transferência do domínio das

propriedades privadas ao Poder Público Municipal, deveria ser promovida pelo poder privado, considerando "sua agilidade e sua capacidade de barganha maior". Segundo as declarações feitas em entrevista com representante da entidade, o vice-presidente atribuiu "a sua instituição" e "a seus estudos" o "direito autoral" de "escolher e influenciar" a agenda política do prefeito Gilberto Kassab, para que a concessão urbanística fosse regulamentada. Ele previa o fracasso do projeto Nova Luz, caso soluções não fossem encontradas, dado o lento processo para desapropriar e demolir as quadras necessárias. Assim, a concessão urbanística entrou na agenda pública governamental de maneira exógena ao processo técnico interno das Secretarias de Planejamento Urbano de São Paulo (Souza, 2011: 144).

Aprovada na Câmara Municipal em maio de 2009²⁴⁹, a Concessão Urbanística autoriza à iniciativa privada o trâmite das negociações imobiliárias, após a Prefeitura reconhecer sua ineficácia perante as dificuldades da regularização fundiária e das tentativas de acordo para indenização de inúmeros imóveis na área do projeto, declarada de utilidade pública. Tal concessão aparece como experimento "inovador", inédito em todo o país. Ela projeta o Nova Luz em novos termos, agora possibilitando a licitação de um novo projeto urbanístico a ser executado por empresas em consórcio, a partir de "Concorrência Tipo Técnica e Preço", orientada não mais pela Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, como inicialmente, mas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, criada para substituir a antiga SEMPLA. Nota-se que também mudanças nas secretarias e empresas municipais envolvem a destruição de antigos órgãos de planejamento substituídos por novos, favoráveis aos acordos políticos do gabinete do prefeito²⁵⁰.

No edital da referida concorrência (nº 01/2009/SMDU)²⁵¹, de agosto de 2009, a área do Nova Luz é ampliada para o dobro da original demarcada em 2005, sendo, a partir de então, objeto de "revitalização" o polígono delimitado pelas avenidas Ipiranga, São João, Cásper Líbero, Duque de Caxias e Mauá. No edital ficou estabelecido o valor de R\$ 12 milhões para a contratação de empresa ou consórcio com vistas à elaboração do novo projeto urbanístico. Contados a partir de setembro de 2009, a licitação estipulou o prazo de 10 meses para a concorrência se efetivar.

O processo de criação e aprovação da Concessão Urbanística consumiu quatro meses (de janeiro a abril de 2009) de intenso debate na Câmara Municipal, envolvendo os muitos parlamentares aliados ao prefeito (como o vereador José Police Neto, do PSDB, e Claudio Fonseca, do PPS, e o próprio presidente da Câmara, Carlos Apolinário, do DEM), outros

---

²⁴⁹ Lei de Concessão Urbanística 14.917/2009: Dispõe sobre a Concessão Urbanística no Município de São Paulo. Lei de Concessão Urbanística - Nova Luz 14.918/2009: Autoriza o Executivo a aplicar a Concessão Urbanística na área da Luz.

²⁵⁰ A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) foi criada por meio da Lei n. 14.879, de 7 de janeiro de 2009, pela gestão Gilberto Kassab, em substituição a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEMPLA) originária da gestão Mário Chamie (1983-1985). A São Paulo Urbanismo (SP-Urbanismo) é uma empresa pública que se originou da cisão da Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), conforme Lei nº 15.056, de 8 de dezembro de 2009 e Decreto nº 51.415, de 16 de abril de 2010 que se cindiu em 2010 nas empresas SP-Urbanismo e SP Obras. (www.prefeitura.sp.gov.br)

²⁵¹ <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/desenvolvimentourbano/legislação/0005> (acessado em 10.09.2009). Concorrência Nº 01/2009SMDU - Processo Nº 2009-0.209.264-9: Tem como objeto a elaboração de Projeto Urbanístico Específico para fins de realização da Concessão Urbanística na área delimitada pelo (novo) perímetro da Nova Luz, definido pelas avenidas Cásper Líbero, Ipiranga, São João, Duque de Caxias e rua Mauá, no Distrito República, no Município de São Paulo.

contra a concessão (como o vereador Francisco Macena, do PT, e Jamil Murad, do PCdoB), representantes de associações de comerciantes de Santa Ifigênia (destacando a atuação de Paulo Garcia, presidente da Associação dos Comerciantes de Santa Ifigênia, ACSI), associações de moradores locais e de representantes de movimentos de moradia (como Benedito Barbosa, representante da União dos Movimentos de Moradia – UMM), ONGs como o Movimento Nossa São Paulo, o Instituto Pólis, universitários (em maioria alunos da FAU USP e da Faculdade de Direito da USP), o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, assim como cidadãos preocupados com as indenizações alçadas nesse complexo e “inovador” instrumento normativo, constante do Plano Diretor de 2002. O arquiteto Felipe Francisco de Souza reproduz em detalhes as audiências realizadas na Câmara, o processo de regulamentação da Concessão pelo Legislativo Municipal, as manifestações pró e contra a Concessão no âmbito de sua constitucionalidade, a suspensão da Concessão pelo Judiciário até o momento de aprovação comemorada por Kassab e seus aliados no Legislativo.

No dia 22 de abril de 2009, foram aprovados os substitutivos ao projeto de lei n. 87 de 2009, dando origem à Lei Municipal n. 14.917, que “dispõe sobre a concessão urbanística no Município de São Paulo”, e ao projeto de lei n. 158 de 2009, dando origem à Lei Municipal n. 14.918, que “autoriza o Executivo a aplicar a concessão urbanística na área da Nova Luz”. Após a aprovação, as leis foram sancionadas pelo prefeito Gilberto Kassab e, no dia 7 de maio de 2009, foram publicadas no Diário Oficial do Município, entrando em vigor a partir de então (Souza, 2011: 89).

Entrevistado pelo jornal *Diário do Comércio* no dia 24 de abril, dois dias depois de sancionadas essas leis, Kassab passa a dizer que o projeto Nova Luz representa “o projeto mais importante” de sua gestão²⁵², salientando sua presença diária à frente do processo de aprovação da Concessão, tal como o fez com a Lei Cidade Limpa. A pressa de Kassab para a aprovação da Concessão Urbanística na Câmara encobre o jogo político que se fazia entre o prefeito e vereadores aliados a ele desde sua campanha eleitoral, mas esse jogo não tardou a ser revelado pela imprensa. Relata Francisco Felipe de Souza:

Dois dias após a aprovação dos substitutivos, os jornais voltaram a noticiar as doações feitas pela Associação Imobiliária Brasileira (AIB). O jornal Folha de S. Paulo alertou que, dos 42 vereadores que haviam aprovado o projeto, mas da metade, 23 especificamente, fora beneficiada pela AIB, “entidade usada pelo SECOVI, sindicato do setor imobiliário, para burlar a legislação eleitoral e dar dinheiro a vereadores durante a campanha” (Folha de S. Paulo, 24 de abril de 2009). Em nota para o jornal, o SECOVI negou ter repassado recursos para doações e afirmou que teria com a ABI apenas “algumas congruências” em suas diretorias (...) (Souza, 2011: 91).

A partir de denúncia do Ministério Público a respeito dessas doações, em outubro houve pedido de cassação pela Primeira Zona Eleitoral de São Paulo do mandato de treze vereadores, o prefeito e a vice-prefeita Alda Marco Antônio. Segundo a análise feita pelo MP, a ABI teria distribuído, através do SECOVI, mais de R\$ 10 milhões entre candidatos, comitês de campanha e partidos políticos²⁵³. Em meio a essa denúncia é revelada, também,

---

²⁵² *Diário do Comércio*, em 24.04.2009.

²⁵³ Também *O Estado de S. Paulo* divulgou essa denúncia: “Maioria que aprovou Nova Luz recebeu doação de imobiliária: dos 42 vereadores que aprovaram projeto de terceirização da área, 23 foram beneficiados por associação ligada ao Secovi”. Matéria de Mariana Barros em 24. 04.2009: C6.

a origem do segundo projeto Nova Luz de Jaime Lerner apresentado à prefeitura: o ex-prefeito de Curitiba e governador do Paraná também foi bancado pela AIB, juntamente com incorporadoras e construtoras de São Paulo. Entrevistado em setembro de 2009, Lerner explica:

Na verdade, me convidaram para fazer um estudo para a região da Luz. Nos solicitaram as ideias, que não se efetivaram por problemas burocráticos. A prefeitura analisou a proposta por um ano e não aconteceu nada. O que me dá pena é que a experiência mostra que é possível. Tudo o que a gente propôs já podia estar pronto. A iniciativa privada nos procurou com sugestões novas e fizemos atualizações. A região da Luz exige ação simultânea. Se tentarem fazer um pedaço vai inviabilizar o restante, porque elevará o custo da terra. Estão jogando uma grande oportunidade fora. Não dá mais para a cidade ter setores com excelente infra-estrutura e totalmente deteriorados. É preciso revitalizar e isso significa voltar a morar, dar vida e preservar a história (Lerner, *O Estado de S. Paulo*, 10.09.2007).

Essa fala de Lerner explicita mais ainda a pressa que caracteriza o pensamento e a ação dos agentes do setor imobiliário ante as oportunidades para viabilizar seus empreendimentos, relacionando-os ao custo da terra antes e depois do processo de incorporação. “Problemas burocráticos”, como afirma Lerner inviabilizaram seus projetos para o Nova Luz (o primeiro a convite de Serra, em 2005, e o segundo pago pela AIB e o SECOVI). Tais problemas são os que envolvem o Poder Público e sua relação com os agentes privados, de forma que “jogar uma grande oportunidade fora” significa não ter pressa ou, no mínimo, constatar que a “governança” da cidade pode estar mudando de lugar no mundo das relações perversas de favorecimento. O embate com a população contra a Concessão Urbanística parece sinalizar essa mudança.

Contudo, o processo envolvendo o *lobby* entre os vereadores, a prefeitura, a ABI e o SECOVI não impediu que Kassab se apressasse com o passo seguinte para a licitação e a contratação do novo projeto urbanístico Nova Luz, agora em conformidade com a Concessão.

Correspondendo às obrigações constantes do Edital da Concorrência (nº 01/2009/SMDU), tanto o Consórcio Nova Luz como a prefeitura, através da SMDU, deveriam seguir as discussões setoriais com agentes públicos, comerciantes, moradores e demais interessados; cumprir com a divulgação e a consulta à população; realizar audiências públicas e incorporar críticas e sugestões recebidas no processo de consulta pública. Nos termos da licitação para a contratação dos projetos então relacionados à Concessão Urbanística, passa a ser de responsabilidade do Consórcio Nova Luz o desenvolvimento do Plano Urbanístico Específico – PUE, o Estudo de Viabilidade Sócio-Econômica, o Estudo de Impacto Ambiental, o Plano Urbanístico da ZEIS ou PUZEIS (a ZEIS 3 – 016, demarcada dentro do perímetro do Nova Luz, aprovada no Plano Diretor de 2002) e ainda um Plano de Comunicação, envolvendo o intercâmbio com a comunidade e, de acordo com o Termo de Referência que rege o contrato de licitação, constituindo-se na elaboração de matérias de divulgação, *site* e o posto de informação na área do projeto que ficou concentrado no Espaço Nova Luz.

As duas fases de projeto ficaram estabelecidas pela denominação de Projeto Urbanístico Preliminar (primeira fase) e Projeto Urbanístico Consolidado (segunda fase), prometido para abril de 2011, reiterando-se que a realização das audiências públicas deveriam acontecer no final de cada fase. Sobre essas audiências voltaremos a falar no capítulo seguinte.

Como vimos, logo após a aprovação da Concessão a imprensa já divulgava o fato comemorado pelo prefeito. O processo seguinte, de licitação e eleição de consórcio para a execução do novo projeto urbanístico foi imediatamente realizado. No dia 23 abril de 2009, *O Estado de S. Paulo* publica uma nota mencionando que "Estrangeiros podem tocar Nova Luz", ressaltando o interesse da prefeitura em colocar escritórios internacionais no processo de licitação. A essa altura, é o diretor de Desenvolvimento e Intervenção Urbana da EMURB, Rubens Chamas, que defende a "valorização de profissionais com experiência comprovada na revitalização de áreas degradadas em diferentes lugares do mundo"; enquanto o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) defende a ideia de um concurso internacional de projetos²⁵⁴. Como pressuposto por Chamas, a prefeitura deu prioridade a empresas estrangeiras em face da "notória presença destas em projetos recentes de grande visibilidade no mundo dos eventos". Nesse sentido, essa licitação não representa nada de novo no ideário do *city marketing*. Venceu a concorrência o Consórcio Nova Luz, constituído pela empresa norte-americana Aecom Technology Corporation, "aquela que planejou a Olimpíada de Londres de 2012, recuperou a área portuária de São Francisco, nos Estados Unidos, e fez o mesmo com o centro de Manchester, na Inglaterra"; pela Fundação Getúlio Vargas; a Companhia City, velha conhecida por implantar em São Paulo os famosos bairros-jardins e a construtora Concremat Engenharia. O resultado dessa concorrência foi divulgado pela imprensa no dia 12 de maio, e até meados do ano seguinte continuava expressando com deferência a participação das empresas estrangeiras: de "estrangeiros podem tocar Nova Luz" (2009) a "Americanos vão fazer o Nova Luz". Todavia, o próprio Poder Público não fez jus à apresentação do portfólio das empresas contratadas, no sentido de comprovar o "*expertise*" dado a tudo que provém dos países centrais europeus ou norte-americanos, habitualmente sem o menor questionamento.

Espaço Nova Luz: o "QG" do projeto de Kassab

Seguindo as obrigações contratuais, já na primeira fase o Consórcio Nova Luz disponibilizou tanto na internet quanto no posto de atendimento do Consórcio as diretrizes gerais do projeto²⁵⁵. Denominado Espaço Nova Luz, espécie de "quartel general" ou "*show room*" do projeto, o posto de atendimento foi instalado à rua General Couto de Magalhães, nº 387, no térreo de um prédio em ruínas que sobreviveu em uma das quadras demolidas em 2007: espaço de elaborações fictícias sobre o Nova Luz pretendido pelo Executivo Municipal, o posto pode ser lembrado como "Butique Nova Luz"; nele se realizaram, durante dois anos, "*workshops*" com crianças bem-comportadas, aulas de pintura e desenho, "oficinas de máscaras", de "vivência corporal", rodinhas de conversa sobre o futuro do bairro,

---

²⁵⁴ "Estrangeiros podem tocar Nova Luz". *O Estado de S. Paulo*, 23.04.2009, p. C1, por Bruno Paes Manso e Diego Zanchetta. Um ano depois, *O Estado* volta a falar do Nova Luz com essa mesma chamada: em 12 de maio de 2010, Diego Zanchetta assina a matéria "Americanos vão fazer o Nova Luz" (C3), destacando as atividades da empresa norte-americana Aecom, integrante do Consórcio Nova Luz.

²⁵⁵ "Projeto Nova Luz: Visão e Diretrizes Urbanísticas", pdf com 66 pranchas disponível (em 2010-2012) no site www.novaluz.com.br

exposições de fotografias, recepções a visitantes em torno de maquetes físicas e virtuais e manteve-se, diariamente, em horário comercial, uma *hostess* acompanhada de seguranças. Essa “Butique Nova Luz” foi destruída no final de 2012, quando Kassab se despedia de sua gestão, e ocupada por um movimento de moradia logo em janeiro de 2013, na gestão Haddad, como veremos adiante.

Esse Espaço Nova Luz foi idealizado por Kassab já em abril de 2009: “Vamos utilizar (o prédio que sobreviveu às demolições de novembro de 2007) para reuniões e para despachar o que disser respeito ao projeto da Nova Luz”, afirmava o prefeito após a cerimônia de entrega do projeto de concessão urbanística²⁵⁶. Esse prédio, situado na quadra 77, na bifurcação da rua General Couto de Magalhães com a rua dos Protestantes, à altura da rua Vitória, segundo matéria publicada n’*O Estado de S. Paulo* no dia 24 de abril de 2009, teria sido construído na década de 1940. Antigo hotel desativado, o prédio de seis andares sobreviveu às demolições justamente por ser tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado (Condephaat). Nessa matéria, Kassab diz que “gostou do prédio” e que pediu aos técnicos que consultassem a possibilidade de ali instalar uma “salinha” no térreo, para acompanhar “de perto” o desenvolvimento do projeto urbanístico “da” Nova Luz. A viabilidade técnica de uso do prédio para esse fim, considerando os eventuais abalos na estrutura do edifício, e sua reforma ficaram a cargo do diretor de Desenvolvimento e Intervenções Urbanas da EMURB, Rubens Chamas.

Esse “Quartel General” do Nova Luz idealizado por Kassab acabou sediando o Espaço Nova Luz, inaugurado com coquetel e exposição de fotografias no dia 6 de novembro de 2010. Lembramos que naquele dia, na manhã festiva de inauguração, compareceram vários artistas, fotógrafos, o secretário Miguel Bucalem (SMDU), os curadores da exposição “Luz, Câmera e Ação: Nova Luz em foco”, a fotógrafa Christiana Carvalho e o arquiteto e geógrafo Otto Driessen. Segundo o painel de apresentação dessa exposição inaugural, “reproduzindo a diversidade da região, como habitantes, comerciantes (donos de loja), diretores de empresas e estabelecimentos culturais, consumidores de cultura e lazer e demais pessoas que frequentam o local (...) a ideia (da exposição de 120 fotos, selecionadas entre mais de 3 mil, segundo Christiana Carvalho) surgiu da necessidade de buscar o olhar e o engajamento desses personagens anônimos da Nova Luz, por reconhecer neles não só os interlocutores mais habilitados, como os que poderiam desenvolver uma observação de campo mais inesperada e verdadeira dos usos e costumes ali desenvolvidos”. A atmosfera reinante nessa inauguração, no térreo do prédio reformado, contrastava com o restante dos andares, que interna e externamente se manteve em completo estado de abandono. O então “*stand de vendas*” do Nova Luz, nesse sentido, já mostrava um indício de controvérsias que dali em diante só cresceriam.

Já nessa inauguração se explicitava a presença da “gente do tipo certo”, que segundo Harvey (*Condição Pós-Moderna*, 2007) toma frente desse tipo de empreendimento urbano ao qual, de fato, se destina o “produto” de suas elaborações. Dentro da “salinha” reformada, paulistanos sorridentes comemoravam o futuro do velho bairro de Santa Ifigênia,

---

²⁵⁶ “Kassab quer criar QG na Luz; ideia é acompanhar reforma da área em antigo hotel desativado”. Matéria de Vitor Hugo Brandalise, publicada em *O Estado de S. Paulo*, 24 de abril de 2009.

despedindo-se da “degradação” retratada pelas fotografias, belas artisticamente, porém, conformadas na dramaticidade da “estética da miséria”. Do lado de fora, meia dúzia de moradores e a arquiteta, aluna de pós-graduação da FAU USP Simone Gatti, conversavam sobre as atividades reativas ao Nova Luz, através de uma associação de moradores recém-criada, já denominada AMOALUZ, sob a coordenação da jornalista Paula Ribas.

A controvérsia quanto ao prédio de que Kassab “gostou” inicialmente para instalar seu “QG”, depois servindo para abrigar esse Espaço Nova Luz, por sua vez, passaria a ter outros desdobramentos. Por algum motivo ainda não explicado, o prédio deixou de ser tombado. Mas, vejamos essa história com algumas ressalvas, dado que temos apenas indícios para propor algumas hipóteses.

Em fevereiro de 2012, por deliberação clara de articulação política para uma aproximação com o PT, Kassab fez a concessão de duas quadras demolidas em Santa Ifigênia, inclusive aquela onde está o referido prédio de interesse histórico, tombado pelo Condephaat, e por isso mesmo não demolido, para que ali se construísse o Instituto Lula. O Projeto de Lei 29/2012, que autoriza a concessão (por 99 anos) desses terrenos da prefeitura a uma entidade privada, foi levado à Câmara Municipal e aprovado em primeiro turno de votação, em sessão tumultuada, no dia 18 de abril²⁵⁷. O terreno, avaliado em R\$ 20 milhões, passaria a abrigar o Instituto Lula e o Memorial da Democracia. Tão logo ocorreu essa aprovação foram divulgadas as imagens virtuais do projeto do Museu e do Memorial desenvolvido pelo arquiteto Francisco Fanucci, do escritório Brasil Arquitetura. Segundo o site do PT (www.pt.org.br), tratará o Memorial da Democracia de mostrar a história da luta pela democracia no País, através de “exposição interativa, pedagógica, incluindo mecanismos de entretenimento, a longa caminhada do povo brasileiro em direção à democracia, desde as lutas pela liberdade na fase colonial até chegar aos dias de hoje”. Em bloco separado do Museu, interligado por *skybridges* sobre a rua dos Gusmões (entre a rua General Couto de Magalhães e a rua dos Protestantes), o Instituto Lula, aberto a visitas, consultas e pesquisas deveria abrigar o “Acervo Presidencial Privado do governo Lula (2003-2010), bem como documentos e registros de sua história anterior”.

Em dezembro de 2012, o Espaço Nova Luz foi desativado e o prédio novamente abandonado. Em janeiro do ano seguinte, o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MTSC) ocupou o prédio, acolhendo ali cerca de 70 famílias. Nelson Cruz, coordenador desse Movimento, passou a desenvolver atividades culturais no térreo do prédio, então denominado Ocupação Margarida Alves, em homenagem à líder de movimento social morta a mando de Enivaldo Ribeiro, pai do atual ministro das Cidades, Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro (PP)²⁵⁸.

---

²⁵⁷ “Câmara aprova terreno para Instituto Lula: vereadores votam em primeiro turno proposta de Kassab que cede área em SP, avaliada em R\$ 20 milhões, para memorial; sessão foi tumultuada”. Matéria de Diego Zanchetta e Isadora Peron em *O Estado de S. Paulo*, 19.04.2012, p. A3.

²⁵⁸ Segundo informação do engenheiro Dr. Luis Kohara, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, em palestra proferida na Ocupação Margarida Alves em novembro de 2013, confirmada por Nelson Cruz, líder da Ocupação.

No primeiro semestre de 2013 tivemos contato com um grupo de estudantes de graduação da FAU USP (Francisco Talocchi e Martim Passos, entre outros) que havia elaborado um projeto de Habitação de Interesse Social para essas duas quadras, assumidamente como alternativa à construção do Museu e do Instituto Lula. A partir desse contato, fomos levados a falar com o arquiteto Francisco Fanucci, sugerindo uma reunião para que pudessemos confrontar as duas propostas, considerando o histórico de luta dos movimentos de moradia abrigados naquela área da cidade antes e durante o processo de tentativa de implementação do Projeto Nova Luz. Na conversa com Fanucci, indagamos o por que de seu projeto desconsiderar o prédio histórico mantido em uma das quadras demolidas. Nessa ocasião, Fanucci afirmou que, tão logo fora convidado pelo Instituto Lula para a elaboração do projeto, sua equipe averiguou, junto ao Condephaat, que o prédio não era tombado, daí ter partido para sua demolição e considerado as duas quadras inteiramente livres, possibilitando o seu projeto da forma como apresentado ao Instituto e depois divulgado ao público.

Essa informação repassada por Francisco Fanucci, de que o prédio inserido nas quadras cedidas por Kassab ao Instituto Lula não é tombado, nos levou à lembrança de que foram efetivadas alterações, pelo Condephaat, ainda em 2010, quanto ao tombamento de muitos imóveis de Santa Ifigênia. Lembramos também que a essa época, a direção do Condephaat foi assumida por Rovená Negreiros, ex-superintendente de projetos da EMURB em 2007, e que essas alterações de tombamento, feitas pelo órgão estadual de preservação há mais de 20 anos, traziam no bojo motivações atreladas ao projeto Nova Luz. Conforme a *Folha de S. Paulo* “o Condephaat alterou o projeto de tombamento feito há mais de 20 anos na região da Santa Ifigênia, no centro de São Paulo, e que preservava 99 imóveis – 48 deles, integralmente”. Restaram 86, 13 deles, portanto, foram “destombados”? Na lista dos 86 imóveis preservados, conforme disponibilizada pela *Folha*, 3 estavam sob o “Grau de Preservação 1”, ou seja, tombados integralmente (Igreja de Santa Ifigênia, Igreja Luterana e Viaduto Santa Ifigênia), sendo o restante (83 imóveis) sob o “Grau de Preservação 2”, ou seja, somente fachada, cobertura e alguns elementos arquitetônicos. O prédio do qual falamos, situado na rua General Couto de Magalhães, 387 não se encontra nessa lista, sendo, portanto, objeto dessa controvérsia, e certamente um dos 13 “destombados”. Segundo a *Folha de S. Paulo*, “a decisão do Condephaat tem relação com a construção da Nova Luz - proposta da prefeitura de revitalizar a área conhecida como cracolândia”²⁵⁹. Lembramos ainda que essas duas quadras cedidas ao Instituto Lula haveriam de servir, segundo as diretrizes iniciais do Nova Luz estipuladas pela EMURB, e por isso demolidas (salvo o prédio histórico então tombado) às construções destinadas ao PRODAM e à Subprefeitura da Sé.

Tais controvérsias demonstram o poder de decisão política do ex-prefeito Gilberto Kassab sobre toda sua máquina administrativa, ao desconsiderar os órgãos de planejamento do Município, através da constante manipulação de servidores públicos no “manejo” destes entre instituições tanto do governo do Estado como da prefeitura e, de forma ainda mais espúria, ao desconsiderar os cidadãos, excluindo-os da participação mínima no processo de construção da cidade.

---

²⁵⁹ “Por Nova Luz, governo de SP libera reforma em prédios tombados, veja lista”. *Folha de S. Paulo*, 19.02.2010.

O material disponibilizado pelo Consórcio Nova Luz na internet e no posto de atendimento é assunto de elaborações das mais fantasiosas, logo criticado e visto como exercício acadêmico “malandro”, para não aventar outra adjetivação ou não recair em juízo de valor. Já à altura em que se divulgou o Projeto Preliminar, perguntava-se: como seria possível estabelecer confiança sobre desenhos e maquetes reproduzindo padrões tipológicos tanto de quadras como de edifícios tão avessos a nossa realidade? Diretamente colados às “referências” estrangeiras, não faltaram às pranchas ilustrativas com setas partindo de alguns desenhos de quadras indicando o “modelo” (através de fotografias) de um Bryant Park em Nova York ou de uma Rambla em Barcelona. Perguntava-se, entretanto, como poderia o Consórcio Nova Luz, formado por empresas detentoras de “*expertise*”, como se julgou, e tendo assumido um contrato de R\$ 12 milhões com o Poder Público municipal apresentar, nessas duas etapas de projeto, trabalho tão reduzido e esquemático, além de claro viés excludente, posto que em nenhuma das ilustrações o cenário era outro senão o dessas “referências”?

As imagens divulgadas são de desenhos feitos à mão e coloridos por computação gráfica, e a paisagem urbana pretendida para o bairro Santa Ifigênia parece baseada em ambiências similares a de centros europeus. São praças e passeios públicos arborizados, repletos de pessoas, cercadas por edifícios de uso misto com baixo gabarito: bares, cafés e docerias, sob prédios que variam de 4 a 8 andares. Algumas pessoas seguram *smartphones*, casais caminham abraçados, algumas crianças jogam bola, uma mulher segura uma sacola de compras, engratados caucasianos caminham pelas calçadas limpas. Na empena cega de um dos edifícios, um jogador com camisa da seleção brasileira de futebol parece vibrar após um gol, e atrás dele, em letras garrafais, está escrito *goal* - gol, em inglês (Souza, 2011: 157).

O caráter gentrificador do projeto estava posto, portanto, em sua própria apresentação. Como produto previamente elaborado e não discutido com a população, foi desprezado. Quando apresentado como mero produto na “Butique”, obviamente o morador não viu a possibilidade de compra e, conseqüentemente, despertou para a impossibilidade de sua inserção no processo de tomada de decisão ou pactuação ante as transformações urbanas. Afinal, mais de 80% da população moradora no perímetro de intervenção do Nova Luz possui renda inferior a 6 salários mínimos, tampouco é proprietária dos imóveis que ocupam: a “Butique Nova Luz”, paradoxalmente, funcionou como uma pequena casa-grande envolta por uma enorme senzala.

Difusão do conceito de Cracolândia. O crack e a pobreza como doença

Datam do final da década de 1980 as primeiras cenas de usuários de crack em São Paulo, a princípio nas periferias, mas logo no início da década seguinte também na região central da cidade, especialmente na Região da Luz. Seguindo essas afirmações, ainda que não comprovem uma importação direta, a maioria dos autores atestam que nessa década o uso da droga já era popular nos Estados Unidos, o que faz supor um vínculo com essa popularização também em São Paulo, ao menos quanto à forma de preparação do crack, a saber, da mistura da cocaína com o bicarbonato de sódio. Essa relação entre a popularização

do crack nos Estados Unidos e seu uso na periferia de São Paulo e, depois, na região central é afirmada no artigo *Circuitos do crack na região central da cidade de São Paulo* (2011), de Luciane Raupp e Rubens Adorno, da Faculdade de Saúde Pública da USP. Já em *Toxicomania: crack e sociedade* (2013), a psicóloga Andrea Saraiva Barros, atuante na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, afirma que o uso do crack no Brasil passou a ser noticiado em matéria jornalística sobre as *crack house* norte-americanas, locais onde se produzia a droga, se fazia o comércio e era possível “degustar” o produto. Segundo ela, em 1986, *O Estado de S. Paulo* reproduziu uma matéria veiculada no *New York Times* a respeito do uso do crack nos Estados Unidos como um “fenômeno estrangeiro”²⁶⁰.

Ainda não se podia imaginar o “fenômeno” reproduzido também no Brasil, seguindo, porém, uma outra lógica. A identificação dos primeiros aglomerados de usuários pela região central da capital paulistana, segundo Barros, “foi feita no início da década de 1990 por equipes de redutores de danos que trabalhavam na região com usuários de drogas injetáveis (...)”.

Era o início da ocupação de um espaço urbano que viria a ser – e ainda é – conhecido por Cracolândia, dada a sua lógica diferenciada de funcionamento em relação ao consumo e comércio de drogas, especialmente do crack (Barros, 2013: 31).

A essa “lógica diferenciada” quanto ao uso do crack em São Paulo, não confinada às *crack house*, como nos Estados Unidos, mas nas ruas, em espaço público, é que se pode associar o fenômeno da “Cracolândia”, sendo essa denominação largamente utilizada pela mídia, reforçando a estigmatização dos usuários e inculcando na sociedade paulistana toda sorte de discriminação, por isso mesmo não tratando a transformar-se em “caso de polícia”, ao invés de ser encarada como problema de saúde pública e problema social.

Segundo Raupp e Adorno, a “Cracolândia” ganhou *status* de “nação independente” no imaginário da cidade, configurando, em sua complexidade, dificuldades adicionais a vários seguimentos que, direta ou indiretamente, afetam a disseminação de seu uso.

De questões de planejamento urbano e segurança pública aos programas de atenção, pesquisa e políticas voltadas a tal público, as particularidades dos contextos, significados e formas de uso de *crack* trouxeram desafios ainda à espera de respostas capazes de fornecer orientações mais efetivas que a simples repressão (Raupp e Adorno, 2011).

Ao considerar os danos resultantes do uso de drogas como a cocaína em suas várias formas, Andrea Barros afirma que é consenso entre muitos pesquisadores desta temática (citando inclusive Raupp e Adorno), a combinação desses danos às circunstâncias socioculturais e ao contexto individual do usuário, isto é, ao papel da droga em sua existência, de forma a não restringir às propriedades farmacológicas da substância e não criar uma categoria homogênea de “dependentes de crack”.

---

²⁶⁰ “O crack começou a ser noticiado no Brasil ainda na condição de um fenômeno estrangeiro. Em agosto de 1986, o jornal *O Estado de São Paulo* reproduziu, com destaque, matéria veiculada pelo *The New York Times*, cujo título era *Crack house*, o apocalipse hoje. Tratava-se das revelações feitas por um ex usuário de crack e produtor da droga a representantes do subcomitê permanente de investigações sobre drogas do Senado norte-americano. Este relatou toda a lógica de produção e comércio desta forma mais agressiva da cocaína no distrito de Columbia, nos Estados Unidos, alarmando autoridades e especialistas. In: BARROS, Andrea Saraiva (2013). *Toxicomania: crack e sociedade*. Tese PUC-SP: 28.

Em São Paulo, o perfil predominante do usuário de crack corresponde ao “homem, jovem, solteiro, de baixa classe socioeconômica, baixo nível de escolaridade e sem vínculos empregatícios formais”. Esse perfil do usuário Andrea Barros foi buscar no artigo *A caracterização da cultura do crack na cidade de São Paulo* (2008), de Lúcio Garcia de Oliveira e Solange Nappo, atuantes na Unifesp, a partir de pesquisa realizada por esses autores em São Paulo, nos anos 2004-2005. Em consulta ao artigo de Oliveira e Nappo, vimos que a esse perfil e outras caracterizações que envolvem a cultura e o uso do crack, os autores consideraram ainda o contexto “politoxicômano” dos usuários de crack, o que dificulta intervenções terapêuticas. Embora considerem que na cidade de São Paulo a cultura de uso de crack tenha sofrido mudanças na última década, eles afirmam que “o perfil sociodemográfico do usuário é praticamente o mesmo”, ou seja, jovens pobres, sem emprego, sem escola, “sem eira nem beira”.

Associando o uso do crack com outras drogas, Oliveira e Nappo chamam atenção para o agravamento do quadro clínico dos usuários devido também ao “o uso compulsivo ainda majoritário, com importante comprometimento físico, moral e social do usuário”.

O uso exclusivo tem sido paulatinamente substituído pela associação do crack a outras drogas, caracterizando o usuário, da cidade de São Paulo, como um politoxicômano. Inicialmente empregado para modular os efeitos positivos e negativos de crack, o uso múltiplo de drogas tem adicionado multi-dependências e co-morbidades ao quadro psiquiátrico já existente. Além de dificultar a identificação da severidade do uso de crack, o uso múltiplo de drogas dificulta a adesão do paciente a possíveis intervenções terapêuticas e seu sucesso (Oliveira e Nappo, 2008).

Mistura-se, portanto, cocaína com bicabornato, outras drogas e pobreza, e temos então o crack (do inglês *to crack*, “quebrar”, “estourar”, “rachar”, “fender-se”), colocando centenas de milhares de usuários brasileiros no quadro de uma enfermidade sem precedentes, a “quebrar”, por assim dizer, as estruturas sociais há muito comprometidas. O “estalo” provocado pela queima da pedra e seu correspondente principalmente no cérebro do usuário, todavia, parece somente agora dar início a uma discussão mais fecunda sobre o problema social que acompanha esse tipo de problema de saúde pública.

As chamadas “Cracolândias” brasileiras, que podem muito bem se espelhar na de São Paulo e no perfil do usuário paulistano, constituem “nações independentes”, como falam Raupp e Adorno, mas “independentes” porque abrigam “populações ocultas”, no sentido da “cidade que não se pode conhecer” (Vasconcelos, 1995), ou que não podem fazer parte do “imaginário da cidade”. Sendo territórios de convivência ou de coabitação entre os “excluídos dos excluídos”, como fala Pedro Abramovay, não espanta o fato de nossas crescentes “Cracolândias” surpreenderem as autoridades.

Segundo “a maior pesquisa sobre crack já feita no mundo”²⁶¹, realizada pela FIOCRUZ e divulgada em setembro de 2013 pelos ministérios da Saúde e da Justiça, os usuários regulares de crack no País somam 370 mil pessoas nas 26 capitais e no Distrito Federal. Conforme o *site* da FIOCRUZ, o resultado dessa pesquisa surpreendeu o secretário nacional

---

²⁶¹ *Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas capitais do país.* Pesquisa encomendada pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad) à Fiocruz. In: “Maior pesquisa sobre crack já feita no mundo mostra o perfil do consumo no Brasil”, 19.09.2013, no portal da FIOCRUZ.

de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Vitore Maximiano, dado o “expressivo” número de usuários regulares desse tipo de droga. Segundo Maximiano, outro “achado que surpreende” na pesquisa é “a presença de um forte consumo no Nordeste (...) (onde) acreditamos que seja em razão do próprio IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mais baixo, quando equiparado nacionalmente”.

Por ser uma droga barata, podemos então, a partir do que vimos acima, relacionar diretamente a pobreza com o uso e a disseminação do crack, daí o consumo de crack e a pobreza serem entendidos como doença e, por conseguinte, como uma forma latente de “epidemia”. Epidemia de IDH mais baixo, de baixos salários, de “urbanização de baixos salários”; epidemia conflitante com os rumos calcados no ideário de cidade onde o IDH é também dos mais altos.

Nesse quadro conflitante, vemos o velho bairro Santa Ifigênia como epicentro da “nação independente”. Nesse sentido, como não relacionar o fenômeno das enfermidades ao tipo de “cuidado” decorrente da velha lógica sanitária? Um século separa o surto de febre amarela disseminado em São Paulo e o nascimento da maior “Cracolândia” do país no mesmo bairro. De um tempo ao outro, permanece a polícia, embora sob diferentes condutas ou táticas disciplinares: no passado, a polícia sanitária, invadindo as casas dos mais pobres, identificando ali os agentes responsáveis pelas emanções que colocavam em risco a saúde da população e disseminavam as epidemias; no presente, as polícias militar e civil agindo sobre as diversas formas de “ilegalidades”, como o tráfico e o consumo de drogas. De um tempo ao outro, o “poder disciplinar”, como vimos através de Foucault, agindo sobre a fragilidade dos mais pobres para favorecer o bem-estar e o patrimônio territorial dos mais abastados.

Retomando aqui o que vimos no início deste capítulo, lembramos no que resultou o Relatório do Dr. Cesário Motta Jr. de 1893. Àquela época, Santa Ifigênia não era um bairro habitado somente pelos pobres, mas também pelos “remediados” e pela burguesia cafeeira, além de situar-se a poucos metros dos Campos Elíseos, bairro aristocrático recém-inaugurado. A epidemia de febre amarela assustava a todos, pois gerava a possibilidade de contágio, e por isso mesmo os pobres foram alvo de intervenção sanitária, ou melhor, de polícia sanitária. E quais foram as medidas tomadas? Eliminar os cortiços, segregar os pobres, por meio de uma intervenção pública, de uma legislação urbanística, apoiadas em estratégias de controle sanitário. No fundo, portanto, é tal como vemos hoje, ou como vimos na tentativa de implantação do projeto “revitalizador” Nova Luz. Daí que “é insustentável”, hoje, como fala Raquel Rolnik, “um projeto para a ‘Cracolândia’ isolado”:

Primeiro, (pelo) fato de ter sido eleita a ‘Cracolândia’ como espaço de intervenção, como delimitação de perímetro para atuar, (que) tem um grande efeito simbólico eleger aquele espaço e não outro, dentro de milhares de outros, mais ou menos na mesma condição física, urbanística, patrimonial. Eles elegem aquilo porque tem esta história de terem feito a Sala São Paulo, a Pinacoteca, pensando a partir da teoria da ‘acupuntura urbana’ (...) essa era a tese, o conceito urbanístico no qual a intervenção foi se basear, que tem uma história, a ver com uma discussão urbanística dos anos 80, do abandono da idéia de trabalhar a cidade como um todo para trabalhar por projetos urbanos (...) (Rolnik, 2008: 35).

Os episódios que marcam o presente, destacando-se o Poder de Polícia sobre os pobres, nos

fazem crer que o que de fato se revitaliza nas políticas municipais para a Região da Luz, dentro de um reiterado campo de forças, são as mesmas relações e os interesses do passado. Guardadas as diferenças entre as enfermidades – das pestes ao crack – podemos reconhecer novos paradigmas, porém, há que se rever os “remédios” de ocupação, projeto e ressignificação o velho bairro. Nesse sentido, mais importante que o conceito de “Cracolândia” será o seu diagnóstico, entendido o exame dos problemas sociais a partir do diálogo com a comunidade.

VII – REAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL AO NOVA LUZ

Repercussão do projeto na imprensa (hemeroteca cidade&saúde)

Entre as centenas de recortes de jornais e revistas que coletamos mais especificamente sobre o Nova Luz²⁶², destacaremos, a seguir, inicialmente, um dos primeiros a apresentar informações mais explícitas sobre o projeto municipal. Entrementes, lembramos que esse material acabou sendo importante fonte de consulta para nossas elaborações, uma vez que a prefeitura, quando “lançou” o Nova Luz no início de 2005, não apresentou o projeto formalmente à população. As informações disponibilizadas na internet vieram a público somente a partir de 2007, no portal eletrônico da Prefeitura, conforme apresentamos no capítulo anterior. Um “posto de informações” foi instalado em Santa Ifigênia somente em 2009, localizado no térreo de um velho prédio abandonado à rua General Couto de Magalhães. De toda forma, não raro o que sempre se soube a respeito do Nova Luz, como em geral a respeito dos planos do Executivo Municipal, provém justamente de material divulgado nos jornais ou nos canais de televisão, cabendo aos cidadãos acompanhar as manchetes jornalísticas.

Em março de 2005, na revista *Veja SP* ou “Vejinha”, como é conhecida a brochura que acompanha o periódico semanal *Veja* em São Paulo, o Nova Luz (ainda sem esta denominação), aparece entre as *Dez ideias para o Centro*²⁶³, matéria de capa que traz estampado o retrato do então subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, relatando suas intenções para o mandato que se iniciava, a convite do prefeito e seu amigo José Serra. Essa matéria da “Vejinha”, acompanhada de ilustrações formando quadros com as respectivas “ideias” do subprefeito, apresenta Matarazzo como aquele “que se convencionou chamar de tucano de alta plumagem, com bom trânsito entre os caciques do PSDB”.

Nas fileiras desta “alta plumagem” de políticos do PSDB, Matarazzo é apresentado na “Vejinha” como “o neto do famoso industrial Conde Matarazzo”, sinônimo de “progresso” em terras paulistanas. O prefeito Serra, no entanto, segundo a matéria, é quem autoriza Matarazzo a divulgar as tais “Dez ideias para o Centro”, pois “deu-lhe a missão de estudar, propor e executar medidas que façam o centro da cidade recuperar o glamour e a importância do passado”. Em conformidade com a “Vejinha”, o perfil do subprefeito, apto a “recuperar o glamour” da cidade, por seu turno também contempla o presente, posto que Matarazzo, segundo a matéria, “é apaixonado por velocidade – é dono de uma moto *Honda Blackbird* modelo 97, de 1.137 cilindradas, capaz de superar os 250 quilômetros por hora” e talvez, por isso mesmo, “está com pressa de mostrar serviço”.

Nesta matéria da “Vejinha” as definições sobre a “cracolândia” e seu futuro promissor, com a construção de universidades “pelo menos uma”, como é dito, e a ideia de “dar um trato no

---

²⁶² Em agosto de 2007 iniciamos a coleção de recortes sobre o Nova Luz. Em 2008 esse material passou a ser sistematicamente organizado, sendo a guarda dos originais acompanhada da elaboração de um Banco de Dados que denominamos Hemeroteca cidade&saúde. Seu conteúdo integra o Anexo 2 desta tese.

²⁶³ “Dez Idéias para o Centro”, matéria de Alessandro Duarte e Marcos Buarque de Gusmão, *VEJA SP*, 16 de março de 2005: 12-20.

visual decadente” da região, são ações que decorrem das já iniciadas *blitzes* policiais para fechar estabelecimentos clandestinos e prender traficantes de drogas. Outros destaques na matéria dizem respeito ao “Banho de Limpeza” e às “saídas de cena” de carroceiros e mendigos. Essa matéria é finalizada com um quadro acerca das “ideias para o Centro” expressas pelo arquiteto Jaime Lerner, destacado como o “que revolucionou Curitiba”. Neste quadro, é dito que Lerner foi “convidado por José Serra a atuar como consultor da prefeitura de São Paulo para assuntos relacionados ao centro” e que o ex-prefeito curitibano “acredita ser possível mudar a cara da região em dois anos”. Lerner ressalta a mesma pressa para “mudar a cara da região” que vimos ser expressa pelo subprefeito: “Precisamos tomar medidas rápidas para driblar a burocracia e eventuais problemas políticos”, afirma Lerner, entrevistado pelos jornalistas.

Em outra matéria publicada no mesmo mês de março de 2005, o jornal *O Estado de São Paulo* destaca que há “Em Valência, um modelo para SP”²⁶⁴. Três meses após a posse de José Serra como prefeito, o subtítulo desta matéria fala sobre a “fórmula para preservar tesouros e destruir o que não tem relevância”, descoberta pela cidade de Valência, na Espanha, visitada por Serra. O modelo de renovação do antigo e decadente bairro central de Valência (Carmem), segundo essa matéria, “impressionou” o prefeito paulistano e o fez considerá-lo adaptável à nossa “Cracolândia”. No caso de Valência, segundo destaca Antonio Gonçalves Filho, que assina essa matéria, o Instituto Valenciano de Arte Moderna (projeto dos arquitetos japoneses Kazuyo Sejima e Ryue Nishizawa), instalado no centro daquela cidade, foi o estopim para a renovação do centro antigo, antes “um polo de delinquência, mas que passou a ser frequentado por consumidores de cultura – algo parecido com o que o prefeito sonha para a Cracolândia, na região da Luz”. A “fórmula” valenciana, porém, como bem colocada na matéria, se deu a partir de bom pagamento pelas desapropriações (a instalação do museu exigiu a demolição de 40 casas) e os moradores nascidos e criados no velho bairro não foram deslocados, mas sim abrigados em novas residências da região. O “modelo”, entretanto, trouxe valorização: “Quem investiu, se deu bem. Uma casa que não valia 100 mil Euros é hoje vendida por 1 milhão”.

No mesmo dia, *O Estado de S. Paulo* publica também a matéria *Cracolândia vista por empresários*²⁶⁵, em que se fala de uma reunião ocorrida entre o subprefeito Andrea Matarazzo e cerca de 60 incorporadores, construtores e representantes de universidades para discutir sobre o futuro da “cracolândia” paulistana. O trecho de início desta matéria, como reproduzido a seguir, revela o sentido das operações de “limpeza” da “Cracolândia” que haviam sido empreendidas sob o comando de Matarazzo,

Primeiro veio a faxina de dez dias, que terminou quinta-feira com prisões, apreensões de produtos, remoção de drogados, fechamento de hotéis. Só então a Prefeitura tomou coragem para apresentar a Cracolândia, na região central, como potencial de negócios, embora a limpeza não tenha acabado.

---

²⁶⁴ “Em Valência, um modelo para SP”, matéria de Antonio Gonçalves Filho para *O Estado de São Paulo*, 20 de março de 2005.

²⁶⁵ “Cracolândia vista por empresários, matéria de Marisa Folgato para *O Estado de S. Paulo*, 20 de março de 2005.

Segundo essa matéria, Matarazzo teria realizado, no dia 19 de março de 2005, o primeiro “grande tour” na região da “cracolândia”, acompanhando empresários que virtualmente seriam investidores e parceiros do Nova Luz, acrescentando que o subprefeito “costuma levar grupos menores em seu próprio carro”. Um dos empresários citados na matéria disse que “a prefeitura deveria oferecer terrenos prontos para o setor privado”, sugerindo, com isso, a oferta de terrenos já “limpos”, isto é, com os imóveis já demolidos, “pelo menos os que já tem em seu patrimônio”. Nessa matéria, respondendo sobre as contrapartidas da prefeitura, Matarazzo cita a futura instalação de sua subprefeitura no local, e comenta sobre o projeto “de 200 m² já iniciado pela EMURB”.

Através desse tipo de chamamento pela imprensa, vemos que a valorização territorial para fins especulativos segue uma lógica determinada de oferta aos grandes empresários e construtores, sendo o ponto principal de interesse para a “revitalização” do antigo bairro central. Quanto à “pressa” para que se ponha em prática o projeto, fica subentendido o favorecimento aos convidados do prefeito, como o arquiteto Jaime Lerner. Um concurso público para o Nova Luz, correspondente a uma efetiva forma democrática de se pensar ou ter “ideias para o Centro”, entretanto, não se coaduna a essa “pressa”.

As primeiras demolições efetivadas em outubro de 2007 foram divulgadas pela imprensa como uma forma de “espetáculo” à parte, cabendo ao então prefeito Gilberto Kassab atrair para si a atenção requerida, com vistas à sua eleição no ano seguinte. Em 2007, o Nova Luz encontrava-se “emperrado”, conforme se divulgava e se fazia crer pela relutância dos virtuais empresários em reconhecer as vantagens oferecidas pela prefeitura. O projeto municipal passara a ser visto com ressalvas ante as centenas de desapropriações e indenizações previstas, porém, não efetivadas, mesmo com a aprovação da Lei de utilidade pública: “As construtoras interessadas em investir na Nova Luz reclamam da demora da Prefeitura em desapropriar os imóveis, a maioria com problemas judiciais”, diz uma matéria veiculada em outubro daquele ano²⁶⁶. Essas demolições representavam, portanto, uma nova investida por parte da prefeitura para restaurar o projeto a partir de seus pressupostos iniciais. O maior entrave, por seu turno, era tido como “solucionado”: “Para prefeito, Cracolândia é ‘página virada’ na vida da cidade”, ou “A Cracolândia acabou”, além da adoção da denominação de “a ex-cracolândia”, conforme depoimentos que eram constantes nos jornais.

Entrementes, vale dizer que encontrava-se o povo – nas ruas, no comércio, nas inúmeras ocasiões em que estávamos a fotografar e caminhar a pé em Santa Ifigênia – sob a mais completa ignorância acerca do Nova Luz. Para muitos comerciantes e moradores da área com quem mantivemos contato, o Nova Luz sequer existe. Ante as demolições, tanto aquelas efetivadas em outubro de 2007 quanto as seguintes, em março-abril de 2010, muitos dos que observam o “espetáculo” das máquinas ficavam a indagar sobre o real motivo para tanto “desperdício de material bom para se construir casa”: ante as demolições, não raro ouvíamos esse tipo de pesar de transeuntes, aludindo à “falta de casa para morar”.

---

²⁶⁶ “Começa demolição na Cracolândia. Prefeitura põe abaixo hoje 6 de 50 imóveis desapropriados na Luz”, por Sérgio Duran para *O Estado de S. Paulo*, 26 de outubro de 2007.

A “Cracolândia”, isto é, a aglomeração de usuários de drogas que ocupava determinados trechos de ruas em Santa Ifigênia, ao contrário do que afirmavam os depoimentos do prefeito e de Matarazzo, se mantinha ou parecia crescer a cada dia, apesar das *blitzes* policiais.

No dia 15 de dezembro de 2007, Kassab concede entrevistas aos principais jornais da cidade. N’*O Estado de S. Paulo*, a entrevista seguiu o título *Tenho vontade de ser candidato*; na *Folha de S. Paulo*, a entrevista com Kassab segue a manchete *Saúde e educação são os piores problemas de SP*. Iniciava-se a campanha que no ano seguinte fez de Kassab o candidato mais voltado. Nessa entrevista à *Folha*²⁶⁷, Kassab critica a gestão de Marta Suplicy (2001-2004), àquela altura sua virtual adversária em outubro de 2008, e afirma que fará “mais CEUs (Centro de Educação Unificado – CEU) que ela”. Justificando o fato de o “projeto da cracolândia” estar “demorando tanto”, Kassab responde: “Nova Luz? Não existe, acabou cracolândia”.

No segundo semestre de 2008, Kassab foi eleito pelo novo DEM – partido que se distancia do PSDB de Serra –, assumindo o novo mandato em janeiro de 2009. O projeto Nova Luz se manteve paralisado durante todo o período pós-eleitoral, ressurgindo em 2009, porém, com mudanças significativas: o então subprefeito Matarazzo, ou “o amigo de Serra”, se desgasta e perde poder ante as “políticas de gabinete”, como se divulgou n’*O Estado de S. Paulo*, quando Kassab promoveu seus novos aliados em nome do “enxugamento” de secretarias²⁶⁸. Enfim, mais uma “dança das cadeiras”. É criada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que mais tarde virá “cuidar” da revisão do Plano Diretor, da Concessão Urbanística e das novas formulações para o Nova Luz.

Uma semana antes, noutra matéria publicada n’*O Estado*, a “dança das cadeiras” promovida por Kassab já nomeava os “doze homens bem-comportados”, colegas do prefeito em meados dos anos 1980, quando se formaram na Escola Politécnica da USP: um quadro nada novo na linha de frente da administração municipal de São Paulo, como destaca o jornalista Bruno Paes Manso²⁶⁹ sobre “a escola que mais formou prefeitos desde o início do século passado”, a exemplo de Anhaia Melo, Prestes Maia em seus dois mandatos, e aqueles que da prefeitura migraram para o Governo do Estado, como Paulo Maluf, Mário Covas e José Serra.

Em fevereiro de 2009 é a vez do “pé de guerra” entre os lojistas da rua Santa Ifigênia com a prefeitura: “Há uma semana, fiscais municipais bateram à porta de quase 200 estabelecimentos e deram um prazo de cinco dias para que eles apresentem a licença de

---

²⁶⁷ ‘Saúde e Educação são os piores problemas de SP’: Prefeito criticou a gestão Marta Suplicy (PT), possível adversária na eleição, e disse que fará mais CEUs que ela. Entrevista a Rogério Gentile e Evandro Spinelli. *Folha de S. Paulo*, 15 de dezembro de 2007: C9.

²⁶⁸ “Mais 2 apadrinhados de Matarazzo são trocados: Indicados por ele nas Subprefeituras de Pinheiros e da Vila Prudente são substituídos; secretário só continua no cargo a pedido de José Serra”. Matéria de Diego Zanchetta. *O Estado de S. Paulo*, 9.01.2009: C9.

²⁶⁹ “Kassab e os 11 colegas de classe da Poli que governam a cidade: Nos anos 80, Gilberto e seus amigos eram alunos bem-comportados que preferiam os estudos à política. Matéria de Bruno Paes Manso para *O Estado de S. Paulo*, em 1º de fevereiro de 2009:C4. “Os 12 tiraram a foto na sala mais moderna da faculdade, cujas instalações foram financiadas por outro colega do grupo, Marcelo Medeiros, que atua no setor imobiliário”.

funcionamento”. Era chegada a hora de atacar o comércio “ilícito” de Santa Ifigênia em prol do avanço do Nova Luz, já sob a Concessão Urbanística. No jornal *O Estado de S. Paulo*, a matéria de Naiana Oscar²⁷⁰ destaca que “A Prefeitura nega que a fiscalização esteja relacionada às desapropriações que estão previstas para a região, onde será usado pela primeira vez no País o mecanismo de concessão urbanística”, e faz notar a reação por parte dos lojistas, que se dá através da Associação de Comerciantes do Bairro Santa Ifigênia e de seu representante João Paulo Fernandes, que reclama da falta de diálogo entre lojistas e as autoridades: “Querem fechar lojas de família, de gente que trabalha aqui há décadas para colocar no lugar grandes empresas”.

À Concessão Urbanística se atrela à pauta da revisão do Plano Diretor que, por sua vez, é alvo de uma polêmica maior e que se instaura para além do Nova Luz em específico. Enquanto isso, a reação dos lojistas de Santa Ifigênia acompanha esse processo, estabelecendo-se em audiências da Câmara Municipal, reivindicando participação popular nos debates e pretendendo “rever a revisão” e os interesses advindos do mercado imobiliário nela embutidos, ao mesmo tempo em que sugerem os incentivos do Nova Luz extensivos ao comércio já estabelecido no perímetro do projeto. Em meados de abril é divulgada a aprovação da Concessão, mas logo em seguida há notícias de que a “maioria que aprovou Nova Luz recebeu doação de imobiliária”, sendo que “dos 42 vereadores que aprovaram projeto de terceirização da área, 23 foram beneficiados por associação (AIB – Associação Imobiliária de São Paulo) ligada ao Secovi”²⁷¹.

Em abril de 2009 o arquiteto Jaime Lerner reaparece, agora com projeto para o Nova Luz pago pela AIB: bulevares, prédios que variam de 12 a 20 andares e um grande edifício, de mais de 200 metros de altura, considerado pelo autor “um dos pontos fortes do projeto”, já denominado “Torre da Luz”, com holofotes instalados em seu topo para “iluminar o céu”. O projeto de Lerner ocupa duas páginas do caderno Metrópole n'*O Estado de S. Paulo*²⁷², onde o arquiteto expõe seus objetivos de

revitalizar, trazer vida à noite para a região e fazer com que as pessoas voltem a viver no local, além de ajudar a fazer voltar a vida urbana à área... A região da Luz tem três das principais âncoras culturais da cidade. A Pinacoteca do Estado, o Museu da Língua Portuguesa e a Sala São Paulo. É uma região perto do centro que tem vida durante o dia, mas que é decadente à noite. É importante conseguir fazer essa reversão, porque é nas regiões decadentes que se deixa de viver. O resultado é o que vemos hoje na Cracolândia (...) Esse é um instrumento que precisa sair do papel rapidamente. Se demorar muito, fica dada vez mais caro (Lerner, *O Estado de S. Paulo*, 28.04.2009: C3).

Nessa mesma matéria de Bruno Paes Manso para *O Estado*, “o secretário de Desenvolvimento Urbano, Miguel Bucalem, diz que a Prefeitura já está em fase adiantada

---

²⁷⁰ “Prefeitura fiscaliza alvarás na Santa Ifigênia”: quase 200 imóveis podem ser interditados; lojistas reclamam de burocracia e pedem anistia. Matéria de Naiana Oscar para *O Estado de S. Paulo* em 18.02.2009.

²⁷¹ “Maioria que aprovou Nova Luz recebeu doação de imobiliária”, matéria de Mariana Barros para a *Folha de S. Paulo*, em 24.04.2009, p. C6. Em quadro destacado desta matéria é dito que “com participação ativa na campanha eleitoral de 2008, a AIB foi uma das maiores doadoras de verba para candidatos a vereador na cidade. A AIB distribuiu quase R\$ 4 milhões a 47 concorrentes a uma vaga na Câmara de São Paulo, sendo que 27 deles foram eleitos (...)”.

²⁷² “Empresários estimam gastos de R\$ 200 mi com desapropriações”, matéria de Bruno Paes Manso para *O Estado de S. Paulo* em 28 de abril de 2009: C3, seguida de “AIB paga e Lerner projeta Nova Luz” à página C.

para finalizar as diretrizes da concorrência para contratar ‘um nome consagrado, um profissional de alto nível, compatível com os desafios da região’ (...) (sendo) a intenção da Prefeitura (...) permitir que grandes escritórios internacionais possam participar da licitação. (E que o arquiteto) Lerner teria de participar da concorrência”.

Essas notícias reacendem manifestações contrárias. Perduram as discussões sobre a aprovação da Concessão Urbanística e as alterações previstas no Plano Diretor. No mês de maio, procuramos a Associação dos Comerciantes, entrevistamos o seu representante, Sr. Paulo Garcia, e o levamos a um debate na FAU USP, em que estiveram presentes, entre outros, os professores Raquel Rolnik e Flávio Villaça, o líder do governo municipal e relator do projeto de revisão do PD na Câmara Municipal, vereador José Police Neto, e o representante do Secovi, Eduardo Della Manna. O Nova Luz, finalmente, parecia alçado em debate de forma mais ampla, e nisso afluíam as especificidades dentre inúmeras questões políticas que envolvem tanto outros territórios quanto atores sociais. No debate na FAU²⁷³, ressaltava o professor Villaça a necessária “politização” por parte de toda a população, e não apenas por parte de poucos, como os ricos, citados por ele, que se organizam em fortes associações de bairro pela salvaguarda de seus territórios.

Em junho de 2009 uma “guerra civil” atraiu imprensa, rádio e televisão para a “cracolândia”. Manchetes como “Moradores tentam afastar dependentes com água e pedra” (*O Estado*) e “Moradores fazem chuva particular contra viciados” (*Jornal da Tarde*) nos levaram a averiguar o “fenômeno” de perto. Em trechos e imediações da rua Guaianases proprietários de algumas casas de comércio haviam instalado mangueiras sob as marquises ou diretamente nos hidrantes junto às portas para fazer “chover” nas calçadas, impedindo ou tentando afastar os grupos de drogados que ali vieram se estabelecer. Com o reforço das *blitzes* policiais no perímetro original do Nova Luz a “cracolândia” se espalhava, chegando não somente a ocupar esses trechos, mas outros mais distantes, como a praça Roosevelt, a praça Princesa Isabel, a praça Júlio Prestes, o entorno do Largo Coração de Jesus, alguns pontos sob o “Minhocão” e outros do Centro, muito embora parecia mais crítico o palco das “chuvas” e “pedradas”. Dada a alta densidade e uso habitacional ali concentrados, moradores já não tinham segurança nem tranquilidade para dormir. Nesse momento, em que a população passou a agir “porque não aguenta mais”, como disse o presidente do Conselho Comunitário do Centro – Conseg, Antonio de Souza Neto, para *O Estado*²⁷⁴, acrescentando que “a população procura órgãos competentes, como Prefeitura e polícia, mas ouve como resposta que se trata de um problema social. Só que ninguém resolve”. Nesta matéria, um sargento da Polícia Militar traduz com precisão o seu trabalho e de seus parceiros: “Nosso trabalho no dia a dia é igual tocar gado, diz sargento da PM”²⁷⁵.

---

²⁷³ Seminário “São Paulo, projetos, perspectivas e polêmicas” realizado no auditório da FAU (cidade Universitária) em 15 de maio de 2009, organizado pelo epa! (Espaço Projeto e Ação, formado por graduandos da FAU USP), Rede Butantan de Entidades e Forças Sindicais.

²⁷⁴ “Moradores tentam afastar dependentes com água e pedra. População da Rua Guaianases está cansada de conviver com usuários”. Matéria de Marici Capitelli para o *Jornal da Tarde*, em 23 de junho de 2009.

²⁷⁵ “Circuitos da pedra extrapolam Nova Luz”, matéria de Bruno Paes Manso e Diego Zanchetta, *O Estado de São Paulo* em 12 de julho de 2009: C3.

Relacionado ao Nova Luz, o episódio mais marcante que mereceu ampla cobertura da imprensa se deu nos primeiros dias de 2012, quando a Polícia Militar pôs em prática o chamado “Plano de Ação Integrada Centro Legal”, definido em conjunto com prefeitura e o governo do Estado. Nessa ação dos policiais contra os usuários de drogas, ficou conhecida a estratégia de “dor e sofrimento”, como definida pelo coordenador de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Alberto Chaves de Oliveira: “Como é que se leva o usuário de drogas a se tratar? Não é pela razão, é pelo sofrimento”, declarou Oliveira à imprensa e à televisão em 4 de janeiro de 2012, dois dias após o início da operação, na qual a Polícia não poupou balas de borracha contra os chamados “nóias” da “Cracolândia”²⁷⁶. A estratégia de “dor e sofrimento” como “remédio” para a “Cracolândia” paulistana fez aguçar-se o quadro do uso de crack no mapa da cidade, pois imediatamente a “Cracolândia” de Santa Ifigênia se espalhou por diversos pontos do Centro (baixos do “Minhocão”, Praça da República, Praça Marechal Deodoro, Praça Alfredo Paulino, em Santa Cecília) e até mesmo nas imediações da avenida Paulista. “Minicracolândias” passaram avançar a bairros de classe média nas zonas sul e leste, ou onde quer que um baixo sob viaduto ainda se encontre desocupado.

Ainda que tenha declarado não ter dado o aval para que a Polícia iniciasse o “Plano Centro Legal”, o prefeito Kassab admitiu a “integração cada vez maior” com o governo de Geraldo Alckmin, a quem ele chama de “melhor parceria de sua gestão”, além de declarar que “mantém uma relação diária com o comandante da PM, coronel Alvaro Batista Camilo”. A operação foi tida como “precipitada por uma decisão do segundo escalão”, leia-se a estratégia “dor e sofrimento” defendida por Luís Alberto Chaves de Oliveira, secretário de Políticas sobre Drogas. Segundo matéria de Marcelo Godoy e Bruno Paes Manso n’*O Estado de S. Paulo* do dia 7 de janeiro, o governador, o prefeito e as cúpulas da Segurança Pública, de Assistência Social e de Saúde da duas esferas de governo “estavam acertando tudo para que o trabalho começasse em fevereiro, depois da abertura de um centro de atendimento com capacidade para 1, 2 mil usuários de drogas na Rua Prates, no Bom Retiro”²⁷⁷.

O mal-estar se generalizou. As ações truculentas da PM sobre os usuários de crack passaram a reverberar no país. Nunca antes uma estratégia como essa, de “dor e sofrimento”, foi tão explicitamente relacionada ao intento de “eliminar a Cracolândia” de Santa Ifigênia ou “limpar” a área com a estratégia de se avançar com o projeto Nova Luz. A “Cracolândia” tornou-se, enfim, questão de saúde pública e não de plano urbanístico. Daí em diante, ambas as estratégias passaram a ser discutidas, ainda que nem sempre correlacionadas. O uso de crack passou a ser o “tormento nacional”, invocando políticas de saúde e de assistência social. Matéria de capa da revista *Carta Capital* de 18 de janeiro de 2012 fala desse “tormento nacional” relacionando “o desastre da ação policial na Cracolândia paulistana (que) expõe a chaga das metrópoles brasileiras”. Nesta edição, Wálter Fanganiello Maierovith diz que “São Paulo insiste na repressão e usa o crack como desculpa

---

²⁷⁶ “SP usa estratégia de ‘dor e sofrimento’ na cracolândia: com ação policial, Prefeitura e Estado querem que abstinência leve usuários a aceitar ajuda”. Matéria de capa em *O Estado de S. Paulo*, 05.01.2012.

²⁷⁷ “Alckmin, Kassab e comando da PM não sabiam de início de ação na cracolândia: ocupação que deveria ocorrer em fevereiro, após a inauguração de centro de atendimento, foi antecipada após decisão do segundo escalão”. Matéria de Marcelo Godoy e Bruno Paes Manso em *O Estado de S. Paulo*, 07.01.2012.

para segregar pobres”²⁷⁸. Na *Folha de S.Paulo* do dia 15 de janeiro, a capa do caderno Cotidiano carrega na seguinte manchete: “Viciados da cracolândia são os excluídos dos excluídos”; uma pesquisa do jornal “revela quem são e como vivem os usuários de crack”: segundo o Datafolha, a maioria deles “apresenta dados socioeconômicos abaixo dos da média da população paulistana (e) 77% deles vive, nas ruas”. A matéria de Vaguinaldo Marinheiro se inicia com a pergunta: “O viciado em crack tem uma vida desestruturada porque consome droga ou consome a droga porque tem uma vida desestruturada?” Entrevistado, o psiquiatra Dartiu Xavier, do Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes da Unifesp, afirma que “aquela imagem do engenheiro que perdeu tudo e foi morar na cracolândia é raridade. A droga é efeito, não causa da exclusão. A pessoa já vive excluída socialmente, e sua miserabilidade faz a droga florescer. Há uma grande diferença entre o usuário ocasional e o dependente. Para o segundo, a droga, seja álcool, seja crack, não é recreacional, é fuga”²⁷⁹. Matérias especiais sobre o assunto ocupam capas e considerável volume de páginas nos mais importantes periódicos do País. O episódio desastroso da Polícia Militar na “Operação Centro Legal” na “Cracolândia” de São Paulo é também divulgado em outros países. De questão de saúde pública, o crack passa a ser visto também como questão social. O crack é agora “O crack Social”, conforme a matéria especial da revista *Cult*, em fevereiro de 2012, cuja capa carrega esse título seguido da frase: “drogas, exclusão, pobreza e violência: como a cracolândia explica o Brasil”. Nesta edição da *Cult*, o ex-secretário nacional de Justiça, Pedro Abramovay, é entrevistado e afirma, quando questionado sobre o Nova Luz, que “a gestão da prefeitura, desde o governo Serra, tem uma posição muito clara de promover políticas de urbanização excludentes. E a ação na cracolândia é absolutamente coerente com essa postura”. Destacamos de Abramovay uma frase lapidar nessa entrevista: “Casos bem-sucedidos são os que retiram a droga da vida da pessoa sem retirar a pessoa de sua própria vida”²⁸⁰.

No aniversário da cidade, dia 25 de janeiro, o prefeito Kassab foi alvo de protesto que terminou com pessoas feridas na Praça da Sé; foi escoltado sob uma chuva de ovos e pedras. O seu projeto Nova Luz entra novamente na esfera jurídica, sendo a Concessão Urbanística alvo de liminar contra a execução do projeto. Os principais questionamentos são a falta de participação dos moradores e os gastos da prefeitura para a implantação do projeto, estimados em mais de R\$ 355 milhões. Mais uma vez, a prefeitura entra na justiça com um pedido de reconsideração. E Kassab declara: “Não é a primeira vez, nem será a última liminar”²⁸¹.

A polícia não pode prender, o número de viciados cresce e se dispersa, enquanto aos policiais resta “tocar o gado” que “ninguém resolve”. Essa é a marca da “cracolândia” paulistana que, junto ao comércio “pirata” de Santa Ifigênia, forma o “quisto” a se extirpar

---

²⁷⁸ “O terror higienista”, coluna de Wálter Fanganiello Maierovitch. *Carta Capital*, 18 de janeiro de 2012: 29.

²⁷⁹ Vaguinaldo Marinheiro, “Viciados da cracolândia são os excluídos dos excluídos”. *Folha de S.Paulo*, 15 de janeiro de 2012: C1.

²⁸⁰ “Crack e tabu”. Entrevista do ex-secretário nacional de Justiça, Pedro Abramovay concedida a Marcos Flaminio Peres. *Cult*, fevereiro de 2012: 14-18.

²⁸¹ “Justiça Paulista suspende de novo projeto de revitalização da Luz”, matéria de Felipe Frazão em *O Estado de S. Paulo*, 28 de janeiro de 2012: C7. No dia 1º de fevereiro de 2012, o mesmo jornalista publica mais uma matéria a esse respeito: “Projeto de revitalização da Luz depende de decisão judicial”, em *O Estado de S. Paulo*: B6.

do centro da cidade, como pretende a “revitalização” através do Nova Luz. Essa marca pode parecer entoadada pelas habituais distorções das notícias veiculadas pela imprensa, mas traz à realidade, no mais das vezes, o que nossos governantes e seus aliados insistem em contradizer. O trabalho jornalístico tem seus aspectos relevantes: se, por vezes, ilude o leitor, em muitos casos informa, traz à luz, abre o debate sobre flagrantismos da cidade e de seus cidadãos de forma a compor uma arena política, juntamente com outros meios de comunicação de massa. Sobre o Nova Luz, não faltaram entrevistas e artigos com profissionais atuantes em diferentes áreas que puderam se manifestar contra ou a favor. O que ora apresentamos é tão somente uma pequena amostragem da repercussão do projeto municipal, não pretendendo com isso uma análise aprofundada, o que certamente nos levaria à constatação de outros paradigmas, associados ou não à grande empresa urbanística. Nossos passos seguintes deixam inconclusa essa modesta apresentação do Nova Luz visto pela imprensa, mas quiçá nosso Banco de Dados e sua relação pormenorizada dos milhares de recortes que coletamos possa inspirar novas pesquisas e produzir desdobramentos.

Apresentações públicas do Projeto Urbanístico Específico – PUE

Antes de passarmos ao relato das audiências públicas relativas ao Projeto Urbanístico Específico – PUE do projeto Nova Luz vejamos, primeiramente, alguns conceitos jurídicos acerca de uma audiência pública como, também, sua compreensão no processo de democratização e de participação nas relações entre o Estado e os cidadãos.

Segundo a procuradora de Justiça Evanna Soares (2002), uma audiência pública é “um instrumento capaz de levar a uma decisão política ou legal com legitimidade e transparência”, sendo esse instrumento “uma instância no processo de tomada de decisão administrativa ou legislativa, através do qual a autoridade competente (...) abre espaço para que todas as pessoas que possam sofrer os reflexos dessa decisão tenham oportunidade de se manifestar antes do desfecho do processo” (Soares, 2002).

Nota Soares que, porém, em face das mais variadas opiniões sobre a matéria debatida, em contato direto com os interessados, as opiniões manifestas não vinculam a decisão, “visto que têm caráter consultivo, e a autoridade, embora não esteja obrigada a segui-las, deve analisá-las segundo seus critérios, acolhendo-as ou rejeitando-as”. Sobre este aspecto de uma não necessária obrigatoriedade, por parte da autoridade (no caso o Poder Público), de acatar as opiniões daqueles que opinaram, reforça a autora:

Na Administração Pública a audiência pública – instrumento de conscientização comunitária – funciona como veículo para a legítima participação dos particulares nos temas de interesse público. Então, de um lado, tem-se uma metodologia de esclarecimento de determinadas questões através da presença dos interessados, e, de outro, uma Administração que, anteriormente, se mantinha distante dos assuntos cotidianos dos cidadãos, e, agora, se preocupa com o interesse comum (...) (Soares, 2002).

A audiência pública, segundo Agustin Gordillo, citado por Soares, tem raízes no direito anglo-saxão, fundamentando-se no princípio de justiça natural – o mesmo que nutre a garantia de defesa nos casos particulares e o devido processo legal festejado nos Estados Unidos da América... Esse princípio, na prática, se traduz pelo que antes da edição de normas administrativas ou mesmo legislativas de caráter geral, ou de decisões de grande impacto na comunidade: o público deve ser escutado. Acrescenta Soares que a audiência pública no Brasil, além de servir ao exercício da função administrativa presta, também, para subsidiar o desempenho da função legislativa, conforme a Constituição de 1988²⁸².

Audiências públicas e democracia

Segundo Evanna Soares, deve-se levar em consideração que a realização de audiências públicas está intimamente ligada às práticas democráticas e representa, juntamente com a consulta popular, a democratização das relações do Estado para com o cidadão. O próprio conceito de democracia se assenta no princípio participativo, o qual integra o conceito de Democracia Social. Segundo a autora, “o exercício do poder pelo povo e para o povo é assegurado pelo *princípio democrático*, que gera, além dos direitos de elaboração legislativa, os *direitos participativos*” (Soares, 2002), estes que, a exemplo da consulta popular (enquete) ou audiência pública, constituindo técnicas de processo participativo na Administração Pública, “fundamentam pretensões à satisfação dos fins sociais, culturais e ecológicos da igualdade de gozo das liberdades privadas e dos direitos de participação política” (Fabiana de Menezes de Soares, *Direito Administrativo de Participação*, apud Soares, 2002).

No interior dos processos democratizantes que assistimos mais recentemente, as audiências públicas perfazem forte sentido na tomada de decisões coletivas, ocupando a democracia participativa o lugar de uma insuficiente democracia representativa que vimos evoluir no final do século XX.

Fundamento, natureza e qualificação de uma audiência pública

O que fundamenta uma audiência pública? Quem dela se beneficia? Vejamos, a seguir, com base no artigo de Evanna Soares, também algumas características que fazem a diferença entre uma audiência pública e uma simples reunião comunitária.

A audiência pública tem importância material porque é ela que dá a sustentação fática à decisão adotada. Quem mais se beneficia de seus efeitos são os próprios particulares,

---

²⁸² Art. 58, §2º, II, da Constituição da República de 1988, da função judiciária (art. 9º, §1º, da Lei nº 9.868/1999) e da missão institucional do Ministério Público (art. 27, parágrafo único, IV, da Lei nº 8.625/1993). In: Soares, 2002.

considerada a prática de uma administração mais justa, mais razoável, mais transparente, decorrente do *consenso da opinião pública* e da democratização do poder.

O fundamento prático da realização da audiência pública consiste do interesse público em produzirem-se *atos legítimos, do interesse dos particulares em apresentar argumentos e provas anteriormente à decisão, e, pelo menos em tese, também do interesse do administrador em reduzir os riscos de erros de fato ou de direito em suas decisões, para que possam produzir bons resultados.*

A audiência pública tem dupla natureza pública, como observa Agustín GORDILLO: a primeira representada pela *publicidade e transparência* próprias do mecanismo, em que pontuam a *oralidade, imediação, assistência, registros e publicações dos atos*; a segunda, pela própria *participação processual e a abertura a todos os segmentos sociais.*

O que qualifica a audiência pública, nesse contexto, é a participação oral e efetiva do público no procedimento ordenado, como parte no sentido jurídico, e não meramente como espectador.

É indispensável, assim, para que se realize a audiência pública, propriamente dita, a *efetiva participação do público. Não se caracterizará como tal a sessão que, embora aberta ao público, o comportamento dos presentes seja passivo, silencioso, contemplativo. Nesse caso, será apenas uma audiência. Outrossim, se não se observar um formal e previamente estabelecido procedimento, também não se estará diante de uma audiência pública, mas de mera reunião popular, com livre troca de opiniões entre o administrador e os particulares acerca de determinado tema* (Soares, 2002, grifos nossos).

Considerando os princípios de que uma audiência pública serve à função administrativa, inclusive quando destinada ao controle e regulação dos serviços de utilidade pública privatizados, salienta Agustín Gordillo (2000) que ela deve se “realizar à moda do processo judicial oral e seguir os princípios jurídicos de caráter geral, tais o devido processo legal, publicidade, oralidade, simplicidade das formas, contraditório, participação do público, instrução, impulso oficial, economia processual e, via de regra, gratuidade”.

Afirma Evanna Soares:

O jurista argentino (Gordillo) adverte para a necessidade de serem observados princípios, tendo-se o cuidado para *não exagerar na regulamentação*, de sorte a deixar margem para a *criatividade dos responsáveis* pela realização da audiência pública, visando aos bons e efetivos resultados. Recomenda, então, as linhas gerais do procedimento da audiência pública, consistentes de: *pré-estabelecimento da ordem ou roteiro da audiência pelo seu dirigente ou dirigentes, contendo a relação, sequência e tempo das pessoas que usarão da palavra, réplicas, apartes, etc.; providências para a ampla divulgação ao público da convocação da audiência; realização, quando necessário, de uma pré-audiência visando à ordenação ou simplificação do temário*, coleta de informações, ou, ainda, para tentar um acordo de partes, desde que não afete o interesse público, aplicando-se, nessa hipótese, o princípio da economia processual; instrução através de depoimentos e interrogatórios dos interessados e testemunhas, recebimento de documentos, laudos periciais, etc.; documentação dos atos mediante taquigrafia, gravação em áudio e vídeo, lavratura da ata da audiência; e recebimento e registro de alegações orais (Soares, 2000, grifos nossos).

Segundo Celso Antonio Pacheco Fiorillo (*Estatuto da Cidade comentado*, 2002) as audiências públicas, através de conceitos mais gerais como os apresentados acima, carregam procedimentos necessários e mesmo elementares para a realização desses instrumentos jurídicos. Mas, vejamos a seguir o que diz o autor quanto ao imbricamento desses mesmos instrumentos na legislação brasileira mais recente, com vistas à gestão democrática da cidade. Segundo Fiorillo

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 2001), ou "Lei do Meio Ambiente Artificial" regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição da República e, entre outras providências, estabelece as diretrizes gerais da política urbana, contendo "normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental" (art. 1º, parágrafo único).

Contempla a realização de audiências públicas, expressamente, em três momentos:

No art. 2º, XIII, como uma das "diretrizes gerais" da política urbana, cujo objetivo é "ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana", consta a realização de audiência pública com a "população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população".

A política urbana "tem por objetivo, em apertada síntese, ordenar a cidade em proveito da dignidade da pessoa humana", e é nesse contexto que se insere a audiência pública.

Outra previsão consta do art. 40, §4º, I, dessa Lei nº 10.257/2001, segundo o qual, para o processo de elaboração do plano diretor e a fiscalização de sua implementação, devem os Municípios promover "audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade".

O plano diretor, obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, tem sede constitucional como elemento da política urbana e, segundo o art. 182, §1º, da Constituição da República, "é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana".

A audiência pública, outrossim, é um dos instrumentos para gestão democrática da cidade (art. 43, II, da Lei nº 10.257/2001), e deve ser realizada pelos Municípios como *condição obrigatória para aprovação pela Câmara Municipal, como via de participação direta dos particulares na gestão orçamentária, quando da preparação das propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual* (art. 44) (Fiorillo, 2002).

Complementando esses comentários de Fiorillo, destacamos um trecho de Evanna Soares:

A audiência pública, no Brasil, tem previsão na Lei nº 9.784/1999, como mecanismo de instrução do processo administrativo federal, visando ao desempenho da função administrativa pelos entes da Administração Pública Direta e Indireta, dos três Poderes da União. É contemplada, também, para exercício dessa função, em leis específicas que regem o meio ambiente, inclusive o artificial disciplinado no Estatuto da Cidade, *as licitações e contratos administrativos, a concessão e permissão de serviços públicos*, os serviços de telecomunicações e as agências reguladoras.

Representa a audiência pública, outrossim, indispensável instrumento para realização da missão institucional do Ministério Público, achando-se prevista, ainda, no processo legislativo

e no processo judicial – aqui restrita ao processo de controle concentrado da constitucionalidade das normas (Soares, 2000).

Celso Fiorillo salienta que, do ponto de vista jurídico, uma audiência pública atesta “a vontade do legislador de submeter ao próprio povo a gestão democrática da cidade”. Evanna Soares menciona ainda que “a realização de audiências públicas, como instrumento da participação popular na função administrativa, é inerente ao Estado Social e Democrático de Direito, servindo, também, para controle da atividade administrativa”.

Com essas colocações, vemos que as audiências públicas, se conduzidas de forma consequente pelas autoridades governamentais – na salvaguarda da oralidade como principal princípio regedor –, como fala Evanna Soares, podem e devem ser a mais plena tradução de uma *participação popular* ampliada e afirmativa de um “costume democrático”. No entanto, a realização de uma audiência pública não será suficiente para com seus objetivos, “vez que os mecanismos jurídicos não bastam, por si só, para determinar a participação do povo – via de regra acomodado e desinteressado das questões sociais” (Soares, 2000).

À luz dessas observações, passemos agora ao relato das “audiências públicas” (carregando nas aspas) realizadas em conformidade ao desenvolvimento do Plano Urbanístico Específico Nova Luz, audiências estas que acompanhamos no decorrer de 2011: na verdade, como veremos, duas tentativas de audiências públicas organizadas pela Prefeitura de São Paulo, através de sua Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Comunicadas através de pequenos informes no *Diário Oficial* do Município, essas “audiências” foram agendadas para, em princípio, discutir Projeto Urbanístico realizado pelo Consórcio Nova Luz ante o intento de “revitalização” de Santa Ifigênia, seguindo as etapas “Preliminar” e “Consolidada” do referido projeto.

Audiência Pública Nova Luz, em 14.01.2011 (auditório FATEC)

Naquelas dias chuvosos de meados de janeiro, quando tudo parecia menos ruidoso em consequência da ausência de grande parte da população, nada indicava que no centro da cidade manifestações contrárias às ações do prefeito Kassab pudessem atrair tanta gente. Entretanto, já na quinta-feira, dia 13, um grande número de estudantes fechou a avenida Ipiranga em protesto contra o aumento da tarifa de ônibus. Nessa manifestação, a Polícia agiu com truculência, disparando balas de borracha e gás lacrimogêneo para dispersar a manifestação, ferindo manifestantes e prendendo mais de 30 pessoas. No seguinte, foram os lojistas da Rua Santa Ifigênia que quebraram o costumeiro marasmo dos dias de verão na cidade: fechando as portas do comércio que domina a região de Santa Ifigênia, realizaram uma grande passeata contra o projeto Nova Luz e a desapropriação de imóveis prevista pela Concessão Urbanística.

A princípio, essa data parecia pouco provável para que uma audiência pública se realizasse com o *quórum* suficiente, porém, o contrário se revelou quando milhares de manifestantes compareceram a FATEC – Faculdade de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo – na avenida Tiradentes, Bom Retiro. A nosso ver, nasceu naquele dia um outro Nova Luz, pois, com a manifestação que saiu das ruas de Santa Ifigênia até o interior do auditório da FATEC, o projeto da prefeitura passou a ter maior visibilidade.

Liderados por representantes do comércio de eletrônicos da região de Santa Ifigênia, mais de 2 mil pessoas promoveram um verdadeiro “apitação” no interior do auditório. O secretário municipal Miguel Bucalem chegou a esboçar um início de sessão, porém, sem êxito ante o “apitação”. Dentre as muitas palavras de ordem repetidas em coro pelos manifestantes, não faltaram os fatídicos “Kassab viado” e o “Fora Kassab”, entoados aos berros e entrecruzados por “Kassab, ladrão, roubando nosso pão”. Seguindo um mais particular sentido de pertencimento ao velho bairro, provedor de trabalho à grande maioria desses manifestantes, (a)notamos o “olê, olê, olá, Santá, Santá...”, além do mais tradicional “A Santa, unida, jamais será vencida”. Após cerca de hora e meia desses entoados, intercalados com os estridentes zumbidos dos cornetões “vuvuzelas” (os instrumentos de plástico utilizados na Copa do Mundo sul-africana), o secretário Bucalem anunciou que a PM, por considerar “falta de segurança”, tornava cancelada a audiência. Segundo matéria publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo*²⁸³,

o clima dentro da FATEC era de estádio de futebol. Cerca de 200 pessoas ficaram do lado de fora e quase houve tumulto com a PM. Dentro, os manifestantes, com nariz de palhaço, gritavam “fora Kassab”. (...) Comerciantes pretendiam lançar cadeiras da parte mais alta do auditório caso a audiência não fosse cancelada. Policiais perceberam que o tumulto poderia aumentar e pediram para o secretário suspender o evento (*O Estado de S. Paulo*, 15.01.2011).

Essa manifestação, iniciada nas ruas de Santa Ifigênia correspondeu, sem dúvida, a um prejuízo para os lojistas, uma vez que o volume de vendas no comércio de eletrônicos, mesmo em período de férias, é bastante significativo. Impressionou a cena de final da tarde no bairro, quando logo após a saída dos manifestantes em direção a FATEC deixou para trás as lojas de portas cerradas.

No dia 20 do mesmo mês, o *Diário Oficial* da Cidade de São Paulo publicou a Portaria N. 014/2011/SMDU.G, convocando a realização de uma nova audiência no dia 28, em substituição àquela cancelada. No texto dessa Portaria, a linguagem utilizada reforça o sentido democratizante das audiências públicas, trazendo conformidade discursiva ao que vimos através dos juristas que explicam o teor das audiências públicas dentro de uma visão do Estado Democrático de Direitos. Vejamos a seguir o comunicado, conforme publicado no *Diário Oficial*:

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, usando das atribuições e competências que lhe são conferidas por Lei,

---

²⁸³ “Protesto força cancelamento de audiência sobre a cracolândia. Matéria de Diego Zanchetta publicada n’*O Estado de S. Paulo* em 15.01.2011.

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU, celebrou o contrato nº 02/2010/SMDU, cujo objeto contempla a elaboração do Projeto Urbanístico Específico (PUE) para a realização de concessão urbanística na área delimitada pelo perímetro da Nova Luz, definidos pelas Avenidas Cásper Líbero, Ipiranga, São João, Duque de Caxias e Rua Mauá, no Distrito da República, no Município de São Paulo; CONSIDERANDO que o *Termo de Referência do referido contrato prevê, em sua Etapa 3, a realização de Audiência Pública destinada a apresentar à comunidade em geral, as propostas resultantes do PUE e Plano de Urbanização de ZEIS, ainda em nível preliminar*; CONSIDERANDO a não realização da audiência pública para a apresentação de tais propostas à população, agendada para o dia 14/01 p.p., haja vista a fluência de público interessada em número superior à capacidade do recinto; CONSIDERANDO que a audiência pública é um dos instrumentos de participação da população no processo de gestão democrática da Política Urbana da Cidade, assegurada pelo Plano Diretor Estratégico do Município, Lei nº 13.430/02, para possibilitar a disseminação de informações e a manifestação de vários seguimentos legítimos envolvidos, bem como a participação de especialistas externos, em prol da instrução técnica demandada para a tomada de decisões complexas, CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de regulamentar e tornar públicos os procedimentos para a realização desta Audiência Pública; RESOLVE: Art. 1º - A Audiência Pública para apresentar o Projeto Preliminar para a Concessão Urbanística da Nova Luz, tem por objetivo a apresentação do estágio atual de desenvolvimento dos trabalhos e estudos objeto do contrato, a prestação de esclarecimentos e o reconhecimento de sugestões sobre o projeto. Art. 2º - A Audiência Pública será presidida pelo Titular da SMDU, ou seu representante, e coordenada pelo Gestor do Contrato, ou seu representante. Art. 3º - Será providenciado pela Coordenação da Audiência: I. Lista de registro de presença dos participantes; II. Lista para registro da inscrição dos interessados em se manifestar. Art. 4º. Poderão participar das audiências públicas os cidadãos residentes no Município de São Paulo. Parágrafo único. Os interessados em participar da audiência pública apresentarão documento de identificação e registrarão, obrigatoriamente, na lista de presença, seu nome, número e tipo de documento de identificação, endereço completo, telefone e endereço eletrônico para correspondência, se houver. Art. 5º - A Audiência Pública deverá observar as seguintes etapas: I – Credenciamento dos interessados em participar da audiência pública, a ser realizada das 15h00 (quinze horas) às 18h00 (dezoito horas) do dia agendado para o evento; II. Composição da mesa de abertura dos trabalhos pelo Presidente da Sessão; III. Exposição do Projeto Preliminar, em linguagem que garanta o amplo entendimento da natureza e dos objetivos do projeto(máximo de 30 minutos); IV. Tempo das manifestações: conforme o número de presentes, para melhor organização dos trabalhos e garantia da oportunidade para manifestação de todos os interessados, poderão ser fixados períodos para as intervenções, da seguinte forma: a. Manifestações de representantes de ONGs e demais entidades civis (5 minutos para cada exposição – máximo de 30 minutos). B. Manifestações dos presentes (2 minutos para cada exposição – máximo de 60 minutos). C. Manifestações das autoridades presentes (5 minutos para cada exposição). Parágrafo 1º - Os inscritos terão direito a uma única manifestação, observada a ordem de inscrição. Parágrafo segundo – As intervenções realizadas na audiência pública serão registradas para acesso e divulgação públicos, e deverão constar no processo administrativo pertinente. V. Prestação de esclarecimentos pela SMDU e equipe responsável pela elaboração dos estudos: (30 minutos). Parágrafo 2º - A critério do Presidente da sessão, os prazos acima previstos poderão ser ampliados em caráter excepcional. V. Encerramento da Audiência Pública pelo Presidente da sessão. Art. 6º - A SMDU disponibiliza para consulta os documentos relativos ao tema da audiência pública, consistentes na apresentação do estudo, desde a divulgação da audiência até seu encerramento no Posto de Informações situado na Rua Gal. Couto de Magalhães, 381, dentro do perímetro e no sítio eletrônico <http://www.novaluzsp.com.br/>. Art.7º - Ao final da Audiência Pública será lavrada pelo coordenador da sessão uma ata sucinta, anexando todos os documentos escritos e assinados que forem entregues à mesa durante a sessão. Art. 8º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (Portaria N. 014/2011/SMDU.G, grifos nossos).

Sobre essa audiência, em substituição à audiência cancelada na FATEC, trataremos de comentá-la a seguir.

Audiência Pública Nova Luz, em 28 de janeiro de 2011 (Centro de Convenções Anhembi)

O comunicado para a audiência no Palácio das Convenções do Anhembi teve foi publicado no *Diário Oficial* como reproduzimos acima. Nota-se que a audiência foi programada, uma vez mais, com apenas uma semana de antecedência para se realizar ante as datas de seus respectivos comunicados. Não obstante, como veremos adiante, nada impediu que os lojistas de Santa Ifigênia novamente se organizassem para comparecer em peso, embora em local mais distante, além rio Tietê. Afluindo em ônibus fretados, de metrô ou mesmo a pé, uma grande massa de manifestantes compareceu horas antes no Anhembi, atendendo à obrigatoriedade para o credenciamento. Repetiu-se o mesmo que vimos na FATEC, ou seja, o “apitação” generalizado, tal como se manifesta ardentemente nos estádios de futebol.

O policiamento nas imediações do Palácio das Convenções foi ostensivo, com a Tropa de Choque da Polícia Militar a postos. No interior do Grande Auditório Celso Furtado, à medida que se chegasse e se registrasse entre as inúmeras recepcionistas sorridentes, a plateia vinha já se animando, ora reproduzindo as “palavras de ordem” já anteriormente utilizadas, ora entoando novas, não subtraindo em coro ofensas ao prefeito. Nesse ambiente de “manifestação” era possível antever o mesmo que ocorrido na FATEC, ou seja, a anulação da audiência.

Já avançado o tempo, no interior do auditório permanecia o zumbido dos apitos, das “vuvuzelas” e dos gritos dos manifestantes. Deveras contrangedora foi a tentativa de apresentação do projeto por parte do arquiteto Luis Oliveira Ramos (SMDU): em meio ao tumulto, Ramos era a cada minuto alvejado com bolas de papel arremessadas da plateia. Houve inclusive um incidente após a tentativa de um manifestante no avançar sobre o arquiteto. Policiais reagiram prontamente, contendo e espancando o manifestante. A cena generalizada não surpreendia a ninguém, salvo as autoridades ali presentes, o secretário municipal Miguel Bucalem e o porta-voz do Consórcio Nova Luz Hélio Bicudo.

Seguindo a “festa”, começaram a circular cópias de uma carta referente à Liminar da Justiça que suspende o Projeto Nova Luz em caráter de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). Essa ação, que partia da iniciativa dos representantes do comércio de Santa Ifigênia ali presentes, tornava o projeto e, conseqüentemente a própria audiência suspensa. Reproduzimos abaixo o texto dessa carta que fotografamos em mãos de Paulo Garcia, presidente da Associação de Comerciantes da Santa Ifigênia (ACSI), considerando a carta como notícia a ser comemorada com euforia pelos lojistas e por todos naquele auditório.

Ação Direta de Inconstitucionalidade (expedida pelo Poder Judiciário – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo)

Embora não tenha constado expressamente do despacho de fls. 47, defiro o pedido de aditamento da inicial, até porque foi formulado antes da requisição das informações. Quanto ao pedido de liminar, fica ele deferido.

O dispositivo legal era questionado, qual seja o art. 5º e Parágrafo 1º da Lei nº 14.917, de 07 de maio de 2009, do Município de São Paulo, não assegura a participação das respectivas entidades comunitárias na fase anterior à edição da Lei específica autorizando cada outorga de concessão urbanística, ou seja, não há garantia de participação popular nos respectivos processos legislativos, como exige o inciso II do art. 180 da Constituição Estadual.

Por outras palavras, do modo como está redigido, o citado dispositivo viabiliza intervenções urbanísticas sem o devido processo legal de modo a proporcionar impactos, obras e operações de efeitos imprevisíveis e irreversíveis no ordenamento urbano. Estão Presentes, portanto, a plausibilidade jurídica do pedido e o risco de perecimento do direito, com a criação de situação de difícil ou impossível desfazimento.

Em meio à “muvuca” em torno da chegada dessa Carta de Ação Direta de Inconstitucionalidade e no interior do auditório já bastante aparentado ao clima de estádio de futebol, no entanto, Bucalem finalizou a sessão dizendo *ter realizado a audiência* e para todos os fins, *“cumprido todos os procedimentos legais”*, apresentado e esclarecido à população o Projeto Preliminar para a Concessão Urbanística da Nova Luz. Na ata oficial dessa sessão comparece o termo “Manifestação Pública” entre quase todos os parágrafos, assinalando, assim, “para que seja melhor compreendido pelo leitor o contexto da Primeira Audiência Pública do Projeto Nova Luz”.

No dia seguinte a esta “audiência”, mais uma vez levada a termos de “apitação” e, principalmente, sob os acordes de funcionários e líderes do comércio de Santa Ifigênia, os jornais destacavam a “confusão” e o confronto com a polícia no interior do auditório do Anhembi. Encerradas essas “audiências” (FATEC e Anhembi) relativas à fase “Preliminar” do projeto, novas audiências seguiram às apresentações da fase “Consolidada”.

Audiências Públicas Nova Luz, em 29 e 30 de setembro de 2011 (Ginásio Poliesportivo do Pacaembu)

Com o objetivo de apresentar e discutir o Projeto Urbanístico Específico em sua fase “Consolidada”, foram marcadas duas audiências consecutivas, nos dias 29 e 30 de setembro de 2011, agora no Ginásio Poliesportivo do Pacaembu. No dia 29, o Poder Público ficou de “apresentar e receber sugestões” no sentido de “conseguir dados para a análise do Estudo de Impacto Ambiental da iniciativa”. Para tanto, dizia o comunicado, o “evento vai apresentar e debater as ações previstas, além de prestar esclarecimentos e receber sugestões dos presentes, todas ligadas ao meio ambiente”, junto aos representantes da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, por intermédio do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cades). Já no dia seguinte, uma sexta-feira, o projeto “Consolidado” seria alvo de debate após a apresentação por parte da SMDU e da Sehab.

Um primeiro aspecto a apontar acerca desses dois dias de “audiência” no Pacaembu é o aparato de segurança previamente arregimentado pela prefeitura: um contingente de nada menos que 25 policiais militares, 140 guardas da GCM, 3 cães policiais, além dos seguranças destacados para acompanhar as autoridades municipais. Cavaletes e grades metálicas foram dispostas para isolar o público dessas autoridades. Os munícipes “participantes” não podiam adentrar o ginásio portando sequer água; havia revista prévia, após o credenciamento. A

líder do MSTC e conselheira do Conselho Gestor da ZEIS de Santa Ifigênia, Ivanete Araújo, comparou esse aparato de segurança à festa de Barretos, no interior do Estado, uma festa de peões, acrescentando ironicamente que “não sabia quem era o boi” naquele ginásio. Uma segunda observação quanto a esse “evento” patrocinado pela prefeitura se deve ao muito provavelmente antecipado boicote, por parte do público em geral, pois em contraste com a imensa quadra coberta, não houve mais que “gatos pingados” em ambas as audiências. Para as autoridades, como o secretário de Desenvolvimento Urbano Miguel Bucalem e a secretária de Habitação Elisabete França, por exemplo, que estiveram presentes no dia 30, o constrangimento ficou evidente em suas falas, tanto como para o arquiteto Luis Ramos, que ao menos dessa vez pode apresentar o Nova Luz do começo ao fim, ainda que os poucos presentes sequer prestassem o mínimo de atenção.

Nessas circunstâncias, obviamente que as “audiências” no Ginásio do Pacaembu foram tomadas como exitosas e o projeto “Consolidado” pareceu às autoridades aprovado. Houve arguições por parte dos presentes, embora respondidas pelas autoridades com o cinismo característico quando falam à imprensa. Daí em diante, a ideia generalizada era a de que o Nova Luz passaria de projeto urbanístico para processo jurídico. Restava, entretanto, o diálogo com o Poder Público na esfera do Conselho Gestor da ZEIS, já iniciado, do qual trataremos adiante.

Relacionando estas últimas audiências com as tentativas anteriores (FATEC e Anhembi) podemos concluir que, no escopo do Nova Luz, tanto pelo esforço da prefeitura em apresentar oficialmente o projeto, como pelas reações manifestas do público, ficou a desejar, em termos de participação, o verdadeiro sentido de uma audiência como um instrumento para gestão democrática da cidade, conforme a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) que vimos anteriormente. Todavia, dada a falta de transparência com que vinha sendo desenvolvido o projeto municipal desde sua origem, seria pouco provável que as comunidades mais diretamente impactadas se comportassem de forma diferente. Ademais, àquela altura, tanto Serra como Kassab já davam provas suficientes de um Executivo politicamente avesso à gestão participativa da cidade. Com a Concessão Urbanística, o Nova Luz tornara-se um caso paradigmático, exemplo de que um instrumento urbanístico não pode preceder ao projeto; exemplo, também, de que o projeto propriamente dito não pode abster-se de uma mais longa etapa de participação paritária entre a sociedade civil e o Poder Público.

O Conselho Gestor da ZEIS 3 – 016 da Nova Luz (Stª Ifigênia) e a participação popular

A Zona Especial de Interesse Social – ZEIS 3, como definida no inciso III do artigo 171 da Lei n. 13.430 de 13 de setembro de 2002 (Plano Diretor Estratégico – PDE) consiste em uma área com predominância de terrenos ou edificações subutilizados situados em áreas dotadas de infraestrutura, serviços urbanos e oferta de empregos, ou que estejam recebendo investimentos desta natureza, onde haja interesse público, expresso por meio desta lei, dos

planos regionais ou de lei específica, em promover ou ampliar o uso por Habitação de Interesse Social – HIS ou do Mercado Popular – HMP, e melhorar as condições habitacionais da população moradora²⁸⁴. O PUZEIS (Plano Urbanístico de ZEIS), considerado um subproduto do Plano Urbanístico Específico Nova Luz, foi desenvolvido a partir de meados de 2010, por uma equipe de profissionais ligados ao Consórcio Nova Luz, e apresentado em julho de 2011. O Relatório deste PUZEIS, publicação detalhada em 180 páginas, se estrutura em três partes: diagnóstico, diretrizes e plano de urbanização, dispondo de “soluções urbanísticas” ante intervenções a serem realizadas através da Concessão Urbanística. Nota-se, portanto, que quase uma década depois de instituídas as ZEIS pelo PDE é que essa ZEIS 3-016 de Santa Ifigênia passa a ser objeto de intervenção. Por um lado, isso representa uma oportunidade de ser contemplada de acordo com os parâmetros então definidos pela Lei (promover ou ampliar o uso por HIS ou HMP, e melhorar as condições habitacionais da população moradora); por outro lado, torna-se objeto de especulação à altura do próprio Nova Luz e da Concessão Urbanística, agora alvo de interesse do mercado imobiliário no centro da cidade.

Logo no início do Relatório PUZEIS se fala que “o diagnóstico, as diretrizes e as propostas contidas na versão preliminar foram ajustadas a partir das principais sugestões resultantes do processo de discussão com a sociedade e com os diversos órgãos da administração pública estadual e municipal”, e que foram realizadas “pesquisas quantitativa e qualitativa em dois momentos: Arrolamento (agosto de 2010) e Cadastro de Moradores e de Atividades Econômicas (abril de 2011)”. Se tomarmos ao pé da letra informações dessa natureza, podemos seguir a leitura desse PUZEIS com algum grau de confiança. Entretanto, quanto à pesquisa quantitativa atinente aos moradores, por exemplo, lembramos que até meados de 2012 esse cadastro não havia chegado a 40%, por “falta de verba”, segundo informação de Alonso Lopes (Sehab), coordenador do Conselho. E um cadastro que não chega a metade representa um descumprimento básico ante as obrigatoriedades que contemplam a ZEIS como um todo.

---

²⁸⁴ Art. 171 - As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS são porções do território destinadas, prioritariamente, à recuperação urbanística, à regularização fundiária e produção de Habitações de Interesse Social – HIS ou do Mercado Popular – HMP definidos nos incisos XIII e XIV do artigo 146 desta lei, incluindo a recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local. A seguir, conforme este artigo, segue a descrição das demais ZEIS, isto é, ZEIS 1, 2 e 4: I – ZEIS 1 – áreas ocupadas por população de baixa renda, abrangendo favelas, loteamentos precários e empreendimentos habitacionais de interesse social ou do mercado popular, em que haja interesse público expresso por meio desta lei, ou dos planos regionais ou de lei específica, em promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, a produção e manutenção de Habitações de Interesse Social – HIS, incluindo equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local; II – ZEIS 2 – áreas com predominância de glebas ou terrenos não edificadas ou subutilizadas, conforme estabelecido nesta lei, adequados à urbanização, onde haja interesse público, expresso por meio desta lei, dos planos regionais ou de lei específica, na promoção de Habitação de Interesse Social – HIS ou do Mercado Popular – HMP, incluindo equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviços e comércio de caráter local; IV – ZEIS 4 – glebas ou terrenos não edificadas e adequados à urbanização, localizados em áreas de proteção aos mananciais, ou de proteção ambiental, localizados na Macroárea de Conservação e Recuperação, definidos no artigo 153 desta lei, destinados a projetos de Habitação de Interesse Social promovidos pelo Poder Público, com controle ambiental, para o atendimento habitacional de famílias removidas de áreas de risco e de preservação permanente, ou ao desadensamento de assentamentos populares definidos como ZEIS 1 por meio desta lei, ou dos planos regionais ou de lei, e situados na mesma sub-bacia hidrográfica objeto de Lei de Proteção e Recuperação dos Mananciais.

A demarcação da ZEIS 3-0 16, como é conhecida a ZEIS de Santa Ifigênia, foi estabelecida legalmente em 2002, com o Plano Diretor de São Paulo. Assim, formalmente, essa ZEIS antecipa o projeto Nova Luz; consequentemente, torna-se uma obrigatoriedade que seja contemplada no escopo do projeto, uma vez inscrita no perímetro do Nova Luz, como veremos mais adiante.

A ZEIS 3-016 contém 221 imóveis distribuídos em onze quadras. Ressalta-se que no perímetro do projeto Nova Luz encontra-se uma outra ZEIS, a ZEIS 3-0 15, embora diminuta, configurada por um único imóvel, localizado na confluência da rua Vitória com a avenida São João. A ZEIS 3-016, por seu turno, tem um recorte fragmentado, sendo constituída por somente 5 quadras inteiras. Como objeto de análise e projeto no PUZEIS, entretanto, foram consideradas 11 quadras integralmente. Segundo o PUZEIS, todos os dados censitários para o “Arrolamento” do Plano provêm do Censo realizado no ano 2000 (população e distribuição etária, escolaridade, faixa de renda). Neste “Arrolamento”, há um item “muito importante para projetar a nova realidade no perímetro do projeto”, que torna possível “perceber o sentimento da população em relação à suas condições de habitabilidade e vivência sociocultural no bairro”. Os dados publicados neste item seguem depoimentos que vão desde a satisfação com o nível de habitabilidade até críticas quanto à proliferação de baratas e ratos, da satisfação com o comércio e a oferta de emprego às fatídicas críticas em relação aos usuários e o tráfico de drogas, aos moradores de rua e à deterioração dos imóveis abandonados.

Conforme o PUZEIS, uma “singularidade” encontrada entre os edifícios inseridos no perímetro da ZEIS é a de que estes, em sua grande maioria tem entre 1 e 3 pavimentos, enquanto no restante do perímetro do Nova Luz a maioria tem até 13 andares. Essa “singularidade” torna-se complexa na medida em que não significa coisa alguma de relevante tanto na composição tipológica do presente como nas tentativas aventadas de homogeneização por gabarito de construções, pois há uma parcela significativa das chamadas “favelas verticais” espalhadas no perímetro estabelecido pelo Nova Luz. Nesse sentido, o recorte meramente tipológico no escopo do projeto é controverso. A ZEIS de Santa Ifigênia sempre representou uma “inviabilidade” no escopo dessa “revitalização” pretendida pelo Nova Luz, ou a “pedra no sapato”, como falam Márcia Hirata e Patrícia Samora em *“Nova Luz”, velhos interesses no urbano* (2011).

Na “Nova Luz” (...) a ZEIS existente não funcionará como um elemento para promover habitação social no centro. Os empreendimentos de HIS propostos, além de se restringirem ao perímetro da ZEIS, sequer são suficientes para atender, em sua totalidade, tanto os moradores a serem removidos para implantação do novo modelo urbano, quanto aqueles que, mesmo não sendo removidos, já sofrem com a especulação imobiliária e não conseguem renovar seus contratos de locação com custos compatíveis com sua renda familiar. Dentro do perímetro do projeto e principalmente em suas proximidades, há cortiços e imóveis ocupados por movimentos organizados de moradia, cujos moradores, em sua maioria trabalhadores da região, poderiam participar dos benefícios da remodelação urbana proposta, mas inexplicavelmente não foram considerados. É patente, portanto, que a intervenção na ZEIS proposta pelo “Nova Luz” irá servir como repositório das famílias removidas, deixando livres para o mercado os terrenos com maior potencial de valorização, isto é, aqueles em que o zoneamento é menos restritivo que o da ZEIS, cujo uso deve ser predominantemente habitacional. Troca-se, assim, moradia popular previamente existente por usos mais interessantes ao mercado. Por outro lado, as ZEIS parecem ser a pedra no sapato dos

investidores, que consideram desestimulante a presença concentrada de moradia popular na proposta urbanística, em vez de pulverizá-la por todo o território (Hirata e Samora, 2011).

Quanto a essa “pulverização” da ZEIS, Hirata e Samora estão se referindo à ideia de Sérgio Bernardes, do SECOVI, defensor da retirada da ZEIS do perímetro do Nova Luz. A isso corresponde o segundo projeto de Jaime Lerner, que veio à lume em abril de 2009, já carregando a ideia de eliminar a ZEIS de Santa Ifigênia, ideia compactuada com o SECOVI e seus empresários aliados, que encomendaram a Lerner esse projeto. Em entrevista concedida a Felipe Francisco de Souza (2011) em janeiro de 2010, Cláudio Bernardes, do SECOVI, deixa claro que considera a ZEIS como um “problema”:

Realizamos com Jaime Lerner um super projeto: a Nova Luz com 200 mil metros quadrados; a pós, vem a Prefeitura e coloca uma Zona Especial de Interesse Social bem no meio, com cerca de 80 mil metros quadrados. Falamos para a Prefeitura: tem uma ZEIS aqui, não viabiliza, tem que tirar esse negócio daqui. Eles responderam: não pode, isso aqui foi negociado com os movimentos sociais. Nós falamos: tudo bem, mas nós estamos negociando um super projeto para a cidade, tira a ZEIS e põe isso aqui um pouco para lá. Eles responderam: mas para lá já tem outra, não dá para colocar mais uma. Eu falei: então tira isso daqui, não é possível, nós estamos pensando num modelo eficiente... (Cláudio Bernardes, do SECOVI, entrevistado em janeiro de 2010 por Felipe Francisco de Souza, *apud* Souza, 2011: 48).

Essa visão maniqueísta expressa por Bernardes, ao falar de um “superprojeto” desenvolvido para a cidade é reveladora de um erro crasso cometido por muitos (arquitetos em sua maioria) que nos últimos anos passaram a falar da “cidade que queremos”, compreendendo os belos desenhos de cidade que saem de suas formulações projetuais, invariavelmente em descompasso com a realidade social. Não pensam nem os arquitetos, nem os políticos, tampouco os empresários que a cidade pode tornar-se por si mesma em um “superprojeto” se compreender a ideia da *cidadania que queremos*. De modo que não há possibilidade de diálogo com quem expressa tão claramente um “tira isso daqui” (a ZEIS) visando um “modelo eficiente” de cidade ou um “negócio” como qualquer outro. No entender do promotor de Justiça Maurício Antônio Ribeiro Lopes, “ZEIS é gente, e não prédios”, como expressado por ele em uma reunião, em 2012, no Ministério Público do Estado, onde trabalha. Essa forma de entendimento acerca das ZEIS, no entanto, expressa um profundo abismo em relação ao que pensa o mercado imobiliário, e mesmo a prefeitura, no âmbito dos projetos urbanos. Quando se trata de acompanhar a imensa demanda social da população desfavorecida, Lopes não é uma exceção no MP paulista: seu acompanhamento sobre o Nova Luz tornou-se fundamental em muitas ocasiões, algumas articuladas com a Defensoria Pública do Estado. O promotor defende o “fim da incomunicabilidade dos extremos sociais (...) Quem trabalha com seres humanos não pode se encastelar...”²⁸⁵.

O intricado quadro socioeconômico de Santa Ifigênia, reunindo a presença da “Cracolândia” como objeto de Polícia, de uma parcela significativa de pobres (na ZEIS 82,07% com renda inferior a 3 salários mínimos) e de metade da população moradora vivendo como inquilinos (na ZEIS 72,09%) contrasta fortemente com o comércio pujante que faz de seus proprietários os primeiros agentes gentrificadores. Acima de tudo, o interesse meramente

---

²⁸⁵ “O promotor mais polêmico da cidade”. Entrevista com Maurício Antônio Ribeiro Lopes concedida a Paulo Sampaio. *O Estado de S. Paulo*, 23 de outubro de 2011.

especulativo dos virtuais novos agentes, também gentrificadores, colocou o PUZEIS no alvo de controvérsias múltiplas, sobretudo pela pressa a que foi submetida sua análise, seu “Arrolamento” e seu plano de urbanização²⁸⁶. Não teria dado tempo aos formuladores do PUZEIS, como podemos considerar hipoteticamente, de estabelecer uma “comunicabilidade” plausível entre os extremos sociais encontrados na área do projeto. A vulnerabilidade em que vive a população local, por seu turno, denuncia essa hipótese quando pensamos que os problemas são vistos, quantificados, mas de toda forma não reconhecidos.

Outro grupo vulnerável ignorado pelo projeto é o de moradores em situação de rua, muitos dependentes químicos. O levantamento da própria concessionária apontou 922 pessoas no perímetro do projeto, o que representa 7% de toda a população de rua da cidade, número que exige uma contundente política pública integrada entre a intervenção urbana e as políticas de saúde, assistência social e trabalho. Não há nenhuma proposta consistente referente a estes moradores, que não têm condições de serem atendidos com unidades habitacionais financiadas diante da precariedade de sua inserção social via mercado de trabalho. (...) Com relação ao trabalho e às atividades de geração de renda, nota-se uma disparidade na consideração dos novos negócios, que buscam ampliar a taxa de emprego da região, e o tratamento a ser dispensado aos negócios hoje existentes, que são 2.278 estabelecimentos comerciais com 16.806 funcionários segundo o projeto. A escala das intervenções urbanas pode causar perda de postos de trabalho, com impactos negativos ao longo dos 15 anos de implantação previstos (Hirata e Samora, 2011).

Vimos que o projeto Nova Luz da prefeitura, especialmente quando ancorado na Concessão Urbanística, tornou-se um paradigma entre outros, sendo o PUZEIS uma controvérsia a mais. Agora, o mais importante nisso tudo, considerando a demarcação da ZEIS, é que a intervenção sobre sua área jamais poderia abster-se da obrigatoriedade em constituir, antecipadamente, um Conselho Gestor.

Conforme o parágrafo 1º, definido no inciso XI do Art. 175 do PDE, “deverão ser constituídos em todas as ZEIS, Conselhos Gestores compostos por representantes dos atuais ou futuros moradores e do Executivo, que deverão participar *de todas as etapas* de elaboração do Plano de Urbanização e de sua implementação”. Esta determinação faz parte, também, do próprio Termo de Referência que rege o contrato do projeto Nova Luz. De modo que, a princípio, a constituição de um Conselho Gestor não poderia ter sido negada pelo Poder Público a todos que diretamente seriam impactados na área de intervenção e que poderiam ter se organizado previamente, através de representantes.

Corria-se o tempo em que, na gestão de Kassab, outras intervenções na cidade eram percebidas da mesma forma imperativa e desrespeitosa em regiões das mais diversas, caracterizando, aos poucos, uma verdadeira gestão militarizada em todas as subprefeituras. De modo que, nessa gestão, não causava estranheza o impedimento às formas mais ricas de se prover o desenvolvimento urbano²⁸⁷. Tratava-se, pois, de “correr atrás”, por assim dizer,

---

²⁸⁶ Os dados estatísticos sobre a população residente na ZEIS fazem parte do cadastro realizado pela Sehab, parcialmente concluído na gestão Haddad (Gatti, 2013: 10).

²⁸⁷ No Anexo desta tese, o DVD que contém o banco de dados gerado por nossa hemeroteca cidade&saúde enumera centenas de notícias e matérias veiculadas pela imprensa na gestão Serra-Kassab. A partir desse banco de dados é possível reconstituir uma série de ações atinentes à agenda do Executivo Municipal em descompasso com o ideal de gestão democrática da cidade, entre elas as Operações Urbanas existentes, o não atendimento às

de lutar, de constituir esse Conselho e de conquistar meios de aplicação de um determinado número de leis para que não continuassem como letra morta na gestão das políticas públicas em curso. Nesse sentido, tratava-se de uma *Luta por Reconhecimento*, como podemos associar às formulações teóricas de Axel Honneth que vimos no primeiro capítulo desta tese, ou seja, relacionando a luta pela dignidade humana, pela integridade física e pelo reconhecimento do valor das diversas formas de cultura e modos de vida, na busca de uma vida digna no ambiente urbano. O não reconhecimento na esfera do direito, como vimos em Honneth, corresponde ao reconhecimento denegado, ou desrespeito, que provoca abalo no valor do autorrespeito, sensação vivida por grupos que se veem não-reconhecidos ou que passam por privação de direitos e exclusão social. Segundo Honneth, os grupos assim não reconhecidos são feridos na expectativa intersubjetiva de serem reconhecidos como sujeitos de igual valor, de modo a perder a capacidade de se entender como um ser estimado por suas características e propriedades. Todavia, parte justamente desse sentimento de perda ou mesmo de desprezo, de vergonha, ou vexação, em decorrência do não reconhecimento, o potencial emancipatório, ou o potencial para desencadear uma luta por reconhecimento, ou uma motivação para ações de resistência política, bastando que haja a articulação de um movimento social.

Com base nessas formulações, podemos afirmar que o Conselho Gestor da ZEIS aparece como um despertar para o direito à cidade através de um movimento social articulado e amadurecido politicamente, no decorrer do processo de tentativa de implantação do Nova Luz. As ações contrárias às expectativas dos moradores e comerciantes de Santa Ifigênia foram sentidas como forma de desrespeito, desencadeando, enfim, uma efetiva mobilização de resistência.

O Conselho Gestor de Santa Ifigênia e sua Luta por Reconhecimento e participação.

Como relata a arquiteta Simoni Gatti (*Em busca de uma construção democrática no Projeto Nova Luz*, 2013), foi pela iniciativa de pessoas ligadas às associações de moradores e dos movimentos de moradia da região central e também do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos²⁸⁸ que se deu a formação do Conselho Gestor da ZEIS de Santa Ifigênia, e, não menos importante, sendo este o primeiro Conselho Gestor de ZEIS 3 deliberativo no Brasil. O

---

questões básicas ligadas ao saneamento e à assistência social, além dos casos frequentes de corrupção envolvendo funcionários públicos.

²⁸⁸ Segundo Simone Gatti, participaram da elaboração da proposta de formação do Conselho Gestor as seguintes entidades: AMOALUZ (Associação de Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e da Luz), Ocupação Mauá (Associação Comunitária de Moradores na Luta por Justiça), União dos Movimentos de Moradia (UMM), Movimento Estadual da População de Rua (MEPP), Grupo de Articulação para a Conquista da Moradia do Idoso da Capital (GARMIC), Frente de Luta da Moradia (FML), Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), Associação dos Sem-Teto do Centro (ASTC), Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC) e Unificação da Luta de Cortiços (ULC). In: GATTI (2013): 4.

fato desse Conselho ter vindo a lume confirma a tomada de consciência sobre a importância da mobilização da sociedade civil ante o processo de participação nas políticas públicas.

Até abril de 2010, a três meses da entrega do projeto (...), a formação deste Conselho não havia ocorrido. Por pressão da (Associação de Moradores) AMOALUZ e dos movimentos de moradia junto aos coordenadores do Projeto Nova Luz na PMSP (Prefeitura Municipal de São Paulo), iniciou-se uma série de reuniões com a comunidade para a elaboração das eleições dos membros do conselho no Espaço do Projeto Nova Luz, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Habitação. (...) Foram realizadas cerca de dez reuniões para a formação do Conselho Gestor, que resultaram numa única proposta por parte da sociedade civil, elaborada pela AMOALUZ em parceria com todos os movimentos de moradia atuantes sobre a área central da cidade de São Paulo (...) No término do processo (...) o Conselho Gestor da ZEIS 3 (...) foi formado por 8 representantes do poder público e 8 da sociedade civil, com 4 associações indicadas e 4 proprietários ou inquilinos, de comércio ou moradia, eleitos por voto. Estas 4 cadeiras foram ocupadas apenas por proprietários, quase todos eles representantes do comércio local, devido a falta de interesse por parte dos inquilinos (Gatti, 2013: 8-9).

Quanto ao atraso na formação do Conselho Gestor, Simone Gatti lembra ainda da irregularidade no processo conduzido pela Secretaria Municipal de Habitação, ressaltando que a Sehab contrariou o Decreto n. 44.667, que define uma série de decisões a serem tomadas pelo Conselho Gestor no desenvolvimento de um plano de urbanização, e *não na mera revisão de algo predefinido*²⁸⁹.

Em julho de 2011 a Secretaria de Habitação divulgou o Conselho Gestor da ZEIS no *site* da prefeitura (www.prefeitura.sp.org.br), criado para a discussão de “questões administrativas em favor da comunidade... (e) colaborar na elaboração e implementação do Plano de Urbanização das ZEIS (PUZEIS)” ligadas ao projeto Nova Luz. O conselho foi formado com 16 membros titulares e 16 membros suplentes, sendo oito representantes do poder público (todos indicados pelo presidente, Alonso López, e oito da sociedade civil (formado por moradores e representantes dos movimentos de moradia)²⁹⁰. O texto disponibilizado no *site*

---

²⁸⁹ Decreto Nº 44.667, de 26 de Abril de 2004. Regulamenta as disposições da Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, que institui o Plano Diretor Estratégico, relativas às Zonas Especiais de Interesse Social e aos respectivos Planos de Urbanização, e dispõe sobre normas específicas para a produção de Empreendimentos de Habitação de Interesse Social, Habitação de Interesse Social e Habitação do Mercado Popular. Seção VI - DOS PLANOS DE URBANIZAÇÃO DAS ZEIS: Art. 18. Os Planos de Urbanização das ZEIS, previstos no artigo 175 do PDE, serão coordenados pela SEHAB e terão como objetivos prioritários: I - estabelecer condições e parâmetros específicos para a recuperação física e regularização fundiária de áreas ocupadas de forma irregular e espontânea pela população de baixa renda; II - garantir a participação da população moradora em todas as etapas de planejamento e implementação das ações necessárias para a recuperação e regularização das áreas referidas no inciso I deste artigo;...

²⁹⁰ Titulares membros do Poder Público: Alonso López (Sehab-Superintendência de Habitação Popular), Maria José Garcia Brandão Calderine (Sehab-Superintendência de Habitação Popular), Gláucio Attorre Penna (Siurb), Luis Oliveira Ramos (SMDU), Camila Maleronka (SP-Urbanismo), Carolina Moretti Fonseca (SP Obras), Ângela Luppi Barbon (Cohab) e Luciano Daniel (Subprefeitura da Sé). Titulares membros da sociedade civil: Camila Araujo de Almeida, Luiz Antonio Tozzini, Assad Nader, Paula Andrea Ribas Carlino (AMOALUZ), Ivaneti de Araujo (Associação Comunitária de Moradores na Luta por Justiça), Sidnei Antonio Euzébio Pita (União dos Movimentos de Moradia) e Robson César Correia de Mendonça (MNPR). Suplentes membros do Poder Público: Jacqueline Helena Mazoni (Sehab- Superintendência de Habitação Popular), Patrícia Spedaletti de Deus (Sehab-Superintendência de Habitação Popular), Denise Lopes de Souza, Secretária (Siurb), Maria Stela Cardeal de Oliveira (SMDU), Rosa Maria Miraldo SP- Urbanismo), João Leopoldo Wernek Camargo (SP Obras), Maria Ângela Gioia (Cohab), Joceli Adair da Silva (Subprefeitura da Sé) e José Carlos Kenji Suzuki. Suplentes membros da sociedade civil: Jaqueline Alves Pereira, Márcio Figueiredo Souza, Edimar Mariano Santos, Simone Ferreira Gatti

sobre o Conselho, conforme as palavras de seu presidente (também diretor da Regional Centro – Habi-Centro da Sehab), afirma que o “instrumento democrático de participação popular” tem seu “regimento interno, que dita o comportamento dos conselheiros, também já está definido”.

Consta no documento um projeto para promover a articulação entre as intervenções nas Zeis, de modo que a diversidade funcional e social possa representar o equilíbrio que se busca para fazer um bairro de qualidade com sustentabilidade social. Outro ponto sugerido é a definição das áreas e imóveis que serão objeto de concessão e do programa de intervenções previstas, indicando aquelas essenciais ao desenvolvimento do Puzeis. Além disso, o plano vai definir o número de unidades habitacionais por tipo de empreendimento, a criação de instrumentos que possam garantir a atuação sobre o parque edificado como uma atividade diferenciada, identificação dos imóveis de interesse de preservação que devam ser restaurados e também os imóveis cujas fachadas possam ser recuperadas e a definição de modelo de gestão do Puzeis, entre outras. Segundo o presidente, o Conselho Gestor se mantém ativo até a conclusão da obra. “Enquanto houver qualquer tipo de intervenção, haverá reunião para as decisões sobre o plano”, explica Lopez. O Projeto Nova Luz trata da renovação urbana de uma área degradada formada pelas avenidas Ipiranga, São João, Duque de Caxias, Cásper Líbero e a Rua Mauá. A iniciativa pretende valorizar os prédios históricos, reformar as áreas livres públicas, criar espaços verdes e de lazer, além de um polo comercial de serviços e um parque (www.prefeitura.sp.org.br).

Nota-se que o texto destaca como “questões administrativas em favor da comunidade” a valorização dos prédios históricos, a reforma das áreas públicas, a criação de espaços verdes e de lazer, o polo comercial etc.; não menciona as questões mais específicas atribuídas à própria Sehab, como o tratamento a ser dado à habitação social, discursivamente ancorado “no equilíbrio que se busca para fazer um bairro de qualidade com sustentabilidade social”. Ora, o ponto de partida fundamental para os movimentos de moradia que integram o Conselho Gestor da ZEIS de Santa Ifigênia é justamente a questão do empreendimento Nova Luz em face das expectativas de renovação do estoque de terras subutilizado, e este em face das expectativas dos empresários, que visam esse estoque em conformidade com o coeficiente de aproveitamento (CA), com gabarito das edificações e as características físicas altamente vinculadas aos interesses do mercado imobiliário.

Um dos itens mais polêmicos nas discussões do conselho gestor da Nova Luz e nas audiências públicas se refere aos critérios para determinação dos imóveis a serem recuperados ou substituídos. O plano proposto demarcou como sujeitos à concessão urbanística cerca de 1/3 dos atuais imóveis. Foram preservadas na proposta urbana final apenas as edificações que tivessem as seguintes características: imóveis com significativo número de UHs (unidades habitacionais); imóveis protegidos pelo patrimônio histórico ou com “arquitetura singular”; lotes com CA > ou = 4; imóveis com altura maior de 10 metros (apenas na Rua Santa Ifigênia); imóveis com área construída maior que 2.000,00 m² (Consórcio Concremat engenharia, Cia. City, AecomTechnology Corporation e Fundação Getúlio Vargas, 2011). Esta classificação, ponto de partida para a intervenção urbana, será a responsável por acarretar profundo impacto nas atividades e usos existentes, uma vez que, com exceção da tentativa de preservar uso habitacional “significativo”, apenas as características físicas das edificações foram objeto de avaliação. O objetivo, segundo os autores do projeto, era selecionar quais lotes têm potencial de receber maior adensamento construtivo e desapropriá-los para receber novas edificações. No entanto, os critérios para a seleção dos lotes, exigindo, por exemplo, um CA > ou = a 4, acarretam uma ampla remoção. Muitos bairros centrais da cidade... seriam devastados caso fossem alvos de critérios semelhantes, proporcionando uma área de intervenção muito maior do que

---

(AMOALUZ)), Nelson da Cruz Souza (Associação Comunitária de Moradores na Luta por Justiça), Valdina de Assis Andrade da Silva (UMM) e Marcos Vinícios Gonzales (MNPR).

a região do projeto Nova Luz. Isto posto, seria a região da Luz, com seu uso intenso e uma das mais densas na área central, a mais indicada para sofrer tamanho impacto urbano? (Hirata e Samora, 2011)

O Nova Luz da prefeitura, coordenado pela SMDU, envolvia a Sehab no Conselho Gestor da ZEIS aparentemente por mera definição representativa, pois, em verdade, a Sehab mantinha, desde 2001, seu foco de atenção aos projetos de reurbanização de favelas, em simultâneo à reformulação geral de seu sistema de dados (o Habisp – Sistema de Informações Habitacionais) e às políticas de alocação de recursos que ligam a prefeitura de São Paulo aos processos de “planejamento estratégico”, com o apoio da Aliança das Cidades (*Cities Without Slums*), um programa internacional sediado em Washington em parceria com o Banco Mundial²⁹¹. É importante destacar esse aspecto em face do que vimos durante todo o processo de discussão sobre a ZEIS do Nova Luz nas reuniões do Conselho Gestor.

A leitura de uma Ata de reunião ainda mantida na internet até o final de 2013²⁹² é o bastante para que se tenha ideia de como o presidente do Conselho, Alonso López (Sehab) e seu aliado Luiz Ramos (SMDU) mantinham completa alienação sobre os aspectos jurídicos que regem a formulação do regimento interno do Conselho, àquela altura (agosto de 2012) em fase de reestruturação. Com a leitura dessa Ata, é possível adentrar no “clima” das reuniões do Conselho Gestor sediadas quinzenalmente no auditório da SMDU, instalado no Edifício Martinelli. Teoricamente, essas reuniões eram gravadas para posterior encaminhamento a transcrições e disponibilização aos integrantes do Conselho, mas não raro alegava-se problemas “burocráticos” ou até mesmo de “falta de verba” para as transcrições, retardando o processo de apreciação jurídica por parte dos assessores da representação da sociedade civil. De modo que os conflitos internos requeriam atenção redobrada dos integrantes da sociedade civil para documentar a condução de um suposto “diálogo”, não raro cínico, por parte dos representantes do Poder Público.

Exemplo de condução desavergonhada dos titulares e suplentes do Poder Público no Conselho foi a reunião do dia 4 de abril de 2012, quando a pauta indicava a votação para a aprovação do PUZEIS, com vistas a dar início à fase de licitação para contratar a empresa responsável para executar as obras de reurbanização, conforme elaborada pelo Consórcio Nova Luz em sua versão “Consolidada”. Àquela altura, haviam 36 diretrizes compondo uma lista de reivindicações colocada em discussão no Conselho pelos participantes da sociedade civil, contra as 11 diretrizes iniciais propostas pelo PUZEIS. Essas diretrizes ainda não haviam sido atendidas ou respondidas, o que seria essencial para a concretização de propostas objetivas. Na prática, observa-se que o Conselho Gestor foi constituído com grande atraso e

---

²⁹¹ A Aliança de Cidades vem colaborando com a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (SEHAB) desde 2001. Como resultado dessa parceria, o Município de São Paulo formulou o programa Bairro Legal, uma iniciativa que promove a regularização fundiária (segurança da posse) e melhores condições de vida para os moradores de favelas. O Município também criou o sistema HABISP, um banco de dados centralizado com informações sobre a os assentamentos precários da cidade, que se tornou uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento urbano. O HABISP gerou um considerável interesse tanto no país quanto no exterior, e existem planos para expandi-lo para outras cidades brasileiras. (www.habisp.inf.br). Sobre o histórico das reformulações internas da Sehab, ver: Herling e Coelho (2013).

²⁹² Ata da 26ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 08 de agosto de 2012: Horário: 17h30, Local: Edifício Martinelli - 18º andar, Pauta: Discussão e deliberação sobre “Propostas de alteração ao Regimento Interno”. Disponível em:

www.habisp.inf.br/.../conselho_gestor/.../nova-luz_cg-zeis_transcricao_0...

somente em 21 de junho de 2011 se iniciaram as discussões para a elaboração de diretrizes que deveriam orientar a elaboração preliminar do PUZEIS. No entanto, as discussões sobre essas diretrizes iniciaram-se após a conclusão da elaboração de tal plano da mesma forma como foi apresentado na primeira reunião de formação do Conselho.

Descrevendo a votação forçada, Marcelo Golfetti Pacheco (*Consciências do Direito: um estudo sobre as compreensões da legalidade no contexto do projeto Nova Luz em São Paulo*, 2012) rememora que os moradores e comerciantes não estavam de acordo nem dispostos a essa pauta:

Para eles, o documento que seria votado precisava ser revisado e novas sugestões incorporadas; até aquele momento apenas uma lista de diretrizes havia sido elaborada pelo conselho. Ao mesmo tempo, nenhuma estratégia comum estava acordada entre os grupos para tentar adiar a votação. Uma proposta dos comerciantes de votar dali à duas reuniões estava a ponto de ser aceita pela prefeitura. No entanto, essa foi retirada e substituída por outra que não foi aceita: esgotar as discussões e pontos pendentes e só então levar o documento revisado à votação. Não houve acordo. Nesse momento, o coordenador do conselho e membro da Secretaria de Habitação, Alonso López, convocou a votação. Isso causou uma grande comoção; representantes da sociedade civil e o público presente se levantaram... (Pacheco, 2012: 82-83).

Com essas palavras, Marcelo Pacheco se refere ao último registro etnográfico de seu trabalho, no qual fala das “manifestações de uma sensibilidade jurídica (que) apareceram nas formulações e tentativas de responder e fazer sentido do que se vivia, em termos de desigualdade, de impotência, de traição e de abuso de autoridade, naquela sala de reuniões”.

Outras formas, não tão explícitas, pareciam estar presentes na condição de atributos "estruturais" que constituíam a experiência daquela circunstância. De um lado, o espaço, a ordem-das-coisas e o modelo daquele encontro pareciam dizer algo sobre o que acontecia naquele lugar: os mandatos de representação, a ideia de um processo legítimo, a obrigação legal que traziam todos ali; por último, mas não menos relevante, usos e inteligências do direito se revelavam sutilmente incorporados nas posturas pessoais ou coletivas como, por exemplo, no caso da condução autoritária e da voz inequívoca que marcaram a ação dos membros da prefeitura (Pacheco, 2012: 83-84).

Naquele 4 de abril, contava-se com a presença inusitada do subprefeito da Sé, o militar reformado coronel Nevoral Alves Bucheroni, ladeado pelos titulares e suplentes da prefeitura: absolutamente quieto e alheio a tudo que se passava, sem mencionar uma única palavra do começo ao fim da reunião, mas obviamente representando a “ordem-das-coisas”, ostentando seu Poder de Polícia ante os munícipes. Os últimos dez minutos dessa conturbada reunião foram filmados e disponibilizados nas redes sociais, provocando uma comoção generalizada. Daí em diante, os representantes da sociedade civil no Conselho partiram para uma nova judicialização do Nova Luz, colocando definitivamente entre aspas o que se pensava em termos de diálogo com o Poder Público. Através da Defensoria Pública do Estado, uma Ação Civil Pública foi encaminhada ao Tribunal de Justiça requerendo a suspensão liminar da deliberação tomada pelo Conselho Gestor, reclamando “o desatendimento ao princípio da gestão democrática da cidade pelos seguintes motivos: 1). não participação de fato ao longo do processo de discussão do Conselho Gestor; 2) ofensa ao regime interno do Conselho Gestor no momento da votação; 3) não atendimento aos requisitos legais para a aprovação do Plano Urbanístico da Zona de Especial Interesse

Social”²⁹³. Já no dia 8 de junho, os jornais divulgavam que a juíza Alexandra Fuchs, da 7ª Vara da Fazenda Pública da capital, concedia a liminar (cabendo recurso), atendendo o pedido da Defensoria Pública em favor dos grupos integrantes da sociedade civil no Conselho. Para *O Estado de S. Paulo*, a juíza declarou “O verdadeiro paredão formado quando às propostas populares é sério indício de que a aprovação do plano veio sem a participação popular”²⁹⁴.

Para o Conselho Gestor, o segundo semestre de 2012 foi caracterizado pelo mal-estar generalizado entre todos os participantes. Ocorreram reuniões objetivando a reformulação do regimento interno, mas sem que houvesse a possibilidade de reversão às expectativas anteriores. A confiabilidade desaparecera, dando lugar a uma cordialidade entre as partes, evidente a cada novo encontro no Edifício Martinelli, inclusive entre os integrantes dos movimentos sociais e os comerciantes, parceiros até certo ponto, unidos até onde a manifestação contra o Nova Luz se fazia necessária. A campanha eleitoral veio à tona, não deixando margem para que as facções ligadas ao prefeito Kassab tivesse êxito nas urnas. Quando muito, as malfadadas coligações petistas eram já previstas, sem as quais o candidato Haddad não teria êxito. A ideia de “rever” o projeto Nova Luz esteve na pauta de todos os candidatos, inclusive na campanha de Haddad, que já no final de abril se reunia com os comerciantes de Santa Ifigênia e lembrava o trabalho do pai como dono de uma loja de tecidos na rua 25 de Março, afirmando o “valor simbólico” do comércio na cidade²⁹⁵. Em meados de novembro foram interrompidas as reuniões do Conselho. Kassab recorreu à Ação encaminhada pela Defensoria, mas, já no dia 3 de janeiro de 2013, a partir da sentença da juíza Luiza Barros Rozas, da 6ª Vara da Fazenda Pública da capital, a Justiça do Estado de São Paulo determinou que a prefeitura fizesse alterações no projeto Nova Luz. Segundo a juíza Luiza Rozas, “a situação atual é de constante *desrespeito* da Prefeitura para com a exigência constitucional e infraconstitucional de necessidade de participação popular”²⁹⁶. Com o petista Fernando Haddad eleito, renascem as expectativas sobre um ex-Nova Luz agora “repaginado”, dando continuidade aos trabalhos exercidos pelo Conselho Gestor, seguindo as revisões propostas pelos integrantes da sociedade civil e desvinculando-as das diretrizes do PUZEIS. É o que afirma a arquiteta Simone Gatti a partir de informações da prefeitura:

A mobilização social construída durante o processo de desenvolvimento do Projeto Nova Luz na gestão Kassab e as conquistas da sociedade civil no ambiente do Conselho Gestor da ZEIS se transformaram em produtos para o debate iniciado em 2013 pela nova gestão municipal. De acordo com notas divulgadas pela imprensa pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, a transformação do distrito de Santa Ifigênia passaria a ser focada na ZEIS 3 0-16 (Sé), dando continuidade aos trabalhos exercidos pelo Conselho Gestor, com as devidas revisões necessárias ao desenvolvimento do PUZEIS com as diretrizes do Projeto Nova Luz (Gatti, 2013).

Independente do que veremos adiante, relacionando a gestão Haddad com o impasse do Nova Luz, não podemos menosprezar a vitória da sociedade civil organizada através desse Conselho Gestor, contra Kassab, contra a Concessão Urbanística, sinalizando a vitória pela participação, mesmo que essa participação tenha sido levada às instâncias jurídicas, mas,

²⁹³ Processo N. 0019326-64.2012.8.26.0053

²⁹⁴ “Justiça barra projeto Nova Luz pela 3a. vez: prefeitura é acusada de vetar a participação popular no plano reurbanização do centro”. Matéria de Tiago Dantas em *O Estado de São Paulo*, 8.06.2012, p. C6.

²⁹⁵ “Haddad promete rever projeto Nova Luz”. Matéria de Bernardo Mello Franco. Folha de S. Paulo, 27.04.2012.

²⁹⁶ “Prefeitura de SP afirma que projeto Nova Luz é tecnicamente inviável”. Folha de S. Paulo, 24/01/2013.

enfim, sinalizando o revés das pretensões excludentes, o revés das conspirações espúrias de Kassab e sua administração ditadas por uma "governamentalidade" adversa às aspirações democráticas, e quiçá uma página virada na história das formulações urbanísticas da cidade de São Paulo.

O Nova Luz revisto pela administração de Fernando Haddad: o impasse atual do Nova Luz

Iniciamos 2013 com chamadas jornalísticas do tipo "Haddad engaveta plano de Kassab do projeto Nova Luz em SP". Essa forma de abordar o "engavetamento" do projeto Nova Luz dá ao entender que o novo prefeito toma por uma atribuição do Executivo Municipal uma decisão independente da resolução judicial à qual o projeto Nova Luz foi posto abaixo. De forma que "rever" o Nova Luz, como fora prometido por Haddad em campanha eleitoral tornou-se mais que vontade política, sendo agora uma obrigatoriedade.

Conforme matéria com essa chamada, publicada na *Folha de S. Paulo* no dia 24 de janeiro²⁹⁷, Haddad reuniu-se no dia anterior com representantes do Consórcio Nova Luz e concluiu que, "do ponto de vista econômico-financeiro", o plano de Kassab é inviável, salientando a forma de Concessão Urbanística e o custo do projeto, estimado em R\$ 4 bilhões, entre desapropriações e obras de prédios e áreas públicas, dos quais a prefeitura bancaria entre R\$ 355 milhões e R\$ 2 bilhões para viabilizar o projeto. Entrementes, nessa matéria é lembrado que para o desenvolvimento do projeto Nova Luz, e permitir que se chegasse a essa conclusão, somente na gestão Kassab se dispensou dos cofres públicos R\$ 14,6 milhões, incluindo o que se pagou ao Consórcio Nova Luz.

Ainda segundo uma nota da prefeitura, "o plano urbanístico elaborado tem méritos e, portanto, a Prefeitura estudará seu aproveitamento dentro da lógica das PPPs, o que permite a execução de forma segmentada no espaço para o qual foi projetado." A nota informa ainda que a "administração pretende trabalhar pela requalificação dessa região com base nas parcerias público-privadas, conforme foi exemplificado no anúncio recente da licitação para a construção de 16 mil moradias de interesse social no centro da cidade, com aporte financeiro da Prefeitura, Governo do Estado e Governo Federal (Minha Casa Minha Vida)" (*Folha de S. Paulo*, 24 de janeiro de 2013).

O modelo de PPP do qual se fala acima esteve em fase de planejamento pelo Governo do Estado desde 2011, no qual empresas privadas apresentaram propostas de construção em todas as ZEIS 3, isto é, nas ZEIS centrais da cidade, de edifícios de uso misto, com comércio nos andares mais baixos e moradias populares. Nota-se, entretanto, que a área do Nova Luz não comparece nesse plano do Governo do Estado. No mapa dessa então chamada "PPP Habitacional" ou "PPP da Habitação" a ZEIS 3 0-16 não figura entre as ZEIS centrais escolhidas pelo Governo do Estado, mas todas ou em parte das demais situadas nos distritos

---

²⁹⁷ "Haddad engaveta plano de Kassab do projeto Nova Luz em SP". Matéria de Evandro Spinelli. *Folha de S. Paulo*, 24 de janeiro de 2013.

Sé, República, Santa Cecília, Barra Funda, Bom Retiro, Pari, Brás, Mooca, Belém, Cambuci, Liberdade e Bela Vista. O modelo de PPP parte de um programa denominado Casa Paulista, inserido entre outros da Secretaria de Estado da Habitação, com aportes financeiros do programa federal Minha Casa, Minha Vida. E dentro da “lógica” da PPP o governo federal, através do MCMV, financia a construção e a empresa compra o terreno, constrói e explora as áreas comerciais.

Faremos adiante uma abordagem do caso específico dessa PPP objetivando trazer para este último tópico do capítulo suas controvérsias, seus dilemas e seus equívocos para que tenhamos a maior aproximação possível com o impasse do projeto ex-Nova Luz na gestão Haddad da prefeitura de São Paulo até meados de 2013, conforme planejamos para o escopo desta parte da tese. A escolha deste caso, como veremos, carrega o sentido da participação popular de suma importância para contracenar com a condução gentrificadora nos processos de urbanização.

Já no dia 1. de março a imprensa começou a divulgar essa “PPP da Habitação” informando, como dito acima, essa ideia já embrionária desde 2011 na esfera do Governo do Estado. O objetivo do projeto, como destacado n’*O Estado de S. Paulo*, “é incentivar a iniciativa privada a construir em áreas degradadas e atrair moradores para o centro expandido”. Segundo *O Estado*, o governador Geraldo Alckmin “lançou” esse projeto durante um evento na Secretaria de Estado da Cultura, afirmando que já em outubro deve anunciar a contratação da empresa vencedora da licitação: o evento teve “tom político e foi marcado pela troca de elogios entre o prefeito Fernando Haddad e Alckmin. O petista aderiu ao projeto do tucano e assinou um protocolo de intenções”²⁹⁸.

Das 20.221 unidades, 12.508 serão destinadas para quem tem renda de até R\$ 3.755 - o equivalente a cinco salários mínimos estaduais. As 7.713 unidades restantes serão destinadas a quem ganha até R\$ 10.848. “O apartamento vai custar R\$ 129 mil e será totalmente financiado. Para quem ganha menos de cinco salários mínimos, haverá um grande subsídio, disse Alckmin. A construção dos apartamentos será feita em áreas subutilizadas, dentro das chamadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), definidas pelo Plano Diretor da Cidade, em 2002, e ainda não utilizadas pela iniciativa privada e pelo setor público. (*O Estado de S. Paulo*, 01.03.2013).

No “protocolo de intenções” assinado por Haddad com o governador tucano, todavia, não ocorreu lembrar-se de que à “lógica” das PPPs é subjacente uma aproximação com os ideais expropriatórios e o dissimulado interesse do mercado imobiliário. Esqueceu-se o novo prefeito de que a experiência do Nova Luz havia trazido à consciência dos cidadãos paulistanos outra forma de se pensar e de se propor intervenções em áreas de ZEIS. Nesse sentido, não ocorreu a ele o mais importante, talvez porque levado ao “esquecimento”, de que a participação da sociedade civil é obrigatória, e de que a formação de Conselhos Gestores é Lei.

---

²⁹⁸ “PPP da Habitação quer atrair dinheiro privado para o centro. Maior parte das moradias (7.076) será feita na região compreendida por Barra Funda, Santa Cecília, Pari e Bom Retiro. Matéria de Artur Rodrigues. *O Estado de São Paulo*, 01.03.2013, p. C7.

A primeira audiência pública a respeito da “PPP Habitacional” foi realizada no dia 25 de março, no Auditório I, situado no Edifício Cidade I, localizado na rua Boa Vista, 170, no centro histórico, sendo o comunicado publicado em 9 de março, duas semanas antes, nos jornais *Diário de São Paulo* e *Diário Oficial do Estado*. Dois meses depois, o Ministério Público do Estado, por meio do Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo, Dr. Maurício Antonio Ribeiro Lopes vem propor uma Ação Civil Pública solicitando análise com relação ao processo de elaboração da PPP, “especialmente no que tange a suposta ausência de participação popular (...) em fase de planejamento”. Essa Ação Civil do Dr. Maurício Ribeiro Lopes encaminhada ao Tribunal de Justiça coloca a PPP nos seguintes termos:

Chama a atenção de modo assustador que o histórico apresentado pelo Governo Estadual em relação ao seu plano de intervenção, ainda que fundado em bons propósitos – de estímulo à produção de habitações populares na cidade de São Paulo – seja tão longínquo de qualquer acesso à participação popular em todas as suas fases, embora urdido desde 2011 com a edição do Decreto n. 57.370/11 que instituiu a Agência Paulista de Habitação Social – Casa Paulista – e criou a Política de Fomento à Habitação de Interesse Social no Estado, para:

- (i) *Fomentar a participação de agentes promotores privados no provimento de habitação e*
- (ii) *Superar o modelo que tem o setor público como o provedor quase exclusivo da habitação para as populações de baixa renda no Estado.* (fl. 26)

Mesmo antes disso, ainda em 2008, segundo informações do próprio Governo Estadual, estudo da SPDR de 2008 apontou:

- (i) *Necessidade de se elaborar uma política pública articulada de reocupação do Centro, tendo a implementação de projetos habitacionais como variável estratégica;*
- (ii) *Investimentos públicos em habitação, transporte e educação exigidos pela expansão na periferia são três vezes superiores aos que seriam demandados num programa de habitação social no centro.*

Mais estranho ainda que em 31 de outubro de 2011, na 41ª reunião do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, aprovou a proposta de 10 mil unidades de habitação na região central da cidade de São Paulo, voltadas à população de baixa renda nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo”, que foi aprovada na reunião. Definiu-se também que a Secretaria Estadual de Habitação e o Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas deveriam proceder à publicação de chamamento público para o recebimento de propostas da iniciativa privada de modelagem econômico-financeira e jurídico-institucional.

Em 16 de abril de 2012 foi publicado edital de manifestação de interesse privado – MIP²⁹⁹, com chamamento público de interessados e 32 empresas cadastradas.

---

²⁹⁹ Decreto nº 57.289/2011 define a “Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada” (MIP) no âmbito das PPPs que consiste na “apresentação de propostas, estudos ou levantamentos, por pessoas físicas ou jurídicas da iniciativa privada, com vistas à inclusão de projetos no Programa de PPP”. Caso aprovada pelo CGPPP a MIP se constitui em proposta preliminar para o chamamento público para apresentação de MIP. Os projetos são analisados pela Secretaria Executiva das PPPs e o CGPPP delibera sobre a proposta de modelagem final, definindo o grau de aproveitamento dos estudos apresentados e respectivos ressarcimentos. O processo é seguido pela licitação, cabendo ao vencedor da licitação o ressarcimento dos custos dos estudos utilizados pelo poder público na modelagem final.

O chamamento para apresentação pela iniciativa privada de estudos técnicos e modelagem de projetos de PPP de Habitação de Interesse Social, conforme a proposta preliminar aprovada na 41ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor deu-se por meio do chamamento público n. 004/2012, publicado no D.O.E. de 17 de abril de 2012.

Tais estudos servirão de base para elaboração dos editais para licitação da Parceria Público Privado. O Chamamento trata somente do componente de habitação na região central da cidade de São Paulo e contém uma série de informações, entre elas: objetivo do projeto; população alvo; objeto da PPP; escopo dos estudos a serem apresentados; setores para intervenção – desafios e diretrizes; obrigações básicas do parceiro privado; obrigações do parceiro público; condições do financiamento para as famílias; conteúdo das propostas; critérios de aproveitamento dos elementos dos estudos e projetos.

Dessas, em 15 de outubro de 2012, apenas 5 empresas apresentaram concretamente suas propostas, a saber: (i) Bairro Novo; (ii) Brookfield/Concremat; (iii) CITADD; (iv) Consórcio Reviva; e (v) Instituto URBEM. Na sequência houve a constituição de Grupo de Trabalho, sob coordenação da Secretaria Executiva do CGPPP para análise dos estudos propostos e formulação da Modelagem Final da PPP. O Grupo contou com assessoria da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

Em 15 de dezembro de 2012, foram apresentadas as conclusões das análises das propostas de parceria público-privadas, e em 27 de fevereiro de 2013, foi aprovada a modelagem pelo Conselho Gestor do Programa Estadual de Parceria Público Privada.

A “modelagem final” foi apresentada e aprovada na 53ª reunião, quando se destacou que a Prefeitura do Município de São Paulo participaria do projeto. As etapas seguintes seriam a realização de audiência pública e a disponibilização da minuta do edital e contrato para consulta pública.

Em 2 de março de 2013, foi firmado **Protocolo de intenções que entre si celebram o Estado de São Paulo e o Município de São Paulo**. O Secretário do Governo Municipal, Antonio Donato Madorno, por meio do Ofício 1102/2013 – SGM/GAB encaminha à PJHURB o protocolo de intenções celebrado entre Prefeitura e Governo do Estado para a PPP Habitação Centro.

O presente Protocolo de Intenções tem por objeto externar o propósito dos signatários em envidar esforços para viabilizar a futura celebração de convênio visando possibilitar a participação do Município de São Paulo na ação desenvolvida pelo Governo do Estado de São Paulo para implementação de Parceria Público Privada – PPP, com aporte de recursos municipais, objetivando a execução de projetos de requalificação urbanística e oferta habitacional à população de baixa renda no centro expandido da Cidade de São Paulo. (fl. 50 dos autos).

No documento consta a criação de um Grupo de Trabalho para acompanhamento do protocolo formado por 4 representantes de cada parte envolvida (Estado e Município), para desenvolver o objeto pactuado.

Tudo até aqui realizado sem um único chamamento da sociedade civil, dos movimentos populares ou de moradias, das comunidades afetadas ou interessadas, dos órgãos do próprio Estado incumbidos de proteção desses interesses – Ministério Público e Defensoria Pública – da população, enfim, de qualquer um ou de quem quer que fosse estranho às hostes palacianas ou da zona de influência econômica interessada em mais sorvedouro de dinheiro público.

No dia 9 de março de 2013, foi publicado aviso sobre audiência pública no Diário Oficial em termos seguintes:

A Secretaria da Habitação – SH, e sua Agência Paulista de Habitação Social – CASA PAULISTA, diante da aprovação havida na 53ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, realizada no dia 27 de fevereiro de 2013, comunica aos interessados que realizará audiência pública, em atendimento ao disposto no artigo 39 da Lei Federal 8.666/93, para tornar público o modelo de PPP aprovado por aquele órgão deliberativo visando à concessão administrativa para a requalificação urbana da área central da cidade de São Paulo a partir da oferta de habitação e prestação de serviços correlatos. A audiência será realizada no dia 25 de março de 2013, às 9h30min, no Auditório do Edifício Cidade I, situado na Rua Boa Vista, 170, Mezanino, Centro, São Paulo/SP, ocasião em que os interessados terão acesso às informações necessárias.

O bizarro festival do “bota-fora o povo” teve seu momento mais apoteótico na audiência pública de 25 de março de 2013, realizada apenas em virtude de obrigação de lei federal de licitações, sem qualquer concessão para honrarias derivadas do Estatuto da Cidade, igualmente lei federal ou do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

No momento, no período entre 10/05/2013 e 09/06/2013 está disponível no site do Programa Casa Paulista, o Edital e a Minuta do Contrato para Consulta Pública. De acordo com a Lei Estadual nº 11.688/2004, “Os projetos de parceria público-privada serão objeto de consulta pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da publicação do edital da respectiva licitação, mediante publicação de aviso na imprensa oficial, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, no qual serão informadas as justificativas para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato e seu valor estimado, fixando-se prazo para fornecimento de sugestões, cujo termo dar-se-á pelo menos com 7 (sete) dias de antecedência da data prevista para a publicação do edital.” (art. 21).

Nesse trecho da Ação Civil Pública encaminhada ao Tribunal de Justiça, vemos claramente que o não chamamento das comunidades afetadas para participar de um projeto de tal impacto representa já um indício do que fez resultar o Nova Luz objeto de “engavetamento”. Essa “modelagem” da PPP foi logo percebida pela equipe de Arquitetura e Urbanismo do MP, pelo Núcleo de Arquitetura e Urbanismo da Defensoria Pública, arquitetos e urbanistas da FAU USP e representantes dos movimentos de moradia como um “mega Nova Luz”, motivando a todos imediata mobilização à luz do longo processo de luta contra Kassab e sua Concessão Urbanística. Unidos novamente, e tendo participado daquela “bizarra” audiência pública no dia 25 de março, fomos levados a diferentes formas de acesso às informações sobre a PPP da Casa Paulista.

Já no dia 8 de maio participamos de um encontro de apresentação dessa PPP na Universidade Mackenzie, evento denominado “A Moradia como fator Estratégico para a Requalificação do Espaço Urbano - Experiência da Agência Casa Paulista e da Prefeitura Municipal de São Paulo”. Nesse “workshop”, patrocinado pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades e o Mackenzie, “descobrimos” a participação do URBEM (Instituto de Urbanismo e de Estudos para a Metrópole) como protagonista principal relacionado ao último “P” da PPP. Segundo o *release* desse *workshop*, o Instituto URBEM é “uma organização ‘sem fins lucrativos’ que tem por missão promover e estruturar projetos de desenvolvimento urbano que contribuam para uma São Paulo melhor. Com a reunião de expertises multidisciplinares, a URBEM desenvolveu um conceito sofisticado para viabilizar moradias direcionadas a todos os seguimentos sociais, fundamentado em diretrizes

sustentáveis de inserção urbanística, social e econômica”. Representando o Instituto URBEM, esteve presente nesse *workshop* seu fundador, o ex-pianista e ex-diplomata Philip Yang³⁰⁰, sócio da Petra Energia (hoje a maior concessionária de blocos de petróleo e gás em terra no Brasil), acompanhado do arquiteto Milton Braga. No *workshop* falou a secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês da Silva Magalhães, o secretário Municipal de Habitação José Floriano de Azevedo Marques e o subsecretário da Agência Casa Paulista, ligada à Secretaria de Estado da Habitação, Reinaldo Iapequino, seguidos de Yang e Braga com imagens ilustrativas a justificar o intento de contribuírem para “uma São Paulo melhor”, “a cidade que queremos” etc. Não cabe aqui reproduzir todas as intervenções feitas nesse evento pelos convidados oficiais e por nós, “convidados de última hora”, mas vale lembrar que nessa ocasião mencionamos pela primeira vez a falta do “P” da Participação nessa PPP, que, em nosso entender, faz toda a diferença, em especial quando rememoramos o impasse do Nova Luz. Para a nossa surpresa, respondendo a essa intervenção, o Sr. Iapequino disse que desconhece, mas que iria averiguar se, de fato, existe uma lei atinente à participação e à obrigatoriedade de constituição de Conselho Gestor em caso de intervenção em ZEIS.

Sobre a participação popular e a necessidade de se constituir conselhos gestores nas ZEIS centrais escolhidas pela PPP, vejamos a seguir o que e como fala o Dr. Maurício Ribeiro Lopes em sua Ação Civil ante os procedimentos protocolares do Governo do Estado e a definição pela intervenção pretendida. Ao reproduzir na íntegra mais esse trecho da Ação, entende-se a importância de trazer a esta tese o alcance do trabalho do Ministério Público Estadual como parâmetro de análise sobre a cidade.

Com base nos documentos públicos divulgados, temos que:

o projeto foi concebido internamente ao Governo do Estado, sem a participação dos diversos segmentos da sociedade civil interessados no tema e na região;

as decisões foram tomadas no âmbito do Conselho Gestor da PPP (CGPPP), que é um conselho composto somente por membros do poder público estadual, com a seguinte composição: Secretário-Chefe da Casa Civil; Secretário de Economia e Planejamento; Secretário da Fazenda; Secretário da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Procurador Geral do Estado; até três membros de livre escolha do Governador do Estado (art. 3º da Lei Estadual nº 11.688/2004);

a audiência pública realizada no dia 25 de março apresentou o projeto já desenvolvido e se constituiu em mero espaço informativo sobre o projeto, não havendo espaço, forma e tempo adequado para os questionamentos, que somente podiam ser realizados por escrito e somente por imposição legal da Lei de Licitações. Além disso, a divulgação da audiência pública foi restrita;

a etapa atual de consulta pública sobre o edital possibilita a apresentação de “sugestões ou comentários”, mas não há descrição de como as questões manifestadas serão respondidas ou incorporadas, tampouco se serão divulgadas. E também, **trata-se de consulta sobre um projeto pronto e não de consulta para formulação do projeto.**

Além disso, o protocolo de intenções firmado entre a prefeitura e o governo do Estado define um grupo de trabalho entre prefeitura e Estado responsável pelo desenvolvimento da parceria. Não há notícia sobre:

---

³⁰⁰ Ver o ensaio jornalístico de Rafael Cariello “Urbanista Acidental: as obsessões e os dilemas de Philip Yang, o empresário que pretende reinventar o Centro de São Paulo”. Revista Piauí, n. 84, set. 2012: 16-26.

- (i) se este grupo foi constituído de fato;
- (ii) se a prefeitura participou da elaboração final do edital para a fase de consulta pública.

Não se pode perder de vista que tema em análise representa, na prática ação do Estado sobre esfera de atribuição típica do Município – planejamento urbano e como tal definido no art. 182 e seu § 1º da Constituição Federal:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Duas consequências são retiradas de tal texto legal: por primeiro tem-se que precipuamente, em se tratando de desenvolvimento das funções sociais da cidade – e não se pode supor que os programas de habitação de interesse social não sejam essa categoria –, as ações devem ser de iniciativa do Poder Público municipal; em segundo lugar, que o instrumento pelo qual se dá tal intervenção decorre das diretrizes fixadas no Plano Diretor.

Assim, ainda que se alvitre ao Estado a prerrogativa-poder de planejar o desenvolvimento urbano municipal, ainda que em convênio com o Município, acha-se sujeito nesse ponto o Estado a cumprir o que diz a lei municipal matricial sobre o tema: o Plano Diretor Estratégico. Isso sem falar no necessário cumprimento das disposições relativas à Lei Federal n. 10.257/01 (Estatuto das Cidades).

É preciso ter em conta que as comunidades e a sociedade como um todo, em busca do exercício pleno da cidadania e acreditando na afirmação dos valores democráticos, nunca perdeu de vista alguns dos direitos assegurados por nossa legislação. O artigo 5º trata “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos” e é o primeiro artigo do Título II da Constituição, cujo tema é: “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”. O inciso XXXIII diz:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Ainda no campo dos direitos constitucionais não se deve olvidar que o sistema de democracia representativa não exclui a soberania popular como reserva de poder, sobretudo em tema de peculiar interesse cidadão como a vida na cidade (art. 1º, parágrafo único, c.c. os arts. 14 e 182 da Constituição Federal).

O Estatuto da Cidade – Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, por sua vez, expressamente sobre a participação popular, estabelece:

CAPÍTULO I

DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

...

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania.

Vejamos como se desenvolve o tema de modo mais exaustivo do que se pretende demonstrar ao final. A União, de acordo com o artigo 21, XIX, da Constituição Federal, tem competência privativa para instituir as diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano no país, o que inclui, entre outras, as diretrizes para as políticas de habitação, saneamento básico e transportes urbanos. Com base no artigo 24, inciso I, a União, no âmbito da competência concorrente sobre direito urbanístico, tem como atribuição estabelecer as normas gerais de direito urbanístico por meio de lei federal de desenvolvimento urbano, que deve conter as diretrizes do desenvolvimento urbano e regional, os objetivos da política urbana nacional, a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição, além de instituir os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão desta política. Assim, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10.07.2001) é a lei federal de desenvolvimento urbano exigida constitucionalmente, que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados tanto pela União, como pelos Estados e Municípios.

O Município, com base no artigo 182 da Constituição Federal e no princípio da preponderância de interesse, é o ente federado principal na execução da política urbana, de modo a ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, de acordo com os critérios estabelecidos no Plano Diretor, definido como o instrumento básico da política urbana.

Assim, a identificação das normas do Estatuto da Cidade como normas gerais tem como base a adequação destas normas aos princípios da Constituição Federal, pois estas normas são, especialmente em relação aos municípios, indutoras da aplicação dos instrumentos constitucionais da política urbana. A aplicação pelos Municípios de instrumentos como o Plano Diretor e de outros previstos no Estatuto da Cidade tem como objetivo a efetivação de princípios constitucionais como os da gestão democrática da cidade, da participação popular, da função social da propriedade, do direito a moradia, a saúde e a regularização. Acrescenta-se agora ao ordenamento jurídico a obrigação ao administrador público de dar efetividade a estes princípios e diretrizes. A possibilidade do uso indevido ou da não aplicação desses instrumentos pelos Municípios poderá ser questionada até mesmo pela via judicial, em desrespeito à lei federal e às normas constitucionais da política urbana. Com base no próprio Estatuto da Cidade, poderá esta prática ser considerada uma lesão à ordem urbanística, nos termos do artigo 53.

Entre os princípios jurídicos e políticos que norteiam o Estatuto da Cidade, cumpre destacar o da *função social da propriedade*, tema polêmico que fundamenta a aplicação de vários dos instrumentos constantes na lei, e o da *participação popular*. A *gestão democrática da cidade*, surge, também, como diretriz geral do Estatuto (art. 2º, II).

A tendência da administração pública em sobrepor os seus atos ao consentimento do cidadão vem sendo substituída por novos modelos de gestão, em que o papel do cidadão passa de mero espectador para colaborador ativo, cogestão, prestador e fiscalizador. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, tem havido no país uma tendência à proliferação dos sistemas de gestão democrática, mediante a criação de conselhos, comissões e comitês. A Constituição estabeleceu expressamente sistemas de gestão democráticos em vários campos da administração pública, o que inclui o planejamento participativo, mediante a cooperação das associações representativas no planejamento municipal, como preceito a ser observado pelos municípios (art. 29, XII).

O Estatuto da Cidade fixa esta diretriz no seu artigo 2º, II, indicando a participação da população e de associações representativas da comunidade, na formulação e execução de planos, programas e projetos urbanísticos.

Assume-se como princípio básico da política urbana o imperativo de discutir as questões das cidades com os vários setores da sociedade. A efetivação deste direito, agora respaldada pelo texto da lei, serve de instrumento para a gestão e fiscalização conjunta das ações dos governos. Duas das formas de gestão democrática previstas no Estatuto da Cidade merecem destaque:

A primeira é a previsão de criação dos **conselhos municipais, estaduais e nacional de desenvolvimento urbano**. Uma das melhores formas de organização administrativa adotada para possibilitar a participação dos cidadãos na gestão das políticas públicas é a do Conselho, que se configura como órgão administrativo

colegiado, de caráter deliberativo e/ou consultivo, com representantes da sociedade e do poder público.

Neste sentido, o inciso I do artigo 43 do Estatuto da Cidade prevê que os órgãos colegiados de política urbana, nacional, estadual e municipal, devem ser utilizados para garantir a gestão democrática da cidade. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano criado pela Medida Provisória 2.202, de 4 de setembro de 2001, nos termos do artigo 10 é definido como órgão deliberativo e consultivo, integrante da estrutura da Presidência da República, responsável pelas diretrizes gerais do desenvolvimento urbano e pela organização da Conferência Nacional das Cidades.

Outra forma prevista é o sistema das **audiências e consultas públicas**. As audiências e consultas públicas, também na forma do artigo 43, II, do Estatuto da Cidade, devem ser promovidas pelo Poder Público para garantir a gestão democrática da cidade e têm como fundamento os princípios da publicidade e da participação. As audiências podem ser solicitadas pelos cidadãos e associações representativas. Moreira Neto (1992: 129) define audiência pública como “um instituto de participação administrativa aberta a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando a legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinada em lei, pela qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que podem conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação consensual”.

A redação do inciso II, do artigo 2º, insere a participação popular como diretriz dentro de um sistema de gestão democrática proposto. Destarte, os conceitos jurídicos e políticos de gestão democrática e de participação popular são distintos embora complementares. O princípio democrático da Constituição brasileira está inserido no artigo 1º, parágrafo único, e acolhe os postulados da democracia representativa e participativa. Em que pese o sistema representativo ser o elemento nuclear do conceito de democracia – expressão do princípio da maioria – a Constituição Federal do Brasil, através de seu artigo 1º (“*tudo o poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou **diretamente**, nos termos desta Constituição*”), acabou por estabelecer a compatibilidade entre democracia representativa e democracia participativa, de forma que estas não se excluem ou concorrem, mas se complementam.

A democracia participativa tem como premissa o interesse básico dos indivíduos na autodeterminação política e concebe a formação de vontade política de baixo para cima, em um processo de estrutura com a participação de todos os cidadãos. O princípio político da participação, que inclui as modalidades legislativas e judiciais, está diretamente referido à legitimidade das instituições democráticas, de modo que a participação nas decisões administrativas tende a aproximar o administrado de todas as discussões e decisões em que seus interesses estejam diretamente envolvidos.

Assim, temos entre as diretrizes gerais, a gestão democrática, e **especialmente**, a participação popular, como fundamento jurídico normativo que deve ser considerado pelo legislador e observado pelo administrador.

O Estatuto da Cidade contempla a expressão “participação popular” em vários momentos: no artigo 2º, nos seguintes incisos: “II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas...”; “XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada...”. No artigo 4º, inciso III, nos

instrumentos da política urbana, quando trata do planejamento municipal, “f) gestão orçamentária participativa”, em relação aos institutos jurídicos e políticos, “s) referendo popular e plebiscito”. No parágrafo 3º, propõe que os recursos devem ser objeto de controle social, garantida a participação da população no controle orçamentário.

Tratando especificamente dos instrumentos da política urbana, entendemos incluir-se o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, como instrumento de participação, uma vez que deverá ser dado publicidade de seu teor e questionado pela população residente, podendo obstar a instalação de equipamentos que causem impacto negativo.

Também em relação ao Plano Diretor, no processo de sua elaboração e na fiscalização da sua implementação, o texto da lei prevê a promoção obrigatória de audiências públicas e debates, a publicidade e o acesso aos interessados (art. 40, § 4º).

Outro ponto importante a referir quanto ao princípio da participação é em relação a gestão orçamentária participativa, como integrante do planejamento e gestão das cidades. O artigo 44 do Estatuto dispõe que a gestão orçamentária participativa incluirá obrigatoriamente a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, ou seja, em todo processo de discussão orçamentária, como condição obrigatória para a sua aprovação pela Câmara Municipal.

Verifica-se, assim, que estas disposições configuram-se em avanços legislativos para a efetivação do princípio da participação popular. O que se tem na situação presente é a constante violação de todos os alicerces pela doutrina mais contemporânea, denegando o Governo do Estado de São Paulo a participação popular em todas as fases até aqui da Parceria Público Privada encetada para a produção de unidades habitacionais, maculando definitivamente sua possibilidade de existir no mundo jurídico por força de tal impedimento.

Apresentações de *PowerPoint* apresentada na audiência pública que – insista-se – nada teve a ver com participação popular em formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano – promovidos pelo Governo do Estado não podem ser consideradas informações prestadas à população; são meros esquemas sem os respectivos materiais de fundamento: estudos, projetos, planos, programas, absolutamente insuficientes para o conhecimento do assunto, necessário ao exercício da constitucional democracia participativa.

E mais, os panfletos e apresentações de *PowerPoint* mostram que o oferecido à população foi algo da qual realmente NÃO participou na sua formulação, em franca contradição com o que determina o Estatuto da Cidade.

Confunde o Estado o direito de receber informações do Poder Público que, em última análise, é uma faceta do princípio da publicidade estampado no art. 37, *caput*, da Constituição da República com a gestão democrática que o Estatuto da Cidade impõe observância aos órgãos públicos.

Nos termos dessa Ação Civil, a falta de participação popular nas políticas públicas define a constante violação de direitos que nesta tese já vimos no equivalente ao desrespeito e ao não reconhecimento de pessoas e de grupos sociais nos processos de urbanização.

No *workshop* realizado no Mackenzie, foi distribuída a todos os presentes a Carta Aberta denominada “Questões para a PPP da Casa Paulista para o centro de São Paulo”, formulada semanas antes e já inserida nas redes sociais. Essa Carta Aberta, assinada pelos movimentos populares e entidades ligadas à defesa do direito à moradia³⁰¹, relaciona uma série de equívocos encontrados no programa da PPP, entre eles a “ação habitacional sem política habitacional”, pois não é acompanhada de uma política fundiária que lhe dê suporte; a indefinição dos perímetros de intervenção; a ignorância quanto a necessidade de formação dos Conselhos Gestores; a falta de clareza quanto a extensão das atribuições do parceiro privado, no tocante à desapropriação dos imóveis afetados (tal como na lei da Concessão Urbanística aplicada ao projeto Nova Luz, cuja legalidade foi amplamente questionada); a ausência de definição do perfil dos beneficiados; o risco de gentrificação, posto que a PPP está formulada a partir da oferta de moradia e não da demanda real por habitação existente no território; a falta de critérios para definição e controle da qualidade da habitação social; o impacto nas atuais atividades produtivas locais em face das atividades econômicas existentes nas quadras afetadas durante todas as etapas de sua implantação; a indefinição quanto ao atendimento habitacional provisório; a indefinição quanto ao cronograma de atendimento das diferentes faixas de renda, tendo em vista o progressivo encarecimento do preço da terra como consequência da intervenção urbana e ainda a exclusão de segmentos vulneráveis no cadastro realizado pela concessionária, uma vez que a proposta delega ao concessionário o cadastro e seleção dos beneficiários, o que significa adoção de critérios de mercado, e não de prioridade social.

Outros eventos onde a Casa Paulista esteve com seu *PowerPoint* foram acompanhados de perto pelos movimentos populares e por essas entidades que subscreveram a Carta Aberta. Aos poucos, vimos desaparecer as reinvestidas tanto do Governo como do Instituto URBEM. Em junho, como vimos, não somente São Paulo, mas muitas outras capitais do país se viram ocupadas pelas manifestações surgidas não ao acaso, mas preponderantemente no sentido de reivindicar efetiva participação e deliberação da população nos mais diversos setores, relacionando-se com as decisões futuras a serem tomadas pelo povo e não pelos representantes que não nos representam.

A Região da Luz, por outras vias, continua sendo alvo de interesses especulativos. Ainda em 2006, quando o Governo do Estado se passou às mãos de Serra, o então ex-prefeito e agora governador alinhava-se com o Nova Luz, por óbvio. Através da Secretaria de Estado da Cultura, Serra lançou por conta própria o projeto do chamado Complexo Cultural Luz, a ser construído justaposto ao perímetro do Nova Luz: equipamento bilionário, proposto para abrigar, em 18 mil m², um teatro de dança e ópera com 1.750 lugares, um teatro

---

³⁰¹ Associação Conde São Joaquim (ACJ), Associação dos Moradores e Amigos da Sta Ifigênia e Luz (AMOALUZ), Central de Movimentos Populares (CMP), Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Conselho Gestor ZEIS 3 C 016 (Representantes da Moradia), Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Núcleo de Habitação e Urbanismo, Escritório Modelo D. Paulo Evaristo Arns - PUC/SP, Frente de Luta por Moradia (FLM), Grupo de Articulação para Moradia do idoso da Capital - (GARMIC), Habitat Projeto e Implantação para o Desenvolvimento do Ambiente Habitado e Urbano - Brasil Habitat, Instituto Polis, Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade FAU-USP), Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab FAU-USP), Movimento Apropriação da Luz, Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC), Movimento de Moradia da Cidade de São Paulo (MMC), Movimento de Moradia Para Todos (MMPT), Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da USP (SAJU), Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) e União dos Movimentos de Moradia (UMM).

experimental com 400 lugares e uma sala de recitais com 500 lugares, além de sediar a SP Companhia de Dança (em funcionamento na Oficina Cultural Oswald de Andrade, no Bom Retiro), a Escola de Música Tom Jobim (atualmente instalada em edifício histórico na praça General Osório, defronte à Estação Pinacoteca) e a Sinfônica Jovem do Estado. O projeto desse Complexo foi encomendado a mando de Serra pelo seu então secretário de Cultura João Sayad ao escritório dos arquitetos suíços Herzog & De Meuron, justificando a *expertise* desses arquitetos-estrelas.

Os aspectos contraditórios desse Complexo não são poucos, mas vale ressaltar cinco deles: em primeiro lugar, que a tal *expertise* encontrada somente no exterior não tem o menor fundamento ante a disponibilidade de arquitetos brasileiros, comprovadamente capazes de desenhar e gerenciar um equipamento que cumpra as funções planejadas; em segundo lugar, o Complexo haveria de ser, necessariamente e indiscutivelmente, objeto de concurso público nacional ou internacional; em terceiro lugar, o custo estimado para a obra (que ultrapassa 1 bilhão de reais, incluindo o projeto, as demolições e a construção propriamente dita) não passou por debate público, sendo meramente objeto de “vontade política”; em quarto lugar, ignorando que o local escolhido (o terreno da antiga rodoviária, já demolida) está a poucos metros do terminal de ônibus Princesa Isabel, da estação Luz do metrô (que conecta a linha Azul e Amarela) e a disponibilidade de dezenas de linhas de ônibus que transitam nos arredores, não se justifica que no subsolo do Complexo, como é previsto, se construa um estacionamento para nada menos que 1.500 carros, o que faz o equipamento se voltar à manutenção da mentalidade rodoviarista; em cinco lugar, embora não menos importante, o Complexo ignora completamente a complexidade e a urgência de atendimento às necessidades reais da comunidade local.

Com essas colocações, podemos entrever a outra face desse Complexo, qual seja, aquela perversa ou sarcástica, misto de cinismo político por parte de seu idealizador (Serra), posto que encarna o gigantismo e a crueldade de um Fausto, através da “habilidade científica e técnica”, além de “gênio organizacional”, avesso às reais necessidades e desejos do povo.

À guisa de concluir o capítulo, permitimo-nos este paralelo com o “desenvolvimento fáustico” referido por Marshall Berman ao personagem de Goethe, quando este chega ao seu clímax e sua fase final – “Fausto, O Fomentador” –, ou em sua “última encarnação, (quando) ele conecta seus rumos pessoais com as forças econômicas, políticas e sociais que dirigem o mundo, aprende a construir e destruir (...)” (Berman, 2007: 77):

O peculiar ambiente que constitui o cenário do último ato do *Fausto* - o imenso canteiro de obras, ampliando-se em todas as direções, em constante mudança e forçando os próprios figurantes a mudar também – tornou-se o cenário da história mundial em nosso tempo. Fausto, O Fomentador, (...) sentir-se-ia completamente em casa no nosso mundo.

Exemplo de “fomento fáustico”, portanto, é o agora revigorado empenho do governo Alckmin para que se construa, no coração da “Cracolândia”, esse Complexo Cultural Luz, o que demonstra a monstruosidade do perfil diabólico encarnado em nossos governantes. Dadas as polêmicas em torno do Nova Luz, parecia-nos enterrada a ideia de tal projeto, sendo o quarteirão destinado à obra, quase que inteiramente demolido (terreno da antiga rodoviária) e se tornado um imenso chão de terra depois cercado de grades onde

apareceram dois campos de futebol. Mas o gigante e cruel Fausto reaparece: “Demolição libera centro cultural na cracolândia: Batalhão dos Bombeiros será transferido e Complexo na Luz poderá ser construído”. como destaca a matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em dezembro de 2012 ³⁰².

Da PPP a este breve apanhado sobre o Complexo fáustico, ambas iniciativas do governo tucano, vemos que há ainda um longo caminho pela frente. Importante será lutar, para mudar o que até então se coaduna com essa triste história da urbanística que vimos exemplificada nesta tese.

---

³⁰² Matéria de Juliana Deodoro publicada em *O Estado de S. Paulo* em 14 de dezembro de 2012: C12

VIII - CONCLUSÃO

Nova Luz: de um caso de polícia à busca da saúde política pela participação

De nosso acompanhamento ao projeto Nova Luz, o contato com moradores e usuários do bairro Santa Ifigênia foi o passo fundamental para uma aproximação como observador participante sobre a região compreendida como objeto de “revitalização” urbana. Ante o desembaraço de memórias e vivências de mais longa data na chamada Região da Luz, sobressaía a frequentes visitas à Pinacoteca do Estado antes de sua grande reforma, e lembranças da velha rodoviária que sempre foi, diga-se de passagem, uma vergonha. Do início dos anos de 1980, guardávamos também a memória daquela parte da cidade já tomada pelo povo pobre, com muitos problemas de trânsito e poluição, porém, sem a presença de usuários de drogas nas ruas, a potencializar o estigma de “Cracolândia”. A partir de 2005, quando surge o projeto Nova Luz, a Região da Luz faz parte de nossa vizinhança e de nosso cotidiano pela opção de caminhar a pé e não ter carro. Dentre os vários motivos que reforçam nossa escolha pelo Centro, destacamos a preferência pela presença popular que se encontra nos espaços públicos, com suas ruas e avenidas repletas de gente, perfazendo a “muvuca” generalizada em torno do comércio, dos serviços e das instituições. No percurso sobre a Região, encontramos milhões de usuários que transitam entre as estações ferroviárias, de metrô e terminais de ônibus. Para onde vão, de onde chegam? A grande maioria do povo que vemos não mora nem trabalha no Centro, mas aqui compra de tudo, se diverte, se encontra e se perde, e por vezes deixa nítida uma terrível descontinuidade em termos de “vida mental”, como percebeu Georg Simmel em sua análise sobre grandes cidades europeias como Berlim e Viena no início do século XX.

O fenômeno da cidade grande, como apreendemos na Região da Luz, está arraigado ao sentimento de estarmos no Centro de uma das maiores aglomerações urbanas do planeta, em situação senão mais complexa, certamente mais densa que há um século atrás, mas que também repercute no esforço de algum sentimento de pertença, que muitas vezes se torna nulo, muito embora *compreensível*, segundo Simmel, se tomarmos a experiência da cidade moderna plena de “problemas que derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e a individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica da vida”³⁰³.

Para chegar à Pinacoteca e à Estação Pinacoteca a pé, através de Santa Ifigênia, passamos por belos edifícios, em contraste com a pobreza que vemos nas calçadas. A aura que nos aguarda no interior das salas de exposições é antes cindida, de forma abrupta, pela mendicância generalizada, pela presença dos pobres alheios ao campo simbólico das representações artísticas, o que explicita a desigualdade e a segregação social reinante.

---

³⁰³ Georg Simmel, *A Metrópole e a Vida Mental*. In: Otávio Guilherme Velho (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Este texto de Simmel foi publicado pela primeira vez em 1902. “A Metrópole... é um ensaio de matriz sociológica e psicossociologia que tem subjacente duas das principais metrópoles europeias da época (Berlim e Viena), sujeitas ambas, no entender do autor, aos princípios ordenadores da racionalidade capitalista e do anonimato”. Fortuna, 2010: 13.

Afluindo aos museus vemos as levas de turistas sedentos por essas “iscas culturais”, acentuando tristemente a perpetuação do caráter distintivo entre classes sociais que não se coadunam naquele território. A grande parte dos visitantes chega às portas dos museus em ônibus fretados ou carros particulares, pois o entorno é visto como perigoso ou inseguro, em suma, “não recomendável”. Trata-se, portanto, de verificar nesse fenômeno um campo de forças atuante no território, em que as discrepâncias sociais se intensificam, e que não podemos deixar de entender que, por mais pacífica que nos pareça, a presença dos pobres à beira desses grandes equipamentos culturais pode, ou melhor, deve, representar alguma sorte de reivindicação para justamente, como diz Simmel, “preservar a autonomia e a individualidade de sua existência”. Daí a ideia expressa por Milton Santos de que “quem está na frente é o povo”, pois a cidade não deveria ser pensada tão somente como “coisas”, quando, de fato, “são coisas movidas pela ação humana”³⁰⁴.

Apesar de todos os esforços governamentais para mudar esse quadro, a partir da ideia de que os equipamentos culturais novos ou “repaginados” possam servir como “âncoras” para a renovação de toda a Região, o que temos visto é que nada disso se concretiza, permanecendo essas “ilhas” de consumo cultural apartadas de seu entorno imediato, denunciando o campo simbólico e a divisão de classes pelo *status* social, tema caro às análises de Bourdieu.

Nossa escolha pelo Nova Luz se deu pelo evidenciar do projeto Nova Luz em face das polêmicas na gestão Kassab ante a “revitalização” pretendida para essa parte do centro da cidade, seguindo a lógica de seu antecessor de misturar o processo gentrificador com o Poder de Polícia sobre os pobres, qual as intervenções que marcam de mais longa data a urbanística moderna. Nesse sentido, a inspiração por parte da municipalidade com o Nova Luz nos pareceu desde o início de nossa observação como totalmente avessa à participação e inclusão dos moradores e usuários que ocupam o território a ser então “repaginado”. Como diz José Murilo de Carvalho (1987), “trata-se do problema do relacionamento entre cidadão e o Estado, o cidadão e o sistema político, o cidadão e a própria atividade política”. No compasso da negação da participação corriam notícias de que as empresas e construtoras parceiras do empreendimento relutavam ante a hipótese de que o projeto pudesse ser exitoso. O Nova Luz, conforme alardeado por Serra, comportava verdadeiro “arrasa-quarteirão” no antigo bairro de Santa Ifigênia, o que seu sucessor Kassab sempre reafirmou, acrescentando que a realização do projeto viria “acabar com a Cracolândia”. A essa fermentação de velha prática sanitária se somava a permanência de antigos parâmetros policialescos incutidos na tradição que prescreve o viés “higienista” de nossos processos de urbanização, o que Foucault veio a traduzir com a máxima de que “urbanizar e policiar é a mesma coisa”.

A participação da sociedade civil nas políticas públicas norteou nosso trabalho do começo ao fim, sendo a saúde da cidade traduzida pela saúde política dos cidadãos na sua luta por reconhecimento, na luta pelo direito à cidade e por formas mais dignas de se viver plenamente a cidadania. Concluímos esta tese contando com a paralisação do Nova Luz de

---

³⁰⁴ SANTOS, Milton. “Quem está na frente é o povo”. Entrevista a Carlos Tibúrcio e Silvio Caccia Bava. Caderno Le Monde Diplomatique, s. d.: 4.

Serra e Kassab, o que passou a confirmar que a participação nas políticas públicas pode significar um dado novo na identidade de cidadãos brasileiros em busca de seu firmamento como povo. Daí o título que convém à conclusão – Nova Luz: de um caso de polícia à contrapartida da participação –, o que se reporta não somente ao Nova Luz “engavetado”, mas também, ou mais ainda, porque disso nos tornamos partícipes durante nossa trajetória acadêmica, acreditando em mudanças, creditados na aplicação de leis que são conquistas pela reforma urbana no País há quatro décadas. Com isso, esperamos que este trabalho possa contribuir para elucidar o que o problema inicialmente colocado, qual seja, o de que a saúde no pulsar da(s) cidade(s) carrega o sentido de uma adequação necessária ao pleno sentido da cidadania e à maior adesão participativa dos atores sociais nas políticas urbanas.

IV - BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz (2004). *O sítio embrionário de São Paulo*. In: CAMPOS, Candido Malta, GAMA, Lúcia Helena e SACHETTA, Vladimir. *São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.

_____ (2007). *Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo* (Edição fac-similar-50 anos). São Paulo: Atelier Editorial.

ADRIANO, Jaime Rabelo et. all (2000). *A Construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida?* Revista Ciência & Saúde Coletiva, vol. 5, n. 1, Rio de Janeiro.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de (1992). *A Peste e o Plano: o urbanismo sanitário do Eng. Saturnino de Brito*. Dissertação de Mestrado FAU USP.

ARANTES, Otília B. F. (1991). *Os Novos Museus*. São Paulo: Revista Novos Estudos CEBRAP, nº 31, outubro de 1991.

_____ (1998). *Urbanismo em Fim de Linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: EDUSP.

_____ (2007). *Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas*. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. São Paulo: Editora Vozes.

_____ (2012). *Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas*. São Paulo: Annablume.

ARANTES, Pedro Fiori (2012a). *Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma*. São Paulo: Editora 34.

BÁDUE, Ana Flávia P. L. (2012). *A nebulosa do decrescimento. Um estudo sobre as contradições das novas formas de fazer política*. Dissertação Dept. Antropologia Social, FFLCH USP.

BARROS, Andrea Saraiva (2013). *Toxicomania: crack e sociedade*. Tese PUC-SP.

BAUMAN, Zygmunt (2010). *Capitalismo Parasitário e outros temas contemporâneos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

BEGUIN, François (1991). *As maquinarias inglesas do conforto*. São Paulo: Revista Espaço & Debates, n. 34.

BELL, Daniel (1978). *Sociedade Pós-industrial*. Revista Diálogo vol.11, nº 2. Washington D.C.: U.S. International Communication Agency.

BENCHIMOL, Jaime Larry (1992). *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A Renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca.

_____ (1999). *Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Editora UFRJ.

BENEVOLO, Leonardo (1987). *Origens da Urbanística Moderna*. Lisboa: Editorial Presença.

_____ (2001). *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva.

BENJAMIN, Walter (1985). *Magia e Técnica. Arte e Política. Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense.

BERMAN, Marshall (2007). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

BERNARDINI, Sidney Piochi (2012). *Três propostas para a solução do abastecimento de água em São Paulo (1902-1904)*. Revista pós, v. 19, n. 32. São Paulo, dez.

BERTOLLI FILHO, Claudio (2003). *A Gripe Espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra.

BERTUCCI, Liana M. (2002). *Influenza, a medicina enferma. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo*. Tese. Departamento de História, IFCH Unicamp, Campinas.

_____ (2003). *Conselhos ao Povo: educação contra a influenza de 1918*. Cadernos Cedes. Campinas, v. 23, n. 59, abril.

_____ (2012). *Os paulistanos e as faces do medo durante a Gripe Espanhola*. In: MONTEIRO, Yara Nogueira. *As doenças e os medos sociais*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp.

BERRIEL, Carlos Eduardo (2005). Utopia, Distopia e História. Revista MORUS, n. 2.

BOBBIO, Norberto (1987). *Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BONDUKI, Nabil (2004). *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade.

BOURDIEU, Pierre (2001). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes.

_____ (2009). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

BORER, Alain (2001). *Joseph Beuys*. São Paulo: Cosac & Naif.

BRESCIANI, Maria Stella M. (2004) *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.

_____ (2010). *Sanitarismo e configuração do espaço urbano*. In: *Os Cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

BRESSIANI, Nathalie (2011). *Redistribuição e Reconhecimento: Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth*. Cadernos CRH, v. 24, n. 62. Salvador, mai-ago.

BUSS, Paulo Marchiori e PELLEGRINI FILHO, Alberto (2007). *A Saúde e seus Determinantes Sociais*. Revista Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, jan-abr.

CALABI, Donatella (2001). *O papel de Paris na urbanística italiana do século XIX: o mito da modernização*. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades Capitais do século XIX*. São Paulo: EDUSP.

_____ (2012). *História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares*. São Paulo: Perspectiva.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 : EDUSP.

CAMPOS, Candido Malta (2002). *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza (2007). *O SUS entre a tradição dos Sistemas Nacionais e o modo liberal-privado para organizar o cuidado à saúde*. Rio de Janeiro: Revista Ciência & Saúde Coletiva vol. 12, Nov.

CARVALHO, José Murilo de (1987). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2013). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CHALHOUB, Sidney (1996). *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.

CHAUÍ, Marilena (1987). *Cultura Popular e autoritarismo* (conferência proferida no simpósio *Popular Culture and Democracy*. Smithsonian Institut, Washington DC). In: CHAUÍ, Marilena. (2013). *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. André Rocha (org.). Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (Escritos de Marilena Chauí, v. 2).

_____ (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

_____ (2006). *Cidadania Cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.

CHOAY, Françoise (1979). *O Urbanismo*. São Paulo: Editora Perspectiva.

_____ (2006). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP.

CESAR, Roberto de Cerqueira; FRANCO, Luiz Roberto Carvalho e BRUNA, Paulo J.V (1977). *Área da Luz – Renovação Urbana em São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva.

CYMBALISTA, Renato et alli (2008). *Políticas públicas para o Centro: controle social do financiamento do BID à Prefeitura de São Paulo*. São Paulo: Instituto Pólis.

CHAUÍ, Marilena (2000) *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

_____ (2006). *Cidadania Cultural*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

_____ (2013). CHAUÍ, Marilena. *O homem cordial, um mito destruído à força*. In CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro* (Escritos de Marilena Chauí. André Rocha, org.). Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

CORNETTA, Andrei. *A Financeirização do Clima: uma abordagem geográfica do Mercado de Carbono e suas escalas de operação*. São Paulo: Annablume.

CORRÊA, Diogo (2007). *Foucault e a crítica racional da racionalidade*. In: SOUZA, Jessé e MATTOS, Patrícia (orgs.). *Teoria Crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume.

COSTA, Jurandir Freire (1979). *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal.

DAVIS, Mike (2006). *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo.

DEAN, Warren (1971). *A industrialização em São Paulo*. DIFEL/EDUSP

DEBORD, Guy (1997). *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto.

DELEUZE, Gilles (1992). *Conversações*. São Paulo: Editora 34.

EDLER, Flávio Coelho (1966). *O debate em torno da medicina experimental no Segundo Reinado*. História, Ciência, Saúde. Manguinhos, V.3, N.2.

- ENGELS, Friedrich (2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- FAORO, Raymundo (2001). *Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo.
- FARIA, Lina (2007). *Saúde e Política: a Fundação Rockefeller e seus parceiros em São Paulo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- FICHER, Sylvia (2005). *Os Arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: EDUSP.
- FIORAVANTI, Carlos (2013). *Entre paredes de concreto: mapas históricos exibem as transformações na forma e na função de rios encobertos por avenidas*. Revista Fapesp, dez.
- FERREZ, Gilberto (1983). *O Álbum da Avenida Central: um documento fotográfico da construção da Avenida Central, Rio de Janeiro, 1903-1906*. São Paulo: Ex Libris: João Fortes Engenharia.
- FONSECA, Edson Nery da (2011). *O Grande Sedutor: escritos sobre Gilberto Freyre de 1945 até hoje*. Rio de Janeiro: Cassará.
- FORTUNA, Carlos (org.) (2010). *Simmel: a estética e a cidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FOUCAULT, Michel (1999). *Em defesa da Sociedade* (Curso dado no Collège de France, 1975-1976). São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (2008). *Segurança, Território, População* (Curso dado no Collège de France, 1977-78). São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (2009). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- FRAMPTON, Kenneth (2003). *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes.
- FRASER, Nancy (2007). *Reconhecimento sem Ética?* In: SOUZA, Jessé e MATTOS, Patrícia (orgs.). *Teoria Crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume.
- FREUD, Sigmund (1978). *O mal-estar na civilização*. In: Sigmund Freud: São Paulo: Abril Cultural.
- FREYRE, Gilberto (1951). *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____ (1980). *Casa Grande & Senzala: formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- _____ (1987). *Homens, engenharias e rumos sociais*. FONSECA, Edson Nery da (org.). Rio de Janeiro: Record, 1987.
- _____ (1995). *Avanços urbanos e estagnações rurais*. In: FREYRE, Gilberto. *Novas conferências em busca de leitores*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife : Editora Universitária.
- FRÚGULI JR. Heitor (2006). *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: EDUSP.
- FURTADO, Celso (1974). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GALOWAY, David (1985). *The New German Museums. Art in América*, jul.
- GATTI, Simone (2013). *Em busca de uma construção democrática no Projeto Nova Luz*. Anais do XV ENAMPUR. Recife.

GODOY, Joaquim Floriano de (2007). *A Província de São Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Fundap.

GUNN, Philip (1997). *O paradigma de cidade-jardim na via Fabiana de reforma urbana*. Revista Espaço & Debates, n. 40.

_____ (2009). *A Cidade Jardim: o recuar de um paradigma aos anos Vinte e Trinta*. In: CORREIA, Telma de Barros (org.). *Philip Gunn: debates e proposições em arquitetura, urbanismo e território na era industrial*. São Paulo: Annablume: FAPESP.

GUNN, Philip e CORREIA, Telma de Barros (2001). *O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade*. In: BRESCIANI, Maria Stella (org.). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

HALL, Peter (2007). *Cidades do Amanhã*. São Paulo: Perspectiva.

HARVEY, David (1996). *Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio*. Espaço e Debates, n. 39.

_____ (2007). *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

_____ (2013). *Os limites do Capital*. São Paulo: Boitempo.

_____ (2013) *A liberdade da Cidade*. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.

HERLING, Tereza e COELHO, Eliene Correa (2013). *Instrumentos de Planejamento da Política Habitacional na Cidade de São Paulo*. In: DENALDI, Rosana (org.). *Planejamento habitacional: notas sobre a precariedade e terra nos Planos Locais de Habitação*. São Paulo: Annablume.

HONNETH, Axel (2003). *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.

HOBBSAWM, Eric J. (1982). *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1973). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

IANNI, Octavio (2004). *Pensamento Social no Brasil*. Bauru-SP: EDUSC.

ILLICH, Ivan (1975). *A Expropriação da Saúde. Nêmesis da Medicina*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

IZZO JR., Alcino (1999). *Reflexões e Propostas*. In: *Polo Luz: Sala São Paulo, cultura e urbanismo*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

JACOBI, Pedro Roberto (org.) (2013). *Novos paradigmas, práticas sociais e desafios para a governança ambiental*. São Paulo: Annablume: FAPESP: PROCAM/USP.

JACOBS, Jane (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

JAMESON, Fredric (2006). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.

JOANIDES, Hiroito de Moraes (2003). *Boca do Lixo*. São Paulo: Labortexto Editorial.

JONES, Colin (2009). *Paris: biografia de uma cidade*. Porto Alegre: L&PM.

JORGE, Clóvis de Athayde (1999). *Santa Ifigênia* (série História dos Bairros de São Paulo, vol.23). São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico.

KARA JOSÉ, Beatriz (2007). *Políticas Culturais e Negócios Urbanos. A instrumentalização da Cultura na Revitalização do Centro de São Paulo, 1975-2000*. São Paulo: Annablume: Fapesp.

KOWARICK, Lúcio (2000). *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34.

LAGONEGRO, Marco Aurélio (2004). *Metrópole sem Metrô*. Tese de Doutorado, FAU USP.

LEBRUN, Gérard (1984). *O que é poder*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense.

LEFEBVRE, Henri (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

_____ (2006) *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LEFEVRE, Fernando e Ana Maria Cavalcanti (2004). *Promoção de Saúde: a negação da negação*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent.

_____ (2011). *Lógica sanitária e lógica do senso comum: por um diálogo com tecnologia*. In: LEFÈVRE, Fernando, Lefèvre; LEFÈVRE, Ana M. Cavalcanti e IGNARRA, Regia M. *O conhecimento de intersecção: uma nova proposta para as relações entre a academia e a sociedade*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública - USP : IPDSC.

LIPOVETSKY, Gilles (2007). *A Felicidade Paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras.

MACHADO, Roberto et. alli (1978). *Danação da Norma: medicina social e constituição psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

MARICATO, Ermínia (2007). *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil*. In: ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.

_____ (2011). *Aula Inaugural CPG FAU USP*. In: PÓS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU USP. São Paulo: FAU USP, v. 18, n. 30.

_____ (2011). *Metrópoles des governadas*. São Paulo: Revista Estudos Avançados. Dossiê São Paulo, hoje, v. 25, n. 71, jan-abr.

MARICATO, Ermínia e FERREIRA, João Sette Whitaker (2002). *Operação urbana Consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade?* In: OSÓRIO, Letícia Marques. *Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras*. Porto Alegre / São Paulo: Sérgio Antonio Fabris Editor.

MATTOS, Patrícia (2006). *A sociologia política do Reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*. São Paulo: Annablume.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de (2011). *Cidade Capital, hoje?*. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: EDUSP.

MONBEIG, Pierre (2004). *O crescimento da Cidade de São Paulo*. In: SMRECSÁNYI, Tamás (2004). *História econômica da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Globo.

NAPPO, Lúcio Garcia de e OLIVEIRA, Solange Aparecida (2008). *A Caracterização da cultura de crack na cidade de São Paulo: padrão de uso controlado*. Revista Saúde Pública, vol. 42, nº 4, ago.

NERY Jr., José Marinho (2002). *Um século de política para poucos: o zoneamento paulistano 1886-1986*. Tese de Doutorado. FAU USP.

NOGUEIRA, Roberto Passos (2003). *A segunda crítica de Ivan Illich*. Revista Interface, v. 7, n. 12, Botucatu, fev.

PACHECO, Marcelo Golfetti (2012). *Consciências do direito: um estudo sobre as compreensões da legalidade no contexto do projeto Nova Luz em São Paulo*. Dissertação Faculdade de Direito da USP.

PALLAMIN, Vera M. (2005). *Espaço Público e as Lutas por Reconhecimento*. Revista Espaço & Debates, v. 25, n. 46, jan/jul.

PASTERNAK, Suzana Taschner (1997). *Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas*. Cadernos de Pesquisa do LAP, n. 18. São Paulo: FAU USP.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (1997). *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec.

PICCINI, Andrea (2004). *Cortiços na cidade: conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo*. São Paulo: Annablume.

PRADO JR., Caio. (1935). *O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo*. In: Geografia, n.3, São Paulo.

_____. (1941). *Nova contribuição para o estudo geográfico da cidade de São Paulo*. In: Estudos Brasileiros, v. 7, São Paulo.

RAUPP, Luciane e ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira (2011). *Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo*. Revista Ciência & saúde coletiva, vol.16 no.5, Rio de Janeiro, maio.

REIS FILHO. Nestor Goulart (1987). *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.

RESENDE, Joffre de (2004). *Linguagem Médica*. São Paulo: AB Editora.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa (2010). *Os cortiços no distrito de Santa Ifigênia (1893)*. In: CORDEIRO, Simone Lucena (org.). *Os Cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial.

RISÉRIO, Antonio (2012). *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34.

ROLNIK, Raquel e BONDUKI, Nabil (1979). *Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho*. In: MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega.

ROLNIK, Raquel (1983). *De como São Paulo virou a capital do capital*. In: VALLADARES, Licia do Prado (org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1997). *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Nobel.

_____. *Territórios em Disputa* (2008). In: *Cidade Luz: uma investigação-ação no centro de São Paulo*. São Paulo: Coletivo Política do Impossível.

ROSEN, George (1980). *Da polícia médica à medicina social*. Rio de Janeiro, Graal.

SAAVEDRA, Giovanni Agostini (2007). *A Teoria Crítica de Axel Honneth*. In: SOUZA, Jessé e MATTOS, Patrícia (orgs.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume.

SAMPAIO, Antonio H. L. (1996). *Cidade Ideal, Imaginação e Realidade*. Revista RUA. Salvador: UFBA, v. 4, n. 1.

SÁNCHEZ, Fernanda (2010). *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de (2007). *Cidade das Águas. Usos de Rios, Córregos, Bicas e Chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos (2008). *Nem tudo era italiano. São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume: FAPESP.

SANTOS, Milton (s.d.). *Quem está na frente é o povo*. Entrevista a Carlos Tibúrcio e Silvio Caccia Bava. Caderno Le Monde Diplomatique.

SAYD, Jane Dutra (1998). *Mediar, Mediar, Remediar: aspectos da terapêutica na medicina ocidental*. Rio de Janeiro: Editora UERJ.

SEGAWA, Hugo (2004). *Prelúdio da Metrópole. Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Atelier Editorial.

SENNET, Richard (2008). *Carne e Pedra. O corpo e a Cidade na Civilização Ocidental*. Rio de Janeiro: BestBolso.

SILVA, J. (2008). *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume.

SIMMEL, Georg (1967). *A Metrópole e a Vida Mental*. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.

SIMÕES JR. José Geraldo (1994). *Revitalização de Centros Urbanos*. São Paulo: Instituto Pólis.

_____ (2004). *Anhangabaú: história e urbanismo*. São Paulo: Editora Senac: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

SKIDMORE, Thomas E. (2003). *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.

SMITH, Neil (2006). *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global*. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume.

SNOW, John (1999). *Sobre a maneira de transmissão do cólera*. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO.

SOUZA, Felipe Francisco de (2011). *A Batalha pelo Centro de São Paulo: Santa Ifigênia, Concessão Urbanística e Projeto Nova Luz*. São Paulo: Paulo's Editora.

SOUZA, Jessé (2003). *A construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

_____ (2006). *O Mundo desencantado*. In: WEBER, Max. *A gênese do capitalismo moderno*. São Paulo: Ática.

_____ (2009). *A Ralé Brasileira. Quem é e como vive*. Editora UFMG.

SOUZA, Jessé e MATTOS, Patrícia (orgs.) (2007). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume.

SZMRECSÁNYI, Maria Irene (1993). *Rio e São Paulo: raízes da substituição da metrópole nacional*. In: Revista USP, São Paulo: USP, nº 17: Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo, março-maio, 1993.

_____ (2004a). *A Macrometrópole Paulistana: 1950-2004*. In: SMRECSÁNYI, Tamás (org.) *História econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Globo.

_____ (2004b). *Uma pós-modernidade secular?* Revista *Desígnio*, nº 1, mar. 2006, São Paulo: Annablume: FAUUSP.

_____ (2006). *A Praça é do Povo? Estado, Liberalismo e Modernização do Espaço Público Urbano no Brasil, 1822-1945*. Revista *Desígnio*, nº 6, set., São Paulo: Annablume: FAUUSP.

VASCONCELOS, Maria da Penha Costa (coord.) (1995). *Memórias da Saúde Pública: a fotografia como testemunha*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO.

VENTURI, Robert; BROWN, D. Scott e IZENOUR, S. (2003). *Aprendendo com Las Vegas*. São Paulo: Cosac & Naify.

WEBER, Eugen (1988). *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WEBER, Max (2006). *A Gênese do Capitalismo Moderno*. São Paulo: Ática.

WINNICOTT, Donald Woods (2011). *Sobre o Significado da Palavra Democracia*: In: WINNICOTT, D. W. *A Família e o Desenvolvimento Individual*. São Paulo: Martins Fontes.